

Educação e Ideologia
Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto
educativo
(1926-1974)

Olga Maria Pereira Ribeiro Martins Pinto

Tese de Doutoramento em História
Especialidade de História Contemporânea

Volume I

março 2014

Modelo Formal de Apresentação de Teses
e Dissertações na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Olga Maria Pereira Ribeiro Martins Pinto

Tese de Doutoramento em História

Especialidade de História Contemporânea

Volume I

março 2014

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Tese de Doutoramento é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

(Olga Maria Pereira Ribeiro Martins Pinto)

Lisboa,.....de.....de 2014

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Tese de Doutoramento se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,

(Maria Cândida Ales Mourão Dias Barroso Proença)

Lisboa,de.....de 2014

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho tornou-se possível graças à ajuda de várias pessoas, ligadas a entidades e instituições. Deste modo queremos agradecer, em primeiro lugar, à Professora Doutora Maria Cândida Proença, que aceitou gentilmente a ser orientadora deste estudo para além de nos ter incentivado para o investimento no tema desta dissertação.

Apresentamos, ainda, o nosso sincero reconhecimento pelo auxílio prestado ao Professor Doutor Fernando Rosas, docente da Universidade Nova de Lisboa.

Expressamos, também, o nosso agradecimento aos Conselhos Executivos das Escolas Secundárias: Passos Manuel; Camões; Pedro Nunes; Filipa de Lencastre e Maria Amália Vaz de Carvalho que disponibilizaram os seus recursos materiais e pessoais para tornar possível parte da investigação realizada. Aqui queremos expressar o nosso especial agradecimento ao Dr. Fernando Faria (Escola Secundária Passos Manuel) que nos ajudou imenso na pesquisa solicitada bem como a Dra. Manuela Sena (Escola Secundária Filipa de Lencastre) e a Dra. Fátima Cristo (Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho).

Também queremos agradecer ao Padre Francisco Rodrigues (Vice-Postulador da Causa da Canonização do Beato Nuno) que nos facultou informação importante; ao pessoal auxiliar do Arquivo Histórico da Educação e Centro de Documentação do Ministério da Educação que manifestaram a sua total disponibilidade para colaborar na pesquisa documental onde destacamos, de forma especial, o apoio dado pela D. Maria do Céu Miguel Teixeira e a Dra. Anabela do Ó, Coordenadora do já extinto Instituto Histórico da Educação, sem o qual a investigação em arquivo ficaria muito aquém das expectativas. No arquivo fotográfico da Torre do Tombo queremos fazer um especial agradecimento ao Dr. Fernando Costa pelo apoio e pela ajuda demonstrados. Um muito obrigada ainda à Dra. Ana Lopes, Coordenadora da Sociedade Histórica da Independência de Portugal que nos ajudou na pesquisa de fontes e também não queremos deixar de expressar o nosso agradecimento ao alfarrabista António Brandão pela aturada diligência que realizou a nível nacional para encontrar as obras em falta da coleção *Grandes Portugueses* e também ao Professor Manuel Caixaria que nos ajudou na revisão da análise literária das coleções que foram objeto de estudo neste trabalho.

Por fim dedico esta dissertação à minha filha e restante família que me auxiliou no meu percurso de vida, em especial ao meu marido que desde sempre me demonstrou o seu apoio incondicional em mais uma das etapas decisivas da minha vida profissional e aos colegas de profissão e amigos que sempre acreditaram na realização deste longo trabalho.

RESUMO

A presente dissertação foi elaborada no âmbito do Curso de Doutoramento em História, especialidade de História Contemporânea. É objetivo deste estudo analisar o discurso histórico e ideológico por detrás da ética e mentalidade que caracterizaram a escola e o ensino no período que medeia entre 1926 e 1974.

O quadro conceptual do regime foi marcado por um forte pendor ideológico que influenciou a historiografia oficial do regime. Esta formou durante décadas a mentalidade histórica das gerações desse período direcionada para valores morais que tinham em vista a promoção de atitudes e comportamentos tendentes ao patriotismo. Nesta perspetiva, assumiram um papel de extrema relevância no processo de ensino/aprendizagem da História, um conjunto de figuras históricas cuja ação refletia os princípios ideológicos que o regime pretendia transmitir e fazer prevalecer.

A ideologia do Estado Novo produzia as suas próprias representações das figuras históricas. A construção das tipologias “ideais” do regime situava-se numa conceção pré concebida das figuras. O Estado Novo lançou mão de um investimento mítico e imaginário relativamente a várias figuras históricas que deram o seu contributo em períodos decisivos do percurso da História nacional, promovendo o seu engrandecimento.

O sistema educativo do Estado Novo empreende um tipo de socialização política que se baseava essencialmente no processo de identificação do aluno com as figuras heroicas da nação, daí a necessidade de questionar as várias imagens que os portugueses foram criando de si próprios e a importância do conhecimento dos mitos históricos como meio de auto conhecimento de uma comunidade nacional e da sua personalidade cultural para compreender o tipo de sociedade que pretendia o regime construir.

O regime empreende uma estratégia de camuflagem idealista dos seus heróis imaculados que os torna únicos, aureolados por uma aura de heroísmo e santidade que lhes permitia ascender a um plano superior, sacralizando-os, tornando-os exemplos para o futuro, nos quais as gerações vindouras se deveriam rever, por um lado para venerar o passado histórico nacional e, por outro, para desejarem imitar o modelo comportamental destas figuras que colocam Portugal no caminho do progresso. Desta forma, estes heróis tornaram-se ícones na História e na mentalidade histórica e cultural da sociedade do Estado Novo, onde a educação dirigida em prol deste fim ideológico e nacionalista omitia uma vertente relevante da memória histórica da nação.

Para a realização deste estudo foi delimitado um corpus constituído por diplomas legais, programas, manuais escolares e coleções de literatura infantojuvenil que foi objeto de análise. Este corpus foi analisado segundo a seguinte matriz:

- a tipologia dos conteúdos abordados,
- o discurso histórico e a forma como este é apresentado ao aluno,
- o aproveitamento ideológico da figura histórica no âmbito escolar.

Tese
Educação e Ideologia
Portugal, pátria de heróis: a figura histórica em contexto educativo
(1926-1974)

Autor
Olga Maria Pereira Ribeiro Martins Pinto

PALAVRAS-CHAVE: Ideologia, (ensino da) História, identidade nacional, memória histórica, símbolo

ABSTRACT

This dissertation was prepared under the PhD course in History, specializing in Contemporary History. The objective of this study is to analyze the historical and ideological discourse behind the ethics and mentality that featured the school and teaching in the period between 1926 and 1974.

The conceptual framework of the regime was marked by a strong ideological bias that influenced the official historiography of the system. This formed during decades of historical mentality of the generations of that period directed to moral values that were intended to promote attitudes and behaviors leading to patriotism. In this perspective, took an extremely important role in the teaching/learning of the History, a set of historical figures whose actions reflected the ideological principles that the regime intended to convey and enforce.

The ideology of the Estado Novo produced their own representations of historical figures. The building typologies "ideals" of the system was in preconceived conception of characters. The Estado Novo resorted to a mythical and imaginary investment in a range of historical characters whom have contributed in decisive periods of the course of national history, promoting their aggrandizement.

The educational system of the Estado Novo embarks on a new kind of political socialization based essentially on the process of student identification with the heroic figures of the nation, hence the need to question the various images that the Portuguese were creating for themselves and the importance of knowledge of historical myths as a means of self-knowledge of a national community and its cultural values to understand the kind of society the system wanted to build.

The system undertakes a strategy of concealment of its immaculate idealistic heroes that makes them unique, haloed by an aura of heroism and holiness that allowed them to ascend to a higher level, sacralizing them, making them examples for the future in which generations to come should review, on firstly to honor the national past, and secondly, to wish to imitate the behavioral model of these figures that put Portugal in the way of progress. Thus, these heroes became icons in history and historical and cultural mindset of the society of the Estado Novo, where education directed towards this end and nationalist ideological omitted an important part of the historical memory of the nation.

For this study a corpus was delimited by legislation, programs, textbooks and youth and children's literature collections that were analyzed. This was analyzed according to the following matrix:

- the type of content covered,
- the historical discourse and how it is presented to the student,
- the use of ideological historical figure in the school.

Thesis
Education and Ideology
Portugal, land of heroes: a historical figure in the educational context
(1926-1974)

Author
Olga Maria Ribeiro Pereira Pinto Martins

KEYWORDS: Ideology, (teaching) history, national identity, historical memory, symbol

ÍNDICE

Volume I

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I: ESTUDO DE CASO | 5 |
| I.1. FORMULAÇÃO DO PROBLEMA | 5 |
| I.2. OBJETIVO DO ESTUDO..... | 19 |
| I.3. ESTADO DA QUESTÃO | 20 |
| I.4. DESCRIÇÕES DE TERMOS | 22 |
| CAPÍTULO II: ESTRUTURA CONCEPTUAL | 23 |
| II.1. DEFINIÇÃO DA PROBLEMÁTICA..... | 23 |
| II.2. DEFINIÇÃO DO OBJETO | 35 |
| CAPÍTULO III: METODOLOGIA | 37 |
| III.1. SELEÇÃO DE TÉCNICAS | 37 |
| III.2. SELEÇÃO DE TEMAS..... | 38 |
| III.3. RECOLHA DE DADOS..... | 38 |
| III.4. ANÁLISE DOS DADOS | 39 |
| CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO..... | 41 |
| IV.1. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS..... | 41 |
| IV.1.1. <i>As concepções ideológicas do Estado Novo</i> | 41 |
| IV.1.1.1. <i>A escola nacionalista e o “Homem Novo”</i> | 41 |
| IV.2. O IMPÉRIO: “A MENINA DOS OLHOS” DO REGIME..... | 86 |
| IV.3. O PAPEL DA PROPAGANDA | 98 |
| IV.3.1. <i>As Organizações Paramilitares e a Educação: MP, MPF e OMEN</i> | 98 |
| IV. 3.2. <i>As Comemorações Centenárias</i> | 124 |
| IV.4. A FIGURA HISTÓRICA | 148 |
| IV.4.1. <i>A exploração da figura histórica em contexto educativo</i> | 148 |
| IV.4. 1.1. Os mitos fundadores e (re)fundadores | 174 |
| IV.4.1.2 Os construtores do imaginário imperial..... | 195 |
| IV.4.1.3. Mártires, santos e exemplos de moralidade | 224 |
| IV. 4.1.4. Os heróis da Restauração da Independência..... | 231 |
| IV.4.1.5. As figuras míticas do Estado Novo | 233 |
| IV.4.1.6. As figuras femininas..... | 262 |
| IV. 5. A IDEOLOGIA E O ENSINO DA HISTÓRIA | 264 |
| IV. 5.1 <i>As reformas programáticas</i> | 291 |
| IV.5.2. <i>Análise de resultados</i> | 329 |
| IV.6. MANUAIS ESCOLARES | 336 |
| IV.6.1. <i>Introdução</i> | 336 |
| IV. 6.2. <i>Análise dos resultados</i> | 345 |
| IV.7. LITERATURA INFANTOJUVENIL | 373 |
| IV.7.1. <i>Breve enquadramento da sua evolução</i> | 373 |
| IV.7.2. <i>A biblioteca escolar como instrumento educativo</i> | 388 |
| IV.7.3. <i>Análise das Coleções “Pátria”, “Grandes Portugueses” e “Grandes Portuguesas”</i> | 391 |
| CONCLUSÕES | 460 |

Volume II

| | |
|--|----------------|
| <i>BIBLIOGRAFIA</i> | 475 |
| OBRAS DO PERÍODO CRONOLÓGICO EM ANÁLISE..... | 476 |
| OBRAS DE CONSULTA..... | 501 |
| OBRAS RELATIVAS À EDUCAÇÃO..... | 518 |
| <i>LEGISLAÇÃO SIGNIFICATIVA</i> | 528 |
| <i>LISTA DE ANEXOS</i> | 538 |

INTRODUÇÃO

A abordagem que fazemos no nosso trabalho insere-se no contexto da História das Mentalidades que retrata a evolução do quadro mental da sociedade, num esforço de reconhecimento da identidade nacional ou consciência da alteridade numa esfera que modela a conceção que nós, portugueses, temos sobre nós próprios, ou seja, as imagens dominantes que os portugueses traçaram de si mesmos ao longo dos tempos.

O sentido da nacionalidade e do nacionalismo é uma questão que se coloca atualmente como uma questão relevante cada vez mais pertinente no contexto da identidade nacional e da memória coletiva. Todas as sociedades precisam de ter símbolos que funcionem como referências que lhes deem continuidade e ligação a um passado.

A memória nacional que exprime ideologias presentes na ação do Estado é incutida desde muito cedo na escola através do ensino. A escola é a mentora do pensamento e da consciência abstrata do aluno e tem uma função fundamental na construção das representações e do simbolismo, fatores estruturantes da memória coletiva.

A formação das mentalidades está intimamente relacionada com a cultura escolar, mais concretamente com os programas escolares, porque desde sempre foi atribuído à escola o papel de instrumento privilegiado nesta função. Neste sentido, a análise dos conteúdos programáticos bem como dos manuais escolares constitui a base para avaliar o discurso escolar e as orientações que prevaleceram no ensino ao longo do tempo. Esta questão remete-nos para a construção do imaginário nacional que está intimamente relacionado com a função que a cultura escolar desempenha, especialmente a disciplina de História precocemente introduzida nos currículos escolares por apresentar um papel determinante na formação da consciência nacional.

O entendimento que temos do mundo está ligado causalmente a situações do passado uma vez que este influencia a nossa vivência do presente, por isso é difícil omitir o passado do nosso imediato. Segundo Paul Connerton, as experiências do presente dependem das memórias que temos do passado e estas justificam os acontecimentos do presente¹.

A memória é um conceito muito lato e complexo na medida em que congrega formas de representação que se interligam entre si mas que nem sempre se orientam no mesmo sentido. A memória coletiva e a memória histórica comportam símbolos e códigos de representação dos factos. No entanto, a memória coletiva (...) «é o que fica do passado na vivência dos

¹ CONNERTON, Paul, 1993, *Como as sociedades recordam*, trad. de Maria Manuela Rocha, Oeiras, Celta Editora, p.2.

grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado. (...) Evoluem juntamente com os grupos para quem são um bem simultaneamente inalienável e manipulável, um instrumento de luta e de poder ao mesmo tempo que um valor afetivo e simbólico». Por sua vez, a memória histórica (...) é fruto de uma tradição sábia e “científica”, é ela própria a memória coletiva do grupo dos historiadores. (...) Analítica e crítica, precisa e distinta, tem a ver com a razão que instrói sem convencer». Esta «filtra, acumula, capitaliza e transmite; a memória coletiva conserva por um momento a recordação de uma experiência intransmissível, apaga e recompõe a seu gosto, em função das necessidades de momento, das leis do imaginário e do retorno dos recalcamientos»².

A afirmação da memória nacional fundamenta-se em representações construídas ao longo do tempo através das continuidades e discontinuidades, tal como defende Claud Gilbert Dubois: «La conscience nationale n'est pas un fait universel et elle n'a rien d'inné. Elle est le fruit d'une longue élaboration historique : elle ne se trouve pas au début de l'histoire, comme référence à une commune naissance ou à une race, mais encours d'histoire, comme étape d'une prise de conscience de la socialité humaine. Elle n'est pas non plus en bout d'histoire, comme le théorisent les idéologies nationalistes»³.

A identidade nacional é construída através de processos de identificação dos cidadãos de um país e de diferenciação, relativamente aos outros que se traduzem na produção de imagens de representações refletindo-se nos vários tipos de discursos culturais, mas sobretudo no discurso pedagógico. No que respeita ao discurso histórico veiculado pela escola, este prende-se com os elementos subjetivos que caracterizam essa identidade. A psicologia coletiva expressa em termos de atitudes, comportamentos e valores é apresentada como marca identificadora de um povo e de uma nação.

A questão da identidade nacional é um tema atual porque levanta problemáticas relacionadas com a ideia que temos de nós próprios, com o conjunto de valores pelos quais nos regemos, e com aquilo que entendemos ser um esforço de conservação da memória nacional. Este conceito explorado desde há séculos está na base da atualidade cultural e tem vindo a evoluir e a ganhar novos contornos ao longo dos vários períodos da história, pois é elaborado através de uma construção que se faz por meio de contradições e antagonismos e, nem sempre de uma forma contínua.

² LE GOFF, Jacques e, Chartier, Roger (dir.), 1990, *A nova História*, trad. de Helena Arinto e Rosa Esteves, Coimbra, Almedina, p.p 451-452.

³ DUBOIS, Claud G., 1991, “Mythologies des origines et “Identité National” in: BETHENCOURT, Francisco e Curto, Diogo Ramada, 1991, *A memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, Lisboa, Livraria Sá da Costa, p.43.

A segunda metade do século XX marcou a evolução das sociedades e a importância do papel que a memória coletiva desempenhou nesse processo evolutivo. Esta constitui a temática das sociedades desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. A memória é um elemento fundamental da identidade coletiva, cuja busca é uma das principais atividades das sociedades atuais, talvez num esforço de compreender essa identidade que é simultaneamente um instrumento e um objetivo de poder.

O conceito de identidade nacional apresentou uma tendência para evoluir no sentido de uma transformação significativa, sobretudo a partir dos anos 70 com a introdução do conceito de globalização proporcionada pelo surgimento do ciberespaço inicialmente nos países mais desenvolvidos e, mais recentemente, divulgado em grande escala por todo o mundo. Mas, se a transformação do conceito de identidade é um sinal de evolução dos tempos é também um sinal de alteração de valores e da memória nacional de um país. As vantagens e desvantagens desta evolução só o tempo nos dará a conhecer talvez num futuro não muito longínquo. A questão que se coloca é que no presente o conceito de identidade é uma noção muito abrangente que não se restringe ao “nosso” pequeno espaço nacional, a nós próprios ou ao nosso “ser português”.

Atualmente fala-se de uma crise da memória coletiva e histórica, fruto de uma mudança da vida atual, da forma como o homem moderno organiza e vive o tempo. As causas dessa crise poderão estar relacionadas com as transformações sociais que trouxeram consigo um sentimento de descontinuidade, compartimentação relativamente ao tempo histórico que leva a esquecer a memória, o passado como conceito intimamente ligado ao futuro. Quanto a nós esta crise poderá antes ser uma afirmação de novas formas de socialização e de experienciar memórias.

A identidade nacional é um instrumento de autognose próprio de um país. O conceito de identidade nacional, a construção do Estado-Nação e a escolarização são processos históricos que estão e sempre estiveram intimamente ligados, passando por fases em que, por um lado, o Estado exerce domínio sobre a escola e outras em que é a escola o motor de novas relações de cidadania. A relação entre estas duas estruturas político-sociais converge para a imagética que melhor caracteriza a modernidade através da narrativa histórica.

Se por um lado pertencemos a um espaço global, com fronteiras imaginárias e se está ultrapassada a ideia de espaço nacional, também não podemos deixar de nos interessar pelo estudo da nossa memória histórica, numa busca constante pela nossa identidade nacional que cada vez menos se aprende a preservar.

É inegável que a memória histórica e o aproveitamento que dela foi retirado teve um peso fundamental e repercussões visíveis na formação do imaginário histórico e na afirmação das mentalidades das gerações escolarizadas durante o período que é objecto de estudo no presente trabalho. Esta problemática afigura-se bastante atual, uma vez que a evocação das figuras históricas materializa um sentimento de pertença capaz de mover uma sociedade.

CAPÍTULO I: ESTUDO DE CASO

I.1. Formulação do Problema

O que é uma nação? Quem é o povo que nela habita? O que é um hino? O que é uma bandeira? Todas as questões colocadas têm uma resposta comum: todos fazem parte da identidade de um território que se constrói à custa de realidades mas também de mitos.

O conceito de identidade nacional surge na Europa no período do Renascimento⁴ mas refunde-se com o advento das “Luzes” através das teorias de Montesquieu e Rousseau. É sobretudo uma noção de carácter político e cultural que implica uma consciência coletiva, uma memória que surge associada às raízes histórico-simbólicas e às tradições de um povo.

É uma definição complexa, abstrata e pluridimensional porque atua em muitos domínios através de uma reatualização da história e de uma nacionalização da escola, podendo dizer-se que (...) «a partir do século XVIII, e no quadro histórico-cultural das Luzes, nos contextos da afirmação do Estado-Nação, de legitimação histórica das revoluções liberais e do republicanismo, os textos de natureza histórica - vidas de heróis, pequenos factos, narrativas de natureza lendária e efabulosa - não só passam a integrar, como tendem a constituir-se na principal substância e argumento da cultura escolar»⁵.

Em Portugal, a formação do conceito de identidade nacional aliada à noção de unidade e independência é remota, podendo ser datada praticamente do início da nacionalidade o que lhe atribui o estatuto de pioneira na construção deste conceito no âmbito europeu e para a qual contribuíram os conflitos de 1383-85.

A exaltação e evocação de figuras históricas bem como a sua influência no engrandecimento da dimensão do Estado português remontam aos primórdios da nossa nacionalidade, sobretudo através da literatura publicada. Basta pensar nas obras de autores como Fernão Lopes, Zurara, Damião de Góis, Gil Vicente, Camões, Padre António Vieira, D. Francisco Manuel de Mello, Rui de Pina, Germão Galharde, Fr. Jerónimo de Ramos, só para citar alguns. A estes conceitos alia-se a criação de uma mitologia fundadora da identidade nacional divulgada pelos cronistas régios a partir do século XV. Estes mitos que correspondiam a figuras históricas fundamentais no desenrolar do processo histórico, eram

⁴ É esta época moderna que coloca a nação como principal base do Estado. Esta modernidade que arrasta consigo o progresso cultural e económico, culminando com os processos de descolonização e, consequentemente com a queda do imperialismo.

⁵ ARAÚJO, Alberto F. e, Magalhães, Justino, 2000, *História, Educação e Imaginário* - Actas do IV Colóquio, Braga, Universidade do Minho, p.36.

tomadas como modelos de referência obrigatórios sempre que a nação passava por momentos de crise. Estes tornavam-se necessários para estimular a força anímica do povo ou para encorajar a iniciativa de conquista de novos espaços. Estes mitos remetiam para um povo remoto de características guerreiras, decidido e forte, protegido pela providência, do qual emergiam determinadas figuras enquadradas na esfera mitológica e que ainda são vistas assim atualmente. Estes mitos constituíram matéria de doutrinação nacionalista através dos tempos acabando por chegar ao século XIX completamente consolidados, constituindo a parte fundamental da historiografia oficial durante os quatro regimes políticos que vigoraram em Portugal durante o século XX: Monarquia Constitucional, I República, Estado Novo e II República.

Em Portugal, no século XVII com a afirmação da língua materna como reforço da portugalidade no contexto da restauração da independência, inicia-se uma pedagogia escolar com base nos valores axiológicos da moral, da ética, da ordem cívica e humanista, uma pedagogia que tinha como finalidade a modelação da mente do aluno através de mensagens que visavam orientar e formar o processo de personificação do aluno.

A pedagogia jesuítica caracterizada pela universalidade e latinidade baseava-se sobretudo no pressuposto pedagógico do método catequístico, ou seja, a educação baseava-se essencialmente na memorização de mensagens escritas com valor axiológico. A modelação da consciência dos alunos era conseguida através de expressões escritas com representação personalizada.

A afirmação e construção dos Estados-Nação, que marcam a segunda metade do século XVIII caracterizam-se por uma refundação das nacionalidades e consequentemente, um reforço de uma memória comum, passando a escolarização a desempenhar um papel fundamental como promotora de uma razão de Estado através do fomento de um dever cívico e de cidadania. A escola passa a ter uma função de informadora do suporte memorial através da recriação da cultura nacional, nacionalista e historicista.

No século XVIII desenvolveu-se uma racionalidade pedagógica que encarava a escola como referente fundamental e concebe o sistema educativo simultaneamente como estrutura e como educação, visão oposta à até então aceite que concebia a educação como uma estrutura clerical e familiar. A escola passa assim a ter uma estrutura própria assumindo-se como um espaço de simbolização.

No entanto, é a pedagogia oratoriana⁶ que vai desbravar caminho no sentido de uma textualidade pedagógica e didática permitindo o ensino de um historicismo nacionalista e de memórias e narrativas nacionais e pátrias. A pedagogia oratoriana inscrevia-se no âmbito de uma valorização das aprendizagens de tudo quanto respeitava à pátria e no ensino dos feitos fundadores das nacionalidades. Com os oratorianos o estudo da língua latina passou a estar intimamente relacionado com a História de Portugal e não apenas centrado no estudo da latinidade e dos marcos da civilização latina como fora apanágio da pedagogia jesuítica. Com os oratorianos a escola e, sobretudo, a cultura escolar surgem como vetores principais para a implantação do conceito de portugalidade. É este contexto que proporciona a criação de uma memória escrita, de uma gesta pátria e de uma genealogia régia que marcou um ponto de viragem na educação em Portugal no século XVIII e influenciou a pedagogia escolar até à época contemporânea.

A partir dos finais do século XIX acentua-se o caráter positivista e nacionalista da educação, passando a cultura escolar e a sua ação educativa a constituir uma representação e adequação do sujeito à realidade. É no século XIX, com o Romantismo que se criam os símbolos nacionais e se constrói a simbologia da nação e do “ser português”. Almeida Garrett e Alexandre Herculano foram duas figuras fundamentais para o desenvolvimento deste movimento em Portugal. As suas obras contribuíram para a divulgação do amor à pátria e do ruralismo bem como a exaltação da religiosidade.

A História começa a ser vista como o veículo de reencontro com a pátria, um meio de conhecimento e de formação da consciência nacional. Esta tendência refletiu-se tanto no Liberalismo, como na República e, mais tarde, no Estado Novo. Esta matriz referencial baseada na promoção da memória nacional tinha como objetivo a refundação para a nacionalidade. Nos vários períodos históricos, foi introduzida uma gesta heroica e uma imagética medievalista à qual se acrescentou uma gesta oceânica de reforço do império colonial⁷.

A mitologia nacional agregada ao simbolismo e a memória histórica passam a caracterizar a cultura escolar (em todos os níveis de escolaridade) durante o período republicano, consolidando-se esta adaptação historiográfica no sentido da recuperação da fundação, da expansão e do *pombalismo* como “épocas de ouro” e motores de progresso.

⁶ Desde o reinado de D. João V que a Companhia de Jesus se depara com a concorrência da Congregação do Oratório de S. Filipe de Nery que praticava um ensino moderno, dialogante e experimental.

⁷ No qual a obra de Camões adquire um importante papel.

O Estado Novo centrava as suas aspirações ideológicas da mitologia nacional sobretudo nas capacidades da raça, na (...) «Pátria de eleição de navegadores intrépidos, apostados na dilatação da fé e do império, solidarizados no projeto comum de “dar novos Mundos ao Mundo” e de lançar os alicerces de uma pátria pluricontinental e multirracial»⁸. A expansão marítima constituiu o símbolo augusto da grandeza do povo português e a consequente motivação da glória nacional. O ato de simbolizar implicava uma escolha e a História transforma o símbolo representativo em causa explicativa ou força propulsora. O símbolo torna-se na expressão evolutiva das aspirações do homem, por isso, ele está presente na história. A evocação do símbolo levava à criação do mito que servia um determinado fim tornando-se uma instância duradoura, mais forte, colorido e sedutor do que a realidade.

A identidade nacional está pois intimamente ligada à História, ao passado e ao presente de um país. O estudo da identidade nacional e da memória reveste-se de importância porque todos os povos procuram a sua identificação simbólica, todas as nações lutam para caracterizar a essência de cada nação, a definição da sua identidade relativamente ao passado *versus* presente mas também quanto ao futuro⁹.

A identificação simbólica de uma nação traduz-se em imagens, símbolos que são preferencialmente líderes, guias que funcionam como exemplos. A História sempre se apoiou nas grandes figuras que se destacaram no panorama geral, por tomarem decisões com vista a dar rumo ao país e a determinar os seus destinos, no entanto, há uma tendência para a sua individualização. Nessa sucessão de ideias surge também o conceito de pátria cuja estrutura assenta em legislação e instituições com objetivos políticos. Associado a estes conceitos surge ainda o conceito de nacionalismo que derivou dos discursos filosóficos e históricos que surgiram entre os séculos XVII e XVIII na Europa ocidental. Segundo a teoria de A. Smith, «o nacionalismo, enquanto ideologia, é uma doutrina das unidades de poder político e um conjunto de prescrições sobre a natureza dos detentores de poder (...) a um nível mais geral, o nacionalismo deve ser visto como uma forma de cultura historicista e de educação cívica»¹⁰.

O conceito de nacionalismo em Portugal é um conceito vasto que abarca vários domínios, estendendo-se ao império. Geralmente associa-se aos elementos cívicos e territoriais à unidade ou coesão e, consequentemente, à indivisibilidade da nação, entendida como predestinação. João de Almeida defende que «Nenhum povo, em nenhuma época, foi,

⁸ HOMEM, Amadeu Carvalho, 1995, “Identidade Nacional e Contemporaneidade” in *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.587-596.

⁹ Portugal é o país da Europa que está há mais tempo convicto da sua identidade, uma vez que as fronteiras terrestres são estáveis há muitos séculos comparativamente com outros países europeus.

¹⁰ SMITH, Anthony D., 1997, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, p.117.

porém, como o português, animado por força de expansão tão viva e original, mantida através dos tempos em todos os períodos do seu desenvolvimento. A vocação expansiva dos portugueses não foi, com efeito, como tantos por algum tempo julgaram, uma atitude de momento que as circunstâncias provocavam e a sorte prolongou. Há antecedentes que a explicam. Tem raízes no tempo, que importa descarnar (...) recuaremos, pois, numa visão rápida, aos tempos longínquos em que surgem através das neblinas, os primeiros indícios da vocação ecuménica de Portugal antes de ser Portugal, e dos portugueses, antes de serem portugueses...»¹¹.

A ação dos portugueses na constituição do império e consequentemente na realização de uma missão civilizadora bem como a utilização de um método próprio e original de ocupação resultava de um caráter próprio que se mantinha desde as origens. Esta ideia de providencialismo e da predestinação da nação é reforçada através do vínculo entre o Estado Novo e a religião onde ganha expressão a utilização do milagre de Fátima que se assumia também com um caráter nacionalista¹².

A unidade nacional estava também relacionada com o conceito de autonomia muito divulgado pelo regime. Este conceito afirmado por Kant torna-se um imperativo ético quer para o indivíduo quer para a coletividade, um fundamento da sua génese que deu origem a uma filosofia de “autodeterminação”. Neste sentido, a política nacionalista desenvolvida pelo regime foi extremamente bem organizada e tão ativa na formação das mentalidades para cumprir o objetivo de inculcar essa vontade nacional para que o objetivo de unir a nação e torná-la num todo uno e indivisível fosse uma realidade¹³.

O nacionalismo refletia a individualidade do povo português, a lusitanidade, a existência de um território histórico a partir do qual se formou a pátria, uma mitologia e uma memória histórica, um conjunto de características culturais comuns e pressupostos cívicos (direitos e deveres) da comunidade. Este conceito podia ser entendido como uma forma de cultura mas também como uma ideologia política que atuava fortemente no conceito de unidade nacional, social e cultural de uma nação, colocando-a no centro das atenções. É uma doutrina cultural ligada a um movimento ideológico para preservar a identidade de uma nação.

¹¹ ALMEIDA, João de, 1931, *O espírito da raça portuguesa na sua expansão além-mar*, Lisboa, Coleção “Ao Serviço do Império”, Parceria António Maria Pereira, p.31.

¹² Sobre este assunto vide BROCHADO, Costa, 1948, *Fátima à luz da História*, Lisboa, Portugália.

¹³ A autonomia é o objetivo de qualquer política nacionalista. O slogan “Orgulhosamente sós” foi um indicador da clara intenção do regime de implementar este valor na sociedade.

Também o conceito de “génio nacional” ou carácter nacional, conceito divulgado por Rousseau que se constituiu como uma noção relevante para a definição política de uma nação começou a ser aceite e divulgado a partir de meados do século XVIII e Herder adotou-o para fundamentar o seu populismo cultural. Segundo este autor era necessário (...) «redescobrir a “individualidade” através da filosofia, da história, e da arqueologia, e de fazer remontar as nossas raízes a um “passado étnico”, de forma a confirmar a identidade autêntica que existe por detrás dos acréscimos estranhos dos séculos»¹⁴.

O conjunto de conceitos intimamente relacionados com o nacionalismo, tais como identidade, autonomia, génio nacional e unidade formavam uma linguagem que fazia parte de um discurso simbólico e expressivo característico do discurso pedagógico, político e comemorativo que o regime utilizou para levar a cabo a sua política do espírito. A simbologia inerente ao nacionalismo era um aspeto importante e poderoso porque transmitia os princípios da ideologia. Esses princípios apontam sobretudo para sentimentos relacionados com o domínio territorial, a coletividade e a história heroica porque é essa vertente da história que parece responder de forma mais completa à visão historicista que sustentava a ideologia do nacionalismo: a grandeza, a superioridade e a individualidade da nação. Para além do domínio ideológico, o nacionalismo atuava na vertente social, procurando incutir na sociedade um espírito de coesão e solidariedade nacional e também na vertente económica¹⁵.

As tradições e as crenças ancestrais, o orgulho na nação e nos antepassados, bem como todos os símbolos relacionados com estes enformavam as características da ideologia nacionalista e da identidade nacional. O nacionalismo constituía um conjunto de tradições, sentimentos e simbologia que assumia a forma do contexto que se pretendia divulgar assumindo um poder manipulador.

A noção de “coletivo” surge no século XIX com a época dos historicismos caracterizada por transformações que motivaram a reinvenção do passado. É também nesta fase que surgem conceitos como memória social e memória coletiva e que há um reforço da visão da sociedade como um todo. Esta ideia trouxe consigo a entificação de sujeitos coletivos ou figuras simbólicas que funcionam como propulsores da dinâmica do futuro. Este processo de identificação das figuras do passado foi sendo cada vez mais aceite como fundamental para entender o presente e, sobretudo para transformar o futuro e as sociedades.

¹⁴ Citado por SMITH, Anthony D., 1997, *Ob. Cit.*, p.99.

¹⁵ Esta vertente que implica um esforço de autossuficiência de recursos, foi cuidadosamente observado por Salazar.

A formação individual e coletiva do eu está intimamente relacionada com os valores que a sociedade transmite, intervindo na forma como se estrutura e na condução do seu percurso tendo em conta o passado. O “eu” ou a personalidade do eu constroem-se segundo os parâmetros sociais da memória que assumem o passado e as suas interpretações. Para ser possível a memória desenvolver nos indivíduos a sua função social e normativa, são necessários suportes materiais, sociais e simbólicos de memórias, pois o seu conteúdo é inseparável do diálogo permanente entre, por um lado as imagens do passado e, por outro das expectativas relativamente ao futuro - a anamnese. A componente prática da memória tem como objetivo inserir os indivíduos em padrões de identificação comuns, distinguindo-se relativamente a outros, exigindo-lhe deveres e dedicação em prol da identidade do eu.

A memória coletiva e a memória histórica são como que duas faces da mesma moeda porque convergem para um mesmo objetivo prático porque são ambas expressões da condição histórica do homem, mas têm objetos e significados diferentes. No entanto, a memória histórica tem uma função social prática, prestando-se ao ensino e a diversos meios de reprodução. A sua formação e reprodução encontram-se patentes em vários registos. Não só a escola reproduz essa memória, mas também a literatura, a toponímia, a estatutária, as comemorações, etc.

A memória coletiva tem um cariz normativo e está relacionada com as tradições do passado. Esta tem uma origem anónima e espontânea e comporta sempre uma mensagem que tende a implantar-se como norma e como opositora ao esquecimento. A identidade e o sentimento de pertença são conceitos que se vão construindo através da função integradora da memória coletiva que cria nos indivíduos o reconhecimento projetando-se no futuro. A memória histórica é também um conceito que ganhou maior projeção no século XIX com a importância que a história adquiriu na construção mítico-simbólica do novo conceito de nação. Procurava-se no passado a legitimação para o presente, ou seja, para as transformações sociais, culturais e simbólicas ocorridas no presente.

O sentimento coletivo, produto resultante da consciência nacional é desencadeado pelo Romantismo onde a exaltação nacional assumiu particular relevo. Iniciado em Portugal por Garrett, este movimento do século XIX foi o motor da evocação nacionalista. Os heróis que ao longo dos tempos se foram tornando figuras emblemáticas, sobretudo através das correntes historiográficas que se foram impondo nas mentalidades das sociedades, eram encarados com misticismo e respeito pela historiografia pré-romântica.

O século XIX foi apelidado de “século da História” porque foi a partir deste período que houve um reconhecimento da função social e político-ideológica que o estudo do passado

desempenhava na legitimação do presente e dos seus interesses, bem como da compreensão do futuro. Essa utilidade traduziu-se no campo educativo e em novas ritualizações da História. Esta realidade levou ao aparecimento dos mitos e, ligados a estes os heróis integrados no discurso cultural que as comemorações ajudaram a erguer desde a monarquia liberal até à atualidade em Portugal. Estes factos permitiram considerar o primeiro quartel do século XIX o período a que se assistiu a um processo de divinização do sentimento nacional.

Os filósofos do século XIX viam o mito como a explicação para o seu mundo. Para os românticos o mundo era explicado através do mito que, no seu entender era um conceito que andaria muito próximo da realidade, unindo-se como um só: o subjetivo e o objetivo interpretavam-se formando um todo.

Correntes como o romantismo e, mais particularmente, o positivismo apoiaram-se nestas leituras do passado para ultrapassar a crise nacional de oitocentos. Esta finalidade da História tinha em vista a refundação histórica da memória da nação. Paralelamente a esta intenção, surgiu também a comemoração como parte desse investimento, iniciado com a comemoração do centenário de Camões em 1880 e o natural aproveitamento político e ideológico da sua épica obra que se prolongou até ao Estado Novo, através da exploração mítica da fé e do império. A comemoração vista como iniciativa revivescente do passado é apresentada como arquétipo ao presente e ao futuro. Nesta perspectiva Fernando Catroga entende que a comemoração pressupõe (...) «uma concepção repetitiva e cíclica, o seu significado último é sobre determinado pela crença na irreversibilidade do tempo. Isto é, o comemoracionismo, tal como a historiografia dominante, também se baseavam numa análoga ideia evolutiva e continuísta de tempo, na qual o melhor do passado era decantado para ser sugerido como futuro do presente. Portanto, as comemorações e a escrita historicista da história são práticas de representação, ou melhor, de esquecimento da morte e do devir, e põem em cena uma previsão ao contrário que procura confirmar, o passado, a direção do porvir. Mas também são uma das melhores confirmações do modo como a ideia continuísta e evolutiva do tempo compaginava bem com a história dos vencedores e com o seu papel pedagógico. (...) A esta luz, explica-se que elas se objectivassem em ritualizações que enaltecessem figuras modelares, ou momentos de fastígio, para, escondendo o lado mais sombrio das coisas, exorcizar e criticar decadências do presente e alentar crenças na redenção futura, marcando, assim os ritmos ascendentes e, por contraste, os descendentes da história»¹⁶.

¹⁶ CATROGA, Fernando, 2001, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, p.61.

O ressurgimento da nação era o objetivo principal da investida comemoracionista. A exemplaridade ajudava a ultrapassar o negativismo que caracterizava o presente e promovia o restabelecimento da grandeza nacional. A nação abandona o seu cariz abstrato e adquire estatuto, passando a designar-se “conjunto de homens de Portugal”. O século XIX foi uma época importante dada a sua projeção direta e próxima na modelação do Portugal contemporâneo, em parte devido ao ideal de nação que surgira.

No decurso do século XIX, as figuras históricas começaram a ser caracterizadas como *Volkergeist* nacional ou espírito de um povo, segundo a conceção romântica alemã difundida pela Europa, aceite também em Portugal, introduzindo na historiografia uma perspetiva didática e cívica.

A ênfase colocada nos heróis como personagens que partilham a esfera do mito no quadro da evolução das sociedades é um tema já explorado desde a antiguidade. Desde os primórdios da civilização o herói, pela sua ação na história assume uma importância fundamental na construção da imagem das sociedades. Todavia, é a partir do século XIX com a divulgação do pensamento romântico e o Positivismo de Auguste Comte que se assiste à ascensão do herói como elemento integrante do desenvolvimento.

Thomas Carlyle publica nesta época a obra *Os Heróis e o Culto dos Heróis*, onde destaca o papel fundamental da personagem do herói na transformação das sociedades. Segundo Carlyle a «história do mundo é a biografia dos grandes homens». Tomando o todo pela parte este autor considera que o rumo da história é ditado pelos heróis e que estes devem ser objeto de exaltação, acrescentando que o herói é (...) «o eterno alicerce sobre o qual os homens podem edificar de novo»¹⁷.

No século XIX procurou-se forjar símbolos que estivessem relacionados com a justificação de uma entidade político-cultural baseada na História nacional e nas especificidades de um país, ou seja, a língua e as suas fronteiras territoriais. Foi este o modelo largamente utilizado para a construção das identidades nacionais pelas nações que procuravam consolidar a sua estrutura identitária. Mas a afirmação dos nacionalismos comportava outras estratégias de reforço da identidade nacional que não se limitavam às já anteriormente referidas. A busca de um conjunto de imagens de marca, começando pelos grandes antepassados fundadores de um povo funcionava como estratégia identitária legitimadora das nações nos séculos XIX e XX.

¹⁷ CARLYLE, Thomas, s/d., *Os Heróis e o culto dos Heróis*, S. Paulo, Ed. Cultura Moderna, pp.22-24.

A implantação e a consequente divulgação do pensamento comtiano vieram influenciar o movimento republicano e, posteriormente o Estado Novo, no sentido de atribuir ao culto dos heróis uma influência determinante no encaminhamento dos desígnios da nação. O culto da sua personalidade fazia parte do processo de mitificação no sentido de reforçar o sentimento nacional.

No período do pós I guerra mundial assistiu-se a um aprofundamento da História e do seu conhecimento. Os intelectuais desta época como Paulo Merêa, João Lúcio de Azevedo, Leite de Vasconcelos, Joaquim Bensaúde entre outros, atribuíram uma significativa importância à renovação da historiografia portuguesa bem como à exigência do rigor histórico.

A História impunha-se como uma condição fundamental para a cultura nacional e o discurso histórico orientava-se no sentido das motivações coletivas e os seus heróis ligavam-se a forças sociais. A historiografia procurava compreender e explicar o passado à luz da estrutura constituída por cada nação expressa nos seus múltiplos aspetos sociais, culturais e políticos. É também nesta época que se definem os heróis e que a noção de heroísmo se transforma num tema cultural de interesse.

Assiste-se à consolidação da nacionalidade baseada na sua História e no sentimentalismo. Além do protagonismo que a História adquiriu também se procedeu à reexaminação da galeria dos heróis tradicionais cuja definição não fora alterada desde Oliveira Martins. Representou este tema um grande debate público entre os intelectuais da época sendo decerto, gerador de grandes controvérsias¹⁸. Todavia, a questão fulcral deste debate era a definição da tipologia de herói que se devia apresentar à nação como reflexo da identidade nacional e como exemplo orientador.

A memória coletiva foi percecionada e entendida de formas diferentes pelo homem através do tempo, dependendo entre outros fatores, sobretudo da conjuntura política e cultural em que se inseriam. É, por isso, um conceito mutável, sofrendo uma reorganização constante e sistemática numa relação dialética entre as tradições do passado e os interesses e a dinâmica social do presente de cada período da História a par das omissões ou valorizações atribuídas a determinadas épocas e figuras históricas consoante a ideologia defendida, tal como sucedeu

¹⁸ Não é propósito deste trabalho enveredar pelo estudo destas polémicas, embora nos pareça interessante a posição de alguns intelectuais como António Sérgio e Malheiro Dias. Sobre este assunto *vide* MACEDO, Jorge Borges de, 1983, “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio: a ideologia da razão (1921-1930)” in *Revista História das Ideias*, Vol. V, pp.505 a 512.

durante o Estado Novo, que (...) «manteve uma constante linha de oposição ao ideário e às obras da república, esforçando-se por apagar a sua memória e os seus símbolos»¹⁹.

Impunha-se a reconstituição de um conjunto de heróis úteis para a comunidade para fazer frente às dificuldades que o país enfrentava. Após a implantação da ditadura militar, Portugal assiste a um período de indefinição ideológica onde imperaram as posições integralistas antiparlamentares que privilegiavam a história política, procurando (re)estabelecer-se uma tradição que suprimisse os elementos republicanos e parlamentares até então dominantes. Neste sentido, a (re)definição do heroísmo e uma reforma de mentalidade impunham-se uma vez que a orientação ideológica era também diferente.

A década de 30 proporcionou a ascensão de Salazar na cena política nacional originando um período de viragem na vida cultural e política portuguesa e importantes transformações na mentalidade que se enraizaram graças a um empenhado discurso ideológico utilizado pelo regime.

No Estado Novo assistiu-se a um fenómeno ideológico que teve influência sobretudo no aspeto social e cultural. Para bem compreender este fenómeno é necessário tentar desmontar o discurso que lhe está subjacente e a estrutura construída pelo regime que deu forma a esse tipo de discurso. É também necessário compreender quem está por detrás da construção deste discurso e a estrutura *mentis* dos ideólogos que lhe deram forma.

A análise do discurso histórico produzido e divulgado pressupõe a compreensão do seu propósito e modelo, considerando que este tipo de discurso é algo que culturalmente marca a sociedade na qual é produzido e que faz parte do processo histórico considerado repositório de um passado. Inscreve-se no âmbito da memória imagética que durante o regime se sacralizou, tornando-se num mito enquanto representação coletiva²⁰.

O campo ideológico de valores e consciência nacional que o Estado Novo privilegiou recorria sobretudo a figuras históricas que personificam os ideais que se pretendiam promover, elevando alguns deles ao nível da mitificação. O campo disciplinar das mentalidades durante o regime privilegiava as certezas acerca da natureza humana circunscrevendo alguns dos perfis nacionais a uma galeria de heróis ou até mesmo à esfera do mito.

Os mitos foram os ícones instrumentalizados pelo regime que se transformaram nos seus próprios alicerces ideológicos. Eles eram a personificação do homem ideal devoto à

¹⁹ BETHENCOURT, Francisco e Curto, Diogo Ramada, 1991, *A memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, Lisboa, Livraria Sá da Costa, p.11.

²⁰ BUESCU, Ana Isabel, 2000, *Memória e Poder : Ensaios de História Cultural (sécs. XV-XVIII)*, Lisboa, Ed. Cosmos, p.14.

nação, disposto a sacrificar-se por ela. Desconstruir o mito é pois, tentar compreender qual a sua utilidade no património e sonho coletivos.

O culto dos heróis integra uma parte relevante da memória histórica construída pelo Estado Novo enquanto estrutura de poder e como parte do corpo central das ideias do salazarismo, onde também se destacam entre outros os conceitos de antiliberalismo, nacionalismo, o tríptico mitológico de *Deus, Pátria e Família*, e o discurso imperial.

Assunto caro à ideologia patriótica do regime, as grandes figuras da História nacional constituem um campo representativo do ideal social que este pretendia instituir. A historiografia do Estado Novo elevou ao extremo a consagração mítica de algumas figuras históricas assemelhando-as a devotos e bravos guerreiros conotando-as com Salazar, fazendo crer que este faria parte do panteão heroico do regime, imagem de marca da nação. Foi criada uma representação nacionalista própria do regime, sendo este um dos aspetos mais *suis generis* do Estado Novo: a construção e consolidação de uma mentalidade e de uma cultura de homenagem a uma figura que progressivamente entra para a esfera do mito porque apresenta semelhanças com figuras históricas tais como Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira, pelas suas qualidades de chefia, e com o Infante D. Henrique, como visionário, extraordinariamente inteligente na condução dos altos desígnios da pátria²¹.

O “ser português” conhece durante o Estado Novo uma verdadeira evocação do seu carácter e da sua força cujo objetivo era a reprodução constante de um passado corado de glórias e de prosperidade. Este facto explica que durante este período se tenha dado particular destaque às comemorações dos centenários e festas do culto pátrio no sentido de valorizar a memória de períodos importantes da História nacional, perpetuando o passado no tempo presente.

A pretensão de igualar o passado ao presente revelava semelhanças com o discurso mítico que visava a continuidade e a conservação de um período originário, através da reprodução cíclica. Nesse sentido, através do estudo da memória histórica dos heróis, entrava-se no campo privilegiado onde uma conceção de história exemplar, espécie de sistema explicativo do devir da nação vinha substituir a mitologia.

No Estado Novo uma das mais importantes funções da educação escolar nas suas variadas vertentes e, sobretudo da História enquanto disciplina curricular, era construir e desenvolver uma consciência nacional que tinha por base a evocação das grandes figuras

²¹ Esta semelhança foi alvitada nos painéis de S. Vicente da autoria de Nuno Gonçalves (1460) onde se encontra o Infante D. Henrique, figura que foi assimilada a Salazar, com o intuito de mostrar a personagem como participante daquele ambiente sagrado.

históricas. Neste processo de construção da memória nacional, o lendário e a efabulação estavam presentes na construção do mítico histórico que se revestia de interesse pedagógico na formação dos alunos, por ser a História uma disciplina que se prestava talvez mais do que nenhuma outra a um ensino que sem deixar de ser informativo se transformou essencialmente num ensino formativo.

As fases marcantes da História nacional têm associados mitos historiográficos como seja o nascimento da nação ou os descobrimentos que espelham o caráter português. O providencialismo sempre presente nos desígnios do nosso destino está bem patente na construção da ideia de devir nacional e na ideia que ao longo dos tempos construímos de nós próprios.

O regime pretendeu construir à luz dos exemplos nacionais, uma (...) «*lusitanidade exemplar*, cobrindo o presente e o passado escolhido em função da sua mitologia arcaica e reacionária que aos poucos substitui a imagem mais ou menos adaptada ao país real dos começos do Estado Novo por uma ficção ideológica, sociológica e cultural mais irrealista ainda que a proposta pela ideologia republicana, por ser ficção oficial, imagem sem controlo nem contradição possível de um país sem problemas, oásis da paz, exemplo das nações, arquétipo da solução ideal que conciliava o capital e o trabalho, a ordem e a autoridade com um desenvolvimento harmonioso da sociedade. (...) Não vivíamos num país real, mas numa “Disneylândia” qualquer, sem escândalos, nem suicídios, nem verdadeiros problemas. O sistema chegou a uma tal perfeição na matéria que não parecia possível contrapor uma outra imagem de nós mesmos àquela que o regime tão impune mas tão habilmente propunha sem que essa *imagem-curta* (não apenas ideológica, mas cultural) aparecesse como uma sacrílega contestação da *verdade portuguesa* por ele restituída à sua essência e esplendor»²².

Qual a verdadeira dimensão do sistema educativo como instrumento político do regime? Certamente a ligação entre o poder político e a educação foi muito estreita. Tão estreita que o regime lhe confiava o seu futuro e continuidade. A educação era um importante aparelho ideológico e um instrumento fundamental para a construção de uma imagem grandiosa da História nacional que legitimava o regime ao mesmo tempo que criava uma nova mentalidade.

Questionar a realidade educativa durante o Estado Novo é uma tarefa interessante e pertinente, tendo em conta o manancial de análise histórica que ela pode propiciar. Do ponto

²² LOURENÇO, Eduardo, 1991, *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.28.

de vista científico, esta análise reveste-se de particular interesse para o estudo do contexto político-ideológico e cultural em que a educação se desenrolou.

As representações e a divulgação da memória das figuras emblemáticas da nossa história estão ainda hoje bem presentes na consciência da sociedade portuguesa e em boa parte do nosso quotidiano. Desde a toponímia aos monumentos comemorativos, estatuária até à literatura produzida em torno destas, mostram que no passado e também no presente gerações antigas e atuais rendem homenagem a esse conjunto de vultos proeminentes que povoam o imaginário mítico da nossa história.

A identidade exprime-se e materializa-se através destes critérios que consagram as figuras heroicas que estiveram na base do percurso glorioso da nação, a construção de uma visão mítica de um povo intrépido e prudente.

Atualmente o conceito de identidade nacional está desligado de afirmações de nacionalismo e de concepções egocêntricas da nossa existência, encontrando-se associado a um conceito global de identidade. Desde que Portugal se incorporou na Comunidade Europeia que pretende desembaraçar-se da velha concepção mítica e egocêntrica de nação que fabricava os mitos lendários da portugalidade, condenando o modelo retrógrado de tipo integralista-salazarista que vigorou durante décadas. Mas esta noção globalizadora de identidade é recente e ainda em fase de construção. Ela vem substituir a velha concepção identitária que o regime construiu dentro do ideal *Omnia pro Pátria* através de símbolos e engrandecimento de um conjunto de figuras que se foram sucedendo ao longo de várias gerações divulgando sempre um ideal, e nas quais se depositavam todas as esperanças quando se tratava de vencer períodos de conjuntura desfavorável para a nação.

I.2. Objetivo do Estudo

A questão do *ethos* nacional é um conceito que pode ser estudado sob diversos níveis de análise conceptual: enquanto questão antropológico-cultural; histórico-cultural e político-ideológica; como questão ligada às áreas da Sociologia e Psicologia coletivas ou também como questão filosófica.

Pretende-se com o presente trabalho descodificar as tendências historiográficas ao nível cultural e educativo e, sobretudo a nível dos seus conceitos ideológicos que sustentaram as opções do regime político em matéria de perfis nacionais. Interessa-nos desmontar e entender os mecanismos de afirmação das “verdades” utilizados que evidenciavam o aproveitamento que o regime retirava das figuras históricas ao nível do imaginário educativo para firmar os valores nacionais no aluno. Os mecanismos de afirmação que nos propomos analisar revestem-se de particular interesse porque contêm uma carga simbólica significativa que deu consistência à ideologia do regime e alicerçou a consciência histórica nacional.

A exploração desta temática interessa sobretudo ao nível dos aspetos culturais, políticos e ideológicos contidos no discurso histórico escolar e extraescolar. A temática do heroísmo e dos mitos da História está relacionada com a questão da identidade nacional, com a imagética que ela criou em nós próprios e envolve uma determinada ética e mentalidade.

A criação de mitos e de heróis foi desde há muito tempo, uma inevitabilidade constante na sociedade portuguesa. Apresentou-se como uma solução para as consequências das crises geradas enquanto evasão da realidade. A memória coletiva perante situações desfavoráveis demonstrou necessidade de buscar nos feitos e nas personagens do passado as esperanças de ultrapassá-las. Assim, a nação foi criando ao longo da História os mitos à imitação das suas necessidades e das circunstâncias nacionais. Segundo Gusdorf «L` histoire efficace, l`histoire utile n`est pas celle des historiens érudits, mais bien celle qui se formule l`imagerie naïve des livres d`école primaire, ou se trouvent rassemblés les figures stylisées des héros récits romancés des grands événements du passé, revues et charriages par le sens civique»²³.

A historiografia e o discurso histórico são dois elementos que concorrem para a constituição da noção de identidade coletiva de um país, sendo o discurso histórico o veículo fundamental do sistema de representações ideológicas que se produzem e que se manifesta através da narrativa.

²³ GUSDORF, G., 1953, *Mythe et métaphysique*, Paris, Flammarion, p. 226.

A historiografia e o discurso histórico estão, pelo campo de estudo que servem e pelas suas características específicas, relacionados e dependentes da orientação que o poder político lhes atribui. Neste sentido, a construção da memória histórica está diretamente relacionada com a operatividade das representações e das imagens transmitidas mantendo entre si uma estreita relação. O sistema de imagens e representações alimenta-se de mitos que assumem uma importância fundamental na configuração da memória nacional.

I.3. Estado da Questão

O estudo dos perfis nacionais é um campo de investigação que mereceu já a investigação por parte de alguns autores. Existem alguns estudos que se inscrevem dentro da temática sobre a qual versa o nosso trabalho, no entanto, nenhum deles foi realizado tendo em vista o mesmo limite cronológico nem o mesmo objetivo que delineámos para o estudo das figuras históricas.

Julgamos ser importante referir aqui alguns dos estudos já realizados como obras²⁴ e trabalhos de investigação de teor académico que consultámos. Destacamos, dentro desta temática que engloba diversas áreas, o contributo de vários autores, cujas obras consideramos

²⁴ FERREIRA, Virgílio, 1983, *Camões e a Identidade Nacional*, Lisboa, Temas Portugueses, INCM; LAMAS, Maria, 1991, *Mitologia Geral: o mundo dos Deuses e dos Heróis*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa / Imprensa Universitária;

LOPES, António, 1995, *Heróis da missão em 500 anos da Evangelização Portuguesa*, Editora Missões Consolata;

LOURENÇO, Eduardo, 1991, *O Labirinto da Saudade: psicanálise do destino português*, Lisboa, Biblioteca D. Quixote;

MARTINS, Moisés de Lemos, 1991, *Para uma Imersa Navegação: o discurso da identidade*, Porto, Edições Afrontamento;

MATTOSO, José, 1993, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Mário Soares/Gradiva;

PROENÇA, Maria Cândida et alii., 2000, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*, Lisboa, Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses; PROENÇA, Maria Cândida (coord.), 1999, *Um Século de ensino da História*, Lisboa, Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa;

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, 1978, *O Sebastianismo: breve panorama de um mito português*, Lisboa, Terra Livre;

SELLIER, Philippe, 1979, *Le mythe du héros*, Univers de Lettres, Paris, Bordas;

CENTENO, Yvette Kace, 1993, *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra;

GRÁCIO, Rui, 1995, *Da Educação I*, Textos de Educação, Obra Completa, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian; JOÃO, Maria Isabel da Conceição, 1999, *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*, Dissertação de Doutoramento (texto policopiado), 2 volumes, Lisboa, Universidade Aberta;

BETHENCOURT, Francisco e Curto, Diogo Ramada (org.), 1991, *A Memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, Lisboa, Livraria Sá da Costa; LEAL, Ernesto Castro, 1999, *Nação e Nacionalismos: a Cruzada D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos;

MACHADO, José Barbosa, 1996, *O mito de Viriato na Literatura Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho/ Instituto de Educação, Dissertação de Mestrado (texto policopiado); SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e, 1993, *Imagens de D. Sebastião no Portugal Contemporâneo*, Coimbra, Dissertação de Mestrado (texto policopiado); ANDRADE, Luís Oliveira, 2001, *História e Memória - a Restauração de 1640: do Liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coleção Minerva Coimbra, Coimbra, Edições Minerva Coimbra;

de particular interesse para o nosso trabalho, como: Luís Manuel Reis Torgal²⁵ que se dedica a um campo de investigação vocacionado para o estudo da História e das ideologias; Sérgio Campos Matos²⁶ cujo campo de investigação está relacionado com a questão dos nacionalismos, Fernando Catroga²⁷ que se dedicou ao estudo das identidades e Paulo Archer de Carvalho²⁸, cuja temática de investigação versa sobre a historiografia integralista e os seus mitos.

Contam-se também artigos publicados²⁹ que evidenciam o debate em torno desta problemática, sendo este tema matéria de discussão nas últimas décadas.

²⁵ TORGAL, Luís Reis, 1989, *História e Ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva; TORGAL, Luís Reis, 1982, *Pombal Revisitado*, Vol. I, Lisboa, Ed. Estampa; TORGAL, Luís Reis, 1998; TORGAL, Luís Reis *et alii.*, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores.

²⁶ MATOS, Sérgio Campos, 1988, *História, Mitologia e Imaginário Nacional: a História no curso dos liceus*, Dissertação de Mestrado (texto policopiado), Lisboa, Universidade Nova; MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do séc.XIX:1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri/ Faculdade de Letras de Lisboa; MATOS, Sérgio Campos, 1993, *Na génese da teoria do herói em Oliveira Martins*, Lisboa, INIC.

²⁷ CATROGA, Fernando e Carvalho, Paulo A.M. Archer de, 1996, *Sociedade e Cultura Portuguesas III*, Lisboa, Universidade Aberta; CATROGA, Fernando, 2001, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.

²⁸ CARVALHO, Paulo Archer de, 1993, *Nação e Nacionalismo: mitemas do Integralismo Lusitano*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal.

²⁹ CARVALHO, Paulo Archer de, 1994, “Memória Mítica da Nação - o caso do Integralismo Lusitano in: *Vértice* 61/Julho-Agosto, pp.51-66; CARVALHO, Paulo Archer de, 1995, “De Sardenha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia” in: *Revista de História das Ideias*, Vol.17, pp.79-123; CARVALHO, Paulo Archer de, 1996, “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista” in: *Revista de História das Ideias*, Vol. 18, pp.231-243; PAULO, Heloisa de Jesus, 1996, “Salazar: a elaboração de um mito” in: *Revista de História das ideias*, Vol. 18, pp.245-275.

HOMEM, Amadeu Carvalho, 1991, *Identidade Nacional e Contemporaneidade*, Revista História das Ideias, Vol.XVII, pp.587-596;

LEAL, Ernesto Castro, 1993, “Projeção pública do símbolo Nun`Álvares (1918-1931)” in: *Revista da Faculdade de Letras*, nº15, 5ªsérie, FLUL, pp.67-80;

LOUREIRO, Francisco de Salles, 1989, “Uma mitogenia nacional” in: *Revista da Faculdade de Letras*, nº12, 5ªsérie, pp.47-58;

MATOS, Sérgio Campos, 1988, “Heróis e anti-heróis de uma memória histórica” in: *Clio*, Vol. 6, pp.39-77;

MATOS, Sérgio Campos, 1992, *História, Positivismo e função dos Grandes Homens no último quartel do séc.XIX*, Lisboa, Separata de Penélope, nº8; pp.51-71; MOLES, Abraham A., 1985, “A função dos mitos dinâmicos na construção do imaginário social” in: *Logos*, nº4/dezembro, pp.33-49;

SEABRA, Jorge, 1995, “O Império e as memórias do Estado Novo- os Heróis de Chaimite” in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.33-78; JOÃO, Maria Isabel da Conceição, 2001, “Memória e Construção dos Mitos: reflexão em torno dos heróis” in: *Discursos*, III série, 3, Lisboa, Universidade Aberta, pp.74-97; TORGAL, Luís Reis, 1998, “Ensino da História”, in: *História da História em Portugal (sécs.XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp.85-193; TORGAL, Luis Reis, 1976, “A Restauração: reflexão sobre a sua historiografia” in:

Separata da Revista História das Ideias, IHTI, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp.23-40; ROSAS, Fernando, 1995, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial” in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.19-32; RAMOS, Paulo Oliveira, 1998, “Pequenas Pátrias” in: *Poder e Sociedade*, Vol. II, Colecção de Estudos Pós-Graduados, Lisboa, Universidade Aberta, pp.523-538.

I.4. Descrições de termos

Memória histórica coletiva – É um conceito recente de cariz historiográfico desenvolvido por Pierre Nora. Representa o esforço consciente da sociedade para construir ideias, conhecimentos, representações e imagens com recurso ao passado, seja este real ou imaginário.

Educação – É um processo que implica a relação entre o ensino e a aprendizagem. É uma forma de reprodução dos saberes que pertencem a uma cultura. Intencionalmente ou não, a educação reproduz ideologias dominantes.

Ideologia – É um elemento cultural. Traduz uma determinada visão da “verdade” que se pretende transmitir. Apresenta um sistema de ideias e valores padronizado com vista à orientação do futuro.

Mentalidades (História das) – É um conceito historiográfico que dá ênfase às formas de pensar e de sentir dos indivíduos de uma mesma época. É um sistema de valores, crenças, e representações específicas de uma época ou de uma sociedade. É também o padrão de pensamento que forma a estrutura da consciência dos indivíduos.

Perfis nacionais – É a representação das características de um conjunto de indivíduos.

Símbolo – É um elemento de identidade que pressupõe uma correspondência ou associação com um determinado significado. A relação entre significado e símbolo é obtida através da ação da propaganda.

Identidade nacional – É um conceito, uma criação do plano cognitivo que explica o sentimento de pertença dos indivíduos a uma nação. Promove um vínculo entre a sociedade e a nação e uma ideia de união, essenciais para a construção da identidade individual.

Representações sociais – É uma forma de interpretação que é construída e partilhada coletivamente e promove a construção de uma visão comum a uma sociedade.

CAPÍTULO II: ESTRUTURA CONCEPTUAL

II.1. Definição da problemática

Atualmente discute-se a educação como um tema central do desenvolvimento das sociedades. Neste debate intervêm dois conceitos de especial relevância: a História Cultural ou das Mentalidades e a História da Educação. A História Cultural ou das Mentalidades é uma área que se insere num âmbito geral da História e que mantém uma relação estreita com a História da Educação uma vez que partilham conceitos caros a ambas.

Nas últimas décadas a História da Educação tem vindo a ganhar terreno, destacando-se a pesquisa e a investigação realizada no âmbito desta temática que ocupa uma posição de destaque naquela que é a relação de interdisciplinaridade entre as duas áreas de referência. A problemática do nosso trabalho toca estes dois conceitos e, numa perspetiva histórica pretende refletir sobre questões culturais e de mentalidade inseridas num contexto educativo.

A História Cultural é sensível às representações e ao simbolismo e dá o seu contributo à História da Educação colocando-lhe desafios, o que torna importante a reflexão em torno desta problemática, atendendo ao legado que o pensamento pós moderno doou à “nova” História Cultural.

O simbólico é parte integrante da existência humana. É Mircea Eliade quem afirma que «o pensamento simbólico é inseparável do ser humano»³⁰. O imaginário vem sendo objeto de uma preocupação científica crescente, sobretudo no que se refere ao aprofundamento do conhecimento sobre o homem e sobre as sociedades humanas porque confere sentido à existência humana.

O simbólico é condição fundamental para que o humano exista e a cultura escolar que ela comporta são os espaços privilegiados para a sua transmissão, por isso a cultura escolar é uma cultura simbólica onde a imagem influencia de forma direta a educação a nível do racional e do mental. Assim, a imagem e o imaginário, no seu conjunto, envolvem diversos conceitos como ideais, ideologias, emoções/sentimentos, crenças, mitos, valores, etc., e constituem um meio fundamental para perspetivar a pedagogia e o ensino.

É através do domínio do imaginário que se representa o essencial, o cerne da educação e os objetivos primordiais da educação. A educação enquanto prática social é uma prática simbólica e é um dos meios que permite agir sobre o imaginário coletivo.

³⁰ ELIADE, Mircea, 1963, *Images et Symboles*, Paris, Gallimard, p.13.

A recorrência ao imaginário permite criar e recriar os heróis mitológicos e os movimentos históricos regeneradores que representam auges na história e que desencadeiam reações no domínio emocional, contribuindo para alimentar o ego nacional. De acordo com Maria Cecília Sanchez Teixeira (...) «o imaginário não é um simples conjunto de imagens que vagueiam livremente na memória e na imaginação. Ele é uma rede de imagens na qual o sentido é dado na relação entre elas, as quais organizam-se de acordo com uma certa lógica, uma certa estruturação, de modo que a configuração mítica do nosso imaginário depende da forma como arrumamos nele nossas fantasias»³¹. Esta conceção enquadra o mito no domínio do emocional, tal como também defende Ernest Cassirer que o concebe sob a seguinte forma: «O mito não nasce somente de processos intelectuais, brota das emoções profundamente humanas. Contudo, por outro lado, todas aquelas teorias que acentuam exclusivamente o elemento emocional esquecem um ponto essencial. O mito não pode ser descrito como uma simples emoção porque é a expressão de uma emoção. A expressão de um sentimento não é o próprio sentimento - é a emoção tornada imagem»³².

Por estas razões o imaginário é um conceito fundamental no que toca à compreensão da memória e identidade nacionais. O sentimento de pertença é um ato da imaginação. É através das raízes imaginárias que o indivíduo adquire esse sentimento de pertença que se vai alterando com o decorrer do tempo. As sociedades precisam de ter representações simbólicas para se afirmar o sentimento de pertença.

A mitanálise tem como objetivo, segundo a perspectiva de Alberto Araújo (...) «a detecção dos traços míticos (esquemas míticos) latentes ou difusos (mito implícito) e patentes (mito explícito), no interior das sociedades, das civilizações e das respetivas ideologias que as enformam»³³. Estas considerações remetem-nos para a relação entre mito e ideologia também demonstrada pelas teses de Jean-Pierre Sironneau³⁴ que se entrecruzam com o conceito de inconsciente coletivo relevante para compreender como se opera a consciência cultural. Segundo Sironneau, o inconsciente coletivo junguiano (...) «é a instância proto-simbólica universal responsável pela produção de *figuras constantes do imaginário* que, por sua vez, moldam ou afectam as múltiplas variações culturais ou singularizações históricas»³⁵. O

³¹ TEIXEIRA, Maria Cecília Sanchez, 2003, “O imaginário como dinamismo organizador e a educação como prática simbólica” in: ARAÚJO, Alberto Filipe e Araújo, Joaquim Machado, 2003, *História, Educação e Imaginário*- Actas do VI Colóquio, Braga, Centro de Investigação em Educação/Universidade do Minho, p.36.

³² CASSIRER, Ernest, 1961, *O Mito do Estado*, Lisboa, Publicações Europa-América, p.64.

³³ ARAÚJO, Alberto Filipe e, Magalhães, Justino, 2000, *História, Educação e Imaginário* – Actas do IV Colóquio de História, Educação e Imaginário, Braga, Universidade do Minho, p.96-97.

³⁴ SIRONNEAU, Jean-Pierre, 1980, *Le Retour du mythe*, Grenoble, PUG.

³⁵ SIRONNEAU, Jean-Pierre, 1990, “Les équivoques de la religion révolutionnaire” in : CHALAS, Yves (dir.) *Mythe et Révolutions*, Grenoble, PUG, p.99-132.

imaginário humano é composto por uma dupla dimensão inseparável: a sócio-cultural e a arquetipal. Esta última está na base da ideia e da narrativa mítica que caracteriza o inconsciente coletivo que produz as imagens. A narrativa mítica e as imagens arquetipais com a sua carga semântica influenciam a consciência cultural.

O recurso à mitanálise e ao papel que esta desempenha no inconsciente coletivo é justificado pela busca e exploração da dimensão arquetipal no contexto das emoções e sentimentos que desperta no inconsciente. A mitanálise procura identificar os grandes mitos diretores dos momentos históricos. Conceito, por vezes complexo de explicar, o mito anda a par com a explicação da memória histórica. Para Roland Barthes, «o mito é um sistema da comunicação, uma mensagem (...) é um modo de significação, uma forma (...) o mito é uma fala, tudo o que é passível de um discurso pode ser um mito»³⁶.

É o enunciado da sua mensagem que define o mito, o modo como este se apresenta e se representa, -a sua intencionalidade que obedece a estereótipos e à purificação, eternização e, por vezes à sacralização do objeto. O mito constrói todo um sistema de significação complexo em torno do seu objeto, sobre o qual exerce uma função intencional, respondendo aos interesses ideológicos das sociedades porque transmite conceitos de uma forma intencional.

O mito descreve e caracteriza um conjunto social, implementando uma determinada mitologia. Os mitos históricos de um país têm a sua génese junto dos poderes governativos e dos centros culturais e surgem ancorados a uma perspetiva temporal, inseridos nos contextos que lhes servem simultaneamente de estrutura de apoio e de base de desenvolvimento.

O poder serve-se de um vasto universo de significações, apropriando-se dele e apresentando os elementos simbólicos como instrumentos decisivos na afirmação e orientação desse mesmo poder. É em torno da simbologia e dos elementos simbólicos que a base ideológica de um regime se constrói e é também em torno desta que o seu poder se fundamenta e legitima. Os elementos simbólicos são apresentados pelo poder com uma característica de imutabilidade e perenidade que lhe confere consistência e uma estrutura conceptual sólida. Este processo permite entender a memória histórica como um meio vital para a compreensão de conceitos, tais como o nacionalismo ou o culto dos heróis.

É o mito que nos apresenta os modelos de referência escolhidos por aqueles que deles se servem para legitimar regimes ou conceções ideológicas, mas também para omitir, induzir, deturpar e silenciar a verdade histórica, estando, por isso sujeito às influências e pressões que sofre a História. Nesta perspetiva, a História e a ficção mantêm uma estreita relação, na

³⁶ BARTHES, Roland, 1956, *Mitologias*, Lisboa, Colecção Signos 2, Edições 70, p.249-250.

medida em que esta sendo entendida como uma modelação, faz com que a História seja, uma ficção porque ela (...) «é sempre uma modelação do passado»³⁷. A História é, também, no entender de J. Mattoso uma (...) «representação de representações»³⁸. Esta representação toma uma forma de discurso de divulgação transmitido e recebido segundo uma conceção de memória histórica que atribui importância ou desvaloriza conforme o impacto do processo de transmissão/receção.

O mito serve ainda para ser evocado em momentos desfavoráveis que promovem a necessidade de reconfortar o imaginário nacional através de enunciados simbólicos já existentes ou pela criação e projeção de novos mitos que vão beber ao passado as suas origens, contribuindo para a construção de uma memória histórica que neles encontra também as suas bases de fundamentação. Esses momentos coincidem com fases de rutura política e social, mudança de regime ou ameaça à integridade ou soberania de um Estado e, principalmente, em períodos em que é colocada em causa a identidade nacional. Estes momentos apresentam um elevado potencial para que se recorra aos mitos como forma de controlar um presente problemático, na esperança de ultrapassar as conjunturas desfavoráveis, renovando-se símbolos e rememorando-se arquétipos.

É a vontade nacional coletiva que determina a permanência dos mitos que são evocados com o objetivo de apontar soluções positivas para o futuro. O mito atuando como exemplo pressupõe e apresenta uma ordem lógica das coisas, condição essencial para superar as dificuldades do momento, ou seja, elevar a moral de um povo. Os mitos revelam ainda que (...) «o Mundo, o homem e a vida têm uma origem e uma história sobrenatural, e que essa história é significativa, preciosa e exemplar»³⁹. É importante e até necessário o estudo e o conhecimento do mito, porque ele (...) «fornece uma explicação do Mundo e da própria maneira de estar no mundo, mas sobretudo porque, ao recordar, ao reatualizá-los, ele é capaz de repetir o que os deuses, os heróis ou os antepassados fizeram *ab origine*»⁴⁰.

Mircea Eliade defendia também que os mitos (...) «constituem os paradigmas de todo o ato humano significativo; que desconhecendo o mito, conhece-se a “origem” das coisas e, desse modo, é possível dominá-las à vontade»⁴¹. Desta forma mito e manipulação relacionam-se muito estreitamente no processo de formação das consciências. O mito pressupõe uma experiência de acontecimentos significativos e especiais características que tornam aureoladas

³⁷ TORGAL, Luís Reis, 1998, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, Vol. I, Lisboa, Temas e Debates, p.155.

³⁸ MATTOSO, José, 1998, *A escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Ed. Estampa, p.38.

³⁹ ELIADE, Mircea, 1984, *Aspectos do Mito*, Lisboa, Perspectivas do Homem, Edições 70, p.24.

⁴⁰ Idem, p.19.

⁴¹ Idem, p.23.

as figuras a eles ligados, tornando-os exemplos presentes para as sociedades, um código de conduta e de personalidade, por isso o mito é (...) «uma realidade viva, à qual constantemente se recorre»⁴².

É um processo comum nas sociedades a mitificação de períodos de esplendor e glória. Há uma tendência natural dos povos para mitificar fases remotas da história que atestam a sua grandeza e superioridade. O período das origens e da fundação é muito comum, por se relacionar intimamente com a identidade nacional e o reconhecimento coletivo. Neste processo de mitificação destacam-se fatores de ordem psicológica coletiva e de influência histórica que se revelam mais constantes, até insistentes em momentos de crise de identidade e/ou de conjunturas políticas desfavoráveis que renovam e atualizam o mito. Nesta perspetiva, os mitos surgem como necessidade de recriar um passado glorioso que seja simultaneamente garantia do presente e do futuro, apontando modelos, definindo e apresentando o ser ideal de uma nação.

Nos períodos de exacerbamento nacionalista há uma tendência para manipular o mito. Este serve, neste sentido, para atuar como uma imagem revigorante de glória e de grandeza, adquirindo uma dimensão sobrenatural. Desta forma ergueram-se as figuras míticas que funcionavam como garantes da unidade nacional, cristalizando-se na cultura, definindo e caracterizando uma mitologia e uma mitogenia que se tornou apanágio de um discurso insistentemente repetido a nível político, histórico, educativo, literário e também artístico.

Os mitos históricos nacionais constituem um sistema dinâmico coerente, porque questionam o destino de um país e reconstroem-no em símbolos ou imagens modelares e a sua permanência na memória coletiva depende do grau de realização estética que é alcançado e da carga simbólica que nele foi investida. Segundo Armindo Vaz, os mitos (...) «são a expressão, em forma de história, de preocupações, medos, aspirações assentes na psicologia humana»⁴³. O mito comporta um sentido mais profundo das coisas, atribui-lhe estética, superioridade e beleza. Quanto à linguagem utilizada pelo mito, (...) «por ser imagética, não deixa frio o leitor; afeta-o com o seu conteúdo interno mediante a sua forma externa e impressiona-o»⁴⁴.

O mito ocupa um lugar importante na estrutura das sociedades. É, muitas vezes chamado para responder às mais diversas solicitações, por ser um movimento permanente do imaginário social e individual que se encontra na “consciência” da sociedade, geralmente ao

⁴² ELIADE, Mircea, 1984, *Ob. Cit.*, p.24.

⁴³ VAZ, Armindo dos Santos, 2000, “Mitos de Origem Bíblicos: o imaginário interpreta a realidade” in: ARAÚJO, Alberto Filipe e, Magalhães, Justino, 2000, *Ob. Cit.*, p.21.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

nível do subconsciente. O mito constitui uma explicação do devir social porque é um mecanismo do imaginário. Ele comporta uma razão que permite antever mudanças, pois anuncia um regresso ao passado, uma renovação da história. Estes pressupostos explicam em parte o estreito relacionamento entre a mitologia e a história, afirmado por Claude Lévi-Strauss: «Não ando longe de pensar que, nas nossas sociedades, a História substitui a mitologia e desempenha a mesma função, já que para as sociedades sem escrita e sem arquivos a mitologia tem por finalidade assegurar com um elevado grau de certeza - a certeza completa é obviamente impossível -, que o futuro permanecerá fiel ao presente e ao passado»⁴⁵.

A história política não prescinde do imaginário que “dá corpo e vida” à população, movido pela força das imagens que o constituem. O imaginário funciona como motor social, por força das imagens que são transmitidas através do programa filosófico da História. O imaginário político é composto por um conjunto de imagens que remete para a utilização de representações de ideário que contribui para a sua eficácia enquanto sistema. O mito político, para Raoul Girardet, desempenha (...) «tanto uma função explicativa como um papel de mobilizador»⁴⁶.

Os mitos conferem à história um sentido mais marcante e profundo de âmbito sentimentalista. Ele encarrega-se da transfiguração da personagem histórica em herói mítico. Fá-lo pertencer a um mundo sagrado que este conquistou pela sua exemplaridade. A morte é um desiderato fundamental no processo de construção ou desenvolvimento de um mito. O mito permite que os heróis conservem a sua personalidade *post mortem*, pressupondo a sua existência espiritual e sagrada, tal como defende M. Eliade: (...) «tendo realizado na sua vida terrena unicamente ações exemplares, o herói conserva a sua memória, uma vez que, de certo modo, essas ações eram impessoais»⁴⁷.

A evocação de figuras constitui uma necessidade de ilustrar a memória coletiva, processo que permite que elas não caiam no esquecimento. Esta evocação assegura uma função de comunicação social mas também uma função pedagógica e didática que permite fazer compreender valores e partilhar uma cultura que é comum.

A relação entre a história, a educação e o imaginário constitui uma estrutura tripartida num quadro mais amplo da evolução histórica e educacional através da sua dialética, num processo de articulação entre os três conceitos. Estes articulam-se, permitindo compreender e

⁴⁵ LÉVI-STRAUSS, Claude, 1978, *Mito e Significado*, Col. Perspectivas do Homem, Edições 70, p.63.

⁴⁶ GIRARDET, Raoul, 1986, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil, p.67.

⁴⁷ ELIADE, Mircea, 1990, *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Círculo de Leitores, p.55.

explicar a dialética entre o passado, o presente e o futuro. Segundo Francisco Loureiro, o mito é (...) «afinal o ponto de encontro das diversas linhas que definem uma identidade nacional»⁴⁸.

Os mitos, segundo G. Dumézil, traduzem (...) «des réalités plus profondes, sociales et culturelles»⁴⁹. O fator psicológico tem uma intervenção fundamental, porque o mito surge em períodos de crise psicológica de uma nação. Ao longo da História muitos foram os mitos que foram sendo construídos, centrados sob a mesma perspectiva do nacionalismo encarado como uma resposta mitogénica para a resolução destas.

O mito das origens insere-se no conjunto dos mitos antropológicos. Estes constituem a explicação da formação de uma nação. Este mitifica além do espaço físico, a figura do herói fundador que, regra geral é um guerreiro que (...) «participa do poder e da condição divina e encontra a confirmação do agir na certeza de um destino messiânico, indiciado por sinais proféticos e confirmado pelos deuses»⁵⁰.

O discurso lendário da fundação adquire uma característica providencialista em Portugal, desde finais do século XIV. Porém, será o mito sebástico e os mitos da fundação que perduraram até aos nossos dias. A formação do mito providencialista remonta ao final da Idade Média e à lenda do milagre de Ourique. Será também nesta época que se assiste ao ressurgimento do ideal de cruzada que se difunde na Península Ibérica e que vai influenciar a historiografia dos séculos XIV e seguintes. O discurso histórico compreende desde então a legitimação de uma política imperial e expansionista que é interrompida com a morte de D. Sebastião.

A deformação é uma das características funcionais do mito, segundo Roland Barthes⁵¹. Essa deformação opera-se em termos da desvalorização *versus* hipervalorização de mitemas que cria uma versão histórica específica. Durante o período em estudo neste trabalho essa deformação do mito aconteceu dando origem a uma versão tradicionalista da História nacional, já encetada pela I República através da influência do Integralismo Lusitano. No entanto, o processo de deformação pode adquirir o carácter supressivo em vez dos

⁴⁸ LOUREIRO, Francisco de Salles, 1989, “Uma mitogenia nacional” in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº12 – 5ª Série, p.57.

⁴⁹ DUMÉZIL, Georges, 1974, *Mythe et Épopée*, Vol. I, Paris, Gallimard, p.86.

⁵⁰ CIDRAES, Maria de Lourdes, 1997, “ A palavra e o ato: o mito português do herói fundador” in: CRISTOVÃO, Fernando *et alii.* (Coord.), *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Lisboa, Edições Cosmos, p.137. Esta perspetiva do herói fundador é demonstrada por Gilbert Durand na sua obra, *Estruturas Antropológicas do Imaginário*, onde apresenta a sua dupla faceta, estabelecendo através deste a ligação entre os homens e os deuses. Além da vertente do herói guerreiro e vitorioso, a faceta do herói místico que transcende o plano humano com um destino providencialista e messiânico.

⁵¹ BARTHES, Roland, 1984, *Mitologias*, Lisboa, Ed. 70, p.192.

anteriormente referidos, a que G. Durand designa como *cisma*⁵² e que consiste na omissão das características menos positivas que podem macular os mitos que se pretendem exaltar.

O mito pode influenciar a compreensão histórica. A relação entre o mito, o real e a história é explicada por Nicole Ferrier-Caverivière que também se dedicou ao estudo da mitologia: «Ni l'histoire ni le réel ne sont en eux-mêmes mythiques. Ils peuvent cependant le devenir si, entre autres, un mystère insondable les pénètre, s'ils cessent d'être lisibles, d'évoluer avec logique. Lorsqu'un événement historique ou l'attitude d'un grand comportements humains, lorsqu'une zone d'ombre et d'incompréhension les envahit tout d'un coup et les fait échapper aux prises de la science et de la pure intelligence, l'imagination d'une groupe d'hommes ou d'un peuple, défiant les lois du quotidien, trouve naturellement le moyen d'imposer ses couleurs et ses métamorphoses, ses déformations et ses amplifications»⁵³. Para esta autora a consciência coletiva é a responsável pela criação do mito *político-heroico*. Segundo a sua perspetiva (...) «le mythe politico-héroïque est en effect l'expression d'une pulsion venue des profondeurs du psychisme collectif : avant que le personnage parvienne au premier plan de l'histoire, il est en quelque sorte déjà attendu. Il y a, dans les mentalités, dans le psychisme collectif, un ensemble de vieux rêves, d'espoirs ou de haines que n'attendent qu'une occasion pour s'accrocher à une réalité»⁵⁴.

Nicole Caverivière mostra ainda a diferença entre mito e símbolo. Segundo a sua teoria (...) «un mythe doit être simple, l'image mythique d'un personnage historique est une image simplifiée ; et c'est en partie par-là que l'on peut apercevoir la distinction entre le symbole et le mythe : le symbole respect l'identité historique, alors qu'il y a mythe à partir du moment où on construit un imaginaire que est une forme de divinisation»⁵⁵.

A relação entre a História Cultural e a História das Ideias já foi demonstrada por vários autores, tais como Peter Burke, Roger Chartier, Lynn Hunt, Sol Cohen, António Viñao Frago, Thomas Popekewitz, Barry M. Franklin, Miguel A. Pereyra, Manuel Ferraz Lorenzo, Ignacio Olábbarri e Francisco Javier Caspistegui⁵⁶. Estes autores estabelecem a relação entre os dois

⁵² DURAND, Gilbert, 1982, *Mito, Símbolo e Mitologia*, Lisboa, Ed. Presença, p.55.

⁵³ FERRIER-CAVERIVIÈRE, Nicole, 1988, "Figures historiques et figures mythiques" in : Pierre BRUNEL, *Dictionnaire des Mythes Littéraires*, Lonrai, Édition du Rocher, p.604.

⁵⁴ Idem, p.605.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁶ BURKE, Peter, 1996, "História Cultural e História Total" in: CASPISTEGUI, Francisco Javier e Olábbarri, Ignacio, 1996, *La "nueva" Historia Cultural: la influencia del postestructuralismo y el auge de la interdisciplinridad*, Madrid, Universidade Complutense; CHARTIER, Roger, 1996, "La História hoy em día: dudas, desafios, propuestas" in: HUNT, Lynn, 1989, *The new Cultural History*, Berkeley, University of California Press; COHEN, Sol, 1999, *Challenging Orthoxies. Toward a new Cultural History of Educación*, New York, Meter Lang Publishing; FRAGO, António Viñao, 2001, "History of Educacion and Cultural History. Possibilities, Problems, Questions" in: POPEKEWITZ, Thomas, Franklin, Barry M., Pereyra, Miguel A., 2001,

conceitos de História. Sol Cohen refere na sua obra que a “nova” História Cultural é uma nova forma de fazer História da Educação.

A “nova” História Cultural, graças à influência da antropologia surge, por um lado como uma tentativa de fazer uma história total, como defende Peter Burke, e, por outro, como uma tentativa de afirmar a dimensão sócio-cultural dessa nova modalidade histórica, como defende Roger Chartier. A “nova” História Cultural destaca simultaneamente o lado sócio-económico, o imaginário, tema próprio da História das Mentalidades, e os discursos ideológicos representados sob a forma de representações ou construções sociais que devem ser interpretados hermeneuticamente.

Quanto ao contexto historiográfico das ideias educativas interessa-nos a teoria segundo a qual Hyden White identifica as figuras retóricas ou tropos da linguagem que são estruturas linguísticas através das quais se produz o discurso da História: metáfora, metonímia, sinédoque e a ironia. Este discurso assume um estatuto “metatropológico” especial que reconhece a natureza problemática da linguagem. Segundo H. White são estas figuras que governam e que constituem todos os modos possíveis da narração e da explicação histórica⁵⁷. Este facto dificulta o debate historiográfico e impõe ao autor a escolha de uma perspetiva histórica orientada segundo um plano moral ou estético.

Outro aspeto a destacar no contexto historiográfico ligado à História da Educação é o papel fundamental da imaginação na reconstrução histórica, a sensibilidade ao simbolismo e aos temas do imaginário social, utopia e mitos. Este tema é estudado por Hayden White⁵⁸ que o denomina “viragem linguística”, por Sol Conhen⁵⁹ e António Nóvoa⁶⁰ que destacam as possibilidades que oferecem as imagens que se convertem em símbolos no contexto educativo.

A imagem comporta um conteúdo que é particularmente emotivo e, por isso apela sempre ao sensível e à sensibilidade estética, favorecendo o sentimento coletivo. Através desta perspetiva a imagem funciona como organizadora e conciliadora de uma vontade e da unidade social coletiva que se constitui por intermédio da partilha de ideias, ideologias, mitos,

Cultural History and Education. Critical Essays on Knowledge and Schooling, New York-Land, Routledge Falmer; LORENZO, Manuel Ferraz, 2005, *Repensar la Historia de la Educacion. Nuevos desafios, nuevas propuestas*. Madrid, Biblioteca Nueva.

⁵⁷ WHITE, Hayden, 1987, *The content of the form. Narrative. Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London, Jonhs Hopkins University Press.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ CONHEN, Sol, 1999, “Postmodernism. The new Cultural History Film: resisting images of Education” in: *Challenging Orthoxies. Toward a new Cultural History of Education*. New York, Peter Lang Publishing.

⁶⁰ NÓVOA, António, 2001, “Texts, Images and Memories. Writing “New” Histories of Education” in: POPKEWITZ, T.S., 2001, *Cultural History and Education. Critical essays on Knowledge and schooling*, New York-Land, Routledge Falmer.

valores ou seja, todos os conceitos que pertencem ao domínio do imaginário e do simbólico. Esta questão remete-nos para o entendimento da dimensão simbólica como a dimensão que estrutura e ao mesmo tempo consolida a sociabilidade dos grupos.

As ideias-imagem, conceito introduzido por Bronislaw Baczko, quando portadoras de auréolas imaginárias e influenciadas pelo símbolo adquirem uma aura simbólica que conduz ao imaginário mítico com os seus símbolos e para o imaginário arquetipal com as imagens arquetípicas e arquétipos. São as impressões sensíveis apresentadas sob a forma de imagens que permitem a germinação das ideias que o indivíduo recebe constantemente na escola, ou em qualquer outro meio onde atue, enquanto forma de impressionar a imaginação das massas. As imagens, quando não se dispõem delas, são evocadas através da palavra e da fórmula e têm um poder imenso no imaginário coletivo, pois podem originar revoluções ou, pelo contrário, apaziguar ânimos.

A “ideia” assume um lugar de destaque na cultura pois faz parte do imaginário e do simbólico. As ideias educativas são entendidas como modalidades do imaginário com uma dupla dimensão: este imaginário bidimensional articula uma dimensão semântica (que inclui as ideologias, utopias e metáforas) e outra pré-semântica (que engloba mitos e símbolos). Esta é uma modalidade do imaginário que é simultaneamente sócio-cultural e mítico-simbólica, porque as ideias educativas são devedoras quer de um tempo-espço sócio-histórico, quer de um semantismo utópico ou mítico ou dos dois em simultâneo.

A prática social que a educação representa é também a prática simbólica de base que congrega as diversas práticas simbólicas. A educação é assim elemento de união no universo social convergente. As ideias educativas devem ser pensadas sob o critério da formação do homem porque educar consiste em modelar o sujeito de acordo com uma forma que congrega um conjunto variado de ideias educativas. Este ideal educativo cristaliza todas as dimensões ontológicas, epistemológicas, éticas e estéticas da educação, tal como defende M. Fabre⁶¹. As ideias educativas são também mobilizadoras de outras ideias como o imaginário social e cultural. Abrem-se ao jogo metafórico e ideológico mas também ao mito, pois o imaginário sócio-cultural é irrigado por um fluxo de imagens arquetípicas provenientes do imaginário coletivo.

O discurso educativo é, sem dúvida, mais eficaz no que respeita à penetração das ideologias do que o discurso político, porque visa persuadir o aluno a ver o mundo de uma determinada forma e a acreditar na “razão”. As ideias educativas são mobilizadoras de outras

⁶¹ FABRE, Michel, 1994, *Penser la Formation*, Paris, PUF.

ideias como o imaginário social e cultural que se abrem ao jogo metafórico e ideológico mas também ao mito porque o imaginário sócio-cultural é influenciado por um conjunto de imagens arquetipais provenientes do imaginário colectivo.

A História da Educação é um ramo de especialização da História embora se constitua como domínio autónomo do conhecimento através de dois sentidos: um de natureza metodológica e, outro de natureza substantiva que interagem na constituição dos saberes científicos. Atualmente a História da Educação debate-se com questões fundamentais no plano epistemológico uma vez que ela constitui uma área do conhecimento que nos últimos tempos entrou num processo de renovação.

A partir da década de oitenta, caminha-se no sentido de operar a integração de novas temáticas e problemáticas graças à influência de correntes antropológicas e sociológicas e das ciências económicas e políticas, o que proporcionou um renascimento educativo e adoção de enquadramentos conceptuais e metodológicos renovados no âmbito da “nova” História Cultural, o que até então não tinha sido possível fazer devido aos sistemas de interpretação herdados da história social das estruturas e das mentalidades que tinham dominado as formas de trabalho dos historiadores da educação e que entravam em choque com os paradigmas da ciência moderna.

É Michel Foucault que demonstra a passagem de uma História Social a uma História Cultural enquanto estudo das problemáticas culturais. No entanto, a reformulação do projeto da história social, tal como foi concebido pela Escola dos *Annales*, abre novos caminhos à História da Educação através da definição da nova História Sócio-Cultural que abrange as representações coletivas.

Atualmente as sociedades não são tão coesas porque os símbolos que estas representam não promovem a unidade, nem estabelecem pontes como as sociedades de outros períodos anteriores. As sociedades atuais são frágeis porque assentam em valores comuns que se vão alterando com o decorrer do tempo e vivem as questões de identidade de forma muito diferente.

Atualmente existem novas identidades porque vivemos num mundo global que desperta novos interesses e desafios no âmbito da cidadania global. Esta evolução rápida dos conceitos promove a construção ativa das identidades nacionais e a consequente necessidade de as repensar. Neste sentido consideramos que a História da Educação enfrenta novos desafios, porque a escola sempre foi reprodutora de cultura e de ideologia e estas características acarretam consequências. A educação era no passado o elemento principal da construção dos Estados-Nação e do conceito de identidade nacional. No presente, o âmbito da educação

alarga-se e generaliza-se a um plano mais abrangente o que proporcionou novos desafios intelectuais a esta disciplina.

A História das ideias ou das mentalidades esteve durante muito tempo na base da investigação histórico-educativa no sentido de interpretar a mentalidade dos educadores do passado. Atualmente os seus novos desafios prendem-se com o estudo das práticas discursivas. Hoje entende-se a História como uma ciência cujo objetivo está direcionado para o entendimento da relação que se estabelece entre o homem e a sociedade ao longo dos tempos. É inegável o seu caráter pedagógico, porque forma consciências, no entanto, é errada a perspetiva de ver a História, *a priori*, como um objeto cívico, embora este se manifeste indiretamente.

A História está atualmente ao serviço da sociedade no sentido de a compreender de uma forma mais realista para a explicar. A crítica histórica é um aspeto muito importante, na medida em que se não houver um conhecimento crítico das fontes apenas será possível ter uma visão redutora, acrítica que facilmente se deixará influenciar pela força das ideologias. No entanto, nem sempre assim aconteceu. O século XX é profundamente marcado temporal e politicamente, pela implantação da ditadura militar e posteriormente do Estado Novo, de cariz antiliberal, antidemocrático, conservador, corporativista, nacionalista e autoritário. Durante as décadas que Portugal esteve sob o signo da ditadura, a História foi um importante veículo da ideologia subjacente.

Desde que a História como disciplina foi integrada no currículo, que os vários regimes se aproveitaram dela para transmitir os seus valores ideológicos. A História era encarada como uma disciplina importante no currículo mais pela sua função de transmissora de ideologias do que pela sua função de valorização cultural e intelectual do aluno. Nesta perspetiva, o discurso histórico apresentava-se como um discurso ideologicamente orientado, uma construção simbólica e é nesse sentido que dela emanava um conjunto de elementos simbólicos com os quais a sociedade se orientava e interagía.

II.2. Definição do Objeto

O heroísmo é um tema atual, até mesmo intemporal dada a importância de que este se reveste no contexto da memória coletiva e do imaginário nacional. É complexo porque suscita determinadas problemáticas e a sua definição é geradora de variadas conceções. Pelo exposto, é pertinente a colocação de questões como: o que é o herói? Que definição ou definições estão associadas a este conceito? Que critérios definem o herói? Como surge e o que representa?

A temática relacionada com o heroísmo nacional constitui um tema de destacado interesse desde que a historiografia oitocentista lhe atribuiu essa relevância e nos períodos que se seguiram, sobretudo a partir dos finais do século XIX. É com a crise da Monarquia Constitucional e a dificuldade do Parlamentarismo fomentar uma governação eficaz e a instabilidade social que estes fatores geraram, que se instala no sentimento nacional uma procura de novas perspetivas para o país.

A I República dá continuidade e segue a mesma conceção de interpretação histórica do liberalismo e do positivismo defendida na monarquia constitucional. A ditadura militar e posteriormente o Estado Novo não ficam indiferentes a esta tendência e aproveitam-na, particularmente como retaguarda ideológica do seu regime. Segundo a tradição clássica, os heróis e as representações históricas de uma nação são no seu conjunto, exemplos típicos da raça e modelos idealizados, personagens quase divinas, característica que a mística cristã comparava com as grandes figuras e santos. É pela coragem, pela força, pelo desprezo da morte, pelo arrojo e pela expansão vitoriosa, pela grandeza da alma e do espírito cavaleiresco e pela dedicação à pátria que os heróis seduziram as imaginações e as mentalidades e se tornaram dignos de exaltação e admiração.

O herói era uma figura simbólica do culto do ideal que o regime considerava salutar para Portugal. O regime consagrava o passado de glórias mas cobrava alento e fé no futuro. A História “dava” o direito ou a obrigação de encarar o futuro com confiança. O enaltecimento ou o ataque a determinadas figuras prenuncia um tipo de posicionamento ideológico por parte do regime que atinge o seu nível máximo quando à História foi atribuída a função de memória conservadora.

A construção de uma sociedade “ideal” alicerçada nos mais elevados padrões de valores tendo por base o exemplo da genialidade dos heróis era um dos objetivos principais da política ideológica do Estado Novo.

Os exemplos patrióticos de dedicação à nação, os feitos guerreiros e militares representavam as traves mestras da educação das novas gerações. Não era apenas a herança dos feitos históricos gloriosos das batalhas e das descobertas mas a lição de patriotismo de que estes exemplos se revestiam que importava para o regime.

Capítulo III: Metodologia

III.1. Seleção de técnicas

A metodologia que pretendemos desenvolver para a concretização do nosso trabalho focaliza o ensino da História ao nível dos ensinos primário e secundário no período que medeia entre a implantação da ditadura militar e fim do Estado Novo. Para tanto, analisámos os programas e um conjunto de manuais de História do ensino primário e secundário e respetivas orientações, manuais escolares de História e Língua Materna (Leituras), Educação Moral e Cívica, utilizados durante este período, que constituem os elementos privilegiados do discurso pedagógico.

Paralelamente, estudaremos também outros instrumentos educativos que se inserem dentro do contexto da política do espírito levado a cabo pelo regime como é o caso da literatura infantojuvenil publicada ao tempo e outras obras de divulgação histórica que se enquadram na perspetiva que pretendemos desenvolver neste trabalho. Para o *corpus* do nosso trabalho foram também compulsados os relatórios das atividades letivas dos reitores dos liceus⁶².

As balizas cronológicas escolhidas parecem-nos ser as adequadas. A nossa investigação focaliza-se num período que correspondeu a uma fase muito marcante para a educação naquilo que foi um tempo em que a ideologia política vigente se refletiu de uma forma direta na construção de representações, imagens, valores e mitos.

A história da História em Portugal já mereceu por parte de vários autores um estudo aprofundado. Esta temática corresponde a um objeto enquadrado no vasto domínio da memória nacional, entendido no sentido lato que pretende explorar a vinculação entre o propósito da História em consonância com a ideologia, revestindo-se de uma importância capital porque representa um veículo fundamental para a construção e/ou consolidação da memória histórica de um país.

⁶² Foram consultados os relatórios do período entre 1930/1960 das seguintes instituições: Liceu Passos Manuel, Liceu Camões, Liceu Pedro Nunes, Liceu Filipa de Lencastre e Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho.

III.2. Seleção de temas

A temática do presente trabalho foi selecionada tendo em conta a investigação já realizada nas áreas da história da História em Portugal e evolução do ensino da História desde o período da ditadura até à atualidade, temas que foram tratados anteriormente num trabalho de investigação que realizámos. Dessa investigação constatámos que de toda a simbologia de que o ensino se servia até 1974, eram as figuras históricas, os elementos que assumiam maior preponderância no quadro simbólico. Estas enquadravam-se numa determinada ideologia e traduziam a História conveniente ao regime político. De que forma? Com que objetivos? Com que resultados? Considerámos que esta temática, embora sendo complexa, poderia fornecer dados importantes para o conhecimento de uma área ainda pouco explorada e contribuir para o enriquecimento da história da História nacional.

III.3. Recolha de dados

A pesquisa realizada para a elaboração deste trabalho iniciou-se com uma revisão das obras sobre a temática da mitologia em geral e do heroísmo bem como da educação durante o período cronológico em estudo. Foi realizada igualmente uma pesquisa sobre a literatura infantojuvenil publicada ao tempo, procurando-se esboçar o enquadramento conceptual do nosso estudo.

Destacamos o contributo fundamental dado pelas entidades responsáveis pelo *Instituto Histórico da Educação*, e do *Arquivo Histórico do Ministério da Educação* no que respeita ao fornecimento de documentação essencial para a investigação. Há também a destacar fontes existentes noutras instituições que foram igualmente compulsadas, nomeadamente na *Biblioteca Nacional*, *Biblioteca do Instituto de Inovação Educacional*, *Centro de Recursos da DREL*, *Centro de Recursos do Agrupamento de Escolas da Lourinhã*, *Biblioteca da Escola Superior de Educação de Lisboa*, *Hemeroteca da Câmara Municipal de Lisboa*, *Biblioteca-Museu República e Resistência*, *Biblioteca da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa*, *Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, *Biblioteca da Universidade Católica Portuguesa João Paulo II*, *Biblioteca da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa*, *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*.

Foram também estabelecidos alguns contactos, visando a recolha de testemunhos junto de professores dos vários níveis de ensino que exerceram funções durante o Estado Novo.

III.4. Análise dos dados

O plano que traçámos para a realização deste trabalho, parte de uma síntese dos conceitos ideológicos subjacente à educação e ao ensino durante o período cronológico em estudo para, em seguida, analisar detalhadamente os programas de História do ensino primário e secundário bem como um conjunto de manuais escolares de História, Leitura e Educação Cívica utilizados durante este período.

Paralelamente, analisaremos várias coleções de literatura infantojuvenil de vários autores publicados ao tempo pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) e outras entidades. Incluímos também um conjunto de anexos com a finalidade de sistematizar informação adicional ao estudo, nomeadamente diplomas legais e outra documentação que nos pareceu relevante.

Durante décadas a escola construiu a consciência histórica do aluno dentro de um ideal comum de reverência às figuras históricas nacionais, por isso interessa estudar a dimensão “conformadora” da nossa identidade nacional e do imaginário criado durante o período em estudo.

Atualmente a problemática da identidade nacional está na ordem do dia, numa fase em que o conceito de globalização se estende também ao ensino. Julgamos pertinente questionar como é que nós, enquanto sociedade civil lidámos com a nossa memória histórica no passado e como entendemos este conceito no presente.

Com a realização deste trabalho esperamos contribuir para um melhor conhecimento da História Contemporânea, nomeadamente das áreas da História da Educação e da História das Mentalidades.

Durante a realização deste trabalho deparámo-nos com algumas dificuldades. A atitude de desinteresse que parece ter o poder político no nosso país para com as Ciências Sociais, nomeadamente a História, a situação de não inventariação, indisponibilidade ou pouca acessibilidade em que se encontram vários arquivos documentais referentes ao período em estudo dificultaram e limitaram a investigação nesta área.

Julgamos ser importante o estudo da História recente pois esta promove uma vivência cultural e cívica mais consciente, consistente e crítica e que não pode deixar de ser estudada pelos investigadores que contribuem para o estudo e a divulgação do passado recente.

CAPÍTULO IV: RESULTADOS E DISCUSSÃO

IV.1. Descrição dos resultados

IV.1.1. As concepções ideológicas do Estado Novo

IV.1.1.1. A escola nacionalista e o “Homem Novo”

Esperança

«Diante da escola nova ou remoçada *«em espírito e verdade»*, eu espero - espero no duplo, integral sentimento que a palavra tem, isto é, no tempo e na esperança: aguardo e confio».

SALAZAR, A. de Oliveira, 1935, *Discursos*, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, p.XXIII.

A Escola

«A Escola é a sagrada oficina das almas».

Idem, Vol. I, p.302.

«Tudo depende da orientação superiormente imprimida, e de se criar uma mentalidade nova, profundamente nacionalista e cristã, liberta de cepticismos, de derrotismo, de indiferentismo, de internacionalismos e pacifismos utópicos, uma mentalidade que veja no seu exército a força aliada à inteligência e à consciência, posta ao serviço da justiça, sentinela vigilante da ordem interna, reserva moral da defesa da pátria».

CORREIA, João de Almeida, 1940, *Compêndio de Educação Moral e Cívica*- aprovado oficialmente como livro único para o 4º, 5º e 6ºanos dos Liceus e com a aprovação da autoridade eclesiástica, Lisboa, Editora Sá da Costa, p.356.

A instauração do fascismo na Europa na década de 20 apresentou-se como um princípio favorável para a instalação de um regime de ditadura em Portugal. Após a implantação da ditadura militar a 28 de maio de 1926, Portugal assiste a um período de indefinição ideológica onde imperavam as posições integralistas anti parlamentares. Este novo regime procurava (re) estabelecer uma tradição que expurgasse os elementos republicanos e parlamentares até então dominantes.

O Estado Novo foi primeiramente uma reação à instabilidade social que o país atravessava e, foi, na época, a única resposta que pretendia levar a cabo um projeto de paz social para estabilizar o país e devolvê-lo aos tempos de prosperidade. O seu plano tinha em vista a organização e o estabelecimento da ordem ou harmonia social com vista ao restabelecimento do país. No entanto, é ainda durante a Monarquia Constitucional que se começam a desenhar os modelos do espírito nacional e nacionalista⁶³ que seriam adotados por vários regimes posteriores. As doutrinas liberais e do Romantismo promoveram uma revitalização do conceito de “alma nacional” que permitiram o reencontro da sociedade com o seu passado. Esta doutrina desempenhou uma função vital na consolidação das representações simbólicas sobre a especificidade da nação portuguesa e das tradições. Estes ideais foram-se enraizando e ganhando autenticidade ao mesmo tempo que reforçavam a resistência da sociedade às influências modernas e criavam uma coesão social e uma ligação forte às raízes.

Após a implantação da República, surge em 1912 um movimento cultural denominado “Renascença Portuguesa” inserido no âmbito de uma perspectiva reiterada da República e que pretendia (...) «criar um novo Portugal, ou melhor, ressuscitar a Pátria Portuguesa, através da criação de um “ideal religioso”, simbolizado pela “saúde”, a nostalgia por um passado renovador do presente e do futuro»⁶⁴.

⁶³ A propósito da distinção entre estes dois conceitos *vide* TORGAL, Luís Reis *et alii.*, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, p.249.

⁶⁴ PASCOAIS, Teixeira de, 1912, in. Rev. A Águia, (citado por) TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.252. Este movimento cultural esteve presente na história da formação ideológica republicana. A renascença herdeira do liberalismo romântico e patriota celebrava os poetas portugueses que melhor exprimiram o sentimento próprio da raça (Garrett, Herculano, Soares de Passos). O amor da pátria e o saudosismo são alguns dos vetores nos quais se firma este movimento que tinha em vista a educação e a renovação cultural e que levantou as grandes questões do espírito humano na sua expressão nacional. Estes ideais prosseguem na linha das teorias de Maquiavel e, posteriormente de Rousseau, seu precursor, que definiram uma perspectiva política que se denominou «republicanismo clássico» também denominado «humanismo cívico». Este conceito político representava uma determinada visão do mundo fundamentada nas “repúblicas” da antiguidade clássica. A base conceptual do republicanismo clássico assentava em três primados. O primeiro era a ideia de que a força de uma comunidade residia na coesão dos seus membros; o segundo era a ideia de que essa coesão se atingia através da participação no tipo de ação coletiva representada pelo governo ou pelos defensores da comunidade e o terceiro era o de que o homem só tem verdadeiramente acesso à sua própria autonomia individual através da experiência da autonomia coletiva. A base da coesão da república é o patriotismo, a dedicação dos indivíduos à causa pública. A decadência das nações acontece quando os membros da comunidade colocam os interesses particulares acima dos interesses da coletividade.

A República continha no seu ideário uma ideia nova e constituiu uma mudança fundamental na nossa História, porque representou progresso e evolução, embora com traços do passado. Valores humanistas como a fraternidade, igualdade e liberdade, o respeito pela dignidade e pela cidadania, a crença no progresso e na aptidão e capacidade humanas enformavam o seu quadro conceptual. O nacionalismo republicano adotou a faceta liberal, jacobinista, romântica e humanista que caracterizou o nacionalismo do século XIX, no entanto, será o contexto decorrente do *Ultimatum* inglês que promove a afirmação do nacionalismo republicano.

A *praxis* caracterizava a virtude republicana. É esta dimensão que orienta a educação e o ensino para a promoção da autonomia e para a valorização de uma moral social que ensinava a ser cidadão e congregava faculdades como a energia, o esforço, a vontade e o trabalho que caracterizavam o heroísmo republicano. Esta moral era encarada numa perspetiva de todo que visava a educação do corpo e da alma.

A educação era considerada fundamental para o desenvolvimento do país. A escola elabora um discurso legitimador de um espaço social e utiliza um discurso pedagógico consensual que se reportava ao progresso. Esta deveria ser acima de tudo uma instância transmissora de conhecimentos e promotora da cultura republicana que formaria o *Homem Novo* dentro deste ideário.

Acreditava-se que a reforma das mentalidades só era possível através da elevação cultural da sociedade e a *Nova Ordem* decretada pela República impunha o investimento na educação para que o educando fosse útil à sociedade, interventivo e crítico, em suma, um cidadão ativo na condução dos destinos da nação. Nesta perspetiva, o papel do professor era também valorizado e a sua formação um aspeto a ser repensado no projeto de regeneração social. Era à História que cabia o papel de preparar o aluno para este desiderato. É importante realçar que a República apresenta a sua própria perspetiva da História e que esta se revestia de uma importância significativa quanto à formação do aluno dentro dos ideais patrióticos.

A História devia formar a consciência nacional através da evocação dos rituais cívicos. O sistema educativo republicano estava desenvolvido para formar o aluno enquanto “amante” da sua pátria, consciente da sua identidade cultural e histórica. A presença da Educação Moral e Cívica nos programas escolares pretendia contribuir para a garantia da ordem pública que era também um dos propósitos da República.

O nacionalismo republicano incitava à convergência de forças e à vontade e capacidade de mobilização da pátria. A legitimação social da República utilizou símbolos relacionados com a herança histórica da nação. O culto da bandeira, do hino e dos heróis da

pátria constituíam uma vertente importante da escola republicana que teve continuidade no período da ditadura militar e, posteriormente no Estado Novo. A tendência comemoracionista que se observa no período republicano fazia parte deste legado que teve continuidade durante o regime.

A República apresentava um quadro inovador em termos educativos. Representava uma alternativa laica às práticas católicas dominantes anteriormente no espaço escolar. Embora se possa demonstrar que houve uma grande distância entre aquilo que eram as intenções e aquilo que foi efetivamente realizado, o que importa referir é que o seu enquadramento conceptual apresentava um projeto interessante que não foi totalmente descurado pelo Estado Novo que se apropria deste projeto renovador da mentalidade nacional.

Durante a I República surge também o Integralismo Lusitano, doutrina que defendia o tradicionalismo, o nacionalismo e o corporativismo. Este movimento veio transformar a memória nacional e foi um dos alicerces ideológicos do regime salazarista. Também o movimento religioso formado por intelectuais ligados à igreja católica contribuiu para esta mudança que se começava a desenhar no seio da memória nacional e que se materializou no Centro Católico Português que pretendia implementar, na expressão de Luís R. Torgal, uma “Renascença Católica”, do qual Salazar será o orientador político.

O ciclo histórico iniciado com o 28 de maio pretendia implementar uma reforma estrutural não só através de uma nova ordem política e constitucional, mas também através de uma nova ordem social, impondo comportamentos e formas de estar ajustadas à nova ideologia. O Estado Novo tirou partido deste projeto e utilizou o sistema de educação e ensino enquanto estratégia de controlo da sociedade para divulgar a “sua” imagem do mundo, um conjunto de objetivos, crenças e tradições que no seu cômputo convergiam para uma determinada explicação da formação do universo — a cosmogonia — conceito comum aos séculos XIX e XX. É também importante referir que na década de 30, fase em que se dá a consolidação do regime, a sua posição ideológica enquadrava-se no bloco histórico que é consonante com os quadros ideológicos adotados por outros regimes totalitários que tinham surgido na Europa e que tiveram expressão no projeto político do regime.

O nacionalismo do Estado Novo apresenta uma faceta antiliberal, antidemocrática e antiparlamentar que se distinguia do nacionalismo republicano. O nacionalismo estadonovista pretendia reconstruir a unidade mítica e a identidade perdida através do reforço dos laços básicos da religião, da nação e da família. Esta faceta nacionalista emergiu na matriz fascista após a I guerra mundial e evoluiu até aos finais da década de cinquenta.

O Estado Novo é também marcado, em termos ideológicos por diversas correntes que influenciaram a mentalidade portuguesa, sobretudo nos finais do século XIX e inícios do século XX. A renúncia pelos ideais liberais republicanos do anticlericalismo e a defesa dos princípios cristãos e tradicionalistas nacionais, defendidos pelo Integralismo Lusitano⁶⁵ são, de facto, dois aspetos que se tornaram os pilares ideológicos do regime, embora no seu conjunto, o seu quadro ideológico se apoiasse em conceitos de vária ordem que formavam uma teia complexa, tais como o corporativismo, consubstanciado nos valores da família e a força exercida pelos valores nacionalistas como símbolo unificador dos interesses patrióticos, no qual a História nacional e a experiência secular da humanidade ocupavam um papel fundamental. São as tradições democratas e cristãs que mais sobressaem no panorama ideológico herdado pelo regime e que contribuíram para a sua configuração política e ideológica assim como o Positivismo Nacionalista e o Nacionalismo Católico (ou Nacional Catolicismo) cuja ação se acentuou a partir de 1917-18 com a disputa eleitoral e de onde a figura de Salazar e de Cerejeira emergiram.

O Estado Novo sofreu também outras influências político-ideológicas, nomeadamente o nacionalismo, o conservadorismo, o catolicismo ou o antiliberalismo, ideais que constituíam as bases do Integralismo Lusitano e cuja influência em Portugal se notou particularmente entre 1914 e 1932⁶⁶.

Embora o projeto ideológico do regime se distinguisse em parte dos ideais do movimento integralista, certo é que é desta corrente filosófica que vai beber a maioria das suas teorias. Também a influência do fascismo, que deflagrava em outros países europeus se fez notar, bem como a influência do Nacionalismo Republicano, corrente cuja ação se notou a partir do governo de Sidónio Pais e a República Nova.

O Integralismo advogava o regresso à ordem tradicional monárquica e apelava à tradição cristã. Esta corrente entendia a nação «como uma realidade auto-suficiente; comumente definida como Nação *profunda, tradicional, mística e orgânica*. Nação

⁶⁵ «Aos poucos, o Integralismo Lusitano foi apresentando um programa completo de doutrina e de política. Defendendo a tradição inquebrantável e o culto do passado com os melhores mestres do presente, havia de defender uma monarquia pré-constitucional, alicerçada na religião, na autoridade e no corporativismo. Aceitava a ordem social tal como definida pela Igreja, sobretudo por Leão XIII na encíclica *Rerum Novarum* (1891). Sublinhava o nacionalismo e a perenidade da nação contra o cosmopolitismo e as doutrinas internacionalistas». MARQUES, Oliveira, 1976, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Editora, p.251.

⁶⁶Em 1916 este movimento estrutura-se enquanto movimento político dirigido por uma junta central da qual fazem parte personalidades como António Sardinha, Luís Almeida Braga, José Pequito Rebelo, Hipólito Raposo e, posteriormente, Francisco Rolão Preto.

profunda, ou seja, tinha dela um conceito sumamente espiritual, alicerçado na ancestralidade (...)»⁶⁷.

Na perspetiva da teoria integralista, os mitos demoliberais deveriam ser expurgados da historiografia nacional numa tentativa de defesa da mistificação da História, processo este que a tornaria uma ciência colocada ao serviço do nacionalismo, uma *ciência nacionalista* como defendia A. Sardinha⁶⁸ e que Paulo Archer de Carvalho define como (...) «a colagem íntima, interior, com as vozes da história, intencionalmente doxístico e alodoxístico: ao confundir o passado com o presente, e ao permitir a comparação entre dois falsos planos temporais que se pretende demonstrar serem os *mesmos*, encontra-se a chave para a revisão total da historiografia portuguesa que Alexandre Herculano iniciara nos finais da década de 40 de 1800»⁶⁹.

O novo regime viabilizava um projeto de “reformulação” da Idade Média no século XX. Os valores que o regime preconizava inspiravam-se nos da cultura cristã e nos conceitos herdados da corrente integralista. Segundo Luís Reis Torgal, o novo regime «(...) pugnava pela realização de um novo modelo de sociedade, tido como mais consentâneo com os valores da igreja e com a índole do povo português»⁷⁰.

O governo de Salazar retratava os valores das alas mais conservadoras das sociedades europeias da época. França, Itália, Espanha e Alemanha desejavam o regresso às estruturas sociais com base no nacionalismo e no tradicionalismo. Estes valores proclamados pelo Integralismo Lusitano, fizeram com que Salazar fosse discípulo do seu ideário e o regime salazarista, um fiel depositário da sua axiologia assente nos pressupostos do conservadorismo moral e religioso, nacionalismo/patriotismo e corporativismo.

Com o novo regime os valores da autoridade e da ordem voltam a ganhar terreno e a reimplantar-se na sociedade. A autoridade torna-se um valor absoluto e inquestionável que emanava do divino, entidade superior detentora da verdade e da justiça. A ordem política contextualizava a exaltação do patriotismo enquanto instrumento valorativo ao serviço da autoridade que pretendia controlar tudo e não apenas enquanto sentimento de apego à terra

⁶⁷ CARVALHO, Paulo Archer de e, Catroga, Fernando, 1996, *Sociedade e Cultura Portuguesas III*, Lisboa, Universidade Aberta, p.339.

⁶⁸ É sobejamente conhecida a posição de António Sardinha quanto à “verdade histórica”: «Em História de Portugal é verdadeiro tudo quanto dignifique a Nação Portuguesa: é falso tudo quanto deprima, a diminua, a enerve ou a enxovalhe». PIMENTA, Alfredo, 1935, *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Lisboa, Imprensa Nacional, p.107.

⁶⁹ CARVALHO, Paulo Archer de, 1996, “Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista” in: *Revista História das Ideias*, Vol. 18 (1996), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.237.

⁷⁰ TORGAL, Luís Reis et alii., 1998, *Ob. Cit.*, p.582.

mãe. É em nome da autoridade *versus* obediência que Salazar pretende orientar e educar o pensamento nacional.

Na estrutura conceptual da afirmação ideológica do regime é assumido e apregoado o corte com o passado republicano e, ao mesmo tempo, uma pretensão que tinha em vista cruzar a tradição e a modernidade como opostos que se atraem. Salazar apareceu como a pessoa que conseguiu impor ordem na governação desgastada havia décadas pela instabilidade política e administrativa. Ele colocou um cunho acentuadamente conservador que ele próprio advogava à ideologia do Estado Novo e uma forma pragmática de gerir o poder político, por forma, a construir a mudança nacional.

Em 1909, numa conferência dirigida aos alunos do Liceu de Viseu, já Salazar mostrara a necessidade de uma reforma das mentalidades: «São as ideias que governam e dirigem os povos; e são os grandes homens que têm as grandes ideias. Nós não temos homens porque não os formamos; porque não nos ocupamos dos métodos de educação. (...) Não interessa muito mudar o regime se não se começa por mudar os homens (...). É necessário que os portugueses de hoje façam da juventude o glorioso Portugal de amanhã, um Portugal forte, um Portugal culto, um Portugal moralizado, um Portugal de trabalho, apaixonado pelo progresso»⁷¹. Também em 1909, num outro discurso, Salazar insistia nos mesmos pressupostos: «Grande obra é moldar uma alma! Extraordinária obra é formar um carácter, um indivíduo – um corpo, uma inteligência e uma vontade – como se precisa para ser grande este pobre país de Portugal! ... Tudo se tem transformado, menos aquilo que na realidade o devia ser primeiro – o homem. Início de todas as reformas, era a ele que devia pensar-se em reformar primeiro, por meio duma sólida e completa educação, abrangendo o seu desenvolvimento físico, a sua formação moral e a sua cultura intelectual (...) Eu estava convencido de que o problema nacional – como na França, como na Itália, como na Espanha – era um problema de educação, ou que, pelo menos, na base de todas as questões, nós íamos reencontrar uma deficiente formação do português, e que portanto de pouco valeria mudar governos ou regimes, se não tratássemos em primeiro lugar de mudar os homens – eram precisos homens: tornava-se mister educá-los»⁷².

Ao longo da sua intervenção na política nacional Salazar foi somando vitórias e sucessos governativos graças à sua destreza na gestão das finanças e dos interesses

⁷¹ SALAZAR, António de Oliveira, 1909 in: SERRANO, Luís-Martin, 1952, *Salazar sans masques*, Paris, Le Temps Moderns, p.218.

⁷² SALAZAR, António de Oliveira, 1909 in: Jornal “A Folha” citado por FORTE, Hélder, 1970, *Temas de Meditação*, Lisboa, Publ. da Mocidade Portuguesa, p.157.

conservadores que lhe permitiram arrastar consigo um número considerável de seguidores que se identificavam com o homem e com a sua política.

O poder de Salazar tornou-se cada vez mais o poder do novo regime. No entanto, será a partir de 1928/29 que Salazar começa, através dos seus discursos, a projetar e a desenhar a sua “nova ordem” nacional fundada nos princípios consistentes do nacionalismo. A retórica salazarista portadora de uma nova mensagem ilustrava claramente que o regime pretendia formar e disciplinar as consciências segundo os seus ideais.

Para Salazar era fundamental incentivar o nacionalismo e o patriotismo, conceitos que se entrecruzavam na sua essência. A vida cultural do país sustentada nos aparelhos de transmissão ideológica seguia uma ideologia - a de Salazar. A nação era encarada como uma entidade essencialmente moral mas também concreta que se identificava com a terra mãe e com todas as parcelas que dela faziam parte.

Para além do amor à pátria, Salazar pretendia promover o regresso à tradição dos ideais religiosos. Num dos seus discursos sublinha a relação destes com a formação da personalidade do povo português: «Portugal nasceu à sombra da Igreja e a religião católica foi desde o começo elemento formativo da alma da Nação e traço dominante do caráter do povo português. Nas suas andanças pelo mundo - a descobrir, a mercandear, a propagar a fé – impôs-se sem hesitações a conclusão: Português, logo católico (...) A adesão da generalidade das consciências aos princípios de uma só religião e aos ditames de uma só moral, digamos, a uniformidade católica do país foi, assim, através dos séculos, um dos mais poderosos fatores de unidade e coesão da nação portuguesa»⁷³.

A nova mensagem seria a base da construção da identidade social e nacional das futuras gerações. A formação da identidade era determinada sobretudo pela influência de fatores sociais e culturais que incluíam os valores ideológicos a que o aluno na escola estava constantemente exposto. Como o processo de identidade não se estabelece sem a influência de outros intervenientes era necessário sobretudo, que os professores também contribuíssem para que esse processo acontecesse o mais naturalmente possível.

Salazar entendia que o recurso ao tradicionalismo histórico era a chave para o progresso. No decálogo do Estado Novo, Salazar pretendia (...) «um aproveitamento dinâmico da tradição que chame o país às suas responsabilidades históricas. Lhe recorde o orgulho legítimo de antigas glórias (...). Mas isto de tal maneira que terá de operar-se uma transposição indispensável. O nosso passado não deve pesar demais no nosso presente (...)

⁷³ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Discursos (1928-1934)*, Vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, p.p.370-371.

trata-se dum recurso permanente às fontes de energia nacional e dum viril propósito de continuar a tarefa. A tradição não é mais do que a *soma dos progressos realizados*; e o progresso não é outra coisa senão a *acumulação de novas tradições*»⁷⁴. Se por um lado era necessário recorrer à tradição como fonte de inspiração e como motor para o futuro, por outro lado, o passado histórico não podia deixar a nação à mercê das glórias passadas. Era necessário reformular este conceito, mostrar as qualidades de um povo ativo e empreendedor dentro de um novo quadro de mentalidades. É neste sentido que o regime apresenta a sua galeria de heróis. Tratava-se de uma manipulação simbólica que mereceu uma exaustiva divulgação por parte do regime, numa clara manobra propagandística dos valores que correspondiam a normas de conduta e de comportamento.

A formação de uma consciência nacional era o imperativo categórico do regime, no qual a educação tinha um papel fundamental. A educação teria (...) «de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num sã nacionalismo»⁷⁵. Salazar defendia a criação de uma nova mentalidade para se legitimar perante o presente e o futuro: uma mentalidade que (...) «não nos deixe demasiadamente presos à memória dos nossos heróis, nunca aliás querida e venerada em excesso»⁷⁶ nem arraigados «às concepções dos tempos históricos»⁷⁷ para que não se corresse «o risco de aparecerem como braços desocupados num mundo novo que nos não entende»⁷⁸.

A identidade nacional e a nova mentalidade dos cidadãos seriam “orientadas” por um conjunto de referências comportamentais idealizadas. A construção da identidade nacional de cada indivíduo fazia-se através da identificação com as qualidades “puras da raça” personificadas por figuras históricas.

A nova mentalidade deveria ser firmada nas «formidáveis qualidades da raça» que deveriam ser exaltadas e omitidos «alguns dos seus principais defeitos»⁷⁹. Também Costa Lobo afirmava a importância da exaltação das figuras para formar as mentalidades: «Muito valem os países pelo seu desenvolvimento económico, mas a sua mais distinta consideração resulta da elite dos seus homens que, quando reúnem a um carácter imaculado elevadas qualidades de génio, lhe determinam uma situação fulgurante na humanidade. Por isso, com toda a razão devem ser os povos ciosos em enaltecerem as figuras que os honraram, em

⁷⁴ *Decálogo do Estado Novo*, 1934, Lisboa, SPN, pp.8 e 10.

⁷⁵ FERRO, António, 1933, *Salazar, o homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, p.82.

⁷⁶ Idem, *Ibidem*.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸ Idem, *Ibidem*.

⁷⁹ Idem, *Ibidem*.

contribuírem com a recordação das suas virtudes para criar modelos que conduzam com brilho as novas gerações»⁸⁰.

A conceção da consciência patriótica salazarista assentava no equilíbrio dos pressupostos nacionalistas elaborados dentro de um espírito de moderação. Salazar pretendia com a implementação do seu regime estabelecer (...) «uma filosofia política baseada no exame e no conhecimento das realidades, aproveitando os ensinamentos da experiência e as conquistas que encerram as verdades históricas»⁸¹. Com Salazar regressou o *Portugal histórico* e a época áurea que o engrandeceu. O regime retoma o hiato histórico que medeia entre os meados do século XVIII e o século XX, restituindo a pátria aos portugueses, colocando ao serviço da renovação das mentalidades as figuras exemplares da história numa perspetiva de contínua doutrinação.

Salazar pretendia inculcar na sociedade um novo sistema de valores⁸² onde ia buscar os exemplos marcantes da História nacional apresentando-os como paradigmas de portuguesismo. A “renovação das ideias” que o regime pretendia implementar tinha como finalidade incutir esperança em relação ao futuro nas novas gerações com vista ao ressurgimento do esplendor da pátria, mas também a noção de dever perante a mesma. A definição destes pressupostos dava forma à ideologia estadonovista e foi, ao longo de décadas, constantemente repetida. Nesta perspetiva, Marcelo Caetano, em 1940, reafirmava a mesma intenção do regime em formar as mentalidades: «A nossa crise é, em grande parte, uma crise de homens, referimo-nos, pois, à falta de homens com H, os tais homens de carácter, em cuja competência, em cuja honestidade, em cuja lealdade, em cujo espírito de colaboração e de sacrifício se possa confiar a olhos cegos. (...) Um povo imperial como o nosso, que se estende por oito colónias por três continentes, carece de quem represente dignamente junto das populações nativas dessas colónias as virtudes da sua civilização. (...) Não basta, portanto, criar homens: é preciso que esses homens de carácter venham a ser cidadãos, isto é, portugueses exemplares no serviço incondicional da pátria e das ideias que ela representa. Homens que desde cedo se devam ao interesse coletivo sirvam desinteressadamente a Nação, com o orgulho da sua pátria e a ânsia de engrandecê-la. Homens que pelo país estejam dispostos a dar comodidades, interesses e sangue – arriscando a vida alegremente pela

⁸⁰ LOBO, F.M. da Costa, 1939, *O marechal Duque de Saldanha*, Lisboa, Livraria Bertrand, p.7-8.

⁸¹ SOUSA, Cristiano de, 1935, *O Caso Português*, Lisboa, Ed. da União Nacional, p.15.

⁸² São os princípios herdados do integralismo lusitano e dos baluartes católicos que constituem *grosso modo*, as bases da ideologia salazarista. MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Educação e sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/GIS, p.514.

independência nacional e trocando de bom grado a sua liberdade pela liberdade de Portugal»⁸³.

O projeto traçado por Salazar continha os fundamentos necessários que lançavam as bases da teoria do *homo novus*. Estes conceitos eram baseados num misto de nacionalismo, totalitarismo e catolicismo, tomando como divisa a pátria e a religião, abrigando-se atrás da pátria e de Deus que ajudavam a legitimar as ações do poder político, fazendo da igreja uma aliada e um fator de agregação social, enquanto instrumento de poder fundamental na sociedade.

A construção do conceito de “homem novo” remontava ao ideal pedagógico da revolução francesa e do Iluminismo do século XVIII. Condorcet defendia a educação como o motor impulsionador de uma mentalidade mais instruída e esclarecida e lança as bases que constituíam as características do “homem novo” por si idealizado. A condição necessária para a formação deste novo homem era uma educação igualmente nova baseada nos aspetos físico, moral e cognitivo para promover uma sociedade também ela renovada. Este conceito pressupunha que a construção de uma nova sociedade implicava a formação de cidadãos mais capazes física e intelectualmente. Estes conceitos influenciaram a pedagogia do regime republicano que acreditava no poder transformador da escola para formar os futuros cidadãos: «Portugal precisa de fazer cidadãos, essa matéria-prima de todas as pátrias... Portugal só pode ser forte e altivo no dia em que, por todos os pontos do seu território, pulule uma colmeia humana, laboriosa e pacífica, no equilíbrio conjugado da força dos seus músculos, da seiva do seu cérebro e dos preceitos da sua moral»⁸⁴.

Os regimes procuravam com a sua ação doutrinadora, contribuir para a formação de um novo perfil de cidadão através dos ideais ideológicos perfilhados por cada um. Para atingir esta finalidade, a escola e sobretudo a ação do professor revestia-se de uma importância capital para a formação do aluno. O professor seria o obreiro da “nova” sociedade e a escola tinha a tarefa de despertar e educar a consciência cívica do aluno e educá-lo moralmente para construir uma nova mentalidade. O homem novo era essencialmente um homem com caráter, verdadeira característica do indivíduo, que só a escola podia construir, porque a personalidade é um conjunto de qualidades que fazem do ser humano um ser estruturalmente superior com qualidades de alma que esclarecem a consciência e iluminam a razão.

Posteriormente a pedagogia do Estado Novo também foi influenciada por estes conceitos. O seu “homem novo” alicerçava-se numa base axiológica de virtudes e era,

⁸³ CAETANO, Marcelo, 1940, *A missão dos dirigentes*, Lisboa, Ed. da Mocidade Portuguesa, pp. 9-10.

⁸⁴ NÓVOA, António, 1989, *Reformas do Ensino em Portugal*, Vol. I, Lisboa, I.I.E., p.5.

sobretudo um projeto humanista de matriz moral que se converteu em objetivo estratégico do regime.

O Estado Novo valorizava bastante o papel do professorado uma vez que a classe docente era a executora da sua política educativa. Ao longo de todo o regime, a função do professor era constantemente interpelada para colaborar com o regime na sua política do espírito. O regime considerava que (...) «nenhum ramo de actividade está mais talhado para a conversão do mundo, quer dizer, para a não permissão de finalidade perversa, do que a classe do professorado a quem, de alguma sorte, se estende e aplica o mandato divino de ensinar»⁸⁵. Quanto à ação do professorado, entendia o regime que «o professor não há-de ser uma força a impor-se à debilidade, mas uma vontade a sugestionar outra que respeita no devido campo de atuação livre aonde entra para ajudar e não substituir»⁸⁶. A cada professor incumbia a tarefa de promover (...) «o desenvolvimento essencial dos alunos, a qual é o de favorecer neles a aquisição do conceito de pátria que resulte na atitude convicta de a si próprios se sentirem obrigados a tornarem-se gradualmente óptimos portugueses»⁸⁷.

Ao professor era atribuída a tarefa de educar e seduzir as consciências. O decreto 22:369 de 30 de março de 1933 promulgou a realização de conferências pedagógicas. Com este objetivo pretendia o regime levar a cabo uma autêntica cruzada em prol do levantamento da escola popular, reunindo os professores, doutrinando-os para que servissem a causa do regime: a regeneração nacional dentro dos seus ideais: «As funções especiais de orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino integram-se no Conselho Superior de Instrução Pública. A este alto organismo se deixou já confiada, em anterior legislação (...) a inspiração das conveniências nacionais a que devem moldar-se todos os graus e ramos da actividade docente oficial. Com vista às mesmas conveniências se tem de promover a renovação dos métodos de educação e do ensino (...). As conferências de professores, os cursos de aperfeiçoamento, a publicação do *Boletim do Ensino Primário Oficial*, a função da Biblioteca e Museu do Ensino Primário (...) serão os grandes meios de orientação e estímulo destinados à prossecução da formação profissional (...) à defesa constante da essencial condição de êxito que no professor é forçoso defender a todo o custo: o ânimo de servir cada vez melhor».

As conferências pedagógicas estavam inseridas numa estratégia de inculcação do sentimento nacionalista e patriótico que o professor deveria transmitir na escola. A construção da escola nacionalista estaria a cargo do professorado primário e o sentimento patriótico seria

⁸⁵ CARVALHO, A. Saraiva de, 1951, *Os princípios fundamentais da educação*, Aveiro, Imprensa Universal, p.8.

⁸⁶ Idem, p.11.

⁸⁷ Idem, p.18.

conseguido à custa da presença constante de imagens e símbolos e pelo sentimento de veneração, pelo que estas representam o desejo de ser digno do passado e continuador da obra nacional realizada pelos heróis do passado. Esses exemplos deveriam ser apresentados pelo professor com recurso ao sentimentalismo para estimular o aluno no desejo de vir a possuir tais qualidades e para que este refletisse sobre o seu dever perante a pátria.

O professor era visto como um (...) «educador tanto quanto respeita a natureza humana dos alunos e tende à formação de caracteres e não de sábios, de portugueses em vez de estrangeiros, de católicos em oposição aos amoralistas (...). Sois na escola do ensino os mais prestimosos, porque sois os pioneiros sacrificados e humildes, muitas vezes desconhecidos e olvidados pelos que fazeis homens e pela Nação que tanto vos deve em Portugalidade»⁸⁸.

O regime desenha um modelo pedagógico conveniente aos seus objetivos políticos no qual o professor é transformado em «modelador de almas e de portugueses»⁸⁹ e o aluno encarado como a matéria a moldar, desprovido de conhecimentos e de experiência. O professor tinha um papel fundamental na obra de renovação nacional e na construção de uma nova sociedade dentro dos ideais patrióticos, por isso, era considerado o “arquiteto da mentalidade portuguesa”⁹⁰. O seu perfil era cuidadosamente controlado, desde a sua postura moral e cívica que, no entender do regime, deveria constituir um exemplo⁹¹ até à obra pedagógica que deveria estar de acordo com os princípios ideológicos do regime. A Junta de Educação Nacional referia as condições essenciais a que devia obedecer a escolha dos professores: «Na selecção do professorado de qualquer grau de ensino ter-se-ão em conta sem prejuízo da necessária preparação científica, as exigências da sua essencial cooperação educativa e na formação do espírito nacional»⁹².

A função que o regime confiava ao professor era afirmada por António Pires de Lima num dos seus discursos intitulado “Os deveres do professor”: «Estará nas suas mãos, em grande parte o futuro da nossa pátria, porque esse futuro depende da orientação que for dada

⁸⁸ CARVALHO, A. Saraiva de, 1951, *Ob. Cit.*, p.25.

⁸⁹ PACHECO, Carneiro, 1940, *Portugal Renovado* (Discursos), Lisboa, Livraria Bertrand, p.235.

⁹⁰ Cartaz “Arquitectos da Mentalidade Portuguesa”, 1937, Direcção da Revista *Defesa Nacional*, Arquivo Iconográfico da Biblioteca Nacional de Lisboa. **Vide anexo I.**

⁹¹ Sobre a postura moral e cívica do professor julgámos interessante referir aqui dois testemunhos de inspetores extraídos da revista *Escola Portuguesa* que ilustram que o regime valorizava a modestia e a disciplina no perfil do professor. «Encontrei o regente A no seu posto, de pé, muito limpo e arranjado, ostentando na lapela o distintivo de legionário e rodeado de um grupo de crianças, enquanto outras sentadas nas carteiras escreviam. (...)» *Escola Portuguesa* nº 237 de 11 de maio de 1939, p.5; «(...) Fiquei agradavelmente impressionado com o arranjo da escola. Tudo nos devidos termos a começar pela professora. Não havia vestígios de carvão nos olhos nem de tinta vermelha nos lábios. O vestuário também era o mais conveniente possível; nem muito aquém nem muito além da moda, por *in médio virtus*». *Escola Portuguesa* nº 319 de 5 de dezembro de 1940, p.8.

⁹² Decreto-lei nº 1:941 de 11 de abril de 1936.

aos estudantes e do modo como for modelado o seu carácter e o seu espírito. Foi sempre muito grave a responsabilidade dum professor: mas, nos tempos correntes, em que se sente por vezes ameaçada nos seus fundamentos a civilização que herdámos, essa gravidade torna-se extrema»⁹³. Pires de Lima sugeria como deveria ser a ação do professor para combater o que ele afirmava ser a “subversão das bases da nossa civilização secular”: «De que meios dispõe (o professor) para o combate? Do poder da sugestão sobre as almas: sugestão que deriva das palavras e também sugestão que deriva do exemplo. Por meio de palavras, haverá de incutir no espírito e no coração das crianças o amor à sua Pátria, a veneração pela memória dos antepassados ilustres a quem devemos o que hoje somos, o carinho pela família, o respeito por todos, a lealdade, a bondade, a caridade,- em suma, todos os mais nobres sentimentos humanos. É isto mais importante do que o ensino propriamente dito. O professor que se limitar a ensinar o programa, e mesmo que o ensine bem, será um professor imperfeito. O professor deve participar sempre um pouco da natureza de apóstolo»⁹⁴.

A educação nacionalista seria assegurada pelo professor, definido como sendo «um dos mais fortes elos oficiais de ligação entre a Nação e o Estado»⁹⁵, sobretudo o professor do ensino primário onde (...) «há muitos meios em que é a sua a única voz interpretativa dos superiores desígnios e ações do Estado. Muitas almas pautavam pela dele a apreciação boa ou má dos atos governamentais. Dele depende que em milhares de aldeias portuguesas se aplaudam ou vituperem os gestos banais ou solenes do Terreiro do Paço»⁹⁶. Considerava-se que o aluno do ensino primário não tinha ainda capacidade crítica. O professor deste nível de ensino tinha, pois, «por dever profissional de estado, obrigações especiais para com a Mãe-Pátria. Os que o não pensem, os que não cheguem a senti-lo não passam de facciosos, máquinas de ensinar, ou pelo menos simples partidários nos quais o espírito de seita destruiu os deveres essenciais de estado»⁹⁷. O professorado estava por estas razões na mira do regime pela importância da sua atividade em prol da “causa nacional”, para além do facto da sua não colaboração poder ser considerada um atentado à nação. O perfil do professor primário da I República foi sendo progressivamente alterado pelo regime. Da imagem de agente em prol da educação passa-se para uma imagem de missionário da obra de regeneração educativa.

Durante os anos áureos do regime há uma significativa dignificação da imagem social do professor a quem é atribuído o estatuto de regenerador educativo da pátria dentro

⁹³ LIMA, António Pires de, 1937, “Os deveres do Professor” in: *Labor*, junho/1937, nº83, p.710.

⁹⁴ Idem, p.711.

⁹⁵ GASPAR, José Maria, 1942, *Deus, Pátria e Família*, Lisboa, Ed. Domingos Barreira, p.43.

⁹⁶ Idem, p.188.

⁹⁷ Idem, p.187.

dos ideais nacionais. Porém, o regime teria em mente o seu controlo apertado e para isso vai pressioná-lo no sentido de lhe impor a submissão a estes.

No âmbito das comemorações do duplo centenário, efeméride que apelou ao apoio e participação de toda a nação, também a função dos professores não foi descurada. Também aqui o seu papel foi colocado em destaque, tendo sempre em conta a defesa e a promoção dos valores ideológicos. António Ferro, na “Carta Aberta” que dirigiu a todos os portugueses recorre à colaboração dos professores, afirmando que estes (...) «nas suas cátedras serão os apóstolos dos centenários junto dos estudantes portugueses, a quem ensinarão, todos os dias, o significado das comemorações de 1940. Os estudantes, seguindo-lhes o exemplo, ensinarão às suas famílias modestas, apáticas ou ainda desconfiadas, as patrióticas lições que receberem»⁹⁸.

A missão do professor era a formação do carácter do aluno, ou seja, a formação do “homem” tipificado pelo regime. Esta formação teria um carácter moral, espiritual, político e religioso e tinha a dupla função de instruir e de educar o aluno. O ressurgimento da nação surgia associado ao novo modelo de escola: «Uma mentalidade nova para ressurgir Portugal»⁹⁹, tal como afirmava Salazar.

As finalidades educativas do Estado Novo cedo foram delineadas porque o regime tinha consciência que a sociedade seria no futuro o reflexo da educação que o aluno adquirisse na escola e a continuidade do regime estava também, em parte dependente do fator educativo determinante para o destino da nação.

A educação e o ensino foram desenvolvidos no sentido de fomentar uma estreita ligação entre o aluno e o próprio Estado, fortificando o ideal nacional, a legitimidade e perpetuação do regime. A escola disciplinava o aluno para que este obedecesse prontamente sem restrições quando fosse necessário intervir pelos interesses nacionais.

A idade escolar era considerada uma fase decisiva na vida do aluno, pois treinava-o para acatar ordens contribuindo para a alienação, vivência pacífica e organizada da sociedade. Assim a escola servia um ideal e constituía um instrumento ideal de controlo, um espaço de aprendizagem das regras, dos deveres a cumprir e do comportamento a seguir. A escolarização era um processo de criação de hábitos e disciplinação de comportamentos.

A finalidade última da escola era formar cidadãos capazes que, acima de tudo, deveriam ser “bons portugueses”. A alma da pátria seria formada pela escola e desta sairiam

⁹⁸ FERRO, António, 1938, “Carta Aberta aos Portugueses de 1940” in *Diário de Notícias* de 17 de junho de 1938, p.1.

⁹⁹ Este chavão está patente no texto do editorial da Revista *Escola Portuguesa* (nos três primeiros anos da sua publicação).

indivíduos apaixonados por ela. O apelo ao patriotismo e o apego à terra, bem como o orgulho da raça e o enaltecimento das glórias do passado foram denominador comum no que toca a valores e a objetivos perfilhados pela educação republicana e marcavam a estreita relação entre a sociedade e a escola.

Os mitos legitimadores do Estado Novo foram em parte herdados do período monárquico e da primeira república. No entanto, a galeria dos mitos do período republicano sofre uma reestruturação após a revolução nacional de 1926, devida à influência das correntes filosóficas que se revelaram decisivas na condução ideológica do regime. O discurso ideológico tornou-se dominante e simultaneamente dominador. Dominante a nível educativo, cultural e social e dominador das consciências com o claro objetivo de modelar a sociedade segundo o perfil pré-definido pelos ideais pedagógicos determinados pelo poder político.

Os ideais pedagógicos comportavam uma dimensão mítica porque defendiam um modelo de “cidadão” capaz de edificar um Portugal novo, um Portugal que representasse no futuro um papel digno das glórias do passado. O Estado Novo perfilhou estes pressupostos ideológicos para construir o seu “homem novo” onde o patriotismo se assumia como o objetivo fundamental, por isso, neste aspeto não introduziu nenhuma novidade quanto ao desejo de construir uma sociedade nacionalista. Este objetivo herdado da pedagogia republicana foi, no entanto, levado ao extremo e orientado segundo as pretensões ideológicas e políticas do regime.

A construção do *homem novo* por parte do regime dependia (...) «da restauração nacional dos espíritos, do resgate das almas, da educação política do povo português»¹⁰⁰. O discurso divulgado pelo regime tornou-se “inovador”, na medida em que apresenta a essência do ser português sob uma nova perspectiva em parte devido ao processo de reescrita e de reposicionamento que a historiografia sofreu face a uma pretensa “verdade histórica” aduzida pelo regime, que o legitima perante a sociedade e, perante o mundo. Esta verdade histórica apresentava à nação, por um lado, o novo rumo a seguir, colocando-a de novo na senda da prosperidade e, por outro, impunha um padrão comportamental que visava a construção de um sistema de valores que, no seu conjunto moldariam a consciência do “novo homem” português.

¹⁰⁰ RAMOS, Gustavo Cordeiro, s/d, *Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo*, Lisboa, Ed. União Nacional, p.371.

O discurso ideológico veiculado pelo regime era essencialmente um discurso mitológico. Os mitos ideológicos¹⁰¹ apresentavam o regime e a sociedade portuguesa sob um determinado prisma, sob uma ordem e unidade pré-estabelecidas. Associado a esta conceção subentende-se o mito da unidade, segundo o qual a “união” constituía o motor fundamental para enfrentar os desafios do futuro e uma arma poderosa para preservar a estrutura ideológica do regime¹⁰².

Salazar idealizava a reorganização do Estado tendo como base um nacionalismo que funcionasse como conciliador das consciências dentro de uma mesma organização ideológica. O ressurgimento nacional seria conseguido à custa do *homem novo* formado nos ideais do regime. Neste contexto, Augusto de Castro, por ocasião da Grande Exposição do Mundo Português, em 1940, declarava: «O português de hoje é igual ao de ontem. Dêem apenas ao português de hoje essa porção de universo que é a medida da sua alma; dêem-lhe a missão de Deus, dêem-lhe o ar espiritual que lhe é próprio – e o Portugal de outrora ressurgirá»¹⁰³.

O regime definia a essência do homem português como o génio da aventura, o espírito messiânico e o sentimento de independência e liberdade. O Estado Novo aspirava ao seu “homem novo” porque considerava que era necessário renovar o indivíduo e a sociedade que estava moralmente decadente após a exposição às “más influências” vindas do exterior como o liberalismo, importadas da revolução francesa e da subversão bolchevista que levaram à desordem política e financeira que se abatera sobre a nação.

Para o regime (...) «esse era o diagnóstico de um século de trevas que se abatera inopinadamente, como uma maldição, sobre a verdadeira História pátria. Era esse curso interrompido, o renovar da tradição do Portugal autêntico, de heróis, santos e cavaleiros que o novo regime, redimindo a pátria, recitava»¹⁰⁴. Tornava-se necessário incentivar o carácter espiritual, educá-lo e renovar-lhe a mentalidade com vista a potenciar-lhe as virtudes. O regime estava empenhado na formação dos espíritos e, por isso desenvolve iniciativas a variados níveis, sobretudo a nível educativo e cultural, que eram potenciais focos de fácil manipulação.

¹⁰¹ Os mitos ideológicos são, segundo Fernando Rosas, o mito central da essência ontológica do regime (mito do novo nacionalismo); mito imperial; mito da ruralidade; mito da pobreza honrada; mito da ordem corporativa e o mito da essência católica da identidade nacional. Vide ROSAS, Fernando, 1995, “Mitó e realidades na História Portuguesa do século XX” in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.71-74.

¹⁰² A “União Nacional”, denominação que pressupunha uma unanimidade foi criada em 1930 e comportou-se como um partido único com uma forte ligação ao governo. Esta organização cuja ação foi totalmente controlada pelo governo manteve-se ativa durante todo o regime. O mito da unidade é corroborado pelo interesse do regime no controlo da União Nacional, partido político que o apoiava.

¹⁰³ CASTRO, Augusto de, 1940, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, Ed. da Empresa Nacional de Publicidade, p.125.

¹⁰⁴ FERRO, António, 2003, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, p.XXVIII.

O controlo exercido nestas áreas funcionava a um nível muito específico e totalizante para atingir os seus fins, segundo uma tendência voltada para (...) «a orientação ideológica da educação, da cultura e das artes, tudo centrado na formação do “carácter”, do “gosto”, do ideário dos portugueses. Tudo servido por uma estética vanguardista, originalmente casada com os conteúdos ideológicos conservadores do regime. Mas o objetivo eram os espíritos, as almas (...)»¹⁰⁵.

O investimento do regime para alcançar este desiderato traduziu-se num complexo aparelho de propaganda com vista à inculcação ideológica: a reforma do aparelho educativo (1936) com Carneiro Pacheco; as organizações paramilitares da Mocidade Portuguesa e Legião Portuguesa para a juventude escolar; a Organização das Mães para a Educação para enquadrar as mulheres. Este investimento tinha como finalidade fabricar o genuíno “homem novo” para renovar a alma dos portugueses.

O *homem novo* enquanto entidade coletiva seria o motor e a força do novo regime, por isso era necessário transformar e moldar os jovens portugueses fazendo-os tomar consciência que eram (...) «continuadores da obra grandiosa empreendida; das pesadas responsabilidades que sobre eles impendem pela sua conclusão e do dever imperioso de conservar intactas, as virtudes que, em todos os tempos e em todo o mundo, caracterizam a nossa Raça. Eis o que é preciso!... (...) E é precisamente, esse poder de grandeza sublime, impulsionando e completando a nossa preparação material com o nosso engrandecimento, dando mesmo à vida da Nação o aspeto são da sua vitalidade, que levará os portugueses de hoje, não a darem novos mundos ao mundo, nem a descobrirem novo caminho marítimo para a Índia, porque são outros os tempos; mas a contribuir, dentro de todos os seus recursos, com novos e salutarexemplos de ordem, de civismo, e de sã administração, (...)»¹⁰⁶.

Era emergente a realização de toda uma obra de regeneração moral do povo, onde o fortalecimento do Estado surgia como uma necessidade imperiosa. A formação que a escola estadonovista promovia tinha como objetivo promover a disponibilidade do aluno relativamente à nação, por isso a escola seria a grande promotora (...) «dos meios catalizadores do orgulho nacional»¹⁰⁷.

O regime colocou em marcha um plano de formação nacionalista, contínuo e transversal que ultrapassava de longe o âmbito escolar. A partir de 1936 (...) «o sistema

¹⁰⁵ FERRO, António, 2003, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, p.XXXI.

¹⁰⁶ MONTEIRO, António Marques, 1936, “Noção de dever e firmeza de caráter” in: *Revista Defesa Nacional*, nº24/abril, p.14.

¹⁰⁷ CORREIA, Luís Grosso, 1998, “Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação - O Sistema Educativo no Estado Novo” in: *Ler História*, nº 35, p.71.

educativo será investido, (...) como o interface privilegiado para a doutrinação da população portuguesa, protegendo-se, projetando-se, precoce e subtilmente, sobre as famílias e as comunidades e destacando-se entre as organizações sociais formais com propósitos semelhantes, como os tribunais, imprensa, Igreja, organizações juvenis e polícia»¹⁰⁸.

A escola e o currículo passam a ser objeto de controlo por parte do governo que se serve destes para construir a mentalidade necessária à consolidação do regime e à sua continuidade. O regime vai orientar a formação educativa segundo um esquema que se prendia com o domínio afeto-emotivo e que apelava aos sentimentos e às emoções das massas. Esta medida promovia um efeito direto no condicionamento das posturas e dos comportamentos do aluno e da sociedade na sua globalidade¹⁰⁹. Esta medida revelava a finalidade da educação que era essencialmente fomentar no educando uma motivação baseada no domínio sócio-afetivo que teria em vista o desenvolvimento dos conceitos de patriotismo e nacionalismo.

O aluno robustecido nos ideais nacionais assumia o perfil do *homem novo* traçado pelo regime. Neste perfil, a vertente afeto-emocional era dominante, prevalecendo sobre os conceitos de inteligência ou sentido crítico, supostamente adquiridas e desenvolvidas no sistema de ensino. O processo de formação da mentalidade do educando apelava diretamente aos sentimentos de pertença e identidade, explorando episódios e exemplos no domínio afetivo, aos quais recorria esperando que esta fosse mais eficaz ou convincente que autêntica¹¹⁰.

O regime apoiava-se na evocação das glórias do passado e no caminho apontado pela grandeza moral dos homens que conduziram o destino nacional. O ministro da Educação Nacional sublinhava no discurso que proferiu em 1936 por ocasião da sessão solene de homenagem às forças militares em 24 de maio: «Do que mais carecem os portugueses de hoje é, na verdade, de encostarem os corações aos dos grandes mortos que edificaram a Pátria e que hão-de ser sempre vivos para o comando dos seus destinos»¹¹¹.

Salazar via o passado nacional como o reflexo da atuação de (...) «seus reis e cavaleiros, seus descobridores e seus legistas, seus capitães e seus nautas, seus heróis e seus

¹⁰⁸ CORREIA, Luís Grosso, 1998, “Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação - O Sistema Educativo no Estado Novo” in: *Ler História*, nº 35, p.78.

¹⁰⁹ Cf. GUTEK, L. Gerald, 1988, *Philosophical and Ideological Perspectives on education*, Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, p. 237-238.

¹¹⁰ Cf. HANNOUN, Hubert, 1997, *Nazismo: Educação? Domesticação?*, Trad. de Fátima e Carlos Gaspar, Lisboa, Col. Horizontes Pedagógicos, Instituto Piaget, pp. 229-230.

¹¹¹ PACHECO, Carneiro, 1936, *A formação da Mocidade e a defesa da Pátria*: discurso proferido na sessão solene de homenagem às forças militares realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 24 de maio de 1936, Lisboa, M.E.N./Imprensa Nacional de Lisboa, p.2.

santos, sofrimentos e glórias, esperanças e decepções. Passam séculos, e o português a expulsar o mouro, a firmar a fronteira, a cultivar a terra, a alargar os domínios, a descobrir a Índia, a apostolizar o Oriente, a colonizar a África, a fazer o Brasil — glória da sua energia e do seu génio político»¹¹². No entanto, Salazar alertava para o apelo excessivo ao heroísmo, apontando o que deveria ser feito para concretizar a mudança de mentalidades: «Nós precisamos de uma coisa que nunca tivemos e cuja falta sensível tem sido a causa dos nossos altos e baixos: formação das vontades para dar continuidade à ação. De quando em quando, aparece na História de Portugal um rei, um estadista, um chefe, que levanta a Nação, que faz um pedaço de História, e que a deixa cair quando desaparece ou morre. O nosso passado está cheio de beleza, de rasgos, mas tem-nos faltado, no último século, sobretudo, um esforço menos brilhante mas mais tenaz, menos espetaculoso e com maior perspetiva. Tudo quanto seja apelar somente para o heroísmo da raça, sem modificação da mentalidade geral, do nosso modo de ver as coisas, do nosso modo de fazer as coisas, pode trazer-nos momentaneamente páginas de epopeia, mas queima-nos, nessas labaredas contínuas, entregando-nos, depois, a esse fatalismo doentio, de que o Fado é a expressão musical. É essa a razão porque nós somos um povo eternamente saudoso, longe das realidades por termos vivido demasiado, em certos momentos, uma realidade heroica mas falsa... Para fazer, portanto, obra reformadora, é necessário, antes de mais nada, renovar o indivíduo, transformá-lo, pô-lo de acordo com o seu próprio ambiente, com a sua própria terra...»¹¹³.

Salazar era fiel à doutrina que professava. Além de portador da mensagem, ele era o seu executor fidedigno que apontava a direção dos destinos da nação e ditava as normas. A sua doutrina “libertadora” estendia-se para além do campo económico-financeiro ao âmbito geral do comportamento individual e social, entendida como a cura para todos os males que poderiam afetar a nação: «tende à subversão de tudo e na sua fúria destruidora não distingue o erro e a verdade, o bem e o mal, a justiça e a injustiça. Pouco se lhe dá da história e das experiências seculares da humanidade da vida e dignidade da inteligência dos puríssimos afetos da família, da honra e pudor da mulher, da existência e grandeza das nações, contanto que da sua falsa concepção de humanidade tenha podido arrancar a escravidão do homem e a sua máxima abjeção»¹¹⁴.

O pensamento de Salazar enquadrava-se na tradição contrarrevolucionária e resumia-se a alguns princípios essenciais que se interligam num círculo harmónico: Deus,

¹¹² SALAZAR, António de Oliveira, 1940, “Discurso do Presidente do Conselho” em Guimarães a 4 de Junho na Cerimónia Comemorativa da Fundação in: *Revista dos Centenários*, nº18 – Ano II, p.23.

¹¹³ FERRO, António, 1978, *Salazar*, Aveiro, Edições do Templo, p.165.

¹¹⁴ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. IV, p.p.308-309.

Pátria e Família, Autoridade, Trabalho e Ruralismo¹¹⁵ que caracterizavam o seu regime e apresentavam o Estado Novo como um regime virado essencialmente para a tradição cristã.

O “homem novo” que o regime idealizou e que pretendia criar foi um conceito que se impôs no seu sistema de valores ideológico. Este conceito pressupunha uma reeducação das consciências e a criação de uma tipologia característica de portugueses imbuídos dos valores patrióticos, modelados desde o início das suas vidas. Para tornar possível a educação das mentalidades, o regime empreende um verdadeiro projeto de regeneração da sociedade. Este conceito de “homem novo” estava relacionado com uma mentalidade nova que garantisse o ressurgimento da nação. A formação nacionalista (que era basicamente política e moral) deveria ser a pedra angular do escol devidamente orientado, capaz de tomar conta da nação.

Para Fernando Rosas o “homem novo” estadonovista era «um ser renovado, expurgado dos vícios do liberalismo, do racionalismo e da contaminação marxista, esse ser reintegrado, por acção tutelar e condutora do Estado, no verdadeiro “espírito da nação”, haveria de ser temente a Deus, respeitador da ordem estabelecida e das hierarquias sociais e políticas como decorrências do organismo natural e imutável das sociedades, pronto a servir a pátria e o império, cumpridor dos seus deveres na família e no trabalho, destituído de “ambições doentias” e “antinaturais” e satisfeito com a sua honrada modéstia»¹¹⁶.

A “nova” sociedade que fazia parte do projeto ideológico do regime começa a desenhar-se na década de trinta, consolidando-se na década de quarenta. O discurso ideológico transmitido justificava a renovação tão apregoada pelo regime através da sua reinterpretação do passado histórico e da recorrência ao tradicionalismo.

A proclamação desta nova ordem tinha o objetivo de (...) «estabelecer uma ideia mítica de “essencialidade portuguesa”, transtemporal e transclassista, que o Estado Novo reassumiria ao encerrar o “século negro” do Liberalismo e a partir da qual se tratava de “reeducar os portugueses no quadro de uma Nação regenerada e reencontrada consigo própria,

¹¹⁵ A apologia do ruralismo explica que referentes históricos como D. Sancho I e D. Dinis sejam destacados na galeria de heróis nacionais com uma conotação de apego à terra. Esta idealização agrária fazia parte da política de Salazar de manter Portugal longe da industrialização e do progresso técnico-científico, mantendo a vida rústica como modo ideal de vida onde a autoridade reinava como forma de governo. Este ruralismo embora não tenha obtido grande projecção no que concerne à prática política é no entender de António Silva, um imaginário, um espaço de idealização onde se firma a visão mítica - sendo o mito mobilizador de um projeto de afirmação política - de uma sociedade em harmonia, sem convulsões sociais, conflitos de classe, intriga política, ou interesses singulares ofuscando a felicidade coletiva». SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e, 1993, *Imagens de D. Sebastião no Portugal Contemporâneo*, (Tese de Mestrado), Coimbra, Universidade de Coimbra, p.86-87.

¹¹⁶ ROSAS, Fernando, 2001, “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do Totalitarismo” in: *Análise Social*, Vol.XXXV (157), p.1037.

com a sua essência eterna e com o seu destino providencial»¹¹⁷. Portugal era apresentado pelo regime como (...) «o velho cruzado, navegador e evangelizador que continua a trilhar, a passos firmes, o largo caminho de sua História de gestas heróicas, servindo um imaculado ideal de equilíbrio humano e de paz com justiça. Redivivo, ativo e forte, Portugal, consciente da sua grandeza, continua a transmitir ao Mundo a sua mensagem de civilização, consubstanciada em doutrinas ético-políticas de eternas claridades»¹¹⁸.

O “homem novo” deveria apresentar um conjunto de características que compunham as virtudes do grandioso génio português que fosse o garante da continuidade dos valores veiculados pela nova ideologia. Neste sentido, Estela Brandão define aquilo que era, no seu entender, o carácter nacional: «A ductilidade quase amorfa do carácter português, se torna duvidosas as energias coletivas, os espontâneos movimentos nacionais, facilita, no entanto, de maneira única, a ação de quem rege e quem governa. Cera branda, os dedos modelam-na à vontade. Um grande escultor, eis o que precisamos. Há, além disso, bem no fundo deste povo, um pecúlio enorme de inteligência e de resistência, de sobriedade e de bondade, tesouro precioso, oculto há séculos em mira entulhada. É ainda a sombra daquele povo que ergueu os Jerónimos, que escreveu os Lusíadas»¹¹⁹.

O retorno ao tradicionalismo histórico que o Estado Novo advogava, afigurava-se condição essencial para a criação de uma nova consciência nacional, motor da confiança no futuro. Nesta perspetiva, Fernando Machado afirmava: «Se as tradições históricas são necessárias, porque as nações que não as possuem são como árvores sem raízes, o tradicional tem de renovar-se para conduzir à elaboração de novos sentimentos nacionais, criando energias que injetem vida nova, que engendrem forças morais geradoras de confiança disciplinada e firme para enfrentar o futuro. Os portugueses de hoje têm de ser condicionalistas respeitosos do passado, mas criadores duma coletividade unida, vivendo para o futuro. Continuamos a ser um elo da grande cadeia que liga o passado ao presente e não devemos quebrar esse elo. Do passado, a grande mensagem é a construção da nação em bases de honra e integralidade e a cada geração cabe restituir à coletividade tão nobilitantes

¹¹⁷ ROSAS, Fernando, 2001, “O Salazarismo e o Homem Novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do Totalitarismo” in: *Análise Social*, Vol.XXXV (157),, p.1034.

¹¹⁸ PIRES, Teotónio Machado, 1940, *Em louvor de Portugal*, Angra do Heroísmo, Livrarias Editora Andrade, p.25.

¹¹⁹ BRANDÃO, Estela, 1951, *Pensamentos de Guerra Junqueiro*, Porto, Editorial Domingos Barreira, p.135-136.

sentimentos, de todas as vezes que forças estranhas e hostis alterem a têmpera em que se forjou a alma lusitana, a alma portuguesa»¹²⁰.

A razão do investimento por parte do regime na educação prendia-se com dois aspetos importantes: o facto de o regime considerar que ainda muito havia a fazer neste campo, uma vez que a obra de restauração nacional estava ainda «muito atrasada» no que dizia respeito ao âmbito espiritual, verificando-se «défice de mentalidade, insuficiência moral» e uma «indisciplina mental da mocidade». Estas considerações levaram Carneiro Pacheco a concluir que «o país não acompanha espiritualmente o ritmo do Estado Novo»¹²¹. O outro aspeto prendia-se com o facto de o regime considerar a educação como a solução mais eficaz para combater as doutrinas ditas “subversivas” e manter a nação fiel à sua doutrina. É neste sentido que se compreende o facto de o regime negar a neutralidade da escola no processo de endoutrinamento: «Nós não compreenderíamos – nós não poderíamos consentir – que a escola portuguesa fosse neutra neste pleito e ultrapassaria todos os limites que, velada ou claramente, por actos positivos ou por omissão dos seus deveres, ela trabalhasse contra Portugal e ajudasse os inimigos da nossa civilização (...) Queremos, pelo contrário, que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como dos que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram»¹²².

A partir que Carneiro Pacheco toma conta da pasta da educação, muitas mudanças vão ter lugar no campo educativo para fazer valer os objetivos do regime. O sistema de inculcação ideológica traduziu-se em muitas vertentes com o objetivo de formar os espíritos, colocando-os ao serviço da ideologia renovada que o regime proclamava. Cordeiro Ramos, o ministro que sucede a Carneiro Pacheco, foi o continuador da obra iniciada. Ele tinha em vista a colocação da escola e do ensino ao serviço dos valores nacionalistas, defendendo mesmo uma ampliação destes ao âmbito pedagógico escolar. (...) «alargou-se a acção da escola, cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra, pois apenas a educação forma o novo homem»¹²³.

O regime colocou a tónica dominante da sua política na renovação das mentalidades e na importância que a educação e, nomeadamente a escola tinham no desenrolar deste processo. A formação das futuras gerações baseada nos ideais nacionalistas assegurava o

¹²⁰ MACHADO, Fernando Falcão, 1959, “A Raça” in: *Labor*, nº 181/Janeiro, Ano XXIII, (3ª série), Aveiro, p.232.

¹²¹ PACHECO, Carneiro, 1936, “Declarações de sua excelência o Ministro da Instrução Pública no acto de posse” in: *Escola Portuguesa*, Ano II, nº69/ Fevereiro, pp. 1 e 2.

¹²² SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. IV, p.309.

¹²³ RAMOS, Gustavo Cordeiro, 1937, *Ob. Cit.*, pp.373-378.

futuro do regime e da própria nação dentro de um quadro que o Estado Novo queria renovar e perpetuar: o presente seria o reflexo glorioso do passado e o futuro, a continuação da gesta gloriosa.

O objetivo do regime em empreender uma política do espírito tinha na mira a educação para concretizar a verdadeira renovação nacional e, consequentemente uma sociedade renovada. Nesta perspectiva, Feliciano Ramos afirmava: «Decididamente que vamos transpor os umbrais duma nova idade. A educação nacional segue o curso dos novos ritmos sociais, escolhe um rumo humano, mais designadamente adequado à índole da alma portuguesa e consentâneo com as exigências da hora presente. Reconheceu-se muito logicamente, que os melhoramentos materiais, indispensáveis para cimentar a vida externa duma nação, não chegavam para eficazmente estabilizar a renovação nacional. Esta, para durar, tem de radicar-se nas almas e só então alcançará uma definitiva permanência. Mas, para essa obra gigantesca da conquista dos espíritos, atraindo-os para a verdade e evitando que se transviem, impunha-se o dever instantâneo de cuidar da orientação dos rapazes e raparigas de Portugal, dos quais diretamente depende a prosperidade futura da pátria e a existência ou a morte dos ideais que atualmente nos apaixonam. Uma tal inferência provinha dos factos da experiência social. Efetivamente, assegura-nos o testemunho da história, da própria história de Portugal, que a sorte dum povo está fortemente vinculada à boa ou má educação dos seus filhos»¹²⁴.

Também Salazar reforça a importância da educação na concretização dos projetos do regime: «A obra educativa a realizar, mormente nesta época de renascimento nacional, tem de partir de um ato de fé na Pátria Portuguesa e inspirar-se num sã nacionalismo. É preciso amar e conhecer Portugal – no seu passado de grandeza heroica, no presente de possibilidades materiais e morais, adivinhá-lo no seu futuro de progresso, de beleza, de harmonia. Só se ama o que se conhece, mas para se conhecer é já necessário um princípio de amor. Quanto ao mais, podemos contentar-nos com o seguinte: que em vez de atletas ou raquíticos, nos deem simplesmente homens sadios; que, em vez de abúlicos, tímidos, interesseiros, agitados, nos deem homens de vontade reta, calma, paciente e tenaz, e que, no domínio da inteligência, o saber seja apenas uma indefinida, inesgotável capacidade de estudar e descobrir as coisas

¹²⁴ RAMOS, Feliciano, 1938, “A educação nacionalista e os homens e mulheres de amanhã” in: *Labor*, nº88, Fev./1938, Ano XII, Aveiro, p.343.

novas que ainda não vêm nos livros. (...) Todas estas coisas são afinal muito pouco, mas eu encarrego-me de tirar delas o resto»¹²⁵.

Importava ao regime definir uma nova política de juventude para mobilizar as mentalidades: «Impõe-se regressar valentemente à preocupação doutrinadora. Retomar a iniciativa. Definir uma nova política de juventude. Alicerçar novas estruturas. Mas – acima de tudo e antes do mais – mobilizar as inteligências, congregar as vontades, atuar a propósito e a despropósito com firmeza, com a saudável irreverência dos que nada temem porque jogam tudo por tudo na causa nacional. Abandonemos o «Ghetto» dos temerosos e pusilânimes, trazendo para a luz do dia a vigorosa réplica da verdade nacional e do interesse pátrio contra a contestação revolucionária»¹²⁶.

O nacionalismo era um dos princípios que dominavam a doutrina do regime que orientava a sua nova política. Este conceito atribuía particular importância ao império e à capacidade colonial dos portugueses, legitimada pelos séculos. Esta força constituía, pela secularidade, uma das bases mais fortes do ideal coletivo veiculado ao caráter evangelizador dessa obra e à nossa independência peninsular. Os feitos e as glórias do passado impunham, segundo o regime, deveres às gerações que eram suas herdeiras. A união entre o mito e a História proporcionava a construção do conceito nacionalista.

Para além dos valores religiosos e morais, a ideologia do regime valorizava sobretudo o nacionalismo e o culto da pátria. Salazar reforça a sua importância e afirma que esta (...) «foi feita na dureza das batalhas, na febre esgotante das descobertas e conquistas, com a força do braço e do génio. Com trabalho imenso e ingrato, esforços sobre-humanos na terra e no mar, ausências dilatadas, a dor e o luto, a miséria e a fome, almas de heróis amalgamaram, fizeram e refizeram a História de Portugal. Não puderam erguê-la com egoísmos e comodidades, medo da morte e da vida, mas lutando, rezando, sofrendo. Cada um deu, na modéstia ou grandeza dos seus préstimos, tudo quanto pôde, e por isso tudo lhe somos gratos»¹²⁷. A cosmogonia da pátria encerra o caráter ideal daqueles que ajudaram a fazê-la. A força, a fé e o sacrifício resumiam o quadro de virtudes aos quais era necessário dar continuidade.

O nacionalismo é outro dos pilares fundamentais do regime. Sobre este conceito Salazar também se pronuncia, reforçando a sua posição e importância no quadro de valores caros ao regime: «Sem receio colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do

¹²⁵ HENRIQUES, Mendes Castro e Melo, Gonçalo de Sampaio e, 1989, *Salazar: pensamento e doutrina política*- Textos Antológicos, Lisboa, Verbo, p.54.

¹²⁶ ALVES, F. Elmano, s/d, *Regressemos valentemente à preocupação doutrinária*, Lisboa, Edições Facho, p.18.

¹²⁷ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. III, pp.258-259.

Estado Novo; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa história; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social; terceiro, porque somos exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade. Vocação missionária se tem podido chamar a esta tendência universalista, profundamente humana do povo português, devido à sua espiritualidade e ao seu desinteresse»¹²⁸.

O conceito de patriotismo é análogo ao de nacionalismo. Ambos convergem para o mesmo ideal de culto da pátria, porém, o Estado Novo reveste-o de uma significação específica: «O patriotismo são e digno, humano e cristão, o patriotismo capaz de elevar um povo, pode e deve andar aliado ao respeito, à justiça e à benevolência para com os outros povos. Esse patriotismo é a projecção do amor da família de quem a pátria é o prolongamento. Está sempre pronto a lutar e a sacrificar-se sem reserva, pelos interesses da Nação e incute na alma a nobre ambição de trabalhar sem desfalecimento pelo seu engrandecimento. Ama e serve o seu país, como verdadeiro e sincero patriota, aquele que lhe granjeia estima, consideração e louvor pelo seu modo de proceder. Na pessoa do português que se distingue pelo culto do dever, pela honestidade, pela integridade de carácter, na pessoa do português de consciência e de mãos sem mancha, é Portugal dignificado e enaltecido»¹²⁹.

Os valores cívicos também desempenhavam uma importante função na ideologia de Salazar: a obediência à autoridade é uma das virtudes cívicas que adquire um papel de relevo. A autoridade simbolizava a unidade da nação e o suporte do seu regime. Neste contexto a hierarquia e o culto dos chefes (...) «condicionam a ordem indispensável à existência da nação»¹³⁰.

A fidelidade à nação era um requisito essencial do ideal nacionalista. Era uma exigência que se colocava aos portugueses como uma continuidade do árduo trabalho realizado pelas gerações antepassadas. O recurso a essa fidelidade é evocada nos momentos de crise em que é necessário despertar e desenvolver o orgulho nacional. Em 1964, Silva Cunha faz esse apelo numa altura em que o conflito armado no ultramar era já uma realidade: «Por isso, na hora em que vivemos não há lugar para os tímidos nem para os que não tenham em si a força necessária para perseverar na fidelidade aos grandes princípios nacionais. (...) A Nação tem o direito de exigir de cada um de nós essa fidelidade. Tem o direito de exigir que todos saibamos esquecer os interesses pessoais, as pequenas feridas de orgulho, tudo enfim

¹²⁸ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. II, pp.132-133.

¹²⁹ PINHO, Moisés Alves de, 1948, *Tricentenário da Restauração de Angola (1648-1948)* - Discursos e Alocuções, Lisboa, p.26.

¹³⁰ Idem, Vol. III, p.162.

que nos possa dividir, para que o caminho que escolheu seja percorrido até ao fim. Assim procederam os portugueses em todas as horas difíceis que na história da nacionalidade se têm vivido. Estou certo que assim continuaremos (...) Assim... temos de proceder todos, desde os governantes aos mais humildes dos portugueses. Exige-o a nação. Exigem-nos os nossos mortos. Seremos dignos deles»¹³¹. Este excerto do discurso destaca não só o sentimento que os portugueses deviam nutrir pela nação e pelos antepassados como também a importância do seu papel enquanto continuadores da gesta histórica que tornou Portugal uma nação reconhecida. Este papel de defesa é evocado em nome da nação e dos antepassados e o seu cumprimento torna os portugueses dignos destes.

Numa perspectiva similar, consideramos interessante a posição de Galvão Telles, num discurso proferido em 1966, sobre a fidelidade à nação dentro da mesma conjuntura política: «A verdadeira morte não é a dos que perecem fisicamente em holocausto a ideias superiores que a ultrapassam, porque nesses não tem poder a morte e vivem eternamente na lembrança e culto das gerações. Verdadeira morte é a dos que continuam a viver na vergonha de não terem sabido morrer quando algo de superior lhes pedia esse sacrifício»¹³². Mais uma vez o sacrifício é evocado, sendo a morte sem glória a vergonha e a consequência da renúncia à defesa da pátria. A fidelidade à nação era um conceito que se relacionava diretamente com conceitos como a responsabilidade e o dever. O próprio Salazar afirma veementemente essa relação: «Tenhamos fé na nossa vitalidade, e na capacidade realizadora dos portugueses, fé no futuro de Portugal e na continuidade da sua História. Não somos só porque fomos, nem vivemos só por termos vivido, vivemos para bem desempenhar a nossa missão e perante o mundo afirmamos o direito de cumpri-la. Com a solidez das raízes seculares, ligadas à História Universal, que sem nós seria ao menos diferente, sentimos com a glória desta herança as responsabilidades e o dever de aumentá-las»¹³³.

O nacionalismo inspirava-se também na exaltação do espírito militar como o garante da defesa e dignificação da pátria. Este espírito que disciplinava as vontades e influenciava a realização das aspirações nacionais caracterizava o glorioso passado nacional. Da fundação à reconquista até à expansão, o espírito militar garantiu a independência e a prosperidade da nação. Outro pressuposto fundamental do nacionalismo era o espírito da “Restauração Nacional” que inspirava todo o discurso oficial do regime, o ressurgimento pátrio consubstanciado no ideal sebastianista. O novo regime apresentava-se como o ressurgimento

¹³¹ CUNHA, Silva, 1964, *Fidelidade aos princípios*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, pp.76-77.

¹³² TELLES, Galvão, 1966, *Temas de educação*, Lisboa, M.E.N., pp.73-74.

¹³³ SALAZAR, António de Oliveira, *Ob. Cit.*, Vol. III, p. 259.

que colocava o país de novo na senda do seu percurso glorioso. Nesta perspetiva João Ameal afirmava: «Portugal reata a marcha que se interrompeu na hora em que a imagem una e secular da pátria foi oculta, desfeita, fragmentada nos mil tumultuários estilhaços dos partidos em luta...Na sua frente, outra vez a grande linha histórica de um grande povo e de um alto destino. Abrem-se no horizonte, as estradas amplas do ressurgimento português»¹³⁴.

Além do relevo atribuído ao período da fundação, as guerras com Castela nos reinados de D. Fernando e de D. João I, eram igualmente relevantes para o processo de categorização da identidade nacional. O milagre de Ourique e o mito sebástico são igualmente expressões de mitos que vão perdurar no tempo e que intervêm no processo de identidade nacional. O milagre de Ourique pressupunha uma crença na proteção divina a D. Afonso Henriques e, através dele, a todos os reis de Portugal, envolvendo-os numa aura de sacralidade que supostamente protegia a nação.

O período expansionista era o que mais intimamente se relacionava com a identidade nacional, por ser este o tempo que os portugueses mostraram ao mundo as suas valorosas ações e, porque este correspondeu igualmente a um período de grande prosperidade económica e cultural. É um dos períodos da História mais abordados nos currículos e nos manuais escolares e é também alvo de uma grande produção literária.

A idade média que coincidia com a fundação e consolidação da nacionalidade era vista como uma fase muito significativa da História, pois teria preparado a fase da expansão que o regime considerava «como suprema expressão da criatividade lusíada, como a realização mais exaltante do nosso génio ecuménico, como a mais acabada exemplificação da vocação missionária e civilizadora de Portugal»¹³⁵. Em contraste, as épocas do renascimento e do liberalismo são apresentadas como a causa do colapso da época áurea nacional. Estes conceitos fixaram-se e serviram de base à ideologia do novo regime que o considerou o ressurgimento do pensamento político tradicional português, uma “revolução intelectual”, segundo Luís Cabral Moncada¹³⁶.

O desenvolvimento dado à expansão portuguesa contribuiu para que a maioria dos mitos fundadores da nacionalidade tenha sido construída por esta época. Estes mitos, objeto de doutrinação nacionalista foram assumidos como tal no século XX, fazendo parte do imaginário nacional dos regimes que vigoraram durante o mesmo período.

¹³⁴ AMEAL, João, 1946, “Breve resumo da História de Portugal” in: *Portugal, breviário da pátria para os portugueses ausentes*, Lisboa, SNI, p.6.

¹³⁵ AMEAL, João, 1946, “Breve resumo da História de Portugal” in: *Ob. Cit.*, Lisboa, SNI, p.188.

¹³⁶ Referido por TORRAL, Luís Reis, a propósito das “Interpretações Ideológicas Tradicionalistas” in: *História e Ideologia*, 1989, Coleção Minerva-História 3, Coimbra, Minerva, p.60.

A ideologia salazarista baseada nos movimentos tradicionalistas do século XIX, construiu uma legítima filosofia da História. A sua visão do passado nacional exaltava os valores nacionais e era seletiva, atribuindo maior importância a determinados períodos históricos. No entanto, a ideologia defendida pelo Estado Novo não terá sido o produto de um conjunto de ideias totalmente originais. Foi ainda no período republicano que muitos dos ideais preconizados pelo regime se terão começado a formar. O tradicionalismo e o conservadorismo que assumiram especial importância na esfera ideológica do regime, bem como o imperialismo e o nacionalismo herdado da direita conservadora também desempenharam um papel importante.

Também a influência de organizações e forças sociais como o Centro Académico da Democracia Cristã (CADC), ou ainda o Centro Católico concorreram para a construção da base ideológica original do Estado Novo¹³⁷. Uma outra organização social que teve influência neste processo foi a *Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira*, surgida em 1921, de cariz integralista, baseava-se na matriz do nacionalismo conservador com o objetivo de inculcação dos mitos do “ressurgimento nacional” e da “unidade moral da nação”. Esta organização elitista, espaço de sociabilidade de personagens políticas ligadas ao jacobinismo republicano, republicanos conservadores, católicos sociais e monárquicos, viria a ser extinta em 1938. No entanto, desempenhou uma função sobretudo ideológica (...) «ao difundir a exemplaridade ético-religiosa e político-militar de Nuno Álvares Pereira, que se incluiu doravante na ritualização cívica do Estado, colocando o herói num lugar de mediação dentro do redentorismo patriótico, bem expresso em ideias-força como “ressurgimento nacional”, “Acima de tudo- a Pátria!”, “União dos Portugueses”»¹³⁸. Esta organização promoveu uma ampla relação institucional entre a nação, a Igreja e o poder militar durante o período republicano e, posteriormente com o Estado Novo, enquanto organização nacionalista, defensora do ideário patriótico conservador, cumprindo a essência da ideologia que a sustentava: o culto cívico-religioso do seu herói simbólico cuja ritualização atingia grande expressão nas comemorações do 14 de agosto, estando em completa sintonia com os conteúdos doutrinários divulgados pela propaganda.

Como força de apoio ao regime, Salazar contemplou conceitos como a “unidade nacional” ou a “missão civilizadora” aos quais atribui significados peculiares com vista a desencadear a exaltação nacionalista coletiva e reforçar o apoio ao seu regime. Será a tónica

¹³⁷ Sobre este tema vide CRUZ, Manuel Braga da, 1982, *As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença.

¹³⁸ LEAL, Ernesto Castro, 1999, *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, p.329.

que coloca nestes conceitos já herdados da I República que distingue o Estado Novo como um regime utópico e demagógico. É Salazar e o seu regime que se tornam os sustentáculos da sua mitologia que girava em torno da causa da nação e da sua exaltação. Retomaram-se os genuínos valores patrióticos e com eles as personagens heroicas que fizeram da pátria um Portugal maior. Estas figuras representavam o sentimento popular e a psicologia nacional, traduzidos nos valores da humildade, obediência, mas também no espírito empreendedor e tenacidade, delegados pela providência.

A ideologia do regime baseava-se numa conceção maniqueísta do homem e da sociedade: os heróis (defensores da pátria) e os anti-heróis (traidores), por outro. O comportamento dos anti-heróis deveria ser repudiado e o dos heróis deveria ser imitado. No epicentro deste sistema figura Salazar como modelo exemplar.

A sua imagem é alvo de veneração e endeusamento porque ele é o orientador de toda a nação com a sua política paternalista de domesticação dos indivíduos com vista ao condicionamento dos comportamentos e à sua subordinação. Salazar dirigia a nação, mantendo-se à distância, posição que captava a admiração do povo. Esta prática teria vindo já de trás, manifestando-se particularmente nos momentos de crise política nacional. O messianismo político de Salazar emanava da teoria do “homem providencial” que simbolizava a superação da decadência e de fases inglórias da nação.

A construção da sociedade “ideal” alicerçada nos mais elevados padrões de valores, tendo por base o exemplo da genialidade dos heróis era um dos objetivos da política ideológica do regime. Os exemplos patrióticos de dedicação à nação, os feitos guerreiros e militares representavam as traves mestras da educação das novas gerações. O passado, o presente e o futuro eram apresentados segundo uma perspetiva intimamente relacionada: (...) «para o nosso presente, talvez seja preferível ressurgir o passado a devassar o futuro»¹³⁹.

A educação foi um dos meios privilegiados para divulgar a ideologia do regime, assumindo um papel decisivo para atingir este fim. O próprio Salazar assumia as suas intenções de apetrechar os portugueses de uma nova mentalidade, pretendendo construir uma nova consciência nacional e formar o “homem novo”. Ao assumir o comando da nação em 1933, assume claramente uma postura marcada: «Controlar o Estado é uma condição necessária para salvar a Nação da sua total ruína e desordem, mas não é bastante para a recuperação material e moral (...) tomemos o Estado nas nossas mãos, mas orientemos também na boa direcção a inteligência e a vontade dos portugueses»¹⁴⁰.

¹³⁹ GASPAR, José Maria, 1942, *Deus, pátria e família*, Lisboa, Ed. Domingos Barreira, p.9.

¹⁴⁰ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. II, p.75.

O novo modelo educativo tinha os mais jovens como principal alvo. Os espíritos jovens deveriam ser cuidadosamente moldados para que a nação ganhasse um novo alento e se orientasse no sentido que o regime pretendia. A escola assumia na “política do espírito” uma função fundamental na formação das futuras gerações. A esta (...) «compete por excelência ministrar às gerações novas uma forte educação moral, robustecendo o carácter e a vontade num inquebrantável respeito pelas elites do pensamento e da acção»¹⁴¹.

O Estado Novo concebia a nação como (...) «a essência indefinível da continuidade histórica dos portugueses através dos séculos, como seu património material e moral. Devemos tudo a ela, tudo nós sacrificamos aos seus interesses superiores»¹⁴². Salazar, na sua obra *Discursos*, coloca a questão da identidade nacional assente em três pilares fundamentais. A nação era a (...) «realidade na qual englobamos a independência, a unidade orgânica e a missão civilizadora, é um pressuposto ou ponto de partida e foge a toda a discussão. E daqui este corolário: quem não é patriota não pode ser considerado português»¹⁴³.

A nação teria também uma missão histórica providencial, divulgadora dos valores cristãos, continuamente referida e advogada pelo regime. Salazar destacava ainda neste contexto a herança da civilização portuguesa nessa missão: «não sei se tenhamos em Portugal ambiente de maior espiritualidade onde a nossa alma mais penetrada se sinta de elevados sentimentos: Deus, a Pátria, a Família, o dever, o sacrifício, o desinteresse, a paz dos mortos têm aqui representações ou projetos sensíveis, tocantes, sem que ao mesmo tempo deixe de respirar-se o ar alvoroçado das vitórias. Nós somos filhos e agentes duma civilização milenária que tem vindo a elevar e converter os povos para a conceção superior da própria vida, a fazer homens pelo domínio do espírito sobre a matéria, pelo domínio da razão pelos instintos»¹⁴⁴.

Salazar era também um homem consciente das suas vontades e das suas certezas. A sua célebre frase “Sei muito bem o que quero e para onde vou” traduz o seu carácter férreo de saber querer e conduzir o seu instinto para edificar solidamente as bases do seu regime. Os pressupostos da sua filosofia política assentavam nas suas certezas indubitáveis que alicerçavam a consciência nacional e a confortavam «Às almas dilaceradas pela dúvida e o negativismo do século, procurámos restituir o conforto das grandes certezas. Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o

¹⁴¹ TAVARES, Galiano, 1936, “A escola deverá ter uma finalidade nacional?” in: *Labor*, nº69/ Janeiro de 1936, p.286.

¹⁴² ASSAC, J. Ploncard d', 1964, *Dicionário Político de Salazar*, Lisboa, SNI, p.184.

¹⁴³ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. IV, p.356.

¹⁴⁴ Idem, Vol. II, p.178.

prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever»¹⁴⁵. Esta frase tem sido citada inúmeras vezes por vários autores para demonstrar a base da filosofia política do regime salazarista no qual Deus surge na base desse sistema axiológico e sustenta todos os outros. A síntese dos sentimentos da alma nacional está espelhada neste excerto de um discurso de Salazar. Reflete igualmente o perfil de homem e de sociedade que o regime pretende formar.

A ideologia dominadora e alienadora que o regime assume em consonância com a sua visão do passado nacional leva a uma mitificação da história. Este processo sobrevaloriza os grandes feitos históricos e os heróis, ou seja, figuras que se destacaram pela ação em prol da causa nacional e que iam de encontro aos interesses do regime: a coragem, o martírio, o sacrifício, o exemplo de virtude e, também a afirmação de autoridade. Este sistema de mitificação divulgava uma panóplia de figuras que seriam a imagem do sentimento nacional e da “alma lusa”. Pretendia-se instituir a visão de uma nação de heroísmo militar e religioso, por questões sobretudo ideológicas, mas também políticas, filosóficas e sociais.

O significado da educação no pensamento de Salazar revestia-se de uma peculiar importância, não só pelo facto de o próprio Salazar se ter dedicado à docência e o ensino ter para ele um significado especial, mas porque ele a elege como uma das suas grandes prioridades governativas, encarando-a como meio inequívoco de consolidação da sua ideologia na consciência das futuras gerações.

A educação seria o garante da adequada formação das novas gerações dentro dos parâmetros ideológicos do regime. Baseada em ideias muito concisas, a política educativa do Estado Novo estendia-se pelos vários domínios da sociedade. A escola nacionalista inscrevia-se no conjunto das táticas disciplinares produtoras da obediência ao Estado. A “nova tecnologia da obediência”¹⁴⁶ entendia a recristianização como uma questão que dizia respeito à sociedade em geral, encarava-a como uma questão de Estado e impunha-a como se de uma doutrina se tratasse. No domínio pedagógico a tecnologia da obediência tinha um objetivo estratégico que servia o controlo das mentalidades, alargando a ação da disciplina ética à nação, sujeitando-a a imperativos de doutrina política e ideológica e circunscrevendo-a aos limites racionais ditados pelo regime.

¹⁴⁵ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. II, p.130.

¹⁴⁶ Expressão utilizada por Moisés de Lemos Martins in: MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O Olho de Deus no discurso salazarista*, Biblioteca das Ciências do Homem, Porto, Ed. Afrontamento, p.69.

A disciplina ética impunha-se como uma vasta rede de práticas, como um dogma a todos os interesses da nação, tendo como fim último a regeneração nacional, através de um modo de funcionamento específico, tal como uma regra a seguir que limita os indivíduos.

A escola nacionalista funcionava como disciplina ética, fixando os indivíduos a um aparelho de produção/transmissão do saber, limitando-os a um domínio restrito, a uma norma para obter indivíduos obedientes e moralmente virtuosos. A escola seria ainda fim e meio para promover a regeneração nacional.

A pedagogia nacionalista construía o conceito do ser português assente nos princípios do “trabalho, sacrifício e patriotismo”¹⁴⁷, subordinando o carácter da criança aos princípios da moral e fazia da escola uma “oficina sagrada das almas”¹⁴⁸. A educação primária «tornou-se assim um símbolo do progresso nacional, tanto para os republicanos como para os salazaristas. A redenção social e nacional passava então pela escola primária»¹⁴⁹.

A formação do aluno hierarquizava-se por níveis: a educação física, a formação intelectual e a moral, ocupando esta última uma especial importância no processo educativo. Salazar entendia a educação como sendo essencialmente um ato de natureza ideológica, um ato de doutrinação, isto é, o processo educativo seria apenas um processo ideológico de acordo com valores definidos pelo regime. Sendo a educação política a principal missão do regime que se encontrava associada à propaganda dirigida para a vontade do aluno, tinha em vista o seu condicionamento e não a abertura ao desenvolvimento do espírito crítico. O papel da censura em todos os fatores educativos assumiu durante o regime total preponderância a fim de evitar qualquer falha neste processo. Neste sentido, Salazar idealizava «Ou refazemos a vida, refazendo a educação, ou não fazemos nada verdadeiramente útil»¹⁵⁰.

A política educativa salazarista desenvolveu-se num quadro de uma legitimidade fascizante e confessional, sendo o catolicismo ideologicamente intrínseco ao regime. Era este o vetor que suportava as bases ideológicas dos novos regimes ibéricos sobretudo no domínio educacional, impondo na década de trinta um novo edifício educativo confessional e conservador católico que se opunha ao laicismo herdado do período liberal e da República.

O discurso político-educativo revestiu-se de valores tradicionalistas, tais como o misticismo e o espiritualismo. Salazar apostava no recurso à tradição histórica portuguesa para impor o seu regime e para o consolidar. Justifica-o como sendo necessário e vital para o

¹⁴⁷ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol I, pp.263.

¹⁴⁸ Idem, p.323.

¹⁴⁹ PEREIRA, Sara Marques (coord.), 2002, *Memórias da escola primária portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, p.247.

¹⁵⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, s/d., “Peças de Teatro” in: *Plano de Educação Popular*, Lisboa, M.E.N., p.13.

“ressurgimento nacional”. Para Salazar (...) «o essencial é descobrir as linhas mestras da vida nacional que possam adaptar-se, sem quebrarem, às contingências dos tempos, e definir a orientação que se lhes há de imprimir, e muitas vezes não é mais que a linha de continuidade de um sentimento colectivo»¹⁵¹. Três décadas após o início do seu governo, Salazar afirmava categoricamente: «O que nos tem valido, é o fundo ainda consistente da lusitanidade, as lições da História e o exemplo dos seus valores, a sã tradição dos nossos maiores que os acontecimentos políticos dos últimos séculos não conseguiram obliterar»¹⁵².

A educação do Estado Novo pretendia formar as novas gerações que deveriam reproduzir a sociedade autoritária em que se inseriam e os valores que lhe eram incutidos, tais como valores de ordem individual, interpessoal e cívicos.

O regime pretendia que a aquisição destes valores fosse feita através da aceitação incondicional, ou seja, por submissão. Este quadro axiológico não era negociado, era imposto ao aluno de uma forma implícita através de estratégias que, no seu conjunto concorriam para completar um sistema educativo e um modelo pedagógico muito bem organizado.

A ação político-ideológica de Salazar pautou-se pela sua estrutura *mentis* que revelou o sentido profundamente nacional e religioso, próprios do seu pensamento. Antes mesmo de tomar as rédeas do poder em julho de 1930, no célebre discurso em que apresenta as bases da revolução nacional, Salazar mostrava a necessidade de «tomar resolutamente nas mãos as tradições do passado»¹⁵³ e de «procurar construir o Estado Novo, que Portugal tem de ser, ...fazendo predominar o equilibrado nacionalismo que se inspira no destino histórico da Nação Portuguesa»¹⁵⁴. Através dos seus pressupostos, Salazar reforça a confiança (...) «mais que na força das armas, na coesa e firme unidade nacional, no profundo e vivo amor à terra portuguesa, naqueles altos exemplos, valores da nossa história e ideais da nossa civilização, que o ferro não mata e o fogo não pode destruir»¹⁵⁵.

A “fascização” do regime toca outras vertentes típicas deste tipo de regimes: o recurso à imagem que transmite juventude, virilidade, novo fôlego, a mudança sobre a qual exercia tutela no campo da formação e controlo social, o patriotismo, condição fundamental para legitimar o poder e a ideologia do regime.

A política do regime vai radicalizar o discurso pedagógico no sentido de uma exacerbação de valores nacionalistas com vista à construção de uma “nova ordem

¹⁵¹ SALAZAR, António de Oliveira, 1965, *Erros e fracassos da era política* (discurso pronunciado na posse da Comissão Executiva da União Nacional), Lisboa, SNI, p.83.

¹⁵² Idem, *Ibidem*.

¹⁵³ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Ob. Cit.*, Vol. IV, p.76.

¹⁵⁴ Idem, p.145.

¹⁵⁵ Idem, p.300.

educacional”¹⁵⁶ à qual presidia Salazar. A década de trinta corresponde a uma fase marcante e decisiva na evolução do regime de Salazar, em parte devido à conjuntura política em Espanha que favoreceu a implementação do regime fascista e a consequente guerra civil que desencadeou a “fascização” da sociedade.

A ideologia do regime foi inevitavelmente transportada para os campos cultural e educativo, as áreas mais suscetíveis de controlo político. Com este objetivo, Salazar defendia uma sociedade que fosse simultaneamente hierarquizada e exclusivamente doutrinada. Nesta perspectiva (...) «competia ao Estado reintroduzir, através do seu sistema escolar, as noções de uma hierarquia social ordenada por Deus, e de um sistema escolar socialmente diferenciado. (...) Longe de serem “neutras” as escolas deveriam tornar-se veículos activos de doutrinação política»¹⁵⁷.

A revolução de 28 de maio de 1926 representou um ponto de viragem decisivo na sociedade portuguesa. As linhas de mudança fizeram-se sentir em todos os setores da vida portuguesa. Ao nível da educação as transformações fizeram-se sentir logo após a revolução, embora as novas orientações ideológicas demorassem mais tempo a penetrar no seio das mentalidades, o que se veio a verificar após 1933.

O novo regime enveredou por uma política educativa de centralização do poder, controlo da classe docente, elitização da escola e do ensino e manipulação da mentalidade através de uma ideologia própria. São os próprios ideólogos do regime que afirmam essa intenção de mudança. Em 1942, Marcelo Caetano, num dos seus discursos, demonstra essa certeza: «A Revolução fez-se para que o *arbítrio* de uma liberdade mal compreendida conduzindo à *desordem* social ceda o lugar à *disciplina* dos indivíduos obedientes ao comando de um *Chefe responsável*, penhor da unidade nacional. À liberdade anárquica sucedeu o espírito da autoridade inteligente. (...) A Revolução fez-se, numa palavra, para que os portugueses tornassem a encontrar *espírito heróico* com que enfrentaram mares tenebrosos, pisaram plagas inóspitas, venceram inimigos traiçoeiros e construíram um Império»¹⁵⁸.

Após a ascensão de Salazar ao poder e da consolidação do seu regime, o ensino sofreu alterações progressivas tanto a nível conceptual como a nível estrutural. Essas alterações incluíram a revisão da História e do seu ensino, enquanto disciplina curricular, intenção confirmada e promulgada nos estatutos da Academia Portuguesa da História. A

¹⁵⁶ Na expressão de Manuel Loff. LOFF, Manuel e Magalhães, Justino (org.), 1996, *Fazer e ensinar História da Educação: Actas do II Encontro de História da Educação*, Braga, I.E.P., Centro de Estudos em Educação e Psicologia, p.312.

¹⁵⁷ LOFF, Manuel e Magalhães, Justino (org.), 1996, *Ob. Cit.*, p.517.

¹⁵⁸ CAETANO, Marcelo, 1942, *A missão dos dirigentes*, Lisboa, Ed. da Mocidade Portuguesa, pp.12-14.

justificação do regime para a “nova” interpretação histórica consubstancia-se no artigo 2º, § 1º do referido artigo: «Estimular e coordenar os esforços tendentes à investigação, revisão e retificação da história nacional, no sentido superior da contribuição portuguesa para o progresso da civilização (...)». Nesta perspetiva de “purificação” e “reajustamento” da História urgia, no entender do regime, rever igualmente o conjunto de figuras históricas do passado que deram alma e cor ao percurso grandioso da nação.

Com a década de trinta, o regime coloca em prática o seu objetivo de maior relevo: a implementação de um sistema nacionalista, ou na expressão de Fernando Rosas, “institucionalizar a portugalidade”¹⁵⁹ com base na rutura com os ideais republicanos. Para cumprir este desígnio o Estado Novo investiu na estruturação institucional da cultura. Entre alguns dos mais destacados organismos que foram criados nesta época surge o Secretariado da Propaganda Nacional ¹⁶⁰ numa primeira fase e, posteriormente a Junta Nacional de Educação¹⁶¹, a Obra das Mães pela Educação Nacional¹⁶², a organização da Mocidade Portuguesa¹⁶³ e a Academia Portuguesa da História¹⁶⁴.

Estas instituições enquanto veículos de propaganda contribuíram de modo eficaz para a divulgação do discurso ideológico e nacionalista do Estado Novo que assentava nos valores do tradicionalismo histórico e da civilização portuguesa. De um modo geral, procuraram criar condições para o desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e divulgação da identidade nacional. A criação dos referidos órgãos coincide com uma fase inicial da política educacional do regime que se poderá situar entre 1930 e 1936. Será também nesta fase que o regime inaugura a sua política do espírito e experimenta a institucionalização de “apoios” à sua doutrina.

Em 1934 surge o *Boletim do Ensino Primário Oficial* - Revista Escolar Portuguesa¹⁶⁵ de divulgação educativa. Este organismo vem corroborar uma nova fase na educação. A mensagem da sua página inicial atestava o novo enquadramento ao qual a

¹⁵⁹ ROSAS, Fernando, 1992, *Portugal e o Estado Novo (1939-1960)* in: SERRÃO, Joel e Marques, A.A. de Oliveira, 1992, *Nova História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Ed. Presença, p. 504.

¹⁶⁰ Decreto nº 23:054 de 25 de setembro de 1933.

¹⁶¹ Decreto nº 26:611 de 19 de maio de 1936. Este organismo foi criado para levar a efeito tão almejada renovação pedagógica que o regime considerava essencial implementar. «Sem uma renovação pedagógica profunda que obedecesse a um plano sistemático de execução progressiva e criteriosa, sem uma transfusão de sangue novo, que vivificasse todo o ensino, nunca poderíamos acompanhar o ritmo acelerado da civilização moderna, nem conseguir no mundo para o país o lugar a que tem direito por tantos títulos no passado e no presente». RAMOS, Gustavo Cordeiro, 1951, *Objectivos da Criação da Junta Nacional de Educação: alguns aspectos do seu labor*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, p.8.

¹⁶² Decreto nº 26:893 de 15 de agosto de 1936.

¹⁶³ Decreto nº 27:301 de 4 de dezembro de 1936.

¹⁶⁴ Decreto nº 27: 913 de 31 de julho de 1937.

¹⁶⁵ Este órgão oficial foi instituído pelo Decreto nº 22:369 de 30 de março de 1933.

educação obedecerá: «Na vida nacional de que o Estado Novo é a expressão jurídica, a Escola é instrumento de consolidação das virtudes herdadas, e de desenvolvimento e valorização de aptidões, posto ao serviço do engrandecimento e da perpetuação da Pátria. Este papel não se desempenha sem que haja definido, e constantemente se rememore, uma doutrina pedagógica nacional, na qual hão de conscientemente integrar-se as vontades dos educadores. Tão pouco a Escola preencherá a sua missão sem que se estude e divulgue uma técnica conveniente, a qual deve ser tornada acessível e familiar a todos os obreiros da nova educação. Hão-de desta forma abrasar-se as almas, e adestrar-se os esforços, na inspiração e para a realização de uma só vontade — aquela que possa rigorosamente satisfazer ao interesse nacional»¹⁶⁶.

O ministro Carneiro Pacheco, numa tentativa de implementação da tão desejada mudança, define aquilo que era “o antes e o após” da educação: (...) «há-de reconhecer-se que não se fez ainda obra de conjunto com espírito de sistema, e, por isso, a restauração nacional, nesta matéria, vai ainda muito atrasada. (...) É costume dizer-se que quem ocupa um posto ministerial vai render a guarda. Eu não venho render a guarda! Venho tomar a ofensiva. Dirigir a ofensiva do Estado Novo pela educação nacional»¹⁶⁷.

A escola torna-se um importante agente formador das mentalidades e ocorrem significativas alterações no âmbito educacional. Além de serem criados vários organismos de cariz nacionalista, outras estratégias são colocadas em prática como a adoção dos livros únicos para o ensino e a educação ganha novos rumos, unificando-se, no sentido da sua idealização, segundo uma dimensão moral e política.

A década de 40, particularmente sensível para Portugal do ponto de vista político, devido à conjuntura adversa na Europa, foi um período ideologicamente intenso da divulgação da mensagem nacionalista e da formação das mentalidades no quadro ideológico do regime. Todos os setores da sociedade se inclinaram para a unanimidade e para o consenso sobre a aplicação desta política de ensino, não necessitando o regime de fontes externas de legitimação.

O tradicionalismo histórico revivificado pelo Estado impõe o ressurgir das figuras míticas e religiosas da História, divinizando-as e elevando-as ao estatuto de heróis. O tempo perpetua-se entre um passado e um futuro que se crê ser o reflexo de um novo regime (presente) concreto e palpável, regenerador da nação. É o campo da educação e do ensino que

¹⁶⁶ PAIXÃO, Braga, 1934, *Escola Portuguesa*, Ano I, nº 1, Out. 1934/35, p.1.

¹⁶⁷ PACHECO, A. Carneiro, 1936, “Discurso de Posse como Ministro da Instrução Pública” in: *Escola Portuguesa*, nº 69 de 6 de Fevereiro de 1936, p.18.

merece uma atenção especial por parte do regime, porque se presta bem à ação propagandística exigida pelo Estado Novo para fazer interiorizar os valores nacionalistas.

O Estado Novo entendia que o ensino comportava todas as potencialidades como fator primordial de socialização, no sentido de dirigir as mentalidades. Esta era a sua conceção de ensino que motivou a tomada de medidas ao longo das décadas de 30 e 40, no sentido de reunir esforços para transformar as consciências e subordiná-las aos novos valores.

As conceções ideológicas do regime de Salazar estão bem patentes nos discursos oficiais integrados na propaganda política que são a prova de que a História era o motor do presente rumo ao passado, à tradição e à imutabilidade. O passado da nação é apresentado como uma progressão (...) «pontuado por etapas simbólicas (a Fundação, a Expansão, a Restauração...), obedece a uma espécie de missão transcendental (reforçada quando se trata de justificar desígnios coloniais) e, como “destino nacional” é periodicamente incarnado em homens providenciais — heróis e santos —, exceções exteriores à multidão desorientada dos homens comuns, gente mediana mas de boa-vontade»¹⁶⁸.

A educação seguiria aquilo a que poderemos denominar uma direção determinada, tendente a uma finalidade nacionalista, ou seja, a nacionalização do ensino, procurando desenvolver através da exploração dos heróis e da mitologia nacional os conceitos ideológicos que produzem a ideologia do regime.

Salazar considerava que a criação das vontades, a subordinação das mentalidades às ideias que o Estado Novo corroborava era um fator decisivo para (...) «dar continuidade à acção»¹⁶⁹. (...) «Não interessa apenas a realidade heróica da nação conseguida à luz da ação desenvolvida pelas figuras mas a renovação do indivíduo, o nascimento do homem novo, de acordo com a ideologia dominante para modificar o ritmo da pátria e ressuscitar no panorama mundial»¹⁷⁰. Salazar entendia que a formação das consciências era um processo que passava pela repetição constante de um conjunto de conceitos: «A experiência mostra que, para dirigir as massas, é indispensável o contacto com as multidões, embora não seja necessário inculcar-lhe uma filosofia profunda. Basta um número restrito de conceitos, com a condição de os repetir indefinidamente»¹⁷¹.

A História nacional era tida como (...) «um livro educativo que, em capítulos sugestivos, mostra como se conquista um País, como se forma uma Nação, como se

¹⁶⁸ CALDEIRA, Arlindo Manuel, 1983, “Contar a História, usar a História” in: *Boletim da A.P.H.*, nº7/Nov., p.16.

¹⁶⁹ FERRO, António, 1978, *Salazar*, Lisboa, Edições do Templo, p.165.

¹⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

¹⁷¹ GARNIER, Christine, s/d, *Férias com Salazar*, Lisboa, Edições Fernando Pereira, p.75.

administra um Estado, como se descobre meio Mundo. (...) Tem capítulos tendentes a provar que não são ilimitadas as energias humanas e que de pequenos erros individuais podem resultar grandes catástrofes colectivas. Mas, sobretudo, um grande corolário há que extrair do teorema da Nação: é que os portugueses de agora têm que fazer respeitar os portugueses de antanho e para tal só com as suas energias podem contar. (...) Há dentro das virtudes ancestrais elementos de sobra para traçar e executar o plano de reconstrução política e económica que pode, em poucos anos, impelir definitivamente a Nação para uma época de franca prosperidade. Há o exemplo prático duma grande obra realizada durante cerca de quatrocentos anos, em duas dinastias genuinamente portuguesas»¹⁷². Esta conceção maniqueísta da história mostrava ao aluno os defeitos a evitar e as virtudes a tomar como exemplo, a fim de continuar os grandiosos desígnios nacionais. Por isso, os modelos exemplares da História nacional eram exaustivamente repetidos e trabalhados quer a nível pedagógico, quer a nível didático com o objetivo de formar as mentalidades e inculcar atitudes e valores. Vivia-se uma conjuntura de moldagem do espírito social onde a escola se encontrava arredada da sua finalidade instrutiva. Esta assumia-se como veículo da liturgia ideológica do regime e como suporte do espírito de identidade e independência nacional.

A escola tinha uma missão eminentemente formadora e nacionalizadora, guiada por um ideal superior e caro ao regime: a dedicação incondicional à pátria, votada ao ressurgimento das tradições e dos valores nacionalistas. A educação e a instrução formavam uma dupla vertente no contexto educativo do regime, mas era com a vertente educativa que a disciplina do espírito e da mentalidade tinham o seu desenvolvimento.

José M. Gaspar definia com grande clareza, por um lado, a função da educação e a sua relação com a instrução e, por outro, a função da educação com os exemplos da história nacional: «Desde sempre a educação visou à formação do coração, à criação da vontade, ao desenvolvimento da instrução — tudo isso — e também a um certo equilíbrio da vida, de modo que uma alma educada posta ante duas soluções optasse inteligentemente (com conhecimentos provenientes da instrução) e voluntariamente (com sentimentos adquiridos ou aperfeiçoados pela educação) pela solução melhor. (...) A tradição familiar conserva muitos elementos para uma educação assim. E há que tê-lo em conta. Raramente bastariam, porém, e, daí, o largo papel a dar à tradição e à história nacionais que registam - embora menos extensiva e talvez até compreensivamente do que as eclesiásticas - os casos humanos que podem guiar os nossos...devidamente trazidos do seu passado para o nosso presente. (...) Não

¹⁷² CORREIA, Araújo, 1933, *O génio da raça*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp.57-58.

há dúvida que se prevêem faustas expectativas para quando tiver amadurecido plenamente a reacção que originou a nossa escola nova. Vencidas as perplexidades da irresolução, há de cada vez mais acarinhar-se eficazmente o espiritual, que é em nós o estigma do divino, hão-de transformar-se sempre melhor os temperamentos reticentes em naturezas construtivamente expansivas e cria-se, a par de espíritos menos ecléticos e mais equilibrados, vontades ativas e prontas»¹⁷³.

A dupla funcionalidade da escola foi também caracterizada por Albino de Carvalho: «Instruir é o trabalho lento e gradual de rasgar trancas abertas, para que a luz do Saber ilumine o espírito. E educar? Educar é a acção paciente, constante, pertinaz, e tão longa que ainda continua além da escola, de modelar consciências e lavrar caracteres»¹⁷⁴. A educação nacionalista era sobretudo uma herança do passado. O aluno seria educado «no desejo de querer ser desde agora o que deve vir a ser amanhã»¹⁷⁵.

A ideia do ressurgimento nacional era a chave-mestra da nova mentalidade que se pretendia implementar através da escola. Para tal, defende J. M. Gaspar: «Creio que tudo se tentará, para conseguir essa nova mentalidade, na generosa velada de armas da nossa geração para a batalha comum do futuro»¹⁷⁶ e acrescenta (...) «as gerações novas hão-de surpreender-se quando lhe garantirmos que a cultura oficial do patriotismo recomeçou entre nós com a Revolução Nacional após um período letárgico de algumas décadas»¹⁷⁷.

A ideologia do Estado Novo postulava uma concepção de pátria sem precedentes: o nacionalismo levado ao extremo, a tónica colocada no mito imperial, a defesa dos valores cívicos e o culto dos heróis constituíam as bases de uma consciência nacional que se pretendia impor. O nacionalismo propunha-se construir a ideia de nação recorrendo a um processo de retorno às origens baseada no renascimento dos mitos fundadores da pátria. Essas figuras míticas representavam o suporte dinâmico que presidia à ideia de nação enquanto expoente máximo de poder e grandiosidade.

Para tanto, o regime recorre a estratégias que tinham em vista a modelação das mentalidades em todas as esferas da vida social, assim «o caudal dos mitos foi engrossando no leito do ensino, dos jornais e dos livros. Já não era só a nação de heróis e de navegadores ou missionários, era a nação de civilizadores, una e moçárabe (Teófilo Braga), dotada de alma saudosa e ecuménica (Pascoais e Leonardo Coimbra), messiânica e sebástica (a prova

¹⁷³ GASPAR, José Maria, 1942, *Ob. Cit.*, pp.12. 13 e 41.

¹⁷⁴ CARVALHO, Albino de, 1993, *Pela Pátria! Pela Escola!* (escritos), Coimbra, Ediliber, p.75.

¹⁷⁵ Idem, p.44.

¹⁷⁶ Idem, p.46.

¹⁷⁷ Idem, p.185.

póstuma da nacionalidade, para Oliveira Martins), imatérica e transcultural (Fernando Pessoa)»¹⁷⁸.

A programação e o controlo da História moldavam o passado, de forma, a que este se concatenasse com o presente numa dinâmica de deturpação. O Integralismo defendia e conceptualizava «uma ideologia da totalidade, tendencialmente holística (em que o todo se sobrepõe ao mero sumatório das partes) e de um pensamento, a um tempo, doxístico e alodoxístico (que através da cumplicidade ou da falsa comparação entre o presente e o passado reafirma a íntima solidariedade e unidade entre os dois planos temporais»¹⁷⁹. A História e o discurso histórico seriam (...) «um processo contínuo de revisitação de uma perdida grandeza da qual o presente não era mais do que uma corrente poluída — democrática, republicana, dessacralizada - um conjunto de estilhaços da unidade dualista de Deus e dos homens»¹⁸⁰. A História e a explicação mitológica encontravam-se numa mesma dimensão porque a sua essência era muito próxima.

O objetivo fundamental da escola do Estado Novo era a implementação de uma pedagogia nacionalista que recorria abundantemente ao simbolismo e ao sentimento patriótico através da evocação do passado histórico nacional, em todos os níveis de ensino. De forma mais ou menos direta o regime assumia esta finalidade. O Decreto 25:447 de 1 de junho de 1935 consagrava: (...) «não pode o governo abstrair da orientação social e política das escolas no sentido de formação e avigoramento de uma mentalidade nacionalista, que dê garantias seguras de que o esforço despendido pela Revolução Nacional de 28 de maio seja convenientemente aproveitado pela Nação».

Também em 1934, a União Nacional publicava as conclusões do seu I Congresso. Relativamente à educação, essas conclusões revestem-se de um profundo caráter nacionalista que devia ser tido em conta na formação dos alunos. A *Formação Nacional* e a *Formação do Caráter* constituíam a matéria que ocupava as preocupações básicas deste organismo: «1ª Quanto à Formação Nacional: Toda a Escola deve enformar de tendências nacionalistas dentro dos novos princípios políticos e sociais que presidem ao Estado Novo. Deve, sobretudo, formar homens portugueses, cultivar o amor de Portugal, o orgulho das glórias do passado, a confiança no sacrifício e no esforço do presente e a fé nos altos destinos da pátria; 2ª Quanto à Formação do Carácter: a) Deve formar o homem, moralmente forte e

¹⁷⁸ CARVALHO, Paulo Archer de, 1995, “De Sardenha a Salazar: o nacionalismo: entre a euforia mítica e a formidável paranóia” in: *Revista História das Ideias*, Vol. 17, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.85.

¹⁷⁹ Idem, p.90.

¹⁸⁰ Idem, p.95.

desassombrado, confiante na vida e no valor do seu esforço; promover a cultura da iniciativa, da perseverança, dos hábitos do trabalho individual ou coletivo, o culto da probidade, do dever, do sentimento da responsabilidade e da justiça, da disciplina interior, da subordinação dos interesses particulares ao interesse geral»¹⁸¹.

Além destes pressupostos ideológicos, o império, valor caro ao regime, constitui parte das preocupações educativas consideradas básicas para o regime. Relativamente a este tema, considerava a União Nacional: «b) Devido ao carácter universalista e colonizador da nossa civilização e ao extenso e rico império ultramarino que possuímos, todo o nosso ensino deve andar impregnado de espírito colonial»¹⁸².

A educação nacional espelhada na escola e em tudo o que lhe é inerente integra um forte cariz ideológico e moral com vista à unidade nacional que seria conseguida à custa da transmissão de valores e das “verdades indiscutíveis”. O modelo de sistema educativo criado pelo regime contribui para a construção de um modelo de sociedade que reproduz os projetos políticos e simbólicos do regime.

Em qualquer nível de ensino, o aluno é visto como um objeto a ser moldado em função da educação. Esta visava essencialmente um carácter moralizador e toda a política legislativa empreendida compreendia objetivos especificamente formativos, uma vez que se pretendia renovar Portugal através de uma nova mentalidade. O ensino liceal, contrariamente ao ensino primário era o nível de ensino que o Estado Novo privilegiou para formar as elites do poder. Verifica-se ao longo de todo o regime sucessivas adaptações neste nível de ensino numa tentativa de o adaptar às finalidades educativas.

O direcionamento das mentalidades no sentido da imposição da autoridade representada em termos da obediência e o culto do chefe são pressupostos que se foram introduzindo com a revolução. As finalidades da educação giravam em torno de um conjunto de pressupostos que bem trabalhados resultariam na escola nacionalista e na formação do *homem novo*, conforme pretendia o regime: «Procuramos educar no respeito e valores aceites como indiscutíveis e a um tempo como fins a atingir. A nobreza da cultura, o primado da verdade, o culto dos antepassados, o amor às instituições, aos valores morais, espirituais e materiais da Nação – a Nação como construção a defender e prestigiar – tudo isto apresenta-se-nos como fundamental na educação»¹⁸³.

¹⁸¹ UNIÃO NACIONAL, 1935, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*, 26-28 de Maio, Lisboa, Ed. da União Nacional, p.278.

¹⁸² Idem, p.279.

¹⁸³ SILVA, J. Pinheiro da, 1968, *Síntese das Actividades dos Serviços*, Luanda, Ed. da Secretaria Provincial da Educação, p.36.

Todavia, Carneiro Pacheco, já em 1936 teria sido bastante claro quanto às intenções do regime em matéria de educação: «Com Deus, a escola há-de elevar o espírito da criança. Deus, beleza, virtude, coragem, sobriedade, vida útil, virilidade, caráter, rectidão, honestidade, bons costumes, caridade, afectos familiares, amor ao trabalho, ordem, disciplina, Bem Comum, Interesse Nacional – todo este quadro de ideias sãs se há-de desenhar na escola primária. E ela há-de ser a escola dos portugueses: de portugueses na exaltação do amor pátrio; de portugueses no fortalecimento da coesão nacional; de portugueses no espírito de servir a humanidade através da Nação»¹⁸⁴.

A formação do caráter e da mentalidade era um pressuposto fundamental para a continuidade da política do regime. O ensino deveria apontar para a defesa dos altos interesses nacionais, sendo, por isso, o grande mentor ideológico da nação.

É valorizada a educação, na perspectiva de formação de consciências e relegada para um plano secundário a perspectiva de instrução tão valorizada no período republicano. A inculcação do ideário salazarista na sociedade não poderia ser feita de uma forma pacífica ou simplista. A natureza de que se revestiam as bases ideológicas do regime fazia com que este utilizasse meios repressivos para divulgar esses valores. Para além da censura e das forças policiais que dominavam o país durante o regime, a escola e o aparelho educativo constituíam o veículo instigador pela persuasão. A pátria é apresentada como uma entidade fundamental na vida do aluno. Esta oferece-lhe um conjunto de símbolos identificadores da sua nacionalidade: a língua, a história e a religião que este deve honrar, dignificar e exaltar. É uma relação familiar a ligação que o regime pretende estabelecer entre o aluno e a *terra-mater*.

A pátria era dada a conhecer ao aluno na escola. Esta encarrega-se de formar o aluno no sentimento patriótico para que este devolva o amor cívico. É lá que o aluno é preparado para exaltar e glorificar a pátria e onde é formado o seu espírito. O patriotismo, além de ser o amor natural pela terra onde se nasceu, é sobretudo o respeito pelas gerações que nos precederam.

A reconstrução nacional dependia da educação do espírito das futuras gerações, por isso, o regime atribuía uma importância vital ao papel educativo que o espírito desempenhava nessa obra. O regime não abdicava das suas funções diretivas, empenhando-se na formação do aluno educando-o nos moldes nacionais para que estes fossem a garantia da perpetuidade do regime e da pátria, tal como ela era concebida ideologicamente. A pátria apresentada desta

¹⁸⁴ ZORRO, António Maria, 1966, *Carneiro Pacheco, um homem de fé, e o pensamento da Revolução*, Col. Cadernos do 40º ano, Lisboa, Panorama, p.19.

forma ao aluno consistia no esforço da coesão social. Era inculcada através de ideias e sentimentos que constituíam o suporte moral da soberania e da independência do Estado.

O retorno ao passado e à tradição era condição fundamental para criar um ideal e um sentimento de veneração à pátria. De acordo com este pressuposto, afirmava Luís de Almeida Braga: «Nada melhor do que o silêncio das sepulturas que educa o sentimento das gerações que sobre elas vão passando. Quanto mais intimamente nos prendermos à terra e aos mortos que nela descansam, mais certos estaremos de possuir e transmitir o tesouro espiritual da Nação. Voltemos os olhos com simpatia para os tempos novos; mas saibamos também olhar para trás, para procurarmos no Passado o ensinamento que não varia desde que existem Estados. (...) Somos tributários do Passado, servos de instintos herdados. Tradição não é velharia, hábito irreflectido, que apenas consiste em repetir cegamente o que já teve razão de ser e a não tem mais. Isso é inércia e a tradição é o contrário dela. Não é também sinónimo de conservação, nem a explica o amor das ruínas extáticas, suspensas do beijo melancólico do luar. Para o verdadeiro tradicionalista, inteligente e activo, o passado é fonte de exemplos e de lições»¹⁸⁵. (...) «A tradição não é um castelo cerrado, não é um ponto imóvel na História: é uma criação constante. O passado é força que nos arrasta, não é cadeia que nos prende»¹⁸⁶.

Os ideais sobre os quais assentava a escola nacionalista foram também apresentados ao aluno por Salazar de uma forma muito clara: «há-de educar-vos a vontade para que saibais querer, no duplo sentido desta expressão: vontade recta e vontade firme. (...) Há-de formar-vos o espírito forte para a luta: porque é preciso receber com calma os golpes da vida, suportar as agruras e a adversidade, seguir com fé o seu destino, sacrificar-vos pelo bem comum e sentir com isenção, com lealdade, com nobreza, diante da pátria, o orgulho e “a glória de sofrer”»¹⁸⁷. É a “Escola do sacrifício” que está patente na mensagem do excerto deste discurso transcrito para o artigo de Manuel J. Acabado que evoca Salazar em outro dos seus discursos dentro da mesma preocupação nacionalista: «A Nação tem decididamente a vocação de heroísmo, do desinteresse, da acção civilizadora, da grandeza imperial, e entenece verificar que o simples povo a não perde, mesmo quando o escol dirigente parece atraí-la»¹⁸⁸.

A lição dos heróis tornou-se uma necessidade apelativa à memória. O receio da civilização das massas e da evolução técnica a par das novas mentalidades emergentes que

¹⁸⁵ BRAGA, Luís de Almeida, 1943, *Posição de António Sardinha*, Lisboa, Edições Gama, pp.104-106.

¹⁸⁶ Idem, p.108.

¹⁸⁷ ACABADO, Manuel António Janeiro, 1938, “O pensamento filosófico de Salazar” in: *Escola Portuguesa*, Ano IV, n.º183, p.388.

¹⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

começaram a desenvolver-se na Europa impunha a evocação dos grandes paradigmas nacionais, os símbolos da lusitanidade, tomando-os como arquétipos, mas sobretudo, como mentores da sociedade portuguesa.

Dentro da política do espírito que foi levada a cabo pelo regime, pretendia-se combater principalmente o aviltamento das consciências e dos caracteres. Nesta perspectiva pode-se afirmar que foi desenvolvida uma política humanista, virada essencialmente para o homem, para a busca da sua perfeição interior e do seu constante esforço para vencer as suas imperfeições. Tal como exortou Trindade Salgueiro: «A imitação do modelo supremo exige luta constante, ininterrupto esforço. Ai daquele que pára na subida íngreme da virtude! Na realidade recuará, porque o processo da santidade não admite paragens. Pode o mundo desconhecer o processo de crescimento espiritual, doloroso drama íntimo, que se trava nos recônditos da alma. O que importa é que lentamente a consciência o acuse»¹⁸⁹.

A humanização pressupunha a dominação da mentalidade e do interior humano tomando como exemplo os valores morais dados pelas grandes figuras históricas. O que importava à nação era que (...) «as gerações imaturas, boas e generosas, tomem a lição das suas figuras válidas e significativas, que marcam rumos certos e próprios»¹⁹⁰. Que figuras seriam essas? Que valores estariam na base da importância dada a determinados vultos históricos? A resposta é dada por Mário Viana que justifica: «procuraremos as fontes mais genuínas e mais puras da belíssima e inigualável tradição portuguesa»¹⁹¹.

Num discurso proferido em 1964 por Antunes Varela é justificada a necessidade de criação de uma nova mentalidade realizada à custa de um esforço, qual (...) «missão em que devem colaborar todos aqueles a quem pertence criar as condições morais, jurídicas e económicas sobre as quais se há-de alicerçar a correção das nossas instituições»¹⁹².

À escola, enquanto formadora de consciências, cabia a tarefa de construir esta nova mentalidade que se pretendia incutir às novas gerações (...) «com base na “seiva viva” do nosso pretérito e nas lições imarcescíveis dos nossos maiores vultos cívicos»¹⁹³. Estas figuras que ilustravam o passado nacional português serviriam a nobre causa patriótica de formar cidadãos maiores, virtuosos, orgulhosos do seu passado grandioso e dos seus antepassados imortais.

¹⁸⁹ SALGUEIRO, M. Trindade, 1945, *Mensagem Cristã*, Coimbra, Casa do Castelo, p.26.

¹⁹⁰ VIANA, Mário Gonçalves, 1964, “Nuno Álvares Pereira: arquétipo perene” in: *Separata do Boletim do Instituto Nacional de Ed. Física*, nºs 3 e 4, p.39.

¹⁹¹ Idem, *Ibidem*.

¹⁹² VIANA, Mário Gonçalves, 1964, “Nuno Álvares Pereira: arquétipo perene” in: *Ob. Cit.*, p.39, 40.

¹⁹³ Idem, p.40.

IV.2. O Império: “a menina dos olhos” do regime

A memória oficial narrada e comemorada construída pelo regime possui um núcleo forte que se tem transcendido no tempo. É o núcleo relativo ao apogeu do Estado português imperial que acompanhou o discurso nacionalista e que tem perdurado, retendo uma certa visão do passado histórico nacional. Basta pensar no cenário da gesta nacional e imperial localizado em Belém, celebrado pelo Estado Novo na Exposição do Mundo Português e enriquecido durante o regime democrático com o Centro Cultural de Belém e a Expo'98, assegurando uma articulação entre a narrativa da História do passado com a do presente.

Além de ter como objetivo primordial a defesa dos interesses patrióticos, a escola nacionalista coloca em primeiro plano a dimensão imperial, valor tão caro ao regime. Os descobrimentos constituíam um dos maiores acontecimentos da história da humanidade no qual Portugal surge a desvendar mitos, a civilizar, evangelizar, em suma, a operar uma verdadeira revolução cultural após a idade média.

Após 1885 e 1890, datas que correspondem, respetivamente à Conferência de Berlim e ao Ultimato Inglês, Portugal assume como questão fundamental, no âmbito da identidade nacional, a questão colonial, condicionando a sua política aos interesses do império, fazendo-se sentir o peso da conjuntura ideológica de carácter nacionalista que o Ultimato e, posteriormente a Grande Guerra tiveram como efeito na política portuguesa. Os principais acontecimentos da História nacional¹⁹⁴ atestam essa afirmação maior do projecto colonizador e relacionam-se com esta, de forma mais ou menos direta, o que denota uma imagem de um Portugal imperial.

São principalmente circunstâncias de natureza política e o futuro do império colonial que impuseram à memória histórica que as opções sobre os paradigmas nacionalistas se reduzissem às figuras ligadas ao mito imperial tais como o Infante D. Henrique e D. João II, mas também outras figuras que representavam eficácia política e social.

A ideia de império, conceito vago que remonta a épocas imemoriais e nos remete para a ideia de colonização, terá tido em Portugal o seu início no século XV e para a qual terão sido fundamentais as descobertas de Vasco da Gama e de Pedro Álvares Cabral¹⁹⁵. A filosofia imperial de “assimilação” foi prevalecendo no tempo. Divulgada no período

¹⁹⁴ Regicídio, I República, I Guerra Mundial, o Estado Novo e o seu derrube.

¹⁹⁵ GARCIA, José Luís Lima, 1992, “A ideia de império na propaganda do Estado Novo” in: *Revista de História das Ideias*, vol.14, p.412-413.

monárquico e republicano, esta é retomada e colocada ao serviço da ideologia do Estado Novo, tornando-se uma das componentes fundamentais do projeto do regime.

A expressão “Império Colonial Português” surgira pouco tempo após a instauração do Estado Novo, em 1926 num decreto¹⁹⁶ aprovado pelo ministro das Colónias, João Belo. Pouco depois, em 1928, o Ministério da Instrução Pública aprova um decreto¹⁹⁷ que tem em vista criar no «povo uma “opinião colonial”, incutindo no espírito de todos os portugueses a noção exata do valor do império ultramarino e dos meios a empregar para a sua valorização», cabendo à escola a nobre tarefa de promover a propaganda do império. Atente-se nos artigos 1º e 2º deste enunciado legal: «**Artigo 1º** Em todas as escolas portuguesas, qualquer que seja o Ministério ou corporação administrativa de que dependam e o ramo ou grau de ensino que nelas se ministre, intensificar-se há ou iniciar-se há o estudo das colónias portuguesas, aproveitando-se os mais apropriados meios e favoráveis circunstâncias para desenvolver uma intensa propaganda do império colonial português; **Artigo 2º** A partir da publicação do presente decreto, nos livros de leitura a adotar para o ensino serão obrigatoriamente incluídos trechos numerosos e sempre bem ilustrados, versando: a) O conhecimento das colónias e ilhas adjacentes; b) A obra colonizadora portuguesa no passado e no presente; c) Indicações sumárias acerca da expansão colonial das diversas nações; d) A utilidade nacional e individual da emigração para as colónias portuguesas».

A nova ideia imperial saída deste documento será posteriormente aprofundada por Salazar aquando da publicação do Ato Colonial em 1930. Devido à crise que se instalara no Ministério das Colónias, Salazar ocupa em regime de acumulação com a pasta das Finanças, a pasta das Colónias¹⁹⁸ que lhe proporcionará (...) «completar a sua doutrina e reforçar a sua ascensão no poder»¹⁹⁹. É promulgado o *Ato Colonial*, cujo projeto é atribuído a Salazar, a Armindo Monteiro²⁰⁰ e a Quirino de Jesus²⁰¹. Este documento «que inaugura uma nova fase na administração colonial portuguesa, uma fase imperial, nacionalista e centralizadora»²⁰² esteve em vigor até 1951, data em que é revogado. Leia-se respetivamente os artigos 2º e 3º: «**Art. 2º** É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que nelas se compreendam, exercendo também a influência moral que lhes é adstrita pelo Padroado do

¹⁹⁶ Decreto nº 12:421 de 2 de outubro de 1926.

¹⁹⁷ Decreto nº15:088 de 23 de fevereiro de 1928. (I série).

¹⁹⁸ Decreto nº 17:886 de 21 de janeiro de 1930.

¹⁹⁹ A.E. Duarte Silva, *et alii*, 1989, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.111.

²⁰⁰ Armindo Monteiro desempenhava ao tempo o cargo de Subsecretário de Estado das Finanças.

²⁰¹ Quirino de Jesus desempenhava um cargo administrativo no Banco Nacional Ultramarino (BNU).

²⁰² CASTELO, Cláudia, 1998, *O modo português de estar no Mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento, p.45.

Oriente»; **Art. 3º** «Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colónias e constituem o Império Colonial Português». É a confirmação da vocação imperial dos portugueses, o seu direito legítimo à colonização bem como a definição da nossa função histórica. Destaca-se o ideal missionário subjacente ao império e reforça-se a dupla vocação da mística imperial que seria «no discurso imperial do Estado Novo, um fardo específico, predestinado, do homem português, continuando a gesta histórica dos nautas, dos santos e cavaleiros»²⁰³. A definição clara e insofismável que destaca este artigo consubstancia-se na expressão “civilizar e colonizar”, atos considerados as bases essenciais de toda a política colonial. O Estado Novo coloca a tónica dominante no aspeto providencialista do mito imperial, reconstruindo-o segundo a sua ideologia, e desta forma, «o desígnio mítico da raça concretizava-se no ideal reencontrado do “Império”: o Império como entidade ontológica e natural - organicista concretizadora dessa vocação profunda e essencial»²⁰⁴.

A Constituição da República, promulgada em 1933, promoveu (no artigo 132º) a afirmação do império, reforçando os propósitos do Ato Colonial aprovado anteriormente, considerando o seu conteúdo “matéria constitucional”. Posteriormente, a 7 de maio de 1940, a assinatura em Roma da *Concordata* entre o governo e a Santa Sé e do *Acordo Missionário* volta a abrir os nossos territórios do ultramar à obra missionária.

A ideia de império colonial traduzia a reinterpretação do passado à luz dos valores nacionalistas então apregoados: a fé no império seria revivificada no discurso histórico do Estado Novo com o objetivo de estimular o amor do povo pela herança histórica através da inculcação dos valores colonialistas construindo assim um novo conceito de império. Este conceito “renovado” encontrava legitimação no imperativo categórico da História, ou seja, na ação ultramarina levada a cabo pelos nossos descobridores e conquistadores.

A I República usou o império como elemento de mobilização política e não tanto como fator de desenvolvimento económico mas a conjuntura desfavorável proporcionada pela I guerra mundial fez reavivar um entusiasmo pelo império e pelos projetos coloniais. No entanto, foi nos anos 30²⁰⁵ que a ideia de império começou a ter uma projeção significativa na sociedade portuguesa.

Logo após a sua institucionalização em 1933, o regime consagra a necessidade de fazer ressurgir o império e propagandear os conceitos que lhe estavam subjacentes. Com o apoio da Sociedade de Geografia, Salazar cria a “Semana das Colónias” ou “Semana do

²⁰³ ROSAS, Fernando, 1991, “Mitos e realidades na História Portuguesa do século XX”, in: *A memória da Nação*, Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia, Lisboa, Sá da Costa, p.72.

²⁰⁴ Idem, *Ibidem*.

²⁰⁵ Mais precisamente em 1933 com a realização da I Conferência Económica do Império Colonial.

Ultramar” dedicada ao império. Esta semana de cada ano seria comemorada sobretudo nos liceus mas também nas escolas um pouco por todo o país. Das comemorações constavam sessões solenes sobre o império e eventos diversificados, tais como concursos e atividades específicas para trabalhar a temática. Esta iniciativa anual tinha como objetivo tornar conhecido o heroísmo dos colonizadores e as riquezas e possibilidades ultramarinas, para além de procurar (...) «despertar ou avivar o sentimento nacional, chamando-o a comungar na patriótica aspiração de se integrar o pensamento continental num ardente desejo de se elevarem as nossas províncias de além-mar a um nível maior de desenvolvimento, prosperidade, riqueza e civilização»²⁰⁶.

Até 1940 a comemoração da “Semana das Colónias” confinava-se, na generalidade ao âmbito escolar. Esta iniciativa consistia sobretudo em lições de divulgação colonial, tais como sessões culturais das quais se destacavam exposições, palestras/conferências e outras iniciativas do mesmo âmbito²⁰⁷. É com o ano da comemoração do duplo centenário e da consagração do império que esta iniciativa transpôs este espaço, alargando as comemorações da “Semana das Colónias” a outros setores da sociedade, como as forças armadas. Também os municípios e os sindicatos nacionais organizaram sessões culturais que versavam sobre o império e até o comércio da capital foi chamado a participar nas comemorações (...) «expondo nas suas melhores montras admiráveis carvões de Eduardo Malta, para mostrar à população lisboeta muitas das mais altas figuras da Ocupação, nos últimos 70 anos, figuras que abriram o alicerce profundo da pacificação indígena e da nossa grandeza imperial»²⁰⁸.

Quanto à formação imperial das futuras gerações, não existia qualquer dúvida para o regime. Esta deveria constituir um aspeto fundamental da educação dos alunos. Alfredo Pimenta exortava: «Nós temos que viver para uma coisa só, para uma coisa única: o nosso império colonial. Temos que o sentir — sangue do nosso sangue, carne da nossa carne, nervos dos nossos nervos — vida da nossa vida. Deve estar sempre presente aos nossos olhos, na primeira fila das nossas preocupações, ser o primeiro dos nossos problemas, constituir o objectivo final de toda a nossa actividade coletiva (...). O império colonial, definido legalmente, tem de se incorporar na mentalidade e na sentimentalidade do povo português. Urge que em todas as escolas, desde a primária à universitária, se fale insistentemente no império colonial, despertando nas inteligências moças o orgulho da raça, o amor da glória, a fascinação do sacrifício, o desejo de domínio — elementos constitutivos do sentimento imperialista. Urge

²⁰⁶ *Diário de Notícias* de 9 de junho de 1940, Ano 76º, nº26700, p.1.

²⁰⁷ Conforme consta nos relatórios das atividades anuais dos liceus nacionais consultados. *Vide* Arquivo Histórico do Ministério da Educação, Cxs. 19, 30, 31, 33, 35, 36, 39, 44, 46, 49, 52, 53, 60, 62, 64.

²⁰⁸ *Idem*, p.2.

pôr ao serviço do Império Colonial, uma pedagogia imperialista que substitua a pedagogia actual, eivada de mazelas democráticas e pacifistas de origem internacionalista, inimiga fígadal do império (...). É possível fazer das escolas focos ardentes de portugalização, abrindo-lhes as janelas de par em par, para que o ambiente mefítico que hoje nelas se respira seja lavado pelo ar forte das ideias de nacionalismo totalitário que nos fizeram grandes. (...) É preciso ir aos pequenos, aos que ainda tentam os seus passos, e começam a modelar as suas palavras e as suas ideias»²⁰⁹.

O império era assunto de suma importância para o regime e para Salazar. Com a implantação do Estado Novo deu-se o ressurgimento da ideia imperialista e, com ela a formação de uma consciência colonial que era afirmada da seguinte forma: «Recuperámos uma mentalidade afirmativa e construtiva, inflexivelmente disposta a realizar a nossa missão de grande potência. Renasceu o espírito de legítimo orgulho, de amor do domínio, de tenacidade e de decisão. Renasceu a vontade portuguesa de império. O nosso passado de povo colonizador constitui a consagração máxima da consciência imperial, feita da convicção de uma superioridade moral que nenhum condicionalismo de ordem material podia igualar, e da ideia de uma missão para que havíamos sido predestinados»²¹⁰.

O Estado Novo fez do império um importante argumento económico e, por isso, aposta numa atenção mais cuidada às questões coloniais, acentuando os mecanismos de cariz ideológico. A questão imperial sempre desempenhou para Salazar e para o regime um aspeto central na sua política. Esta dimensão era consensual contando também com o apoio por parte da oposição. Portugal e o império constituíam uma unidade territorial e política, construído pela história dos séculos, por isso, impunha-se aos portugueses enquanto imperativo da consciência nacional, conservar e desenvolver a integridade geográfica dos seus domínios, prosseguir a obra de grandeza da nação. Os portugueses fiéis à herança do passado dos seus antepassados tinham o direito da ocupação que era justa e lógica, da conquista e da descoberta e da ação colonizadora.

Tornava-se necessário conservar o império por uma questão de honra, de direito histórico e de destino, primados que justificavam o sacrifício. Em meados do século XIX, a África que durante muito tempo fora vista com indiferença começa, nesta altura a ser olhada com interesse pelos outros povos europeus. A revelação das suas maravilhas desperta a cobiça pelos territórios africanos considerados portugueses desde a expansão. Os territórios da África

²⁰⁹ PIMENTA, Alfredo, 1936, *O Império colonial fator de civilização*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, p.28, 29, 36 e 63.

²¹⁰ DANTAS, Júlio, 1940, *O Estado Novo: princípios e realizações*, Lisboa, S.P.N., P.63.

Austral tiveram uma importância superior ao da Índia devido à sua viabilidade económica, situação que criou na sociedade portuguesa um interesse crescente pela questão relativa à defesa dos territórios africanos da cobiça estrangeira. A continuidade do regime e a manutenção da presença portuguesa em África eram vistas como uma forma de preservar a independência nacional face à ameaça espanhola e de outras potências europeias, e a herança histórica da nação.

A escola transmitia através da História, que o ultramar português constituía um lugar comum na vida da nação portuguesa e que a expansão ultramarina havia dado ao país um lugar cimeiro na história universal. A História mostrava também que o carácter do povo português se pautou pelo ideal da formação de impérios. Visto nesta perspetiva, o império era, portanto “um desígnio nacional” e uma questão “indiscutível”.

A mensagem que era veiculada concebia a expansão ultramarina como uma porta para o mundo. Sem as descobertas, Portugal teria sido uma nação obscura, separada da Europa pela Espanha, independente apenas se possuísse poder militar suficiente para resistir às tendências absorcionistas resultantes das aspirações espanholas (que conseguiram viabilizar-se entre 1580 e 1640). Estes imperativos, para além de legitimarem o colonialismo, justificavam também a formação imperial das futuras gerações como necessária para a educação nacional: «O futuro colonial português é consequência direta da formação colonial das gerações vindouras. Formar a juventude para o cabal desempenho dessa missão futura é, pois, uma das primeiras e mais urgentes necessidades nacionais. A educação da Mocidade Portuguesa só será verdadeiramente nacional, quando não for esquecido o seu aspeto colonial»²¹¹. (...) «A formação imperial da juventude só será um facto quando, previamente, se haja criado uma consciência colonial, que alicerce e sirva de base a essa formação. (...) A História diz-nos, quando bem ensinada — e é fundamental que o seja à juventude e ao povo português — a razão por que tivemos colónias e esclarece-nos, ainda, as causas da sua existência actual. (...) Se orientarmos devidamente, a formação da juventude, tornaremos possível a unidade do Império Português, e criaremos laços indestrutíveis, a unirem sempre as colónias à Metrópole»²¹². (...) «Ora a obra de colonização dos nossos territórios ultramarinos não pode, sob pena de falhar a missão histórica da Nação, apresentar-se sob simples aspectos materiais. A querermos civilizar, de acordo com a tradição portuguesa, temos de dar à juventude um ideal comum, que a identifique nos sentimentos e nas aspirações. O

²¹¹ PEREIRA, Celestino Marques, 1946, *Por bem. Alguns aspectos da Educação Nacional*, Lisboa, Tip. Oficinas de S. José, p.69.

²¹² Idem, pp.77, 79, 91.

conhecimento das colónias e o da mãe-pátria deve alicerçar toda a formação, e nenhum dos meios, que sirvam a alcançar tal fim, pode ser esquecido e posto à margem. A nossa História está repleta de exemplos de patriotismo dos portugueses de além-mar. Deste patriotismo falam a história do Brasil, a de Angola, a de Macau, a da Índia, a das ilhas Açorianas e a de tantas outras terras. Mas os tempos atuais — embora nos não levem a crer que possam desmentir os do passado — aconselham que se tornem mais íntimos. Mais constantes e mais vastos, os laços espirituais e intelectuais que unem todos os portugueses das cinco partes do mundo»²¹³.

As gerações presentes e futuras deviam sentir-se orgulhosas por possuir o império enquanto domínio grandioso, cabendo-lhes o dever de manter intacta essa herança que tinha um valor moral. Deviam também esforçar-se pelo progresso do Portugal ultramarino para honrar a memória daqueles que sofreram para deixar tão valioso legado.

O império era em primeiro plano a prova de uma vocação e de uma missão civilizadora que o regime evocava para solucionar os problemas do país e não apenas a expressão de um poder material. O império fazia parte do grande projeto de revolução nacional que o regime levou a cabo para recuperar a nação da crise de valores que se instalara. O regime cria em torno da ideia de império uma espécie de idolatria, apelidada de *mística imperial* que seria (...) «antes um dever do que um direito, (...) e acima de tudo uma obra de modelação moral...»²¹⁴.

O poder sobre o império, justificava-se por meio da História, através do direito e da validação jurídica que o tempo proporcionava. O império era uma continuidade da pátria, do valor sagrado que foi conquistado e que se tornara um desejo de fidelidade ao passado nacional por parte dos portugueses. A metrópole refugia-se na memória do passado nacional e apela à influência da simbologia e do imaginário imperial. O império mantinha ainda uma forte ligação com a metrópole devido ao “projeto divino” que designou a missão providencial, justificando duplamente essa ligação, por um lado, através da apropriação política do território e, por outro, pela divulgação da cultura cristã por longínquas paragens.

O nacionalismo imperial tinha um grande peso na consciência histórica nacional. Popularizado desde o último quartel do século XIX, enraizara-se no espírito do povo como um imperativo devido à necessidade de preservar o império, considerado como um legado sagrado da época áurea das descobertas e como garante da sobrevivência da nação e afirmação do Estado no contexto da Península Ibérica.

²¹³ PEREIRA, Celestino Marques, *Ob. Cit.*, p.97-98.

²¹⁴ AZEVEDO, F. Alves de, s/d, *Mística Imperial*, Col. Cadernos Coloniais nº17, Lisboa, Editorial Cosmos, p.6.

Na historiografia escolar do Estado Novo a empresa dos descobrimentos representava o auge da História pátria e o «espelho da capacidade de um povo»²¹⁵. Do ponto de vista do regime, a expansão resultava fundamentalmente de uma causa religiosa idêntica na sua natureza àquela que fora desencadeada pelo espírito de cruzada que dominara os séculos X a XIII, colocando em segundo plano a tese de “aventura comercial” relacionada com interesses económicos. A expansão do território e da fé eram uma só coisa.

Durante o Estado Novo foram definidas políticas que procuraram integrar os discursos e as práticas educativas no projeto de construção do mito imperial, facto que está relacionado com a necessidade de o regime assegurar a socialização generalizada da ideologia colonial-nacionalista. O ensino dos valores divulgados pela historiografia escolar ocupou uma posição de destaque e a máxima prioridade naquilo que seria a defesa da soberania portuguesa e a consequente redefinição da consciência colonial. O Estado Novo surge então como condição essencial para consolidar e continuar o engrandecimento do ultramar português, levando a cabo uma verdadeira política de restauração do império que se assume com uma vocação bipartida: a colonização e a evangelização, merecendo esta última, um acentuado destaque no quadro ideológico do regime.

O regime considerava que o aspeto providencialista do império estava relacionado com as qualidades colonizadoras intrínsecas dos portugueses. Lourenço Cayolla afirmava, perentoriamente: «O português nasceu principalmente para colonizar, para procurar avidamente novas terras onde melhor possa aplicar a sua atividade, sem nunca esquecer e, ao contrário, cada vez amar mais a mãe pátria. Tanto isto é verdade que, não contentes com os vastos impérios que ainda hoje constituem o seu formosíssimo império ultramarino, milhares deles partem todos os anos para o Brasil, (...) e até para longínquos pontos do Oriente, constituindo ali fortes núcleos de compatriotas nossos, palpitando em todos eles sempre a alma de Portugal»²¹⁶.

O projeto do Ato Colonial pretendia institucionalizar dois conceitos fundamentais, por um lado a centralização do poder (nacional e colonial), e por outro, a ideia de império, que além de promover o imperialismo, o institui como “vontade nacional”, intrínseca à natureza do ser português. Neste sentido, Salazar afirma que Portugal é um país (...) «de fronteiras imutáveis quase desde que se constituiu em estado independente, pacífico na história acidentada da Europa, mas afatigado no mar, para onde se desenvolveu a sua força da

²¹⁵ SÁ, Vítor de, 1975, *A História em discussão*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.10.

²¹⁶ CAYOLLA, Lourenço, 1926, “A obra da Colonização Portuguesa” in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 7, Ano II, p.26.

expansão, descobrindo novos territórios, que povoou, colonizou, civilizou, incorporou no seu próprio ser nacional. Somos filhos desse passado, e não por mera deferência pela vontade inequívoca de nossos pais, mas pela clara consciência de serviço que prestamos à paz da Europa e à civilização no mundo, nós afirmamos serenamente a vontade de sermos no presente e no futuro o que sempre fomos no passado – livres, independentes, colonizadores. Temos, por nós, aqui e ao longe, o direito – da ocupação, da conquista, da descoberta, da acção colonizadora da fazenda e sangue dos portugueses regando a terra por todas as partes do mundo, cultivando o solo, desbravando a floresta, comerciando, pacificando, instruindo. É a vontade do povo; é o imperativo da consciência nacional. Desta derivam os princípios fundamentais do Ato Colonial»²¹⁷.

Deste modo, abriu-se uma nova etapa que se designaria como uma “etapa imperial” dentro da política ideológica do Estado Novo. A “doutrina imperial” que o regime pretendia divulgar era, na verdade, uma noção mais complexa do que à partida podia parecer. Esta ideia transcendia o conceito de império entendido apenas como uma potência colonial, visão redutora do ponto de vista do Estado Novo, que concebia a ideia de Portugal como uma «Nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável»²¹⁸, motivadora do orgulho do povo português em que o futuro das colónias e dos povos colonizados seria fazerem parte da pátria lusitana. Este era o conceito fundamental que constituía a base do mito imperial. Nesta perspetiva, assiste-se à redefinição do discurso ideológico colonial: o destino do império assumia uma estreita relação com a soberania nacional e com a existência e manutenção do novo regime.

O mito imperial torna-se então uma questão fundamental na política ideológica do regime salazarista, numa fase que corresponde à sua plena consolidação. A partir daí é lançada uma verdadeira investida ideológica em torno do império que se vai revelar em todos os aspetos da vida social com particular incidência na escola.

A causa imperial e as questões coloniais eram tidas como problema das novas gerações que presidiam ao destino nacional, daí a sua importância no contexto educativo»²¹⁹. A escola, sobretudo a primária²²⁰ era um dos veículos privilegiados pelo regime para fazer passar a mensagem imperial. O regime pretendia que a ideologia imperial fosse divulgada desde os níveis de ensino mais básicos. Consciencializar as novas gerações para a missão

²¹⁷ Oliveira SALAZAR, 1945, *Discursos e notas políticas*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, p.132-133.

²¹⁸ Idem, *Ibidem*.

²¹⁹ O regime atribuiu especial atenção à educação e ao ensino por ser este um campo privilegiado para a construção do imaginário imperial.

²²⁰ Onde se encontravam os alunos mais novos e cujo nível de ensino correspondia ao término da escolaridade da maioria da população estudantil.

imperial e para o orgulho da afirmação do génio português no mundo era uma tarefa fundamental que o regime delegou à educação para fazer cumprir os seus desígnios.

Também Salazar em entrevista a António Ferro considerava fundamental a educação das gerações vindouras, alegando que era necessário (...) «olhar as crianças como sendo os homens e as mulheres de amanhã. Querendo modificar a mentalidade dos portugueses, como é nossa intenção, elas constituem, na verdade, o terreno virgem em que essa educação nova mais pode frutificar...»²²¹.

Durante décadas, o ideário do Estado Novo apresentou Portugal como a nação dos grandes navegadores envolvidos na nobre e árdua tarefa de colonização e dilatação dos valores religiosos e do império, lançando as bases de uma pátria única e singular. A historiografia escolar alienava a consciência dos alunos que adquiriam uma perspetiva histórica distorcida baseada na «deformação alienatória da “grandeza” colonial ou imperial»²²².

Além da estratégia de controlo dos conteúdos programáticos e do discurso pedagógico produzido nos manuais escolares, todos os estabelecimentos de ensino e bibliotecas públicas tinham obrigatoriamente afixado nas paredes²²³ máximas ideológicas (de autores portugueses e estrangeiros) que se inseriam dentro do quadro ideológico do regime²²⁴.

Às “mensagens” de grandeza aliavam-se ilustrações de mapas da Europa, sobrepondo-se a estes as cartas geográficas das colónias portuguesas com o claro objetivo de criar uma imagem grandiosa da dimensão do território português, equiparando-a à dimensão europeia. A propaganda do Estado Novo pretendia criar a ilusão de um Portugal extenso que se estendia desde a orla atlântica até aos Montes Urales²²⁵. Esta estratégia constituía uma falácia que servia para manietar os conhecimentos e as mentalidades pretendendo o regime fazer «crer que as colónias eram parte integrante do território e, por outro lado, criando no espírito dos portugueses a ideia que, sem as colónias, perderíamos a nossa individualidade nacional»²²⁶.

²²¹ António FERRO, 1935, *Salazar, o homem e a sua obra*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade, p.156.

²²² SÁ, Vítor de, 1975, *Op. Cit.*, p.14.

²²³ Decreto nº22:040 de 20 de dezembro de 1932 (I série).

²²⁴ Entre elas vejamos as que dizem respeito ao império: «Portugal não é um país pequeno»; «Somos pequenos na Europa mas grandes no Mundo»; «Se formos uma Nação a acreditar no futuro das nossas colónias e a querer realizar esse futuro de prosperidade, Portugal renascerá nelas como renascem os pais nos filhos»; «Dêmos à Nação otimismo, alegria, coragem, fé nos seus desígnios; retemperemos a sua alma forte ao calor dos grandes ideais e tomemos como nosso lema esta certeza inabalável: Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação».

²²⁵ Cordilheira montanhosa que se considera ser a fronteira natural entre a Europa e a Ásia, abarcando a Rússia e o Cazaquistão.

²²⁶ SÁ, Vítor de, 1975, *Op. Cit.*, p.15.

A figura teorizadora da mística imperial é Armindo Monteiro, ministro das Colónias entre 1931 e 1935. Ele definia o império como um conceito que se sobrepunha a todos os interesses da nação, estando implícito na vontade intrínseca do povo português. Neste sentido, Armindo Monteiro via a História como um meio fundamental para desenvolver a mentalidade imperial. Num dos seus discursos, ele afirmava que «Portugal pode ser apenas uma nação que possui colónias ou pode ser um império. Este será a realidade espiritual de que as colónias sejam corporização. A par da extensão territorial, o império resulta, sobretudo, da existência de uma mentalidade particular. Funda-se esta, essencialmente, na certeza que a nação possui do valor da obra que já realizou, na vontade de a prosseguir ininterruptamente, na convicção que pode prosseguir-la, vencendo todas as dificuldades – porque é esse o seu direito. Sem que esta mentalidade exista, não haverá império e não poderá haver política imperial»²²⁷.

Numa fase posterior à promulgação do Ato Colonial e da Constituição da República, Salazar reforça o conceito de nacionalismo destacando a característica mais importante que lhe estava subjacente: (...) «a potencialidade colonial dos portugueses, não improvisada em tempos recentes, mas radicada pelos séculos na alma da nação. Ela constitui, pela longa hereditariedade, uma das maiores forças componentes do nosso ideal colectivo, ligada demais ao fim humanitário da evangelização e à nossa independência peninsular. Foi sempre assim: a mais só temos hoje o redobrado amor que nos leva a trabalhar pela causa do império legado pelos nossos maiores»²²⁸.

O objetivo da política educativa desenvolvida pelo Estado Novo foi promover a disponibilização do educando em relação à nação através da propaganda dos meios catalisadores do orgulho nacional com o intuito de assegurar a manutenção do império português que seria a consequência da formação colonial que a escola imprimia às gerações vindouras. A mensagem “AOS NOVOS DE PORTUGAL” do general Norton de Matos enfatizava de um modo muito claro esta pretensão do regime: «Não deixeis que ninguém toque no território nacional – conservar intactos na posse da Nação os territórios de Além-Mar é o vosso principal dever. Não se deve vender, trocar, ou por qualquer forma alienar, a menor parcela do território, tem que ser sempre o vosso mandamento fundamental (...). Proclamai sempre bem alto, por forma a que, todo o mundo vos ouça, que nunca consentireis que os territórios de Além-Mar, onde há quase cinco séculos trabalhamos e sofremos, sejam

²²⁷ MONTEIRO, Armindo, s/d., *Para uma política imperial: alguns discursos do Ministério das Colónias*, Lisboa, AGC, P.56.

²²⁸ SALAZAR, António Oliveira, 1945, *Ob. Cit.*, pp.335.

considerados terras de ninguém, onde outros povos possam estabelecer-se livremente ou onde se quiserem fazer ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações. Estes territórios, dizeilhes, constituem províncias tão portuguesas como as da metrópole, a Nação é só uma e qualquer horda demográfica ou capitalista que pretendesse invadir Angola e Moçambique seria recebida por vós como se tentasse ocupar Lisboa (...)»²²⁹.

Com o final da II guerra mundial, as teorias independentistas começam a estender-se um pouco por todas as metrópoles europeias firmadas em convenções entre estas e organizações mundiais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Este fenómeno que entretanto se tornava uma realidade implicou a adoção de uma atitude mais defensiva por parte do regime e, sobretudo, de uma mudança do discurso imperial. Para além de um reforço dos argumentos até então defendidos, Salazar direciona as atenções para África apresentando-a como um trunfo e um polo de desenvolvimento para a Europa. Todavia, nos finais dos anos 40, o colonialismo português começava a ficar ameaçado com o despoletar da situação dos enclaves na Índia e a inevitabilidade da independência destes territórios tornou-se uma prioridade da política imperial.

O apogeu da “guerra fria” e a pressão internacional quanto à política colonial portuguesa, levam o regime a procurar subterfúgios para desviar as atenções e justificar a defesa dos seus territórios contra os interesses estrangeiros. O reforço da legitimação do império torna-se mais intenso com a conjuntura desfavorável que ocorrera na Europa e que trouxe consigo consequências.

O regime entendia a formação imperial como uma urgente necessidade nacional. Ela pressupunha não só o conhecimento das colónias e a ação que lá fora desenvolvida pelos nossos antepassados mas impunha um postulado considerado fundamental para que essa formação pudesse “dar os seus frutos”: o amor às colónias e o estabelecimento de laços materiais e sentimentais eram os primeiros objetivos a desenvolver. Esta condição prévia seria o requisito essencial para formar a consciência colonial das futuras gerações, tratava-se de lhes dar um ideal comum que as identificasse nos sentimentos e nas aspirações. No entanto, a educação salazarista não se limitava à escola, também outros organismos de propaganda estavam diretamente ligados à mesma causa “nobre” de afervorar o sentimento patriótico nacionalista e imperialista.

²²⁹ MATOS, Norton de, 1953, *A Nação una: organização política e administrativa dos territórios do ultramar português*, Lisboa, Paulino Ferreira Filhos, p.36.

IV.3. O papel da propaganda

IV.3.1. As Organizações Paramilitares e a Educação: MP, MPF e OMEN

A Mocidade

«É essencial que o espírito da mocidade seja por nós formado no sentido da vocação de Portugal, com os exemplos de que é fecunda a história, exemplos de sacrifício, patriotismo, desinteresse, abnegação, valentia, sentimento de dignidade própria, respeito absoluto pela alheia».

SALAZAR, A. de Oliveira, 1935, *Discursos*, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, p.54.

As organizações nacionalistas de juventude foram um dos instrumentos de controlo social, de estruturação e consolidação do poder utilizado pelos regimes fascistas. O objetivo da implementação deste tipo de organizações para-educativas era enquadrar a população infantil e juvenil nos seus fundamentos ideológicos contribuindo para a formação da sua consciência e para a sua mobilização, tendo em conta as necessidades ideológicas do poder para evitar, sobretudo que os jovens se deixassem influenciar por doutrinas consideradas “perigosas e desviantes” e se mantivessem leais aos ideais nacionalistas que funcionavam como garantias para a manutenção dos regimes.

Em Portugal, a primeira organização estatal de juventude do Estado Novo foi a *Ação Escolar Vanguarda*, criada em 1934, de filiação voluntária²³⁰ e de assumidas simpatias fascistas. No ano seguinte, Francisco Nobre Guedes lançava a iniciativa para a criação da Mocidade Portuguesa masculina de carácter obrigatório, concretizada por António Carneiro Pacheco que ocupava a pasta da Instrução Pública em 1936, data em que esta organização era promulgada²³¹ pela Junta Nacional de Educação.

No plano internacional, floresciam razões de ordem política que incentivaram a criação de organizações de juventude e, em Portugal, a Mocidade Portuguesa encontra também condições para a sua implantação, revelando-se um instrumento privilegiado de

²³⁰ Independentemente da reduzida dimensão e duração, a Ação Escolar Vanguarda cumpriu o seu papel de intervenção social e ideológica, numa altura crucial da fundação e afirmação no novo regime salazarista, dando o mote para a criação da futura *Mocidade Portuguesa*, um movimento mais à medida do projeto de regime.

²³¹ Decreto n.º 27:301 de 4 de dezembro de 1936.

propaganda do regime que visava essencialmente a integração da juventude dentro dos valores nacionais.

A nível político, o ano de 1936 foi marcado por uma iniciativa de reformulação social geral que se fez sentir também no plano educativo. É criada a organização paramilitar denominada Mocidade Portuguesa²³², em cumprimento com a Base XI da Lei nº1:941 de 1936²³³.

A missão principal da MP era sobretudo a formação de (...) «homens de carácter, perfeitamente cônscios dos seus deveres para com Deus e para com a concepção cristã da sociedade ocidental»²³⁴. Esta organização adota um carácter marcadamente nacionalista, e procurava formar consciências dentro da ideologia salazarista, quando selecciona como «guias ideais da sua acção os grandes exemplos de Nun`Álvares e do Infante D. Henrique» e como símbolo da sua organização, «ao lado da bandeira nacional, a de D. João I, glorificada pela primeira Renascença da Pátria»²³⁵. Desta forma, assumia-se claramente a reafirmação das duas componentes essenciais do nacionalismo salazarista: a independência e o império. A sua componente tripartida, formada pelas vertentes religiosa, militar e escolar, e a forma como estas se entrosaram para atingir uma mesma finalidade, conferiu-lhe um carácter único que a individualizou no panorama europeu.

O Infante D. Henrique era uma das figuras homenageadas e evocadas como o caudilho da ação da MP. Marcelo Caetano exorta a mocidade a seguir-lhe os passos na entrega e dedicação às causas nobres: «Aprende a sacrificar todos os teus interesses e as tuas comodidades pelo bem da pátria e da humanidade, em nome de Cristo. (...) Aprende com o Infante navegador, aprende na austeridade do promontório de Sagres — a rocha hostil, o céu hostil, o mar hostil — aprende na lição desta existência de príncipe a amar o desconforto, a aceitar alegremente a rudeza e a pobreza militar e a considerar como luxos supremos a grandiosidade duma paisagem e a serenidade da consciência do dever cumprido. Aprende com o Infante a lição dos heróis serenos, porque tu és, Mocidade, a progénie espiritual de Nun`Álvares, irmã da “Ínclita Geração” que soube “aumentar a terra mais que dantes” — trabalhando, lutando, sofrendo e morrendo por amor de Deus e dos portugueses, sacrificada

²³² No texto passa a designar-se MP (exceto nas citações).

²³³ Decreto-lei nº 26:611 de 19 de maio de 1936 que aprova o regimento da Junta Nacional da Educação, «organismo técnico e consultivo que funciona junto do Ministro da Educação e tem por fim o estudo dos problemas relativos à formação do carácter, ao ensino e à cultura do cidadão português, a par do desenvolvimento integral da sua capacidade física». (J.N.E. Título I, Disposições Gerais). Esta organização direccionada para a juventude incluía crianças e adolescentes do sexo masculino dos 7 aos 14 anos, integrados ou não no sistema de ensino.

²³⁴ MP, 1955, *Mocidade Portuguesa: objectivos e actividades*, Lisboa, MP, p.8.

²³⁵ Idem.

naquela Cruz de Avis que é símbolo da tua vontade de repetir, Mocidade, os feitos da epopeia henriquina!»²³⁶.

No campo ideológico não era inócua a escolha das figuras históricas que representavam a MP. Essa escolha obedece a critérios de seleção que tinham em vista modelos de coragem, abnegação e sacrifício em prol da pátria e em que a História é fecunda em apresentar. Como figuras ideais que cumprem estes requisitos surgem em primeiro plano Nun`Álvares que já tinha dado o nome à Cruzada Nacional que surge em 1918²³⁷, num momento em que se assume como resposta religiosa ao anti clericalismo republicano durante o governo sidonista. Esta figura representava o símbolo da independência nacional obtida com a vitória na batalha de Aljubarrota que era vista como o motor da expansão.

O regime considerava que a história era um movimento cíclico e, como tal entendia que sendo o regime o herdeiro de um passado histórico nacional era também responsável pela manutenção da independência da nação face aos “perigos estrangeiros”. Nun`Álvares (...) «encarna em si a alma crente e moça da nação, auscultava no seu coração leonino o palpar violento dum povo jovem que aspirava à vida forte e livre, sentia correr-lhe um frémito nas veias a energia da Grei, o seu secular heroísmo, o amor ingénuo da terra, o seu piedoso e cristianíssimo lirismo, a consciência positiva da sua robustez e da sua unidade moral»²³⁸. Outra das figuras de proa da Mocidade é D. João I, o Mestre de Avis cuja insígnia da Ordem foi adotada como símbolo da organização e que passou a integrar juntamente com a bandeira nacional presença obrigatória em todas as cerimónias e eventos oficiais. Paralelamente a Nun`Álvares Pereira e a D. João I, o Infante D. Henrique é outro dos modelos ideais da Mocidade Portuguesa como grande chefe para a organização. O Infante simbolizava o conhecimento científico que possibilitou à Europa um conhecimento mais preciso e rigoroso da sua localização e a base do progresso da humanidade. O Infante é também o visionário de um império que soube negociar inteligentemente o tratado de Tordesilhas (1494), facto que

²³⁶ CAETANO, Marcelo, 1973, *Factos e figuras do Ultramar*, Col. Figuras e Feitos de Além-mar, Agência Geral do Ultramar, nº 17, p.61.

²³⁷ A Cruzada Nacional Nun`Álvares, movimento criado em torno da figura do Condestável continuou a sua ação após a implantação da Ditadura Militar em 28 de maio de 1926. Para além da componente patriótica atribuída ao movimento fora também acrescentada a vertente religiosa, em virtude dos valores sustentados pelo regime, a conciliação religiosa própria do novo regime que deu um importante contributo para marcar esta tendência no movimento, destacando a faceta da santidade de Nun`Álvares. A Cruzada Nacional Nun`Álvares tinha em vista o culto da figura de Nun`Álvares Pereira, em suma, a sua causa patriótica por excelência. Após o 28 de maio, o movimento sofre uma redefinição nas suas bases e adota como princípios, os ideais da regeneração nacional de tendência nacional e religiosa, para além de tomar parte na defesa dos valores nacionais então em vigor contra a pretensa ideologia marxista que ameaçava converter as novas gerações. A criação da Mocidade Portuguesa em 1936 dissipará os propósitos que vinham definindo a ação do movimento e este desintegra-se em 1935.

²³⁸ SELVAGEM, Carlos, 1931, *Portugal Militar*, Col. Temas Portugueses, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, p. 155.

foi visto como uma «vitória genial de uma política, [que] marcaria os limites e abria todas as virtualidades à futura acção dos portugueses no mundo»²³⁹.

O Infante D. Henrique era o guia ideal de ação e o patrono da MP. Era visto como o iniciador das bases da ciência moderna e o condutor de novos destinos que abriu caminho às descobertas e novas perspectivas ao mundo. É também o exemplo máximo de sacrifício à pátria: ficou solteiro e casto para se concentrar apenas nos altos desígnios da nação e votou o irmão ao cativeiro em nome da razão de Estado. Os filiados eram exortados a aprender com este exemplo para se dar sem reservas às causas nacionais e a sacrificar todos os interesses e comodidades pelo bem da pátria.

Além destas figuras de referência, os “grandes chefes” que funcionavam como símbolos para a organização, existiam outras que eram selecionadas anualmente como patronos dos cursos da Escola Central de Graduados. A MP ministrava cursos de graduados, os quais apresentavam sempre um patrono como exemplo para a juventude. Estes patronos mostravam o caminho do heroísmo e do dever a uma camada etária suscetível de influência.

Os dirigentes da MP eram os grandes responsáveis pela formação dos filiados. Estes deveriam (...) «criar nos filiados e procurar difundir o mais possível entre todos os portugueses a consciência nacional; cultivar o espírito de obediência aos chefes da nação; incutir nos filiados os valores constitutivos da civilização cristã: Deus, Pátria, Família, Autoridade, Liberdade e Justiça Social»²⁴⁰. Os chefes deveriam também ser modelos exemplares para os filiados: «O que há-de chefe num homem está na eminência da sua formação moral, da sua capacidade de sacrifício ao bem comum, das suas atitudes concretas para servir um ideal, no ascetismo cuja dureza seja o perene aviso da sua missão. Uma observação da História ilumina-nos imediatamente esta ideia na medida em que nos transmite e nos impõe como patronos — forma póstuma de permanecer chefe — aqueles homens históricos cuja vida moral e espiritual nos está mais próxima, porque é mais revelada, porque foi mais significativa. Repare-se que são nossos verdadeiros patronos o Condestável e o Infante. O verdadeiro chefe é o que vive no íntimo o ideal de um povo e em todas as qualidades de colectivo o transmite e o impõe mesmo nas alturas em que a coletividade tem tendência a negar-se. O chefe pode não ser um homem de larga atividade física, mas tem que sê-lo de larga atividade moral, espiritual e de coerência. O chefe não é o homem em si, mas a sua resultante. O chefe não existe em matéria, mas o seu ideal, a sua autoridade e a sua justiça

²³⁹ FRANCO, José Soares, 1945, “Consciência e Dever” in: *MP: Boletim Mensal do Commissariado Nacional*, nº 3, p.97.

²⁴⁰ CAETANO, Marcelo, 1944, *Ob. Cit.*, p.10.

chegam ao íntimo do mais afastado elemento do grupo que dirige. Por isso o homem que manda não cuida de si mas da causa que o guia, cuida de se lhe ajustar inteiramente, serve o egoísmo daquela em vez do seu próprio. Para que se procure um equilíbrio de conceitos sobre o verdadeiro chefe, temos portanto que estudar as lições do passado e desejar ser também um chefe cada um de nós — o chefe é o que obedece mais e mais perfeitamente!»²⁴¹.

O regime considerava-se herdeiro do espírito imperial, tendo como missão a preservação desse império e desse espírito que tornou Portugal maior, contando, para isso com Salazar para alcançar esse desiderato já que lhe eram reconhecidas características de caráter semelhante às do Infante. Tal como o Infante, Salazar «tudo sacrificou ao bom êxito da sua empresa: ficando solteiro e casto para não se distrair do supremo objetivo da vida, (...) abandonando cheio de dor os amigos e parentes sempre que o exigissem superiores interesses espirituais e nacionais»²⁴².

O regime vê a História como uma sucessão de feitos guerreiros e a seleção de heróis é feita com base nesse pressuposto. No entanto, a obra da inteligência também é privilegiada, como é o caso de D. João I, Dr. João das Regras, D. João de Castro, figura grande da ciência portuguesa, sábio, soldado, exemplo de chefe.

A MP pretendia orientar as futuras gerações na fidelidade aos exemplos, porque (...) «trabalha unicamente com os olhos na pátria, procurando criar homens que a honrem, dignifiquem e engrandecem no futuro, quer que os seus melhores filiados saibam conscientemente pugnar as lides da independência pelo trabalho, pela dignidade, pela generosidade, — pelo heroísmo»²⁴³. Febo Moniz é outra dessas grandes figuras, modelo de homem de caráter, defensor dos interesses nacionais foi também patrono do curso de graduados da MP, assim como Duarte de Almeida, o *Decepada* eleito como símbolo do X Curso. Na História, esta figura demonstrou um grandioso ato de valentia, sacrifício e lealdade para com a pátria ao erguer a bandeira nacional contra o inimigo até lhe ser decepada a mão. Também Martim de Freitas é outra figura que se encaixa no perfil de patriotismo comum às figuras apresentadas como modelos a seguir, e por isso foi escolhida para ser patrono do XI Curso. Após a morte de D. Sancho II, Martim de Freitas desloca-se a Toledo para entregar as chaves do Castelo de Coimbra nas mãos do rei morto em sinal de lealdade.²⁴⁴.

O XII curso teve como figura representativa o Alcaide de Faria, Nuno Gonçalves, que lutou destemidamente ao lado do rei D. Fernando aquando das guerras com Castela, o que

²⁴¹ *Diário da Manhã* de 26 de fevereiro de 1956.

²⁴² CAETANO, Marcelo, 1944, *Ob. Cit.*, p.95.

²⁴³ Idem, p.184.

²⁴⁴ Idem, pp.151-161.

lhe valeu a prisão. Reza a história que ao entregar a defesa do castelo de Faria ao seu filho, os castelhanos o persuadiram a incitar o filho, Gonçalo Nunes a render-se. No entanto, e ao contrário do que lhe era sugerido, ele incita à resistência portuguesa e à lealdade para com Portugal, pelo que o ato lhe valeu a morte às mãos dos castelhanos²⁴⁵; D. Sebastião foi patrono dos cursos de verão da Escola Central e das Escolas Regionais de Graduados de 1950. Figura cara ao regime, é o monarca em cujo reinado foram dados «os passos mais marcantes no caminho do Império», fator de inspiração dos graduados da Mocidade no sentido da dilatação da cultura cristã que faz desta figura um exemplo de «honra, dever, serviço e sacrifício» em prol da pátria²⁴⁶; D. João II foi patrono do XVI curso de Comandantes de Castelo no ano de 1945 e patrono dos cursos de entrada na Academia Militar (1965/66).

O regime aproveitou figuras e lendas para demonstrar modelos de honra, dever e sacrifício para com a pátria esperando que os filiados demonstrassem a mesma coragem para servir Portugal quando o dever assim o exigisse. Estas figuras constituíam o exemplo integral de amor à pátria e à justiça, de obediência ao dever e ao sacrifício. Ao tomá-las como exemplo, o filiado seria uma garantia de serviço à pátria.

Para além das figuras cujo exemplo se coadunava com os ideais da Mocidade, os ideólogos do regime destacavam paralelamente datas associadas a factos que marcaram significativamente o percurso da História de Portugal, como era o caso do 14 de agosto, data da batalha de Aljubarrota e do 28 de maio, data da revolução nacional.

Mais significativa era a projeção que era dada ao 1º de dezembro, data escolhida para comemorar o “Dia da Mocidade”. A partir de 1938 instituiu o governo o dia 1 de dezembro como data oficial de comemoração da MP que coincidia com a comemoração da Restauração da Independência. O regime depositava todas as esperanças numa tentativa de (...) «consolidar a grandeza deste país e subverter tudo o que, no futuro, o possa arruinar»²⁴⁷. Esta data simbolizava a retoma da independência nacional após 60 anos de sacrifício coletivo, firmeza e unidade de espírito.

A MP também comemorava acontecimentos como as comemorações “Cabralinas”, em homenagem a Pedro Álvares Cabral, o “Dia do Infante”, o 10 de Junho, denominado o “Dia da Raça”, o “Dia do Armistício”, o 28 de maio, “Dia do Lusito” e o “Dia da Escola

²⁴⁵ CAETANO, Marcelo, 1944, *Ob. Cit.*, pp.170-171.

²⁴⁶ FILIPE, Daniel, 1950, “D. Sebastião: patrono de graduados e exemplo de juventude” in: *Boletim Mensal do Comissariado Nacional*, nºs 7 e 8, pp.44-50.

²⁴⁷ RAMOS, Feliciano, 1938, “A educação nacionalista e os homens e as mulheres de amanhã” in: *Labor*, nº 88/Fev., Ano XII, Aveiro, p.345.

Primária”. Realizava também veladas de armas, homenagens a figuras, entre outras iniciativas comemoracionistas²⁴⁸.

Relativamente às figuras adotadas como exemplos pela MP, conta-se ainda a importância atribuída à “Íclita Geração” enquanto patronos dos castelos que acontece em 1950 aquando da II Marcha de Camaradagem organizada pela Delegação Providencial da Estremadura²⁴⁹. Para além dos navegadores e conquistadores, destaca-se a importância que o regime atribui às figuras que tiveram uma ação fundamental na construção e consolidação do império. Todos os patronos das quinas estão de alguma forma ligados ao império. Das figuras que constam como patronos, destaca-se D. João de Castro, figura reabilitada pelo regime. Vice-rei da Índia, homem de honra e de virtude, devoto patriota que não se deixou levar pela ambição, empenhou as suas barbas como garantia de um empréstimo para colmatar as necessidades dos portugueses em Diu e para reconstruir as muralhas da cidade destruídas durante o cerco do rei de Cambaia.

No ano de 1945, o XVII Curso da Escola Central de Graduados adota como patrono Salvador Correia de Sá e Benevides, figura exemplar que encaixava no perfil dos ideais que se pretendiam transmitir. Era exaltada a sua vertente militar enquanto soldado, destacando-se pelo papel decisivo na defesa da independência nacional aquando das invasões francesas, mas também pela sua demonstração de fidelidade ao rei e por ter defendido a missão colonial do país através de notáveis atos governativos.

Outra figura recuperada da História foi Mouzinho de Albuquerque devido à sua destemida ação na prisão de Gungunhana em Chaimite e a consequente consolidação administrativa, económica e militar de Moçambique. Mouzinho era «o modelo perfeito de escol, dotado de vivíssima imaginação, enriquecido por larga cultura, aberto amplamente à compreensão das coisas — mas ardendo no fogo quente dos ideais, imobilizando as capacidades do espírito para orientar e servir a vontade»²⁵⁰.

A consciência imperial era a base fundamental para a formação das futuras gerações, não só para que fosse reconhecido o valor patrimonial adquirido ao longo dos séculos mas para que as futuras gerações se empenhassem em preservá-lo. Outra das formas de difundir os valores ancestrais do Portugal heroico e reforçar as virtudes dos modelos que eram os grandes homens do passado era através da ação das bibliotecas dos Centros da MP. A ação destas

²⁴⁸ As atividades das diversas delegações provinciais da Mocidade Portuguesa eram relatadas em documentos próprios para o efeito a fim de a Mocidade Portuguesa tomar conhecimento da sua realização. Arquivo da Mocidade Portuguesa /IAN/TT, CX.1379, Maço 1, p.1.

²⁴⁹ **Vide anexo II.**

²⁵⁰ “Mouzinho”, 1941, *MP: Boletim do Comissariado Nacional*, nº4, p.166.

privilegiava a aquisição de obras de literatura sobre as grandes figuras relacionadas com a organização, os seus grandes patronos, nomeadamente as suas biografias. Estas obras retratavam o heroísmo ligado à mística imperial.

No campo da poesia era Camões que mais se destacava como exemplo enquanto épico genial, cuja obra engrandeceu Portugal e os portugueses. Funcionou como um auxílio fundamental na recuperação da independência de Portugal em 1640, mantendo em alta os ideais de patriotismo que culminou com a revolta do 1º de dezembro. Camões apesar de gozar de um estatuto multifacetado era sobretudo visto como o mensageiro da grande epopeia dos descobrimentos, por isso tem um lugar privilegiado na galeria dos heróis do regime.

A exaltação das grandes figuras constava também nas atividades de canto. As canções de teor nacionalista (como era o caso de hinos e marchas patrióticas) que faziam parte do *Cancioneiro para a Mocidade* exaltavam e glorificam figuras como Nuno Álvares e os Restauradores de 1640²⁵¹.

Desde cedo Salazar manifesta um grande interesse pelos jovens ao afirmar em 1930: «O estado tem o dever de integrar a juventude no amor dos exercícios vigorosos, que a preparem e a disponham para uma atividade fecunda e para tudo quanto possa exigir dela a honra ou o interesse nacional»²⁵². Mais tarde, em 1935, Salazar voltava a dirigir-se à juventude: «É essencial que o espírito da Mocidade seja por nós formado no sentido da vocação histórica de Portugal, com os exemplos de que é fecunda a história, exemplos de patriotismo, desinteresse, abnegação, valentia, sentimento da dignidade própria, respeito absoluto pela alheia»²⁵³. Salazar confiava o futuro do regime às novas gerações, acreditando que estes seriam os protagonistas da grande mudança social que o seu regime pretendia implementar.

O ministro Carneiro Pacheco anunciava aquando da criação do Ministério da Educação Nacional, a instituição de «uma organização nacional e pré-militar»²⁵⁴. A organização teria como princípios caros à juventude «o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do caráter e a devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar»²⁵⁵.

A MP representava a geração “restauradora” do Portugal heroico e forte. A sua criação integra-se num contexto de “ressurgimento nacional” e de “reorganização moral” da

²⁵¹ Sobre este assunto, vide MP, s/d, *Cancioneiro para a Mocidade*, 2ªed., pp.21-27.

²⁵² SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Discursos*, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, p.52.

²⁵³ Idem, p. 54.

²⁵⁴ Lei nº 1:941 de 11 de abril de 1936 (Base XI). Anteriormente denominava-se Ministério da Instrução Pública.

²⁵⁵ Artigo 40º (título V) do Regimento da Junta Nacional de Educação. Repete-se este objetivo no Artigo 1º do Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa (Decreto nº 27:301 de 4 de dezembro de 1936).

nação. Esta organização consistiu num projeto de integração geral da juventude à escala nacional, de caráter nacionalista em prol do regime.

Para além de cultivar a educação nacionalista, outro objetivo da organização seria consciencializar as futuras gerações dos seus deveres cívicos e das suas responsabilidades sociais unidas na mesma aspiração de engrandecimento harmónico de grandeza pátria e de elevação moral e religiosa. Estes objetivos articulavam-se ainda com a finalidade de estimular a educação tradicional do país de acordo com o §3º do artigo 43º da Constituição da República Portuguesa, sendo que, em caso algum, seriam admitidos indivíduos que não professassem a religião cristã (art.1º do Regulamento § 2º). Também em 1936 é criada a Legião Portuguesa²⁵⁶ destinada a faixas etárias adultas e, tal como a MP atuava como elemento de propaganda do regime participando na divulgação da ideologia nacionalista.

A MP foi criada com base num contexto político de preocupação com as ideologias soviéticas emergentes, por isso além da implementação de um discurso reacionário e nacionalista, foi criada esta organização inicialmente destinada ao sexo masculino, mas que se alargaria posteriormente ao feminino, em 1937²⁵⁷. Estas medidas visavam atingir o objetivo da coesão nacional face às ameaças do estrangeiro e a construção de um ideal de sociedade renovada e de “Homem Novo”.

O ano da aprovação da Constituição, 1933 marcou o início da era da consolidação do regime e do desenvolvimento de um processo colocado em marcha para doutrinar a sociedade portuguesa dentro dos ideais ideológicos do regime, no sentido de a transformar ideologicamente. A institucionalização da MP teve como função (...) «enquadrar a juventude numa organização que pudesse ter um papel complementar na formação das futuras consciências»²⁵⁸.

A MP era tida como um símbolo do futuro de Portugal. Esta formaria as gerações futuras. De cariz militarista, o seu objetivo era envolver o país nas atividades que desenvolvia mantendo a sociedade ocupada. O seu criador, Carneiro Pacheco esclarece o âmbito e a natureza desta organização: «A organização nacional para a Mocidade Portuguesa não poderia deixar de ser de moldes militares (...) porque a vida militar é uma escola permanente de abnegação, de serenidade, de lealdade, de decisão, de coragem e de amor pátrio, havemos de inspirar-nos no sentido pedagógico da sua orgânica para que, através duma hierarquia, a

²⁵⁶ Decreto nº 27:087 de 15 de outubro de 1936.

²⁵⁷ Decreto nº 28:262 de 8 de dezembro de 1937.

²⁵⁸ COSTA, Fernando, 2000, “As Associações e Organizações de Juventude” in: PROENÇA, Maria Cândida (org.), 2000, *Os Descobrimentos no imaginário juvenil (1850-1950)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações Portuguesas, p.167.

juventude de Portugal seja um bloco de fé nacionalista (...) É a mocidade portuguesa, liberta do morbidismo do fado (...) entoará de lés a lés, num coro viril de vozes puras, em que também entram a do Infante e a de Nun'Álvares, a fé imperecível nos destinos da pátria. (...) Do que mais carecem os portugueses de hoje é, na verdade, de encostarem os corações, aos dos grandes mortos que edificaram a pátria e que hão-de ser sempre vivos para o comando dos seus destinos»²⁵⁹.

Os objetivos da MP são expressos de forma clara em vários diplomas legais que definiam e reforçavam as suas competências. Às finalidades relativas à formação do caráter e à devoção à pátria, juntava-se o culto do dever militar, o que denota uma intenção de militarizar a ideologia salazarista que culminará na criação da Legião Portuguesa: (...) «o culto das virtudes militares uma das suas finalidades superiores. (...) Estar pronto, aceitar alegremente o serviço, amar o risco e não temer a morte, — são grandes virtudes viris, dessas que só se encontram em quem é verdadeiramente Homem». Educava as futuras gerações (...) «no gosto da aventura e dos combates, pondo-lhe perante os olhos modelos soberbos de heróis lusíadas, a um tempo guerreiros — e santos. Mas incute-lhes também os hábitos da disciplina e do respeito incondicional do interesse nacional»²⁶⁰.

A formação da consciência nacional seria, *a priori*, da competência da família, uma das bases estruturantes da sua política ideológica. «A honra de ser português, grande por um passado glorioso e renovada pelo esforço contemporâneo e invejada do mundo, ganha-se em um contínuo acto de amor a Portugal, que os pais têm o dever de ensinar aos filhos»²⁶¹.

A formação moral revela-se o campo mais propício para o controlo das mentalidades, por isso o regime investe bastante nesta vertente. Os propósitos da ação da MP e as finalidades a que esta organização se propunha coadunavam-se com a política ideológica do regime e consagra-se, em ativa cooperação, à nova renascença pátria. Com a ação desta organização pretendia o regime contribuir para a formação integral da juventude dentro dos seus parâmetros ideológicos: «Quando afirmamos que a Mocidade Portuguesa é um movimento de **formação integral da juventude** queremos apenas acentuar que os nossos objetivos se não restringem a um aspeto ou a uma parcela do labor educativo. Propomo-nos fazer dos rapazes que passam pelas nossas fileiras **homens** na plena acepção da palavra, bons portugueses capazes de contribuir para o progresso moral e material da sua pátria, bons cristãos que pelo amor de Deus e do próximo elevem a Humanidade. Contra a tendência para

²⁵⁹ PACHECO, Carneiro, 1936, *A formação da Mocidade e a defesa da Pátria* (discurso proferido em 24 de maio na Sociedade Portuguesa de Geografia), Lisboa, Imprensa Nacional, p.42.

²⁶⁰ CAETANO, Marcelo, 1944, *Por amor da Juventude*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, p.10.

²⁶¹ PACHECO, A. Carneiro, 1940, *Portugal Renovado* (discursos), Lisboa, Livraria Bertrand, p.225.

conceber a MP unicamente como movimento desportivo ou de cultura física, associação militarista, obra de piedade ou matéria de ensino, proclamamos que antes de mais nada e acima de tudo o nosso fim é completar a acção da família da escola e da igreja para **formar homens**»²⁶².

A MP interveio em vários campos de acção. Esta entidade assumia um importante papel no projeto educativo do regime, criando e fomentando estratégias de enquadramento e de formação das futuras gerações. A sua acção propagandística inseria-se no âmbito da acção escolar e o seu período de vigência que abrangeu praticamente todo o Estado Novo (desde 1936 data da sua criação) era, em 1953 avaliada numa perspectiva muito positiva e reforçada a panóplia dos objetivos à qual se propunha este aparelho ideológico do Estado: «A técnica de formação integral da juventude seguida pela Mocidade Portuguesa tem como objectivo claramente definido formar homens de carácter, considerando que a formação do carácter está na base de toda a educação; que só depois de assegurada a formação do carácter se pode orientar a educação do rapaz no sentido de bem servir Deus, a Pátria e o próximo; que o homem bem formado só pode ser plenamente útil no serviço de Deus, da Pátria e do próximo se tiver meios de agir: apetrechamento intelectual, aptidões físicas que lhe permitam realizar quanto pense e sabe, desembaraço físico e saúde de corpo»²⁶³.

Considerava-se que a formação do carácter estava na base de toda a educação e que aquela orientava a formação do aluno no sentido de servir Deus e a Pátria. Esta organização procurava (...) «fazer de cada filiado um homem consciente das suas responsabilidades perante um destino sobrenatural e eterno; um português de patriotismo esclarecido da transcendência da Pátria e da posição portuguesa na comunidade internacional; um cidadão exemplar, quer na família, como na profissão e no cumprimento de todos os deveres para com a Humanidade»²⁶⁴. Para atingir tal fim não bastava apenas a formação cultural e desportiva que a organização promovia.

A MP desempenhava um papel decisivo na construção de mecanismos de enquadramento e de formação das camadas infantis e juvenis. A sua acção iniciava-se no ensino primário com o culto das virtudes cívicas e estendia-se aos alunos dos outros níveis de ensino que também eram formados dentro destas práticas. Esta organização auxiliou o regime na cruzada de legitimação da sua política, correspondendo o período de 1936 até 1940, a uma fase de experimentação da sua atividade e recrutamento de massas.

²⁶² MP, 1941, *Boletim Mensal do Comissariado Nacional*, nº 4/ fev., Vol. I, p.139. Os sombreados fazem parte do texto original (sublinhado do autor).

²⁶³ MP, 1955, *Ob. Cit., Ibidem*.

²⁶⁴ Idem, p.60.

Os anos 40 a 42 corresponderam a um período de intensa doutrinação e de ajustamento da orgânica do seu campo de intervenção, bem como a promoção das primeiras grandes campanhas de formação moral e cívica; o período que medeia entre 1942 e 44, embora inserido na conjuntura da guerra acaba por se revelar um aliado da organização no que toca à mobilização do patriotismo da juventude através da evocação dos feitos e figuras mais representativas que convinha ao regime exaltar num período que se considerava necessário defender os interesses nacionais. É entre os anos 50 e 54 que o império se abre à organização da MP como um campo de ação. O seu objetivo passa a contemplar a formação imperial da juventude tanto na metrópole como no ultramar.

As bases ideológicas desta organização assentavam no culto dos valores caros ao Estado Novo: a tríade *Deus, Pátria e Família*, nacionalismo e imperialismo, com vista a formar uma nova geração moralmente robustecida que desse continuidade ao regime, e ao progresso da nação. Esta organização preparava os seus filiados para dar a sua vida, se necessário fosse, em prol da causa patriótica, o que só seria possível quando estes estivessem conscientemente formados nos ideais do regime e na essência do “ser” português que se resumia basicamente aos conceitos de lusitanidade e patriotismo, ideias que ganham contornos muito peculiares durante o Estado Novo.

As figuras modelares davam forma e impulsionavam os três vetores ideológicos da MP: o culto da ordem, da disciplina e do dever militar, relacionados com a Escola, a Família, Deus e a Pátria. A essência da ação desenvolvida pela MP assentava nos exemplos da vida e da obra realizada em favor da pátria pelos grandes vultos cuja dedicação inigualável lhes valeu a homenagem.

A MP adota alguns princípios das correntes providencialista e historicista do passado heroico, nomeadamente o sebastianismo e a mística imperial, com o intuito de construir as bases de uma “sociedade renovada” e de um “homem novo”. Ao jovem filiado era pedido além de respeito pela História de Portugal que este imitasse a conduta dos seus heróis mais representativos para que a sua geração e as vindouras fossem, no futuro os seus dignos continuadores, herdeiros desse passado heroico. A conduta suscetível de ser imitável era aquela que reunia as virtudes que teriam contribuído para o engrandecimento da nação, ao contrário, as suas ações menos abonatórias eram colocadas em segundo plano ou até mesmo omitidas em prol da manutenção da imagem grandiosa da História nacional.

A MP exaltava as figuras históricas que congregavam um ideal comum. Era este conceito de ideal comum que se pretendia difundir com vista à formação de uma consciência imperial nos seus filiados. É com Marcelo Caetano que são criadas as bases ideológicas da

organização. A exaltação de figuras históricas ganha relevo naquilo que foi o processo de concretização da ideologia do regime.

Na base estrutural da MP estavam os Centros das Escolas Primárias, os Centros Escolares (ensino liceal) e os Centros Extraescolares, nas Escolas Técnicas, quartéis e asilos onde se desenvolviam as atividades²⁶⁵. O meio escolar foi o espaço privilegiado para que a obra da MP pudesse colmatar os seus objetivos, obtendo melhores resultados no que respeita à formação do aluno. Esta organização representava o esforço do regime para traçar novas diretrizes no ensino, nomeadamente no ensino liceal.

Em 1939, no I Congresso da MP são elencadas as razões que atribuem à escola um potencial como meio fundamental para levar a cabo a sua obra: «Está a Mocidade Portuguesa ao alcance de todos os rapazes, mas o certo é que só os meios escolares podem oferecer o ambiente propício à consecução de todos os seus fins. Assim, a escola que disponha de todos os necessários meios para a educação física, cultural e moral é, sem contestação, o melhor terreno onde pode desenvolver-se aquela intuitiva mística profana já celebrada como apanágio de uma raça de soldados e heróis. Os Centros Escolares são portanto, pontos de partida desta realização, onde tudo ou quase tudo se consegue o melhor que é possível, mercê de recursos próprios, embora, por via de regra, muito reduzidos»²⁶⁶. Os dirigentes da MP deveriam ser os primeiros exemplos de educação moral. Seriam estes que exerceriam autoridade educativa sobre os outros elementos e, para isso era necessário que praticassem os deveres e as virtudes idealizadas pela organização²⁶⁷. A MP além de colaborar com outras instituições e organismos também colabora com a igreja numa conjugação de esforços no sentido de contribuir para a formação da juventude.

A MP foi criada com o fim de funcionar como instrumento de sociabilização política da juventude. É no contexto escolar liceal que a maioria das atividades organizadas pela MP é desenvolvida, sendo este o seu setor primordial de atenção. O apelo fazia eco nos grandes liceus de Lisboa: Pedro Nunes, Passos Manuel, Camões, universo onde conheceu um progresso crescente. Conferências doutrinárias, festas nacionalistas, desporto, excursões e conferências científicas elencam o conjunto de atividades que esta organização oferecia.

²⁶⁵ A organização dos elementos era feita por faixas etárias, cada uma delas com uma denominação: lusitos, infantes, vanguardistas e cadetes.

²⁶⁶ MP, 1939, *I Congresso da MP*, IAN/TT, p.225.

²⁶⁷ MP, 1956, *II Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa*: Acta da sessão de estudo realizada em 26 de abril de 1956, IAN/TT, p.2.

Deste conjunto de atividades são as festas nacionalistas que maior peso têm na obra desenvolvida pela Mocidade Portuguesa²⁶⁸.

O 1º de dezembro, o 28 de maio e a Semana das Colónias (ou Semana do Ultramar) dedicada ao império assumem preponderância no âmbito dos festejos nacionalistas como datas simbólicas e como contribuições decisivas para o reforço da componente doutrinária. No entanto, é o 1º de dezembro que maior relevo assume no quadro das festividades patrióticas organizadas pela MP, tendo como vértices fundamentais a socialização e a doutrinação. A estreita relação entre a juventude e os valores doutrinários tinha como finalidade a promoção do poder pessoal de Salazar e a legitimação e continuidade do regime²⁶⁹.

A consciência da juventude firmava-se através da História pátria e do exemplo dos heróis. Valores como abnegação, fé, orgulho não deviam apenas ser objeto de contemplação mas motor de energia. A formação de homens de caráter estava intimamente ligada à educação moral enquanto meio de fortalecimento da consciência. Neste contexto, afirmava Carneiro Pacheco: «Consciência e unidade nacionais, hábitos de coesão e patriotismo militar, activa confiança nos destinos de Portugal só poderão vincar-se bem na juventude pela vida de uma organização em que ela caiba até aos mais longínquos confins do Império e que, em todos os seus graus e no seu espírito, seja só portuguesa. Por isso se instituiu a organização nacional para a mocidade portuguesa que não poderia deixar de ser de moldes militares: pelo recíproco interesse de se dar à juventude uma disciplina que exercita todos aqueles nobres sentimentos e para se assegurar à carreira das armas uma melhor preparação dos que hão-de servi-la. Porque a vida militar é uma escola permanente de abnegação, de serenidade, de lealdade, de decisão, de coragem e de amor pátrio, havemos de inspirar-nos no sentido pedagógico da sua orgânica para que, através duma hierarquia completa e mediante uma segura orientação formativa, a juventude de Portugal seja um bloco de fé nacionalista»²⁷⁰.

O culto dos valores morais e cívicos seria o objetivo mais importante da sua obra para a criação desse “novo homem” e na preparação de uma nova geração. A organização

²⁶⁸ Sobre este assunto *vide* VIANA, Luís, 1998, *A MP e o Liceu*, Lisboa, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, p.207 (Quadro comparativo das atividades 1936-1960).

²⁶⁹ As insígnias da MP são o estandarte de D. João I “glorificado pela primeira Renascença Pátria”. É uma bandeira quadrada com doze castelos em volta e, ao centro cinco quinas com cinco elementos, símbolos da bandeira nacional que a organização adota. Esta organização atribui patronos às alas e aos cursos das Escolas de Graduados. Estes patronos são figuras históricas das quais se aproveita o seu exemplo heroico para formar as consciências. É óbvia a importância do papel destas figuras para a concretização desse fim. **Vide anexo III.**

²⁷⁰ PACHECO, Carneiro, 1936, *A formação da mocidade e a defesa da Pátria* (discurso proferido na sessão solene de homenagem às forças militares realizada na Sociedade Portuguesa de Geografia de Lisboa a 24 de maio de 1936), Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, pp.5-6.

considerava necessário neste processo que a nova sociedade fosse constituída por (...) «portugueses exemplares no serviço incondicional da pátria e dos ideais que ela representa. Homens que desde cedo se devotem ao interesse colectivo e sirvam desinteressadamente a nação, com orgulho da sua pátria e a ânsia de engrandecê-la. Homens que pelo país estejam dispostos a dar comodidades, interesses e sangue — arriscando a vida alegremente pela independência nacional e trocando de bom grado a sua liberdade pela liberdade de Portugal. Homens com quem se possa contar para todas as ocasiões, para todos os trabalhos e em todos os perigos, desde que se trate de fortalecer a unidade colectiva, combatendo partidos fraticidas e impedindo a luta de classes»²⁷¹.

O regime pretendia preparar uma nova geração de portugueses disciplinados e conscientes da política que convinha à nação, devotados ao interesse nacional, que contribuíssem para a tão almejada “renovação nacional”, para o seu progresso moral e material, quebrando com os séculos de apatia social e política vividos até então. Seria uma geração de servidores da pátria e da política do regime.

A MP deveria ser uma “escola de serviço”. O filiado aprendia a servir e a dedicar-se totalmente à causa patriótica. «Não pensa mais em si, nas suas comodidades e nos seus interesses: pensa, sim, na vitória total daquilo a que se devotou. Servir é prestar utilidade. Aquele que serve só tem um fito: ser útil ao que é servido. Fazer da sua inteligência e de todas as suas forças um meio eficaz de atingir os fins superiores que o comandam (...). Ora a Mocidade Portuguesa é uma escola onde se aprende a servir. Nas vossas fileiras deve aprender-se a devoção aos ideais de que somos servos: Deus, Império, Autoridade, Justiça — Cristandade, Lusitanidade, Ordem Social. Não é da Mocidade quem não esteja disposto a sacrificar-se, nos momentos fáceis como nas horas difíceis, por esses ideais. Não é da Mocidade quem não saiba renunciar às tentações da personalidade quando o interesse colectivo exija apagamento e colaboração»²⁷².

A MP pretendia criar o ideal do perfeito português, cujo perfil apontava para uma tipologia específica caracterizada do seguinte modo: «O tipo de português que há-de arrostar com as dificuldades dos novos tempos que se anunciam, e a quem incumbe prosseguir a obra de desbravamento e valorização do Ultramar — nós o concebemos fisicamente robusto, disciplinado, capaz de iniciativa e com espírito de solidariedade idealista e prático, pronto aos sacrifícios necessários, generoso do seu sangue para com a pátria. Queremo-lo inteligente mas com o senso das realidades, sonhador mas sem fugir da acção, pensador mas sem tirar os

²⁷¹ CAETANO, Marcelo, 1966, *A Missão dos dirigentes*, Lisboa, MP, p.15.

²⁷² MP, 1942, *Boletim Mensal do Comissariado Nacional*, nº 6, Vol. II/Abril, pp.173-174.

olhos dos horizontes largos e sem recear ir buscar a comparação das ideias aos mares revoltos e aos árduos desertos, justo mas não utopista, sensível mas não sentimental. Como consegui-lo? Por uma acção constante, pessoal e directa dos dirigentes tendente a despertar e cultivar as qualidades dos filiados, utilizando a educação física e os desportos, os conhecimentos ministrados pela escola, a disciplina e o espírito militares, o apelo à imaginação, a arte, o trabalho, os sentimentos religiosos, a história, os ideais patrióticos»²⁷³.

A educação moral era outra vertente explorada pela MP. Esta organização pretendia criar nos filiados interesse e entusiasmo pela imitação das virtudes das figuras históricas que constituíam um valioso contributo para a formação moral em consonância com os valores religiosos.

A formação do carácter dentro dos ideais da lusitanidade era a vertente mais importante e mais explorada na educação dos filiados da MP: «A consciência do que é ser português, o orgulho de ser português. A compreensão das razões da grandeza de Portugal, das suas razões de ser como pátria independente, da sua missão passada, presente e futura no Mundo. Não foi o comércio, nem a indústria que nos engrandeceram: mas o amor da Terra e do Mar. Império para nós significa ainda hoje gosto pelo risco e pelo prazer de navegar, e apego à terra e ao seu cultivo amável em todas as latitudes e longitudes onde ela seja portuguesa. Lusitanidade é a essência do nosso espírito nacional, feita de ideias - força que nos têm guiado através da História e que são susceptíveis de nos adaptar a novas condições técnicas ou sociais que os tempos tragam consigo. Lusitanidade é a tradição que nos individualiza entre os povos, aquilo que constitui o nosso carácter colectivo em todas as épocas e em todos os lugares, o que fica de permanente e de igual a si mesmo depois de eliminadas as circunstâncias contingentes que neste ou naquele momento permitiram o desfiguramento da Nação. Fiéis à terra e ao mar, crentes em Deus, leais ao chefe, aferrados à independência, prontos a servir a Humanidade, colonizadores e missionários, venerando os nossos heróis e relembrando com orgulho os seus feitos, depositários de um património espiritual que tem oito séculos e de que não queremos ser espoliados, compreensivos de todas as mentalidades, amigos de todas as raças — somos assim portugueses»²⁷⁴.

A revista mensal *Mocidade Portuguesa* editada em novembro de 1932²⁷⁵ (mesmo antes de ser institucionalizada a organização que teria o mesmo nome) dirigia-se aos jovens e

²⁷³ MP, 1942, *Ob. Cit.*, p.38-39.

²⁷⁴ Idem, p.55.

²⁷⁵ Este periódico começa a ser editado em novembro de 1932 com a denominação de *Mocidade Portuguesa* (de periodicidade mensal), passando a designar-se a partir de 1940 *Revista da Mocidade*, sendo este periódico uma continuação do anterior.

pretendia (...) «preencher uma importante lacuna. O seu fim é proporcionar uma instrução variadíssima e eminentemente útil, por meio de artigos curtos, claros, sobremaneira interessantes para os seus jovens leitores. Despertar-lhes-á a curiosidade nos assuntos mais necessários, que em seguida satisfará, dando-lhes informações sob uma forma tão atraente, que serão lidas com avidez e dificilmente esquecidas. Os assuntos versados em sucessivos artigos serão: Portugal e suas origens; o país e suas divisões; montanhas, rios, lagos, cidades, monumentos, igrejas e castelos; história pátria e do vasto império que possuímos; história universal e os grandes acontecimentos mundiais; biografias dos reis mais notáveis, estadistas, soldados, marinheiros, Santos, sábios e outros homens ilustres, que honraram o nosso país (...)»²⁷⁶.

As preocupações com a formação ideológica das futuras gerações também são evidentes, num país onde o analfabetismo era um problema à escala nacional: «Os novos de hoje serão os velhos de amanhã; os jovens de agora serão os homens do futuro. Em breve — moços de Portugal — sereis grandes. De vós depende que a Pátria seja rica, próspera e respeitada como outrora. Grave é, pois a vossa responsabilidade»²⁷⁷.

As gerações vindouras deveriam ter uma sólida formação nacionalista e serem profundamente conhecedoras das questões patrióticas: «Da história heróica da sua nação, dos seus santos, dos seus reis, dos seus navegadores e descobridores, dos seus guerreiros, dos seus poetas e escritores pouco ou nada sabem. E no entanto foram estes grandes homens que conquistaram à mourama o território sagrado da pátria; que fundaram a nacionalidade e lhe imprimiram o cunho da sua personalidade, das suas virtudes, do seu heroísmo; que levaram seu nome às terras inóspitas e infieis caravelas, através de mares ignotos e revoltosos que ora as cuspiam na crista espumada das vagas, ora as precipitavam em negros abismos; que firmaram a bandeira das Cinco Chagas nas plagas remotas da África, da América, da Ásia, da Oceânia; que seguraram a independência de Portugal e a defenderam contra os exércitos poderosos de Castela, contra as águias de Napoleão, vitoriosas da Europa. E todavia quem os conhece? Quantos portugueses de hoje têm uma noção exata da acção dos grandes homens da sua raça? (...). Faz pena verificar tão lamentável desconhecimento da vida quase milenária da Grei, das suas glórias e grandezas. Ora se não conhecermos a Pátria, como havemos de amá-la? Não se ama o que não se conhece. Daqui vem ser o patriotismo de muitos, tão frouxo e o

²⁷⁶ MARQUES, Pedro Correia (dir.), 1932, “Aos jovens de Portugal” in: *Mocidade Portuguesa*, nº1, Ano I, Lisboa, Tip. Inglesa, p. 1-2.

²⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

espírito de sacrifício tão raro. (...) Ora os jovens de Portugal podem mudar rapidamente este estado de coisas. Um instrumento de cultura, uma arma de combate (...) será esta revista»²⁷⁸.

Os números seguintes deste periódico relatam as glórias de figuras históricas como Viriato²⁷⁹, D. Afonso Henriques²⁸⁰, Egas Moniz²⁸¹, D. Francisco de Almeida²⁸², D. Teresa²⁸³, Afonso de Albuquerque²⁸⁴, D. Sancho I²⁸⁵, Fernão de Magalhães²⁸⁶, Vasco da Gama²⁸⁷. Relatam também feitos históricos como a tomada de Lisboa²⁸⁸ e a Batalha de Ourique²⁸⁹. Também sobre a temática do império são dedicados vários números²⁹⁰ e figuras contemporâneas ligadas à política como Adolfo Hitler²⁹¹, Salazar²⁹² e o General Franco²⁹³ também são referidas. É também de destacar a importância atribuída a figuras da Igreja, tais como João de Brito²⁹⁴.

Na mesma perspetiva também se inscrevia o periódico publicado posteriormente denominado *Boletim da Mocidade Portuguesa* com uma clara vertente ideológica. Numa linguagem escrita quase telegraficamente definem-se as linhas gerais do que se pretende ser o ideal do homem novo: «Juventude quer dizer futuro: por isso um movimento como é o nosso é sementeira constante, sementeira das virtudes e qualidades do homem novo que sonhamos a engrandecer Portugal. (...) Ao contacto com os novos temos de nos corrigir constantemente. O ideal do homem novo, havemos de procurar experimentá-lo em nós mesmos. O exemplo: grande lição. Sem exemplo não há prestígio. Onde falta o prestígio é ineficaz o esforço. Palavras, leva-as o vento. O País sofre ainda a indigestão da retórica. Silêncio e actos. Estilo novo nas ideias e nas maneiras. A Mocidade de hoje tem que ser como desejamos que seja a sociedade de amanhã. Estrito cumprimento dos deveres e nenhum comodismo. Acção e mais acção. Pouca burocracia, — o mínimo de papéis, o mínimo de literatura, o mínimo de Vossas

²⁷⁸ MARQUES, Pedro Correia (dir.), 1932, “Aos jovens de Portugal” in: *Ob. Cit.*, p. 1-2.

²⁷⁹ “Viriato, o herói lusitano”, 1932/Nov., nº1, Ano I, p.17.

²⁸⁰ “D. Afonso Henriques”, 1932/Dez., nº2, Ano I, p.5.

²⁸¹ “Egas Moniz”, 1933/Fev., nº4, Ano I, p.2.

²⁸² “D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia”, 1933/Set., nº11, Ano I, p.11.

²⁸³ “A rainha D. Teresa”, 1934/Jan., nº15, Ano II, p.16-17.

²⁸⁴ “Albuquerque, o Grande – 2º vice-rei da Índia”, 1934/Abr., nº18, Ano II, p.2; “Afonso de Albuquerque”, 1944/Dez., nº50 (138), Ano V (XII), p. 3.

²⁸⁵ “D. Sancho I”, 1934/Maio, nº19, Ano II, p.2.

²⁸⁶ “A primeira viagem de circum-navegação: Fernão de Magalhães”, 1939/Jun., nº80, Ano VII, p.10-11.

²⁸⁷ “O descobrimento do caminho marítimo para a Índia: Vasco da Gama”, 1941/Abr.-Mai., nºs.14-15 (102-103), Ano II (IX), p.13.

²⁸⁸ “Tomada de Lisboa por D. Afonso Henriques”, 1933/Mar., nº5, Ano I, p.15.

²⁸⁹ “A Batalha d’ Ourique”, 1934/Out., nº24, Ano II, p.15.

²⁹⁰ “O Império Português”, 1933/Jul., nº9, Ano I, p.14-15. “África e os seus mistérios” editada por partes, das quais coligimos os nºs 88, 91-92 e 93-94 do ano de 1940.

²⁹¹ “Figuras do nosso tempo: Adolfo Hitler”, 1933/Maio, nº 7, Ano I, p.11.

²⁹² “Oliveira Salazar”, 1934/Jul., nº21, Ano II, p.2-3.

²⁹³ “Homens do nosso tempo: O General Francisco Franco”, 1936/Set., nº47, Ano IV, p.6-7.

²⁹⁴ “O Beato João de Brito, exemplo de mocidade”, 1942, nº5, Ano III, Vol. II, p.158-159.

Excelências. Verdade a rodos, — em tudo, a começar pelas pessoas. O que importa são as funções. Fora com as susceptibilidades pessoais. Amor da justiça. Mais boa educação do que hipocrisia. Caminhos direitos ao fim. Espírito de colaboração, ajuda mútua, guerra aos empatas. Solidariedade inteira. Devoção à unidade: — um pensamento, um chefe, uma insígnia, uma bandeira. (...) O Boletim procurará ser o propulsor desta vida nova. Através dos dirigentes, todos os nossos cuidados e desvelos vão para os filiados. O que publicarmos será para os chefes porem em prática buscando o benefício dos rapazes. Se o interesse destes impuser àqueles duras servidões, paciência, mas para nós é a juventude e a sua vocação nacional que contam acima de tudo»²⁹⁵.

A escola e a MP constituíam uma unidade. A escola deveria servir o mesmo espírito da organização, ou seja, a formação nacionalista. O seu objectivo era (...) «estimular o desenvolvimento integral da capacidade física dos rapazes, a formação do seu carácter, a sua devoção à pátria, no sentimento da ordem, no gosto pela disciplina, no culto dos deveres morais, cívicos e militares»²⁹⁶. Para concretizar este objetivo a formação era ministrada primeiramente nos cursos de graduados, entidades superiores que passariam a mensagem aos membros das faixas etárias mais novas²⁹⁷.

No II Congresso Nacional da MP são relatadas as opiniões dos diretores dos Centros Escolares sobre a ação da organização: «Todo o estudante é um ser em formação, ao qual devemos procurar moldar o carácter e melhorar o físico. A acção desenvolvida sobre essa alma e sobre esse corpo, quando bem orientado, é obra meritória, da qual dependerá a conservação de uma herança legada pelo esforço dos nossos antepassados. E é com os olhos postos nestas verdades fundamentais que os congressistas desejam que a Mocidade Portuguesa abranja todos os graus de ensino (...) A Mocidade Portuguesa deve abranger todos os graus de ensino pois durante o período em que o rapaz frequenta qualquer escola o seu carácter continua em formação proporcionando ao rapaz um ambiente onde possa praticar actos de abnegação, valentia, camaradagem, desembaraço físico e intelectual e pode a Mocidade Portuguesa completar a acção educativa da escola»²⁹⁸.

²⁹⁵ MP, 1973, *Boletim da Mocidade Portuguesa*, série 5, nº1/Junho, p.3.

²⁹⁶ MP, Arquivo da Mocidade Portuguesa, CX.994, IAN/TT.

²⁹⁷ Os cursos de graduados tinham formação moral organizada em lições standardizadas. Estas obedeciam a planos específicos de trabalho de onde se destacam temas que vão de encontro à função que desempenhavam. Um exemplo dessa organização de lição que coligimos apresenta os temas a abordar: **Vontade forte** (disciplina da vontade); Exemplos luminosos (Infante D. Henrique; Heróis de Alcácer em Toledo; Santos); **Luta pelo Ideal; Sentido da Vida; Dignidade Pessoal – caridade; Saber lidar com o derrotismo e vencer; Mensagem de Fátima; A Hierarquia da Igreja; Missão do Graduado; Temperamento e Carácter.** M.P, Arquivo da Mocidade Portuguesa, CX.994, IAN/TT.

²⁹⁸ MP, 1956, “A Mocidade Portuguesa e a Escola” in: *II Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa*, Comunicações obrigatórias e facultativas apresentadas por congressistas, IAN/TT, p.1.

A organização vivia em íntima ligação com a escola porque os seus fins eram comuns, e, por isso, esta adota uma postura indispensável à formação moral, social e política do aluno. A MP completava a ação educativa da escola e visava a integração do aluno nos valores nacionalistas com vista à criação de uma consciência comum, a chamada “Formação Portuguesa”, considerada essencial para cultivar o amor patriótico e o respeito pelos santos e heróis.

A escola em articulação com a família e com a igreja seriam os pilares fundamentais da juventude. O regime entendia que a escola tinha um papel insuficiente na formação integral da juventude, por isso a MP foi criada para colmatar essa insuficiência. Esta organização funcionaria como instrumento de controlo social e como estrutura de enquadramento e mobilização do regime com o objetivo de formar a mentalidade e unidade nacionais com base nos valores do patriotismo e na disciplina militar.

A MP seguia um programa específico, divulgado pela *Folha de Doutrina*²⁹⁹ que continha as diretrizes para a educação do filiado e que era basicamente propaganda nacionalista e apologética política. Esta propaganda incluía o estudo das notáveis ações dos heróis portugueses e do seu espírito de sacrifício pela pátria, incutindo o respeito e admiração pelos grandes exemplos da História. Mostravam o exemplo dos grandes vultos da História e procuravam estimular os filiados no culto pelos valores eternos.

A comemoração dos feitos históricos e outras manifestações nacionalistas contribuía para o desenvolvimento da formação portuguesa e para a consciência, respeito e apreciação pela memória dos heróis e santos. A formação política dos filiados tinha como base fundamental um conhecimento profundo dos homens que deram o melhor do seu esforço à causa sacrossanta da sua pátria e das instituições jurídicas.

A formação portuguesa e a educação político-social eram atividades consideradas de primordial importância no quadro geral da ação da MP. Pretendia a organização ministrar esta formação através de uma sólida formação patriótica desde os escalões mais jovens através de métodos atraentes. Nos escalões superiores recebiam uma forte preparação doutrinária. Por “Formação Portuguesa” entendia-se “Formação Patriótica”, “Formação Nacional” e “Formação Político-Social”.

A “Formação Patriótica” destinava-se aos primeiros escalões e os métodos a adotar eram dirigidos à sensibilidade do filiado de modo a incutir o amor à pátria e o orgulho de ser português. Os métodos para concretizar este objetivo passariam pelo (...) «culto dos símbolos

²⁹⁹ Esta folha era distribuída pelos Centros.

da pátria e da Mocidade Portuguesa, as comemorações das datas nacionais, a exaltação das figuras dos grandes portugueses e dos locais onde se enraíza a tradição e a História»³⁰⁰; a “Formação Nacional” dirigida aos escalões de vanguardistas deveria (...) «incutir na juventude a consciência da missão de Portugal no Mundo de hoje, como Império e cabeça da lusitanidade. Esta consciência nasce da análise das linhas mestras da História Pátria, enquanto revela o papel que teve na História da humanidade o rumo aberto pela Nação Portuguesa em oito séculos de vida autónoma»³⁰¹. Os filiados dos dois últimos escalões eram alvo de uma cuidada doutrinação político-social que deveria fazer destes uma elite doutrinada e doutrinadora. Esta formação deveria fazer (...) «de cada português um agente consciente, disciplinado e persistente da política que convém à nação»³⁰².

É também definido no II Congresso Nacional o plano estratégico para desenvolver as actividades dinamizadas pela organização: «Urge desenvolver estas actividades segundo um plano que assente nas três bases seguintes: **Base I:** A Organização Nacional Mocidade Portuguesa procurará iniciar a formação patriótica da massa de jovens desde os escalões de “Lusitos” e de “Infantes” por métodos atraentes e tendo em vista as características particulares de cada um destes escalões e ainda as condições especiais do meio; **Base II:** A Organização Nacional Mocidade Portuguesa cuidará de intensificar a “Formação Portuguesa” e a “Educação Político-Social” da massa de “Vanguardistas” e de “Cadetes” sempre por métodos atraentes e sem o aspecto de imposição de doutrina, antes procurando que “as conclusões finais” surjam no espírito dos filiados como resultado de uma acção interior de cada um deles, com a aparência de ideias próprias, originais, produto de criação individual; **Base III:** A Organização Nacional Mocidade Portuguesa dará uma forte preparação doutrinária aos filiados que, voluntariamente e conscientemente, nos escalões de “Vanguardistas” e de “Cadetes” se declarem interessados em seguir os cursos que, independentemente dos outros meios utilizados para a “Formação Portuguesa” e a “Educação político-social” dos filiados destes escalões, venham a ser criados nos locais julgados convenientes. (...) Que se represente ao Governo no sentido de uma revisão dos compêndios de História Pátria, expurgando-os de “referências a factos que podem desvirtuar algumas figuras” e repondo a História” em bases sólidas de puro nacionalismo, fonte viva de virtudes a seguir pela Mocidade Portuguesa». (...) «A formação portuguesa deverá compreender os seguintes aspectos que serão sucessivamente ministrados: a “Formação Patriótica”, a “Formação

³⁰⁰ MP,1956, *Ob. Cit.*, p.4.

³⁰¹ *Idem*, p.3.

³⁰² *Idem*, p.2.

Nacional” e a “Formação Político-Social”. Destina-se a “Formação Patriótica” aos primeiros escalões e os métodos a adoptar deverão ser dirigidos à sensibilidade dos rapazes de modo a incutir neles o amor à pátria e o sã orgulho de serem portugueses. Apresenta-se como exemplo de meios adequados a tal objetivo o culto dos símbolos da pátria e da Mocidade Portuguesa, as comemorações das datas nacionais, a exaltação das figuras dos grandes portugueses e dos locais onde se enraíza a tradição e a História»³⁰³.

A MP promovia ainda cursos de formação e cultura portuguesa com vista a «incutir na juventude a consciência dos valores próprios da nossa civilização no presente e no futuro»³⁰⁴. A obra da MP era uma obra eminentemente educativa que só se comparava com o papel desempenhado pela família ou pela igreja, estando, por isso num plano superior ao da escola. Relativamente a esta obra, Marcelo Caetano afirmava em 1972: «Não escondo que de todas as funções públicas que desempenhei através da minha vida foram aquelas em que pus mais fervor e de que mais me orgulho. Pode a maldade dos homens procurar agora malsinar as intenções e as realizações desse admirável movimento da juventude: nós que o vivemos nos anos seguintes ao da sua criação sabemos bem o que nele houve de entusiasmo. De generosidade, de intenção patriótica. Como nele sonhámos criar um novo Portugal pela modificação dos hábitos e da mentalidade portuguesa. Como através dele apelámos para o que há de mais nobre e de mais sã na gente nova. Como em todos os pensamentos, palavras e obras nos animaram sempre propósitos de que não temos de nos envergonhar, pelo contrário só podem ser motivo de exaltação dos que na época os prosseguiram. A MP professava o culto da Pátria, dos seus valores e dos seus heróis e espalhou sempre o sentido da missão nacional no Ultramar»³⁰⁵.

A Mocidade Portuguesa Feminina³⁰⁶ foi criada em 1937³⁰⁷. Direccionada para o sexo feminino, baseava-se nos mesmos ideais nacionalistas que fundamentavam a MP. A condição das mulheres portuguesas durante o Estado Novo foi bastante determinada pelo enquadramento ideológico e conservador que diversas instituições criadas para o efeito tiveram, embora o ambiente social e cultural tivesse sido determinante, basta pensar que era esta a visão dominante em todas as sociedades católicas do ocidente.

³⁰³ MP, 1956, *II Congresso Nacional da Mocidade Portuguesa: Acta da sessão de estudo realizada em 26 de abril de 1956*, IAN/TT, pp. 4-5.

³⁰⁴ *Diário de Notícias* de 13 de maio de 1969.

³⁰⁵ CAETANO, Marcelo, 1972, in: *Folha Informativa* nº5 de 31/05/1972, L.A.G. da Mocidade Portuguesa, IAN/TT, p.1.

³⁰⁶ No texto passa a designar-se MPF.

³⁰⁷ Decreto nº 28:262 de 8 de dezembro de 1937.

Em Portugal, o regime que consagrava os valores tradicionalistas, enquadrava a mulher numa conceção conservadora que a limitava basicamente ao espaço familiar. O seu papel ideal era para o regime o de filha, irmã, esposa e mãe. Também neste domínio social a influência das figuras exemplares da História era preponderante.

A MPF estava a cargo da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) que tinha como objetivo (...) «estimular nas jovens portuguesas a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família» (art.1º do Regulamento da MPF). No que respeita à educação moral, esta seria ministrada de acordo com o §3º do artigo 43º da Constituição Portuguesa, a educação cristã tradicional do país (art.2º).

Por sua vez, a educação cívica inspirar-se-ia «no imperativo do bem comum e nas grandes tradições nacionais» com o objetivo de definir e fixar «a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade histórica da nação» (art.3º). O espírito da MPF, tal como a MP, também se consagrava à nova renascença pátria, «tomando como guias ideais da sua acção os grandes exemplos das rainhas D. Filipa de Lencastre, mãe e educadora da ínclita geração e D. Leonor, fundadora das Misericórdias» (art.6º). Adotou-se também para símbolo da organização, ao lado da bandeira nacional, a de D. João I, glorificada em Aljubarrota (Idem, § único).

A juventude tinha para o regime uma importância fundamental. Houve todo um investimento realizado em torno das novas gerações para levar a cabo a defesa do ideal de um Estado forte. As camadas jovens eram a grande aposta do regime na sua legitimação e na continuidade, simbolizando a ligação entre o passado e o futuro. Tal como a MP teve um largo espectro no universo liceal, também a MPF depositaria neste espaço as perspetivas para o desenvolvimento do seu campo de ação. Liceus, tais como o Maria Amália Vaz de Carvalho e Filipa de Lencastre foram importantes focos de divulgação das suas atividades.

A defesa dos ideais nacionalistas funcionava como garantia de retorno aos valores do passado, sendo este o grande objetivo da aposta do regime na juventude. Toda a juventude era chamada a participar no objetivo de exaltar as glórias do passado.

A Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN)³⁰⁸ foi criada em 1936³⁰⁹ pelo então ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco. Os objetivos desta

³⁰⁸ No texto passa a designar-se OMEN.

³⁰⁹ Decreto nº26:893 de 15 de agosto de 1936.

organização³¹⁰ tinham em vista a regeneração da nação através da reeducação da mulher e da transformação da sua mentalidade. No entanto, o seu papel ficou-se mais pelas intenções do que propriamente pelos resultados práticos³¹¹. A criação da OMEN tinha como alvo a formação da mulher dentro dos valores ideológicos da família, e, desta forma corrigir e controlar o ambiente familiar.

A educação dos filhos dentro dos valores da moral cristã e do dever patriótico ficavam delegados à mulher/mãe reeducada e preparada para o seu papel no lar e na família. Esta organização pretendia também acionar um mecanismo de controlo da formação das jovens mulheres da MPF (que estava sob a sua alçada), cuja ação se direcionava para a educação ideológica no âmbito familiar e na definição do seu papel na família como base fundamental da organização social da nação.

A OMEN teve também, como outros instrumentos da ditadura um importante papel na veiculação da ideologia nacionalista e da religião e moral cristãs no seio da população feminina. Na sua estreita relação com a família esta organização penetrou ideologicamente no seio de alguns espaços privados, exercendo também uma ação de controlo social e moral. A sua ação teria como objetivo: (...) «restaurar na família a consciência da sua indeclinável missão de educar os portugueses de amanhã para aumentar a sua capacidade educadora» (...) para «conciliar os princípios que à família atribuem a primordial missão de educar — as realidades da vida — que impõe a intervenção do estado para suprir as suas deficiências»³¹².

A OMEN destinava-se também a estimular a ação educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola. Orientava a família na coadjuvação da ação pedagógica dos professores, e de uma maneira geral contribuía para a realização plena da educação nacionalista da juventude.

As estruturas para-educativas MP, MPF e a OMEN representavam instituições criadas pelo Estado Novo com vista ao revigoração físico e moral e inscreviam-se dentro de uma perspetiva que pretendia disciplinar o corpo e a mente. Esta era a condição essencial para a construção de um corpo nacional e uma sociedade fortalecida com vista à defesa do império. Estas estruturas eram consideradas como (...) «os grandes auxiliares da obra de

³¹⁰ Sobre este assunto vide OMEN, 1938, *Obra das Mães pela Educação Nacional: orientação e fins*, Lisboa, Tip. Imp. Lucas.

³¹¹ Cursos domésticos, sessões de propaganda e iniciativas de caridade constituíam o conjunto de ações a que se resumiu a ação deste organismo nacionalista.

³¹² PACHECO, António Carneiro, 1935, *Portugal Renovado* (discursos), Lisboa, Livraria Bertrand, p.350.

salvação da cultura mediterrânica e portanto, os reais obreiros do ressurgimento de Portugal»³¹³.

As organizações femininas foram também uma estratégia da política educativa do Estado Novo. Constituídas no período de plena afirmação do regime e no advento da guerra civil espanhola, estas organizações tinham como finalidade a reeducação das mulheres das diversas faixas etárias.

A OMEN e a MPF estavam sob a tutela do Ministério da Educação Nacional. Estas organizações tinham objetivos e regiam-se por valores um pouco diferentes da MP, porque o regime também atribuía papéis e posições distintas a mulheres e homens na sociedade. Socialmente a mulher era estimulada a praticar a caridade e ser um modelo de comportamento e virtude muito graças ao ideal formativo e cultural que a própria instituição ministrava em colaboração com outras iniciativas³¹⁴ e estratégias que a MPF levou a cabo como a publicação do *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina*, da *Menina e Moça*³¹⁵ e da *Fagulha*³¹⁶. Estas publicações de carácter ideológico apresentavam à filiada da MPF sobretudo modelos de comportamento e de personalidade desejáveis que a rapariga deveria cultivar, porque era intenção do regime formar também uma “nova mulher”.

Não pretendendo fazer uma análise exaustiva destas publicações, verificámos que surgem em variados números da *Menina e Moça* muitos artigos dedicados a figuras heroicas femininas mas também masculinas da História nacional, figuras que representavam basicamente exemplos de comportamento³¹⁷. A *Fagulha* além do seu aspeto mais lúdico, apresentava um carácter marcadamente ideológico e contribuía para reforçar as temáticas estudadas nos programas escolares³¹⁸.

A MPF apresentou como imagem da sua organização os modelos femininos de D. Filipa de Lencastre, a progenitora da “Ínclita Geração” e D. Leonor, vulto ligado à fundação das Misericórdias em Portugal, a quem a História atribuiu o cognome de *Princesa Perfeitíssima*, título herdado do rei, seu marido, D. João II, o *Príncipe Perfeito*. Estas duas figuras eram os símbolos de excelência da Mocidade Portuguesa Feminina: (...) «Caminho

³¹³ RAMOS, Feliciano, 1938, *Ob. Cit.*, p. 349.

³¹⁴ Festa da “Semana das Mães”. *Vide anexo IV*.

³¹⁵ Publicação mensal para jovens filiadas na MPF (1947-1974).

³¹⁶ Publicação Infantil da MPF (Quinzenal).

³¹⁷ Na análise efetuada é de salientar os artigos que referenciam diversas vezes as seguintes figuras: Filipa de Lencastre, Infante D. Henrique, Santo Condestável, D. Leonor, Stº. António, Camões, S. Francisco Xavier e Salazar.

³¹⁸ Esta publicação apresenta as biografias do Infante D. Henrique (do nº 52 de Março ao nº62 de Agosto de 1960); Nun`Álvares Pereira (no nº 81 de Maio de 1961); D. Dinis (no nº 91 de Outubro de 1961) e de S. Francisco Xavier (do nº99 de Fevereiro ao nº 113 de Setembro de 1962).

que seguiram as mulheres de antanho que lhes são dadas como exemplo: a Rainha D. Filipa de Lencastre, modelo admirável de esposa e de mãe, e a Rainha D. Leonor, tipo ideal da mulher que abnegadamente se dedica a bem servir a sua pátria por todos os meios»³¹⁹. Estes modelos históricos além de darem rosto ideológico à organização, são regularmente evocados como exemplo a seguir, a par de outras figuras da História nacional não necessariamente femininas, cujo perfil também encaixava no quadro de valores que a organização pretendia transmitir.

Além da evocação a determinadas figuras históricas em 1968 a publicação *Menina e Moça* destinava uma rubrica intitulada “Presenças Femininas na História”: As mulheres da Ínclita Geração³²⁰, onde se destacava o papel de D. Filipa de Lencastre; “A mulher Portuguesa na Expansão Ultramarina”³²¹ onde se volta a destacar o papel desta mesma figura; “A mulher na História e na Cultura”³²² da qual se destaca o papel relevante de D. Catarina e D. Luísa de Gusmão. Em 1969, a revista volta a atribuir uma rubrica às figuras da História nacional, intitulada “Rainhas de Portugal” onde destaca o papel de D. Mariana de Áustria, Maria Francisca de Sabóia³²³ e de D. Maria II³²⁴.

A evocação das figuras históricas femininas inscrevia-se no quadro nacionalista do regime. As figuras retratadas são aquelas que de qualquer modo estão implicadas na defesa, consolidação e progresso de Portugal, sobretudo as figuras ligadas à nobreza, infantas ou rainhas que funcionavam como modelos de virtude feminina e patrióticas, exceção feita para D. Leonor Teles³²⁵ que é vista como um figura não exemplar que se distancia do ideal feminino consagrado pelo regime, e por isso representa a imagem da anti-heroína.

³¹⁹ SPN, s/d., *Mocidade Portuguesa Feminina – Organização e Actividades*, Lisboa, S.P.N., p.60. É de referir que o periódico *Menina e Moça* dedica em 1958 um número exclusivo à figura de D. Leonor. **Vide anexo V.**

³²⁰ *Menina e Moça*, n.º239/ Set. 1968.

³²¹ Idem, n.º240/Out.1968.

³²² Idem, n.º241/Nov. e n.º242/Dez. 1968.

³²³ Idem, n.º244/Fev.1969.

³²⁴ Idem, n.º246/Abr.1969.

³²⁵ Idem, n.º238/Jul.-Ago.1968.

IV. 3.2. As Comemorações Centenárias

O fenómeno “comemoracionista” transformou-se num símbolo de exaltação patriótica e proporcionou o surgimento de memórias sociais onde se enquadravam figuras ligadas a acontecimentos históricos. Este fenómeno transposto para a realidade continha objetivos pedagógicos. Pretendia despertar emoções e sentimentos, divulgar conceitos e ideais e, supostamente, transmitir e enraizar atitudes e padrões comportamentais dentro das sociedades.

O imaginário heroico nacional começou a adquirir projeção e foi-se afirmando com as comemorações do tricentenário de Camões desde 1880 e já no século XX com as comemorações do duplo centenário da fundação e restauração (1940), fase em que se conceptualiza a consolidação do Estado Novo enquanto período de ressurgimento.

As comemorações camonianas que aconteceram em 1880 sob o signo da propaganda republicana deram o mote para a difusão de festividades cívicas que visavam o reforço da identidade em torno de símbolos e personalidades simbólicas com o objetivo de apelar à unidade nacional. Este tipo de comemorações que festejaram os centenários surge como evocação histórica de figuras ou factos determinantes para a construção de conceitos como a identidade nacional e o culto patriótico e, como tal, geradores de consensos incontestáveis no seio nacional.

A apropriação de imagens simbólicas da nacionalidade constituiu uma estratégia de propaganda que resultou no período republicano e que prosseguiria, aliás com uma ênfase especial durante o Estado Novo, uma vez que o seu sistema ideológico se estruturou em torno da necessidade de renovação nacional após o interregno liberal. Por conseguinte, será a História que funcionará como veículo fundamental de legitimação do ideal político do regime. Ela é invocada de forma a servir o sistema político e a demonstrar a unidade entre o passado de grandeza e o presente que o homenageia.

A comemoração das festas cívicas não foi um aspeto inovador do Estado Novo. Estes acontecimentos teriam sido já iniciativa dos regimes anteriores, no entanto o regime assumia a organização das comemorações, atribuindo-lhe uma importância significativa com objetivos políticos que estavam relacionados com a emergência do reforço da identidade

nacional. Tratava-se de rememorar a nação e o seu império numa clara pretensão política e por razões que se prendiam com o próprio Estado³²⁶.

Nos anos trinta, à semelhança do que tinha acontecido no início do século, Portugal deparava-se com o problema da cobiça das suas colónias por parte das grandes potências europeias. Durante esta década, não só este problema afeta a política da nação mas também a eminência de um novo conflito à escala mundial, para além da guerra civil em Espanha, fatores que fizeram o regime socorrer-se da propaganda para impor uma imagem de um país estável quer a nível europeu, quer a nível ultramarino. O regime pretendia divulgar uma imagem de estabilidade que deveria funcionar como conceito dogmático, uma certeza que não deveria ser colocada em causa por ninguém.

É António Ferro que assume o comando da propaganda no Estado Novo. Nomeado por Salazar em 1933, ele foi uma figura emblemática do regime enquanto responsável máximo da sua atividade propagandística. No cargo de diretor do SPN³²⁷, António Ferro pretendia formar as consciências dentro do novo ideário, disciplinando gostos e congregando vontades. O SPN era um instrumento de propaganda cujo principal objetivo era (...) «manter viva na memória dos portugueses os grandes valores da nossa história, as grandes figuras da nossa cultura, os melhores representantes espirituais da nação»³²⁸. Este organismo tomava parte nas comemorações e nos grandes eventos que tinham como finalidade evocar figuras históricas importantes que se destacavam no panorama nacional. O culto do passado para atingir fins propagandísticos era um dos seus objetivos.

O Estado Novo necessitava de recorrer à estratégia propagandística e as comemorações e as exposições temporárias serviram, sem dúvida, este fim. Em 1934, entre junho e setembro, realizou-se no Porto a *Exposição Colonial*, dirigida por Henrique Galvão, sob a alçada do SPN. Esta iniciativa resumiu-se a uma estratégia de legitimação a nível nacional e internacional do novo regime, da sua ideologia e do seu chefe. Esta manobra de propaganda apostou na divulgação de uma imagem grandiosa de Portugal, na divulgação do império e da sua dimensão.

Este acontecimento inscreveu-se numa tônica pedagógica de exaltação do império, no conjunto das iniciativas que tentaram dar uma nova orientação aos projetos coloniais europeus, sobretudo os que diziam respeito a África. A exposição encerrou com o cortejo

³²⁶Em 1926 foi promovida a primeira emissão comemorativa da independência de Portugal. Tratou-se de uma edição de selos sobre figuras e acontecimentos históricos relacionados com o processo de independência. *Vide anexo VI.*

³²⁷ Organismo criado também em 1933 pelo Decreto-lei nº23:054 de 25 de setembro, passando a designar-se posteriormente Secretariado Nacional de Informação (SNI) através do Decreto-lei nº33:545 de 23 de fevereiro.

³²⁸ SNI, 1958, *SNI: um instrumento de governo: 25 anos de ação 1933-1958*, Lisboa, SNI, p.76.

colonial que percorreu algumas ruas da cidade. Este cortejo incluía não só representantes das colónias, como também das diferentes províncias da metrópole. Foi organizado de forma a parecer-se com uma marcha etnográfica que apresentava o conjunto do mundo português. Um número significativo de homens e mulheres envergando trajes tradicionais, de animais e de veículos alegóricos, representando as diferentes províncias portuguesas, marcou o fim da exposição.

A pedagogia intrínseca a este evento resumia-se a apresentar o império como joia da coroa e pretendia popularizar quer o Estado Novo, quer Salazar, o seu líder. A exaltação das figuras históricas ligadas à ocupação do império marcou o cortejo. O regime evocava memórias que traduziam a afirmação do domínio político consolidada pela ação militar: Serpa Pinto, Silva Porto, Caldas Xavier, Freire de Andrade, Alves Roçadas, Paiva Couceiro, Coronel Galhardo, Norton de Matos, Sá da Bandeira, os vice-reis da Índia e o missionário Padre Anchieta. A figura de Mouzinho de Albuquerque destaca-se nesta exposição por simbolizar o sonho colonial que o regime pretendia construir.

Do ponto de vista ideológico, a *Exposição Colonial* era a consequência de uma política estruturada e de um pensamento imperial estrategicamente definido, resultado direto da política que Portugal vinha colocando em prática desde 1926. Os resultados favoráveis deviam-se basicamente a fatores de ordem social e política, económica, financeira e colonial³²⁹.

É criada em 1935 a comissão de propaganda que em 1936 organiza a *Exposição Comemorativa do Ano X da Revolução Nacional*, comemorando-se desta forma a implantação da ditadura militar a 28 de maio de 1926³³⁰. Este evento foi considerado um «Monumento do Estado Novo, de linhas sóbrias e solenes, onde, num ambiente de recolhimento, a concentração dos espíritos melhor deixará perceber o que de notável tem sido a revolução nacional, sabiamente mantida e conduzida pelos grandes portugueses, General Carmona e Dr. Oliveira Salazar»³³¹.

Dez anos após a revolução do 28 de maio de 1926, o regime entendeu necessário celebrar essa data e dar a conhecer a obra que tinha sido levada a cabo. Assim, o regime além de outras iniciativas de celebração³³², organizou uma exposição temporária onde mostrava os resultados da obra realizada pelo regime, consubstanciada na imagem daquelas duas figuras

³²⁹ GALVÃO, Henrique, 1934, *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, Porto, Litografia Nacional, p.7.

³³⁰ **Vide anexo VII.**

³³¹ UNIÃO NACIONAL, 1936, *Guia da Exposição da Revolução Nacional*, Lisboa, União Nacional, p.3.

³³² **Vide anexo VIII.**

públicas. Os resultados obtidos eram a prova de que a revolução tivera sentido e de que o país estava no caminho da prosperidade. Desta forma, o regime auto elogiava-se através de uma verdadeira apologia de si próprio, reconhece-se e espera o reconhecimento da nação.

Em 1937 era inaugurada em Lisboa, a *Exposição Histórica da Ocupação*. Esta exposição foi planeada para destacar o século XIX até à primeira grande guerra e um dos seus objetivos fundamentais era mostrar o esforço desenvolvido pelos portugueses para assimilar os nativos e para a defesa do ultramar português³³³. Estes objetivos foram publicados em decreto, onde se especificava o carácter que a exposição deveria assumir: «A acção portuguesa a relembrar nessa exposição compreenderá o esforço militar, do explorador, do missionário e dos demais agentes da expansão portuguesa no ultramar»³³⁴.

A *Exposição Histórica da Ocupação* tinha como objetivo a exaltação dos valores eternos – a fé e o império, a civilização cristã, a grandeza épica dos descobrimentos, o sentido universalista e ecuménico da expansão ultramarina. Esta exposição realçava a missão histórica e todo um passado de glórias conseguidas através do heroísmo de várias figuras, entre elas, o Infante D. Henrique, Francisco Xavier, Padre António Vieira e Mouzinho de Albuquerque. A exposição pretendia também demonstrar o esforço e sacrifício associados à ação militar desenvolvida nas colónias durante o século XIX e glorificar as figuras dos guerreiros e dos bravos que constituíam a lição moral exemplar³³⁵.

No cômputo geral, a exposição era uma elegia à presença portuguesa no ultramar. Pretendia justificar com o direito histórico a ocupação desses territórios, as descobertas marítimas e os benefícios civilizacionais que a presença portuguesa teria tido para as populações desses territórios. Era esta a mensagem simples de assimilar que a exposição pretendia gravar nos espíritos, moldando as opiniões. Era a propaganda ideológica, por um lado e a doutrinação política, por outro que constituíam os principais objetivos desta exposição.

Em 1938 começam os preparativos para a grandiosa comemoração do *Duplo Centenário da Independência e da Restauração* que teria lugar em Belém, no ano de 1940. Tratava-se então do mais importante ato político e cultural de propaganda e legitimação do regime numa época em que a Europa atravessava uma conjuntura desfavorável, marcada pelo pesadelo da II guerra.

³³³ Decreto nº 27:269 de 24 de novembro de 1936.

³³⁴ Decreto nº 27:346 de 18 de dezembro de 1936.

³³⁵ Esteve patente ao público no Palácio das Exposições, no Parque Eduardo VII e teve início a 19 de junho de 1937. Estava dividida em quatro salas repletas de evocações a figuras e a factos relacionados com a ocupação militar das colónias: estátuas, galerias de retratos, baixos-relevos, esculturas, pinturas, cartas militares e outras representações enriqueciam este certame.

A comemoração tinha como base a glorificação do passado como forma de legitimar o regime já consolidado e garantir a sua continuidade imperial. O local onde decorreu a comemoração também foi cuidadosamente escolhido: a zona de Belém e o espaço que medeia entre o Mosteiro dos Jerónimos e o rio Tejo, espaço simbólico eternamente ligado à grandeza do império. Este importante acontecimento evocativo foi sobretudo uma exposição histórica como até então nunca teria acontecido. É apresentado pelo comissário-geral, Augusto de Castro como «o primeiro certame que tem a expressão dum grande documentário da civilização. Será uma exposição do “espírito” – o padrão comemorativo da expansão de vinte séculos portugueses. Sendo um certame nacional, em que se faz representar, a nosso lado, o Brasil, como o prolongamento e a projecção do génio lusíada, a nossa grande Exposição Histórica de Belém terá um carácter universal. Ela não será apenas a memória dos grandes factos, das grandes figuras criadoras da civilização, oito vezes secular, que representa no Mundo: evocará igualmente a sombra dessa civilização atlântica, as suas passadas em todos os cantos da Terra, o glorioso e nobre sentido da sua acção intercontinental. Portugal pertence ao número limitado dos povos que escreveram a história do mundo. A Exposição de 1940 procurará ser o padrão, o documentário, a síntese pela imagem dessa história. Mas, sendo um olhar lançado sobre o passado, o nosso certame não terá um carácter exclusivamente erudito – e muito menos arqueológico. Deverá ser, ao contrário, uma lição de energia, uma perspectiva do génio português através de todos os seus estímulos de grandeza, um balanço de forças espirituais. Quer dizer, a Exposição não será um museu de coisas mortas, mas um exemplo e uma exaltação das forças permanentes e imortais da nossa raça»³³⁶.

Em 1938, Salazar definira os grandes objetivos políticos das comemorações do duplo centenário, descritos num artigo do *Diário de Notícias*: «Primeiro, dar ao povo português um tónico de alegria e confiança em si próprio, através da evocação de oito séculos da sua História, que foram simultaneamente oito séculos da História do Mundo, e através da solidez e eternidade da sua independência. Em segundo lugar, (...) pela pressão do tempo e pelo entusiasmo criador, levar os serviços públicos e particulares a acelerar o ritmo da sua actividade, com o intuito de afirmar a sua capacidade realizadora de Portugal, os seus serviços à civilização (...). Por um e outro modo demonstraríamos com a clareza da evidência aos nossos próprios olhos e aos olhos de estranhos que Portugal, Nação civilizadora, não findou e continua, pelo contrário, a sua alta missão no mundo»³³⁷.

³³⁶ *Guia da Exposição do Mundo Português* (Preâmbulo), 1940, Lisboa, Neogravura, pp.1-2.

³³⁷ *Diário de Notícias* de 27 de março de 1938.

No discurso inaugural da exposição, Augusto de Castro, reforçava os propósitos da iniciativa «Podem dar-se a esta exposição três objetivos: em primeiro lugar, a projecção sobre o passado, como uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência nacionais, da função universal, cristã e evangelizadora, da Raça, da glória marítima e colonial, do Império; em segundo lugar, a afirmação das forças morais, políticas e criadoras do presente; em terceiro lugar, um ato de fé no futuro. Esses três objectivos resumem-se num só: testemunho e apoteose da consciência nacional. E creio que, em nenhuma oportunidade, mais do que nesta, quando os valores do mundo se subvertem, se deslocam e se debatem numa trágica crise de espírito, esta simbólica exaltação das virtudes e das forças que criaram, mantiveram e dilataram o génio duma pátria (...)»³³⁸.

O regime clarificara desta forma a intenção que explicava a iniciativa da comemoração. Tratava-se de consagrar um regime nacionalista e colonialista fortemente ligado à igreja. O momento crítico que se desenhava por toda a Europa, caracterizado pela II guerra mundial e a sua estreita proximidade com o regime alemão justificavam um evento com uma dimensão considerável que reunia as massas.

As festas centenárias pretendiam rememorar e divulgar o conceito de Portugal como um império, repudiando a visão de Portugal como país pequeno e legitimar a ideia de grandeza nacional. Pretendia-se avivar recordações e juízos, procurando no passado as razões que projetam o futuro. Portugal expôs mediante imagens e símbolos uma civilização que sugeria um passado repleto de grandezas, caracterizado pelas virtudes e forças que criaram, mantiveram e dilataram o génio da pátria. A exposição não pretendia ser apenas, na opinião de Augusto de Castro (...) «um memorial de mortos mas (...) também uma lição de vivos. Não a quisemos como um monumento à velhice. Ambicionámo-la como um hino à juventude»³³⁹.

As comemorações do duplo centenário tinham sobretudo um sentido patriótico carregado de simbologia porque se tratou de uma representação simbólica da nação. Estas comemorações enquadraram-se no esforço de renascimento nacional e num projeto social que legitimava omissões versus sobrevalorizações.

O seu propósito está diretamente relacionado com a evocação dos heróis da nação. Esta iniciativa “comemoracionista” era uma plataforma de projecção para o regime e apelava à memória. Em termos ideológicos, culturais e propagandísticos revestiu-se de importância no

³³⁸ CASTRO, Augusto de, 1940, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, Ed. da Empresa Nacional de Publicidade, p.5.

³³⁹ Idem, p.56.

contexto da consciência coletiva porque as grandes questões que tocava, relacionavam-se com a afirmação da nacionalidade e a fundação do império. Segundo Luís Reis Torgal (...) «as comemorações ritualizam uma certa ideia da história para combaterem sentimentos decadentistas, acenderem esperanças e legitimarem direitos históricos. E fizeram-no reivindicando para Portugal um lugar entre os grandes artífices da civilização, exigência correlata da crítica aos que interna e externamente tinham responsabilidades pelo estado de decadência a que o país chegou depois do apogeu quinhentista. Nesta perspectiva, é lógico que o mito do império surja geminado com o sentimento nacionalista, característica a que nem os próprios republicanos, inicialmente mais ecumenistas, escaparam. Pode mesmo afirmar-se que a rememoração do passado tinha como fito último mobilizar a opinião pública para tarefas de ressurreição ou de refundação nacional»³⁴⁰.

A celebração dos acontecimentos históricos sustentados na ideia de “herança” do passado constituía um aspeto importante ligado às figuras de relevo a que o Estado Novo vai atribuir importância porque legitimavam o regime.

As comemorações do duplo centenário em 1940 promoveram o envolvimento da máquina ideológica e política do regime que tinha adquirido vigor a partir da década de 30. Dada a raiz histórica das datas emblemáticas de 1140 e 1640, a sua comemoração vai ser crucial para a propaganda nacionalista do Estado Novo e constituía um importante artifício do poder. Se, por um lado a propaganda assumia aqui contornos bem definidos e fundamentais ao nível da legitimação política do regime, outro aspeto que nos parece não poder ser descurado são os monumentos que constituem os cenários privilegiados onde vão acontecer as festividades.

O contributo dado ao regime por este património monumental funcionava enquanto garantia da “verdade histórica” que se pretendia incutir. Factos e figuras históricos foram glorificados pelo regime sob uma conceção de enaltecimento da História nacional que atestavam a grandeza do passado e justificam o presente que pretendia atingir o mesmo estatuto. Foi esta intenção de glorificar o heroísmo e a lusitanidade ao longo de oito séculos de existência que levou o regime a proporcionar ao património histórico edificado uma fase de restauração e recuperação. Esta operação incidiu, *a priori*, nos monumentos consagrados diretamente nas celebrações como uma importante estratégia propagandística.

O conjunto de monumentos restaurados é aquele que melhor ilustra a visão histórica do regime. Estes funcionaram como testemunhos perenes que atestam a veracidade dos

³⁴⁰ TORGAL, Luís Reis *et.alii.*, 1998, *Ob. Cit.*, p.574.

momentos de triunfo da pátria. O mosteiro dos Jerónimos torna-se o símbolo dos esforços em prol da fé e do império.

Ao regime interessava fundamentalmente restaurar os monumentos para restabelecer a memória dos períodos de grandeza da nação. As comemorações centenárias, além de darem o mote para que se iniciasse a vaga restauracionista do património arquitetónico, seriam um veículo eficaz de propaganda da ideologia do regime. Nesta perspetiva, destacam-se as comemorações do Ano X da Revolução e, posteriormente em 1940 as comemorações do Duplo Centenário. Desta forma, pretendia o regime investir e trabalhar a imagem de um país próspero que só teria sido e poderia ser à custa de grandes feitos praticados por grandes homens.

Salazar foi o mentor de toda a exposição que foi por ele cuidadosamente pensada: a estrutura e a estética numa conceção que Artur Portela designa como *nacional-historicismo*³⁴¹. A vontade política que o regime idealiza e impõe no plano artístico influenciou a conceção da exposição: aversão ao modernismo *versus* fidelidade ao tradicionalismo e ao conservadorismo tão ao jeito salazarista.

A arte do regime era o reflexo da conceção ideológica do Estado Novo que se vai servir dela para se afirmar, para comunicar e aplicar o seu discurso. A exposição possibilitou ao regime contar a História através da arte, daí haver uma relação de cumplicidade entre a arte e o regime que se complementaram numa estreita relação de simbiose demonstrada por Artur Portela: «Há, portanto, não apenas uma arte sob o salazarismo mas uma arte salazarista que é acima de tudo nacionalista e historicista. Pela força da duração do regime, pelo jogo profissional e económico das relações entre a sociedade e o artista, pelo papel empreendedor e empresarial do regime no domínio das obras públicas e pela sua estratégia decorativa. Mas também pela sua filosofia da História, pela sua teoria da História, pelo seu processo insistentemente comemorativo e auto apologético (...) Foi a arte que o expôs, o pintou, o esculpiu, o arquitetou, o visualizou. O discurso do regime, que se queria também cultural e moral, necessitava absolutamente da arte para o seu rosto, a sua fachada, a sua constante recorrência ao passado, a demonstração da sua capacidade realizadora»³⁴².

Os festejos do duplo centenário incidiram especialmente em exposições de arte. A Exposição do Mundo Português foi um exemplo de como a arte foi colocada ao serviço da

³⁴¹ PORTELA, Artur, 1982, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Ministério da Educação e das Universidades, p.70.

³⁴² Idem, p.132.

propaganda. Este evento pretendia ser, na opinião de Augusto de Castro um «grande álbum de imagens (...) um livro colorido de glórias, de figuras, de datas e costumes»³⁴³.

O regime pretendia fazer crer que estava a comemorar a «festa do encontro de Portugal consigo próprio»³⁴⁴ divulgando, desta forma, a civilização portuguesa e contribuindo para a idealização de uma imagem mítica e apoteótica da nação, onde todos os portugueses adquirissem de si próprios uma imagem de grandiosidade eterna, dada através da afirmação de forças políticas morais que criavam o ambiente ideal para legitimar o presente e construir moralmente o futuro.

Para os ideólogos da exposição, este evento era um «símbolo da obra de continuidade histórica do Estado Novo»³⁴⁵, lugar de comemoração não só do Portugal do passado, mas do Portugal do presente, idealizado por Salazar. António Ferro clarificava a visão histórica e ideológica que presidiu à sua conceção: «Que significam essas comemorações? A alegria e o legítimo orgulho, sem dúvida, de completarmos oito séculos de História e quatro de restauração da nossa eterna independência! (...) 1140 (1139 foi o seu prólogo...) explica 1640, como 1640 prepara 1940. São três anos sagrados da nossa história, o ano de crescimento, o ano do renascimento e o ano apoteótico do ressurgimento! O que vamos festejar não é, portanto, apenas o Portugal de ontem mas o de hoje, não é apenas o Portugal de D. Afonso Henriques e D. João IV, mas o Portugal de Carmona e Salazar. Faltar-nos-ia até o ânimo, a energia para festejar essas datas gloriosas do nosso passado, se o nosso presente não lhes respondesse, se não nos sentíssemos dignos delas. Vão longe, felizmente, aqueles tempos em que a nossa “apagada e vil tristeza” só nos permitia evocar o que tínhamos sido (...) Agora sim, agora temos o direito de ir acordar os nossos antepassados (...) Agora sim, porque a noite findou, porque reatamos o fio da nossa história (...). Agora sim, porque o passado já não pesa tanto sobre o nosso presente, porque passado e presente se medem e igualam»³⁴⁶. Esta conceção pressupunha uma interpretação diacrónica do destino português e uma relação histórica entre os períodos decisivos da nacionalidade como um processo contínuo e simultaneamente imutável porque se mantinha a essência da alma portuguesa, o que dava a aparência de uma história coroada de glórias, sem máculas. O que se festejava era principalmente o ciclo medieval e imperial da História.

³⁴³ CASTRO, Augusto de, 1956, (Discurso proferido na Inauguração da Exposição do Mundo Português a 23 de Junho de 1940) in: *Mundo Português. Imagens de uma Exposição Histórica*, Lisboa, S.N.I, s/p.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem.

³⁴⁶ FERRO, António, 1939, *Revista dos Centenários: 1939-1940*, (discurso publicado), nº13/Janeiro, Ano I, Lisboa, Ed. da Comissão Nacional dos Centenários, SPN, p.37. Este discurso foi também publicado na primeira página do *Diário de Notícias* de 17 de Junho de 1938, tendo como título “Carta Aberta aos Portugueses de 1940”.

A visita à exposição significava aprender ou lembrar os ideais do passado que eram afinal os do presente e aqueles que deveriam pautar o futuro. Pretendia-se despertar o lado emocional de quem visitava a exposição, mais do que transmitir conhecimentos ou cultura. A exposição apresentava-se sob a forma de imagens, símbolos, pequenas legendas de grandes dimensões, sobre o que se pretendia mostrar³⁴⁷.

³⁴⁷ Na Exposição do Mundo Português aparecia a História esculpida. A Praça do Império – de linhas greco-romanas – era a zona central da exposição. No átrio principal do Pavilhão da Fundação de Portugal surgem reproduções de petróglifos da época pré-romana e estátuas de guerreiros. Os quatro blocos verticais da entrada simbolizam quatro gigantescas sentinelas medievais concebidas por Cottinelli Telmo, dispostas em linha reta, fazendo lembrar a simbologia romântica característica da encenação fascista e austera da Alemanha nazi. Estas quatro gigantescas sentinelas representam a evocação clara do período medieval, bem como a estátua de D. Afonso Henriques. A Exposição do Mundo Português estava dividida em quatro secções: a secção histórica constituída por oito pavilhões; o centro regional com cinco pavilhões e a secção colonial. Havia ainda o pavilhão consagrado ao Portugal de 1940, a Nau Portugal, o monumento aos Descobrimentos dominada pela cruz e pela espada, da autoria de Cottinelli Telmo e Leopoldo de Almeida. A Exposição dividia-se em três áreas: a de História de Portugal com a secção histórica e o centro regional; os pavilhões temáticos alusivos à História nacional, desde o «Pavilhão da Fundação» ao «Portugal de 1940»; No Pavilhão da Fundação glorificava-se Afonso Henriques através de uma estátua presente na sala principal do pavilhão e a passagem onde se encontra o busto do primeiro rei (supostamente do século XII); Na galeria encontravam-se as estátuas de outras figuras importantes da fundação: o Arcebispo de Braga, D. João Peculiar, Gualdim Pais e ainda o túmulo de Egas Moniz; Na Sala de Documentos, constavam as estátuas de Gonçalo Mendes da Maia e de Geraldo Sem Pavor. Na sala das batalhas destacava-se uma composição em vulto do episódio da morte de Martim Moniz; O Pavilhão da Formação e Conquista dedica-se ao período da conquista de territórios aos mouros, entre os reinados de D. Sancho I e D. Afonso II. Destacava-se a sala de D. Dinis com um documentário escultórico e pictórico da obra cultural, económica e política em homenagem ao rei D. Dinis. Havia também a sala da rainha Santa Isabel onde se encontrava uma réplica do seu túmulo, homenageando a sua ação de caridade e o seu papel preponderante em Alvalade e, por fim a sala de D. Afonso V, D. Pedro e D. Fernando onde era evocada através de um baixo-relevo, a batalha do Salado que opôs em 1340 D. Afonso IV, aliado do seu genro Afonso XI de Castela, ao rei de Granada no sul de Espanha.

O Pavilhão da Independência centrava-se nas crises nacionais de 1383-1385; 1580-1640 e 1807-1811. No átrio principal deste pavilhão destacava-se a homenagem a Nun`Álvares num baixo-relevo, onde constava a sua espada e o brasão de armas. No guia da exposição, surge a fotografia da sua estátua acompanhada da seguinte inscrição: «Nuno Álvares Pereira – o santo condestável, como o povo já o chamava, pouco depois da sua morte em glória – representa um dos pilares da independência nacional. O seu montante valeu tanto como o seu exemplo cristão. Nos Atoleiros, em Aljubarrota e em Valverde, foi tão grande como na cela dos mosteiros onde morreu como donato. Entronizado, agora, não perdeu a sua auréola de cavaleiro – Galaaz, e a grei guardou-o no mesmo escrínio devoto. À memória da sua bravura de guerreiro, da sua caridade de religioso e da sua visão de predestinado»; No Pavilhão da Independência existia também a sala de D. João I onde figurava a estátua de D. João I e uma pintura que retratava o episódio da coroação do soberano e do seu casamento com D. Filipa de Lencastre e ainda um painel evocativo de D. João das Regras. Na sala de Aljubarrota é apresentado um baixo-relevo evocativo da batalha; na sala do túmulo figurava a reprodução do túmulo do Mestre de Avis e de D. Filipa de Lencastre. Na passagem constava um retrato de D. António Prior do Crato; Na sala de D. Filipa de Vilhena é representado em vulto o episódio do 1º de dezembro. Na sala de D. João IV encontrava-se a estátua do rei e nas paredes, retratos das rainhas D. Luísa de Gusmão e D. Catarina de Bragança, além de painéis evocativos da descendência do rei restaurador, das guerras de aclamação no continente, África e Brasil; O Pavilhão dos Descobrimentos exaltava a ação dos navegadores portugueses: Infante D. Henrique, Gil Eanes, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Pedro Nunes. Os navegadores eram representados sobre o mapa das conquistas que além de funcionar como elemento decorativo fixa as datas dos descobrimentos e os nomes das figuras intervenientes.

No catálogo do Pavilhão dos Descobrimentos podia ler-se: «Portugal dá ao mundo ignoradas regiões, à história fontes para dessendar-se; à vida novos ritmos. À carreira restrita do Mediterrâneo, sucede a estrada enorme do Atlântico (...). O pavilhão dos Descobrimentos fixou numa galeria expressiva de imagens, desde a síntese das concepções antigas da terra e do mar, até à evocação dos Lusíadas, comentário geral de toda a épica da raça. Camões, rodeado pelos cientistas, pelos cronistas e pelos cartógrafos, representados pela sua obra, ocupa a última sala». Neste pavilhão destacam-se entre outros, a III sala dedicada ao Infante D. Henrique, figura que

A visão histórica dada pela exposição concebia uma “história em cumes” onde eram omitidos os pontos fracos. Era uma visão pragmática que não contemplava a riqueza e a especificidade da história. Os exemplos evocados na exposição teriam um determinado peso na lição que o visitante tiraria da sua visita. As suas imagens saíam bastante reforçadas bem como a de Salazar que tornou possível aquele momento de evocação histórica, arquitetando-o e projetando-o espiritualmente.

As comemorações iniciaram-se a 2 de junho de 1940³⁴⁸, mas a exposição só foi oficialmente inaugurada a 24 de junho³⁴⁹. Esta prolonga-se numa estratégia de propaganda

surge representada em baixo-relevo na parede de honra. Consta ainda um mapa onde se destaca a figura de Gil Eanes aliada aos Descobrimentos e o episódio das “Rosas de Santa Maria”. A IV sala evocava como figura cimeira D. Afonso V e a sua ação na História; a V sala evoca D. João II como figura central e são representadas as viagens de Bartolomeu Dias e as descobertas de Diogo Cão; a VI sala evocava numa escultura Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral. A IX sala evocava Camões como o cantor das glórias do império; A Secção Colonial integrava os pavilhões das colónias portuguesas e recriações da vida nas colónias. Havia também nesta área o Pavilhão do Brasil (único país convidado para expor nas comemorações). O Pavilhão da Colonização dividia-se em várias salas onde se destacam, sobretudo a Sala da Organização do Estado Colonizador que evocava as figuras históricas de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva representados em baixos-relevos e medalhões alegóricos alusivos a várias figuras, entre elas, D. João II;

A Sala do Oriente mostrava painéis alusivos a Vasco da Gama e ao episódio da sua chegada a Calicut. Também D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque (e a sua atuação na tomada de Ormuz) e D. João de Castro (na tomada de Diu) são evocados em painéis. Na sala denominada “Política de Limites” surgia um mapa com figuras históricas intervenientes no Tratado de Tordesilhas: Alexandre VI, D. João II e Duarte Pacheco Pereira. Na sala destinada à “Política Administrativa” surgem dois trípticos que representavam momentos importantes da administração portuguesa do império, onde se destacavam figuras como Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Ferreira do Amaral, Paulo Dias de Novais, D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Artur de Paiva, Francisco Barreto, Mouzinho de Albuquerque. Na sala intitulada “Fé e o Império” surgia uma pintura evocativa ao mártir Beato João de Brito e outros painéis alusivos à ação do apostolado português. No espaço dedicado à colonização existia ainda a “Casa de Santo António” que pretendia ser uma reprodução da pousada onde nascera o santo e uma evocação à arquitetura medieval de Lisboa.

Havia ainda o Pavilhão dos Portugueses no Mundo, onde o império sobressaía como centro de toda a exposição. Neste espaço era evocado o destino colonizador de Portugal e a obra subjacente à colonização nos seus aspetos cultural, político, militar e religioso. Aqui são homenageadas as figuras de Gago Coutinho e Sacadura Cabral pela importância do seu feito e também Bartolomeu de Gusmão. Neste espaço destacavam-se vários espaços: a Sala da Europa Religiosa que evocava Santo António; a Sala da Cultura Portuguesa na Europa que homenageava os portugueses que se notabilizaram nas ciências, letras e artes; a Sala da Fé e do Sacrifício dos Portugueses em Marrocos, na qual surgia uma representação alusiva o Infante Santo e a D. Sebastião.

O Pavilhão da Colonização ainda albergava o espaço temático “Portugal 1940” constituído apenas por um vestíbulo e uma sala. No vestíbulo encontravam-se as estátuas dos Presidentes da República e do Conselho com legendas de homenagem aos dois estadistas. Na sala surgiam mostradores circulares com dioramas representativos das grandes realizações do Estado Novo nos diversos quadrantes. Este espaço de elogio do regime apresentava fotomontagens, painéis representativos, gráficos explicativos para elucidar o visitante sobre a política do regime e do sucesso da sua ação governativa. A terceira secção da exposição retratava a vertente etnográfica do Portugal do Estado Novo que passava um ideal de portuguesismo, o homem ligado aos valores da terra: ruralidade, tradição, religião e família.

Parece-nos também importante referir o Padrão dos Descobrimentos como a obra artística que encerra a exposição. Este monumento evocava como figura cimeira o Infante D. Henrique e a galeria de navegadores, guerreiros, santos e poetas que se destacaram na História pela sua ação em benefício de Portugal.

Outro espaço que fazia parte da iniciativa era o “Jardim dos Poetas”, lugar de evocação das figuras importantes do lirismo português.

³⁴⁸ *Século (O)* de 2 de junho de 1940.

³⁴⁹ Idem, de 24 de junho de 1940.

que inclui vários outros eventos como veladas de armas³⁵⁰, celebrações religiosas³⁵¹, cerimónias diplomáticas de evocação histórica³⁵², inaugurações³⁵³, sessões solenes³⁵⁴, etc. As comemorações também tiveram lugar nas colónias portuguesas. Eventos tais como discursos ou cerimónias *Te Deum* para exaltação da pátria e das figuras do regime também aconteceram no ultramar português. No dia 30 de junho teve lugar no recinto da exposição um cortejo histórico para as massas que contou com a participação de cerca de três milhares de figurantes trajados a rigor que recriavam as figuras mais importantes da História de Portugal, segundo a visão do regime³⁵⁵.

Concebido por Henrique Galvão, este espetáculo de movimento e cor estava repartido em três grandes secções simbolizando o Portugal do passado, do presente e do futuro. Na recriação do Portugal do passado surgiam as bandeiras da fundação, de D. João I, das batalhas da restauração, da guerra peninsular, da grande guerra e um carro alegórico que representava a Lusitânia.

No início do cortejo predominavam os tons de verde simbolizando a esperança com a entrada de D. Afonso Henriques na cidade de Lisboa; A consolidação da independência surgia associada à cor vermelha simbolizando o valor, onde era representada a batalha de Aljubarrota, Nun`Álvares e o seu exército. A cor branca simbolizava a simplicidade e candura, representava as figuras de D. João I e D. Filipa de Lencastre, os progenitores da “Ínclita Geração”; a época da expansão era simbolizada pelo tom púrpura que significava o poder consubstanciado no domínio do mundo alcançado pelos descobrimentos portugueses, onde surgiam representadas as personagens do Infante D. Henrique, D. Afonso V, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Tristão da Cunha, D. João III, cada um com a sua comitiva de acompanhantes trajados a rigor.

³⁵⁰ *Diário de Notícias* de 4 de junho de 1940, Ano 76º, nº 26.695. (Velada de armas no Castelo de Guimarães onde participou o Chefe de Estado).

³⁵¹ Idem, de 9 de junho de 1940, Ano 76º, nº 26.700. (Cerimónia de deposição de flores no túmulo de D. Afonso Henriques; Romagem patriótica em Lisboa à Sé e ao Castelo considerados “lugares santos”).

³⁵² Idem, de 14 de junho de 1940, Ano 76º, nº 26.705 (Comemoração da Batalha de Ourique); Idem, de 15 de junho de 1940, Ano 76º, nº 26.706 (Comemoração da conquista do Algarve aos mouros); Idem, de 16 de junho de 1940, Ano 76º, nº 26.707 (Discurso de evocação histórica ao Infante D. Henrique e à epopeia marítima no Promontório de Sagres).

³⁵³ Idem. (Inauguração do “Portugal dos Pequeninos” em Coimbra a 8 de junho de 1940 e da estátua de D. Afonso Henriques neste espaço). Este parque lúdico e pedagógico concebido pelo Professor Bissaya Barreto representa de forma muito fiel as referências históricas nacionais e culturais e a sua missão histórica tinha como objetivo servir as gerações mais novas, constituindo-se como um espaço de aproximação cultural e civilizacional entre a metrópole e o império.

³⁵⁴ Idem, de 10 de Junho de 1940, Ano 76º, nº 26.701. (Glorificação da Língua Portuguesa); Idem, de 12 de junho de 1940, Ano 76º, nº 26.703. (Glorificação da Pintura Portuguesa).

A época do império era dominada pela cor azul que simbolizava a soberania. O Portugal do presente, o Portugal de Salazar era representado através da ruralidade (Continente e Colónias); o Portugal do futuro era representado por um carro alegórico da MP que simbolizava as gerações futuras e a esperança da continuidade do regime.

O cortejo reunia em coluna evocativa as grandes épocas da História e as grandes figuras do império, onde se juntavam as representações mais típicas do povo. Este cortejo evocativo foi incluído no programa das comemorações centenárias como acontecimento capital. A exposição, o congresso e o cortejo do mesmo nome constituíam o tríptico central do programa. A temática sugestiva permitia-lhe não ser mais um acontecimento, mas o acontecimento que melhor poderia corresponder às intenções do governo ao comemorar o oitavo século da fundação da nacionalidade. Este cortejo era o desfile grandioso das glórias do passado e fundamentalmente um evento evocativo, um espetáculo emocional que seria apresentado como um álbum de imagens capaz de encontrar e de comemorar, contemplando o passado e, ao mesmo tempo, perspetivar o futuro, por isso os preparativos para a realização da exposição e do cortejo foram cuidadosamente planeados para que o seu objetivo fosse alcançado. Para imortalizar este acontecimento foi escrito o poema “Ronda da Glória”³⁵⁶ que constava no programa das comemorações centenárias com o objetivo de o fazer (...) «perdurar para além da lembrança visual do majestoso desfile histórico»³⁵⁷.

A comemoração do duplo centenário pretendia apelar ao sentido visual e, sobretudo ao fator emotivo, não só pela temática que privilegia mas pela espetacularidade do que e como se mostrava. A iniciativa era na opinião de Artur Portela a (...) «síntese e jogo de contradições. É montra do que foi, num momento crucial do regime, a sua relação com a arte, o seu discurso ideológico – artístico (...) É o sinal de quase toda a exposição: a modernidade que se contém, se disfarça, se historiciza, se emblematiza, no pormenor. O moderno cita a História. E não apenas porque a Exposição é uma lição de História. Mas porque é esse o programa que a arte do regime se imporá. É uma audácia contida que se impõe um programa de grandeza, de aparato (...) É afinal, a intervenção directa de Salazar. O discurso estético nacionalista e historicista, conservador e unanimizante de Salazar»³⁵⁸.

Cortejos, inaugurações e homenagens enalteciam e dignificaram as figuras centrais da História de Portugal veneradas pelo regime³⁵⁹. Era o festejo do Portugal do passado que

³⁵⁶ TAVARES Silva, 1940, *Ronda da Glória: 1140 – 1940*, Porto, Tip. Domingos de Oliveira.

³⁵⁷ *Diário de Lisboa* de 1 de junho de 1940.

³⁵⁸ PORTELA, Artur, 1982, *Ob. Cit.*, pp.76-77.

³⁵⁹ *Vide anexo IX.*

funcionava ao nível das mentalidades como um reforço nacionalista. A exposição era Portugal a reviver sob a ação de um governo que o encaminhava para a grandeza.

O SPN proclamava que deveria festejar-se «não apenas o Portugal de ontem mas o de hoje: o de Carmona e Salazar»³⁶⁰, as figuras da atualidade que deveriam merecer reconhecimento. Mas as iniciativas no âmbito das comemorações vão mais longe e os jornais da época chegam a sugerir com uma certa marca da secção de propaganda, um crescente interesse veiculando propostas como a de distribuir pelas praças e jardins de Lisboa, cem bustos de heróis, de Viriato a Salazar e Carmona³⁶¹.

Durante o regime assiste-se a uma verdadeira escalada “comemoracionista” que homenageava figuras e factos históricos. Estas iniciativas seguiam a mesma linha ideológica traçada, à qual se opõem alguns autores que criticam este exacerbamento de exaltação nacionalista «Os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar diretrizes, criticar certezas dogmáticas, caso contrário é mumificar os vivos sem ressuscitar os mortos. Esse espírito saudosista de comemorações incrítricas significa que há interesse em desviar as atenções das questões atuais, em evitar que se reflita clarivamente e se colham informações objectivamente sobre elas; representa o esforço de impedir que o presente se transforme em futuro, o esforço de fazer regressar *hoje* ao que foi outrora. Tal condicionalismo, apresentando-se como defesa das glórias do pretérito, mutila-as, decepa a tradição, porque dela apaga 1383/85, 1439/40, 1820, a Patuleia, Herculano, Antero e Oliveira Martins, o cinco de outubro e a intervenção de Portugal na grande guerra de 1914-1918»³⁶².

As comemorações do duplo centenário inseriram-se na política ideológica de afirmação do presente, isto é, do regime através do passado, da História. Serão as comemorações da fundação e da restauração que terão uma grande representatividade no quadro comemorativo do culto da pátria e do império, constituindo estes dois órgãos um corpo uno e indivisível. Este conceito de unidade embora já tivesse vindo de trás, atingiu o seu apogeu com o regime do Estado Novo que entendia que o império (...) «se apresentava como a consumação de um destino que tinha as suas raízes mais fundas na vocação histórica do povo português. Por isso o império constituía uma das ideias-força nucleares da sua ideologia, tendo esta como outra vertente essencial o culto patriótico do passado»³⁶³.

³⁶⁰ FERRO, António in *Diário de Notícias* de 4 de junho de 1938.

³⁶¹ *Diário de Notícias*, de 13 de agosto de 1938. **Vide anexo X**.

³⁶² GODINHO, Vitorino Magalhães, 1947, *Comemorações e História*, Lisboa, Seara Nova, pp.14-15.

³⁶³ TORGAL, Luís Reis, 1989, *Ob. Cit.*, p.581.

Houve todo um investimento da parte do regime para divulgar o mito imperial e as figuras relacionadas com ele com o objetivo de unir a nação dirigindo-se num determinado sentido que apontava para um Portugal grandioso e atribuir credibilidade ao culto nacionalista, onde o salazarismo se propunha ser uma continuidade do enaltecimento de Portugal. O mito imperial dava continuidade a um imaginário de prosperidade a que o Estado Novo atribuiu um grande investimento simbólico, onde as comemorações assumiam um papel preponderante.

As comemorações foram uma das peças fundamentais na atividade propagandística do regime. Representaram uma tentativa de consagração do regime enquanto expressão moderna do nosso passado histórico e materializam um tipo de discurso historicista que não se afastava dos que eram utilizados a outros níveis, como o discurso histórico pedagógico veiculado pelo ensino.

O Estado Novo convocou vários emblemas nacionais como símbolos do regime, numa atitude de verdadeira evocação e legitimação do paradigma nacionalista. As comemorações evocavam determinadas figuras heroicas e datas históricas importantes que constituíram uma liturgia de recordação, uma ritualização da história e evocações historicistas ligadas a uma visão egocêntrica. As comemorações e os discursos patrióticos de homenagem a acontecimentos marcantes para a História nacional e aos exemplos de virtude, heróis militares e outros constituíram um conceito fundamental da ideologia do regime de Salazar.

As comemorações do duplo centenário representaram a festa da consagração da visão histórica do regime, embora tenham também funcionado como imagem da sua propaganda³⁶⁴. Esta iniciativa foi uma admirável demonstração da atividade do regime em matéria de propaganda e uma afirmação indiscutível de patriotismo, de confiança no futuro e na sua perpetuidade. Esta exposição revelava a história heroica, a história epopeia mas também a história pacífica e calma que caracterizava o quotidiano da vida portuguesa.

A exposição de 1940 além de ter sido uma importante estratégia de propaganda do regime, foi uma importante realização ideológica do regime a par da assinatura da Concordata com a Santa Sé e a conclusão de grandiosas obras públicas. Na opinião de João Medina, a exposição terá sido (...) «o evento mais significativo do processo de estruturação do edifício ideológico do “Estado Novo” - instrumento de coesão da Alma Nacional»³⁶⁵.

³⁶⁴ ANDRADE, Luís Oliveira, 2001, *História e memória: a Restauração de 1640: do Liberalismo às comemorações de 1940*, Coleção Minerva – História, Coimbra, Ed. Minerva Coimbra, p.182.

³⁶⁵ MEDINA, João, 1995, “O Estado Novo” in: *História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Clube Internacional do Livro, p.383.

Estas comemorações surgiam numa fase em que o regime conseguira já a sua legitimação, no entanto, pretendia este reforçar o consenso nacional e divulgar dentro e fora de fronteiras uma ideia de grandeza e de estabilidade aliada a uma conceção lusocêntrica. Esta comemoração seria a mostra apoteótica da obra refundadora que o regime idealizara para a sua própria glorificação. O ideal restauracionista foi sem dúvida a máxima que regeu a política do regime. Iniciada com a restauração das finanças públicas pelo próprio Salazar, esta vaga estendeu-se a todos os níveis da sociedade, por forma, a recolocar a nação nos velhos caminhos da tradição histórica, definindo a diferença entre o passado, o presente e o futuro³⁶⁶.

O Estado Novo continuou a promover comemorações tais como o 10 de Junho que se tornara feriado nacional em 1925³⁶⁷, ainda durante a I República. O regime não só manteve essa celebração como, em 1944, aproveitando a data para a inauguração do Estádio Nacional, rebatizou oficialmente o feriado com o nome de “Dia da Raça”. Esta data ganhou contornos de grande dia nacional porque «a comemoração de Camões adequava-se à defesa da obra do “génio” ou da “raça” dos portugueses, o império ou a nação pluricontinental cuja matriz o poeta tinha imortalizado no poema épico de *Os Lusíadas*»³⁶⁸. O 14 de agosto era outra data marcante que punha em destaque o acontecimento de Aljubarrota e a figura mítica de Nun`Álvares Pereira de quem se comemora em 1931 o V centenário da morte; a partir de 1931 é instituído como feriado nacional³⁶⁹ o 13 de junho data em que se comemorava o VII centenário da morte de St.º António.

O 28 de maio ganha na História nacional contornos de uma revolução de ressurgimento nacional colocando de novo a nação no trilho do engrandecimento, tal como a restauração da independência. O regime pretendia demonstrar uma relação de complementaridade entre as duas datas. A restauração significava o restauro das concepções medievais sobre o Estado. Estas datas funcionavam como uma lição moral que servia de estímulo para as novas gerações³⁷⁰.

A comemoração da restauração da independência teria tido mesmo legislação³⁷¹ que decretava esta data feriado nacional, tornando-se, posteriormente o “Dia da Mocidade

³⁶⁶ Esta ideia de passado e presente/futuro é ilustrada na coleção “A Lição da Salazar” distribuída nas escolas primárias, da autoria de Martins Barata. **Vide anexo XI.**

³⁶⁷ *Diário de Notícias* de 11 de junho de 1925, nº 21383, p. 1-2. As comemorações do “Dia da Raça” como já era denominado aconteceram em Lisboa e para além da comemoração oficial seguiram-se outras manifestações comemorativas tais como cortejos de crianças, conferências e sessões solenes e festejos populares.

³⁶⁸ *Idem*, p.20.

³⁶⁹ Decreto nº 19:860 de 8 de junho de 1931.

³⁷⁰ **Vide anexo XII.** Estes dois cartazes propagandísticos aludem a uma complementaridade entre o 28 de maio e a fundação, a restauração e a expansão, datas marcantes na história nacional.

³⁷¹ A promulgação desta lei previa a comemoração de datas relacionadas com o “ressurgimento da consciência nacional”. No topo dessas comemorações estaria “o dia 1º de dezembro nessas condições porque foi dedicado à

Portuguesa”³⁷². Evocavam-se na comemoração desta data as figuras históricas mais marcantes: Viriato, Afonso Henriques, o rei fundador e as grandes figuras ligadas à consolidação da nacionalidade e às descobertas: D. Dinis, D. João I, Nuno Álvares Pereira, o Infante D. Henrique, Pedro Álvares Cabral.

A restauração da independência (...) «significava a realização do genuíno pensamento político português – era a “monarquia tradicional”, paternalista, orgânica, corporativa, social, nacionalista e católica, que ressurgira com a aclamação de D. João IV»³⁷³. O regime inspirou-se na data que simbolizava o retorno à tradição portuguesa, tornando-se no seu símbolo ideológico.

O ano de 1947 é centrado nas comemorações do VIII centenário da tomada de Lisboa aos Mouros, iniciativa do município de Lisboa que contou com o apoio do governo³⁷⁴. De entre as dezenas de iniciativas programadas destaca-se o Cortejo Histórico de Lisboa planeado e dirigido por Leitão de Barros, inspirado nas festas públicas do século XVI da Lisboa imperial. Este consistiu numa reconstituição das principais atividades profissionais da época, tendo como objetivo a evocação dos antepassados na sua orgânica cívico – religiosa e as tradições enraizadas na sociedade.

O desfile organizado cronologicamente, destacava as figuras de relevo dos períodos de engrandecimento nacional: a fundação representada pelos reis D. Afonso Henriques e os reis seus sucessores: D. Afonso III, D. Dinis, D. Fernando, D. João I, D. Afonso V e D. João II. O período expansionista era representado pelo rei D. Manuel e pela rainha D. Leonor. Depois seguiam-se as representações das principais atividades económicas da cidade e os seus santos – patronos³⁷⁵. De sublinhar que estas festividades também tiveram uma vertente política externa, de cariz claramente nacional, com o objetivo de assinalar a proximidade às democracias ocidentais e que se traduziu na participação dos representantes de diversas embaixadas.

Em janeiro de 1952 foi instituído o 10 de Junho como o “Dia de Portugal” que veio substituir o “Dia da Raça”. Esta mudança de nomenclatura pretendia suavizar as conotações

festa da independência nacional e o Estado Novo tem o dever de manter bem vivo no coração do povo português o culto dos heróis e o sentimento sagrado da integridade da pátria”. Decreto-lei nº 24:706 de 30 de novembro de 1934.

³⁷² **Vide anexo XIII.**

³⁷³ TORGAL, Luís Reis, 1976, “A Restauração: reflexões sobre a sua historiografia” in: *Revista História das Ideias* (Separata), IHTI, Coimbra, Universidade de Coimbra, p.27.

³⁷⁴ Da sua comissão executiva fizeram parte, entre outros: António Ferro, responsável pela propaganda e o teatro.

³⁷⁵ **Vide anexo XIV.**

racistas que a palavra poderia adquirir e proceder ao «ajustamento dos feriados às grandes datas da história da Pátria»³⁷⁶.

O 10 de junho foi, em plena guerra colonial, aproveitado para condecorar os novos heróis nacionais por atos de bravura em combate, os mortos e os feridos. A partir de 1963, a cerimónia do 10 de Junho serviu de padrão às que se viriam a realizar anualmente, em Lisboa³⁷⁷. Empreendeu-se desde essa época uma celebração litúrgica dos heróis. A “imagem da nação” seria pretexto mais que suficiente para a institucionalização do culto nacionalista, para a evocação da memória nacional, do heroísmo militar português e para a validação e ascensão política do Estado Novo numa fase que culmina com a sua afirmação política e ideológica no presente e no futuro. São exemplo destas afirmações as comemorações da restauração e da fundação da nacionalidade que visavam objetivos diversos dentro da política ideológica do regime e do conceito de “nacionalismo” que lhe está subjacente.

Estas comemorações para além do grande significado patriótico que envergavam, tendo como figura de proa o épico Camões como exemplo enérgico e mestre da lusitanidade, adquiriram várias vertentes ao longo da vigência do regime. Mas esta data também foi escolhida pelo regime para homenagear outros “heróis”. É o caso do professorado primário visto pelo regime como o mais importante fator da reforma ideológica da sociedade. Esta homenagem foi instituída oficialmente a partir de 1956³⁷⁸.

No Dia de Camões e de Portugal, as altas figuras do regime homenageavam a classe docente do continente e ilhas³⁷⁹, com a atribuição de insígnias do Grau de Cavaleiro da Ordem da Instrução Pública.³⁸⁰ Outra dimensão que assumiu o *10 de junho* foi a recompensa pública aos militares das forças armadas no Terreiro do Paço, instituída oficialmente em 1965³⁸¹ como iniciativa de louvor e contemplação do sacrifício pela pátria e pelo império. Os militares, considerados heróis eram contemplados com as mais elevadas condecorações: Ordem da Torre e Espada, Valor Militar, Cruz de Guerra e Serviços Distintos³⁸². E o ritmo prossegue nos anos seguintes, tendo como mote a intenção propagandística do regime e, com

³⁷⁶ *Diário de Notícias*, de 10 de junho de 1956, Ano 92º, nº32434.

³⁷⁷ A partir de 1969 as cerimónias de condecorações de militares no 10 de junho foram descentralizadas, passando a realizar-se também, além das do Terreiro do Paço, nas sedes das regiões militares e capitais das províncias.

³⁷⁸ *Diário de Notícias*, de 10 de junho de 1956, Ano 92º, nº32434.

³⁷⁹ Esta homenagem estendeu-se posteriormente aos professores do ultramar e Brasil. *Diário de Notícias* de 10 de junho de 1960, Ano 86º, nº33.868. **Vide anexo XV.**

³⁸⁰ CUNHO, Hélder de Mendonça e, 1976, *Regras do Cerimonial Português*, Amadora, Bertrand, p.43. Esta iniciativa do regime fez parte do programa das solenidades do 10 de Junho mesmo após o 25 de abril de 1974.

³⁸¹ *Século (O)*, de 10 de junho de 1965, Ano 85º, nº29.871. Esta homenagem faz parte do programa de comemorações do 10 de junho até ao fim do regime. *Diário de Notícias*, de 12 de junho de 1973, Ano 189º, nº38528.

³⁸² **Vide anexo XVI.**

tal diversidade que apenas destacamos aquelas que se enquadram na temática do nosso trabalho: a manifestação de «admiração e aplauso» das Câmaras Municipais ao Presidente do Conselho, Dr. Oliveira Salazar, no âmbito da campanha eleitoral para a eleição do Presidente da República em maio de 1958 e a Feira-Parque no Jardim da Estrela, com pavilhões das províncias da Metrópole e do Ultramar no verão de 1959.

Em 1960 realizaram-se manifestações patrióticas de repúdio e protesto às posições assumidas pela Assembleia-geral da ONU contrárias aos interesses coloniais de Portugal. Neste contexto, o regime preparou-se para também nesse ano comemorar o V centenário da morte do Infante D. Henrique que foi assinalado num cenário de clara ameaça às possessões portuguesas na Índia e de surto dos movimentos independentistas africanos. Esta iniciativa transformar-se-ia em mais uma das suas estratégias propagandísticas de larga escala, em prol do mito do destino glorioso dos portugueses que mitificou a figura do Infante³⁸³. Esta intervenção justificaria a continuidade da sua presença em África e na Ásia depois de as potências europeias terem iniciado o processo de descolonização.

Numa fase de eminente conflito, dado que o governo de Lisboa não pretendia ceder às pressões dos movimentos independentistas e a situação de conflito armado começava a ser a hipótese aceite pelo regime, surge em 1960 mais uma iniciativa comemoracionista. Neste ano a temática das descobertas marítimas seria novamente trazida para uma exposição temporária com a realização da Exposição Henriquina, em Lisboa. A escolha da data prendia-se com as celebrações do quinto centenário da morte do Infante. Para além da celebração desse acontecimento, o regime pretendia celebrar uma época, um período da História nacional. O evento tentou dar aos visitantes uma visão cronológica da época dos descobrimentos, desde o século XIV com ênfase para ação de D. João I, até ao século XVI com D. Manuel. Era um evento carregado de simbolismo. A exposição apresentava alguns objetos de valor histórico e simbólico³⁸⁴.

A exposição obedecia a uma divisão tripartida: a primeira dedicada ao período de D. João I e aos seus esforços de consolidação da independência; a segunda privilegiava o Infante D. Henrique e a sua contribuição considerada decisiva para o projeto das Descobertas; a terceira parte destinava-se à evocação dos reinados de D. João II e de D. Manuel I, considerados períodos fundamentais para o alargamento dos horizontes do mundo para além do que até então era conhecido. O local da realização da exposição foi também

³⁸³ Nesta data comemorava-se também o VI centenário do nascimento (Jubileu) do Santo Condestável.

³⁸⁴ Como foi o caso do retábulo de D. João I que era uma das primeiras peças a ser admirada ao entrar na exposição. Também constavam mapas, manuscritos, documentos cartográficos, objetos de arte sacra e modelos de barcos usados nas descobertas.

cuidadosamente selecionado, ligado à simbólica Exposição do Mundo Português, realizada por ocasião do duplo centenário: junto ao rio Tejo, na zona que envolvia os Jerónimos, a Torre de Belém e o Padrão dos Descobrimentos. Este espaço estava associado a uma carga simbólica e cultural relacionada com a prosperidade proporcionada pelos descobrimentos e com o comércio oriental.

A exposição apresentava o período das descobertas com se se tratasse de uma viagem através do tempo, guiando o visitante desde a idade média até à época em que o Mundo se tornara conhecido com D. Manuel, rei de um vastíssimo império³⁸⁵, em pouco mais que cem anos, o mundo “tornara-se” maior, e desvendados quase todos os seus segredos. Esta exposição orientada ideologicamente continha uma grande carga nacionalista. Os portugueses eram apresentados como os principais intervenientes no processo de crescimento do Mundo, no alargamento dos seus horizontes.

A comemoração do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique³⁸⁶, apresenta o *Navegador* como uma figura endeusada, onnipresente e onnisciente dos descobrimentos portugueses. Ele era o responsável pela conquista de Ceuta, que deu o mote à expansão ultramarina, a “inteligência” ao serviço da ciência e o extraordinário político e visionário que prepara a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Consolida-se nesta fase o mito que o regime tanto procurou desenvolver. A comemoração inscreveu-se num esforço de Salazar para legitimar a sua política ultramarina cada vez mais colocada em causa pelas votações na Assembleia-geral da ONU. O regime pretendia evocar a história nacional e o esforço colonizador dos portugueses refletido na figura do infante para corroborar e legitimar o seu domínio passado e futuro em terras de além-mar. Desta forma, não só se tentava manter o domínio ultramarino como se pretende reforçar a lenda henriquina e para isso o regime vai procurar apoio nos intelectuais que o apoiavam.

A 18 de maio o jornal *Diário de Lisboa* publica um artigo de Jaime Cortesão, em primeira página que enaltece a figura do Infante, sem, no entanto, lhe aplicar as características de “semideus” que o regime lhe procurava atribuir «É tão rica a personalidade do Infante D. Henrique, que a poderíamos considerar, sob vários aspetos, como o de cruzado medieval em África, administrador da Ordem de Cristo, místico de ação ou colonizador de terras novas. Preferimos encará-lo no cerne do seu caráter e no conjunto das suas faculdades e atividades que avultam no *homo economus*, isto é, no homem que se voltou predominantemente para os

³⁸⁵ D. Manuel I foi intitulado *Dom Manuel per graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquém e dalém mar em África Senhor da Guiné e da Conquista e Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*.

³⁸⁶ Teve início a 1 de julho de 1954.

problemas da produção e da circulação dos produtos ricos, que eram o nervo e a preocupação máxima do tráfico cosmopolita do seu tempo»³⁸⁷.

As comemorações henriquinas em 1960 foram alvo de festejos e realização de eventos no seio escolar que mobilizou a população estudantil. Estas atividades relatadas nos ofícios e relatórios que as referidas instituições enviavam para as delegações provinciais da MP³⁸⁸ davam conta de atividades muito diversificadas, tais como: visitas de estudo (a Sagres e ao Porto), missas (*Te Deum*), inaugurações de estátuas, conferências, exposições de peças teatrais, saraus, recitativos, palestras, discursos, romagens, exposições de trabalhos escolares alusivos ao tema, exortação de heróis, projeção de filmes, desfiles, concursos no âmbito da temática, etc. Toda a comunidade educativa, escolar ou fora dela era convocada para assistir a estas realizações³⁸⁹.

As comemorações centenárias da morte do Infante tinham para o regime, propósitos bem definidos: «As comemorações destinam-se a exaltar, através da evocação da figura e da obra do infante D. Henrique, a grande gesta dos Descobrimentos e a acção civilizadora dos Portugueses. Deverão elas constituir uma lição de vitalidade, de confiança e de otimismo e, simultaneamente, uma confirmação de esforço e da capacidade criadora do povo português. Não estarão voltadas exclusivamente para o passado, como mera manifestação do saudosismo histórico, mas serão a demonstração do valor e das possibilidades das gerações de hoje e como que um acto de fé nos destinos da Pátria – bem necessário nesta hora incerta da vida do mundo. (...) Será dado o merecido relevo ao carácter ecuménico da missão histórica de Portugal. As comemorações constituirão a afirmação dos valores da civilização ocidental, projetada no mundo pela colonização europeia, que encontrou no génio português a expressão mais profundamente humana e cristã. Como consequência, tem de dar-se às comemorações sentido imperial e alcance internacional»³⁹⁰.

Conforme o *Programa Geral das Comemorações*, as festividades decorreram entre 4 de março e 13 de novembro de 1960, coincidindo com os aniversários do nascimento e morte do Infante. Teve como momentos altos a comemoração do 10 de Junho, data da inauguração da exposição henriquina em Lisboa, o 7 de agosto, data do desfile naval em Sagres, o 9 de agosto, data da inauguração do Padrão dos Descobrimentos e a realização do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos que se realizou em Lisboa entre 4 e 12 de

³⁸⁷ *Diário de Lisboa* de 18 de maio de 1960, p.1.

³⁸⁸ Arquivo da Mocidade Portuguesa, IAN/TT, CX.1379, Mç.1.

³⁸⁹ **Vide anexo XVII.**

³⁹⁰ Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1961-1963, *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, 4 Vols., Lisboa, pp.175-176.

setembro. Estas são comemorações de âmbito oficial que transcendem este plano e estendem-se também ao público em geral, realizando-se eventos comemorativos de caráter local e regional com o objetivo de cativar a adesão das massas³⁹¹.

Era objetivo do regime assinalar no maior número possível de povoações a importância desta data e o objetivo que lhe estava subjacente: o aproveitamento ideológico da figura do Infante e da época histórica que ele representava, propósitos que atribuíam solenidade aos atos comemorativos.

As comemorações henriquinas atribuíam um significado relevante à figura do Infante, no entanto a importância atribuída a esta figura teria sido já começada a construir graças ao desenvolvimento de narrativas biográficas de grandes figuras históricas que surgem a partir de 1880 e que concediam ao infante, uma posição estratégica dentro do sentido teleológico atribuído à História de Portugal.

Nesta perspetiva, as comemorações centenárias de 1960 assumiram um papel significativo, numa época em que seria urgente assegurar o império ameaçado com a crise da descolonização. A recorrência a valores como o patriotismo e o universalismo além de adquirir uma feição propagandística tinham sobretudo um caráter colonialista que movia o regime. Este pretendia afirmar a fé no futuro e o desejo firme de prosseguir na obra civilizadora, definindo o espírito e o valor da raça.

As comemorações adquiriram um cariz apologético e de auto gnose nacional ao colocar o infante em prol da ideologia colonialista como meio de representar a dimensão expansionista dos descobrimentos e como exemplo para as futuras gerações. Estes conceitos são expressos fundamentalmente nos discursos oficiais comemorativos que, para além de exaltar o seu perfil moral e cívico, destacavam o universalismo da sua ação. O seu perfil moral e cívico andaria muito próximo da de um génio superior, um homem providencial que inaugura uma época grandiosa da humanidade, por isso, o Infante D. Henrique é apresentado pelo regime como uma figura messiânica.

Os objetivos da propaganda política do regime ajudam a entender a ênfase dada às comemorações henriquinas. Tratava-se de comemorar o mito conseguido à custa da propaganda realizada em torno desta figura. Estava-se perante um processo de mitificação de uma figura, de uma deformação da História explicada por Luís de Oliveira num artigo publicado em 1960 que contrariava a aura mística que pairava por ocasião das comemorações «Efetivamente D. Henrique, creditado como causa primária das explorações marítimas e

³⁹¹ Através dos órgãos de soberania como as câmaras municipais. Também as escolas e a *Mocidade Portuguesa* tiveram um papel relevante nas comemorações henriquinas e na divulgação dos seus objetivos.

admitido como síntese de quanto heroísmo todo um povo comprometeu na mais grave razão da sua existência, emerge da pressão moral a que foi sujeito, valorizado (...) como símbolo abstracto da lusitanidade (...), mas diminuído no (...) seu poder de comunicabilidade pessoal, (...) de se fazer compreender e amar nos seus próprios defeitos e virtudes. (...) Do herói só se espera heroísmo (...) É a aniquilação da pessoa, é a abstracção pura, é o símbolo – neste caso do Infante, encarado como fonte de valores nacionais, um símbolo condutor de emoções pátrias (...) Tudo se apagou, (Alfarrobeira) porque na forja de super-homens não há lugar para limitações (...) É um sonho e, por ventura, o mais poético e profundo dos sonhos: (...) o de serenar com paz e confiança a opressão do terror e do medo antigos, o de aquietar as inteligências em sobressalto de hesitações e de dúvidas»³⁹².

A temática que versava sobre a obra realizada pelo regime apoiava-se sobretudo no sucesso do equilíbrio financeiro conseguido por Salazar, mas também na obra social e corporativa levada a cabo pelo regime, fatores que o legitimavam perante o país e atestavam a necessidade da sua continuação. O tema do império era entendido como a “Idade de Ouro” da nação, dando lugar ao elogio das figuras excelsas que contribuíram para torná-la possível, aos heróis de outros tempos, à imagem de quem os portugueses das futuras gerações se deveriam moldar. A II guerra mundial e as suas consequências refletiram-se no contexto político-ideológico a nível europeu ao qual Portugal não ficou imune. Este acontecimento levou à reflexão sobre a política colonial empreendida.

Figuras tais como o Infante D. Henrique que representava o modelo ideal para fazer frente à crise colonial é homenageado nas comemorações de 1960 que marcaram o quinto centenário da sua morte, Mouzinho de Albuquerque homenageado nas comemorações de Chaimite em 1935, 1945 e 1955; S. Francisco Xavier homenageado em 1952 devido à sua ação missionária; as comemorações da restauração de Angola em 1948 inseriam-se em algumas das iniciativas levadas a cabo pelo regime para reavivar a memória imperial. O regime pretendia congregar a unidade nacional face à onda de descolonização internacional liderada pelas ideias comunistas que assolavam a Europa.

Em 1966, aquando das comemorações do quadragésimo aniversário da Revolução Nacional, em cerimónia realizada a 7 de dezembro com a presença do Chefe de Estado, Américo Tomás, o Chefe do Governo, Oliveira Salazar e o ministro das Obras Públicas,

³⁹² OLIVEIRA, Luís Amaro de, 1960, “A história e a lenda na interpretação da personalidade do Infante” in: *Revista Municipal* – Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Ano XXI, nº 84, p.64-65.

Eduardo Arantes e Oliveira, a igreja de Santa Engrácia³⁹³ abriu-se ao culto e à glorificação das figuras ilustres.

As comemorações nacionais coletivas inseriam-se num imaginário público. Eram símbolos utilizados pela sociedade para preservar, manter ou construir uma memória social e política. A meditação do passado atribuía ao fator social uma coerência. A memória política era instrumentalizada e dirigida, revelando-se um precedente para reinventar o passado, sendo inevitável a mitificação e heroicização de figuras e factos históricos que resultavam da reescrita da história, podendo esta transformar-se num produto mitificado.

A reescrita do passado era sobretudo representativa da necessidade de manipular o coletivo e de o manter orientado para as finalidades e objetivos que lhe foram impostos e, de o manter em estado de servidão. Eram estratégias de persuasão as cerimónias de massas, os cultos públicos dos chefes e a mitologização do passado. Estas revelavam ser meios fecundos de propaganda. A política do regime “fabricava” uma narrativa coletiva onde os heróis eram os figurantes e assumiam total preponderância.

A importância atribuída às comemorações mostra também a relação que o regime pretendia fomentar entre o Estado e a Igreja. O nacionalismo e a tradição histórico religiosa estariam em perfeita sintonia, apontando no sentido dos modelos de exemplaridade. O estudo destes aspetos permite compreender as representações ideológicas que o regime construiu e sobre os quais se alicerçava.

³⁹³ Esta igreja foi classificada monumento nacional por decreto de 16/06/1910 e escolhida para Panteão Nacional em 1916 também por decreto de 29 de abril. No Panteão Nacional, para além de se encontrarem os restos mortais de figuras ligadas à cultura nacional e figuras políticas do passado histórico recente é feita uma homenagem de corpo ausente, em cenotáfios a Luís de Camões, Nuno Álvares Pereira, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e ao Infante D. Henrique.

IV.4. A Figura Histórica

IV.4.1. A exploração da figura histórica em contexto educativo

«Cego assim, ao arrepio do gosto corrente e da preferência do mundo literário pelo tema na verdade sugestivo de D. Sebastião, mesmo assim eu seguirei no meu convencimento de que Nun'Álvares é o mais acabado tipo de heroísmo português, porque às virtudes excelsas, que a D. Sebastião faltaram, juntou a portentosa ciência da vitória, que o vencido de África desconheceu. E o culto dos heróis vale principalmente porque ensina a vencer...».

FIGUEIREDO, Fidelino, 1925, “Nun'Álvares” in: *Revista Nacional*, nº1, 15/05/1925, Lisboa, p.8.

«(...) Os heróis são homens de acção. É o valor dos homens que caracteriza uma cultura nacional. (...) A nossa História é a de uma cruzada, expansão europeia pela espada de cavaleiros peninsulares. Este percurso resume-se à nossa preparação para as viagens marítimas e à descoberta de novas terras para a Europa».

PINTO, Francisco de Paula Leite, 1960, *A lição de Camões à juventude*, Lisboa, M.E.N., p.27, 31-32.

«Não se hão-de chamar para as primeiras linhas os fracos, os acomodaticios, os pouco valorosos; mas os fortes, os desinteressados, os que têm na alma um princípio daquelas virtudes superiores que fazem os heróis e os santos.»

SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Discursos*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, p.183. (discurso proferido na Sala de Estado, em 23 de novembro de 1932, no ato de posse dos corpos diretivos da União Nacional).

A evocação das figuras históricas e o tema do heroísmo remete-nos em grande parte para a temática da mitologia que exprime um determinado sentido de existência, um sentido escatológico, associado à predestinação. A mitologia nacional está ligada a uma tipologia do “ser e estar português”, a qual reúne as personagens mais representativas da História nacional que exprimem e contêm, em forma de virtudes, os objetivos coletivos de uma nação.

O conceito que está subjacente ao tema dos heróis prende-se com a ideia que um povo faz de si próprio, dos períodos e das grandes personagens que engrandeceram a sua história, valorizando-a num contexto mais alargado.

Os mitos e os heróis fazem parte da memória histórica coletiva de todas as sociedades porque se transformaram em produtos do imaginário. As suas virtudes, sejam elas de qualquer natureza, sofrem um processo de hiperbolização, traço obrigatório na caracterização do herói. O herói está ligado ao mito porque a noção que o caracteriza decorre da existência de situações míticas.

Ao longo dos vários períodos da História, vários foram sendo as figuras históricas que se vieram a tornar mitos e que foram sofrendo processos de sublimação/reabilitação ou de depreciação, consoante o contexto ideológico que proporcionava o seu surgimento. O momento do desaparecimento físico e material do herói representa a fase do surgimento do mito, no entanto, há também outras figuras que se tornaram mitos sem terem de morrer.

O herói é transformado em mito por meio de um processo baseado na forma como a sua memória é evocada pela sociedade. Uma característica importante do mito é que este mantém geralmente uma imagem jovem, imutável e viril que perdura na história e nunca envelhece, nunca se transforma, nunca demonstra qualquer fraqueza, em suma, nunca “morre” na memória nacional, impõe-se à sociedade, não se discute nem se questiona.

O debate em torno deste tema tem vindo a intensificar-se nas últimas décadas graças aos estudos de vários autores nacionais e estrangeiros³⁹⁴, com o objetivo de aprofundar conhecimentos e desbravar caminhos dentro da temática complexa que é a mitologia. Sobre o imaginário mítico português, mais especificamente, também alguns autores se

³⁹⁴ O estudo dos mitos foi explorado por vários autores, dos quais destacamos: Roland Barthes (1988); Mircea Eliade (1978, 1986); Claude Lévi-Strauss (1989); António Quadros (1982); Hans Georg Gadamer (1992), António José Saraiva (1985), Yvette Centeno (1993); Nicole Ferrière Caverivière (1988), Victor Jabouille (1993); Luís Díez del Corral (1974); Roger Caillois (1980); Raymond Trousson (1965, 1981); Pierre Brunel (1994); Oliveira Martins (1986); Dalila Pereira da Costa (1978); Eduardo Lourenço (1982, 1985); Francisco de Salles Loureiro (1989); Ana Isabel Buescu (1993).

debruçaram³⁹⁵ no sentido da procura de explicação das origens e das unidades míticas que constituem esse imaginário dentro do contexto da memória histórica nacional.

A evocação do mérito do herói pode perdurar durante longos períodos de tempo, décadas ou séculos, mas também pode acontecer que tenha uma evocação de duração efémera, uma vez que a sua principal função é a legitimação do poder e do reforço da consciência nacionalista, por isso, pode existir enquanto os regimes assim o desejarem e/ou necessitarem deles.

O herói serve de elemento de identidade com o qual o indivíduo se identifica e mantém essa relação de identificação. Neste processo a ritualização ocupa um papel fundamental, porque se converte no culto do heroísmo que é indissolúvel do mito. Esta característica da identificação não é só primordial para a compreensão da função do herói, mas também para se entender todo o processo de heroificação. A sua função histórica é proporcionar a identificação da nação com a sua personalidade e com os seus atos virtuosos, encarnando o génio coletivo.

O herói é sempre uma imagem do passado que é reconhecido no presente, contrariamente às figuras que não gozam de reconhecimento e caem no esquecimento. O herói também tem uma função divina, na medida em que a sua missão é estipulada pelo destino e por uma força superior: a prova. A condição essencial para fazer o herói é a adversidade, as condições desfavoráveis, a obstinação e a tenacidade que o obriga a atuar num cenário mais austero, fazendo sobressair as suas virtudes. O conceito de herói é uma ideia que foi sofrendo mutações mais ou menos significativas consoante as épocas. Esta noção remonta à antiguidade clássica, onde o heroísmo se ligava ao divino e onde eram privilegiadas figuras religiosas como os santos, os mártires e as figuras poderosas, que se transformaram em objetos de exaltação e de culto. O herói era um sonhador, um ser que se destacava pela superioridade física e intelectual.

Os mitos são representações coletivas que assumem simbolicamente na estrutura civilizacional em que estão inseridos, a intervenção de entidades superiores e têm suscitado diversas abordagens e teorias. Foram as civilizações ancestrais³⁹⁶, as primeiras a criar os mitos. Mais atuais são os mitos da civilização ocidental que se enquadram no âmbito de uma ciência geral dos signos. Na sua génese, os mitos representam a ligação entre o real e o sobrenatural que decorre da narração, a qual, enquanto depositária fiel de uma cultura, contém

³⁹⁵ Dos quais destacamos Cunha Leão (1962); Gilbert Durand (1986); Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge (1994); Maria Leonor Machado de Sousa (1996); Luís de Oliveira e Silva (1999), Diogo Ramada Curto, Helena Barbas e Luís Filipe B. Teixeira (1991).

³⁹⁶ Suméria, Egito e Grécia.

a existência de personagens que combinam a sua natureza sobre-humana com um comportamento humano e se movimentam num espaço indiferenciado entre o real e o transcendental. Dentro desta problemática julgamos poder afirmar que todos os mitos são heróis dentro de um plano ou de outro, mas nem todos os heróis são mitos.

Em Portugal, foi com o declínio da expansão e, sobretudo, com o desastre de Alcácer-Quibir (reflete uma crise na sucessão dinástica e instabilidade nacional), que se instalou na mentalidade portuguesa um espírito depreciativo e derrotista. Este foi contrariado pelo desejo de revalorizar a nação, colocando-a de novo na senda gloriosa dos tempos áureos. É nesta conjuntura que se desenvolve um sentimento de afeição pelos heróis e mitos do passado e do presente numa tentativa de elevar o espírito nacional e as suas energias positivas, que se manifesta a partir dos finais do século XIX correspondendo à sua época de afirmação.

A conjuntura do sistema político de finais do século XIX proporcionou a discussão em torno da temática relacionada com o herói nacional e a procura de novas perspectivas para ultrapassar estas épocas de crise, facto que proporcionou um retorno ao tradicionalismo e, consequentemente, ao culto do heroísmo. Os períodos de crise de uma nação e as suas circunstâncias desencadeiam a procura de soluções muitas vezes firmadas em figuras do passado que tiveram uma ação decisiva em períodos semelhantes, facto que explica a difusão de paradigmas de heroísmo nacional e a clara intenção de perpetuá-las, ou simplesmente afirmar a veneração de determinadas figuras cujo perfil se enquadra nos valores ideológicos defendidos pelo regime político em vigor.

No entanto, é ainda durante a época da Regeneração que surge um manancial de literatura dedicada ao heroísmo cujas características e traços de personalidade tinham como objetivo desenvolver o sentimento nacionalista, fomentando o conceito de identidade nacional. Esta tendência remete a nação para a busca do sonho e o regresso às origens da glória. Para que tal se concretize direccionam-se as atenções para figuras messiânicas que se destacaram pelas suas ações virtuosas, capazes de inverter a situação desfavorável desde o início da nacionalidade até à “época de ouro” dos descobrimentos, tentando criar na memória histórica da nação uma imagem de apego ao passado histórico nacional. Esta evocação do passado pretendia estabelecer relações sentimentais com o presente, constituindo este um conjunto de exemplos evidentes e, por isso, aceitáveis. Neste sentido, os heróis do passado faziam parte de uma estratégia em que (...) «les traditions de toutes les générations mortes pèsent d'un poids très lourd sur le cerveau des vivants»³⁹⁷.

³⁹⁷ GASPARD, Claire, 1988, “Révolution, révolutionnaires” in: *Dictionnaire des Mythes Littéraires*, Éditions du Rocher, p.1169.

É apenas no século XIX que se assiste à génese da teoria do herói e ao emergir de novos conceitos de heroísmo. É graças à teoria filosófica de Schelling que se verifica o salto qualitativo que foi condição essencial para dar início a uma abordagem moderna dos estudos mitológicos. A sua teoria estabelecia uma relação próxima entre o mito, alegoria e linguagem, relançou a interpretação do mito enquanto simbolismo e introduziu a História como fator de ligação entre o passado e o futuro.

A conceção de heroísmo que defendia que os heróis eram dados à história através da providência divina, devido aos seus feitos serem sempre vistos como sacrifícios indispensáveis à pátria ou males necessários que se impunham na sua missão foi recusada pelos positivistas que desvalorizavam as ações guerreiras dos homens e consideravam que as explicações teológicas e metafísicas estavam ultrapassadas. No entanto, esta conceção foi retomada nos finais do século XIX devido à crise dos valores liberais. Nesta época impunham-se a importância da ação dos homens e a afirmação de messianismos aprendidos nos exemplos da História.

A visão do herói enquanto prestador de um serviço à pátria divulgou-se em Portugal através do Positivismo. O herói mítico detinha características divinas e humanas, o que pode levar a afirmar que o divino e o humano interagem numa mesma personagem. Possui qualidades de um guia, de condutor de destinos e de almas, comparando-se a messias porque assume as aspirações e os desejos da pátria. A sua dimensão humana transforma-se no símbolo que a partir daí encarna.

Em Portugal, o século XIX representou o período em que a projeção do passado nacional ganhou maior relevo numa fase em que a questão da manutenção da independência política voltava a estar em debate. A época do Romantismo foi o impulso para a mudança do conceito de heroísmo desenvolvida sobretudo por Oliveira Martins, Teófilo Braga e Latino Coelho.

O herói guerreiro era relegado para um plano secundário, justificação atestada pela divulgação do (...) «ideal pragmático de progresso científico, económico, tecnológico e educacional, bem como a difusão de uma ideia nacionalista ecuménica»³⁹⁸. O herói clássico era o herói virtuoso e poderoso, cujo estatuto tocava as qualidades divinas e/ou de santidade. O herói destacava-se porque se distinguiu pela sua força, sabedoria e espírito de iniciativa para revelar o futuro. Além de iniciador, é também salvador, protetor e aquele que defende uma causa e se sacrifica por ela. É o benemérito da sociedade que age em função das

³⁹⁸ MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Historiografia e Memória Nacional no Portugal do século XIX (1846-1898)*, Lisboa, Ed. Colibri/Faculdade de Letras de Lisboa, p.465.

necessidades, tendo sempre em vista o ideal do bem comum. É o detentor de uma ética moral que faz consistir o bem no interesse e dedicação pelos seus semelhantes. São os protetores e os defensores dos interesses nacionais que tiveram uma ação decisiva em determinado período da História e que se unem em prol do ideal coletivo. Esta conceção de herói como elemento utilitário da nação terá tido como precursores Teófilo Braga, Teixeira Bastos e Ramalho Ortigão, nos finais do século XIX.

O conhecimento do passado era considerado fundamental para funcionar como motivação nacional enquanto (...) «elemento de formação moral e cívica»³⁹⁹. A visão da História enquanto “mestra da vida” defendida por Cícero é adotada porque a História passa a conter intrinsecamente um valor formativo, mas também uma função política e ideológica e desempenhava um papel unificador no contexto nacional.

Até aos finais do século XIX, o conceito dominante em termos historiográficos pressupunha a conciliação entre as figuras históricas exemplares e as necessidades pragmáticas da época que representavam uma finalidade doutrinária. É também nesta fase que começam a surgir por toda a Europa movimentos de inspiração nacionalista, sobretudo devido ao surgimento dos movimentos fascistas em Itália e nacionalistas em Espanha.

Em Portugal houve um renascer do sentimento nacional que promoveu iniciativas tendentes ao renascimento de cultos e mitos das glórias do passado e de heróis nacionais. A este contexto, a que se uniu o sentimento de desânimo nacional resultante do desastre da batalha de La Lys (1918) que constituiu a maior catástrofe militar portuguesa depois da batalha de Alcácer-Quibir (1578) e as desilusões do sidonismo, aliou-se o aparecimento de diversos movimentos de direita de inspiração nacionalista e católica conservadora que procuravam mobilizar as massas através da recriação de figuras míticas da heroicidade e virtude pátria.

A velha conceção do herói relacionado com os feitos guerreiros e militares, passou para um plano secundário. A escolha de representações sobre o perfil nacional passa a ser imposta pela memória histórica nacional, influenciada pelo Romantismo, movimento que marca esta conceção de heroísmo, enquanto representante do carácter nacional. Assiste-se neste contexto à defesa de uma nova conceção de heroísmo: a figura ligada à cultura, à civilização e ao império⁴⁰⁰, em suma, ao seu valor intelectual de cariz laico e foi nesta

³⁹⁹ MATOS, Sérgio Campos, 1992, *História, Positivismo e função dos Grandes Homens*, Separata da Revista Penélope, nº8, p.51.

⁴⁰⁰ Sobre este assunto *vide* MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Ob. Cit.*, pp.385-395.

perspetiva que Luís de Camões, o Infante D. Henrique e Vasco da Gama surgiram como vultos de grande projeção nacional por serem figuras históricas de âmbito universalista.

Foi com o advento da I República que o conceito de patriotismo se tornou a base do sentimento nacional. A glorificação histórica e artística começou a frutificar, uma vez que os valores religiosos estavam arredados da educação cívica por haver uma total separação entre a Igreja e o Estado laico.

O Romantismo destacava em primeiro plano o modelo de herói artista, sendo Camões o seu maior expoente. Ele representa também o protótipo do herói criador que evoca a epopeia antiga. Camões manteve-se como personalidade mais representativa do caráter nacional até à década de 90, altura em que começou a sofrer a concorrência de outros protótipos nacionalistas que começaram a afirmar-se, tais como os mitos *nunalverino* e *henriquino*, mas sobretudo, o primeiro. Esta época de afirmações de novos mitos marca o período que G. Durand apelida de *codificação reflexiva*⁴⁰¹ de vários mitos heroicos, processo segundo o qual se destacam os seus exemplos morais.

Também a I República adotou para seu patrono a figura de Camões, esse ilustre homem de cultura que veio a tornar-se a sua imagem e símbolo, fortalecendo o substrato mental de gerações deste período adquirindo uma aura de divindade pelo culto que lhe era prestado.

Após o flagelo da I guerra mundial, Camões passa a partilhar com a figura do Condestável o ideal patriótico. Foram propícias as condições que fizeram surgir esta figura no panorama nacional: com o triunfo do Sidonismo que permitiu um clima mais sereno a nível religioso, Nuno Álvares Pereira surge como redentor do sofrimento moral e físico que se abatera durante o conflito. Esta figura não surge apenas como defensor da pátria contra a invasão espanhola, ele (...) «perpassava também o homem de fé, o guerreiro que no fim da vida se fizera monge, o carmelita que ficara na tradição popular com o nome de Santo Condestável. Ao lado da figura laica de Camões, erguia-se o símbolo de Portugal guerreiro e cristão, personificado no culto de Nuno Álvares que, desde 1918, passou a gozar de uma grande auréola nos meios estudantis e militares, não lhe faltando também a comunhão de um forte apoio popular»⁴⁰². É na conjuntura referida anteriormente que este herói funciona como dinamizador de projetos políticos, de ponto de referência e de forte inspiração para o futuro.

⁴⁰¹ DURAND, Gilbert, 1983, *Mito e Sociedade. A Mitanálise e a Sociologia das Profundezas*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo, p.p.33-34.

⁴⁰² SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1990, “A I República (1910-1926)” in *História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Ed. Verbo, p.290.

Em Portugal, é o final do século XIX que marcou a era do culto do heroísmo, naquilo que foi o universo da criação da mitologia nacional. No processo de criação da mitologia nacional existiam discrepâncias significativas que diziam respeito à forma como foram apresentadas as imagens dos vários heróis.

A reabilitação ou construção de novas imagens de figuras históricas dependia da influência das correntes historiográficas como o Integralismo e a tradição cristã. Neste período o paradigma de heroísmo estava relacionado com as benfeitorias patrióticas, sobrevalorizando-se (...) «o herói sem armas, o artista, o pensador e, sobretudo na segunda metade de oitocentos, o cientista, o técnico, o industrial»⁴⁰³, cuja importância estava nos valores e conceitos que a sua imagem divulgava.

Nos finais do século XIX considerava-se que (...) «A História, juntamente com a Geografia e a Língua Portuguesa, deveria contribuir poderosamente para tornar consciente a quantidade de ser português e, cada vez mais, para uma formação moral patriótica»⁴⁰⁴. Neste sentido, a função da História aproximava-se da função da Instrução Cívica⁴⁰⁵. É com a valorização destas questões relacionadas com a importância da História enquanto construtora da memória histórica e com o papel que as comemorações centenárias começam a desempenhar que se repensam os perfis nacionais enquanto representantes da memória histórica. Neste âmbito destacam-se as obras de Teófilo Braga e Oliveira Martins, no contexto nacional que buscam em Hegel e Michelet, autores românticos, as ideias por eles teorizadas no âmbito desta problemática.

Oliveira Martins considerava os estudos biográficos como o tipo de representação própria para traduzir o “ser coletivo”. Segundo ele, os “grandes homens” são (...) «como encarnadores (muitas vezes inconscientes) da vontade colectiva, cuja emergência está relacionada com os estádios evolutivos das sociedades»⁴⁰⁶. Estes surgem sobretudo em fases de prosperidade ou de crise ultrapassada, representando essas épocas. Oliveira Martins considerava também que (...) «todas as grandes épocas das nações afirmam por uma plêiade de grandes homens em cujos actos e pensamentos, o historiador encontra sempre o sistema de ideias nacionais, anteriormente elaboradas de um modo colectivo, actualmente expressas de um modo individual»⁴⁰⁷. O herói espelha o retrato da nação numa perspectiva sinédoqueísta,

⁴⁰³ MATOS, Sérgio Campos, 1992, *Ob. Cit.*, p.57.

⁴⁰⁴ Idem, p.56.

⁴⁰⁵ Que mais tarde se autonomizaria como disciplina específica no curso liceal.

⁴⁰⁶ TORRAL, Luís Reis *et. alii.*, 1998, *História da História em Portugal (sécs. XIX e XX)*, Vol. I, Lisboa, Temas e Debates, p.179.

⁴⁰⁷ MARTINS, J. P. Oliveira, 1946, *História da Civilização Ibérica*, 8ª ed., Lisboa, A. M. Pereira, p.213.

neste caso, da parte pelo todo, do individual pelo plural, com vista a desenvolver os sentimentos morais e a consciência nacional.

Os paradigmas de heroísmo de Oliveira Martins tiveram influência no historicismo do período republicano, ganharam abrangência no campo social e prevaleceram até ao Estado Novo. Este autor divulgava a ideia de “herói coletivo”, onde a nação exprimia a alma coletiva, o génio nacional. Para Oliveira Martins, as figuras heroicas das épocas gloriosas deviam supostamente funcionar como exemplo de patriotismo e de engrandecimento de modo a fomentar o culto da pátria.

O retrato psicológico dos heróis era o reflexo da alma coletiva que teve, por vezes, desfechos menos abonatórios para o percurso glorioso da nação, como o caso de D. Sebastião em Alcácer-Quibir ou o do Infante Santo, em Ceuta. A sua intenção era revelar o simbolismo da nação no contexto das épocas em que viveram, por isso o conceito de heroísmo para Oliveira Martins não é exclusivamente um heroísmo exemplar e nem sempre era o reflexo das glórias da nação, mas o espelho das características do povo português. Uma outra característica do herói martiniano é a sua tendência para o sacrifício e para o martírio que é (...) «a suprema consagração do mérito no mundo»⁴⁰⁸. Esta perspetiva herdada do Romantismo leva Oliveira Martins a considerar que o herói supremo é um ser superior que se eleva pela abnegação e pela dedicação a favor de uma causa, abdicando dos seus próprios interesses pessoais, por isso destaca a figura do Infante e D. Nuno Álvares Pereira, figuras onde encaixa este paradigma de heroísmo. Mas não só Oliveira Martins, como também Fernando Pessoa e Guerra Junqueiro sintetizavam os grandes heróis nacionais nas suas obras, elevando ao extremo a procura de um passado mítico e saudosístico.

Teófilo Braga construiu e desenvolveu uma ética antropocêntrica com base no sentimento de veneração dos grandes homens. Este conceito seguia a tendência da corrente positivista, defendia que o herói deveria ser celebrado, legitimando desta forma a necessidade do culto do heroísmo por este constituir um estímulo ativo, suscetível de imitação num contexto de satisfação de necessidades afetivas. Integrada nos parâmetros positivistas, a sua noção de heroísmo defendia que o indivíduo na História adquire um papel significativo enquanto impulsionador da mudança: (...) «as grandes individualidades “coadjuvam” o movimento espontâneo da evolução social, são os seus intérpretes privilegiados e prevêm o sentido dessa evolução. (...) São dotados de valores morais como a bondade – característica

⁴⁰⁸ MARTINS, Oliveira, 1973, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Guimarães & C.^a Editores, p.412.

essencial do génio, pois esta qualidade, inspirada num altruísmo instintivo, prepara a sociedade para o progresso no sentido da igualdade – o valor, a honra, etc.»⁴⁰⁹.

Também Emídio Garcia, seguidor da corrente positivista, atribuía importância ao fator social na construção dos grandes homens, acentuando as condições sociológicas na humana. Para este autor, as figuras representativas da História tinham a capacidade de alterar o sentido da evolução social e deviam ser honradas, no entanto, recusa a vertente religiosa e mítica que o exacerbamento da sua exaltação poderia causar.

Na generalidade, o positivismo português afastava-se do culto religioso da sociedade enveredando pela vertente da valorização ética do culto dos grandes homens embora, a influência romântica se tivesse mantido no culto destas figuras.

O estudo da temática dos heróis tem sido alvo de interesse por parte de vários teóricos até à actualidade. A teoria de Thomas Carlyle, é frequentemente evocada no estudo desta temática. A sua obra *On heroes: hero worship and the heroic in history*, (primeira edição data de 1841), caracteriza o heroísmo romântico, criando uma teoria segundo a qual considerava que a sociedade se organizava (...) «com base no culto dos heróis, dos homens que sabem, podem ou são capazes, que são também os mais verdadeiros, mais justos e nobres, numa palavra mais sagazes (...) A missão dos grandes homens é a instauração da ordem, ainda que a sua prática possa ser a de revolucionários»⁴¹⁰.

Outra obra da sua autoria, *Os Heróis*, continha também uma perspetiva interessante do conceito de cultura e de civilização social. Para Carlyle, «o culto do herói é a admiração transcendente pelo homem superior»⁴¹¹. A superioridade é a característica fundamental do herói de Carlyle para que possa ser merecedor de admiração. É neste culto que se ordena e se estrutura uma sociedade formando aquilo a que Carlyle denominava como *Heroarquia* ou governo de heróis. Embora este conceito de culto do heroísmo tenha caído no esquecimento ou tenha sido desvalorizado pela sociedade atual, foi um aspeto importante da História, até mesmo fundamental, em épocas anteriores em sociedades nossas contemporâneas.

Carlyle considerava que (...) «a história do mundo é a biografia dos grandes homens»⁴¹². Colocada a questão desta forma, compreende-se a importância que este autor atribuía à figura heroica na evolução da História. Mas Carlyle vai ainda mais longe na afirmação do papel relevante do herói e do seu culto ao afirmar que: «o culto dos heróis é a

⁴⁰⁹ MATOS, Sérgio Campos, 1992, *Ob. Cit.*, p.65.

⁴¹⁰ CARLYLE, Thomas, 1956, *Os Heróis*, Col. Filosofia e Ensaios, Guimarães, Guimarães Editores. Citado por MATOS, Sérgio Campos, 1990, *Ob. Cit.*, p.109.

⁴¹¹ Idem, p.24.

⁴¹² Idem, p. 26.

eterna pedra angular sobre a qual poderemos sempre começar a edificar de novo»⁴¹³. A base da (re) construção de uma sociedade é, na opinião de Carlyle, a veneração dos homens superiores que cria códigos de conduta e hierarquias fundamentais para a estruturação social. O herói é sempre um ser especial, próximo do sagrado ou ligado ao poder, à chefia e à veneração que desde a antiguidade lhe esteve subjacente, é a «admiração transcendente pelo homem superior»⁴¹⁴.

Ralph Emerson, um autor contemporâneo de T. Carlyle, cuja obra, *Representative Men*, apresenta uma teoria sobre a temática do heroísmo que acompanhava a noção de transcendentalismo do herói de Carlyle. Segundo este autor, o herói é o (...) «grand hombre a quel que mora en una elevada esfera del pensamiento, a la que los demás pueden únicamente ascender tras muchas penas y dificultades; no tiene más que abrir los ojos para ver las cosas y sus amplias relaciones a la luz de la verdad, mientras los otros tienen que adotar penosas rectificaciones y procurar no caer en las muchas fuentes de error»⁴¹⁵.

Emerson defendia a teoria do herói utilitário, ou seja, aquele que prestava um serviço à humanidade. «Nuestra vida recibe de él alguna promesa o explicación (...) satisfacen nuestras esperanzas y ocupan el lugar que les corresponde»⁴¹⁶. O serviço prestado pelo herói à humanidade está relacionado com a sua função transcendente de modelo exemplar. Emerson defendia também que «El pensamiento y el sentimiento que descuellan en este mundo, no pueden encerrarse rodeándolos por una valla consistente en la personalidad. Esta es la clave del poder de los grandes hombres: su espíritu se difunde»⁴¹⁷.

O espírito do herói, isto é, o seu modo de ser é divulgado, tornando-se um modelo a seguir. «El genio de la humanidad constituye el justo punto de mira de la historia. Las cualidades persisten mientras los hombres que las poseyeron, después de vivir más o menos tiempo, desaparecen; entonces estas mismas cualidades pasan a adornar las frentes de otros hombres (...) Sin embargo, dentro de los límites de la educación y agencia humanas, podemos decir que los grandes hombres existen para que puedan existir aún otros de mayor grandeza»⁴¹⁸. Da teoria emersoniana depreende-se que o herói é o homem superior, portador de virtudes e poderes transcendentais, destacando-se dos outros homens pelas suas ideias e ações. Eles são os portadores das ideias que dominam o universo, pois a sua alma superior é o expoente máximo do génio da humanidade.

⁴¹³ CARLYLE, Thomas, 1956, *Ob.Cit.*, p.27.

⁴¹⁴ Idem, p.33.

⁴¹⁵ EMERSON, Ralph W., 1941, *Hombres Simbólicos*, Madrid, Nueva Biblioteca Filosófica, p.8.

⁴¹⁶ Idem., p.8-9.

⁴¹⁷ Idem, p.30.

⁴¹⁸ Idem, p.30-31.

As teorias de Thomas Carlyle e Ralph W. Emerson demonstram que os heróis, os homens superiores são os símbolos do futuro que povoam a memória coletiva e o imaginário histórico de um povo. Os conceitos que verbalizam estas teorias espiritualistas estavam na base do discurso utilizado desde o século XIX largamente difundidas em Portugal que se prolongou até ao Estado Novo, que as aceita embora não defina totalmente a conceptualização das figuras que mitifica.

No século XX com o desenvolvimento do “funcionalismo”, teoria apresentada por Malinowski, o estudo do mito adquiriu uma perspetiva que o entendia como um elemento integrador e polarizador das sociedades. Freud e Jung, numa perspetiva psicanalista, deram também o seu contributo para o estudo desta temática. Este era perspetivado como uma conjunção de sinais refratados do inconsciente individual. No entanto, foi este último teórico que conseguiu uma maior projeção da sua teoria pela relação que estabelece entre criação mitológica e vida coletiva, através da introdução do conceito de “inconsciente coletivo” que englobava todas as possibilidades de representação comuns à humanidade, não circunscrevendo o inconsciente ao nível individual, tal como defendia Freud.

Mais atuais são as teorias de autores tais como Mircea Eliade, filósofo e mitólogo que se enquadrava na escola fenomenológica. Este defendia que os mitos «descrevem as diversas e por vezes dramáticas irrupções do sagrado no mundo»⁴¹⁹, limitando à explicação religiosa a sua especificidade.

L. Millet e V. Moris também apresentam a sua definição de mito (...) «chaque grand héros historique ou légendaire, était fait pour une communauté, il devenait idole parce qu’il contribuait par son exceptionnelle à exalter et à renforcer son unité»⁴²⁰. Na mesma linha de pensamento, surge também a perspetiva mitológica de G. Gurvitch. Para este teórico, os símbolos sociais que se identificam com os heróis estão relacionados com a exaltação do passado glorioso que define um determinado tempo histórico psicológico e memorial. Os símbolos sociais têm um papel importante nas sociedades e na construção das memórias históricas, pois eles são «como uma espécie de cimento social fluído e onnipotente que se insinua por todo o lado para conciliar de novo, ininterruptamente, as ruturas e as discordâncias dos níveis»⁴²¹. G. Gurvitch agrupa a simbologia social sob três tipologias características: a intelectual, a emotiva e a ativa ou voluntária, inserindo-se os heróis dentro desta tipificação tripartida. Neste sentido, as ritualizações possibilitam a identificação com o

⁴¹⁹ ELIADE, Mircea, 1963, *Aspects du mythe*, Paris, Gallimard, p.79.

⁴²⁰ MILLET, L. e MORIS, V., 1980, “Héros et Idoles” in *Enciclopedia Universalis*, Vol. 8, Paris, Editeur à Paris, p.373.

⁴²¹ GURVITCH, George, 1979, *A vocação actual da Sociologia*, Vol. I, Lisboa, Cosmos, p.113.

herói, qual modelo exemplar. A realidade associa-se ao mito, uma realidade mítica que constrói modelos comportamentais e códigos de conduta para vigorarem no seio das sociedades. Ernesto Leal explica esta relação defendendo que «os mitos inserem-se no real para agir sobre ele, tendo em vista a produção de efeitos sociais»⁴²².

Roger Caillois também se dedicou ao estudo da temática do heroísmo. Este concebe o culto dos heróis como um processo de antítese entre decadência e regeneração, no qual o herói tem a importante função de ultrapassar situações de conflito, sendo ele, (...) «aquele que resolve o conflito em que o indivíduo se debate: daí o seu direito superior, não tanto ao crime, como à culpabilidade, sendo a função dessa culpabilidade a de agradar ao indivíduo que a deseja mas não a pode assumir»⁴²³. Todas estas teorias atestam a importância que a temática do heroísmo assumiu na construção da identidade coletiva das sociedades.

Carlos Malheiro Dias também explicou aquilo que considera ser o fenómeno do heroísmo: «a forma primitiva (guerreira) do heroísmo é o amor da luta e o desprezo, o mais completo da vida e do conforto. O herói, quando na plena posse da sua energia e da sua vontade, despreza a prudência, ainda nos casos em que ela possa reparar os males que o afligem... Nada consegue abalar a sua vontade. Avança alegremente no meio dos mais terríveis cataclismos. O heroísmo é a obediência a um impulso secreto do coração»⁴²⁴.

O heroísmo era um conceito abrangente para o regime da ditadura militar. Os heróis eram considerados «os homens que refletidamente, pela sua tenacidade, manejando a tempo a até o fim os recursos morais e materiais de que dispõem, conseguem levar o seu poder de realização até transformar as utopias em existências concretas são inegavelmente, no campo histórico, heróis»⁴²⁵. Os grandes homens são também vistos como (...) «aqueles de quem foi possível afirmar-se que trabalharam tanto pelo bem da sua pátria e da humanidade, que se esqueceram de ser úteis a si próprios»⁴²⁶. Esta noção é apresentada como (...) «a exaltação mística e forte do homem, que o viriliza e o faz realizar a grandeza das Nações. Heroísmo, que é a batalha constante contra o comodismo envolvente acariciante, negativo e derrotista, dos gozadores da vida. Heroísmo que é a renúncia de nós mesmos, que é holocausto da vida no altar das nações»⁴²⁷. Esta perspetiva multifacetada herdada do Integralismo entendia que o

⁴²² LEAL, Ernesto Castro, 1993, “Projeção pública do símbolo Nun`Álvares (1918-1931) in *Faculdade de Letras de Lisboa*, nº15, 5ª série, FLUL, p.70.

⁴²³ CAILLOIS, Roger, 1980, *O Mito e o Homem*, Lisboa, Edições 70, p.24.

⁴²⁴ DIAS, Carlos Malheiro, 1925, *Exortação à mocidade*, Lisboa, Portugal-Brasil Sociedade Editora, p.69-70.

⁴²⁵ TAVARES, José Pereira, 1930, *Anuário do Liceu de José Estêvão - Ensino Secundário Oficial (1929-1930)*, Aveiro, p.65.

⁴²⁶ Idem, p.69.

⁴²⁷ ROCHA, Bento Coelho da, 1940, “As homenagens da Legião ao Sr. Presidente da República” in *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV/Junho, p.15.

grande homem (...) «não era só uma sùmula do tempo (alguém que condensava as virtudes de uma época), mas a expressão do tempo (alguém que transportava as virtudes ancestrais, genéticas e morais, de um povo) – isto é, síntese do passado: síntese do presente»⁴²⁸.

Do Positivismo do século XIX, o Estado Novo expurgou a vertente científica da historiografia mas mantém o culto das figuras individuais, às quais atribuiu uma importância capital, elevando-as à categoria de heróis que podiam (...) «considerar-se uma espécie de amuletos de que se servem os povos para exorcismar o desalento e a cobardia»⁴²⁹. O bom senso, a decisão, a audácia e a temeridade faziam parte das características do herói do regime, para além do seu esforço empreendedor constituir uma (...) «grande lição de história, (...) acção vigorosa e permanente para a fixação das fronteiras e sua defesa, para o fomento da terra e a organização civil, para a formação do espírito e a unidade da Nação, até à heroica e definitiva consolidação da Independência pela mais forte armadura moral e na dualidade peninsular da soberania e da amizade de dois povos que, em sagrada e fecunda emulação, nela foram os maiores do mundo, desbravando e cristalizando e fundando nações, e contribuindo, como nenhum outro mais, para o progresso da Humanidade»⁴³⁰.

Era este conjunto de virtudes que o regime considerava importante incutir para despertar nos jovens a reacção de salvar a pátria através de um «“ideal energético e ardente”»⁴³¹. O regime transmitia a imagem de que eram os grandes homens, as individualidades que constroem a nossa cultura e a pátria. As personagens histórias enformavam o cerne da questão nacionalista e a acção do povo na História era minimizada.

O Estado Novo reintegrou a herança historiográfica já divulgada pela I República, não empreendendo grandes modificações, embora (...) «insinuando-se por entre reis fundadores e salvadores da independência nacional, foi-se afirmando uma **autoridade** que, tal como a propalada imagem do poder vigente, pairava acima dos desígnios particulares, a todos se sobrepondo em nome dos “superiores interesses da nação”»⁴³².

O Estado Novo convocava os heróis do passado, fazendo um apelo desesperado aos mitos fundadores que funcionam como legitimadores de um passado, presente e futuro de glórias (...) «invocados ao som dos tambores ocos do heroísmo gratuito, ou afixados nos manuais escolares como figuras emblemáticas, justificadoras da política do “orgulhosamente

⁴²⁸ CARVALHO, Paulo Archer de, 1994, “Memória mítica da Nação – o caso do Integralismo Lusitano” in *Vértice*, nº61/Julho-Agosto, p.54.

⁴²⁹ DIAS, Carlos Malheiro, 1925, *Ob. Cit.*, p.101.

⁴³⁰ PACHECO, António Carneiro, 1940, *Portugal renovado (Discursos)*, Lisboa, Livraria Bertrand, p.370.

⁴³¹ Idem, p.106.

⁴³² HESPANHA, António Manuel (dir.) 1992, “Fazer e refazer História” in *Penélope*, nº 8, p.5. (sublinhado do autor).

sós”, com que os governantes de então de novo iam empurrando o país para o mesmo círculo de isolamento, que séculos de censura tinham apertado em torno do povo português»⁴³³. O regime considerava os heróis (...) «obreiros duma nova era, de reconstituição e de engrandecimento pátrios, e para ela contribuíram com a afirmação duma personalidade construtiva, que a Providência fez diversa em cada um para que ao êxito da empresa civilizadora nada faltasse»⁴³⁴.

O processo de revisão histórica empreendida pelo regime compreendia um processo de recriação mítica que se apoiava na interpretação tradicional das obras de autores que eram referência historiográfica. Os mitos gerados, aproveitados ou (re) inventados pelo regime aparecem-nos como portadores de uma mensagem, como mensageiros, como defensores de uma realidade instituída, funcionando como apoios sociológicos e ideológicos. Nesta perspetiva, a evocação dos mitos era uma estratégia que servia para a dominação de medos, angústias e temores considerados barreiras ao progresso. O mito ganhava terreno, invadia e transformava subtilmente as consciências, tornando-se mais eficaz quanto mais subjetivas eram as suas bases ou conceitos subjacentes.

Com a evocação dos heróis pretendia o regime a identificação da nação com as suas atitudes e comportamentos, num processo a que Sérgio Campos Matos denomina como *mimésis coletiva*⁴³⁵. Porém, com a instauração do regime de Salazar, os objetivos do sentimento nacionalista orientam-se numa direção unívoca: a glorificação do passado nacional. A partir de 1932⁴³⁶ o regime contou com (...) «o corpo de comportamentos considerado modelo: qualquer personagem histórica entrará inevitavelmente numa de duas categorias possíveis - a dos heróis da pátria, ou no extremo oposto, a dos inimigos do interesse nacional»⁴³⁷.

As posições de neutralidade eram quase inexistentes, sendo que o destaque dado à vertente heroica da figura superava algum defeito que lhe pudesse estar subjacente. A “razão de Estado” servia para camuflar e legalizar comportamentos ou feitos menos dignos. As grandes figuras do passado mereciam admiração e contemplação mas sobretudo motivavam atitudes e comportamentos. Serviam também como argumentos que justificavam a ação e o domínio político pelo exemplo que comportavam. Este traduzia uma realidade concreta e

⁴³³ CIDRAES, Maria de Lurdes, 1997, “ A palavra e o Acto: o mito português do herói fundador” in CRISTOVÃO, Fernando *et. alii.* (coord.), 1997, *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Lisboa, Ed. Cosmos, p.137.

⁴³⁴ PACHECO, A. Carneiro, 1940, *Portugal Renovado*, Lisboa, Livraria Bertrand, p.245.

⁴³⁵ MATOS, Sérgio Campos, 1990, *Ob. Cit.*, Lisboa, Livros Horizonte, p.64.

⁴³⁶ Decreto nº 21:103 de 15 de abril de 1932.

⁴³⁷ MATOS, Sérgio Campos, 1990, *Ob. Cit.*, p.65.

expunha um fundo moral conveniente ao mesmo tempo que congregava um conjunto de elementos simbólicos. Por tudo isto, o exemplo assumia uma importância capital no discurso político e ideológico.

A galeria dos heróis liberais cai no esquecimento e passa por um processo de *amnesis* para os integralistas, dos quais se excetuam Herculano e Garrett. Relativamente a estas personagens, o regime procedeu a um reaproveitamento devido à importância das suas obras para a divulgação do nacionalismo. Não só os exemplos de verdadeiro amor à pátria mas também os mártires e os santos ocupavam uma posição hierárquica especial na estrutura desenhada pelo regime no que concerne à educação.

O passado heroico é revivificado e transformado em passado mítico. Algumas figuras são promovidas ao nível de mitos nacionais porque exprimiam e alimentavam uma fé: o renascimento nacional. Enquanto símbolos instrumentalizados pelo poder político, as figuras impunham uma tomada de posição por parte dos indivíduos: ou se é a favor ou contra Portugal. Nesta perspetiva, afirma Philippe Braud (...) «le symbole récuse l'indifférence (...) c'est la que réside l'efficace des appels aux valeurs, aux principes, aux grandes traditions : c'est là que se fonde l'utilité des rites et liturgies politiques»⁴³⁸. A nobreza de sentimento era passível de ser imitada pelas gerações futuras num esforço para manter a coesão nacional dentro do mais elevado espírito patriótico.

Os grandes factos do passado interessavam também ao regime pela persistência das energias heróicas que os motivaram, por isso, a existência de modelos exemplares era fundamental. A interpretação do passado nacional passava sobretudo pela evocação da exemplaridade dos grandes vultos, numa tentativa de criar um sentimento de gratidão e de admiração por estas personagens. Num discurso proferido aos alunos do Liceu Nun'Álvares, Adelino Cordeiro fazia em 1937, a seguinte exortação aos alunos: «Lembra-vos de que, se Portugal é grande e tem uma história brilhante, é porque os nossos heróis do passado singraram os mares, conquistaram territórios imensos e civilizaram povos de todo o mundo, sempre guiados pela fé, pela bandeira da cruz e pelo amor à pátria. Os portugueses devem, pois, seu passado glorioso aos prodígios que só a fé sabe realizar. Sêde, portanto, crentes e bons portugueses para poderdes manter e continuar a obra maravilhosa que vossos antepassados nos legaram. A Pátria, mocidade que me escutas, tem os olhos postos em vós»⁴³⁹. Adelino Cordeiro afirmava ainda que (...) «para afervorar o patriotismo dos povos e

⁴³⁸ BRAUD, Philippe, s/d, *La vie Politique*, Col. “Que sais-je ?”, Paris, P.U.F., p.35.

⁴³⁹ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Joana d'Arc, Nun'Álvares e Salazar*, Viana do Castelo, Tip. Com. “A Aurora do Lima”, p.31.

aperfeiçoar suas virtudes morais e cívicas, nunca é demais lembrar as proezas das grandes personagens da História. São eles as estrelas mais belas e mais fulgurantes do firmamento histórico da humanidade; são eles os astros que mais iluminam a senda trilhada pelas gerações de todos os tempos. Sem esse passado que inspira, constantemente, o presente e sem esses focos de luz intensa que projetam, sem cessar, clarões de beleza sobre a mentalidade dos povos, o patriotismo ficaria muito reduzido nos seus encantos, e muito diminuído nos seus objetivos mais puros e mais gloriosos»⁴⁴⁰.

No Estado Novo, o engrandecimento de determinadas figuras e a ascensão de outras ao estatuto de heróis é, sobretudo despoletado por razões políticas, através de um processo ideológico. O regime admitia uma pluralidade de tipologias de herói (militar, político, religioso, moral e estético, científico, filosófico e cultural) que teria contribuído para a construção da memória histórica da nação.

As figuras de chefia são sobrevalorizadas porque refletem a idiossincrasia do povo português e porque representavam as qualidades que o regime pretendia incutir à sociedade, tornando-se uma projeção da glória da nação. O líder⁴⁴¹, além de ser um homem de pensamento, era sobretudo um homem de ação dotado de uma vontade forte cuja influência era tanto mais importante, quanto mais duradoura for essa vontade.

A ideologia do regime contava com a força dos mitos e do heroísmo para enfrentar desafios, revivificar a nação e dar-lhe um novo alento. Nesta perspetiva, João Ameal defendia: «A História vale como *tónus de consciência colectiva* pelos seus *poderes de incitamento* magnífico. A sua galeria de modelos forma um grande reservatório de energias onde as raças encontram a lendária *água de juventa*. Não é possível, escreveu Eugénio Marsan, construir um futuro sem adoptar e celebrar um passado. *O futuro será fatalmente aquilo que o passado aconselhar e inspirar*»⁴⁴². Esta visão consistia em selecionar os bons exemplos, os “verdadeiros” heróis defensores dos ideais que o regime pretendia divulgar e os grandes períodos da História que incentivaram à continuidade e ao progresso.

O paradigma do heroísmo do Estado Novo estava associado ao herói estadista, ao homem de ação movido pelo ideal do poder das armas e pela ambição de aventura. Prevalencia

⁴⁴⁰ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Ob. Cit.*, p.5.

⁴⁴¹ O líder utiliza diversos meios de ação para persuadir as multidões, nomeadamente a afirmação, a repetição e o contágio. Gustave Le Bon defende que em relação à afirmação quanto mais concisa e repetida for, mais profundidade obterá no imaginário das massas e maior é a sua influência. Quando uma afirmação é repetida com frequência cria-se uma “corrente de opinião” que contagia as massas. As ideias, os conceitos e os sentimentos propagam-se nas multidões através deste processo. Sobre este assunto *vide*, LE BON, Gustave, 1983, *Psicologia das Multidões*, Lisboa, Publicações Europa-América, p.77-86.

⁴⁴² AMEAL, João, 1967, *Defendemos os valores espirituais no governo e na vida*, Coimbra, Comunidade Distrital, Separata de “Pontos de Doutrina”, p.10.

a importância atribuída à sua capacidade de realização. O herói do regime apresentava uma característica comum: é o condutor de homens que dá o exemplo, colocando o dever cívico e a defesa dos valores nacionais num plano superior, relegando os valores individuais para um plano secundário. «O homem de acção não é o que se agita; é o que constrói. Vê, ausculta, tateia, discorre e sonha nas horas fecundas da concepção, para mais depressa dar depois a voz de comando e lançar mãos à obra. Não pára então enquanto não vê o terreno desbravado, cavados os caboucos, firmados os alicerces, erguidas as paredes mestras, colocada a última trave. Agir é construir. Construir casas, construir homens, construir pátrias, construir ideias, único império sólido, pacífico e fecundo – este que nasce de espírito e se sustenta pela acção»⁴⁴³. O que imortalizava um herói eram as suas qualidades, mas sobretudo as suas obras valorosas. O sacrifício da vida pessoal em prol dos interesses nacionais era uma característica muito exaltada, onde se encaixava o perfil de figuras como Nuno Álvares Pereira, Mouzinho de Albuquerque, Infante D. Henrique, Salazar e outros chefes. A este quadro de virtudes associava-se o fervor místico religioso e o ideal nacionalista.

A “Raça” era representada pelo (...) «navegante ou guerreiro, lavrador ou missionário, é ele, na sua predestinada função, um elo na grande cadeia humana que vem desde os lusitanos até aos nossos dias; e, a cada momento, representa o passado e prepara o futuro. Assim foi o português construindo a nação, com dedicada integridade, dignificadora honra e alto patriotismo»⁴⁴⁴. Segundo António Luís Silva (...) «toda a epopeia é colectiva, de Ulisses a Vasco da Gama, os heróis épicos não são meros protagonistas individuais. São como símbolos que, através de uma longa viagem com regresso, passam as provações necessárias para que uma vez obtido o triunfo, a vontade mística que os impulsionou e o corpo colectivo que representam, sofram uma mudança de estatuto. Como se houvesse um patamar que, quando galgado, comprova o estatuto singular de uma nação ou de um povo, diferenciando-o dos demais»⁴⁴⁵.

A predestinação para os acontecimentos heroicos é também uma característica destes heróis, por isso o regime defendia um heroísmo predestinado baseado no ideal da colonização, da dilatação da fé e na (...) «necessidade imperiosa de cumprir uma elevada

⁴⁴³ CAETANO, Marcelo, 1955, “Mouzinho, Capitão da Mocidade” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Emp. Tipográfica Port. Sucessores, p.96.

⁴⁴⁴ MACHADO, Fernando Falcão, 1959, “A Raça” in *Labor*, nº 181, 3ª série, Janeiro/Ano XXIII, Aveiro, p.230.

⁴⁴⁵ SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e, 1993, *Imagens de D. Sebastião no Portugal Contemporâneo*, Coimbra, Tese de Mestrado (texto policopiado), p. 122.

missão (...). Foi essa “política de missão” que fez surgir e actuar os valores espirituais ao ponto de fazer “cruzados” e acalentar “apóstolos”»⁴⁴⁶.

É atribuída uma aura milagrosa, sobrenatural, ao heroísmo das figuras, algo que transcende o mundo físico e que explica, em parte, os seus feitos. O herói mítico é aquele que não perece no abismo do esquecimento, é o que subsiste para além da morte na memória coletiva. O herói liberta-se da lei da morte porque se notabilizou, não caindo no esquecimento porque o seu exemplo era apontado e lembrado como modelo a seguir. A continuidade e perpetuidade ao longo dos tempos é uma das características fundamentais do heroísmo e a eternização do herói estava intimamente relacionada com a espacialidade e o acontecimento que lhes estão associados. O herói não existe separado do seu espaço de consagração que o transporta para a esfera do mito.

O ato heroico enquadrado no acontecimento histórico, é suscetível de influenciar a mentalidade e a conduta da sociedade, desde as gerações mais jovens às camadas mais seniores porque (...) «o heroísmo tem uma componente cénica, há uma estética do acto heroico que se propaga como ideal de conduta ou seja, que mobiliza e apela à consciência dos indivíduos levando-os a venerar os actos e os heróis»⁴⁴⁷. Pense-se no exemplo de Afonso Henriques e Ourique, Nuno Álvares Pereira e Aljubarrota, o Infante D. Henrique e Sagres, D. João IV e o Paço Real, Mouzinho e Chaimite, e outros exemplos que ilustram esta realidade. A espacialidade é um fator que ajuda a construir o conceito de herói, assim como a temporalidade. O tempo, ou seja, as épocas de decadência em que acontecem determinados acontecimentos definem também as figuras que atuaram nessas conjunturas e que ultrapassaram as situações de conflito.

Este atributo levou à divinização do herói, dada a importância do seu feito para o engrandecimento patriótico. Este é colocado ao nível do milagre que (...) «encontrará no “mistério” a explicação do êxito»⁴⁴⁸. Outra característica desta tipologia de heróis é a sua ascendência. Nascidos no seio de um lar cristão, a influência do modelo familiar contribuiu para a sua formação exemplar e para a posterior revelação da sua personalidade ímpar. A propósito do Infante D. Henrique, numa clara conotação com a expressão célebre de Salazar, afirma F. Ferreira da Maia: «Se não escreveu como D. Duarte e D. Pedro, sabe-se que, desde cedo, revelou propensão para as matemáticas. Na hora própria, há-de esta personalidade forte

⁴⁴⁶ TALAIA, Afonso e Botelho, Sousa, 1955, “Joaquim Mouzinho de Albuquerque: o chefe” in *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, Lisboa, Emp. Tipográfica Portuguesa Sucessores, p.216.

⁴⁴⁷ SILVA, António Luís C. C. e Silva, 1993, *Imagens de D. Sebastião no Portugal contemporâneo*, Coimbra, Universidade de Coimbra (texto policopiado), p.123.

⁴⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

revelar-se uma grande alma, destas que sabem o que querem e para onde vão»⁴⁴⁹. Do Santo Condestável é referida a sua ascendência fidalga, e uma característica comum a estas duas figuras é a renúncia à vida mundana⁴⁵⁰. Estas características eram frequentemente evocadas perante as gerações futuras, para que estas imitassem o comportamento imperecível destas figuras históricas, símbolos de heroísmo português, (...) «segundo os seus sublimes exemplos de energia, de tenacidade, de bondade, (...) de amor aos homens, de desinteresse, de espírito de sacrifício levado até à renúncia, e de amor a Deus e de amor à pátria»⁴⁵¹.

O heroísmo militar e guerreiro⁴⁵² não foi apenas um produto da ideologia do regime. Foi também o contexto político europeu que ditou esta opção no período republicano devido à situação de crise que então se vivia, provocada pela I guerra mundial e a importância da formação militar, cívica e patriótica que reavivaram este tipo de heroísmo no qual estava implícito o valor do sacrifício pela pátria.

O regime criou um ideal em torno da tipologia de heroísmo militar baseado no triunfo militar que sobrevalorizava figuras ligadas às batalhas pela independência e à construção e defesa do império. Na linha desta tipologia enquadravam-se várias figuras das quais se destaca Gago Coutinho, Sacadura Cabral e Mouzinho de Albuquerque que, embora ligados a um período que o regime pretendia silenciar, são elevados à categoria de heróis. No entanto, o regime considerava o herói virtuoso superior ao herói militar porque era coroado pela auréola da santidade.

A tipologia de heroísmo de ação humaniza-se com o acentuar de qualidades intelectuais. Note-se por exemplo a cultura e a inteligência aliadas ao Infante e, particularmente a Nun`Álvares que, na linha da biografia traçada anteriormente por Oliveira Martins, era entendido como um estratega militar. Além da superiorização do herói militar também se destacam o herói trágico, o herói épico, o herói mártir e o herói santo. Para Guerra Junqueiro (...) «o herói máximo é o santo, a alma para quem a virtude é o fim único da vida, o motivo soberano da existência»⁴⁵³.

⁴⁴⁹ MAIA, Francisco de Assis Ferreira da, 1960, “O Infante e o Santo Condestável” in: *Labor*, nº197, 3ªsérie, Novembro/Ano XXV, Aveiro, p.86.

⁴⁵⁰ Nuno Álvares Pereira mudou de nome (Beato Nuno de Santa Maria) quando enveredou pela vida religiosa.

⁴⁵¹ MAIA, Francisco de Assis Ferreira da, 1960, *Ob. Cit.*, p.87.

⁴⁵² A criação de distinções honoríficas para distinguir os heróis pelos seus feitos remonta aos primórdios da nacionalidade. Em Portugal foram criadas várias mercês honoríficas para distinguir os heróis militares, como a Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada, criada em 1459, no reinado de D. Afonso V, com o objetivo de glorificar as figuras heroicas que participaram no acontecimento militar de Alcácer-Seguer e que se manteve até à atualidade. Sobre a história desta mercê honorífica vide SERRANO, Maria Alice Pereira de Lima, 1966, *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada: subsídios para a sua história*, Lisboa, Papelaria Fernandes.

⁴⁵³ BRANDÃO, Estela, 1951, *Pensamento de Guerra Junqueiro*, Porto, Domingos Barreira, p.27.

Os heróis militares eram bastante exaltados, porque representavam o símbolo do desinteresse individual em prol da nação (...) «As sombras tutelares que nos guiam são de homens impávidos que tudo arriscaram pela grandeza e independência da Pátria»⁴⁵⁴.

É a ocasião, o acaso que faz o herói, os momentos decisivos da História. Estar à altura das circunstâncias é uma das suas características. A ocasião é a (...) «fada maravilhosa que serve de madrinha aos heróis»⁴⁵⁵. É o destino que determina a grandiosidade do homem, o seu temperamento admirável, a personalidade e o perfil psicológico do herói. Os períodos de ascensão e prosperidade convocam, geralmente, os heróis e os períodos de decadência convocam os anti-heróis (como a dominação espanhola, o governo de D. José e a ação do marquês de Pombal, o Liberalismo e a República).

A conceção historiográfica pela qual o regime optou floresceu na Europa no século XIX juntamente com a ideologia nacionalista que o regime privilegiou. O culto dos heróis estava relacionado essencialmente com uma conceção de história institucional e hierárquica, onde a biografia assumia um papel importante bem como o culto do chefe, que se torna preponderante com a entrada de Salazar para o poder.

Salazar não pretendia “abusar” da exaltação nacionalista, mas sim utilizá-la como um instrumento de apoio à sua ideologia. Em 1933, Salazar opinava numa entrevista que deu a António Ferro, sobre o que lhe pareciam ser as desvantagens da glorificação excessiva dos heróis do passado: «Por mim atrevo-me a dizer que estamos demasiadamente presos à memória dos nossos heróis – nunca, aliás querida e venerada em excesso –, demasiadamente escravizados a um ideal coletivo que gira sempre à roda das glórias passadas e inigualáveis heroísmos. O nosso passado heroico pesa de mais no nosso presente (...). A querermos agarrar-nos às concepções dos tempos heróicos, correremos o risco de aparecermos como braços desocupados num mundo novo que nos não entende»⁴⁵⁶. Esta posição representava o traçado de um certo limite entre o passado e o presente, embora não se tratasse (...) «de rejeitar a “ressurreição” do passado, mas, na linha das liturgias da recordação, em fazer ancorar nessa opção um projecto regenerador que, à sua maneira, prometia, não só a concretização de um destino, mas a consumação do destino de Portugal»⁴⁵⁷.

⁴⁵⁴ CAETANO, Marcelo, 1973, *Factos e figuras do Ultramar*, Col. Figuras e Feitos de Além-mar, Lisboa, Agência Geral das Colónias, nº17, p.23.

⁴⁵⁵ Idem, p.28.

⁴⁵⁶ FERRO, António, 1933, *Salazar. O Homem e a sua obra*. Coimbra, Coimbra Editora, pp.39-41.

⁴⁵⁷ TORRAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.586.

A nação era concebida como o «produto orgânico da sua história»⁴⁵⁸ numa perspetiva de continuidade em que este produto era a gesta histórica dos grandes vultos da História que engrandeceram Portugal. Aos olhos do regime os heróis sintetizavam a essência da origem do povo português. Este ser coletivo objetivava e dava forma aos grandes períodos e acontecimentos históricos, ganhando contornos de modelo de civilização e da idiosincrasia nacional. É esta conceção de nação que é defendida na política comemoracionista do regime e que permite compreender a razão ou tendência para a personalização das evocações dentro do contexto comemorativo.

Durante o regime desenvolveu-se um tipo específico de literatura histórica de mitificação do herói onde vários autores, ideólogos do regime se destacaram pela obra realizada no âmbito desta temática: Costa Brochado⁴⁵⁹, Rodrigues Cavalheiro⁴⁶⁰, João Ameal⁴⁶¹, entre outros.

A natureza da genialidade humana é uma matéria complexa, pois que envolve a avaliação de valências de vária ordem, determinadas por manifestações que são encaradas segundo uma certa perspetiva de rendimento, uma expressão de potencialidade. Para proceder à avaliação do herói, que possui genialidade e superioridade é necessário compreender e detetar a sua tipologia, tendo em conta as suas ações e, essencialmente a sua atitude distinguindo os comportamentos que se mantêm e as características que se sobrepõem ao comum.

A virtuosidade militar e religiosa e a fidelidade à Terra Mãe foram sempre atributos muito valorizados e exaltados pelo regime na procura e criação do seu “Homem Novo”. Mário Gonçalves Viana ao tentar interpretar psicossocialmente a figura de Nuno Álvares Pereira analisa a estrutura básica da personalidade desta personagem segundo um plano esquemático que, no seu conjunto, julgamos congregar as características comuns das figuras às quais o regime atribuía importância. No vasto leque de virtudes destacam-se a precocidade, a idealidade, a tenacidade, a personalidade, a instantaneidade, a humanidade/santidade, o altruísmo/abnegação, a sabedoria/criatividade, a sinceridade, a autoridade/disciplina, humildade e a coesão.

A precocidade estava relacionada com a demonstração de capacidades desde cedo como a maturidade intelectual e psicológica que podia explicar os êxitos posteriores demonstrados por essas figuras. A idealidade estava associada à criação de um ideal de vida, à

⁴⁵⁸ TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.586.

⁴⁵⁹ BROCHADO, Costa, 1942, *Infante D. Henrique*, Lisboa, Ed. Império.

⁴⁶⁰ CAVALHEIRO, R., 1967, *D. Manuel II e João Franco. Correspondência inédita*, Lisboa.

⁴⁶¹ AMEAL, João, 1941, *João de Brito, herói da fé e do Império*, Lisboa, SPN.

dedicação a uma causa que transcendia os seus interesses e objetivos pessoais. A tenacidade estava relacionada com a persistência, a abstração e a firmeza de caráter e vontade, típico do homem superior que fixava a sua energia num objetivo a atingir sem qualquer hesitação. Segundo Mário Viana, «os verdadeiros grandes homens não foram “grandes” por praticarem feitos isolados ou espetaculares, mas sim por darem unidade e continuidade às suas ideias. A grandeza autêntica baseia-se no encadeamento de virtudes e de heroísmos obscuros, cuja essência escapa, não raro, à observação das pessoas vulgares»⁴⁶².

A personalidade revelava-se pela fidelidade aos seus ideais, ao seu caráter e às suas convicções. Era o resultado da sua experiência e da sua vivência no plano moral. A instantaneidade está relacionada com o poder de ação imediata, com o poder de decidir e resolver conflitos de uma forma ponderada e impetuosa; a humanidade/santidade diz respeito ao exemplo moral, à atitude demonstrada perante os outros e perante as situações como o sacrifício e devoção demonstrados, justiça, gratidão, generosidade. É a grandeza de sentimentos. Este valor está ainda relacionado com o culto da castidade e da espiritualidade, bem como a pureza de caráter; a abnegação é a renúncia pelo material e a opção pela causa à qual se propõem os homens superiores. É o altruísmo e a generosidade para com os outros. É o colocar-se depois dos outros, é o desprendimento dos interesses pessoais em favor dos coletivos. A criatividade/sabedoria tem a ver com a inovação, conceção e realização de obras e com o domínio de conhecimentos científicos. A sinceridade dos grandes homens está relacionada com a fé nos seus ideais e com a convicção a um ideal nobre; a autoridade é um valor que surge associado a atributos, tais como força, disciplina, valentia, destemor, iniciativa, vontade firme, perseverança, valentia, coragem e ação. A humildade está relacionada com o reconhecimento da fraqueza e limitação humana, com a modéstia e com a nobreza de atitudes. A coesão está relacionada com a coerência e intransigência de atitudes que norteia a atuação. Cada uma das qualidades representa por si mesma, uma característica de genialidade, de superioridade, mas o seu conjunto representa o heroísmo, a essência de um ser superior e transcendente.

Há figuras que se enquadram apenas num destes quadros, mas há outras que se inscrevem em vários, entrecruzando-se entre vários requisitos. Um desses casos é Nuno Álvares que apresenta uma bipolarização. «Na realidade já existia o santo, desde a mais tenra

⁴⁶² VIANA, Mário, 1964, *Nuno Álvares Pereira: arquétipo perene*, Lisboa, Separata do Boletim do Instituto Nacional de Educação Física, nºs 3 e 4, p.8.

idade, numa miscigenação. Ninguém nasce herói, nem santo. Os heróis e os santos fazem-se, a si próprios, mediante esforços repetidos e infindáveis, com mira num ideal superior»⁴⁶³.

A santidade do Condestável é explicada por Mário Viana pela estrutura da sua personalidade. Nun`Álvares reunia em si mesmo um conjunto de características psicológicas ímpares que o colocavam a par de outros santos. Ele congrega na sua complexa “superdotação estruturalista” características que o transformaram numa entidade plurivalente, impondo-se como paradigma ético durante séculos. A sua santidade é entendida na dupla vertente religiosa e mística (...) «embora a sua estrutura básica fosse a de místico, em virtude de uma forte fixação a altos ideais religiosos, éticos, estéticos, era um espírito gregário, mantendo-se sempre em contacto com a comunidade, de quem ele constituía uma síntese e um protótipo»⁴⁶⁴.

Por outro lado, Nun`Álvares é a memória de um passado glorioso pautado pela luta heroica em favor da independência nacional. Atoleiros e Aljubarrota constituem a idade de ouro, promovem a afirmação de Portugal na cena internacional e lançam os pilares da epopeia heroica. Do passado glorioso, Nun`Álvares garantia a construção de um futuro também ele aureolado pela grandeza, um futuro “restaurado” dentro dos valores de autoridade, religiosidade e patriotismo que apela à unidade nacional. Além de inspiração para o futuro, ele é também o garante da continuidade da conservação de uma identidade construída ao longo de gerações, uma identidade nacional baseada no culto das glórias do passado.

Nun`Álvares é o protótipo do ideal de soldado cristão que reúne todas as qualidades que um cavaleiro deve ter. Desinteresse, generosidade, gratidão, lealdade, o culto da honra e o amor da pátria, acima do qual só colocou o amor de Deus. É um homem simples e extremamente prudente e corajoso. Ele faz a guerra porque entende que ela é justa e reta (guerra santa). Esta sua conduta faz dele o modelo de soldado cristão, ideal místico que Nun`Álvares persegue ao longo da sua vida. O seu único objetivo era servir a pátria, culto que professava as duas mais altas afirmações da personalidade humana e que decidiram a independência e o destino de Portugal. Oliveira Martins reconhece-o como o Messias da pátria por este a ter resgatado da dependência castelhana. Ele resumia em si o génio e a alma do povo português que, pela fé, alcançava a vitória. Nun`Álvares representava também a devoção de Portugal à Virgem Maria⁴⁶⁵.

⁴⁶³ VIANA, Mário, 1964, *Ob. Cit.*, p.23.

⁴⁶⁴ Idem, p.26.

⁴⁶⁵ Após as batalhas fazia romagens em honra da Virgem em sinal de agradecimento.

Na dupla faceta heroica de Nun'Álvares, o Estado Novo sobrevalorizava as suas qualidades morais. A sua lição de vida era um exemplo para a comunidade do seu tempo, pois ele encerrava a expressão dos níveis mais elevados e distintos que a alma humana pode atingir: o heroísmo e ainda o patamar superior, a santidade. Ao contrário de Alexandre Magno e Napoleão, Nuno Álvares Pereira (...) «não só não provocava a guerra, mas também a detestava: limitava-se a aceitá-la quando lhe impunham, logo parando de a realizar quando o adversário se imobilizava»⁴⁶⁶. Nuno Álvares praticava aquilo a que se pode chamar a guerra “defensiva” de que fala Boulenger⁴⁶⁷, que é uma guerra considerada justa, de defesa ao invés de ataque, perfeitamente justificada, a legítima defesa de si próprio, tal como lhe impunham as circunstâncias da sua vida, nas quais o dever para com a pátria falou mais alto. O facto de ter vencido batalhas muito importantes que ditaram a afirmação de Portugal como nação e a consolidação da sua independência fez de Nuno Álvares uma personalidade militar de destaque, no entanto Mário Viana considera que (...) «o seu génio não era, tipologicamente, um génio militar, mas sim, um *génio ético* ou *humanístico*, de genialidade mais vasta, mais profunda e mais transcendente, do que aquela que se afirma no plano das batalhas»⁴⁶⁸.

Personalidades defensoras da ideologia do regime, tais como Carlos Olavo considerava que era (...) «preciso dar movimento e vida às figuras históricas a que se pretende dar relevo, mas as suas atitudes têm de estar em correspondência com a exatidão dos factos que lhe dizem respeito e as suas emoções têm de ser a expressão dos transe porque passam ou das situações em que se encontram»⁴⁶⁹. Nesta mesma linha de exaltação das figuras históricas, também Lourenço Cayolla, defendia que (...) «em todas as épocas e em todos os povos tem havido existências marcadas desde o berço para os mais altos destinos e para se evidenciarem por atos de valor e de benemerência, com honra para os seus nomes e prestígio para as nações de que fizeram parte aqueles que as viveram. Os méritos, talentos e qualidades próprias dessas figuras de excepção contribuíram para que elas se afirmassem por uma forma brilhante, útil e até por vezes gloriosa. Mas concorreram também para esse resultado as circunstâncias do meio, acontecimentos, amiúde estranhos, na sua preparação e eclosão, à influência dos que, mais tarde, vieram a exercer uma acção decisiva no seu desenvolvimento. Foram acontecimentos determinados por causas muito complexas, e até por vezes ilógicas e contraditórias, que transformaram esses homens em “actores” e os forçaram a

⁴⁶⁶ VIANA, Mário, 1964, *Ob. Cit.*, p.2.

⁴⁶⁷ BOULENGER, 1949, *Doutrina Católica*- manual de instruções religiosas (1ª e 2ª partes), Lisboa, União gráfica, p.27.

⁴⁶⁸ VIANA, Mário Gonçalves, 1964, *Ob. Cit.*, p.3-4.

⁴⁶⁹ OLAVO, Carlos, 1941, *João das Regras: Jurisconsulto e homem de Estado*, Lisboa, Livraria Editora Guimarães & C.ª, p.248.

atitudes e a actos que eles antes nem poderiam ter previsto. E assim são causas de carácter geral que marcaram e fixam, superiormente, a trajetória que esses futuros heróis hão-de vir a seguir. O sábio, o artista, o santo, ou simplesmente o homem virtuoso e bom, só desejoso de praticar o bem, podem afirmar a sua superioridade, e demonstrar os dotes que tanto os distinguem dos outros homens, apenas pela revelação do seu modo de ser. Mas os guerreiros, os que vierem a ser os condutores das multidões, os políticos, os estadistas, os chefes, todos enfim que carecem da colaboração de milhares de homens para poderem por em destaque os méritos raros das suas individualidades, méritos de que antes de se manifestarem, nem os seus próprios possuidores suspeitariam da sua existência – estes teriam permanecido ignorados e na sombra se não se houvesse proporcionado ensejo para a afirmação das suas qualidades de destaque»⁴⁷⁰.

A evocação do heroísmo do passado tinha efeitos propagandísticos que se valia da questão colonial e da resistência a fazer à sua perda, bem como da rememoração da mitologia do ser português. Os heróis eram evocados preferencialmente em épocas de crise, quando era necessário congregar as vontades em prol da união nacional, como já aludimos. A escolha do herói, ou seja, a identificação psicológica que se opera mentalmente constituía também uma ajuda na defesa de medos e angústias.

As circunstâncias que faziam o herói não eram, por vezes, unânimes para o regime. Há situações de completo aproveitamento da vida da figura histórica, mas existem também os “heróis do momento” que ficaram na história graças ao gesto de um momento consagrador na qual toda a sua existência parece condensar-se no instantâneo que a posteridade fixou, e que as tornou símbolo de uma virtude, expressão de uma atitude individual ou coletiva.

Na galeria de heróis que o regime privilegiava destacam-se diversos géneros ou tipologias diferentes que tentámos agrupar segundo a caracterização do seu perfil, tal como veremos de seguida.

⁴⁷⁰CAYOLLA, Lourenço, 1935, *Sá da Bandeira*, Col. “Pelo Império”, Lisboa, Agência Geral das Colónias/Ministério das Colónias, pp.5-6.

IV.4. 1.1. Os mitos fundadores e (re)fundadores

«Mas já o Príncipe Afonso aparelhava
O Lusitano exército ditoso,
Contra o Mouro que as terras habitava
De além do claro Tejo deleitoso;
Já no campo de Ourique se assentava
O arraial soberbo e belicoso,
Defronte do inimigo Sarraceno,
Posto que em força e gente tão pequeno;
(...)
Com tal milagre os ânimos da gente
Portugueses inflamados, levantavam
Por seu Rei natural este excelente
Príncipe, que do peito tanto amavam;
E diante do exército potente
Dos *inimigos*, gritando, o céu tocavam,
Dizendo em alta voz: «Real, real
Por Afonso, alto rei de Portugal!»

CAMÕES, Luís de, s/d, *Os Lusíadas* (ed. organizada por Emanuel Paulo Ramos), Porto, Porto Editora, pp.139-140 (Canto III, Estrofes 42 e 46).

Os períodos decisivos e os pontos de viragem da História nacional definem, em parte, as figuras históricas às quais se atribui importância. A fundação da nacionalidade é um desses períodos que diz respeito à independência e construção do Estado nação.

Os governos de D. Afonso Henriques a D. Fernando marcam o período fundador da nacionalidade e o traçado do seu destino imperial. O acontecimento que mais marcou este período foi sem dúvida, a grande batalha de Ourique, facto este que se tornou um mito devido à relevância que teve na constituição e afirmação do Estado português. A este facto está associada a simbologia da aparição da Virgem Maria e das cinco chagas de Cristo, elemento que viria a ser introduzido na bandeira nacional. Se D. Afonso Henriques é uma figura relevante no panorama histórico nacional enquanto monarca, no conjunto dos fundadores, porque concentra em si todas as aspirações nacionais dos portugueses, D. Teresa e D. Henrique de Borgonha gozam de estatuto idêntico. São considerados os projetistas da independência de Portugal, as figuras chave do lançamento das bases da nacionalidade. São, por assim dizer, os iniciadores da ação e da obra grandiosa de seu filho, Afonso Henriques. Embora D. Henrique fosse originariamente um fidalgo francês, logo estrangeiro, é pela sua ação militar enquanto cruzado que se destaca enquanto figura heroica.

O imaginário coletivo apresenta quatro heróis lendários que participam da mitologia fundadora: Viriato, Afonso Henriques, Geraldo Sem-Pavor e Nun'Álvares Pereira. Estas figuras inserem-se no âmbito dos mitos nacionais que a historiografia do regime imortalizou. Todos eles se inscrevem num universo definido pelo nacionalismo místico propagandeado e instrumentalizado pelo Estado Novo, fazendo parte de uma realidade transcendental. A historiografia escolar teve um papel fundamental na divulgação destes heróis e na consequente construção do imaginário histórico nacional.

A construção do mito do chefe lusitano inicia-se no século XVI com o Renascimento. N' *Os Lusíadas*, Luís de Camões afirma que os portugueses descendem dos lusitanos e que a Lusitânia terá sido fundada por Luso, filho de Baco, do qual os portugueses seriam tetranetos. Nos meados do século XIX, Alexandre Herculano descartou essa teoria, o que não impediu que a ideia de que os portugueses descendiam dos lusitanos fosse retomada pelo Estado Novo, para efeitos propagandísticos.

Viriato representava o exemplo do sacrifício pessoal na resistência contra o dominador romano. Ele foi apresentado sob uma dimensão mítica de chefe militar e de condutor de homens. Representava a fidelidade às tradições e costumes, o sentimento de nacionalidade e a ânsia expressiva de um caminho que conduzira à formação e independência de Portugal, por isso, o regime considera-o como um modelo espiritual nas suas virtudes e qualidades como chefe para as gerações vindouras que o deveriam ver como um exemplo e as suas ações como sugestivas de serem repetidas.

Esta figura remota da História é evocada pela interpretação tradicional enquanto figura inaugural da História nacional que liderou a primeira guerra portuguesa pela independência contra o domínio romano. É exaltado pela sua determinação guerreira, experiência e inteligência na defesa do território ibérico. Pela atuação exemplar na condução do destino nacional, assume o estatuto de herói, ao qual se liga um sentimento de pertença que se alastra também a Espanha. Esta figura é também destacada pela sua personalidade e dedicação à causa nacional e porque define a ténpera da raça lusitana. “Pastor” dos Montes Hermínios, é o homem que combateu à frente dos lusitanos vitoriosamente os romanos, preservando a independência dos seus domínios, eis a ideia basilar que o regime transmitia. Esta figura era considerada (...) «a par da sua coragem indómita, o seu sentimento de amor à terra-mãe, tão próprio das nossas gentes, e, finalmente, a par do seu prestígio de chefe, a extraordinária

isenção de bens de fortuna, norma admirável de todos os grandes homens da história deste país»⁴⁷¹.

Viriato ocupou na História nacional um lugar de destaque na galeria mítica dos heróis lendários do regime. Simbolizava não só a resistência ao invasor estrangeiro, mas fundamentalmente a manutenção da independência. Percursor de Portugal como nação, ele insere-se, segundo Raymond Trousson, no *mito do libertador*⁴⁷² que faz parte da historiografia das mais remotas civilizações. Segundo José B. Machado, o *mito do libertador* está estreitamente relacionado com concepções messiânicas embora lhe reconheça diferenças (...) «o Messias é aquele que vem libertar o povo do jugo opressor. No entanto, há uma grande diferença entre ambos. Enquanto o Messias é aquele que se projecta numa espera para o futuro, o libertador é aquele que já veio e reside no imaginário coletivo de um povo»⁴⁷³.

Já em períodos anteriores ao Estado Novo, o mito de Viriato tinha alcançado alguma projeção naquilo que seria a justificação e consolidação do regime político. No entanto, aquando da implantação da República, este mito ganha novos contornos de exaltação nacionalista, no sentido de desenvolver e divulgar ideais patrióticos e de educação cívica baseados nos paradigmas do passado nacional. Este espírito patriótico republicano terá influenciado alguns literatos⁴⁷⁴ na temática das suas obras.

Com o advento da ditadura militar e, posteriormente do Estado Novo, o empenho em revitalizar o nacionalismo e orientá-lo segundo a sua perspetiva, torna-se um objetivo fundamental da política do espírito do regime, sobretudo, a partir da década de 30, com o acentuar do cunho nacionalista do ensino, a origem da figura de Viriato passa a ser reclamada como herança nacional.

A figura de Viriato é aproveitada para fins propagandísticos, merecendo um destaque significativo na política ideológica e de propaganda que o regime pretendia implementar. Também neste período alguns autores⁴⁷⁵ dedicam as suas obras a figuras emblemáticas da nação, incluindo nelas a figura mítica de Viriato. Destaca-se a obra de Araújo Corrêa, *O génio da raça*, publicada em 1933, que define o conjunto de características que estavam na base da

⁴⁷¹ CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da, 1954, *Viriato: capitão da Lusitânia*, Lisboa, Ed. do Estado-Maior do Exército, p.5.

⁴⁷² TROUSSON, Raymond, 1992, *Prometeu na Literatura*, Trad. de Evaristo Santos *et. alii.*, Biblioteca Mitológica, Porto, Rés, p.106.

⁴⁷³ MACHADO, José Barbosa, 1995, *O mito de Viriato na Literatura Portuguesa*, Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, p.35.

⁴⁷⁴ Mário Beirão, Teixeira de Pascoaes, António Corrêa de Oliveira, Afonso Duarte, Fernando Pessoa, Vitorino Pereira, José de Almeida e Silva e Luna de Oliveira.

⁴⁷⁵ Araújo Corrêa, João de Almeida, Luís de Pina, Sousa Costa.

grandeza da civilização portuguesa. Nesta época surgem também algumas obras e estudos de caráter militar e histórico da autoria de figuras ligadas ao regime.

A figura de Viriato inseriu-se na panóplia dos mitos nacionais que a historiografia do Estado Novo imortalizou e que se inscrevem num universo definido pelo nacionalismo místico propagandeado pelo regime e que faziam parte de uma realidade transcendental. Viriato representava o sentimento de nacionalidade, a ânsia expressiva de um caminho que conduzirá à independência e formação de Portugal mas também um conjunto de virtudes tais como: a sabedoria, a sensatez, a coragem e a humildade que coroa esta figura cuja vida em comunhão com a natureza, descara riquezas e bem-estar, por isso o regime considera-o o modelo espiritual nas suas virtudes e qualidades como um chefe para as gerações vindouras que o verão como um exemplo e as suas ações tidas como um modelo.

Viriato era o caudilho ou condutor de homens em prol das causas nacionais, (...) «é o resistente e o precursor de uma política de autonomia do ocidente peninsular»⁴⁷⁶. Esta personagem encaixava-se numa conceção de filosofia da história que (...) «pressupõe uma linha evolutiva e contínua, uma teleologia redentora e um sentido de solidariedade com o passado, expressa-se, ideologicamente na actualização dos grandes exemplos e dos grandes homens que funcionariam (numa estratégia que visaria consensualizar memórias e afectos) como os picos dispersos e palpáveis do tempo imemorial da nação»⁴⁷⁷.

Nesta mesma conceção também se inseria Afonso Henriques. Durante o período do Estado Novo há uma revalorização desta personagem que tinha sofrido um apagamento durante o período liberal e republicano, assim como as figuras ligadas à dinastia de Avis⁴⁷⁸. O regime exalta-o porque além de representar a fundação da independência e da nacionalidade portuguesa é também o iniciador do período da formação através da iniciativa de autonomia e alargamento do território. Ele é fundamentalmente o “inventor” do Portugal em que vivemos e a construção do seu mito situa-se no século XII.

O processo de revalorização que sofreu com o Estado Novo promoveu a sua imagem enquanto paradigma do herói bélico, herói de ação, que conduz o povo, tal como Viriato, mas com a significativa ação de ser o fundador da nacionalidade, o que lhe vale o estatuto de mito nacional eternizado como figura ligada à memória das origens. Afonso Henriques representa o fundador da nação eternamente associado a Ourique, «a pedra angular da monarquia

⁴⁷⁶ CARVALHO, Paulo Archer de, 1994, “Memória Mítica da Nação- o caso do Integralismo Lusitano” in: *Vértice* nº61/ Julho-Agosto, p.55.

⁴⁷⁷ Idem, p.55 e 56.

⁴⁷⁸ Personagens como Nun’Álvares Pereira, D. João II, D. João III ganham honras de exaltação naquilo que foi a direção que tomou o percurso da História nacional, enfatizado pela política cultural que também convergia na sua totalidade para o mesmo fim.

portuguesa, da qual não é possível dissociar o estabelecimento da independência e da identidade nacionais»⁴⁷⁹. Esta figura congregava em torno de si algumas crenças com caráter lendário.

O mito da batalha de Ourique faz parte dos mitos de origem que funcionam como estruturadores da História e da origem providencial da nacionalidade bem como da sua autonomia e destino de grandeza. A Restauração de 1640 representava a retoma do devir histórico iniciado em Ourique, ou seja, a refundação da nação. A conceção histórica subjacente a estas teorias era marcada por um providencialismo explicativo do percurso histórico. Ourique é o suporte ideológico que consagra a origem do Estado, explicando uma conceção particular da nacionalidade portuguesa que se afirma na base do inexplicável. Este mito faz parte de uma estrutura conceptual e ideológica que explica a legitimidade da nacionalidade portuguesa, à qual o Estado Novo se agarrou para construir uma consciência patriótica nacionalista.

Afonso Henriques é a figura que se destaca no período fundador, enquanto paradigma, por lhe ser reconhecido o instinto da nacionalidade e ser, por isso, considerado o intérprete ideológico da raça. O seu ciclo lendário insere-se numa tradição cavaleiresca e monástica, característica da idade média. Afonso Henriques é apresentado segundo uma dimensão épica, dotado de um poder teocrático e sacralizador e a batalha de Ourique como o seu local de consagração mitológica, o acontecimento que confere a hiperbolização e a exaltação da sua figura.

A batalha de Ourique para além de ser um marco importante na história comporta uma dimensão providencial que se espelha no símbolo augusto da nação, a bandeira, que combina referentes religiosos e patrióticos. A demonstração da sua crença religiosa evidenciada pela luta que desfere contra o Islão será um aspeto tido em conta na construção da sua imagem de cristão, coroada por uma auréola de santidade que contribui para a sua mitificação e para ampliar o significado religioso e patriótico da batalha de Ourique. A vitória em S. Mamede pode considerar-se decisiva para a futura nação, pois marcou a autonomia que os portugueses se esforçaram por nunca mais perder, bem como as sete localidades fortificadas que Afonso Henriques conquistou aos mouros.

Afonso Henriques é o paradigma do herói vitorioso, o homem de ação, da força guerreira, o mito fundador da nacionalidade e da independência portuguesa que obedece a um padrão básico que engloba todos os seus feitos unanimemente considerados pela

⁴⁷⁹ BUESCU, Ana Isabel Carvalho, 1987, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação, p.155.

historiografia escolar. Os valores que esta figura encerra em si própria servem de referência para todos os outros heróis que o regime exalta. Ele consubstancia o heroísmo militar por ser o guerreiro e chefe, a fé, a independência e o desejo de expandir o território. As outras figuras apresentam a mesma base e vão somando outros atributos por acréscimo gradual relativamente àquelas que constituíam a génese do heroísmo português: a sabedoria e experiência observada nos heróis da reconquista, o Mestre de Avis e Nuno Álvares Pereira, e o sacrifício e a aventura presentes no perfil dos heróis da expansão ultramarina.

Será a partir do século XIV que o estatuto mítico do herói fundador estará definitivamente construído. Em termos interpretativos, este herói reúne consensos a nível historiográfico. Ele é além de herói fundador da monarquia portuguesa como Estado independente, é também herói de acção, o protótipo de herói vencedor que utilizou o seu talento para unificar e rejuvenescer a antiga nação lusitana. A sua falta de lealdade para como rei de Leão ou a batalha de S. Mamede feita contra a mãe, são episódios históricos que muitos autores destacam e que corresponde ao perfil histórico traçado por Alexandre Herculano.

O Estado Novo revaloriza a figura de Afonso Henriques dentro do período fundador. Esta figura que fora secundarizada pela República conhece um novo alento durante o regime que destaca as suas virtudes e feitos enquanto chefe. Esta valorização adquiriu contornos de glorificação que culminou com a comemoração do VIII centenário da tomada de Lisboa em 1947, na qual o primeiro rei é apresentado como um «herói cristão» (...) que «domina verdadeiramente todos os reis que lhe sucederem no trono de Portugal. Nenhum outro lhe merecerá tão perfeito elogio»⁴⁸⁰.

A divulgação desta imagem corroborava a imagem da vitória em Ourique como sendo um milagre, obra divina que também foi objeto de comemoração através da inauguração do padrão evocativo da referida batalha, a 13 de junho de 1940, cerimónia em que participaram várias individualidades políticas e religiosas. Entre elas destaca-se o Vice-presidente da Câmara Municipal do Porto que no discurso inaugural estabeleceu uma analogia entre a batalha de Ourique e Fátima e entre Afonso Henriques e Salazar: «Felizes dos portugueses que assistiram a esta emocionante evocação e que, religiosamente, puderam recordar nesse dia, bem no íntimo, toda a História de Portugal, emoldurada entre o milagre inicial de Ourique e a empolgante relação actual de Fátima e cujos destinos passaram por mãos gloriosas e heróicas desde Afonso Henriques a Carmona e Salazar»⁴⁸¹. Estas e outras manifestações refletiam a tendência crescente da política cultural do regime para colocar de novo Portugal

⁴⁸⁰ *Revista dos Centenários*, 1939/Agosto, p.12.

⁴⁸¹ *O Porto nos Centenários*, 1940, Porto, Câmara Municipal do Porto, p.92.

no caminho da fé e da religião após décadas caracterizadas pelo laicismo e anti clericalismo que aboliam a Igreja católica e os seus valores dos interesses sociais e políticos do país. A revalorização da vertente religiosa por parte do regime era, no entender de Luís Reis Torgal, a «renovação da aliança entre o “trono e o altar”»⁴⁸².

Ainda dentro desta tipologia destacam-se Geraldo Sem-Pavor que representava uma figura ligada ao ideal guerreiro, a sua fidelidade a D. Afonso Henriques e a sua dedicação aos interesses patrióticos eternizaram-no na História assim como D. Sancho I e D. Dinis, vistos como os reis laboriosos da colonização do território nacional. As figuras de D. Pedro I e Inês de Castro constituíam também um mito fundador da identidade nacional.

Nun`Álvares Pereira comporta o ideal aristocrático cavaleiresco e o ideal ascético medieval. O seu ciclo lendário inicia-se com a crónica de D. João I de Fernão Lopes que o define como exemplo dos valores antigos. Também Camões, n´*Os Lusíadas* e Oliveira Martins recordaram as qualidades que Fernão Lopes lhe atribuíra. A Igreja, porém, transpõe a sua imagem para os altares, conferindo-lhe o estatuto de santo. O Infante D. Henrique foi das figuras que permaneceu no imaginário coletivo através de um discurso ideológico que mitificava a sua imagem enquanto símbolo da expansão imperial.

Afonso Henriques, Nuno Álvares Pereira e o Infante eram, por analogia, candidatos à causa da canonização, por serem arquétipos de heróis, mas apenas Nun`Álvares o conseguiu. Esta trilogia de figuras paradigmáticas sustentava o imperialismo luso-atlântico, pois se D. Afonso Henriques representava a fundação da pátria, colocando-a sob a insígnia de Cristo com a batalha de Ourique, Nun`Álvares representava a sua reconquista definitiva, e o Infante, a conquista do império ultramarino de onde saíra a gesta messiânica.

A projeção da imagem heroica de Nun`Álvares Pereira processou-se em vários domínios e em conformidade com as ideologias dominantes em cada período histórico. A República conota-o com o paradigma do herói salvador de cariz laicista porque teve um papel fundamental no processo de reconquista da independência nacional.

O caráter laico do seu mito destaca sobretudo as suas qualidades militares e patrióticas e são estas que prevalecem até finais do século XIX devido à influência do anticlericalismo. É destacada sobretudo a sua ação militar e guerreira e a sua extrema importância no desenrolar do processo de reconquista da independência nacional e na refundação da pátria.

É com o período republicano e com a polémica levantada entre as alas mais conservadoras e os laicistas que surgem tendências para atribuir uma importância significativa

⁴⁸²TORGAL, Luís Reis, 1998, “Ensino da História”. in: L. R. Torgal, J. A. Mendes & F. Catroga, *História da História em Portugal- sécs. XIX-XX*, Vol.I, Lisboa, Círculo de Leitores, p.594.

ao catolicismo e, é neste contexto que é instituído o culto a Nuno Álvares Pereira que teve um papel decisivo na “recatolização” da sociedade portuguesa. Segundo L. Reis Torgal «com a beatificação de D. Nuno Álvares Pereira, a heroicidade cívica expressou-se em termos diretamente religiosos, sem dúvida, os mais adequados aos interesses ideológicos dos que, contra o laicismo e o democratismo da I República, estavam empenhados em recatolizar o país e em selar uma nova aliança entre a religião e a sociedade política»⁴⁸³.

Com a obra biográfica de Oliveira Martins, *A vida de Nun`Álvares* (1893) começa a desenvolver-se uma imagem um pouco diferente daquela que prevalecera até então. Este autor destaca um heroísmo messiânico orientado pela divina providência para empreender uma missão “sagrada”. Nun`Álvares era agora o “iluminado” que partilhava as suas virtudes guerreiras com uma aura de sacralidade.

Oliveira Martins revela o seu halo sagrado, o homem “superior”, protótipo de modelo para a sociedade apresentando-o sob uma perspectiva paradoxal. Se, por um lado, era Nun`Álvares o herói da coragem, da iniciativa e do vigor, ele era agora apresentado como sendo também, no plano inverso, o modesto, o despojado, o sofredor e o ascético⁴⁸⁴. Esta duplicidade de virtudes aparentemente contraditória, combinava-se na natureza humana de Nun`Álvares segundo a perspectiva de Oliveira Martins que construiu um retrato expressivo desta personagem.

É também com a obra de Oliveira Martins que se vai projetar e desenvolver neste herói a qualidade da santidade. Para O. Martins ele é o “Messias” da pátria, um homem superiormente orientado. Esta perspectiva do mito não estava muito distante da imagem que os manuais escolares retratavam, embora apresentassem imagens menos elaboradas. No entanto, a evocação desta figura ganha um extraordinário dinamismo nos manuais do período do Estado Novo que atribuem uma significativa projeção à vertente religiosa e mística de Nun`Álvares destacando a pureza da alma e a sua espiritualidade, não deixando de valorizar, obviamente a sua heroicidade militar que o apresentava enquanto modelo de patriotismo.

A imagem de Nun`Álvares supunha o protótipo de santidade que se baseia na vivência da ascese e renúncia ao mundo. É uma personalidade complexa porque apresenta uma

⁴⁸³ TORGAL, L. Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.626.

⁴⁸⁴ O valor ascético é introduzido no padrão cavaleiresco no século XIV na *Demanda do Santo Graal* e, posteriormente é afirmado nas obras de D. Duarte, Zurara e Fernão Lopes. Este último cronista entendeu Nun`Álvares como sendo o mais alto expoente das virtudes cavaleirescas não só porque teria sido imbatível enquanto homem de armas mas também porque se despojou dos bens materiais e, para além destas virtudes, preservou a sua castidade, virtude característica de reis e príncipes introduzida no século XV pelos cronistas da época. Estas formas de ascese constituíam o valor cristão ascético que se combinou com o valor cavaleiresco e que atinge o seu auge no início do século XVI. C.f. SARAIVA, António José, 1982, *A cultura em Portugal: teoria e História*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp.128-129.

duplicidade de carateres. Ele é o retrato de uma figura superlativa por ser um modelo de virtude religiosa e mística e, por outro lado, de virtude guerreira e militar. Esta imagem é construída por Oliveira Martins que o apresenta como um modelo para a juventude, um Messias da pátria, o *Galaaz* nacional que assimilou o carácter excecional do *Cavaleiro da Távola Redonda*. É o obreiro dos homens e de Deus que dedicou a sua vida à empresa da redenção de Portugal. Oliveira Martins apresenta essa duplicidade: «Em Nun`Álvares Pereira, o combatente e o monge, o cavaleiro e o professo, são apenas duas faces de uma só existência, superiormente inspirada por um único ideal de serviço, o qual descia do coração de Deus para o coração dos homens»⁴⁸⁵.

Para Oliveira Martins, Nun`Álvares Pereira era ainda o «exemplo superior da conceção cristã da vida, e por isso venerado como santo, Nuno Álvares é porventura o tipo culminante da energia própria desta nossa raça peninsular ibérica, idealista na alma, e afirmativamente heroica. O heroísmo encontrou objeto no sentido histórico da independência que transformou em consciência nacional (...) Históricas, ou transactas, as formas em que a sua energia e o seu pensamento se moldaram, por isso mesmo Nuno Álvares se levanta no passado remoto como o representante eminente do tempo em que existiu. Herdeiros das lições do passado, filhos de um mundo envelhecido, não podemos, é certo, repetir no seu objecto a devoção quase histórica dos santos medievais: mas havemos de aprender com os heróis, qual foi Nuno Álvares, de quanto o homem é capaz, desde que obedece aos impulsos generosos do seu coração e aos movimentos dedicados da sua vontade enobrecida»⁴⁸⁶.

No final do século XIX, sobretudo a partir de 1870, a figura de Nun`Álvares Pereira é alvo de uma renovação e de uma projecção. São evidenciadas sobretudo as suas virtudes e o carácter religioso associado a estas. Protótipo de símbolo nacional, Nun`Álvares torna-se, uma figura lendária da História de Portugal. Para este processo de reabilitação do condestável contribuiu a obra de Oliveira Martins⁴⁸⁷ que atribui a Nun`Álvares uma missão messiânica num período conturbado da vida nacional. Todavia, o culto propriamente dito desta figura histórica do passado só teria uma larga projecção já no decorrer da I República⁴⁸⁸.

A fé religiosa era considerada a fundamentação e a justificação de toda a sua dignificação enquanto homem de acção, o que lhe valeu a entrada na galeria dos grandes místicos peninsulares. Oliveira Martins mostra claramente que a sua devoção a Deus fora

⁴⁸⁵ MARTINS, Oliveira, 1968, *A Vida de Nun`Álvares Pereira*, Lisboa, Guimarães Editores, p.99.

⁴⁸⁶ Idem, p.449.

⁴⁸⁷ *A Vida de Nuno Álvares Pereira*. A primeira edição data de 1891.

⁴⁸⁸ LEAL, Ernesto Castro, 1993, “Projecção pública do símbolo Nun`Álvares (1918-1931)” in: *Revista da Faculdade de Letras*, nº15, 5ªsérie, FLUL, pp.676-680.

sempre a base de toda a sua atuação: «A sua fé em Deus era a chama em que ardia a sua dedicação patriótica e a sua energia militar. A religião era a raiz, a virtude, a coragem e o civismo, os ramos da árvore da sua vida, iniciada pela revolução mística da Cavalaria. Salvando Portugal, levantando um trono ao Mestre de Avis, cumpria a empresa que lhe fora marcada; mas essa empresa, transcendentalizando-se, importara a própria exaltação da sua alma no seio do Deus amado»⁴⁸⁹.

Também o Integralismo Lusitano criado em 1914 adota como modelo a figura do Condestável tornando-o no *Galaaz* do anti liberalismo. O regime republicano também destacava Nun`Álvares na galeria dos seus heróis nacionais, embora lhe retirasse a aura de sacralidade, privilegiava a sua faceta de homem de ação que reconquistou a independência e salvou a pátria. A sua influência prolongar-se-á e será aproveitada pelo Estado Novo que o inclui no seu panteão mítico, enquanto figura suprema que apontava um novo destino à nação.

O culto e a imagem criados em torno da figura do Condestável foram aproveitados pelo Estado Novo que a tomou como herança. Exímio e exigente líder militar combatendo “sempre” em inferioridade numérica, invencível na arte da guerra e na firmeza e coerência das suas convicções, consegue consolidar o trono de Avis, participar na empresa da conquista de Ceuta e assegurar uma significativa parcela dos bens que viriam a integrar a futura Casa de Bragança. Terminava o período da Idade Média com a vitória da causa do Mestre de Avis, despontavam os primeiros sinais da Renascença e o Condestável representava simultaneamente a ligação entre esses dois períodos. É a figura marcante na criação da nova sociedade bem como de uma nova mentalidade que deu origem à construção de um Estado moderno.

Nun`Álvares era a chave da manutenção da independência portuguesa, símbolo de uma época conturbada⁴⁹⁰ marcada pela insegurança, esta figura representava a afirmação da independência nacional, a reinvenção da portugalidade e o início da época de ouro portuguesa. Ele alia-se ao Mestre de Avis porque acredita na mudança da cena política e terá sido este fator que explica o seu envolvimento nos acontecimentos históricos da época.

O título de *Condestável* do reino é conseguido na batalha dos Atoleiros. Nun`Álvares é nomeado com este título pelo Mestre de Avis, graças à sua atuação decisiva contra o exército do rei de Castela. Em 1385, com a batalha de Aljubarrota, considerada o “milagre” da independência portuguesa e o fim da guerra entre os partidários do Mestre de Avis e D.

⁴⁸⁹ MARTINS, Oliveira, 1968, *Ob. Cit.*, p.267.

⁴⁹⁰ Do ponto de vista político e social vivia-se em Portugal um ambiente instável devido ao cisma de Avinhão, à peste negra e à guerra.

Beatriz de Castela, o condestável adquire grande repercussão no destino nacional porque consolida a independência.

A evocação do Condestável representava a garantia da independência da pátria consubstanciada nas batalhas da reconquista, das quais se destaca Aljubarrota como ponto alto enquanto expressão do seu génio militar, acontecimento que representava um marco importante, após a fundação do reino de Portugal e que só voltará a ter igual representatividade com a restauração da independência em 1640, após os sessenta anos de dominação espanhola. Desta forma, (...) «o culto do Condestável funcionava igualmente como um apelo à redenção nacional, atitude que dentro dos quadros do historicismo dominante remetia para a mitificação das “origens”, isto é, de D. Afonso Henriques e dos Restauradores»⁴⁹¹.

Aljubarrota é apresentada pelo regime como o acontecimento no qual Portugal se cindiu definitivamente das outras nações da Ibéria, um símbolo no percurso da História nacional porque marca uma transformação estrutural na sociedade portuguesa que proporcionou a ascensão de um grupo de figuras cuja ação influenciou os destinos da nação. Desse grupo destacam-se D. João I e Nun`Álvares como figuras cimeiras na reconquista da independência do reino em 1385. Aljubarrota marca a abertura de um novo ciclo iniciado com a conquista de Ceuta e completo com a obra do Infante que abre ao mundo novos horizontes concluindo um ciclo de feitos gloriosos. É a batalha mais decisiva de todas pela independência nacional.

O Condestável era evocado como exemplo por ser o herói de Aljubarrota porque (...) «antes de mais nada é - como todos devemos ser – o homem que crê na pátria, nos seus imortais destinos, na sua predestinação fecunda. E não basta crer na Pátria – visto que, suas próprias mãos, lhe abre novos caminhos, lhe assegura esplêndidas vitórias, lhe garante, em rasgos felizes, a liberdade e a independência (...) Lição de patriotismo militante, lição de fervor exemplar – eis o que Nun`Álvares representa na História de Portugal»⁴⁹².

A batalha de Aljubarrota representa um ponto culminante da independência de Portugal e o esforço de uma raça. Marcou também o início de uma geração ilustre e de uma dinastia que promoveu o progresso da nação. Aljubarrota marca ainda o espírito patriótico e de santidade bem como o apogeu do génio militar de Nun`Álvares. Este espírito firmava o prestígio de Portugal e encerrava a poderosa ciência da vitória que faz de Nun`Álvares o herói

⁴⁹¹ SOARES, Freitas, 1938, *Ob. Cit.*, p.17.

⁴⁹² AMEAL, João, 1940, “A lição de Nun`Álvares” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV, Julho, p.2.

ganhador, o vencedor das batalhas de reconquista. O culto do seu heroísmo valia para o regime porque ensinava a vencer e a confiar no futuro.

Nun`Álvares encarna o mito de restabelecimento do esplendor nacional, o renascimento da nação. Para Baltasar Rebelo de Sousa, ele (...) «é já o herói que suscita e consubstancia a maioria da Nação Portuguesa. É já o santo que, no sacrifício, na modéstia, na piedade – vai ascendendo aos altares! Mas, herói e santo, vulto já a passar da História à lenda, ele havia de ser ainda conselheiro, participante e profeta da nova cruzada que, simultaneamente dilatava a fé e criava o império, ampliando, no tempo e no espaço, a mensagem integral da sua própria vida. Por duas vezes, os seus pés calcaram as naus que ensaiavam o voo de esperanças mundo fora. Assim as sagrou, quero crer. E a interpretação profética alarga-se da expedição a Ceuta para presidir a toda a expansão que os séculos haviam de testemunhar»⁴⁹³.

Em 1935, por altura das comemorações da batalha de Aljubarrota, Salazar teria mandado distribuir por todo o país uma exortação patriótica que exaltava essa data como um alento para reforçar o rumo que ele pretendia para a nação. «Hoje, como então, se exige espírito novo para fazer a revolução nacional. (...) Ali repousam os que consolidaram a independência de Portugal e assentaram as bases da sua grandeza futura»⁴⁹⁴.

Na linha da frente do seu exército, erguia-se o símbolo da alma do herói, o estandarte que continha as imagens que protegiam Portugal e os portugueses das investidas do inimigo⁴⁹⁵. A sua ação na história marcou o espírito da raça portuguesa porque esta figura encerra duas vertentes tão antagónicas como complementares, o heroísmo que simboliza a pátria e a santidade que simboliza o sagrado, símbolos genuínos na tradição e na cultura portuguesa. Esta figura entra na aura do mito porque o poder divino faz parte da sua essência e da sua missão providencial, fazendo dele um ser superior, um santo. Esta figura estabelece a união entre a pátria e o céu porque encarna o protótipo do “Messias” nacional e, desta forma, assume a plenitude na galeria das figuras maiores para o regime.

O Condestável era uma figura dicotómica porque encerrava uma duplicidade de títulos. Ele é uma figura de aventuras bélicas – o ideal de cavaleiro (milícia) votado ao serviço da pátria e à causa da unidade católica (sacerdócio) que só faz a guerra para alcançar a paz.

⁴⁹³ SOUSA, Baltasar Rebelo de, 1961, *Nuno Álvares Pereira: o herói e o santo*, Lisboa, Subsecretariado de Estado da Educação Nacional, p.2.

⁴⁹⁴ SALAZAR, António de Oliveira, citado pelo *Diário de Notícias* de 15 de agosto de 1936, nº25.334, p.1.

⁴⁹⁵ O estandarte tinha um fundo branco e uma cruz vermelha que o dividia em quatro partes. Na parte superior esquerda, junto da haste, estava representado Jesus Cristo crucificado, a Virgem Santíssima e São João. Na parte superior direita estava representada Nossa Senhora com o Menino Jesus ao colo. Na parte inferior esquerda estava representado São Jorge armado, de joelhos a rezar de mãos postas. Na parte inferior direita estava representado São Tiago, também de joelhos.

Ele conduz a guerra em defesa da paz, em nome de Portugal e dos interesses divinos e, na sequência final da sua vida ele recolhe-se à vida religiosa como carmelita, como cavaleiro que serve a Igreja e o catolicismo. A fidelidade a Deus está implícita na sua faceta de guerreiro. É esta característica que distingue o heroísmo de Nuno Álvares: a vocação de santidade realizada na prática das virtudes cristãs e teológicas que o levaram, em 1421 a entrar no convento e ao voto de castidade, e a devotar-se à Ordem do Carmelo, embora o ideal de pureza pudesse já ser identificado no perfil de “Cavaleiro da demanda do Graal”, enquanto o seu fundamento de vida seria o da busca pelos altos ideais ou a busca do *Santo Graal*, votando-se por fim à castidade, serviu-se do seu sofrimento (morte da esposa e da filha) para entrar na purificação através da perseverança. É nesta contradição que reside a paridade dos seus títulos que embora contraditórios se conjugam, atribuindo-lhe um perfil único e um cariz místico.

Ele é também a «figura maravilhosa da cavalaria portuguesa»⁴⁹⁶. À luz da Igreja, as batalhas dirigidas pelo Condestável eram entendidas como obra de Deus porque tinham uma razão divina. Esta perspetiva guiava a sua ação guerreira e, por isso se considerava que a sua vida foi sempre uma ascensão contínua, uma dimensão religiosa que ele abraça e que enquadra os seus dotes humanos, conferindo-lhe integridade até alcançar o desiderato divino, a santificação.

Nun`Álvares demonstrou uma magnífica prontidão em prol da pátria e após garantir a existência da nacionalidade, converteu-se, abdicando de si próprio, entregando-se totalmente à vida religiosa para *vivere soli Deo*. Após a sua morte iniciou-se o culto litúrgico à sua figura pelo povo de Lisboa, consagrado no reinado de D. Duarte e, posteriormente por D. Afonso V. Em 1641, após a dominação espanhola, D. João IV pediu ao Papa a beatificação e canonização de Frei Nuno de Santa Maria, pedido igualmente feito por D. Pedro II, porém o culto oficial de reconhecimento eclesiástico surge apenas em 1894, data em que se iniciou o processo de beatificação⁴⁹⁷.

Em 1918, a Igreja autorizou em Portugal e na Ordem Carmelitana, o culto a Nuno de Santa Maria, conservando apenas o título e categoria de Beato para o resto da Igreja Católica. A restauração do culto a D. Nuno Álvares Pereira e a consequente beatificação foi uma importante proposta simbólica concretizada em 23 de janeiro de 1918. Era assim consagrado pelo Papa Bento XV o culto que, desde séculos, Portugal já dedicava ao herói nacional. Com

⁴⁹⁶ WERMERS, Manuel Maria, 1960, “Nun`Álvares Pereira: uma espiritualidade sempre actual” in: *Lúmen*, Vol. XXIV, fascículo XI/Nov., Tip. União Gráfica, pp.789.

⁴⁹⁷ Sobre este assunto *vide* CORDEIRO, Valério A., 1921, *Vida do Beato Nuno Alvarez Pereira: Santo Condestável*, Lisboa, Ed. da Livraria Católica.

a beatificação de Nuno Álvares Pereira, a Ordem do Carmo empenha-se na divulgação desta figura e no desenvolvimento da “causa da canonização do servo de Deus”⁴⁹⁸.

O Beato Nuno de Santa Maria tornou-se um herói mítico, símbolo da pátria, personagem capaz de congregar em torno do seu exemplo o sentimento nacionalista com o fervor religioso do ultra montanismo católico que tinha sido estimulado pelo anticlericalismo. A canonização seria pedida muito mais tarde, em 1940, por altura do duplo centenário nacional⁴⁹⁹, processo retomado em 2004 e concluído em 26 de abril de 2009.

Em paralelo com o crescimento do culto a D. Nuno Álvares Pereira, surge a iniciativa de criar um movimento capaz de restaurar o orgulho pátrio e mobilizar o povo português em prol dos ideais da nova direita então nascente. Foi criada a *Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira*, a 18 de julho de 1918, ficando conhecida por *Cruzada Nuno Álvares*, que teve um papel político relevante na oposição às forças da esquerda republicana e às instituições da I República, tendo sido um dos sustentáculos do golpe de 28 de maio. A vertente ideológica deste movimento estava relacionada com o culto patriótico, com uma forte componente religiosa, integrando o nacionalismo crescente com o elemento católico.

⁴⁹⁸ Do processo de divulgação, para além de outro tipo de propaganda, destacamos o «Hino ao Beato Nuno», o qual passamos a citar:

Refrão:

Herói e Santo, Nuno Imortal,
Valei à terra de Portugal.

1. Dom Nuno Álvares Pereira,
Nosso encanto e nossa glória,
Retomai nossa bandeira
E levai-nos à vitória.

2. Ebria de sonho e de aurora,
Voss`alma fremente e bela,
Brilhou nas eras de outrora
Mais alto do que uma estrela.

3. Em vosso peito de crente
E robusto lutador,
Arderam continuamente
Chamas de fé e amor.

4. Carmelita e cavaleiro
Abraçando a cruz da espada,
Mostraste ao mundo inteiro
O valor da pátria amada.

⁴⁹⁹ O Papa Pio XII autorizou a renovação da causa em 1941 e o processo de canonização mas com a condição de este ser realizado apenas através de decreto, decisão que não satisfez Salazar que pretendia exaltar a memória desta figura à boa maneira do regime, pelo que não houve consenso.

O mito nunalverino é um mito político criado pela Cruzada Nacional. Ele constitui o elo forte desta organização até 1926. Antes da instituição do Estado Novo já o Condestável era considerado pelos conservadores influenciados por Oliveira Martins, um paradigma para a nação. Nessa condição, esta figura representava o símbolo máximo alcançado em Aljubarrota contra os castelhanos. Esta figura enquanto exemplo de abnegação e de sacrifício em prol da causa nacional servia de estímulo para as gerações do início do século XX que se confrontavam com ideais e valores desfasados dos ideais nacionais. No entanto, Nun'Álvares não se esgotava na condição de herói. Ele representava também a presença de Deus e da componente divina que intercede pela nação na batalha de Aljubarrota. Esta figura constitui um «mito de integração»⁵⁰⁰ onde convivem as vertentes religiosa, mística e heroica. A vertente mística explica o aproveitamento político da figura do Condestável enquanto «agente psicológico dos povos em luta»⁵⁰¹.

Após a vitória do golpe de 28 de maio, a *Cruzada* forneceu o seu fundo simbólico e ideológico que orientou a ditadura militar nos seus passos conducentes à ditadura nacionalista e corporativista do Estado Novo. Em novembro de 1921, aquando das solenidades comemorativas da morte do Santo Condestável foi criada pela *Cruzada Nun'Álvares*, a *Liga Infantil Pagens do Santo Condestável* cujo principal objetivo era enquadrar a juventude. Para tal pretendia reunir crianças dos sete aos doze anos de idade em oração, na primeira quinta-feira de cada mês, para (...) «alcançar do Divino Redentor, por intermédio do Herói-Santo, o renascimento da antiga raça portuguesa a atrair as bênçãos do Céu sobre Portugal»⁵⁰². Esta instituição surge pela primeira vez a 6 de novembro de 1921 enquadrada no culto do Santo Condestável⁵⁰³. Ultrapassará, no entanto, uma fase em que a sua atividade⁵⁰⁴ não terá muita divulgação, mas a partir de 1929, altura em que passa a denominar-se “Pagens de Nuno Álvares Pereira”, o seu projeto ganha novo fulgor. Outro organismo criado pela Cruzada foi a *Cruz Nun'Álvares*⁵⁰⁵ com os mesmos propósitos de enquadramento da juventude cujos estatutos só seriam aprovados em setembro de 1928⁵⁰⁶.

⁵⁰⁰ BRAUD, Philippe, s/d, *La Vie Politique*, Col. “Que Sais-je?”, Paris, P.U.F., p.36.

⁵⁰¹ SARDINHA, António, 1926, *Na feira dos mitos. Ideias e factos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares, p.150.

⁵⁰² Art.2º dos Estatutos da Liga Infantil “Pagens do Santo Condestável” aprovada eclesiasticamente em 18 de março de 1921.

⁵⁰³ “Culto do Santo Condestável”, *A Época*, Lisboa, 1921, Nov., nº8 (838), p.2.

⁵⁰⁴ As atividades nas quais a Liga participava eram basicamente cerimónias religiosas ligadas a comemorações nacionalistas.

⁵⁰⁵ “Cruz Nun'Álvares”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 1927, dez., nº 30 (22243), p.10.

⁵⁰⁶ “Nun'Álvares”, *Diário de Notícias*, Lisboa, 1928, jun., nº 21 (22414), p.9.

A imagem de Nuno Álvares Pereira construída no período republicano aludia à união entre a fé e o patriotismo, no entanto, (...) «o traço desta “imagem” de Nuno Álvares Pereira definia os contornos da sua incorporação na hagiografia cívica do Estado Novo e desenhava um dos seus símbolos - a aliança da cruz e da espada -, lançando os dados para que, depois de padroeiro da infantaria, o combatente de Aljubarrota fosse “fascizado» com a sua transformação em padroeiro da Mocidade Portuguesa e da Legião Portuguesa – agrupamentos paramilitares do regime criados em 1936 -, ao mesmo tempo que alguma propaganda, inventando analogias e anacronismos, ousava mesmo sugerir a existência de afinidades providenciais entre o perfil político e religioso do carmelita e o de Salazar»⁵⁰⁷.

Nun`Álvares era uma das figuras cimeiras que constituíam a galeria de heróis nacionais. É o exemplo de «herói bem sucedido, em diversas conjunturas, transportou sempre uma *ideia de chefia*, onde o companheirismo com os seus soldados aparece como marca indelével»⁵⁰⁸.

A sua ação na História valeu-lhe a reputação de «herói cavaleiresco, vencedor militar, bondade, ideal ascético de pobreza ou intensa devoção cristã»⁵⁰⁹ patenteada na historiografia nacional desde Fernão Lopes. Ele representa além do ideal de guerreiro, também o ideal de chefe e líder militar. Nun`Álvares exercia uma autoridade natural sobre os seus homens com o seu carácter singular, capaz de galvanizar e cativar o seu exército, fator de unidade e coesão que lhe atribuía uma qualidade ímpar enquanto chefe.

Nun`Álvares era considerado um homem predestinado e (...) «um medianeiro entre o céu e essa pátria (...) Foi, pois, essa aspiração à santidade pelo heroísmo como seu legado espiritual ao povo que tanto amou, que veio a projectar-se na própria ordem universal. O ideal da igreja romana é, por definição, a cristianização do Mundo, a universalização da fé em Cristo e nos seus postulados morais, sociais, metafísicos. Portugal foi o primeiro agente fidelíssimo dessa cruzada, nos séculos posteriores a Nun`Álvares; mas fora ele que pelo seu esforço pessoal, pelo seu heroísmo, pelo seu génio militar, não só criou territorialmente as condições básicas, geográficas do início dessa empresa, como instilou na consciência da grei um verdadeiro espírito militante de cruzada. Nun`Álvares foi, a essa luz inconscientemente o precursor da cristianização do mundo»⁵¹⁰. Espelho de devoção cristã, Nuno Álvares (...)

⁵⁰⁷ TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.576.

⁵⁰⁸ LEAL, Ernesto Castro, 1993, “Projecção pública do símbolo Nun`Álvares (1918-1931)” in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº15, 5ª série, FLUL, p.68.

⁵⁰⁹ Idem, *Ibidem*.

⁵¹⁰ SELVAGEM, Carlos, 1956, *Leonor Teles, o Grão Doutor e o Santo Condestável*, Col. História de Portugal, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, p.344-345.

«merece ser ao lado dos grandes devotos de nossa senhora a maior figura da História de Portugal, o Santo Condestável»⁵¹¹.

Em 1938, Freitas Soares descrevia em jeito poético, aquilo que pode ser entendido como as metamorfoses de Nun`Álvares Pereira. «De guerreiro a herói e de herói a santo a pátria constrói sob divino manto!...E a terra admirável que ele defendeu como condestável brotou flor`s do Céu!... Fecundou a Terra, Serras e montanhas e venceu a guerra com virtudes ´stranhas!... Sem nunca temer tinha a fé mais bela p´ra sempre vencer o rei de Castela. Tendo a Cruz ao peito e na mão a espada tudo tinha feito pela pátria amada!... E nada mais quis o genial portento que essa Cruz d`Aviz no alto de um convento»⁵¹².

O Estado Novo aproveitou a dupla faceta de herói sacro e herói guerreiro para projetar simbolicamente o significado deste paradigma político-religioso que serviria de inspiração à juventude. O culto religioso e patriótico de Nun`Álvares conheceu um incremento com o desenvolvimento da mitologia político religiosa condestabariana. Segundo Fernando Rosas, será só a partir de 1935 que o Estado Novo (...) «acorda para a utilidade de oficializar uma hagiografia, um ideário e uma comemoração sempre intimamente associados ao novo regime e a todas as forças intervenientes nas mudanças por ele percorridas desde 1926»⁵¹³.

Por volta desta altura estaria já estabilizada a situação financeira do país e, seria este o momento certo para o regime virar as atenções para outros setores da sociedade, nomeadamente, para a educação que teria a “nobre” tarefa de divulgar a sua ideologia. Compreende-se, então a iniciativa de o regime dar alento e reforçar determinadas datas como o 14 de agosto⁵¹⁴, denominada “festa patriótica” por evocar o espírito heroico de Nun`Álvares ou o 1º de dezembro⁵¹⁵, transformando-as em datas simbólicas para a nação com uma clara intenção propagandística.

Nun`Álvares era considerado como o grande herói da revolução nacional que libertou Portugal na ponta da espada e aquele que ajudou a lançar em Ceuta a primeira pedra do imenso império português e fez com que fossem portugueses os frutos dos descobrimentos henriquinos. É entendido pelo regime como um homem sobrenatural, um exemplo de

⁵¹¹ BOSCO, Gabriel, 1962, *Heróis e heroínas*, Porto, Edição da «Milícia da Imaculada», p.34.

⁵¹² SOARES, Freitas, 1938, *Templo da Pátria*, Porto, Tip. Thomaz Batalha & Irmã, p.17.

⁵¹³ ROSAS, Fernando, 1998, “As Aljubarrotas do Estado Novo” in: *História*, Ano XX, nº3/junho, Lisboa, pp.46.

⁵¹⁴ Em 1936 é organizada uma romagem patriótica à Batalha dos alunos de todas as escolas do país, revelando-se uma autêntica mobilização do Estado e da nação em prol de uma causa, tendo em conta o clima agitado que se vivia em Espanha. Houve também lugar a comemorações mais solenes organizadas pela Ala do Santo Condestável com a participação das mais altas individualidades nacionais. As comemorações da batalha de Aljubarrota estenderam-se também ao Brasil. *Diário de Notícias* de 14 de agosto de 1936, Ano 72º, nº 25.333, p.1 e 2 e de *Diário de Notícias* de 15 de agosto de 1936, nº25.334, p.1 e 2; Destacam-se também algumas iniciativas de homenagem a esta figura histórica em 1940 e 1960 retratadas pelo *O Século*. **Vide anexo XVIII.**

⁵¹⁵ A partir de 1936 esta data passará a comemorar o Dia da Mocidade Portuguesa.

espiritualidade do qual se devia tirar lições de vida. É ele quem cria na alma lusitana a tradição do serviço de Deus e, nela despertou a vocação missionária.

Nun`Álvares Pereira foi também uma figura importantíssima na estrutura educativa do Estado Novo, a par de outras que funcionaram como imagens de marca do regime. Impôs-se à veneração nacional por ter sido um guerreiro vitorioso e patriota de lei, mas também por ter sido um verdadeiro cristão que abdicou das riquezas em prol da dedicação religiosa. Estas duas facetas são, quanto ao regime, inseparáveis no herói, por isso ele representa o binómio ideal para o regime. Nos ideais que enformavam esta dicotomia destacam-se, no plano militar, a coragem, a lealdade e a generosidade, no campo religioso evidenciam-se a fidelidade à igreja, a obediência e a castidade e a nível social propõem-se a cortesia, a humildade e a beneficência.

O Estado Novo aproveitou toda a oferta simbólica que o culto nunalverino continha e que o seu perfil comportava enquanto Beato Nuno de Santa Maria e Condestável. Este congregava na sua plenitude o projeto político do regime, representando um grande potencial enquanto força motriz da sociedade, tanto mais que para as massas, tal como defende Gustave Le Bon, as (...) «crenças políticas, divinas e sociais só se implantam nelas se assumirem sempre a forma religiosa que as coloca ao abrigo da discussão»⁵¹⁶. O regime também via esta figura como um salvador da pátria. No entanto, entrega à divina providência o sucesso da sua actuação na história, atribuindo-lhe um cariz místico que não fora tão valorizado no período republicano. «Nun`Álvares, este valoroso e perfeito cavaleiro medieval, estava predestinado para altos feitos que haviam de assombrar todo o mundo, para glorificar Portugal com suas proezas guerreiras e seu patriotismo inexcedível e para impressionar todos os povos com a natural manifestação de suas excelsas prendas de coração e de caráter»⁵¹⁷.

O título eclesiástico atribuído a Nun`Álvares estava relacionado com a transição ocorrida na vida desta figura. A decisão de entrada no convento, o exemplo de renúncia ao terreno, a entrega total a Deus e à pátria num ato de total despojo dos bens materiais que viveu já na fase final da sua vida, foram os fatores que concorreram para a criação da lenda de Frei Nuno de Santa Maria. Por esta decisão corajosa que tomara no fim da sua vida, Nun`Álvares era já considerado santo pelo povo. A sua coragem era fundamentada numa grande confiança interior que o levava a correr grandes riscos.

⁵¹⁶ LE BON, Gustave, 1983, *Psicologia das multidões*, Lisboa, Publicações Europa-América, p.49.

⁵¹⁷ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Joana d'Arc, Nun`Álvares Pereira e Salazar*, Viana do Castelo, Tip. «A Aurora do Lima», p.12.

O culto popular a Nun'Álvares Pereira embora tenha tido uma origem remota⁵¹⁸, provavelmente logo após a sua morte⁵¹⁹, vai conhecer um desenvolvimento significativo, por se considerar provada a existência do culto público imemorial, sobretudo durante a I República e os primeiros anos do Estado Novo. O culto a esta figura que apresentava até então uma tendência para evidenciar as virtudes guerreiras do Nun'Álvares “vermelho” combinava-se agora com os atributos de um Nun'Álvares “branco”, purificado, herói da santidade e do sacrifício⁵²⁰.

Conceptualmente, esta figura representava para o regime a dedicação à causa religiosa, valor tão querido à sua ideologia. As suas virtudes espirituais dominavam a sua ação e determinavam a sua grande força. A realização do seu ideal de ressurgimento nacional deu lugar à realização do seu ideal de perfeição moral.

Embora o regime considerasse que o combatente e o monge eram duas faces de uma mesma existência, o perfil guerreiro do herói era colocado num plano secundário e subvalorizada a sua faceta religiosa. Nesta perspectiva, Adelino Cordeiro exortava: «Por mais que certos críticos pretendam ofuscar o brilho projectado pela santidade de Frei Nuno de Santa Maria, por mais que desejem fazer salientar nele, sobretudo o guerreiro e o patriota, a verdade, a razão, a justiça e o bom senso mandam que se considere, em primeiro lugar, o santo que se vence a si próprio e com um heroísmo de que só são capazes as almas puras, os possuídos de espírito e os bem-aventurados do céu. Generais ilustres, combatentes famosos e soldados valentes tem havido muitos, em todos os tempos; mas quem tenha a força moral precisa para dominar suas paixões, purificar a alma e elevá-la até Deus, é mais raro, menos vulgar e, por isso, mais importante e admirável»⁵²¹.

Era a vertente sagrada da personalidade do herói que o faz ser considerado (...) «o maior dos heróis da sua nacionalidade, o mais perfeito dos homens de Portugal, de todos os tempos, e o português mais enérgico, mais desinteressado, mais nacionalista e mais amigo da sua pátria»⁵²². O seu carater ímpar foi uma condição fundamental para o regime exaltar esta figura. Para António Rodrigues, Nun'Álvares foi (...) «como todas as figuras da História verdadeiramente egrégias, de uma vida interior riquíssima. Por isso, os actos que realizou não lhe foram a bem dizer impostos pelas circunstâncias, antes nasceram desse manancial

⁵¹⁸ No século XIV Fernão Lopes na sua obra *Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória* destaca as qualidades exemplares de Nun'Álvares Pereira. C.f. LOPES, Fernão, 1990, *História de uma revolução: primeira parte da “Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória”*, 2ª ed., Lisboa, Publicações Europa-América, p.140-148.

⁵¹⁹ WERMERS, Manuel M. 1960, *O Santo Condestável. Santidade e Culto*, Fátima, Edições Carmelitas, p.67.

⁵²⁰ Cf. MATOS, Sérgio Campos, 1990, *Ob. Cit.*, p.141.

⁵²¹ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Ob. Cit.*, p.22.

⁵²² Idem, *Ibidem*.

inesgotável que era a sua personalidade, dessa robusta força criadora que era a sua alma, treinado silenciosamente no culto dos grandes valores da vida»⁵²³. Manuel Wermers designa-o como «cavaleiro ao serviço de Deus e pai da pátria portuguesa»⁵²⁴. Dos grandes valores que regiam a vida desta figura salienta-se igualmente o racionalismo e o agnosticismo que sempre acompanharam o seu caráter e que explicam em parte, a sua dedicação à fé religiosa.

Ao seu interesse e dedicação pela causa patriótica acrescenta-se a devoção à fé cristã, a defesa dos fracos, oprimidos e desprotegidos, reveladas nas ações de caridade. Estas características criam uma conceção de guerreiro única que obedece às virtudes que Edgar Prestage hierarquiza na obra que escreveu sobre a Cavalaria. Segundo este autor (...) «as três virtudes primárias da Cavalaria, no aspecto *militar*, eram a coragem, a lealdade e a generosidade. As três virtudes secundárias, relativas à *religião*, eram a fidelidade à igreja, a obediência e a castidade. As três virtudes terciárias, de natureza *social*, eram a cortesia, a humildade e a beneficência»⁵²⁵.

Este autor define Nun`Álvares Pereira como (...) «greatest of Portuguese knights, the very mirror of chivalry, generous to his foes, a hater of cruelty, champion of women, protector of the weak, in fine, a man of God (...)»⁵²⁶. Era um exemplo de virtude e o realizador de uma grande obra. Era um herói que, à maneira de outras figuras (que teriam existido no passado ou fruto da imaginação) de cavaleiros tais como Cid, Palmeirim, Carlos Magno, o Rei Artur e os cavaleiros da Távola Redonda povoaram as mentes da sociedade e, sobretudo dos mais jovens que viam nele o expoente máximo da bravura e da lealdade aos seus princípios, o protótipo de homem purificado.

A Igreja apelida-o de *Galaaz* pela pureza e nobreza de sentimentos, através dos quais ela soube guardar a solidez dos sentimentos e convicções que o distinguiram. António Rodrigues destaca as suas qualidades morais, assemelhando-o à mítica figura do cavaleiro *Galaaz*: (...) «pormenorizemos apenas os três aspectos que mais eloquentemente revelam a sua semelhança com o lendário vencedor do Santo Graal: a caridade fraterna, a pureza e a fé religiosa» e destaca ainda os seus dotes de chefia, «na defesa dos princípios era intransigente; na execução do serviço, duro e pertinaz. (...) E nós imaginamos bem que só ao preço de uma disciplina muito rigorosa é que Nun`Álvares Pereira teria podido transformar, como realmente transformou, em curto prazo, os combatentes fiéis a D. João, de um tropel de gente bisonha,

⁵²³ RODRIGUES, António dos Reis Rodrigues, 1961, *Nun`Álvares: Condestável e Santo*, Lisboa, Grifo, p.65.

⁵²⁴ WERMERS, Manuel Maria, 1960, *Nun`Álvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário*, Lisboa, Separata da Revista LVSITANIA SACRA, Tomo V, p.4.

⁵²⁵ WERMERS, Manuel Maria citando Edgar Prestage, 1960, *Ob. Cit.*, p.128.

⁵²⁶ PRESTAGE, Edgar, 1928, *Chivalry*, London, Trubnon, p.153.

generosa mas sem estrutura, num exército coeso e forte, de 25000 homens exemplarmente preparados»⁵²⁷.

O Condestável inseria-se dentro da tipologia dos heróis em que dominava a componente emotiva, e enquadrava-se dentro do padrão de moralidade que o regime privilegiava. Na opinião de Ernesto Leal, Nun`Álvares inscrevia-se na categoria de «mito moral»⁵²⁸, porque a interpretação da sua personagem propunha a contraposição entre o *bem* representado pela recristianização nacionalista e o *mal* representado pela descristianização jacobina.

Opera-se durante o regime um processo de reconstrução da sua imagem como resposta ao laicismo dominante da I República e às ideias anticlericalistas instituídas e amplamente divulgadas pelo regime republicano. Tornou-se urgente divulgar o exemplo moral de santo, patriota e herói militar. O mito nunalverino inspirou nas mais variadas vertentes o discurso ideológico do regime⁵²⁹. A figura de Nuno Álvares adquiriu grande importância na interpretação providencialista católica da História portuguesa, encarnando uma projeção messiânica de destaque no período de consolidação da nação. O Estado Novo incorpora-o no seu dispositivo simbólico, consagrando-o herói e tornando-o a imagem da ação da MP e exemplo da Cavalaria Militar. A sua ascensão à galeria hagiográfica da Igreja torna-o uma figura atual. Patrono do Corpo Nacional de Escutas⁵³⁰ e motivo de celebrações a nível nacional a 6 de novembro, consegue ainda motivar e arrastar consigo as camadas mais jovens da sociedade portuguesa enquanto modelo de vida admirável.

⁵²⁷ RODRIGUES, António dos Reis, 1961, *Ob. Cit.*, p. 81-83.

⁵²⁸ LEAL, Ernesto Castro, 1993, “Projeção pública do símbolo Nun`Álvares (1918-1931)” in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº15, 5ª série, FLUL, p.71.

⁵²⁹ De julho a dezembro de 1962 realizaram-se no Norte de Angola um conjunto de operações militares sob o comando de António de Spínola, no âmbito da Guerra do ultramar. Uma dessas operações denominou-se “Nun`Álvares” realizada a 13 de agosto, numa clara alusão à batalha de Aljubarrota (travada a 14 de agosto de 1385) e à reconquista do território nacional. AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos, 2009, *Os anos da guerra colonial: 1962- Optar pela guerra*, Vol. 3, Lisboa, QuidNovi, p.76.

⁵³⁰ O CNE é a maior associação juvenil portuguesa.

IV.4.1.2 Os construtores do imaginário imperial

«As armas e os barões assinalados
Que, da Ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca dantes navegados
Passaram ainda além da *Taprobana*,
Em perigos e guerras esforçados
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram;
(...)
Já no largo Oceano navegavam,
As inquietas ondas apartando;
Os ventos brandamente respiravam,
Das naus as velas côncavas inchando;
Da branca espuma os mares se mostravam
Cobertos, onde as proas vão cortando
As marítimas águas consagradas,
Que do gado de Próteu são cortadas,»

CAMÕES, Luís de, s/d, *Ob.Cit.*, Canto I, estrofes 1 e 19, pp.71 e 75.

O período histórico que corresponde à construção do império constitui a época que mais figuras históricas o Estado Novo imortalizou. A conquista de Ceuta marca o início desse período, representando o primeiro passo efetivo da expansão portuguesa para os mares do sul e do oriente, por isso tem para a historiografia do regime uma importância fundamental.

A empresa dos descobrimentos é o seguimento da vocação cruzadística dos portugueses, justificada pela concessão divina desse direito «os reis de Portugal, em particular o rei venturoso, D. Manuel, tinham causa justa para conquistar terras (...)»⁵³¹.

O divino legitimava a obra imperial portuguesa, a ação dos reis e a licitude da presença portuguesa para além fronteiras. É D. Manuel I que ordena a impressão das primeiras obras em português sobre a expansão que tratavam acerca do descobrimento do Preste João⁵³². É também com este monarca que se inicia o apelo à consciência imperial, no âmbito de um projeto de império nacional, com o objectivo de mobilizar a opinião para que o império se tornasse na mentalidade nacional uma empresa coletiva, a ponte entre o divino e o domínio do império além-mar.

⁵³¹ Cf. Domingos de Sousa Costa, O.F.M., 1962, “A Expansão portuguesa à luz do Direito” in *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Vol.XI, pp.165-166. Veja-se também sobre o assunto da legitimação do caso imperial português, ALBUQUERQUE, Ruy de, 1960, *Os títulos de aquisição territorial na Expansão Portuguesa (séculos XV e XVI)*, Texto policopiado, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa.

⁵³² Esta obra foi escrita em 1521 por Gusmão Galhardo.

D. Manuel I simboliza todos os governantes que souberam organizar e investir a audácia do sonho do infante e a tenacidade de D. João II, o iniciador da expansão ultramarina, cujo reinado marca o início da modernidade, a vontade de ser portuguesa, a vontade nacional. A sua política de *mare clausum* lança o mito do rei visionário da missão portuguesa universalista. É considerado pelo regime uma figura paradigmática, um ícone da lusitanidade e da identidade nacional.

D. João III é também uma figura de prestígio para o regime dentro dos construtores do império porque deu primazia à obra missionária e criou os suportes para a construção do império do ocidente graças à colonização do Brasil. A este monarca também se deve o lançamento das bases do absolutismo e o planeamento do caminho marítimo para a Índia que proporcionou o acesso direto da Europa ao ocidente e, que mais tarde viria a promover o conhecimento geográfico da civilização ocidental.

Figura polémica da História de Portugal, D. João III é o herói da historiografia tradicionalista. O regime dignificava esta personagem considerando-a um grande estadista que retomou a vocação imperial dos portugueses porque deu corpo à diáspora lusitana. A sua transfiguração ocorre nos finais do século XIX e princípios do século XX, mas será com o Estado Novo que este monarca obtém uma valorização significativa da obra que empreendeu, tornando-se num herói de ação e uma figura que assume um papel de destaque no panorama nacional.

A figura de D. João III passa também por um processo de recuperação durante o regime. Incompreendido e injuriado pelos regimes anteriores, o Estado Novo extrai da sua figura um significado político. D. João III surge associado à formação do império sul-americano, pelo papel determinante que este teve na grandeza que conquistou para o Brasil, país descoberto, colonizado e engrandecido pelo povo português.

António Mattoso era um defensor aguerrido deste monarca e da sua acção. Transforma-o numa figura heroica sem colagem possível com o perfil de anti-herói traçado pela historiografia liberal conotada com o declínio da nação. António Mattoso e Alfredo Pimenta exploram a vertente do querer-saber-fazer, qualidades do sujeito que se coadunam com as qualidades do heroísmo de ação. Para o regime ele é, além de um grande estadista da época gloriosa dos descobrimentos, a figura que mais incremento deu à cultura portuguesa do século XV. Esta imagem “renovada” de D. João III começa a desenvolver-se a partir dos anos 30 com o advento do Estado Novo. Na ordem do dia estava a importância dos valores religiosos e a valorização do reinado deste monarca enquanto período fundamental em termos de política religiosa com o estabelecimento de duas instituições religiosas, o Tribunal do

Santo Ofício e a Companhia de Jesus. Para o regime era a defesa dos ideais e virtudes cristãos que justificavam a reabilitação desta figura.

O apelo ao período histórico que corresponde à expansão ultramarina e ao seu engrandecimento é constante na política ideológica do regime, na qual a história teve um importante papel naquilo que foi a construção e divulgação da memória imperial. J. de Figueiredo Vasconcelos definia o valor que deveria ter a consciência imperial no povo português. «Façamos um estudo consciente da nossa História, da grandeza dos tempos idos, da alma heróica dos nossos antepassados. Tenhamos um amor entranhado pelas nossas coisas, por tudo o que represente o esforço daqueles que fizeram o Portugal maior, e em especial pelas nossas províncias do Ultramar. Tenhamos uma compreensão nítida do princípio supremo da unidade do Império, um conhecimento perfeito da nossa missão e capacidade civilizadora»⁵³³.

O início dos anos trinta marcou o processo de redefinição do paradigma ideológico colonial e o reforço do papel ideológico do império através dos meios de propaganda com o objetivo de ultrapassar a crise instalada em matéria de “consciência imperial” provocada pela conjuntura desfavorável do Liberalismo republicano que viria a culminar na afirmação do império como um mito e, sobretudo das figuras ligadas ao período da expansão considerados precursores de um humanismo universalista.

O mito imperial era suportado em grande parte pelo conceito fundamental da vocação histórica da colonização onde a missão evangelizadora assumia uma particularidade própria. Este novo “formato “ da consciência colonial surgiria no seguimento da consolidação da “ideia imperial” já anteriormente formulada e seria consagrado constitucionalmente através do Ato Colonial.

Os heróis que se destacam na época expansionista denominam-se construtores do império e foram descobridores ou/e conquistadores e eram sobretudo heróis de ação. Esta tipologia de heroísmo, ocupa uma posição fundamental, o lugar de maior destaque na memória histórica do Estado Novo.

Os construtores do império ultramarino constituíam um conjunto vasto de figuras, porém apenas algumas personalizam a “época de ouro” da nação, como é o caso de Vasco da Gama, a figura que representa a descoberta do caminho marítimo para a Índia. Este acontecimento importantíssimo do período expansionista (idealizado pelo Infante D. Henrique

⁵³³ VASCONCELOS, José de Figueiredo, 1960, “Os Lusíadas e o sentido imperial da nossa História” in: *Labor*, Abril/Ano XXIV, 3ª série, nº193, Aveiro, p.507.

como considerou a historiografia) representava o contributo do heroísmo português ao serviço da nação e do mundo, ideia que veiculava o propósito da epopeia marítima portuguesa.

A figura de Vasco da Gama era também apresentada como um homem ousado e obstinado no cumprimento dos seus desígnios, por isso foi criada uma mitologia em torno desta. Vasco da Gama era o herói da vontade, o navegador-guerreiro, homem do mar, imortalizado por Camões que o converte num grande herói, mitificando-o na sua obra. É elevado a símbolo imperial pela I República, graças à sua viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia, que, para além de real, tem uma componente simbólica por representar o início do imperialismo pela glória que alcançou para Portugal, Europa e para a cristandade no seu todo.

A investida no desconhecido atestou a sua coragem e determinação sulcando um novo espaço ao imaginário imperial, por isso o seu contributo ultrapassava as balizas do espaço nacional, projetando-se no universal, tal como o feito de Bartolomeu Dias. O feito de Vasco da Gama abre as fronteiras do conhecimento e do progresso da civilização, além de inaugurar uma das mais rendosas rotas comerciais marítimas da História, por isso, a sua descoberta era interpretada segundo uma dimensão universalista.

O imaginário histórico nacional atribui também um especial enaltecimento à viagem de descobrimento do Brasil de Pedro Álvares Cabral, sobretudo pelas implicações que esta proporcionou no que respeita às possibilidades de colonização que posteriormente foram realizadas. No entanto, esta viagem não teve as características que enformaram a viagem de Vasco da Gama, porque resultou da segunda viagem a Calecute, não se podendo determinar com exatidão se esta teria sido cuidadosamente preparada com o rigor que fora a viagem de Gama ou se teria sido resultado do fator sorte ou mera coincidência. Deste modo, a imagem que se projetou de Pedro Álvares Cabral não alcança o relevo atribuído a Gama, porque a mitologia não se apropriou da sua imagem da mesma forma que acontecera com a de Vasco da Gama, muito embora as duas viagens tivessem em pé de igualdade quanto à sua importância: ambas representavam a génese da colonização moderna europeia.

Fernão de Magalhães era outra figura entre os heróis descobridores que goza de um especial destaque. A sua viagem de circum-navegação teria sido na época um importante feito histórico para a geografia universal. Inscreveu o seu nome na galeria dos heróis da expansão, embora o facto de ter levado a cabo a sua viagem ao serviço do rei de Castela, não abonasse a imagem criada em torno da sua figura. É equiparado a Bartolomeu Dias, Vasco da Gama ou Pedro Álvares Cabral, como um grande homem e um génio.

Foram também valorizadas figuras tais como Gil Eanes e Bartolomeu Dias, pela relevância dos seus feitos no processo expansionista. A passagem do Cabo Bojador e da Boa Esperança envolta em dificuldades e sacrifícios consagraram a imagem e o valor destas duas figuras, destacando-se Gil Eanes, cuja figura foi, em 1934, objeto de comemoração. Bartolomeu Dias não teria sido agraciado com muito destaque, uma vez que foi Vasco da Gama quem chegou à Índia, feito que sobrevalorizou a sua imagem e relegou a de Bartolomeu Dias para segundo plano. Outras figuras dignas de celebração no plano expansionista foram também Nuno Tristão e Diogo Cão respetivamente em 1946 e 1948, ambos exploradores da costa africana que se notabilizaram pelas viagens de descoberta que realizaram e que os perpetuaram na memória nacional.

Diogo Gomes e António de Nola também foram homenageados em 1960. A descoberta de Cabo Verde valeu-lhes a entrada para a historiografia expansionista. Do mesmo modo, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira seriam agraciados pela descoberta dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, respetivamente em 1922 e 1932.

Na plêiade dos heróis conquistadores destacava-se Afonso de Albuquerque cujo culto remonta à segunda metade do século XIX e que se foi afirmando ao longo dos séculos até ao Estado Novo. Embora a sua imagem não estivesse isenta de máculas, a sua atuação é justificada pelo regime, que opera uma verdadeira operação de cosmética em torno do herói. Outra estratégia que foi muito utilizada na construção das imagens-tipo do regime, era a omissão da vertente menos briosa do caráter, optando-se pela sobrevalorização dos feitos considerados importantes para a nação. A importância atribuída pelo regime a esta figura prendeu-se com a valorização efetiva do comércio regional inter asiático devido ao crescimento da área oceânica abrangida pelos portugueses bem como a conquista de território no oriente⁵³⁴, promovidas pelo seu governo.

A política exercida no oriente favoreceu um projeto de imperialismo comercial, facto que fez de Albuquerque o “verdadeiro fundador do império”⁵³⁵. Este facto constituiu a razão estrutural que definiu esta figura como objeto de culto, as razões de ordem conjuntural estavam relacionadas com as suas primeiras conquistas feitas aos hindus. Afonso de Albuquerque era exaltado pela sua coragem e audácia com que exerceu a sua função de vice-rei da Índia e, sobretudo por assegurar o domínio de toda a parte ocidental do oceano Índico, promovendo deste modo o império do comércio marítimo. A sua ação representou o auge do

⁵³⁴ Goa, Malaca, Ormuz, consideradas as bases da Índia Portuguesa.

⁵³⁵ BETHENCOURT, Francisco e Curto, Diogo Ramada, 1991, *A Memória da Nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa, p.137.

império colonial e a sua consolidação. Esta figura representava a primeira expressão real e enformada da conquista do *Terceiro Império*, o império asiático.

Os heróis das descobertas consagraram-se na História porque foi graças à sua ação que se tornou possível o conhecimento do mundo, promovendo desta forma o intercâmbio entre as mais diversas culturas. As características que mais predominam na apresentação destas figuras são o dever patriótico, a bravura, a crença na fé e a vontade ou desejo de alcançar a fama e a glória numa empresa de tão alto e reconhecido mérito, coroada de sacrifícios. Esta tipologia de figuras representava as virtudes da alma portuguesa.

Gago Coutinho e Sacadura Cabral também se inscreviam nesta mesma tipologia. Estas figuras encaixavam-se no perfil do herói com espírito de iniciativa, energia excecional e tenacidade, com elevado espírito de patriotismo. A sua proeza realizada não por mar, mas pelo ar consagrou estas duas figuras como os arautos do progresso da aeronáutica. O seu feito surge no pós guerra, numa fase de conjuntura política (...) «como a projecção de anseios colectivos de grandeza e de heroicidade que haviam de erguer bem alto o nome de Portugal. O país pequeno, pobre e fraco, que se tinha sacrificado brutalmente para marcar posição no teatro da grande guerra, redimia-se dessa imagem na viagem dos dois aeronautas, que vinham recordar os tempos heroicos da epopeia lusíada»⁵³⁶.

Gago Coutinho e Sacadura Cabral embora figuras contemporâneas, foram também objecto de exaltação pelo regime por serem um marco na história da navegação aérea. Este acontecimento constituiu um elemento comum de união patriótica, de exaltação de valores morais e sociais num período em que a nação estava dividida por discórdias políticas. O feito destes dois heróis é coroado por uma aura simbólica que vinha já do período expansionista e que tinha fomentado no espírito coletivo a ideia de grandeza da raça. Portugal reencontraria, finalmente com a notável ação destas figuras o sonho das glórias do passado e readquiriria a tradição gloriosa da raça lusa. A unidade nacional era agora de novo, uma realidade possível. O feito aglutinou classes sociais e opiniões que agora se fundiam numa só: a unidade moral da nação. A viagem ficou associada a uma metamorfose do espírito da nação em que o heroísmo voltava a fazer parte da mística do génio português, feito que permitiu a Portugal recolocar-se nos trilhos da glória, equiparando-se aos outros países europeus.

Esplendor e ressurgimento surgem assim associados numa relação recíproca que faz destas figuras heróis míticos cuja ação épica e mitológica se assemelha aos heróis da epopeia marítima. A característica que lhes sobressai é, além da coragem e patriotismo que marcou o

⁵³⁶ JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Memória e Império: comemorações em Portugal (1880-1960)*, Lisboa, F.C.G./Ministério da Ciência e do Ensino Superior, p.p.615-616.

seu feito, o conhecimento científico, requisito que marcou o perfil dos dois aviadores. A inteligência aliada à sabedoria mais uma vez era salientada e evocada na construção do perfil do herói. Gago Coutinho e Sacadura Cabral eram interpretados pelo regime como os continuadores das viagens de descoberta empreendidas no período da expansão. (...) «Nós somos bem os descendentes dos nossos heróis passados. Um facto ainda recente o atesta de um modo irrefutável. Foi a audaciosa viagem de Gago Coutinho e Sacadura Cabral ao Brasil, feita num insignificante avião através do Atlântico, sem mais auxílios que o saber, a coragem e a confiança em si próprios»⁵³⁷.

Os heróis da ocupação entraram na esfera do mito a par de outras figuras que se destacaram em outros períodos como a fundação ou a expansão. A entrada desta tipologia de heróis para a esfera da mitologia deveu-se fundamentalmente à ação militar decisiva que corolava a imagem corajosa destas figuras e a sua ação governativa que continha a componente essencial de dedicação à causa patriótica.

Os heróis da ocupação representavam o expoente máximo do patriotismo e da decisão de esforço, dignidade, honra e sacrifício pela nação. Jorge Seabra definia estes heróis como (...) «agentes de transformação, regeneradores da pátria decadente, autênticos mitos, aqueles que verdadeiramente representam o espírito lusitano. Condutores de homens, colocando igualmente e sempre o dever nacional acima dos interesses individuais, assumem-se como chefes que “messianicamente” recuperam o destino perdido de um povo. Tal como os heróis dos impérios portugueses passados, também estes, os das campanhas africanas, por direito próprio, têm no panteão da memória histórica um lugar à parte. Vimo-los desfilar, nobremente caracterizados, sem erros. Personalidades que congregam, que recuperam a força constitucional da nação, que marcam a história e o destino de um povo»⁵³⁸.

O império africano representava o último sonho imperial e o encontro com o velho ideal português de construir impérios. A África constituía o território onde a ocupação colonial fora sustentada por uma longa tradição expedicionária. O continente africano representava o novo império construído também à custa do sacrifício e da coragem de figuras que ficaram eternizadas na História, como Serpa Pinto, Roberto Ivens e Hermenegildo Capelo que levaram a cabo as grandes expedições realizadas no final do século XIX.

Posteriormente, outras expedições foram realizadas com fins diferentes, mais direcionados para objetivos militares e políticos relacionados com a competição entre

⁵³⁷ NOBRE, José de Barros, 1937 “Origem do Império Colonial Português” in *Labor*, n.º79/Fevereiro, p.422.

⁵³⁸ SEABRA, Jorge, 1995, “O Império e as memórias do Estado Novo - Os Heróis de Chaimite”, in *Revista História das Ideias*, Vol.17, p.76.

Portugal e outras potências coloniais. Na empresa expedicionária destacaram-se Paiva Couceiro, Aires de Ornelas, João de Azevedo Coutinho, António Maria Cardoso como figuras intervenientes no reconhecimento e ocupação do território ultramarino, dedicadas à causa nacional e também Caldas Xavier, o herói das campanhas de África em Moçambique é o chefe destemido, o comandante audacioso e um homem de missão. Foi condecorado por ter sido considerado o «pioneiro intrépido da civilização, escravo devotado do dever, grande português, grande soldado»⁵³⁹ que participou num ciclo de façanhas que valorizaram o império.

No entanto, são as figuras de António Enes e Mouzinho de Albuquerque que simbolizavam o heroísmo da ocupação em Moçambique numa época de conjuntura política onde se temia a perda da soberania portuguesa. Pela sua importância no desenrolar dos acontecimentos e pelo sucesso das suas ações, estas duas figuras conquistaram a glória e o reconhecimento nacional. O Estado Novo desenvolveu o seu culto, promovendo a comemoração dos seus centenários em 1948 e 1955, respetivamente.

António Enes, considerado pelo regime um exemplo de estadista intelectual do sacrifício em prol da nação, defensor dos interesses coloniais⁵⁴⁰ e um soldado exemplar, mereceu um destaque especial. O Estado Novo pretendeu criar em torno desta figura uma imagem de um herói imperecível face à perda da soberania, o exemplo de patriotismo e dedicação à causa que lhe fora confiada. Notabilizou-se através do seu feito em Chaimite com a prisão do Gungunhana, revelou qualidades excecionais de chefia e uma personalidade imperecível face aos obstáculos, factos que lhe valeram o reconhecimento e a admiração nacional.

A República já lhe reconhecera as suas qualidades de herói, no entanto, o Estado Novo realçou a sua imagem de militar de carreira ao serviço da pátria, um seguidor das lições dadas pelos seus antepassados. O mito criado em torno desta figura estava relacionado com a tragédia do seu suicídio, omitido pelo regime por não se enquadrar nos seus ideais religiosos.

Dentro de um quadro de enaltecimento da ação do povo português, Mouzinho, o *Capitão da Mocidade*, surgia como o modelo ímpar para a juventude e personificava a “Escola de Mouzinho” (...) «Escola de patriotismo, de sacrifício, de lealdade, de disciplina,

⁵³⁹ TEIXEIRA, Luís, 1949, *Alvorada em agosto*, Lisboa, Clássica Editora, p.52.

⁵⁴⁰ António Enes criou o Instituto Ultramarino e a condecoração para os serviços no ultramar entre outras medidas que tiveram em vista o desenvolvimento dos territórios ultramarinos, destacam-se a elaboração de relatórios governativos de elevado alcance doutrinário e de grande expressão nacionalista.

de desinteresse, de ideal...»⁵⁴¹ que à sua imagem e semelhança de virtudes contribuía para o engrandecimento da nação.

A sustentação da imagem e da memória de Mouzinho foi determinada por diversos aspetos, desde a importância atribuída pelo exército à sua personagem como aspetos de cariz ideológico que Mouzinho defendia como a dedicação à causa nacional, o que fazia dele, um defensor do nacionalismo, bem ao gosto estanovista. Na generalidade, é esta a imagem que o regime pretendeu divulgar junto das camadas mais jovens. O respeito, obediência e sujeição ao seu superior hierárquico - o rei ou o chefe de Estado que comandava os destinos da nação, abdicando de bens materiais e até da constituição de uma estrutura familiar em prol da pátria construía-se uma lenda em torno do herói, sobretudo a partir de 1940, aquando das comemorações centenárias⁵⁴².

A cruzada comemoracionista do regime promoveu também o culto desta figura que merecia por parte do regime uma especial atenção por estar ligado à grandeza do império. Luís R. Torgal define a opção do regime relativamente a esta figura: «O sonho imperial mitificou os seus feitos e o suicídio acrescentou-lhe o halo do destino trágico comum a todos os que, tidos por fadados para uma missão redentora, terão recebido como praga a ingratidão dos contemporâneos. Evocá-lo seria assim saldar uma dívida e prometer continuar o seu exemplo»⁵⁴³. O enaltecimento desta figura acontece basicamente em dois momentos. Em 1935, pela ocasião do 40º aniversário de Chaimite e em 1955, aquando do primeiro centenário do seu nascimento, numa fase que a questão anti colonialista começava a ser alvo de discussão e o regime pretendia reafirmar a gesta histórica da expansão, facto que justificava a ênfase dada a esta figura face ao contexto político e ideológico que dominava. O valor educativo desta figura justificava-se pela projeção que o seu exemplo poderia ter na memória histórica da nação e na construção dos valores de patriotismo.

Mouzinho de Albuquerque era entendido como «símbolo da continuidade do génio lusíada na Expansão – génio de fé civilizadora e de coragem temerária, de tenacidade bandeirante e de entendimento construtivo perante as diversidades das terras e das gentes exóticas, e em torno do nome do herói, (...), condensaram-se as recordações do esforço português desdobrado em paragens longínquas, desde a epopeia do oriente à pacificação das

⁵⁴¹ *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque: 1855-1955*, 1955, Lisboa, Empresa Tipográfica Portuguesa Sucessores, p.270.

⁵⁴² Sobre este assunto vide *Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque*, Ob. Cit., p.319. No entanto, o regime terá organizado anteriormente iniciativas de homenagem a esta figura. **Vide anexo XIX.**

⁵⁴³ TORGAL, Luís Reis, 1998, Ob. Cit., p.649.

províncias africanas»⁵⁴⁴. Este herói surge numa época em que se pretendia retomar o engrandecimento da nação, razão pela qual é evocado o seu modelo de patriotismo. «A lição de Mouzinho de Albuquerque avultou em toda a sua amplitude do seu perene significado. A energia que se exprimiu no feito de Chaimite e as qualidades varonis do chefe militar; a coragem indómita que vibrou na carga de Macontene e as virtudes de devoção e sacrifício do cidadão; a fé que transparece nos relatórios e correspondências de África e as aptidões do administrador ultramarino de larga visão – foram igualmente apontadas como exemplo que para sempre ficou esmaltado em letras de ouro na nossa história»⁵⁴⁵. Chaimite encerra com chave de ouro as vitórias militares que se sucederam em 1895, após um longo período de derrotas dos exércitos portugueses, no contexto do *Ultimatum* e da Conferência de Berlim. A ideia primacial subjacente à exaltação da figura de Mouzinho era a supremacia da nação relativamente ao império, através do reatamento dos combates em África. Ele encabeça a geração de combatentes pelo futuro do império e a realização de um Portugal euro-ultramarino, através da pacificação e da grandeza destinada aos portugueses em África. A ideia de alargamento do império surge associada a esta figura que lutou para que Portugal não ficasse confinado às limitadas dimensões da metrópole.

Mouzinho de Albuquerque foi “reciclado” da época do Liberalismo que o Estado Novo desvalorizava ou quase omite na sua interpretação da História nacional. A apropriação desta figura por parte do regime monárquico constitucional foi feita quando este ainda vivia. No entanto, o regime estadonovista considera-o um homem à margem dos ideais da sua época mas que encerrava um conjunto de qualidades e um tipo de personalidade que lhe convinha do ponto de vista ideológico. «Numa época em que Portugal contava tantos homens notáveis cuja inteligência servia só para a polémica, para a ironia, para a crítica ou para o jogo engenhoso e pérfido das combinações políticas, Mouzinho é o modelo perfeito homem de escol, dotado de vivíssima imaginação, enriquecido por larga cultura, aberto amplamente à compreensão das coisas, - mas ardendo no fogo quente dos ideais, e mobilizando todas as capacidades do espírito para orientar e servir a vontade. Enquanto os sofistas se perdiam em estéreis discussões sem sentido, Mouzinho estudava e meditava, formando as suas opiniões. Enquanto os partidos miseravelmente se digladiavam, num estrepitoso choque de apetites, egoísmos e paixões, Mouzinho afagava em silêncio a sua espada, cuja lâmina cortaria

⁵⁴⁴CAETANO, Marcelo, 1944, “Mouzinho Capitão da Mocidade” in: *Por amor da juventude*, Lisboa, Oficinas Gráficas Casa Portuguesa, p.23.

⁵⁴⁵Idem, p.23.

obstáculos inúteis e à luz de cujo fulgor se construiriam cidades novas»⁵⁴⁶. (...) «O seu ânimo resoluto e forte, o seu amor à verdade e à lisura, a coragem de cortar a direito, o desassombro das atitudes, - nada estava de acordo com o modo de ser dos políticos desses infelicíssimos tempos. Para Mouzinho poder levar a cabo a sua obra precisava de modificar primeiro a mentalidade dos portugueses»⁵⁴⁷.

A escolha de Mouzinho por parte do regime explica-se por aspetos que se prendem sobretudo com a ideia que esta figura encerra e com a sua ação da qual resultou uma nova fase de domínio e políticas coloniais. Marcelo Caetano, na obra que dedicou inteiramente a Mouzinho faz a apologia do herói e aponta às novas gerações as razões dessa escolha. «Num país que, como Portugal, se expande por quatro continentes e tem a desbravar sertões, a educação da mocidade só atingirá a plenitude do seu sentido nacional desde que torne as gerações novas aptas a dominar e a colonizar. Eis porque Mouzinho aparece como nosso Capitão. Ele que, de regresso ao reino, recebia a missão de educar o Príncipe Real, foi assim investido simbolicamente no preceptorado de Portugal novo, a apontar-lhe o dever de reintegração na senda histórica do império»⁵⁴⁸. (...) «Estudioso, trabalhador infatigável e inteligente, orgulhoso, modesto, escritor de sentimento e crítico de talento, soldado de incomparável mas refletida bravura, chefe exemplar e austero, dotado de excepcionais qualidades de comando, homem de forte personalidade e de caráter ímpoluto, era dotado de uma lealdade a toda a prova e de tão elevado espírito de civismo que nele se amorteceram todas as vilanias da política de que foi vítima»⁵⁴⁹.

Mouzinho constituía um (...) «exemplo de devoção à pátria, no seu culto da verdade e da honra, no seu amor à História, no seu gosto da acção construtiva, no seu equilíbrio da inteligência e da vontade, no seu desprezo das materialidades contingentes, na sua vocação colonial – podemos encontrar modelo de portuguesismo para seguir sem receio de comprometer o futuro de Portugal que tanto amamos e tão fervorosamente queremos servir»⁵⁵⁰.

Mouzinho era para o regime o maior mito contemporâneo da História nacional. Exaltado pelas suas virtudes administrativas e sobretudo guerreiras, este herói representava a defesa da nacionalidade e a recondução da nação portuguesa nos caminhos da glória.

⁵⁴⁶ CAETANO, Marcelo, 1944, “Mouzinho Capitão da Mocidade” in: *Ob. Cit.*, p.207.

⁵⁴⁷ *Idem*, p.209.

⁵⁴⁸ *Idem, Ibidem.*

⁵⁴⁹ *Idem*, p.225.

⁵⁵⁰ CAETANO, Marcelo, 1973, *Factos e figuras do Ultramar*, Col. Figuras e Factos de Além-mar, Lisboa, A.G.U., nº17, p.19.

Mouzinho enquadrava-se no perfil do «Homem de Estado do Salazarismo»⁵⁵¹, zelador dos interesses da nação, um verdadeiro patriota, figura considerada superior à época em que viveu, adquire uma enorme projeção na memória histórica do regime sobretudo porque a administração colonial portuguesa conheceu uma nova era com o seu governo.

Num discurso proferido a 28 de dezembro de 1940, Marcelo Caetano proferia palavras de evocação que agraciavam esta figura: «Cerremos fileiras em redor do herói, para lutar como ele, para vencer como ele e assim o redimir da morte, assegurando-lhe o esplendor da vida imperecível pelo milagre da sua vida revivida em todas as nossas vidas, a perpetuar o seu espírito na eternidade! No seu exemplo de devoção à pátria, no seu culto da verdade e da honra, no seu amor à História, no seu gosto da acção construtiva, no seu equilíbrio da inteligência e da vontade, no seu desprezo das materialidades contingentes»⁵⁵².

Dos heróis do império do oriente, o regime também exaltava D. João de Castro. Este representava as virtudes da raça portuguesa pela sua ação na descoberta do novo mundo e expansão do domínio territorial em termos económicos e culturais como a abertura de um novo quadro intelectual e de mentalidades que colocava de parte os mitos e lendas criados em torno das viagens⁵⁵³. Exemplo de honestidade e espírito de missão, foi também interpretado como mártir por revelar capacidade de sofrimento, oferecendo a sua própria existência e como um patriota, desinteressado pelos bens materiais e riquezas do mundo. A sua vida revelava uma moral heroica ao serviço do ideal patriótico. Ele representava também a imagem de marinheiro destemido, investigador, administrador, guerreiro, patriota. É considerado pelo regime, uma das grandes figuras da epopeia da História.

D. João de Castro é outra das figuras que além de ser uma das grandes figuras da ciência portuguesa, estudioso, sábio e também militar, ele foi também um grande exemplo de lealdade à pátria. Ficou eternizado na história através do episódio em que empenhou as suas barbas para obter dinheiro destinado à defesa dos portugueses e de Diu. Foi capitão de armadas, governador, homem de confiança, fiel à bandeira portuguesa e aos ideais deste símbolo nacional. Marcelo Caetano defendia que D. João de Castro constituía um exemplo ultramarino a seguir para a Mocidade Portuguesa: «A Mocidade Portuguesa, organização da juventude e para a juventude, que trabalha unicamente com os olhos na pátria, procurando criar homens que a honrem, dignifiquem e engrandeçam no futuro, quer que os seus melhores filiados saibam conscientemente pugnar as lides da independência pelo trabalho, pela

⁵⁵¹ SEABRA, Jorge, 1995, *Ob. Cit.*, p.68.

⁵⁵² CAETANO, Marcelo, 1944, “Mouzinho Capitão da Mocidade” in: *Ob. Cit.*, p.81.

⁵⁵³ Lendas como a do Gigante Adamastor ou do Mar Tenebroso.

dignidade, pela generosidade, - pelo heroísmo. Mil tarefas vos esperam neste velho solo metropolitano; chamam-vos as promessas fecundas do novo mundo nas terras virgens do Ultramar. Portugal tem uma grande e séria missão à sua frente. A mocidade portuguesa cumpri-la-á na fidelidade ao exemplo de D. João de Castro: - estudo e acção, ao serviço do Império!»⁵⁵⁴

As figuras ligadas à ação do padroado no ultramar, como os missionários São João de Brito, o Padre António Vieira, S. Francisco Xavier e o Pe. Anchieta enquadram-se dentro da tipologia de heróis do império enquanto símbolos do nacionalismo religioso português. O regime encara-os como os criadores da civilização do Brasil destacando a sua ação evangelizadora e a sua contribuição para o incremento económico brasileiro, imagem esta que foi construída durante o período do Estado Novo.

Os missionários eram considerados heróis audazes e beneméritos por representarem o esforço apostólico e o dever missionário português. Os missionários desempenharam um importante papel na divulgação da civilização portuguesa, à qual imprimiram um carácter espiritual e operaram, segundo o regime, (...) «a fusão entre as raças, chamando ao convívio espiritual essas almas tão sedentas de Amor e de Luz. À semelhança dos nautas, os missionários também descobriram *novo céu e novas estrelas* mas estas adquiriram logo o fulgor da caridade cristã ao moverem-se em torno dum ideal superior transcendente...»⁵⁵⁵.

Estas figuras integravam-se no mito imperial porque a sua atuação era considerada fundamental na época expansionista. «As naus eram pequenas, os perigos grandes; contudo os missionários tiveram parte tão importante nessas viagens como os próprios marinheiros. A bordo animavam a tripulação nas horas de perigo, quando o mar estava tormentoso, ou quando escasseavam as provisões. Em terra anunciavam aos gentios as doutrinas de Cristo»⁵⁵⁶.

Das figuras ligadas ao padroado, o regime destacava particularmente São João de Brito porque (...) «o seu martírio na Índia era mais eloquente sobre o esforço português ao serviço da civilização cristã e, como tal, mais utilizável como argumento na afirmação de um nacionalismo histórico e colonial, tanto mais que o padroado português era reconhecido precisamente para territórios já não pertencentes ao Estado Português da Índia. (...) Combinando o amor e a fidelidade à pátria, mesmo perante os seus superiores da propaganda da fé, com a actividade missionária católica, era bem um exemplo a invocar (...) sobre a

⁵⁵⁴ CAETANO, Marcelo, 1973, *Ob. Cit.*, p.52.

⁵⁵⁵ VASCONCELOS, José de Figueiredo, 1960, “Os Lusíadas e o sentido imperial da nossa História” in *Labor*, Ano XXIV/Abril, (3ª série), nº193, Aveiro, p.p.505-506.

⁵⁵⁶ S/a, 1946, *Os grandes portugueses, grandes cristãos*, Lisboa, Tip. Inglesa, p.7.

evangelização nos nossos domínios na Índia e da manutenção do padroado fora deles, a justificar a essência cristã da missão imperial de Portugal»⁵⁵⁷.

O Padre António Vieira enquanto figura marcante da história da Língua Portuguesa é visto pelo regime como um insigne mestre de moral cívica, o incomparável doutrinador do patriotismo nacional e um homem de Deus. Foi uma figura típica da Companhia de Jesus e o elo político e cultural entre Portugal e o Brasil, no período da Restauração. Homem de estudo e de inteligência, esta figura simboliza também o herói da civilização luso-brasileira. O regime entendia-o como o príncipe da palavra e o herói de ação. É incluído na máquina de propaganda como um exemplo do sebastianismo da Companhia de Jesus, como missionário e pregador empenhado na conversão dos “infiéis” e como servidor da pátria na crise da restauração e na época em que os holandeses, ingleses e franceses pretenderam usurpar o património no oriente e no Brasil. Do seu reportório simbólico e ideológico faziam parte as glórias do passado nacional e a sua projeção no futuro. Ele idealizava Portugal no centro do Mundo, como um império universal, dirigido pela fé romana, o denominado *Quinto império*. Desenvolveu e empreendeu um apostolado político ao serviço da causa patriótica e, por isso era também considerado um exemplo edificante para todas as gerações como um defensor do duplo ideal de fé e império.

Outras figuras ligadas ao império igualmente exaltadas pelo regime foram os chefes estrangeiros que se destacam pelo heroísmo militar reflectido na ação pacífica de povoamento e valorização das terras portuguesas. Aniceto do Rosário e D. Aleixo Corte-Real, considerados pelo regime heróis da causa colonial pela sua lealdade, carácter moral e exemplar no serviço à nação, devido à sua ação decisiva na defesa contra a ocupação do território de Dadrá pela União Indiana e de Timor pelos nipões, respetivamente. Numa publicação da Agência Geral do Ultramar, exortava-se a juventude a tirar lições do passado: «Moços de Portugal! Buscai entre os heróis do reino do Súru o exemplo da nossa vida. Aprendei com esses bravos como se morre com glória pela honra da terra portuguesa. Coragem, lealdade, abnegação, espírito de renúncia, fé ilimitada nos destinos de Portugal, tudo isso nos darão em alto grau os guerreiros do nobre reino do Súru. Ajoelhe e reze, quem um dia o possa fazer, junto dos túmulos que os guardam. Bravos de tamanha honra honram-se como santos»⁵⁵⁸.

No cume da galeria de mitos históricos encontrava-se o Infante D. Henrique que é, sem dúvida, o herói mais exaltado pelo regime dentro da categoria dos construtores do

⁵⁵⁷ ANDRADE, Luís Oliveira, 2001, *História e memória - a Restauração de 1640: do Liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coleção Minerva - História, Coimbra, Edições Minerva Coimbra, p.267.

⁵⁵⁸ MARTINHO, José Simões, 1974, *D. Aleixo Corte-Real: português de Timor*, Lisboa, A.G.U., nº20, p.38.

império. Príncipe da “Ínclita Geração”, D. Henrique, pelo contributo que a sua ação teve na expansão ultramarina e no progresso da civilização ocidental foi considerado a mais importante figura da dinastia de Avis, a seguir a seu pai, D. João I. Embora não tenha sido uma figura régia, D. Henrique foi o único príncipe que tem esculpido no seu túmulo um baldaquino⁵⁵⁹, pormenor que atesta para a posteridade a sua importância na História.

Esta figura manteve, ao longo da História, o estatuto de figura pioneira nos descobrimentos e impulsionadora do desenvolvimento da civilização europeia. Valoroso guerreiro que demonstrou destemor ao tomar parte na conquista de Ceuta e exemplo de perseverança porque levou adiante a sua ideia de alargar o território além-mar, ele é também o cristão zeloso que jura fidelidade à cruz e à espada. Este lugar de primazia foi frequentemente referido por autores do regime com vista à sua exaltação. (...) Teve Portugal a sorte sem par de gerar um verdadeiro génio da acção ultramarina, o Infante D. Henrique, estadista, dotado das qualidades pessoais que caracterizam os grandes chefes e espírito luminoso que acolheu, fundindo-os admiravelmente, todos os estímulos da expansão, e por isso imprimiu à acção portuguesa a persistência e o carácter de obra científica e firmemente patriótica que lhe asseguraram desde logo um indispensável lugar de primazia»⁵⁶⁰.

Para o regime a projecção do Infante superava a de Nun`Álvares Pereira porque a daquele consubstanciava a imagem de profeta com uma missão e de uma figura universal que sugere o destino nacional e encerra a causa fundamental da unidade histórica. O infante é também encarado como o fundador de uma «segunda pátria» que marcou o limiar de uma nova era. Segundo Augusto de Castro estas duas figuras embora fossem ambas precursoras da defesa dos interesses nacionais não estavam em igualdade de circunstâncias no que respeita ao plano da História: «Se um dilatou a pátria, dilatou a pátria que o outro com o seu génio, a sua espada e a sua fé, consolidava (...) A alma de D. Henrique é filha da alma de Nuno Álvares. Não tiveram a mesma projecção, nem as poderemos colocar no mesmo plano da História, sobretudo no mesmo plano do mundo – e de Portugal no mundo -, mas colocamo-las no mesmo plano de espírito e nas mesmas grandes perspectivas da vida prática e do ideal português. Sem Aljubarrota não haveria Sagres, ou pelo menos, Sagres não seria hoje uma glória portuguesa»⁵⁶¹.

⁵⁵⁹ O baldaquino era um pormenor que fazia parte dos túmulos das figuras régias. Era uma espécie de pátio ou pequeno pavilhão sustentado por colunas esculpido em pedra, como pode ser observado no local onde o infante D. Henrique se encontra sepultado. (Capela do Fundador no Mosteiro da Batalha).

⁵⁶⁰ BAIÃO, António *et alii.*, 1937, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. I, Lisboa, Editorial Ática, p.78.

⁵⁶¹ CASTRO, Augusto de, in *Diário de Notícias* de 3 de março de 1960.

As crónicas de Zurara deram o mote às ideias primordiais do discurso ideológico do regime, assim como outros autores que se enquadram numa conceção abonatória da sua figura. O interesse e o destaque em torno da imagem do Infante não denotava exclusivamente um empenho pelo conhecimento da sua pessoa e pela sua personalidade até porque nos vários discursos sejam eles comemorativos, históricos ou pedagógicos embora sejam privilegiadas as figuras históricas de relevo, predomina uma conceção estereotipada da imagem henriquina que resulta da seleção dos seus atributos e virtudes que mais convenientes se mostravam para servirem como retrato da alma do coletivo nacional.

É a conceção de Zurara que conduz à construção do mito henriquino e apresenta a figura do infante como uma personalidade atemporal, predestinada, perto da divinização. É a figura que sobressai da Ínclita Geração completamente desumanizada por este cronista que o transformou num caso notável da mitogénese nacional. São as crónicas que elevam o mito henriquino quase aos limites do sobrenatural, visão desenvolvida por Zurara na *Crónica dos feitos da Guiné* e, posteriormente por Rui de Pina na sua obra *Crónica de D. Duarte*, respetivamente nos séculos XV e XVI. Estas obras ilustravam a importância que o Infante tinha adquirido já nessa época⁵⁶² e viriam a desenvolver o culto em torno desta figura, em certa medida dependente de um novo conceito de História relacionado com a época em que foram produzidas.

Zurara definia a figura do Infante D. Henrique, de acordo com as características culturais da época que apresentavam o Infante como uma figura heroica, o inaugurador da época de ouro portuguesa, o primogénito do Portugal ultramarino que desvendou as lendas criadas em torno do *Mar Tenebroso*, construindo a imagética que a partir do período seiscentista se firmou e que perdurou ao longo dos tempos.

O Infante D. Henrique era (...) «o herói típico da sociedade cavaleiresca e senhorial, nobre, corajoso, devoto, magnânimo e virginal, que faz do combate aos infiéis o principal fim da sua vida»⁵⁶³. A figura do Infante estava também relacionada com a abertura de novas fronteiras que colocaram Portugal na senda da expansão marítima, elevando-o a «expoente máximo da fé cristã no mundo»⁵⁶⁴.

No período renascentista, mais precisamente no reinado de D. Manuel I, o culto henriquino começa a ser uma realidade e a sua figura exaltada enquanto precursor da cartografia. Era também exaltado enquanto (...) «iniciador dos descobrimentos por inspiração

⁵⁶² Sobre este assunto *vide* JOÃO, Maria Isabel, 1994, *O Infante D. Henrique na historiografia*, Lisboa, Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp.3-13.

⁵⁶³ JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Ob. Cit.*, p.550.

⁵⁶⁴ Idem, p.551.

divina, movido pela fé e pelo espírito de cruzada com o fim grandioso de atingir a Índia e aniquilar o poderio dos turcos»⁵⁶⁵.

A vertente ascética e casta do infante surge no século XVIII, teoria que se desenvolveu com o Iluminismo e que foi adotada em Portugal. Além da erudição e a apetência para a matemática e para a cosmografia, o Infante é colocado na galeria dos heróis e santos pela sua castidade e dedicação total aos interesses da nação, embora a atribuição deste perfil estivesse afastado da importância atribuída à reflexão filosófica característica daquele período.

No século XIX exaltava-se a figura do infante como figura sábia e inteligente ligada às ciências matemáticas onde as obras de autores que escrevem sobre a história da matemática em Portugal catapultam esta imagem do Infante. A teoria da Escola de Sagres começou então a desenvolver-se embora Duarte Leite⁵⁶⁶ sugira que essa ideia teria surgido pela primeira vez em 1625 num escrito de Samuel Purchas baseado na obra de João de Barros que falava na fundação de uma escola de marinharia e a partir daí a Escola de Sagres torna-se um mito que dominou durante vários séculos.

Nos finais do século XIX, a figura do Infante surge de novo como objeto de veneração. O Infante é apresentado como «visionário que lutou, solitário e tenaz, contra a barreira do medo, das superstições e a mediocridade dos que não compreendiam o alcance do seu empreendimento. Um homem dotado de um saber e de uma capacidade de planear absolutamente notáveis, possuidor da chispa do génio, escorado numa dupla crença: a ciência e a fé. O papel que tinha desempenhado na história tornava a sua memória gloriosa e digna de ser objeto de culto e de louvor público, isto é, de comemoração»⁵⁶⁷.

É, no entanto, com Oliveira Martins que a figura do Infante e o relevo atribuído à sua personalidade e obra ascendem a um expoente máximo. Este autor idealizou na sua oitocentista *História de Portugal*, um homem dotado de uma superior inteligência rodeado de sábios e compenetrado no estudo das ciências náuticas. A sua obra, *Os filhos de D. João I*, constitui uma referência sobre a ínclita geração e dá um especial destaque ao Infante D. Henrique a quem reconhece ação, atitude e génio que vale enquanto (...) «expressão da identidade coletiva dos portugueses»⁵⁶⁸. A projeção que foi dada à imagem henriquina

⁵⁶⁵ JOÃO, Maria Isabel, 1994, *Ob. Cit.*, p.13.

⁵⁶⁶ LEITE, Duarte, 1958, *História dos Descobrimentos: colectânea de esparsos* – organização, notas e estudo final de Vitorino Magalhães Godinho, Vol. I, Lisboa, Edições Cosmos, p.161.

⁵⁶⁷ JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Ob. Cit.*, p.552.

⁵⁶⁸ JOÃO, Maria Isabel, 1994, *Ob. Cit.*, p.22.

promoveu a mitologia criada em torno de D. Henrique e a denominada “lenda infantista” que contava com muitos defensores⁵⁶⁹.

As comemorações de 1894 que festejaram o centenário do Infante D. Henrique concentraram-se no valor da sua obra e das suas consequências no futuro da nação e não tanto na imagem do herói, como era apanágio da ideologia da época e do culto cívico que atribuía maior importância ao coletivo nacional.

Na vertente da valorização da obra nacional levada a cabo pelo Infante D. Henrique, Oliveira Martins caracterizava-o (...) «como um homem austero e *monástico*, cuja obra baseava-se na genealogia do “progresso” e da modernidade, que fazem remontar aos Descobrimentos e ao renascimento, passava pelo Iluminismo e desembocava nas grandes conquistas científicas e técnicas do século XIX»⁵⁷⁰. Oliveira Martins apelava à faceta religiosa enquanto outros autores seus contemporâneos não valorizavam qualquer aspeto relacionado com a fé ou a cruzada. No entanto, a oposição entre a perspetiva laica e a de inspiração católica não se revelou radical, optando a Igreja por uma posição equilibrada relativamente à consideração do que constituía o progresso da nação, a ciência, por um lado e a fé, por outro.

A imagem do Infante surgia associada à ciência e ao mito da “Escola de Sagres”, ao início da expansão e à fundação do império português. Segundo Sérgio C. Matos, Oliveira Martins traça, neste domínio um perfil ainda mais elaborado do Infante: «Homem de acção e de missão, determinado na sua ideia fixa, desumano até, não olha a meios para atingir os seus fins. O Infante obedece ao inconsciente, a um destino cego que o ilumina e faz dele um homem trágico»⁵⁷¹. Embora a tese da figura do Infante D. Henrique ligado à fundação da “Escola de Sagres” fosse objeto de controversa, a perspetiva que mais prevaleceu nesta época foi a (...) «de um infante cientista, fundador de uma glória cosmopolita, precursor das grandes viagens de Colombo ou Vasco da Gama»⁵⁷².

Também Pinheiro Chagas contribuiu para gizir o retrato henriquino que foi construído no século XIX. Este autor via o Infante como protetor das ciências, sábio e inteligente, dedicado aos estudos práticos e experimentais do Renascimento. Esta visão estava ligada à imagem moderna do Infante que dava importância aos conhecimentos científicos que possibilitaram trilhar os caminhos percorridos pelos navegadores.

⁵⁶⁹ Esta lenda conheceu também alguns opositores que lideravam a corrente “anti-infantista” constituída por uma minoria.

⁵⁷⁰ JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Ob. Cit.*, p.560.

⁵⁷¹ MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Ob. Cit.*, p.454.

⁵⁷² Idem, p.456.

Já no século XX Jaime Cortesão contribuiu também para o desenvolvimento da visão do infante enquanto impulsionador da expansão da Ásia e da África. O Infante era caracterizado como sendo (...) «um homem de estudo e de ciência, conhecedor de astronomia e com uma vastíssima cultura geográfica, rodeado de sábios, na sua casa de Lagos». Foi apenas a partir do século XX que a historiografia atribuiu ao Infante um caráter mais humanizado e menos artificial. No entanto, a sua faceta de castidade, pioneiro da fé cristã e da civilização portuguesa além-mar, que colocou a expansão lusa ao serviço do triunfo do ideal cristão não foi esquecida pelo regime que o tornou na maior figura que caracteriza a essência da identidade portuguesa.

O Estado Novo adotou posições de vários autores como Joaquim Bensaúde que via o Infante como um herói ascético, imbuído do espírito de cruzada, (...) «unicamente empenhado na luta contra o Islame e em realizar o grandioso “Plano das Índias”, concepção que teve uma grande aceitação por parte do regime, pois era uma imagem propagandística que penetrava com facilidade nas consciências devido ao caráter religioso da sua ação. Mas para além desta característica também (...) «o significado transcendente que (o autor) atribuiu à cruzada do Infante para a civilização ocidental: a dominação dos mares, a ruína da prepotência do islamismo e a revolução económica do mundo, isto é, uma época de superioridade da cristandade sobre o Islame. Os benefícios para Portugal foram transitórios e passageiros, segundo J. Bensaúde, mas de inexcusável valor para a história da humanidade. Esta ideia casava perfeitamente com os pressupostos ideológicos do salazarismo que sempre pôs a tónica na missão civilizadora dos portugueses, dando-lhe amplitude e justificação de carácter histórico»⁵⁷³.

No entanto, foi com as comemorações de 1960 que a figura do infante ganhou um novo alento, sobretudo com a onda de exaltação promovida pelo regime, no âmbito das comemorações do quinto centenário da sua morte. Nesta época Portugal atravessava uma conjuntura política francamente desfavorável, proporcionada pelas lutas anti coloniais em África e na Índia. Esta conjuntura favoreceu o clima de unidade imperial do Estado Português para negar a então atual situação nacional. Era exaltada a figura do Infante porque a ele remontavam as origens do império e a “missão civilizadora” que impôs a superioridade da cristandade no mundo.

O Infante ganhava assim uma aura divina consubstanciada na fé e no desejo de combater o “infiel Islão”. Transforma-se em exemplo de moralidade e em protótipo de crente

⁵⁷³ JOÃO, Maria Isabel, 1994, *Ob. Cit.*, p.40.

para os adeptos da fé cristã porque é realçada a sua faceta de castidade e austeridade, mas também a sua personalidade perseverante, a humildade, o espírito de bondade, a vida de desprendimento do mundo e a obediência aos princípios, a dedicação e ao culto religioso⁵⁷⁴. Esta visão hagiográfica contrapunha-se à imagem construída no século XIX devido à conjuntura político-ideológica, o que promoveu a ascensão da figura do infante para o plano mitológico.

O Estado Novo acentua a componente religiosa e mística que move o Infante na cruzada contra o “infiel” e na empresa dos descobrimentos: a missão civilizadora que se sobrepõe aos objetivos políticos, económicos e expansionistas. Para o regime, é também o protótipo do homem de Estado, homem de ciência e mecenas que concebe o plano que leva Portugal a desbravar os caminhos do globo. Congregava em si o espírito medieval da conquista que o concebia como um guerreiro e o ideal renascentista que lhe permitiu descobrir e revelar o mundo.

A teoria da *Escola de Sagres* pressupunha um homem percursor das ciências físicas e da cartografia ligada à expansão. Defensor da cristandade, o Infante empreende a nobre missão apostólica de Portugal, características que faziam dele o modelo representativo da nacionalidade portuguesa e da grandeza imperial.

O Infante é apresentado como o mentor do projeto de colonização, o fundador do primeiro império colonial da Europa moderna, do primeiro grande estabelecimento exterior da cristandade e do domínio português no oriente. Ele é também o projetista do grande sonho de descoberta do caminho marítimo para a Índia e o fundador da mítica “Escola de Sagres”, lugar de pensamento e de prática que proporcionou a descoberta de novos territórios.

O mito da “Escola de Sagres” e o Infante D. Henrique faziam parte da mística imperial. A figura do Infante era uma das que evidenciava uma ação patriótica de glória para a nação e que deu o seu contributo à humanidade através da sua ação decisiva na história enquanto motor da construção da imagem heroica que foi sendo sucessivamente apresentada na historiografia escolar e que adquiriu características específicas durante o regime, adequando-se aos objetivos que se pretendia atingir com a exploração desta figura.

O quinto centenário da morte do infante D. Henrique comemorou-se nas vésperas do início da anunciada queda do império ultramarino. Em 1954 tinha já sido promulgada pela Presidência do Conselho a intenção de comemorar esta data através da construção de um monumento de homenagem à figura do Infante. Esta lei caracterizava o Infante como sendo

⁵⁷⁴ COSTA, António Domingues de Sousa, 1960, “A expansão portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique” in *Brotéria*, Vol. LXXI, Nº5, Lisboa, Nov.1960, pp.409-421.

(...) «não só um dos maiores vultos da História nacional como certamente o português de maior projecção no Mundo. O curso da História e da civilização ocidental não seria o que foi sem ele, ou, o que é o mesmo, sem os descobrimentos dos portugueses, que na máxima parte se devem ao seu esforço»⁵⁷⁵.

Para o regime, o Infante representava além de uma figura universal, homem iluminado, a síntese de uma época de ouro da nação porque ele representava o sonho do oriente. A sua ação na História era vista como uma lição evangélica, exemplo de (...) «vidente e de cruzado, prodígio de razão e de visão, de inteligência e de fé, uma das mais trágicas da nossa história. Príncipe da solidão, ainda mais que príncipe de sangue, ele soube fazer dessa solidão o fundamento, o alicerce de uma grande comunidade de povos e de raças, geograficamente dispersos, mas unidos pelo ideal sagrado da bandeira comum. Foi ele que concebeu a pátria»⁵⁷⁶.

Na historiografia do regime, o Infante era também a personalidade portuguesa com maior representatividade internacional, o que faz dele um grande homem quer na História nacional quer na História universal. Ele, tal como os outros heróis nacionais impunham o seu domínio sobre o tempo, característica que lhes confere uma grandeza intemporal e uma tendência para desvalorizar condicionalismos que, porventura ensombrassem a visão histórica que deles se criou. A sua grandeza na História era devida à sua obra (...) «infinitamente sugestiva, por ter lançado alicerces sólidos para o movimento expansionista da Europa e da cristandade, por ter sido o orientador de um verdadeiro renascimento e de uma verdadeira reforma»⁵⁷⁷.

De homem de ciência do período oitocentista e figura humanizada, passa a ser caracterizado como estratega visionário e homem de fé pelo período republicano. No entanto, será com o Estado Novo que o Infante adquire um halo sagrado. O regime encara-o numa perspectiva hagiográfica que corroborava por um lado, a nacionalidade e, por outro, a mística imperial, ambos convergindo para o grande dogma apresentado à nação: a sua missão imperial orientada pela Divina Providência. Nesta perspectiva, o Infante era encarado como o santo dedicado e casto que renunciou à grandeza da sua posição em favor da glória da nação, um exemplo a ser imitado pelas novas gerações.

Para o Estado Novo, o Infante era a sua figura de proa enquanto modelo de comportamento e de ação. «Senhor de avultados bens materiais, tudo “queima” para realizar o

⁵⁷⁵ Decreto-lei nº 39:713 de 1 de julho de 1954.

⁵⁷⁶ Idem.

⁵⁷⁷ BEAZLEY, C. Raymond, 1945, *O Infante D. Henrique e o início dos Descobrimentos*, Porto, Livraria Civilização, p.283.

seu sonho: descobrir o ignoto, aumentar a grandeza e a riqueza de Portugal, e espalhar a fé cristã. Por fim, vivia economicamente empenhado perante o milionário Duque de Bragança, seu irmão. Mas foi à glória útil da pátria que sacrificou tudo: bens, saúde, comodidades, a vida! Andam os jovens, por lei inelutável, à procura dum herói. Aqui o têm: - chefe nato, é homem de vontade de ferro, de palavras rudes mas correctas, de atitudes desassombradas, que quebra as estruturas recebidas no que elas têm de menos coerente, sacode o ambiente, arrasa os pusilânimes, lança ideias novas e novas realizações. Siga-o a juventude, que Portugal se cobrirá de flores, ou novas rosas!»⁵⁷⁸.

Em sua honra foram organizadas as comemorações do V centenário da sua morte que funcionaram como homenagem necessária à memória do Infante. O propósito desta prendia-se com o facto de o infante ter sido o iniciador da história moderna e o impulsionador dos descobrimentos, o promotor da unidade nacional e criador de uma civilização ecuménica e universal.

Ele era também o condutor de uma missão política importante que legitimava os mais pesados sacrifícios em prol da causa maior, o (...) «cristão estoico, de tão forte idealismo religioso, este sonhador e realizador, que soube conservar durante toda a sua vida, aceso como uma chama triunfal, o culto da sua pátria e que lhe deu uma alma e uma fé, deve ser lembrado mais do que nunca nesta hora em que o mundo, cada vez mais dividido e disperso, e como que ausente dos seus mais altos interesses, sofre de tão grandes doenças morais e em que tudo parece ter entrado em dissolução: os espíritos e os corações, a autoridade e a estabilidade dos governos, o sentido da solidariedade humana e da unidade dos povos, os costumes internacionais e as disciplinas jurídicas. (...) E, se países há que, por falta de um vigoroso sentimento cívico, parece terem abandonado a crença em si próprios, como que errando num mundo de sombras, perdido o seu antigo prestígio e perdida a fé nos princípios e nas instituições – é o drama dos nossos dias! – Saibamos nós, portugueses, manter essa crença, essa virtude que iluminou com os seus fogos a nossa grandeza no passado e que nos dias de hoje, na actual fase da vida portuguesa, marca o nosso incontestável êxito aos olhos do mundo»⁵⁷⁹.

O regime promovia o sentimento de veneração pelo Infante considerando-o (...) «a figura singular e genial, que foi o centro de tão grandes coisas, que nós veneramos como o maior dos portugueses: que nos deu o primeiro lugar no mundo da Renascença, cujos portos

⁵⁷⁸ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO/ COMISSÃO EXECUTIVA DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE, 1961, *Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique*, Vol.I, Lisboa, p.128.

⁵⁷⁹ Idem, p.150.

abriu; um dos primeiros lugares na história da humanidade, e uma situação privilegiada na civilização cristã; esta figura singular e gigantesca, cuja sombra ainda paira sobre o promontório de Sagres e alastra sobre os cinco oceanos e os cinco continentes, é em apoteose que temos de a evocar, ao lado dos Césares, entre os grandes do mundo!»⁵⁸⁰.

O prestígio e o perfil carismático atribuídos ao Infante pelo regime devem-se ao sentimento coletivo produzido pela nova ética de pátria graças às vitórias de Nun'Álvares Pereira e pelo espírito de cruzada desenvolvido por ele. Estes dois fatores teriam impulsionado, por um lado, a iniciativa para fazer a guerra contra os infiéis e, por outro, o ecumenismo nacional que desencadeou as descobertas, tendo como chefe providencial, o Infante, a quem coube a glória de iniciar o universalismo português imortalizando, desta forma a sua presença na História.

Se a maioria dos intelectuais e estudiosos do século XIX teria optado por uma imagem equilibrada do infante em termos científicos e religiosos, o regime leva a cabo uma verdadeira operação de resgate da sua vertente mística e religiosa. Este apresenta o Infante como um prosélito da cristandade, adepto do ascetismo e defensor dos interesses patrióticos acima de tudo, para além de se enquadrar na mística do chefe, qual orientador da pátria (...) «definiu o destino universalista da Nação portuguesa e criou um Mundo Novo»⁵⁸¹. Esta imagem mista “elaborada” pelo regime combinava o homem providencial e o Messias (...) «para transmitir a imagem de um líder enviado por Deus com a missão de projetar Portugal no mundo e de salvar a cristandade do avanço do Islamismo»⁵⁸².

De acordo com a doutrina religiosa, o Estado Novo fazia também a apologia de uma outra vertente – a mística do sacrifício e da dedicação no percurso da sua vida heroica que foi repetidamente invocada durante o regime. O Infante é encarado segundo uma perspetiva religiosa na qual «se destaca como cavaleiro medieval e cruzado, figura providencial e messiânica de salvador da cristandade, face à ameaça islâmica. O mito serviu, então, para estabelecer um paralelo com a dupla ameaça que pairava sobre o regime: a independência das colónias e o comunismo. Ambos tinham de ser esconjurados através de uma nova cruzada, desta feita em defesa dos valores da civilização ocidental»⁵⁸³.

O Infante era considerado um exemplo para a pátria em vários domínios. No domínio moral e pessoal era o exemplo máximo de dedicação total. «Sem esposa ou filhos para

⁵⁸⁰ PRESIDÊNCIA DO CONSELHO/ COMISSÃO EXECUTIVA DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE, 1961, *Ob. Cit.*, Vol.I, p.127.

⁵⁸¹ Idem, Vol. II, p.16.

⁵⁸² JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Ob. Cit.*, p.571.

⁵⁸³ Idem, pp.671-672.

amenizar os seus dias, ter-se-ia mantido virgem ou, pelo menos, casto, na maioria das opiniões, para ser como Galaaz, digno dos maiores cometimentos. Não hesitou em sacrificar o irmão no altar da pátria e da cristandade, apesar de sofrer cruelmente por não poder salvá-lo, saindo da tragédia mais determinado em combater os mouros e propagar a fé. Duro consigo e com os outros, não aspirava a glórias terrestres ou proveitos materiais»⁵⁸⁴. Desta forma foi-se construindo o mito henriquino que também durante o regime teve os seus opositores⁵⁸⁵, mas que pouca influência tiveram numa fase em que a conceção mítica e ideológica do passado constituía um potente suporte da política colonial levada a cabo pelo regime.

O Infante D. Henrique teve também um papel importante na modelação da mentalidade das novas gerações. Ele assumiu a função de Patrono da MP, sendo um dos seus «guias ideais de acção»⁵⁸⁶. A mística ligada ao sacrifício defendida pela doutrina cristã é repetidamente referida pelo regime. Dentro desta mística o Infante surgia como um ícone. O Infante representa o exemplo máximo de sacrifício em prol da epopeia ultramarina e de entrega total à pátria, tendo sido (...) «ele quem tudo sacrificou ao bom êxito da sua empresa: ficando solteiro e casto para não se distrair do supremo objetivo da sua vida, votando o cativo do irmão para que a segurança e a grandeza do país não fossem atingidas, abandonando cheio de dor os amigos e parentes sempre que o exigissem superiores interesses espirituais ou nacionais»⁵⁸⁷.

O processo de mitificação do Infante atinge o seu apogeu em 1960, data das comemorações henriquinas, organizadas num período em que se colocou em causa a continuidade do império ultramarino. Nos meados da década de cinquenta o regime recria o mito do Infante, já burilado há décadas. A consagração desta figura ganha uma projeção mais pujante com as comemorações oficiais realizadas em sua homenagem⁵⁸⁸. As comemorações henriquinas tinham como propósito (...) «exaltar, através da evocação da figura e obra do Infante D. Henrique, a grande gesta dos Descobrimentos e a acção civilizadora dos portugueses. Deverão elas constituir uma lição de vitalidade, de confiança e de otimismo e,

⁵⁸⁴ JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Ob. Cit.*, p.571-572.

⁵⁸⁵ Sobre este assunto *vide* GODINHO, Vitorino Magalhães, 1962, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Lisboa, Livraria Sá da Costa. Esta obra desfaz ideias feitas e atira para um plano secundário o papel atribuído ao Infante nos Descobrimentos. Esta obra, embora inovadora porque se fundamentava numa interpretação crítica das fontes e em métodos historiográficos modernos, não abonava as conceções nacionalistas que davam a Portugal a possibilidade de singrar no panorama mundial e impor a supremacia da civilização ocidental. As ideias defendidas por Magalhães Godinho não iam de encontro à mitologia criada em torno da figura do Infante e com a visão ideológica do passado, num período em que era fundamental a defesa do império, por isso foi rejeitada pelo regime.

⁵⁸⁶ CAETANO, Marcelo, 1973, *Ob. Cit.*, p.55.

⁵⁸⁷ *Idem*, p.60.

⁵⁸⁸ Para as comemorações de 1960 foi criada a *Comissão Nacional do Centenário Henriquino*, cujo diretor foi A. Caeiro da Mata e a Academia Portuguesa de História.

simultaneamente, uma confirmação de esforço e da capacidade criadora do povo português. Não estão voltadas exclusivamente para o passado, como mera manifestação de saudosismo histórico, mas serão a demonstração do valor e das possibilidades das gerações de hoje e como que um acto de fé nos destinos da Pátria»⁵⁸⁹.

O mito do Infante era explorado numa vertente ideológica que valorizava a sua idiossincrasia hagiográfica, favorável ao regime numa fase que se previa de crise, tal como a evocação de outras figuras, tais como Mouzinho de Albuquerque. Na opinião de R. Torgal (...) «as comemorações henriquinas constituem uma demonstração empírica do modo como a “historiografia de regime” interpretava dominantemente os Descobrimentos, ao mesmo tempo que revelam a permanência dos mitemas estruturantes do ideal nacionalista-imperialista português e das suas reformulações conjunturais. E, de acordo com os postulados ideológicos do Estado Novo, os velhos argumentos continuavam válidos: o Infante encarnava o momento mais alto do cumprimento da missão providencial que unificava o sentido da nossa história»⁵⁹⁰.

O mito do Infante serviu também para valorizar a imagem de Salazar, cuja personalidade e modo de estar na vida eram comparados à do Infante. Esta ideia era partilhada por algumas figuras ligadas ao regime que consideravam que Salazar, à semelhança do Infante (...) «não teve esposa, nem filhos, nem lar, porque a sua casa era a Nação»⁵⁹¹.

A sobrevalorização da figura do Infante nas comemorações de 1960, personagem histórica de projecção universal, pela sua relação com o império, secundarizou inevitavelmente a comemoração do 6º centenário do nascimento de Nuno Álvares Pereira, exemplo de heroísmo religioso e cívico que já antes da ascensão do regime tinha ganho contornos de predileção e que o Estado Novo fazia questão de preservar.

As comemorações de 1960 trouxeram a lume questões relacionadas com a beatificação do Infante que foi proposta embora não tenha sido consumada e a demonstração da semelhança entre a obra do Infante e Salazar em períodos distintos, que envergara uma luta por uma causa comum que o regime entendia ser uma missão providencialista e que tinha como objetivo a projecção de Portugal no mundo⁵⁹².

⁵⁸⁹ COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE, 1961-1963, *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, Vol. I, pp.115-176.

⁵⁹⁰ TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p. 608.

⁵⁹¹ COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE, 1961-1963, *Ob. Cit.*, Vol. IV, p.322.

⁵⁹² A este respeito *vide* os discursos proferidos no âmbito das comemorações de 1960 na obra *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, Vol. II, pp.28, 138-139 e 343 e MOREIRA, Adriano, 1960, “O pensamento do Infante D. Henrique e a atual política ultramarina de Portugal” in *Boletim Geral do Ultramar*, nº422-423, pp.243-262.

A colagem entre as imagens dos dois chefes era possível graças a uma interpretação à luz da conjuntura política que Portugal e a Europa atravessavam com a ameaça do florescimento cada vez mais garantido dos movimentos independentistas nas colónias portuguesas e das doutrinas comunistas que ameaçavam de leste em todas as direções. A imagem que até então teria acompanhado o Infante como herói laico desde as comemorações de 1894 era agora substituída pela imagem do herói fundador de caráter messiânico enquanto protetor dos ideais cristãos contra o mundo islâmico, sendo este um exemplo da sua época, face à realidade política e ideológica que ameaçava as bases do regime.

A figura de Camões embora tenha reunido consensos ao longo dos vários regimes políticos, foi o herói, por excelência, da I República. O regime republicano identificava Camões como (...) «uma bandeira de luta contra a decadência nacional e a favor da libertação dos portugueses»⁵⁹³. Camões e a sua obra teriam contribuído para o progresso civilizacional da humanidade e para a projeção nacional no mundo. A ascensão do poeta à ribalta do heroísmo deve-se fundamentalmente ao influxo crescente do hispanismo e à apologia da epopeia peninsular, o que levou à reabilitação do século XVI e da própria imagem do poeta no quadro da contrarreforma.

Camões representa uma figura ímpar na cultura portuguesa e, sobretudo pelo seu poema patriótico que encerra os grandes feitos portugueses que ganhou uma grande projeção a partir do século XVIII. Esta figura teria sido transformada por Garrett (...) «em protótipo do ideal romântico de heroísmo»⁵⁹⁴ (...) «exemplo de um herói que vence a adversidade pelo sacrifício e pelo sofrimento»⁵⁹⁵ através de José Silvestre Ribeiro; «um “Prometeu” mártir da pátria segundo Oliveira Martins»⁵⁹⁶ (...) «“a síntese da nação” para Teófilo Braga»⁵⁹⁷.

A *Festa da Raça* comemorada em 10 de Junho de 1924 celebrou a figura de Camões que interpretava o povo português no seu todo, a raça, conceito que (...) «parece reportar-se ao conjunto do povo português, enquanto colectivo com um passado histórico comum, tradições e ideais que lhe conferem uma identidade própria»⁵⁹⁸.

Ele era o símbolo da nação porque glorificou os feitos de um povo, (...) «o passado mitificado e a imagem idealizada dos portugueses, como povo heroico que “avassalou” o mundo. É a expressão mais evidente do mito da grandeza da nação e da ideia de império»⁵⁹⁹.

⁵⁹³ JOÃO, Maria Isabel, 2002, *Ob. Cit.*, p.528.

⁵⁹⁴ MATOS, Sérgio Campos, 1998, *Ob. Cit.*, p.440.

⁵⁹⁵ Idem, *Ibidem*.

⁵⁹⁶ Idem, p. 441.

⁵⁹⁷ Idem, *Ibidem*.

⁵⁹⁸ Idem, p.537.

⁵⁹⁹ Idem, p.538.

A I República considera-o o “arauto da lusitanidade”, o paradigma do herói romântico. «Camões é maior que Homero e que Vergílio – e o seu poema é único na história de todas as literaturas – por ter conseguido acender o resplendor da epopeia (...)»⁶⁰⁰. A sua importância enquanto figura histórica estava na sua obra que contava a ufanía da nacionalidade. Camões era um mito cuja existência também sintetizou o modo de ser português, a “raça” portuguesa. É, por isso, em 1880, alvo de celebrações aquando do tricentenário da sua morte, tornando-se a partir daí o símbolo da redenção nacional, o herói patriótico dos republicanos. As figuras exaltadas pelo período republicano estavam ligadas à cultura, à civilização e à divulgação do papel dos portugueses enquanto conhecedores de novos mundos, e esta era a ideia fundamental que caracterizou a figura de Camões durante o período republicano.

No Estado Novo, Camões continua associado a uma mitologia histórica que não divergia muito da que a República divulgara. Há, no entanto, a salientar que o regime apresentou esta figura não só como símbolo da nação, mas do Portugal imperial, logo da missão providencialista civilizadora que cabia a Portugal cumprir e contra as ideias independentistas que começavam a ameaçar o império ultramarino. «Em escritor nenhum tereis, como em Camões uma fiel, pura e única expressão da fé católica, cristã e deísta, como nesse poeta: da sua obra tirar-se-ia uma teologia, uma apologética, uma divina missão de propaganda, que lhe há de conferir, um dia, a santidade de missionário nos altares, como já o começou na devoção do povo»⁶⁰¹.

Camões, tal como várias outras figuras ligadas à época da expansão, era evocado naquilo que era a busca de uma garantia de demonstração da superioridade e genuinidade da raça lusa. Secundariza-se deliberadamente a herança resultante da mobilização cívica do tricentenário de 1880, tão cara à memória liberal e republicana. Uma clara inflexão nacionalista, fingida de religiosidade, decorre da transfiguração da figura de Camões. Embora não desprestigiado, nem esquecido, Camões é secundarizado, subordinando-se ao mito sebástico. No entanto, ele continua a ser destacado como o poeta imortal que glorifica os feitos heroicos dos portugueses, o poeta que serviu Portugal pela poesia, a figura ligada ao “Dia da Raça” comemorado a 10 de Junho⁶⁰², no entanto, o regime dava primazia ao heroísmo de ação para servir de exemplo às futuras gerações. Outras figuras se sobrepõem a

⁶⁰⁰ CAMPOS, Agostinho de, 1922, *Educar na família, na escola e na vida. Ensaio sobre educação*, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, p.289.

⁶⁰¹ LOPES, António dos Mártires, 1960, *Camões: poeta da Expansão e da Fé* (palestra proferida na sala dos Vice-reis por ocasião do Dia de Portugal em 10 de Junho de 1959), Goa, Imprensa Nacional, p.6.

⁶⁰² Portugal é o único país que adotou uma data cultural para comemorar o Dia da Pátria. A data da morte de Luís de Camões, um dos mais cultos do seu tempo que escreveu a glória literária portuguesa, o símbolo da portugalidade que projetou universalmente a dignidade da pátria, serve como mote para assinalar a nacionalidade.

Camões, especialmente aquelas cuja ação estava relacionada com a mística imperial e religiosa e que deste modo se prestavam mais à mitificação nacionalista que o regime exacerbava.

Camões ganha estatuto de herói porque divulga através da sua obra os feitos guerreiros dos portugueses, destacando o seu amor e louvor à pátria. Camões representa um exemplo de patriotismo e, por isso, uma referência patriótica porque testemunha as virtudes da raça portuguesa e porque foi um defensor da pátria, lutando por ela. O seu poema ressuscita um período glorioso da história pátria e reveste-se de particular importância na cultura portuguesa, ganhando mesmo contornos místicos, sendo objeto de estudo na escola, tal como o catecismo.

Camões é uma figura que reúne consensos ao longo da História, a quem se associam uma série de atributos para a composição da imagem do poeta, sobretudo durante o Estado Novo, período de fervor nacionalista, em que «a exaltação da memória excelsa» deste «soa como um clarim vibrante de combate» que se faria ouvir «ao longe nos confins do passado, a terçar armas pela grandeza de Portugal»⁶⁰³.

Para o regime, Camões teria sido o primeiro poeta a ter a noção nítida de que o português era um *homem de ação* que buscava no passado coletivo exemplos de atuação. Camões prestou um meritório serviço patriótico, um dever de solidariedade. Foi o poeta soldado que ergueu a glória portuguesa e que cantou os heróis, o hino triunfal da conquista e da luta, o ator heroico dos portugueses na fase da expansão. «N` Os Lusíadas está toda a força telúrica do mar. (...) E a sua temática, se se alicerça profundamente na gesta marítima nacional (que constitui o pano de fundo do drama que ela corporiza), transcende-a no plano dos valores estéticos. De tal modo que ele pode servir de exemplo típico não apenas da época dos descobrimentos portugueses mas de todo o Renascimento, com a sua herança greco-latina tão estreitamente ligada à sua mensagem universal cristã»⁶⁰⁴.

É após a morte de Camões com a luta contra a dominação filipina que a sua figura e a sua obra se transformam em arautos nacionais. A sua obra serve de inspiração pelas lições de coragem, de audácia e patriotismo dos portugueses. O 10 de Junho foi aproveitado pelo regime para impor a imagem de Camões como poeta “cantor da civilização ocidental” e do “império colonial português”.

⁶⁰³ BRAZ, João, 1938, “Um símbolo eterno” in: *Labor*, nº 87/Jan., p.349.

⁶⁰⁴ CARVALHO, Henrique Martins de, 1972, *Camões e Santo António: dois portugueses universais*, Lisboa, Separata de Garcia de Orta, Rev. da Junta de Investigações do Ultramar, p.152.

O regime destacava a sua obra que glorificava a epopeia portuguesa da dilatação de fé e do império, havendo como que um apagamento do significado da sua imagem. Nesta perspetiva ele seria enquadrado na mística imperial e considerado o padroeiro dos descobrimentos, mas também a figura que deu o mote para o mito sebástico.

Nesta tipologia de heróis, o regime exaltou também a figura do marquês Sá da Bandeira, figura que se dedicou à causa nacional e ultramarina, defendendo os princípios da colonização moderna. Português de nobre espírito teve um papel fundamental e decisivo na extinção da escravatura, sendo, por isso o paladino de uma causa humana. Foi segundo Lourenço Cayolla (...) «um caráter nobilíssimo; sempre fiel às suas crenças. Foi um patriota sem mancha, um guerreiro destemido, um estadista insigne, e também um escritor consagrado por inteiro ao estudo e apreciação dos maiores problemas nacionais»⁶⁰⁵.

Sá da Bandeira representava a figura de soldado, participou nas campanhas da guerra peninsular e, posteriormente nas lutas liberais. Demonstrou lealdade, bravura e serenidade, sacrifício e prontidão ao serviço da nação. Foi também homem de Estado, dedicou-se à causa colonial através de atos governativos. Esta figura representava (...) «o caminho do heroísmo e do dever (...), a divisa da nossa organização – *Honra, Dever, Serviço, Sacrifício*»⁶⁰⁶.

⁶⁰⁵ CAYOLLA, Lourenço, 1969, *Sá da Bandeira*, Col. Figuras e Feitos de Além- mar, Lisboa, A.G.U., nº2, p.p.49-50.

⁶⁰⁶ CAETANO, Marcelo, 1973, *Ob. Cit.*, p.71.

IV.4.1.3. Mártires, santos e exemplos de moralidade

O Estado Novo valorizava também um conjunto de figuras que se distinguiam pela sua exemplaridade moral e outras também pelo seu exemplo religioso. A exploração e o aproveitamento destas figuras inseriam-se no plano moral da política ideológica do regime em que a hagiografia assumia grande importância. Embora se considerassem diferenças entre o exemplo de moralidade e o de religiosidade, estas facetas complementavam-se.

O santo era a expressão mais completa da perfeição humana. Era o modelo de fé e de virtude erguido pelo seu esforço pessoal e pela graça divina às alturas do heroísmo. Este possui uma auréola que nimba a sua figura e que o aproxima de Deus. A sua característica principal era o seu desprendimento do mundo terreno, a dedicação aos outros, simbolizada pela caridade e a generosa doação. Era um exemplo de moralidade, sacrifício, caridade e martírio.

O exemplo dos santos tornava a sociedade mais rica de valores e a sua evocação destas figuras destinava-se a construir um modelo, um exemplo que se propunha à imitação. Ser santo equivalia a ser completamente leal aos princípios da vida. A santidade era concebida como harmonia global dos sentimentos e atos de razão. No entanto, estas figuras tinham um aspeto em comum, além de santos teriam cumprido também o seu dever de Estado, em suma, contribuído para o engrandecimento da pátria.

Do conjunto de figuras que se distinguiram pela exemplaridade moral e religiosa, destaca-se uma das figuras femininas mais populares da história, a rainha Santa Isabel. Exemplo máximo de moralidade, ela é a protagonista de alguns milagres ao longo da sua existência, dos quais o milagre das rosas é o mais conhecido. O relevante papel social que desempenhou apresenta-a como um exemplo que deveria motivar o comportamento das gerações femininas.

Santo António é também a mais mítica figura ligada à santidade e à Igreja. Protagonista de muitos milagres ao longo da sua vida, é o seu intelecto que o diferencia e o torna uma figura cimeira e uma grande referência enquanto modelo. Santo António simboliza para o regime a manifestação do idealismo e da universalidade que ergue e dilata o Portugal dos descobrimentos. Ele representava a substância histórica do génio português e a essência cristã da nação.

O Padre António Vieira insere-se no conjunto de figuras da mesma tipologia. A esta figura foi a conjuntura histórica da restauração que lhe atribuiu um halo sagrado. A sua ação revela-se decisiva na defesa dos interesses nacionais. A sua figura fica ligada à libertação e à

conservação do reino. Simboliza para o regime a manifestação do idealismo e da universalidade que ergue e dilata o Portugal dos descobrimentos. Ele representa a universalidade, substância histórica do nosso génio que representa a essência cristã da nação.

O herói mártir é aquele que coloca o seu sofrimento e martírio ao serviço da pátria. Exemplo desta tipologia de heroísmo é Egas Moniz, uma figura lendária que representa, por excelência, uma das personagens morais da pátria. A sua eternização na História deveu-se ao episódio da sua ida a Toledo com a família entregar-se a Afonso VII em resgate da palavra dada. Ele é também o exemplo de honradez, dignidade e sacrifício em prol da causa nacional. O seu exemplo deveria suscitar no aluno sentimentos de admiração e de reconhecimento. A sua atitude de grandeza de carácter eternizou-se no tempo desde a época da fundação, projetando-se para a posteridade para servir de exemplo às novas gerações.

Martim de Freitas também se inseria nesta tipologia, enquanto personagem moral da pátria pelas virtudes demonstradas no episódio que o eternizou na História em que se recusa a entregar as chaves do castelo de Coimbra ao conde de Bolonha, depositando-as nas mãos do cadáver de D. Sancho II.

Dentro desta tipologia de heroísmo também se inscreve D. Sebastião. O reinado de D. João II levanta a questão da sucessão num período conturbado de crise nacional caracterizado por múltiplas dificuldades, situação que leva à busca de uma solução. D. Sebastião surgia como o «produto de uma aspiração nacional, que nele concretizou a acrisolada esperança, não só de salvaguardar a integridade dos territórios ultramarinos, como de reconduzir os negócios públicos do período mais alto dos seus prestigiosos antecessores, -dúvidas assim não ficam de que todo o país identificou o aparecimento de D. Sebastião com a resposta que o destino ou Providência concedeu aos portugueses, para se desembaraçarem das dificuldades que os atormentavam»⁶⁰⁷.

Esta figura que era conotada negativamente pelo regime liberal foi reabilitada pelo Estado Novo e (...) «cuidadosamente esmerilhada, como resultado da recuperação da faceta “heroica” do monarca, realizada tanto por Oliveira Martins como por Fernando Pessoa e Jaime Cortesão. Um soberano temerário, sim. Mas porque jovem e descendente de uma série de corajosos soberanos, e cuja acção não teve êxito devido à falta de solidariedade e heroísmo por parte dos que o rodeavam (...). É sobretudo o sonho, ainda que frustrado, o ideal, ainda que não cumprido, o heroísmo, ainda que sem concretização vitoriosa, aquilo que é valorizado. O último soberano indómito, o protótipo do herói romântico, lutando até às

⁶⁰⁷ LOUREIRO, Francisco de Salles, 1989, “Uma mitogenia nacional” in: *Revista da Faculdade de Letras*, nº 12- 5ª série/ Dezembro, pp. 47-58.

últimas consequências, personificação, afinal, da tragédia, da permanente possibilidade regeneradora, de revivificação das glórias perdidas»⁶⁰⁸.

Para o regime, ele é o guerreiro destemido e lutador, mas sobretudo, o herói mártir que pretendeu restaurar o Portugal glorioso do passado através da restauração dos tão prostituídos princípios da verdadeira religião de Cristo, dotado de superioridade moral. O regime via-o como uma figura cara, o seu ressurgimento deitava por terra os projetos unionistas de Carlos V de Espanha, pois terá sido durante o seu reinado que o império terá sofrido um incremento devido às inúmeras viagens de exploração realizadas na costa africana, estabelecimento de contratos culturais com os povos desses territórios e da assinatura do tratado de Tordesilhas com Espanha.

A figura de D. Sebastião constituía por si só um mito fundamental da nacionalidade portuguesa que é genuinamente nacional e com raízes no passado. O seu desaparecimento físico colocou em causa a independência da nação despoletando uma conjuntura desfavorável sem precedentes – a dominação filipina - por isso a crença no seu reaparecimento baseava-se na esperança do seu regresso e no restabelecimento da independência nacional.

O Estado Novo evoca sobretudo a influência protetora deste monarca para que com ele se restabelecesse a capacidade de acreditar no futuro com confiança. Assim, o mito sebástico adquire, na sociedade portuguesa um espectro de dimensão praticamente religiosa. D. Sebastião para além de se tornar um herói militar, é sobretudo um mártir dentro de uma perspetiva cristã que salva com a sua morte o povo português, tornando-se o símbolo do herói redentor e do fervor religioso e militar.

O mito de D. Sebastião foi erguido à categoria de símbolo pelo significado que encerrava. Ele encarna o ideal de uma causa que tinha em vista a retoma do progresso histórico da nação. D. Sebastião torna-se (...) «figura legendária, como índice de capacidade, de energia e da bravura, como símbolo de invulnerabilidade nos combates; o herói que perdeu uma batalha, mas que pelo seu exemplo temerário, e de sacrifício ganhou a admiração do seu povo (...)»⁶⁰⁹.

O seu regresso significava a renovação da glória nacional colocando a nação de novo da senda das glórias e no sonho de alcançar o Quinto Império⁶¹⁰. Este mito tinha sido evocado

⁶⁰⁸SILVA, Maria de Jesus de Oliveira e, 1993, *A História e o Liceu no Estado Novo*, Coimbra, Dissertação de Mestrado (texto policopiado), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.91.

⁶⁰⁹ LOUREIRO, Francisco de Salles, 1989, *Ob. Cit.*, p.52.

⁶¹⁰ O Quinto Império era o resultado de quatro impérios: o império grego que sintetiza as pré-culturas; O Império romano que sintetiza a experiência e as culturas gregas que originam a cultura europeia; o Império Cristão que integra os dois anteriores impérios e o elemento hebraico (oriental); o Império Inglês, resultado dos outros três

sistematicamente na cultura portuguesa e o regime acompanhava essa tendência que fazia parte do imaginário da nação.

D. Sebastião representava o rei absoluto que governava com a mesma força e determinação que os seus antepassados, mas também o soldado mártir da cristandade. A jornada deste rei em África terminou com a sua derrota e o seu desaparecimento, facto que o elevou à categoria de agente histórico das esperanças de Portugal e à galeria dos mártires. Na teoria do sebastianismo estava subjacente o mito do herói salvador que perspectivava o homem para além de ser natural e social. Este mito comprova a relação estreita entre a mitologia e a História através da relação entre as estruturas míticas e os fenómenos culturais.

O mito sebástico alimentou a esperança nacional nos momentos de crise com o movimento restauracionista de 1640, o qual ajudou a criar. Ajudou também a produzir um sentimentalismo nacionalista que aflorou no século XX e que traduziu num fenómeno ideológico e político.

A figura de D. Sebastião era uma figura mítica para o regime porque congregava em si uma lição real, o desejo do regresso de Portugal a um esplendor nacional perdido. É considerado um heroico sobrevivente do espírito medievo da cavalaria porque morreu envolto na quimera do Quinto Império cristão, eterna aspiração da epopeia ecuménica do cristianismo. O imaginário nacional gravitava em torno desta figura, graças à crença cristã, recetível à carga messiânica que continha o mito sebástico. D. Sebastião representava a libertação de Portugal e a conquista do mundo para Cristo, a cristianização ou a missão civilizadora, o Quinto Império que colocaria Portugal numa posição de destaque como grande potência e motivo de admiração para os outros povos.

O Quinto Império enquanto síntese dos quatro impérios enriquecido com os elementos da cultura nacional e colonial, seria o primeiro império universal porque congregava elementos de todos os impérios já existentes. D. Sebastião ergueu de si uma auréola mística devido ao mito do Quinto Império que ficou ligado à sua imagem, criando o seu próprio mito - o sebastianismo - um mito religioso que girava em torno desta figura.

O mito sebástico constrói-se em torno da morte de D. Sebastião entendida apenas como a fase inicial de um renascimento ou revivescência. A lenda sebástica transformou-se numa doutrina de salvação da pátria, de redenção da humanidade, divulgadora de um império cristão de fraternidade universal. Consubstanciava a esperança latente da nação que se personificou simbolicamente num herói e a expressão da fé portuguesa nos seus destinos.

O mito do herói é um fenómeno que pressupõe uma cadeia, uma sequência de imagens simbólicas, conjuntos de símbolos e mitemas que se encadeiam com os factos históricos. O herói sofre um processo de divinização que o faz entrar na esfera do endeusamento. Este consciencializa-se da sua missão a cumprir e dos obstáculos pelos quais tem de passar, para merecer a sua entrada nesse *micromundo*. A mais importante de todas as provas é a coragem de enfrentar os desafios que o colocam entre a vida e a morte. São os feitos militares que melhor representam este tipo de virtude. Assim, (...) «o herói por excelência é, nas culturas indo-europeias, o *chefe militar*, o *bellator*, monarca ou não, mas preferencialmente *construtor de impérios* por direito de conquista, *fundador de uma civilização* ou *mero guardião* ou regenerador de uma tradição ancestral *ameaçada*»⁶¹¹.

A atuação “imprudente” de D. Sebastião na história é justificada e legitimada pelo regime através das razões de Estado, por um instinto de política nacionalista que se debate em prol da pátria, do mesmo modo que o “desaire de Tânger” do Infante D. Henrique foi justificado. A vida de D. Sebastião é tida como exemplo de fé, de coragem, de patriotismo e de castidade. Ele é a figura da expansão da fé e com ele fecha-se um ciclo imortal da epopeia portuguesa, da epopeia ecuménica do cristianismo. O destaque atribuído pelo Estado Novo à figura de D. Sebastião prende-se com a castidade da sua juventude, a sua absoluta devoção à fé cristã, a sua peregrinação solitária e a sua vocação para unificar o mundo sob a fé de Cristo.

O regime destaca também D. Sebastião enquanto símbolo das aspirações expansionistas dos portugueses, um herói que não atingiu o seu objetivo mas que representa a expressão máxima de patriotismo e de religiosidade, o Messias medieval que congrega os destinos da nação. Ele é o arquétipo que espelha as virtudes ráticas que faz a nação coroá-lo de glória e esquecer o desaire de Alcácer Quibir. A sua aventura de expedição em África embora tivesse culminado em tragédia – a “força do destino” – serviu de mote à sua heroicização, pois esta é uma força que transcendia o domínio humano, a derrota foi o desfecho de uma iniciativa louvável de esforço e patriotismo.

Os heróis representam uma época, um acontecimento e D. Sebastião reencarna o Portugal do século XV. Ele é o *Desejado*, o salvador da nação que tinha o poder do restabelecimento da nação, da ressurreição do Portugal decadente, por isso, o Estado Novo vê em Salazar ou Sidónio Pais traços de D. Sebastião, porque assumem na perfeição este perfil.

⁶¹¹ PRETO, Jorge, 2004, “Messianismo sebástico. A História entre o mito e a lenda profética” in: ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2004, *O Sebastianismo. política, doutrina e mito (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Ed. Colibri, p.255.

O mito sebástico traduz a nostalgia de uma idade de ouro que passara e o sentimento de humilhação nacional de um povo ocupado pelo estrangeiro. D. Sebastião é o símbolo que criou uma mística de ideal que acompanha o povo português. Este mito impôs-se à memória nacional desde os anos noventa do século XIX num processo de redefinição do heroísmo nacional. D. Sebastião representa também o martírio e, neste sentido, ele representava também a personificação do Infante Santo, pela sua aventura falhada no norte de África. Foi imprudente, mas audaz em prol de uma causa legítima, embora não alcançada.

Na categoria de herói moral inserem-se ainda outras figuras, tais como S. Francisco Xavier da qual é louvada a sua intervenção na pregação da fé católica no ultramar e a sua atuação na questão do padroado do oriente.

D. Miguel não foi uma figura consensual no seio dos vários regimes políticos. Esta é uma das personagens que se transfigura com a mudança dos interesses políticos. Para o Estado Novo, ocupava um lugar importante no panteão da heroicidade das figuras ligadas à direita integral, por representar o símbolo de uma cultura integralista e unitária. D. Miguel é o verdadeiro português, o súbdito, o católico, o corporativista e o nacionalista. É considerado o último cavaleiro português por ter sido um rei patriota, pela sua lealdade e resistência.

Ele representa o ideal de uma memória de combate em prol da cristianização e nacionalização através da história enquanto ciência nacionalista, por isso, ele é visto como o «restaurador e último paladino real do nosso tradicionalismo»⁶¹², o «tipo superior do carácter português»⁶¹³, razão que o elevou à categoria de «apolíneo herói, idolatrado pela nação inteira»⁶¹⁴. Consubstanciava a tentativa de salvação da pátria contra os revolucionários liberais.

D. Miguel poderá ser associado, à semelhança de D. Sebastião, à figura de um salvador milenário com o qual se vislumbrava uma possível fase de renovação, após a fase de reconstrução de Lisboa depois do terramoto. Nesta categoria heroica também se inscreve D. Pedro V. Figura de destaque do regime monárquico constitucional, é também o protótipo de herói romântico. O culto a esta figura remonta ainda à fase em que este viveu, sobretudo devido ao carácter humanitário da sua personalidade demonstrado durante a epidemia da cólera e da febre-amarela que assolaram a nação. A imagem deste monarca é durante o século XIX divulgada com base nos aspetos que se revelaram com a sua personalidade moral mas também com a sua inclinação para os valores liberais. No entanto, o Estado Novo reaproveita esta

⁶¹² AMEAL, João, s/d, “O verdadeiro perfil de El-rei D. Miguel” in: *Nação Portuguesa*, V. T.II, nº 8, p.134.

⁶¹³ Idem, p.p. 136.

⁶¹⁴ Idem, *Ibidem*.

figura destacando sobretudo a sua vertente humanitária, apresentando-o como um exemplo de moralidade, sensibilidade, inteligência e intelectualidade.

D. Manuel II também se enquadrava na tipologia do herói moral. O regime republicano explorava esta figura enquanto monarca deposto. Esta conceção dá lugar a outra que destacava e explorava a fase do exílio de D. Manuel II em que desempenhou um papel diplomático relevante na harmonização das relações entre Inglaterra e Portugal. A figura deste monarca passou por um processo de depuração durante o Estado Novo ao qual se aliou implicitamente um claro significado político. Encarado como uma vítima «das circunstâncias políticas extremamente desfavoráveis para que não contribuiu»⁶¹⁵, o último rei português era encarado como um dos (...) «maiores exemplos de civismo, de patriotismo e de elegância moral»⁶¹⁶ predados atribuídos a D. Manuel II pelo próprio Salazar.

⁶¹⁵ *O Século* de 25 de julho de 1932, p.1.

⁶¹⁶ *Idem, Ibidem.*

IV. 4.1.4. Os heróis da Restauração da Independência

«Sessenta anos depois
Corta a raia castelhana,
Essa raia da traição,
Outra chusma encarniçada!...
— Vai direita a Santo Aleixo!...—
Ódio velho, que não cansa, guia os passos
Desse exército real...
(...)
Frente à raia de Castela
Para lá do Guadiana
Venceu a vida e venceu a Morte
Essa aldeia alentejana,
Nas tormentas que venceu!...
Mas...onde a pedra, onde o bronze,
O colar ou a comenda
A rua, a praça ou avenida,
A lápide, o livro ou a legenda,
A tela, o poema heroico, original,
Santo Aleixo, homens de Santo Aleixo,
Que vos deve Portugal?!...»

BRUNO, L. Rosa, 1954, *Tríptico a Santo Aleixo da restauração pelos seus heróis de 1641, 1644 e 1704*, Beja, Minerva Comercial, pp.8 e 10.

Tal como os fundadores, os heróis associados à restauração fazem parte do grupo de figuras criadoras ou (re)criadoras do reino graças à relevância do seu papel na retoma do poder da nação pelos portugueses e, desta forma recuperar e reerguer todo o passado histórico nacional, retomando o fio condutor do seu rumo glorioso.

A memória de D. João IV, figura emblemática da restauração foi recuperada pelo Estado Novo que lhe atribuiu um papel importante na galeria dos seus heróis nacionais. A imagem menos abonatória que lhe foi atribuída pela República foi ultrapassada pelo regime, dando lugar à exaltação, sobretudo durante as comemorações do duplo centenário, em 1940.

D. João IV era interpretado como o *refundador da pátria* por ter invertido a situação negativa na qual Portugal se encontrava desde 1580, com o domínio Filipino.

João Pinto Ribeiro teve uma intervenção fundamental na justificação jurídico-política do movimento restaurador. Foi considerado um patriota devido ao seu papel decisivo num período conturbado da História nacional, o que justificava a dimensão político-ideológica da valorização ou destaque desta figura pelo regime, numa perspectiva de construção da memória da restauração de 1640.

Para além da atenção dispensada a esta figura por parte de vários autores, tais como António G. Mattoso e Rodrigues Cavaleiro, é consensual o juízo de valor que o regime faz desta figura. As suas características mais exaltadas são as de chefe militar. É também visto como um modelo de sacrifício em prol da causa nacional, bem ao jeito da tipologia de heroísmo que o Estado Novo propagandeava: «um misto de ideal cristão e de frugalidade rural. Tornou-se, por isso, um modelo a ser imitado por todos aqueles que queriam dedicar a sua vida ao serviço público»⁶¹⁷.

Do grupo das figuras emblemáticas que intervieram na restauração da independência, o regime também exaltava Salvador Correia de Sá e Benevides como exemplo militar para a nação devido à sua intervenção no processo de reconquista de Luanda aos holandeses, e como símbolo da defesa do império.

⁶¹⁷ JOÃO, Maria Isabel, 2000, *Ob. Cit.*, p.546-547.

IV.4.1.5. As figuras míticas do Estado Novo

«Guindado ao alto cargo da Nação
Ele é o venerável Presidente;
Nome ilustre e excelso coração
Empenhado na pátria florescente.
Renascença da Fé e exaltação
A Alma lusíada vive intensamente,
Luminosa, ergue o facho da expansão,
Confiando no Porvir do sol-nascente.
Ardente patriotismo de soldado
Representando a glória do Passado,
Merece a gratidão duma mensagem.
Ouve-se um estridor de lés-a-lés,
Não se olvidou o grande português;
Andam no ar gratas flores de homenagem»

«Ornamento da Pátria de Camões,
Luz aureolando a Grei dos nossos dias,
Impondo dignidade às mais nações;
Vitórias transbordantes de harmonias.
Ergue-se o mais ilustre dos varões,
Irrepreensível, contra as teorias
Russas; e faz raiar novos clarões,
Alvorada de quentes alegrias.
Salvou-nos Portugal, horas radiantes!...
Ainda hoje há portugueses vacilantes,
Loucos e sem a estrela da Razão!...
Alma insigne e Patriota incansável,
Zombe a injúria do homem admirável,
A Pátria, ao mais honrado cidadão,
Rende-lhe Gratidão»⁶¹⁸.

⁶¹⁸ SOARES, Freitas, 1938, *Templo da Pátria*, Porto, Tipografia Thomaz Batalha & Irmã, p.p. 11-12.

O Estado Novo encarregou-se de promover o culto do “Homem de Estado”, abrindo, desta forma precedente para desenvolver o sentimento de gratidão que o país devia demonstrar para com as figuras do governo que personificavam o rosto do regime. Estas eram apresentadas como os grandes defensores e os responsáveis pelo ressurgimento da pátria, o que lhes permitia a entrada na galeria dos seus mitos.

Carmona e Salazar entraram na esfera do mito porque representavam a dualidade na unidade moral da nação. Eles eram os heróis do 28 de maio e os condutores de Portugal no trilho das glórias (...) «que os portugueses devem saber compreender e imitar (...) – obreiros da Revolução Nacional – que das ruínas de uma pátria tomaram nas mãos as pedras angulares construindo uma nova nação, ativa e confiante, disciplinada e forte, para afrontar a tormenta que ruge à nossa volta, caindo verticalmente sobre o mundo a marcar a hora suprema das grandes transformações. Saibamos compreender e imitar o chefe, que acima de tudo colocou e coloca o valor e a autoridade moral, construindo o Estado Novo»⁶¹⁹.

José d' Andrade, por ocasião de um evento de âmbito cultural em Luanda, exaltava «*O nome prestigioso do Senhor General António Óscar de Fragoso Carmona*, como ilustre chefe do Estado, vincou bem fundo na alma popular que sente personificar-se naquele Grande Português a honra da Nação e n'Ele confia cegamente a sua defesa, como garante da tranquilidade pública, e do ressurgir nacional. O ilustre general, por direito próprio foi alçado à máxima representação da soberania nacional, onde tem brilhado como estrela cintilante guiando Portugal para os mais elevados destinos, sacrificando a sua tranquilidade e saúde, em holocausto ao bem da sua pátria e à felicidade do povo; mantendo-se sempre vigilante pela honra e pela vida da nação, conjuntamente esse outro ilustre português – o Dr. António de Oliveira Salazar, que a providência fez nascer em um dia, exactamente para salvar Portugal da ruína e prestigiar-nos no concerto das nações, reformando estruturalmente a vida nacional na base da moral e da justiça»⁶²⁰.

Salazar e Carmona eram os «catalizadores das energias e capacidades dos portugueses, os instauradores de uma nova ordem. (...) Não os pode dissociar a História, pois ambos a fizeram em comunhão completa, dando origem a uma época das mais prósperas da vida portuguesa que bem podia apelidar-se com propriedade: a era do *duunvirato Carmona-*

⁶¹⁹ PIRES, Teotónio Machado, 1940, *Em louvor de Portugal*, Angra do Heroísmo, Livrarias Editora Andrade, p.30-31.

⁶²⁰ ANDRADE, José Miguel Garcia d', 1938, *O Culto da Pátria: Exposição – Feira de Angola*, Luanda, Companhia Geral de Construção, p.3 e 4.

Salazar»⁶²¹. Desta dupla, será a figura de Salazar que mais destaque obterá no âmbito da política de culto das figuras ligadas ao poder.

A década de trinta é marcada por uma conjuntura desfavorável global que atinge economicamente os países, situação que proporcionou a tendência de centralização do poder numa personagem, a conceção do chefe redentor capaz de salvar a pátria do descabro financeiro. Esta conceção que eclodiu um pouco por todo o mundo, promoveu a ascensão política de líderes como Mussolini, Hitler, Roosevelt e Salazar que assumiram esse papel e que se tornaram mitos, símbolos providenciais porque conseguiram, através da sua ação, contribuir para o progresso das suas nações, movendo todas as suas forças.

Em Portugal é após o 28 de maio de 1926 que Salazar começa a destacar-se na cena política. A sua ascensão, em 1928 ao cargo de ministro das Finanças é propiciada pela conjuntura da revolução nacional que ficou muito aquém das expectativas esperadas em termos de objetivos financeiros, aspeto que para além de não sofrer qualquer melhoria, sofre um agravamento relativamente ao período republicano. Salazar passa a tomar conta da pasta financeira e controla os atos do governo que implicam despesas. Desde que se torna responsável por este cargo, Salazar encara-o como um sacrifício e um dever e não como uma honra. No seu ato de posse, Salazar foi perentório ao afirmar que o cargo representaria para ele (...) «tão grande sacrifício que por favor ou amabilidade o não faria a ninguém. Faço-o ao meu país como dever de consciência, friamente, serenamente cumprido»⁶²².

Salazar impõe-se na cena política graças ao sucesso alcançado na recuperação financeira do país. «O primeiro orçamento de Salazar, o de 1928-29, pôde realizar o milagre: as receitas totalizaram 2175 mil contos, ao passo que as despesas se mantiveram em 1900 mil contos, com o resultado, portanto de um saldo positivo de 275 mil contos. (...) A partir de 1928-29, todos os orçamentos e contas públicas se apresentaram oficialmente equilibrados, embora fosse posta em dúvida, (pelo menos até 1940) e até ao nível estatístico da sociedade das nações, a validade do critério financeiro seguido por Salazar para obter os seus famosos *superavits*. De qualquer forma, o equilíbrio financeiro tornou-se uma espécie de fetiche para o “Estado Novo” e uma das pedras angulares da sua administração, símbolo de bom governo e de progresso contínuo»⁶²³.

O sucesso (quase imediato) de Salazar conferiu-lhe a aura milagrosa relacionada com o equilíbrio das finanças públicas e, consequentemente com a reposição de Portugal no

⁶²¹ RAMOS, Gustavo Cordeiro, 1971, *O marechal António Óscar de Fragoso Carmona*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, p.p.54-55.

⁶²² SALAZAR, António Oliveira, 1939, *Discursos: 1928-1934*, Coimbra, Coimbra Editora, L.da, p.3 e 4.

⁶²³ MARQUES, Oliveira, 1976, *História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Palas Editora, p.338.

caminho do progresso. Da sua competência como ministro das Finanças a salvador da pátria não foi um processo muito complexo nem muito demorado e, desta forma, Salazar transformou-se no chefe e no dirigente do destino nacional tão desejado pela nação.

Oliveira Marques demonstrou essa ascensão facilitada pela conjuntura que lhe foi propícia. «A pouco e pouco, o controle do governo por Salazar atingiu os problemas políticos e militares. Já em 1929 ele se dirigia à nação sobre assuntos não financeiros, sugerindo lemas governativos em que o nacionalismo direitista era realçado (“Nada contra a Nação, tudo pela Nação”). Em 1930 fez dois famosos discursos, onde se definiam claramente os pontos principais da futura organização do país. Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças, o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demoliberal e maçónico (...); a maioria do exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das Direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos maçónicos, firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei»⁶²⁴.

Mas mais importante que o elogio público da sua competência profissional, começa a desenhar-se na fase que medeia entre 1928 e 1930 aquilo que se pode classificar como a etapa em que é criada a sua imagem oficial e consequentemente, o mito em torno da figura de Salazar. Atestado que estava já por esta altura o restabelecimento da situação financeira nacional, começa a ser explorada pela imprensa, uma vertente relacionada com o conhecimento da sua personalidade, ajudada pelo próprio Salazar.

Salazar pretendia traçar o seu autorretrato dentro de uma perspetiva inversa àquela que caracterizava a classe política nacional. Num dos seus discursos, afirmava: «É natural que muitos de V. Exas. tivessem curiosidade de conhecer o Ministro das Finanças... Aqui está e é, como vêem, uma bem modesta pessoa. Tem uma saúde precária e nunca está doente; tem uma capacidade limitada de trabalho e trabalha sem descanso. Porquê este milagre? Porque muitas boas almas oram, anseiam por que continue neste lugar. Represento nele determinado princípio: representa uma política de verdade e de sinceridade, contraposta a uma política de mentira e de segredo»⁶²⁵.

O periódico *União Nacional* dedicava-lhe em novembro de 1929 a primeira página, caracterizando-o como a «Encarnação simbólica dum lusitano redentor (...) Salvador de uma

⁶²⁴ MARQUES, Oliveira, 1976, *Ob. Cit.*, p.341.

⁶²⁵ SALAZAR, António Oliveira, 1939, *Ob.Cit.*, p.18.

pátria que caminhava a grandes passos para a perda absoluta da sua integridade!»⁶²⁶ sugerindo a sua equiparação às figuras lendárias de Viriato e de D. Sebastião.

O ano de 1930 consagrou a figura de Salazar como o líder ideológico do regime. Com o auxílio do sistema de igualdade partidária, a União Nacional, Salazar desenha as bases daquilo que foi o Estado constitucional que este viria a implantar. Neste ano, Leopoldo Nunes enceta com a sua obra, *O Ditador das Finanças*, um rol de publicações que posteriormente foram escritas sobre Salazar e que ajudaram a traçar o seu perfil oficial. Esta obra promovia uma perspetiva de Salazar que supera aquela que até então estava instituída e que se resumia à de restaurador financeiro da nação. Para além de reiterar este conceito, a obra destacava aspetos da personalidade de Salazar e apresentava-o sob um espectro mais alargado, como um modelo de honra, esforço e dedicação a Portugal, atributos que promovem o culto em torno da sua pessoa.

Cada vez mais confiante na sua popularidade, na sua competência e do rumo a seguir, Salazar preparou-se para tomar conta do seu governo. Ascende ao cargo de Presidente do Conselho do Governo em julho de 1932, data que foi propósito de comemoração e considerada por Carneiro Pacheco «uma data histórica da Revolução Nacional»⁶²⁷. A sua credibilidade estava instituída no panorama nacional e Salazar recolhia o apoio que necessitava de variados quadrantes. A nação agradecia-lhe a reposição do equilíbrio financeiro e louvava o homem cuja formação cristã o enquadrava numa imagem de doutrinador ideológico⁶²⁸.

Salazar foi aclamado líder e afirmou-se à nação enquanto detentor da capacidade de mudar o sistema. O enquadramento legal que lhe é conferido pela nova lei fundamental do país legitimava o seu poder e dava-lhe uma particularidade única que o distinguia no panorama político: o poder que detinha tinha sido conquistado pela obra que desempenhou e não pela imposição da força.

A partir da sua ascensão política, Salazar foi alvo de um processo de promoção da sua imagem que ele próprio também ajuda a construir, diríamos até de uma divinização que catapulta a figura do chefe para uma esfera superior dentro de uma conceção de autoridade. As características mais referidas eram os “dons especiais” como a renúncia às ambições do poder e aos prazeres mundanos, o desprendimento material, a humildade pelo reconhecimento

⁶²⁶ *União Nacional* de 8 de novembro de 1929, Ano II, nº64, p.1.

⁶²⁷ PACHECO, António Carneiro, 1935, *O retrato do Chefe*, Lisboa, Ed. da União Nacional, p.6.

⁶²⁸ Obviamente a Igreja também lhe prestava o seu tributo assim como os grandes proprietários ligados ao setor rural e industrial que viam na imagem de Salazar o apaziguamento dos movimentos sociais que exerciam contestação sobre estes.

das suas origens e a valorização da sua personalidade enquanto «grande exemplo de nobreza e de modéstia»⁶²⁹. «Por mim, toda a gente sabe que, além de ser útil à minha Pátria, nada pretendo e nada quero – nem honrarias, nem satisfação de vaidades, nem sequer agradecimentos, que aliás da parte dos povos vêm sempre tarde para os que governam»⁶³⁰. «Não é preciso ter, como eu, vindo de baixo, do povo, do trabalho, da pobreza, para sentir vivamente a inferioridade de condições de vida, material e moral, que usufrui, em contraste com toda a Europa do Ocidente, o povo português (...)»⁶³¹.

Mas embora o ideal de asceta encaixasse perfeitamente na imagem que o regime constrói, Salazar era admirado sobretudo pela obra que realizou no âmbito financeiro e a melhoria das condições que proporcionou ao país a este nível, sendo-lhe atribuído o «milagre da ordem administrativa»⁶³². Salazar tornou-se o orientador de um povo que lhe reconheceu o valor e a missão providencial que desempenhou enquanto condutor do destino nacional. Salazar corroborava o perfil do “homem competente” que assume a missão de defender a pátria.

A instituição do culto do chefe apresentava Salazar enquanto figura máxima do Estado. É ele que faz a História e todos os acontecimentos em que participa serviam para o endeusar. Segundo Abel Rodrigues, «O salazarismo, tal como o fascismo, concebia o chefe político como um eleito, um predestinado, dotado de dons especiais, cuja palavra tem força de lei e cujo discernimento é infalível. O chefe era um personagem carismático cuja autoridade não se impunha apenas em função do cargo que exerce, mas sobretudo pelos dotes especiais de personalidade que, de alguma maneira, atraem a admiração e até a devoção daqueles que comanda, capaz de galvanizar as multidões, impõe-se à devoção e à fé dos cidadãos, em laivos de verdadeiro fanatismo»⁶³³.

Salazar era um homem de princípios ideológicos, políticos e religiosos bem firmados, que o moveram a construir um Estado à sua imagem e semelhança, instaurando um regime corporativo baseado em ideais cristãos e a *União Nacional* que definia a política a seguir para todos os setores da nacionalidade, inclusive para as colónias onde imperava o princípio da unidade pluricontinental.

Esta política regia-se pelo conceito da unidade territorial da metrópole e do império ultramarino. Será para preservar a todo o custo esta dita unidade pluricontinental que Salazar

⁶²⁹ PACHECO, António Carneiro, 1935, *Ob.Cit.*, p.6.

⁶³⁰ SALAZAR, António Oliveira, 1939, *Ob.Cit.*, p.66.

⁶³¹ Idem, p.58.

⁶³² PACHECO, António Carneiro, 1935, *Ob. Cit.*, p.6.

⁶³³ RODRIGUES, Abel Martins, 2006, *Salazar e a educação*, Aveiro, s/n, p.30.

vê como necessária a implementação de uma estratégia para angariar crentes na sua doutrina desde as gerações mais novas. É com o intuito de defender e consagrar a unidade nacional que Salazar constrói e divulga incessantemente um imaginário nacionalista, no qual se sobrevaloriza um quadro de valores ligados aos exemplos de heroísmo nacional.

O culto da personalidade de Salazar surge pela “mão” da propaganda que cria uma imagem pública heroica. Esta estratégia foi uma ferramenta decisiva para a manutenção do poder onde a propaganda (oficial ou não) teve um papel fundamental. A elaboração da imagem oficial de Salazar foi realizada em vários quadrantes da sociedade. A televisão, a rádio, o cinema ou as estratégias mais eruditas como a arte ou a literatura revelaram-se importantes meios de estratégia propagandística.

Em 1927, António de Cértima publicava a obra, *O Ditador* onde mistificava o perfil do chefe enquanto ídolo. Segundo este autor «é o destino que se encarregará de o marcar, de o eleger, proporcionando-lhe aquela série de atributos e privilégios de caráter que naturalmente o colocarão fora de todos os homens e de todos os interesses do seu tempo. (...) Este homem será o ditador»⁶³⁴. O ditador era também «aquele que deverá restabelecer o equilíbrio da consciência da nacionalidade»⁶³⁵ e, por tudo isto, ditador é um homem de ação que «terá de saber exercitar constantemente todas as forças de acção e de combate a fim de poder manter em redor de si, vivo como um incêndio, o entusiasmo revolucionário»⁶³⁶.

Salazar não gosta de exposições públicas, distancia-se e, por isso desumaniza-se. No entanto, sabe que precisa de popularizar a sua imagem, de transparecer forte, superior, para que esta preencha o vazio das suas ausências perante as massas. Essa tarefa é dada a António Ferro que surge no momento em que Salazar precisa de se afirmar perante os portugueses. Nomeado diretor do SPN em outubro de 1933 pelo próprio Salazar, António Ferro desenvolveu uma estratégia que tinha como objetivo a propaganda política e, num plano mais ambicioso, a implementação do culto do chefe. A imagem do mítico chefe que a máquina propagandística do regime divulga é o motor de uma mitologia política que se desenvolve durante o Estado Novo. É em torno do passado, da unidade e da continuidade histórica que o imaginário político do regime se estruturava e Salazar apoia-se no passado e na mitologia ligada a este para deles tirar partido. Exemplo desse aproveitamento é o mito sebástico que traduzia o mito do salvador desejado e que constituiu um campo de ação favorável para a consolidação do conceito de homem providencial no imaginário nacional.

⁶³⁴ CÉRTIMA, António de, 1927, *O Ditador*, Lisboa, Rodrigues & C.a, p.32.

⁶³⁵ Idem, p.34.

⁶³⁶ Idem, p.32.

Ideólogo do regime, António Ferro procurava nas origens a semelhança e desmonta a imagem retraída de Salazar justificando as suas virtudes morais, cívicas e religiosas à luz da personalidade de figuras míticas da História nacional que o projectam nos diversos meios sociais. Desta forma, António Ferro procurava divulgar a imagem de um chefe que conseguisse recolocar Portugal na senda do progresso e do caminho glorioso que a nação já conhecera em períodos anteriores.

O discurso que António Ferro produz sobre Salazar denotava uma certa contrariedade ou negação do poder por parte de Salazar. «Este homem que é governo, não queria ser governo. Foi deputado; assistiu a uma única sessão e nunca mais voltou. Foi ministro, demorou-se cinco dias, foi-se embora e não queria mais voltar. O governo foi-lhe dado, não o conquistou, ao menos à maneira clássica e bem nossa conhecida: não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não manejou a intriga (...). Tem todo o ar de lhe ser indiferente estar ou ir; em todo o caso, está. Está e há tanto tempo e tão tranquilamente como se ameaçasse nunca mais deixar de estar. Suporta os trabalhos do governo, sofre as injustiças (...). Vai engolindo, de quando em quando a sua conta de sapos vivos, comida forçada de políticos, (...). E está, e fica»⁶³⁷.

Inicialmente, Rolão Preto também defendia a mesma concepção. Ele afirmava que (...) «a diferença essencial que há entre Salazar e os outros ditadores é esta: os outros conquistaram eles o poder, Salazar aceitou que outros lhe conquistassem o lugar mas não deu para isso o seu esforço»⁶³⁸ (...) «Num país em que tantos são chefes por vaidade, há um homem que o não quer ser por modéstia. Salazar, chefe do governo, é pois e apenas o fulcro supremo duma engrenagem, a cúpula necessária de um edifício que a revolução criou e mantém. Não é o mandatário duma ideologia, não levou consigo um partido, um grupo, uma força política. A revolução colocou-o naquele lugar, para que ele se dirija, para que ele governe. Salazar, diante do imperativo categórico de seu destino, inesperadamente (ele próprio confessa nunca lhe ter passado pela cabeça ser chefe de um governo) erguido à posição suprema, toma nas mãos as alavancas e dispõe-se a governar»⁶³⁹.

A ascensão ao poder “quase recusada” por Salazar foi também ilustrada por Cristiano de Sousa, na sua obra, *O Caso Português*, que demonstrava que a sua conquista do poder apresentava características peculiares. «Salazar não é um vencedor por ter conquistado o poder. É o herói da Nação, que o mereceu e que mereceu a confiança do país. Conquistou a

⁶³⁷ FERRO, António, 1933, *Salazar, o homem e a sua obra*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, p.43.

⁶³⁸ PRETO, Rolão, 1933, *Ob. Cit.*, p.11.

⁶³⁹ Idem, p.27.

consciência da nação. Não escalou o poder. Não pediu o poder. Não prometeu para alcançar o mando. Manda com toda a autoridade, sem nenhuma limitação de compromissos. Não promete, realiza. Aqui está o segredo da sua força e do seu triunfo: força e triunfo da nação. Só obedece ao imperativo da sua consciência e só escuta e perscruta os anseios do povo português. A sua acção já foi suficiente para mudar, para transformar a fisionomia de Portugal»⁶⁴⁰.

A faceta do político “desprendido” do poder é reforçada com a imagem de asceta que, na mesma altura é divulgada através da obra de Paul Valéry⁶⁴¹ «Ceux que ne se résignent pas aux penses claires et désintéressés, cherchaient en vain, dans la vie simple et restreint de Salazar, les raisons caches de ses mesures, de ses possibles favoritismes. Mas ils ne trouvaient rien, absolument rien. Il était difficile de concevoir un isolement plus grand, une indifférence aussi totale pour les biens de la terre, pour les plaisirs du monde. Salazar était un exemple de rare ascétisme, peut-être unique parmi les homes publics de notre époque et de notre pays»⁶⁴².

A obra da autoria de Leopoldo Nunes, *O Ditador das Finanças* que surge em 1930, para além de ser um género de biografia de Salazar, era também um discurso apologético e elogiador da obra de ressurgimento nacional por si realizada no plano das finanças nacionais. Leopoldo Nunes defendia que (...) «Desde o seu primeiro minuto de Ministro das Finanças o Dr. Oliveira Salazar foi o depositário de toda a grande esperança, que a nação tinha no seu próprio resgate, o Chefe incontestado do movimento de ressurreição comum que ia começar. Nas almas de todos os que sentem Portugal como um grande passado que exige um grande futuro, foi-lhe aberto largo crédito de confiança»⁶⁴³. (...) «Não empreendeu só uma obra de ressurreição financeira – lançou-se numa alta cruzada moral. Tem sido o homem da verdade: fez dela o seu maior apoio, a sua grande força»⁶⁴⁴. (...) «Teve de exigir sacrifícios – de interesses, de hábitos, de vaidades. Mas chegou ao fim pelas vias direitas. Venceu, implantando nas finanças portuguesas um desconhecido regime de verdade»⁶⁴⁵. (...) «Apareceu um homem capaz de resgatar a nação: e esta, firme na sua vontade de ressurgir, capaz de conquistar um porvir nobre e próspero, obedeceu à disciplina que lhe impunha quem tinha para isso, autoridade em todos os campos e, respondendo com prontidão aos sacrifícios que lhe pediam, entrou deliberadamente nos caminhos que redimem»⁶⁴⁶.

⁶⁴⁰ SOUSA, Cristiano de, 1935, *O Caso Português*, Lisboa, Ed. da União Nacional, p.19.

⁶⁴¹ VALÉRY, Paul, 1934, *Salazar, le Portugal et son chef*, Paris, Editions Bernard Grasset.

⁶⁴² Idem, p.68.

⁶⁴³ NUNES, Leopoldo, 1930, *O Ditador das Finanças*, Lisboa, Ottosgráfica, p.2.

⁶⁴⁴ Idem, p.13.

⁶⁴⁵ Idem, p.15.

⁶⁴⁶ Idem, p.21 e 22.

Na mesma perspetiva inseriam-se também obras como *A obra financeira de Salazar vista pelo Professor Marcelo Caetano* de 1934, editada pelo SPN e *O retrato do Chefe* de Carneiro Pacheco de 1935, como publicações oficiais que conduziram à mitificação de Salazar. Rolão Preto reforçou também a ação financeira dirigida por Salazar na sua obra, *Salazar e a sua época*, que se inseria também nesta conceção apologista do ressurgimento financeiro conseguido por Salazar. «Oliveira Salazar é evidentemente, não só o grande financeiro que todo o país aprecia, mas o economista. Nem doutra forma era possível o difícil ofício orçamentológico em que Salazar se tem mostrado máximo. Na verdade, se é preciso ao financeiro poder dispor conscientemente dos coeficientes de que se compõe a sua técnica, indispensável é também que ele conheça as reações da economia nacional, de forma a ajustar todas as peças da grande engrenagem»⁶⁴⁷.

A obra de Carneiro Pacheco fazia parte da propaganda oficial que retratava o chefe como um orientador, o (...) «“guia” espiritual do povo para as vitórias definitivas do seu destino»⁶⁴⁸. Toda a ação empreendida por Salazar era justificada com base nos interesses nacionais que estavam acima de todo e qualquer interesse pessoal, ideia que era continuamente afirmada e repetida. «Ele formulava os problemas nacionais e indicava a ordem da sua solução, impunha a tríplice política da verdade, do sacrifício e da nação; proclamava a revolução política como fecho natural e indispensável da ditadura administrativa; definia os princípios fundamentais da revolução portuguesa promovendo à volta deles a união nacional; elaborava, como alto programa para a nação, um projecto de constituição política.../Mas tudo isso o fazia Salazar pelo imperativo do subconsciente da nação, que queria salvar-se, e mercê do seu messiânico prestígio, não por um poder que da função lhe adviesse»⁶⁴⁹.

Se a personalidade do chefe indicava espírito de chefia e determinação para conduzir a nação aos altos desígnios, outra vertente não menos importante que a obra de Carneiro Pacheco realçava era o comportamento e a postura que Salazar demonstrava. A firmeza de carácter, a solidariedade, a iniciativa e a coragem moral são os atributos destacados. Salazar pretendia dar à pátria a maior lição que a História registou através da sua idoneidade e carácter, por isso congregava em torno de si próprio todas as qualidades que ao mesmo tempo o distinguiam e que o faziam ser amado e venerado.

⁶⁴⁷ PRETO, Rolão, 1933, *Ob. Cit.*, p.20.

⁶⁴⁸ PACHECO, Cordeiro, 1935, *O retrato do Chefe*, Lisboa, União Nacional, p.7.

⁶⁴⁹ Idem, p.8.

Salazar era tido como o «grande construtor do Portugal novo»⁶⁵⁰ e o seu carácter funcionava como exemplo educador das consciências. A reeducação cívica dos portugueses era um dos objetivos da sua política porque a coesão moral da nação era o seu imperativo categórico.

Salazar era também descrito por João Ameal como sendo «o lúcido intérprete da consciência nacional»⁶⁵¹, de uma consciência que ele construiu do passado alicerçado nas glórias de Portugal. «O pensamento de vida colectiva – cuja unidade e continuidade os reis, os heróis, os navegadores, os sábios e os missionários sustentaram no decurso de proezas, de sacrifícios, de vitórias sem conta – é, sem dúvida, o que nos deu forças suficientes para manter, contra tudo e todos, a nossa autonomia e para marchar, na Idade de Ouro, à cabeça do Ocidente cristão e imperial»⁶⁵². Este pensamento dominava e conduzia as consciências e as mentalidades funcionando como motor para criar as energias necessárias para o ressurgimento nacional e para o prosseguimento do destino glorioso e íntegro de Portugal.

O retrato psicológico de Salazar era traçado nos seus próprios discursos que constituíam um elemento fundamental na construção da imagem do chefe. A humildade e o autoelogio assumiam-se como fronteiras da ideia que Salazar pretendia transmitir de si próprio como imagem modelar. Na sua obra *Discursos*, Salazar apresentava-se com um artifício: (...) «não sou nem faço mais que os outros; sou apenas aquele que as circunstâncias imprevistas designarem como o que devia conduzir a bandeira dum movimento de unidade e renascença nacional. Nem herói, nem sábio, nem santo: “um qualquer” que trabalha quanto pode pelo seu país no posto que lhe foi designado e está sempre ao dispor de quem lho confiou»⁶⁵³. A humildade e o sacrifício eram as ideias que Salazar pretendia dar de si próprio e esta virtude era um dos valores que o regime evocava com particular ênfase, visto como condição fundamental para o progresso da nação. Era exigido a todos, sobretudo às organizações militares⁶⁵⁴ que representavam a estrutura hierárquica do regime.

⁶⁵⁰ PACHECO, António Carneiro, 1940, *Portugal Renovado* (discursos), Lisboa, Livraria Bertrand, p.170.

⁶⁵¹ AMEAL, João 1940, *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV/ Julho, p.2.

⁶⁵² Idem, *Ibidem*.

⁶⁵³ SALAZAR, António de Oliveira, 1935, “A obra do regime na campanha eleitoral” in *Discursos*, Vol.V, Coimbra, Coimbra Editora, p.454.

⁶⁵⁴ Dos compromissos do legionário fazem parte dez deveres, dos quais destacamos: 1º O legionário defende a pátria e a ordem social, sacrificando-lhes na medida em que essa defesa o exige, a sua atividade, os seus bens e a sua vida; 7º O legionário obedece aos seus chefes e cumpre os seus deveres pela forma por que lhe for determinado; 10º O legionário é valente, leal e generoso e nunca sacrifica a sentimentalismos doentios a justiça e o dever superior de servir a Legião e os seus ideais. *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV, Maio/1939, p.3.

O próprio Salazar apelava ao sacrifício dos portugueses enquanto ministro das Finanças⁶⁵⁵. Esta estratégia de retórica preconizada por um conservadorismo nacionalista e defensor da ruralidade exigia dos portugueses uma atitude de resignação contínua. O método encontrado pelo regime consistia então em alienar o povo através do sacrifício e do martírio, por isso, o regime vangloriava um conjunto de figuras históricas que funcionavam como modelos de sacrifício, no qual se encontrava Salazar.

O período posterior à sua ascensão correspondeu à fase da consolidação do seu poder, a partir do qual se iniciou um processo de sacralização e mitificação de Salazar. Durante esta fase desenvolveu-se todo um processo que tinha em vista atestar o caráter providencial da sua personalidade. Em 1938 era obrigatoriamente comemorado em todas as escolas oficiais e particulares dos diversos graus de ensino o décimo aniversário da investidura de Salazar na pasta das Finanças com o objetivo (...) «de se extrair da obra realizada a lição educativa»⁶⁵⁶. Esta comemoração visava corroborar a ordem financeira desenvolvida por Salazar como se esta tivesse sido apenas e só obra sua.

Salazar era considerado um ser dotado de conhecimento, de virtudes morais e, sobretudo de espírito patriótico norteador pela doutrina cristã, condições essenciais para mudar o rumo crítico da nação numa época de inquietações políticas, sociais e económicas. As medidas que Salazar pôs em prática tinham em vista a criação de uma sociedade renovada e pretendiam «restituir à nação a disciplina, a paz, a riqueza e a honra que, quase de todo ela havia perdido»⁶⁵⁷.

O mito criado em torno da sua figura alicerçava-se nestas bases, pois Portugal necessitava deste equilíbrio, desta ordem para ser possível uma organização nacional. Salazar era visto como um restaurador, um salvador da pátria, um Messias e a sua obra (...) «o restauro da nacionalidade (...) o verdadeiro milagre da notável transformação e aperfeiçoamento que a vida nacional, por completo, sofreu»⁶⁵⁸.

A ascensão política de Salazar só foi possível porque este provou ser hábil, inteligente e eficaz e foi, ainda, beneficiado pelo fenómeno do «cesarismo»⁶⁵⁹. Este conceito surgiu no

⁶⁵⁵ Num discurso de 1928, no qual Salazar apresenta soluções para os problemas que afetam a nação, ele exige sacrifícios “com uma finalidade definida” e, por isso, “sacrifícios salutares”. Salazar refere ainda que o sacrifício a fazer pela nação é “a ascensão dolorosa de um calvário”. Idem, Vol. I, p.18.

⁶⁵⁶ *Escola Portuguesa*, nº 181 de 14/4/1938, pp.343-344.

⁶⁵⁷ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Joana d’Arc, Nun’Álvares Pereira e Salazar*, Viana do Castelo, Tip. «A Aurora do Lima», p.26.

⁶⁵⁸ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Ob. Cit.*, p.29.

⁶⁵⁹ «O cesarismo é uma forma de degenerescência dos regimes políticos que leva a um poder individualizado, como conseqüente culto da personalidade que exige a exaltação sistemática de um dirigente máximo de um país, principalmente pela ação da propaganda. O culto transforma o chefe numa espécie de pai da pátria que parece dotado de poderes de um Super-Homem». <http://topicospoliticos.blogspot.com>

reinado de D. Carlos I, deu início a um processo de procura individual de um homem, ou de um elenco de homens (que não estivessem associados a partidos ou a fações) capazes de solucionar as crises políticas, sociais, económicas ou morais. A República adotou este conceito criando o sidonismo com base num indivíduo, Sidónio Pais⁶⁶⁰, cujo assassinato arruinou o cesarismo mas a ideia de que apenas um homem providencial poderia resolver os problemas do país permaneceu.

O sidonismo representou uma antecipação ao salazarismo. Sidónio foi o grande estadista e ditador do século XX, o símbolo da república nova. Torna-se um líder idolatrado e o seu mito emerge porque em torno de si se desenvolve uma atmosfera messiânica. Ergueu-se em torno de si uma auréola mística que ganhou contornos esotéricos incomuns que afirmaram o seu mito e o intemporalizaram, transitando-o para uma dimensão superior. A tragédia que adia a regeneração da nação leva Portugal a cair no desânimo e na espera ansiosa por um novo “salvador” que chegaria alguns anos mais tarde. Sidónio Pais marcou a política europeia contemporânea, e consubstancia a primeira tentativa de realização do princípio da autoridade, a reabilitação do Estado, da ordem social e a consagração dos chefes.

A atuação de Sidónio Pais enquanto político e homem de Estado esteve na mira de Salazar, que seguiu em alguns aspetos os seus passos, sendo, por isso, seu precursor. «Ambos fizeram um tipo de política, baseado na chefia individual sem parcerias com quaisquer grupos ou forças políticas do país. Salazar ainda contava com o seu prestígio de salvador das finanças públicas, a sua austeridade sem mancha e a sua vontade indomável»⁶⁶¹. Ambos surgem na cena política em conjunturas semelhantes e apresentam características de heroísmo que personificam a esperança e as aspirações do povo português.

Sidónio Pais encarnava o ideário místico do chefe-redentor e Salazar, em 1932, aquando da sua nomeação para presidente do ministério vai emergir (...) «como chefe indiscutível do novo regime em desenho no projecto de Constituição debatido naquele segundo semestre de 1932, seria a descoberta do Graal da direita portuguesa. A revelação do “desejado”, a transmutação da ideia de chefe em realidade, em poder, em regime político, a “Revolução Nacional em marcha”»⁶⁶², sendo o continuador do ideário que a figura de Sidónio comportava. Ele apresentava qualidades propícias a uma interacção significativa que lhe

⁶⁶⁰ A imagem de Sidónio Pais impôs-se na cena política nacional num momento de conturbação. Surgiu como um redentor da causa nacional, congregando junto de si um elevado populismo. Ele é o líder e o estadista que se afirma perante o povo. Embora o seu período de governação tenha sido efémero (cerca de um ano) a sua imagem marcou a sociedade portuguesa da época, tornando-se um ícone, um exemplo a seguir para Salazar, atingindo a consagração de herói nacional.

⁶⁶¹ PRETO, Rolão, 1933, *Salazar e a sua época*, Lisboa, Imp. Moderna, p. 28.

⁶⁶² FERRO, António, 2003, Entrevistas de António Ferro a Salazar, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, p.XIV.

valeram o consequente desenrolar de um processo de heroificação. Sidónio assume o perfil do herói sábio e guerreiro com espírito forte, corajoso, resistente, votado ao sacrifício, características que projetavam a sua imagem de homem providencial devido à sua firmeza de caráter e excepcionais qualidades cívicas. Além de herói, Sidónio assume o perfil de mártir cristão porque foi assassinado, desaparecendo fisicamente, tornando-se num exemplo de sacrifício. A sua morte transforma-o numa figura lendária. O regime de Salazar exaltava esta figura porque ele foi o precursor das ditaduras nacionalistas e da tentativa de reorganização nacional, bem como o protótipo do estadista exemplar.

A imagem criada pelo Estado Novo da figura de chefia de Salazar inseria-se numa política de veneração ou culto à qual se aplica a expressão de *Führerprinzip*⁶⁶³ quanto à política administrativa que Salazar empreendeu e que lhe valeu a confiança e a admiração dos portugueses.

Salazar compreendia a necessidade de a nação o reconhecer como o executor e orientador de um novo estado de coisas, de uma nova sociedade, de uma nação renovada. Para isso era necessário que os portugueses reconhecessem na sua figura e na sua obra o espelho da alma portuguesa. A consciência da identificação entre o povo e o seu líder levou Salazar a criar uma imagem carismática de um homem místico. A Salazar não bastava governar e relançar o país, era necessário criar o mito em torno de si próprio, uma imagem que o distinguísse do comum político.

Além das medidas que tomou de âmbito social, a estabilidade política que promoveu, o reconhecimento internacional que conquistou e o restabelecimento da ordem económica foram os fatores essenciais para a construção da sua imagem de devoto sacrificado em prol da causa nacional. «Fechado no seu gabinete de ministro, firma a autoridade do Estado, reprime a corrupção e favorece o engrandecimento da pátria. Dá maior incremento à agricultura, protege o desenvolvimento industrial, constrói bairros sociais e procura acabar com a pobreza, e a miséria, estabelecendo uma nova ordem económica. (...) É um grande ministro das finanças dos tempos modernos. (...) Organiza a nação dentro do plano corporativo para o ressurgimento da situação económica, estabelecendo o equilíbrio entre o capital e o trabalho, pois se o primeiro é dinheiro acumulado, o segundo é dinheiro em acção»⁶⁶⁴.

⁶⁶³ Embora esta teoria tenha nascido na Alemanha não foi inventada pelos nazis. Baseia-se num sistema hierárquico de líderes que pressupõe uma estrutura militar. Esta ideologia vê cada sociedade como uma hierarquia, onde o líder tem absoluta responsabilidade em promover a ordem e a prosperidade e exige do povo absoluta obediência. Foi adotada pelo regime totalitário de Adolf Hitler mas também por outros regimes seus contemporâneos. Atualmente há regimes democráticos que continuam a utilizar um sistema semelhante.

⁶⁶⁴ CASTRO, João Xavier do Carmo, 1940, *O homem que reabilitou Portugal*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial, p.7-8.

Com Salazar no poder, as origens da nacionalidade vão ser celebradas, (...) «em obediência a uma singular presentificação messiânica que enfatizava a emergência do *homem comum*, para o culto de Salazar como o *grande trabalhador* intelectual» a quem são entregues os destinos da nação. A pouco e pouco lá se ia firmando e ganhando contornos de mito a imagem única de Salazar (...) «como se queria, na alma da nação: seja aquele caricato mapa escolar em que a face de Portugal é o perfil do ditador; seja armada de espada e escudo, de malha e capacete, figurando D. Afonso Henriques, num claríssima alusão aos mitos fundadores, dos quais a propaganda se serviu, seja na série de cartazes escolares, em que Salazar, ausente mas presente na obra *magister* (o primeiro professor do país), debita as suas “lições” à infância»⁶⁶⁵.

A imagem que Salazar pretende institucionalizar de si próprio era claramente a imagem de estadista, a individualidade que se encontrava à frente dos desígnios da nação, a figura que comanda a pátria e se debate por ela como ninguém, a primeira pessoa que defende os seus interesses acima de qualquer coisa. A sua postura patriótica ganha progressivamente credibilidade, condição fundamental para (...) «se fazer ancorar a figuração fantástica, do *herói* da nacionalidade, que, envolto em grande secretismo no que respeitava à vida privada, se constituía numa espécie de depósito ou de reserva do ressurgimento nacional, guardado num “túmulo de renúncia”»⁶⁶⁶. Neste contexto, a figura do governante transforma-se (...) «num paternalismo carismático, no *pai recolhido*»⁶⁶⁷ que assume a «figura do pai que trabalha na sombra para a salvação dos filhos»⁶⁶⁸.

Salazar pretendia procurar na História a razão e a explicação para a sua pretensa doutrina e a legitimação para a sua forma de orientar a nação, afirmando que (...) «a fonte principal dos nossos ensinamentos, a fonte de inspiração das grandes linhas da nossa construção política tem sido a nossa história, a tradição, o temperamento, a *realidade portuguesa* em suma»⁶⁶⁹.

A ressurreição da nação estava intimamente relacionada com o conceito providencialista e maniqueísta da História. Este conceito pretendia fazer reviver os heróis e glorificar os momentos de grandeza do percurso histórico nacional e foi este o enunciado que presidiu e sustentou todo o discurso do Estado Novo. A História tornou-se no veículo de

⁶⁶⁵ CARVALHO, Paulo Archer de, 1995, *De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entra a euforia mítica e a formidável paranóia* in: Revista *História das Ideias*, Vol. 17, p.102.

⁶⁶⁶ Idem, p.103.

⁶⁶⁷ Idem, p.106

⁶⁶⁸ Idem, p.107.

⁶⁶⁹ SALAZAR, António de Oliveira, 1959, *Discursos e Notas Políticas (1938-1943)*, Vol. III, 2ª ed., Coimbra, Coimbra Editora, p.31.

divulgação do discurso de ressurreição da alma da nação. O salazarismo instituiu uma nova reinterpretação da História pátria de acordo com os objetivos sociais e políticos que se pretendia veicular. A escola e o ensino seriam possivelmente os melhores instrumentos para averiguar a forma como a política do espírito era inculcada nas gerações vindouras. A *fábrica espiritual portuguesa*⁶⁷⁰ era simultaneamente instrumento e objeto de controlo que ajudou a construir uma sociedade fechada e repressiva.

O regime cultivou uma imagem da sua chefia política transmitida através da propaganda explícita ou velada uma vez que Salazar insistia em afirmar o seu distanciamento relativamente ao protagonismo que lhe era atribuído ou a qualquer forma de culto em torno da sua imagem. Todavia, a negação da sua presença material e física, não é substituída pelo carácter dominador do uso do poder de Salazar, esse poder de tipo nacionalista e imperialista votado ao ressurgimento nacional.

O próprio Salazar cultivava essa imagem de homem recolhido e exclusivamente votado à sua causa nacional. A imagem que Salazar pretendia dar terá o efeito de *regis ad exemplar* na sociedade do Estado Novo, imagem que demonstrava a total disponibilidade para com a causa patriótica. Titular de grau académico e professor universitário é, sobretudo enquanto político ou estadista que o regime o reconhece e o exalta. Ministro das Finanças e, posteriormente Presidente do Conselho, Salazar foi o homem de atuação política do regime da década de trinta. A sua obra refletiu-se nos vários domínios social, económico e, sobretudo político. Embora a sua existência “humana” quase não existisse porque permanecia resguardada do conhecimento público, Salazar existe sobretudo politicamente. Esta vertente intensamente explorada pelo Estado Novo fazia de Salazar um homem providencial, um “enviado” para proteger e zelar pelo progresso da nação.

Embora preferisse o distanciamento, Salazar marcava a sua onnipresença na vida da nação. «A distância era a sua defesa, era o seu modo de sobreviver e de se alimentar enquanto mito. A distância era o seu modo de propaganda».⁶⁷¹ A propaganda ideológica divulgada pelo regime era uma estratégia pedagógica com o objetivo de formar as consciências. Na escola essa propaganda era visível sobretudo ao nível dos manuais escolares, nos retratos afixados

⁶⁷⁰ SALAZAR, António de Oliveira, 1939, *Discursos (1928-1934)*, Vol. I, 3 ed., Coimbra, Coimbra Editora, p.302.

⁶⁷¹ JANEIRO, Helena, e Silva, Isabel Alarcão e, 1989, “A imagem de Salazar nos cartazes de propaganda política oficial (1933-1949)” in *Vértice* nº13/Abril, p.64.

nas salas de aula, junto ao crucifixo e nos cartazes de propaganda ideológica⁶⁷² afixados nas paredes das salas de aula.

A estratégia de propaganda implementada pelo regime tinha como finalidade fomentar nos destinatários uma atitude de reconhecimento da atuação, o respeito e a gratidão por Salazar que zelava e protegia a nação, qual figura paternal que o regime utilizava para fazer interiorizar estes sentimentos.

Salazar foi-se tornando ao longo do tempo uma figura nacional. Ele envergava uma imagem de homem de sabedoria e de ação, digno da confiança nacional. No caos e na desagregação geral gerada no período republicano (...) «Salazar aparecia com um pensamento autónomo, propunha certezas, sugeria ideias redentoras (...) projectava a imagem do homem vindo do povo e do nada e que, por mérito e trabalho, subira os degraus que levaram à aristocracia: não a do sangue, da tradição, ou a que é decretada em lei: mas à da inteligência, do espírito e da cultura; àquela aristocracia a que, com relutância ou de bom grado, se subordinam os próprios aristocratas»⁶⁷³.

A família, instituição que representa a união entre os seus membros era simbolicamente representada por Salazar que surgia como seu chefe e orientador. A nação seria assim o conjunto de todos os portugueses e Salazar o chefe familiar, o “Pai da Nação”, a “cabeça” da pátria a quem todos deveriam absoluto respeito e, sobretudo obediência. Além do carácter paternalista atribuído a Salazar, um outro conceito era também digno de relevância: o aspeto providencial da sua imagem e da sua ação que o aproxima das qualidades divinas. A onnipotência e a onnipresença garantiam-lhe a entrada na esfera do mito.

Também em 1938, aquando do décimo aniversário da investidura de Salazar no governo como ministro das Finanças, Carneiro Pacheco decide divulgar a ação de Salazar através de uma coleção de quadros ilustrados para serem expostos nas escolas com vista à glorificação do chefe. A coleção intitulada “A lição de Salazar” continha a dupla vertente didática e pedagógica, conivente com as finalidades educativas que o regime pretendia atingir.

No ano anterior, também Nogueira Gaspar na *Escola Portuguesa* apresentava um conjunto de imagens com intenção semelhante. A referida série de imagens além de definir a hierarquia social, colocava o chefe no lugar cimeiro da base da sociedade. A filosofia subjacente a estas imagens era o primado do chefe, simultaneamente pai e mentor da pátria:

⁶⁷² Sobre este assunto, *vide* Idem, pp. 63-68. Estes cartazes faziam parte de uma coleção que se intitulava “A Lição de Salazar” editada em 1938, apresentada como material didático. Esta continha implicitamente uma mensagem escrita e iconográfica bastante apelativa ao sentimento dos alunos que fazia a apologia do regime e o engrandecimento do seu chefe.

⁶⁷³ NOGUEIRA, Franco, 1973, *Salazar, a Mocidade e os princípios (1889-19289)*, Coimbra, Atlântida Editora, p.292.

«Na escola o chefe é o Professor», «Na igreja o chefe é o Padre», «Na nação o chefe é o Governo», «O pai é o chefe da família»⁶⁷⁴.

Na década de quarenta a obra de Luís Cabral de Moncada e outros autores, *Um grande português e um grande europeu: Salazar* destaca a imagem do ditador na dupla vertente de salvador da situação financeira crítica do país e como chefe político que prestava um tributo à sua ação de ressurgimento nacional. «Se no primeiro momento, ao chegar, Salazar foi, “o homem novo”, politicamente desconhecido, embora aureolado já de enorme prestígio como técnico financeiro, que foram buscar para o governo, como se chama um médico junto da cama de um doente, no segundo momento – e sobretudo a partir de 33 – foi ele o chefe político responsável que, imposto cada vez mais por essas tão difíceis circunstâncias, se viu na necessidade de tentar uma forma de estado, para garantir a obra de ressurgimento financeiro já realizado, e de realizar depois o natural complemento dessa obra no plano económico, social e político»⁶⁷⁵. Também nesta obra, Rui Ulrich destacava a vertente humanista do chefe. «Se considerarmos o homem na sua individualidade própria, encontraremos uma inteligência manifestamente superior, tão viva como profunda, animada por dotes de invulgar ponderação e do mais hábil senso político. Homem de inexcusável honestidade e desprendimento, combina na sua poderosa mentalidade a mais estrita seriedade, atestada em toda a modéstia da sua existência, com uma compreensão e intuição perfeita das conveniências subtis do governo de um povo. (...) Esse homem, que há vinte anos trabalha sem cessar (...) pôs todas as faculdades com que a natureza o privilegiou ao dispor da sua pátria. Patriota inexcusável, orgulhoso do país que representa e simboliza, ele conseguiu à custa do sacrifício próprio enaltecer Portugal»⁶⁷⁶.

Em 1940 surge a obra de Armando Lizardo, de cariz poético, *A História Nacional*, que faz também a apologia do chefe destacando a sua obra e as virtudes morais⁶⁷⁷. No mesmo ano

⁶⁷⁴ *Escola Portuguesa*, nº 164 de 16/12/1937.

⁶⁷⁵ MONCADA, Luís Cabral de, *et. alli.*, 194?, *Um grande português e um grande europeu: Salazar*, (colectânea de discursos), Lisboa, União Nacional, pp.14-15.

⁶⁷⁶ Idem, pp.65-66.

⁶⁷⁷ «Um Bom. Um redentor. A Esp'rança. Alguém!

Um cristão praticante. Sem Brasões.

Um humilde; mas tão Grande nas Acções

Que o nome seu já soa p'lo Orbe além! (...)

É de tamanha monta a sua obra,

Assombro de futuras gerações,

Que nos leva ao Conselho das Nações,

Onde já Portugal renome cobra! (...)

Esse Homem extraordinário que de Glória

Engrandecer o Império conseguiu!

Génio ou milagre; quente Sol de estio

Como outro inda não teve a nossa História; (...)

surge a obra de João Xavier do Carmo Castro, *O homem que reabilitou Portugal* e em 1949 da autoria de Ápio Garcia, *Surgiu...Salazar!*; em 1968 do mesmo autor, *Um homem chamado Salazar*. Estas obras divulgavam o ideal do chefe e exaltavam Salazar como entidade suprema e salvador da nação dentro de uma conceção messiânica que o interpretava como uma esperança histórica para a nação. Também Santos Cravina, em 1941, publica a obra *Facho da Nova Era*, concebida dentro da mesma perspetiva⁶⁷⁸.

Do conjunto de obras publicadas durante o regime contribuíram para a construção do culto em torno da figura de Salazar, a vertente política do chefe é menorizada, sobrepondo-se a esta a sua faceta de renovador da pátria. «Salazar nunca foi, exactamente, um político. Sim um espírito superior que paira alto como o voo das águias. Intransigente, da vida interior, ele sempre esteve em contacto com a supremacia das questões só resolúveis com o apoio da consciência e do amor pelo próximo. Não desceu à praça pública o seu “eu” de transformador da vida de uma nação. Viveu antes, nas camadas do espírito que materializa ideias sublimes. Fiel ao seu destino de restaurador feliz e de trabalhador incansável em prol da causa nacional, Salazar constitui bem o símbolo do homem iminentemente português»⁶⁷⁹.

A imagem construída pelo Estado Novo apresentava Salazar como um homem sem ambições políticas. Governar era, pois, servir no sentido mais nobre e quase religioso do termo. Salazar era o governante asceta, o herói solitário que dirigia solitariamente a pátria. A imagem de Salazar surgia constantemente aliada à renascença da nação. Era visto como (...) «o estadista de invulgares qualidades a quem Portugal deve a glória do seu ressurgimento»⁶⁸⁰. O regime divulga-o como o expoente mais elevado da sua mística e a propaganda oficial fazia do chefe o seu tema central: o homem e a face do líder eram as afirmações do processo de endeusamento pessoal de Salazar.

As várias formas de expressão que o regime utilizou para projetar a imagem de Salazar pretendiam construir uma imagem messiânica de um homem de raízes humildes que

Esse Homem formidável, invulgar,
Que da Pátria quase morta, restituiu
A Vida, a Honra, a Fé, a Força, o Brio...

Esse homem colossal – É Salazar! LIZARDO, Armando, 1940, *A História Nacional (Em comemoração do Duplo Centenário 1140/1640)*, Lisboa, Imp. Portugal-Brasil, p.p. 24-26.

⁶⁷⁸ «Foi Salazar quem Portugal salvou

Dum século de lutas fraticidas
Em que a seita dos secretos regicidas
Só ruína e descalabro provocou.
(...) Nessa tão apagada e vil tristeza

Em que a nação jazia surge então

o salvador da Pátria Portuguesa». CRAVINA, Santos, 1941, *Facho da Nova Era*, Lisboa, Livraria Depositária J. Rodrigues & C. a, s/p.

⁶⁷⁹ GARCIA, Ápio, 1968, *Um homem chamado Salazar*, Lisboa, António Francisco Barata Editor, p.87.

⁶⁸⁰ Revista *Defesa Nacional*, nº 26/Junho de 1936, p.11.

ascendeu ao poder devido às suas extraordinárias qualidades apenas comparáveis com as das grandes figuras históricas. O distanciamento temporal e circunstancial entre os períodos de vivência bem como as características das figuras não eram aspetos importantes para o regime, o que importava era definir o sentido da história, preservar a continuidade da grandeza histórica e (...) «o que se pretendia inocular era uma visão orgânica da nação e da sua evolução como um percurso trilhado segundo o ritmo de um destino já potenciado (por vontade divina) nas suas origens. Por isso, passado e futuro eram apresentados como dois pólos que se exigiam mutuamente»⁶⁸¹.

A História de cunho nacionalista, exclusivamente centrada no passado apresentava um conjunto de heróis nacionais de onde se destacava, no cume, a corporização por excelência, o exemplo da dedicação sacrificada à pátria – Salazar, simultaneamente, o último, atendendo à cronologia, mas também o primeiro entre todos os heróis, o continuador da tradição para fazer de Portugal uma nação próspera.

A seleção de personagens modelares estava relacionada com os propósitos ideológicos que presidiam à governação do país, e são colocados ao serviço dos dispositivos do poder político. A tenacidade e o sacrifício aliados ao seu génio perseverante são as suas melhores qualidades heroicas que garantiam a unidade da pátria e impediam que ela se desintegrasse.

A propaganda encarregou-se de fazer um trabalho de verdadeira retrospeção na procura e rememoração das grandes figuras da História que se adequassem ao perfil do novo líder que também entrava para esta galeria. «Portugal renasce das cinzas do seu passado heroico. Salazar caminhando sobre as arestas de muitos abismos, sem cair e com o único fim de engrandecer e nobilitar a pátria, realizou um prodígio de equilíbrio que demonstra o maior esforço mental e a mais intemerata coragem, de que um chefe podia dispor tornando-se, por isso uma grande e pura figura da História»⁶⁸². «É um homem em que se combinam e honorizam as mais excelsas virtudes que enobrecem a humanidade, portanto exaltar a obra do nosso grande e sábio economista, é herdar as pristinas e másculas qualidades da raça lusa, que foi capaz de fazer uma das maiores potências do mundo e é tornar ainda hoje numa realidade, a ideia dum Portugal maior»⁶⁸³.

Durante o regime são diversas as estratégias que conotam Salazar com figuras míticas da História. Uma dessas conotações é feita com a figura de Viriato, o herói da primitiva fundação. «É ele (Viriato) quem abre o ciclo dos chefes gloriosos, esse ciclo que hoje, perante

⁶⁸¹ TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.593-594.

⁶⁸² CASTRO, João Xavier do Carmo, 1940, *Ob. Cit.*, p.127-128.

⁶⁸³ Idem, p.113.

o mundo balanceado e atônito, tem como alta e serena encarnação lusitana, outro português da Beira, expressão das virtudes perenes de uma raça, vivificada pela chama da fé em valores espirituais e nos destinos sagrados da Pátria»⁶⁸⁴.

Salazar também foi comparado a Afonso Henriques, o fundador da nacionalidade portuguesa e o precursor de muitas vitórias. Tal como o primeiro rei de Portugal, também Salazar “funda” um novo regime, o Estado Novo para o qual defende unidade, independência e prosperidade.

António Ferro demonstrava ainda a semelhança entre o perfil do infante D. Henrique, herói mítico e Salazar. O infante era o homem génio, o visionário, incansável de engrandecimento e da prosperidade da nação, características que são conotadas com o perfil de Salazar. Segundo A. Ferro o que se devia (...) «respeitar e amparar é o grande sonho deste homem simples e tenaz, o admirável espetáculo deste iluminado prático, realista, que renunciou a tudo, a todas as vaidades e prazeres materiais, para se refugiar na sua escola de Sagres, com uma manta pouco espessa a resguardá-lo do frio, jogando com as cifras sobre o papel como o outro jogou com as caravelas sobre o mar... Um homem está só, heroicamente só, a pensar em nós e na sua pátria. Deixemo-lo seguir o seu caminho, deixemo-lo ir devagar para ir mais depressa... Esperemos, pacientemente, que ele cumpra as suas promessas. Aqui não há uma ditadura, uma situação, há um ditador de si próprio, o grande chefe moral de uma nação!...»⁶⁸⁵. (...) «Como o Infante D. Henrique, na escola de Sagres, debruçado sobre mapas e cartas, ajudado pelo seu cosmógrafo Jaime de Maiorca, ele debruça-se, igualmente, no seu escritório modesto da rua do Funchal, ajudado pelos seus ministros, sobre as contas do Estado, sobre esse orçamento, que já foi um mar tenebroso e que vai clareando, lentamente, ano a ano, verba a verba... A época é outra, as caravelas, hoje, são transatlânticos, pontes, escolas, portos, oficinas, creches, bairros operários... E um infante D. Henrique, que se lembrasse de ressuscitar na nossa época tormentosa, e que a felicidade dum povo oscila entre a sua finança e a sua economia, poderia bem ser um ministro das Finanças, um Oliveira Salazar»⁶⁸⁶.

Também Adelino Cordeiro compara as virtudes de Salazar com as de Nun'Álvares Pereira e de Joana d'Arc⁶⁸⁷, colocando-os no mesmo pedestal. Segundo ele, a providência encarregou-os de desempenharem uma missão nacional importante e eles, quais espíritos

⁶⁸⁴ CORREIA, A.A. Mendes, 1940, “Da Pré-História à História Portuguesa” (discurso da sessão inaugural do I Congresso do Mundo Português a 4 de junho de 1940 na Universidade do Porto) in: *Germem e Cultura*, Jun./1940, p.41.

⁶⁸⁵ FERRO, António, 1933, *Ob. Cit.*, p.96.

⁶⁸⁶ FERRO, António, 1978, *Salazar*, Lisboa, Ed. do Templo, p.178.

⁶⁸⁷ CORDEIRO, Adelino, 1937, *Ob. Cit.*

superiores, atuaram segundo a orientação do seu espírito prestando um serviço exemplar à pátria.

Zuzarte de Mendonça Filho também assemelha o perfil de Salazar ao de Nun`Álvares Pereira. (...) «n`ele e com ele (Nun`Álvares Pereira) se afastaram receios e tormentas. Resgatou a grei. Consolidou a nacionalidade. Abriu com chave de oiro o ciclo das grandes máximas, no duplo plano das conquistas e das descobertas. Começara a projecção universal de um sonho primitivo! (...) Com Salazar e o Estado Novo, de que ele é símbolo eterno, não haja dúvidas! – teve lugar uma nova fase de reabilitação. Éramos o escárnio alheio, um ultraje ao esplendor do passado, o anátema moderno da civilização, tanto descêramos, cuspiendo sobre nós próprios. (...) Chamo, por isso, à revolução nacional, a moderna Aljubarrota. Afirmo-o aqui e afirmá-lo-ei sempre. Nun`Álvares Pereira e Salazar são irmãos gémeos, são os dois colossos, são os dois Hércules, são os dois grandes predestinados da raça!»⁶⁸⁸. Também João Xavier Castro⁶⁸⁹ assegurava que a semelhança de Salazar com o Condestável não era “pura coincidência”. A analogia estabelecida entre as duas figuras tinha um propósito e uma razão de ser, mostrar que ambos elevaram ao máximo a glória de Portugal e a sua civilização. Este autor também mostrava a semelhança entre Salazar e Cristo, ao considerá-lo (...) «o verdadeiro Messias que aparece para salvar Portugal, provocar o engrandecimento da pátria e dilatar a civilização europeia e cristã no mundo»⁶⁹⁰.

António Silva também equiparava Salazar a grandes vultos da História nacional, tais como Afonso Henriques, Nun`Álvares Pereira e o Infante D. Henrique. Segundo este autor (...) «todas [estas personagens] reúnem unanimemente um lugar de destaque na consciência mítica da memória nacional. D. Afonso Henriques, que em vão se tentou canonizar, é o Fundador, o Conquistador, usando a espada ao serviço da cruz e contemplado pela providência como agente de uma missão divina em Ourique. O Santo Condestável, Beato da Igreja, é o herói onde por excelência se cruzam a cruz e a espada, é o estratega das guerras da independência que, uma vez findo o seu papel na salvaguarda da independência, e como se fosse um peão divino que evitou que a nação eleita sucumbisse aos desejos temporais e políticos – profanos – da hegemonia castelhana, se recolherá na austeridade conventual desprezando os prazeres do mundo. O navegador é o corolário lógico da actuação dos dois anteriores. É a justificação dos esforços do Fundador e do Condestável. Sem ele tudo seria em

⁶⁸⁸ FILHO, Zuzarte de Mendonça, 1937, *Avé Salazar!*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda., p.26.

⁶⁸⁹ CASTRO, João Xavier do Carmo, 1940, *Ob. Cit.*, p.17.

⁶⁹⁰ Idem, *Ibidem*.

vão. Com o plano expansionista do Infante expõe-se a até então oculta intenção divina e o destino de Portugal: a missiões universal, a expansão da fé»⁶⁹¹.

A conotação entre o perfil de Salazar e as grandes figuras da História nacional vai mais além na obra de António Silva. Este autor explica o aproveitamento que o regime faz da figura de D. Sebastião. Embora o seu perfil não encaixasse na perfeição nos moldes traçados pelo regime, a sua memória mítica encontrava todas as possibilidades de afirmação no contexto da memória nacional que se pretendia divulgar. (...) «[D. Sebastião] é o melhor exemplo de espiritualidade, sacrifício, submissão e aceitação quase imoladora, de uma vontade transcendente, de um estatuto orgânico inquestionável ou de um destino essencial. A derrota do jovem rei pode ser também o elogio da missão portuguesa, e a prova de que o seu tempo estava inquinado pelos ventos da reforma e corrupção dos costumes e da moral, pelo amolecimento da raça tocada pelos fumos e excessos da Índia. Se a conjuntura desaconselhava a empresa, a verticalidade de D. Sebastião empreendeu-a, logo a sua persistência em passar à África era mais determinação face a um ideal, do que obstinação. (...) D. Sebastião na sua pureza e ingenuidade quase infantis, é a recusa sólida à pactuação com a podridão dos tempos, mesmo sabendo altivamente que tal lhe custará a vida. É disto emblemático, a insistente exaltação do comportamento heróico que teve no campo de batalha (...)»⁶⁹².

O Estado Novo reabilita a imagem do “Desejado” à custa de um progressivo sistema de modificação de mentalidade acerca da figura de D. Sebastião que culminou na perda da conotação negativa do sebastianismo, convertendo-o num mito, o *mito sebástico* que representou uma tentativa por parte do regime de recomeçar o percurso grandioso da nação interrompido após a morte de D. Sebastião, envergado por Salazar. Se Salazar era comparado com figuras míticas da História como as anteriormente referidas, a reabilitação do perfil histórico de D. Sebastião pressupunha igualmente uma conotação de Salazar com este.

Embora D. Sebastião não encaixasse na tipologia do herói de ação e de armas, ele encarnava o conjunto de valores sobre o qual foi possível construir uma hagiografia e, será nesta perspetiva que poderá existir em Salazar uma (...) «comparação ao Desejado, à sua castidade e misoginia, estabelece-se num outro plano de equiparação, precisamente para vincar o desprendimento material e a sujeição do interesse particular ao supremo interesse da pátria, valores supraindividuais e intemporais, mas que se devem ter sempre em mira, mesmo

⁶⁹¹ SILVA, António Luís C. C. e Silva, 1993, *Ob. Cit.*, p.111.

⁶⁹² Idem, p.112.

quando os tempos o desaconselham»⁶⁹³. (...) «Salazar vai buscar a D. Sebastião reabilitado, a espiritualidade e a natureza assexuada que a propaganda, a historiografia oficial, ou a produção artística, aí colocaram»⁶⁹⁴.

D. Sebastião e, posteriormente Salazar encarnam o “Messias salvador” que pretendia livrar a pátria de todos os males. Depois de se firmar o mito sebástico, a partir da década de quarenta, «o sebastianismo foi insistentemente apresentado como argumento do discurso tradicionalista e conservador, com o sintoma de defesa com que a originalidade da nação reage às agressões estrangeiras ou à descaraterização dos seus traços essenciais pela importação de ideais e políticas estrangeiradas»⁶⁹⁵.

A década de cinquenta foi particularmente forte na ênfase que colocou na vertente humanista de Salazar. Obras como *Férias com Salazar* de Christine Garnier, editado em 1952, *Salazar, professor e educador de um povo*, editado em 1953 da autoria de Matos Gomes, ou *Salazar, uma vida ao serviço da nação* de 1954 da Empresa Nacional de Publicidade versam sobre esta temática. Mas para além da perspetiva humanista abordada nestas obras, há ainda a destacar a conceção messiânica criada em torno da figura de Salazar na qual ele era visto como o messias do nacionalismo e o salvador “divino”.

Nesta temática que privilegiava a componente religiosa ainda se inscrevem as obras *Avé Salazar!* de Zuzarte Mendonça Filho, que associa o seu perfil ao de Nun’Álvares Pereira apresentando-os como «dois grandes predestinados da raça»⁶⁹⁶ e a obra de José Alves Amorim, *Saudação à bandeira portuguesa e a Salazar* fazia também a apologia religiosa do chefe aliando a sua figura à de Jesus Cristo⁶⁹⁷. Para além destas, destacam-se também as obras

⁶⁹³ SILVA, António Luís C. C. e Silva, 1993, *Ob. Cit.*, p.115

⁶⁹⁴ Idem, p.116.

⁶⁹⁵ Idem, p.146.

⁶⁹⁶ FILHO, Zuzarte de Mendonça e, 1937, *Avé Salazar!*, Coimbra, Coimbra Editora, p.28.

⁶⁹⁷ «No céu é nosso Jesus

Que todo o bem produz
Em Portugal é Salazar
Que nos veio trazer a luz,
As honras não o seduz
E a nação veio salvar
(...) Enviou-nos Salazar,
Nada o pode igualar,
E nos tirou de um abismo
Porque nos veio salvar
Isto é para admirar
Das garras do comunismo
Salazar é uma luz,
O prazer não o seduz
No mundo não há igual
Enviado por Jesus
Boas obras ele produz

Epopeia de Salazar de Santos Cravina, editado em 1938, *Direita, volver!*, de Guilherme de Oliveira Mouta, editado em 1939 que apresentam um Salazar com dons “sebastianistas” cuja personalidade se colava a esse herói como um enviado de Deus para abraçar a causa nobre da manutenção da independência da nação. Nesta mesma perspetiva também se inseria a obra de Fernando Pires de Lima *Salazar, no vértice de oito séculos de História*, editado em 1940. Esta obra enquadrava-se no conjunto das obras que transcendiam a admiração pública e tocavam a vertente da devoção por Salazar. «Salazar é um iluminado (...) Salazar era o Desejado por que o país esperava (...) Longo foi o cativo, longa foi a tristeza de tantos anos, mas no momento próprio apareceu a alma de um chefe, que iria dar alma às almas portuguesas (...)»⁶⁹⁸. A alma de Salazar é a alma de Portugal no século XX. (...) Salazar, o chefe, Nun`Álvares do nosso tempo. Príncipe perfeito da Idade Nova»⁶⁹⁹.

A obra de Cruz Malpique, *Bilhete de Identidade de António Oliveira Salazar*, também projetava a imagem do chefe dentro desta conceção. Utiliza uma simbologia interessante em que surge a imagem da face de Salazar conotada com a linha de costa do mapa corográfico de Portugal continental. Este admirador de Salazar faz a sua descrição como se de um documento de identificação se tratasse. «**Profissão...** (...) No sector dos seus conhecimentos, era uma autoridade acatada, uma espécie de pontífice em matéria financeira. (...) A política – palavra que estava desacreditada entre nós – ganhou o mais fino quilate nas mãos deste cidadão. Não é a política que o serve, mas ele que incondicionalmente se lhe tem denotado com entranhado amor, amor que coincide com o mais acendrado patriotismo. (...) Era modesto quando ao

Em terras de Portugal
(...) Eis que surge Salazar,
Para tudo encaminhar
Em terra Portuguesa.
Já ao mundo podemos falar
E se podemos apresentar
Com respeito e altivez
(...) Eis que surge um doutor,
Um grande ditador,
Que a todos impunha respeito.
E um grande pensador
Homem de alto valor
E de Deus é um eleito
Foi Deus que o enviou
Suas graças conquistou
Para chefe da nação.
Pois assim o destinou
A Portugal o enviou

Para a nossa salvação» AMORIM, José Alves, 1954, *Saudação à bandeira portuguesa e a Salazar*, Angra de Heroísmo, Tip. Andrade, p.2.

⁶⁹⁸ LIMA, Fernando de Castro Pires de, 1940, *Salazar, no vértice de oito séculos de História* (Conferência pronunciada no Palácio de Cristal em 26/04/1936), Porto, Ed. Domingos Barreira, pp.48 e 49.

⁶⁹⁹ Idem, p.97.

poder subiu, modesto continua, e modesto sairá. Está-lhe na estrutura moral não se deslumbrar com as alturas. (...) Os hábitos clausurais do seminário, nunca os perdeu. É uma espécie de frade perdido no mundo. **Estado Civil** ...Casado com a própria pátria, da qual e para a qual vive inteiramente, numa dedicação sem limites. Tem pelos portugueses o amor dum pai pelos próprios filhos. **Nacionalidade**...Um dos portugueses que maior projecção tem dado à sua pátria em todo o mundo. Mercê da sua superior orientação política, fez de Portugal um país aureolado de prestígio. **Altura**...Não lhe discutimos a altura somática que, os homens não se medem aos palmos. O que lhe assinalamos é a altura moral. Esta, sim, é das maiores registadas na craveira portuguesa dos últimos tempos»⁷⁰⁰.

Dentro da conceção da imagem messiânica de Salazar também destacamos um postal a cores publicado em 1935 pela Litografia Castro e assinado por B. Lopes, já divulgado através de várias obras recentes. A gravura do postal apresenta Salazar com a indumentária de D. Afonso Henriques, da qual se destaca a espada na mão esquerda que simboliza a (re)fundação de Portugal e na mão direita o escudo que simboliza a defesa da nação com a divisa «Tudo pela Nação, nada contra a nação». Esta imagem é acompanhada da legenda «Ditosa pátria que tais filhos tem» «SALAZAR- Salvador da pátria». No verso deste postal surge um texto intitulado «*Grandes de Portugal*», que foram: Afonso Henriques («*Fundador da Nacionalidade*»), D. Nuno Álvares Pereira («*o grande Mestre, que ao mandar tirar o andaime da abóbada da Casa do Capítulo, no Mosteiro da Batalha, disse a El-Rei D. João I: Senhor, metei a espada na bainha: / que isto não cai, é obra minha!*»), D. João IV («*fundador da Independência*») e, por fim, o Doutor António de Oliveira Salazar, «*Salvador da pátria. Em 11 de janeiro de 1935 pôde dizer aos inimigos da pátria, a um por um: Vilão, metei a espada na bainha / que a pátria não cai, é obra minha*»⁷⁰¹. Estas formas peculiares de projeção da imagem mítica do chefe constituíam um complemento expressivo de um tipo de mitologia com uma vertente mais popular que o regime promovia e estimulava. Dentro desta perspectiva também destacamos o artigo do *Notícias Ilustrado* de 24 de dezembro de 1932 que anunciava na capa a «sensacional descoberta»⁷⁰² de Leitão de Barros. Esta descoberta referia-se à presença da expressão de Salazar no políptico de Nuno Gonçalves como uma «extraordinária semelhança, aliás fácil de verificar, entre a expressão de Dr. Oliveira Salazar

⁷⁰⁰ MALPIQUE, Cruz, 1946, *Bilhete de Identidade de Oliveira Salazar*, Luanda, Ed. da “Casa da Metrópole”, Col. Portugal Maior/Cadernos de Propaganda e Informação, pp.7, 8 e 9. **Vide anexo XX.**

⁷⁰¹ Não há registo de qualquer discurso de Salazar na data referida no texto. O vol. II da sua obra *Discursos e notas políticas* começa com um discurso de 19 de fevereiro de 1936. C.f. MEDINA, João, 2000, *Ob. Cit.*, p.207. Este postal não se encontra nos arquivos pesquisados, no entanto tivemos informação de que faz parte de uma coleção particular à qual não conseguimos ter acesso, após várias diligências. **Vide anexo XXI.**

⁷⁰² *Diário de Notícias* de 24 de dezembro de 1932, p.1. **Vide anexo XXII.**

— agora tão extraordinariamente posta em foco pelas sensacionais entrevistas realizadas por António Ferro — e uma figura dos Painéis de S. Vicente», Estêvão Afonso, um célebre financeiro do século XV.

A suposta semelhança divulgada pelo jornal⁷⁰³ foi uma estratégia propagandística de António Ferro que publicava nesse mesmo mês de dezembro um conjunto de entrevistas promovendo a figura do chefe. Estas entrevistas tinham como principal objetivo divulgar a figura de Salazar enquanto chefe ainda relativamente pouco conhecido do país. António Ferro acaba por ter parte muito ativa no resultado do texto das entrevistas. Ele cria a imagem de marca de Salazar, a sua imagem pública, a sua imagem de ditador. O retrato de Salazar revela a preocupação de fazer das suas fraquezas, forças. Nas entrevistas que publica, António Ferro não faz o elogio da imagem do ditador fulgurante que tem em Mussolini a sua verdadeira representação, mas explora a imagem do ditador compenetrado que trabalha incessantemente em prol da nação.

Em 1933, é também pela mão de António Ferro que surge uma das obras de maior destaque, *Salazar: o homem e a sua obra* que sendo a mais conhecida obra sobre o chefe do governo tentava dar relevo tanto à faceta humana como à personalidade de líder, na tentativa de humanizar a sua imagem, mas também com o intuito de exaltar o regime, característica predominante nas obras dos anos 30 e 40. Nesta perspetiva também se enquadram outras obras tais como *Salazar na Intimidade*, editado em 1936 da autoria de Artur Mendes Távora e *Perfil de Salazar* de Luís Teixeira editado em 1938.

Os anos de 1932 e 1933 foram preponderantes para a construção de um imaginário mítico em torno de Salazar. Estes anos marcaram a passagem da fase de admiração pela veneração da sua figura. É 1933, o ano em que o salazarismo surge em Portugal na sua verdadeira aceção. Este conceito transcendia o poder que Salazar detinha e exercia. Era, para além de tudo isso, a imagem conjunta dos vários perfis que se tinham construído até então sobre o chefe. A admiração por ele baseava-se fundamentalmente na pluralidade de imagens criadas em torno de si. Fruto de uma construção sua, de apoiantes seus e do regime, o salazarismo foi uma ideologia e um sentimento que congregou sobretudo ideais políticos.

O culto a Salazar e a obediência ao chefe faziam parte da aura que desde a sua ascensão ao poder envolveram esta figura e que rapidamente redundou num mito⁷⁰⁴. Este

⁷⁰³ Idem. Este periódico anuncia a série de entrevistas de António Ferro a Salazar que são publicadas entre 19 e 23 de dezembro sempre na primeira página e, que posteriormente são reunidas na obra *Salazar, o homem e a sua obra*.

⁷⁰⁴ Iniciativas levadas a cabo por alguns autores contribuíram para a consagração da figura de Salazar. **Vide anexo XXIII.**

processo de construção do mito *salazarino* provocou uma rutura na sociedade, encetando um novo ciclo que apresenta Salazar como um libertador da nação decadente, reconduzindo-a nos caminhos da glória do passado, qual messias redentor.

A ideia de messianismo associada a Salazar era destacada nas obras que faziam uma leitura enaltecedora da sua obra nacional na Presidência do Conselho. Nesta perspetiva insere-se a obra de Christine Garnier que tocava o domínio do fantástico ao comparar também o perfil de Salazar a D. Sebastião, «o Desejado, que foi morto pelos mouros e, segundo a lenda, voltará a Portugal num dia de bruma»⁷⁰⁵. C. Garnier atribui a Salazar um «dom divinatório, espécie de sexto sentido»⁷⁰⁶ com que este exercia a sua ação governativa. Também no âmbito desta temática se inscrevia a obra *Salazar na intimidade* de Artur Távora que apelida Salazar de o “nosso salvador”⁷⁰⁷ ou ainda a obra de Santos Cravina, *Epopeia de Salazar* que denominava o chefe como o “terceiro restaurador”⁷⁰⁸, tal como foram D. João I ou D. João IV que conduziram a nação na senda do progresso.

Em 1948, António Ferro apologizava a figura de Salazar e exaltava os vinte anos do seu governo: «Haverá ainda algum português que tenha dúvidas sobre a projeção da personalidade do chefe do governo português, sobre o que ele representa para nós como expressão de independência e de orgulho salutar? Não, não acreditamos que haja: só por teimosia, por hábito adquirido, por posição tomada, por simples despeito ou ressentimento. Por dentro, no sossego das suas consciências, todos os portugueses, ainda que alguns afirmem o contrário, têm de estar de acordo com Salazar pois não é possível estar-se em desacordo com o prestígio da nação, com a glória da Pátria»⁷⁰⁹.

Salazar representava o símbolo do Estado Novo enquanto figura de chefia que marcou uma época. Todas as obras produzidas sobre Salazar apresentavam unanimemente um caráter laudatório e predicatório que o aproxima das figuras heroicas da História: o providencialismo dos homens de ação que surgem num momento crítico para salvar a nação. Em 1953 comemorou-se o jubileu ministerial de Salazar que foi transposto para as telas do cinema, corroborando, mais uma vez o mérito da sua ação governativa.

A exaltação do mito de Salazar não terminou com a morte do ditador. Em 1991 é publicada a obra *Como se levanta um Estado*⁷¹⁰ e em 1993, a Bertrand Editora divulga a obra

⁷⁰⁵ GARNIER, Christine, 1952, *Férias com Salazar*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, p.19.

⁷⁰⁶ Idem, p.131.

⁷⁰⁷ TÁVORA, Artur, 1936, *Salazar na intimidade*, Braga, Oficina Gráfica da “Pax”, p.31.

⁷⁰⁸ CRAVINA, Santos, 1948, *Epopeia de Salazar*, Porto, Tip. Fonseca, p.63.

⁷⁰⁹ FERRO, António, 1948, *Apontamentos para uma exposição*, Lisboa, Ed. do SNI., p.21.

⁷¹⁰ SALAZAR, Oliveira, 1991, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, Mobilis in Mobile.

*Salazar visto pelos seus próximos (1946-68)*⁷¹¹ que reúne comentários de diversos admiradores e personalidades ligadas ao regime sobre Salazar, com a intenção de reelaborar a sua imagem, humanizando a visão que teria sido criada pelo regime de um chefe iluminado.

A morte de Oliveira Salazar em 1970 abre-lhe definitivamente as portas da imortalidade, porque o homem desaparece fisicamente, mas o mito há muito que fora construído. «Salazar já não é só de Portugal. É do Mundo. O Mundo todo vibrou com a sua morte. Vozes autorizadas disseram de Salazar o que ele foi como mestre na política como chefe político de um país que se convencionou, bem erradamente, chamar pequeno, mas que ele fez grande, respeitado, invejado até. Já não podemos receber o seu avisado conselho, seguir a sua ingente atividade, sempre norteada pelo bem da nação, beneficiar da sua presença. Refugiemo-nos no seu enorme exemplo, mas não doentamente, de uma forma saudosista ultrapassada, mas de maneira activa, permanente, presente»⁷¹².

Durante todo o regime várias são as facetas exploradas da figura de Salazar. Cada nova imagem acrescentava mais um aspeto à identidade de Salazar que se construía dentro de uma multiplicidade.

⁷¹¹ PINTO, Jaime Nogueira (org.), 1993, *Salazar visto pelos seus próximos*, Venda Nova, Bertrand.

⁷¹² LIGA DOS ANTIGOS GRADUADOS, 1970, *Salazar e nós*, Lisboa, Edições Facho, p.2.

IV.4.1.6. As figuras femininas

Na galeria de celebridades históricas também são evocadas várias personagens femininas. O regime atribuía à mulher um papel muito específico na sociedade e remetia para a escola a tarefa de formá-las dentro do seu espírito ideológico. (...) «A escola precisa fazer da aluna de hoje a mulher de amanhã: dentro do lar, pelas virtudes domésticas que constituem o pedestal da sua verdadeira realeza; fora dele, pelas virtudes sociais que a impõem naturalmente à consideração e respeito do homem: a dignidade própria, o amor de família, a caridade, a abnegação, a honestidade, a prudência, a firmeza de caráter»⁷¹³.

As figuras femininas surgem em minoria comparadas com a maioria preponderante das figuras masculinas, o que demonstra que embora se valorizem algumas virtudes femininas é na personalidade masculina que o regime aposta para renovar a nação. As qualidades que sobressaem destas personagens são a bravura e valentia, inteligência e vivacidade. Algumas destas heroínas são figuras lendárias que se impuseram no programa histórico nacional através da sua determinação e espírito patriótico: D. Teresa, Rainha Santa Isabel, D. Filipa de Lencastre, D. Filipa de Vilhena, D. Maria I e D. Maria II, D. Luísa de Gusmão, mas também Deuladeu Martins e Inês de Castro, D. Catarina de Bragança e Luísa Todi. A característica comum a estas personagens é o exemplo de moralidade que representam. A figura de Leonor Teles também é referenciada mas como exemplo de anti-heroína.

As figuras femininas heroicas são sobretudo figuras da nobreza: rainhas ou figuras ligadas à nobreza. São mães e esposas exemplares, relacionadas ou dependentes dos heróis masculinos ou anti-heroínas, como Leonor Teles que legitima a exceção. A dimensão maternal era valorizada bem como a nobreza de caráter, contextualizadas em valores de abnegação, caridade e sacrifício pela pátria. D. Filipa de Lencastre, D. Filipa de Vilhena, D. Leonor e a rainha Santa Isabel são exemplos dessas virtudes.

A evocação da figura da Rainha Santa Isabel estava relacionada com o seu exemplo moral mas também com o importante papel que desempenhou na mediação das relações entre Portugal e Castela em 1668 aquando da conclusão das pazes entre os dois reinos. Ficou conhecida como matrona da nação e protetora dos interesses portugueses cuja missão pacificadora lhe valeu a entrada na galeria dos defensores da independência portuguesa.

⁷¹³ Decreto nº 27:603 de 29 de março de 1937, p.289. É com o programa de 1929 que a disciplina de Trabalhos Manuais passa a ter uma vertente mais feminina, sem, no entanto, apresentar quaisquer observações às matérias a lecionar.

A maternidade e o culto que se desenvolveu em torno da família, base axiológica do regime, projeta a mulher para um plano secundário na sociedade. O culto da maternidade culmina com o culto da *Virgem Maria* e a sublimação de algumas figuras femininas da História nacional como é o caso da Rainha Santa Isabel⁷¹⁴ (canonizada em 1625), D. Filipa de Vilhena, D. Leonor, D. Filipa de Lencastre, exaltadas sobretudo pelo papel que tiveram enquanto mães e pela importância que os seus descendentes tiveram no percurso grandioso da História.

As heroínas da restauração, D. Filipa de Vilhena e D. Mariana de Lencastre armaram os filhos cavaleiros julgando contribuir para a defesa do reino e para a glória de D. Sebastião.

Inês de Castro insere-se na categoria do mito porque representa o sofrimento e a morte. É ela que leva a figura de D. Pedro à celebridade. Inês de Castro representava no quadro do imaginário nacional, o mito do “amor português” pela saudade que está latente na história, o amor para além da morte que atrai o interesse e que acaba também ele por ser um mito eternizado na História. Este episódio é evocado devido às motivações que estiveram na base da morte de Inês de Castro e que se prendem com razões de Estado, motivações políticas de âmbito nacionalista sem embora esquecer todo o sentimentalismo que se enquadra na esfera do mito e no âmbito da história mítica.

D. Maria I materializava a tentativa de regresso à monarquia tradicional e católica. Esta figura estava ligada à reabilitação da Igreja, à renovação das ordens religiosas e à introdução de novos institutos religiosos, bem como o restabelecimento das relações com a Santa Sé. Além de ter introduzido algumas transformações no panorama nacional nos planos económico e jurídico, é no plano cultural e do ensino que a sua ação é mais exaltada pelo regime devido à criação da Academia Real das Ciências e outros institutos especializados, dos quais se destaca a Casa Pia de Lisboa, em 1780, com objetivos culturais e de assistência social.

⁷¹⁴ Em Coimbra organizaram-se em 1936 as festas da Rainha Santa. **Vide anexo XXIV.**

IV. 5. A ideologia e o ensino da História

Falar na História e no seu ensino é falar na transmissão da memória histórica. Na opinião de Luís Reis Torgal, o conceito de memória histórica é complexo e abrangente e pode ser traduzido como «consciência da história apreendida coletivamente»⁷¹⁵, mas também enquanto *consciência histórica* ou *memória histórica coletiva*.

A consciência histórica é um conceito abstrato porque remete para o domínio da metafísica. É através desta que o homem percebe a dimensão histórica e o que lhe permite compreender o seu passado e o presente. A consciência histórica é o elo que liga o pensamento e o conhecimento histórico. Ao ter consciência do seu passado e graças à sedimentação de ideais, símbolos, valores e imagens, o indivíduo constrói a sua própria representação do pretérito com o qual se identifica e se define.

A memória histórica é um conceito que pressupõe saberes e conhecimentos transmitidos ao longo das gerações ou a aprendizagem do conhecimento histórico ao longo do percurso da vida. Dadas as suas características, a memória histórica está vulnerável ao domínio dos sistemas ideológicos culturais e de mentalidade, à influência da sociedade e dos grupos de influência, sobretudo dos poderes políticos, e denota um certo conservadorismo relativamente a ideias e conceitos.

Os sistemas ideológicos exercem a sua influência sobre as variadas vertentes da memória histórica pretendendo manipulá-los conforme as representações que lhe estão subjacentes. Para L. Reis Torgal, ideologia (...) «é um sistema de representações – ideias, imagens, mitos, valores, práticas – que se procura impor, “convencendo”, e assim alcançar um espaço hegemónico, se não mesmo totalizador».⁷¹⁶

A área de influência da memória histórica reparte-se pela historiografia e, no campo educativo, pelo ensino da História, mantendo com elas um complexo sistema de relações que se repercutiram na relação entre os contextos sociais e ideológicos que influenciaram os movimentos historiográficos ao longo dos tempos, por isso é possível afirmar que a vulnerabilidade de que padece a memória histórica reflete-se de igual modo na historiografia e no ensino da História, uma vez que estes conceitos formam uma tríplice relação.

A relação entre currículo e ideologia é e sempre foi uma relação estreita. Esta é (...) «a mostra fiel de um conjunto de determinados interesses. Por detrás de toda e qualquer prática educativa existe (...) uma filosofia curricular ou uma determinada orientação teórica,

⁷¹⁵ TORRAL, Luís Reis, 1989, *História e ideologia*, Coimbra, Minerva, p.21.

⁷¹⁶ Idem, p.21.

que, por sua vez, é uma síntese de uma série de posições filosóficas, epistemológicas, científicas, pedagógicas e valores sociais»⁷¹⁷. A ideologização do currículo decorre da intervenção direta do Estado, por isso, este é intencionalmente e simultaneamente um texto político e um ato político. Para Paraskeva, o currículo é a «máscara política da educação»⁷¹⁸. É o instrumento que garante o cumprimento dos objetivos estipulados pelo Estado, por isso é necessário proceder a uma delimitação rigorosa dos objetivos que este quer ver transmitidos.

A função da História enquanto (...) «formação moral e patriótica de carácter propagandístico, é detetável desde a antiguidade, mas é a partir do século XIX, com a vitória do liberalismo e a instituição dos sistemas nacionais de ensino que a utilidade do ensino da história se manifesta como fator incontornável no estabelecimento da nascente e necessária educação nacional»⁷¹⁹. A implantação do sistema liberal tornou o ensino da História (...) «um instrumento privilegiado de formação cívica, integração e homogeneização cultural, essencialmente por via da imprensa e da escola»⁷²⁰. A História enquanto disciplina curricular era vista como (...) «a única matéria por meio da qual o povo português poderia ser doutrinado com eficácia»⁷²¹. Esta conceção defendida por Teófilo Braga inseria-se numa visão de coesão nacional que se pretendia construir e expandir.

A perspetiva de incremento do nacionalismo e de construção da memória nacional acompanha o ensino da História desde que esta foi instituída como disciplina curricular no ensino a partir do século XIX. O ensino desta disciplina privilegiava as biografias dos grandes vultos nacionais, o culto da pátria e dos grandes heróis que estavam associados à expansão marítima e só começou a adquirir projeção nos finais do século XIX com a reforma do ensino secundário de Luciano de Castro ocorrida em 1888. No entanto, a reforma de Jaime Moniz foi aquela que marcou significativamente o ensino liceal e a que (...) «construiu os alicerces do ensino da História para a época contemporânea e que, no essencial, os seus objetivos e metodologia didática pouco iriam evoluir até aos finais da década de cinquenta do século XX»⁷²².

O início do período republicano marcou manifestamente uma tendência notória para a apologia dos valores nacionalistas e a construção das mentalidades dentro desses valores. A

⁷¹⁷ SACRISTÁN, J. Gimeno, 1998, *El Curriculum: una reflexión sobre la pratica*, Madrid, Morata, p.86.

⁷¹⁸ PARASKEVA, João, 2001, *A dinâmica dos conflitos ideológicos e culturais na fundamentação do currículo*, Porto, Ed. Asa, p.67.

⁷¹⁹ PROENÇA, Maria Cândida, 2001, “Da crise final da monarquia ao alvorecer da República” in: *Um século de ensino da História*, Lisboa, Ed. Colibri, p.41.

⁷²⁰ MATOS, Sérgio Campos, 1992, *História, Positivismo e função dos grandes homens no último quartel do século XIX*, Lisboa, Separata da Revista *Penélope*, nº 8, p.70.

⁷²¹ Idem, *Ibidem*.

⁷²² Idem, p.48.

nível cultural e das mentalidades surgiram algumas estruturas de cariz cultural e político-social de orientação nacionalista que pretendiam através da sua ação, levar a cabo a reconstrução do país, lidando com os graves problemas que a instauração da República não conseguira resolver, nas áreas educativa, social, económica e religiosa.

No ano seguinte à implantação da República, em 1911, era criada a Sociedade Nacional de História⁷²³, instituição de cariz nacional surgida num contexto baseado nos modelos das sociedades históricas alemã e romena. Também em 1911 seriam definidas as diretrizes temáticas e metodologias inovadoras no que respeita à conceção de história, através de um documento que foi, segundo Luís Reis Torgal, (...) «um dos escritos mais actualizados em matéria de teoria da história publicados ao tempo. O nacionalismo como princípio justificador do desenvolvimento da história e a sua influência na vida dos povos está presente neste interessantíssimo ensaio»⁷²⁴.

Das estruturas de cariz cultural e político-social de orientação nacionalista destaca-se o movimento da Renascença Portuguesa surgido em 1912 que tinha subjacente o ideal nacionalista comum ligado no plano literário ao neo-garretismo, ao saudosismo e a um sebastianismo messiânico. O neo-garretismo foi um movimento revivalista que se dedicou à exaltação e ao elogio da pátria e do povo português, surgido nos finais do século XIX, tendo como mentores poetas e autores portugueses como Alberto Oliveira, António Nobre e Teófilo Braga. Este movimento ressuscitou o culto dos valores portugueses contidos na obra de Almeida Garrett que defendia que toda a literatura devia ter algo de nacional. Estes valores patrióticos estavam na base da ideologia e do movimento cultural que se denominou Romantismo, cuja linha orientadora era o nacionalismo literário.

A Renascença Portuguesa lutou pela identidade do povo português, refrescando-a com as diretrizes históricas de então e desenvolveu a teoria do saudosismo que era o princípio enformador do ressurgimento pátrio, tendo por base a teoria do lusitanismo tradicionalista que se havia desenhado na última década do século XIX. Este movimento tinha como linha de rumo, uma conceção geral do homem e do mundo de raiz portuguesa, mas de alcance universal. O seu objetivo era promover a reconstrução do país, com base na saudade revelada, que se erguia à altura de uma religião. Era atribuída primazia ao pensamento intuitivo e criador de mitos, procurando fundamentar uma filosofia genuinamente portuguesa. Em sentido estrito, o saudosismo era uma atitude perante a vida, constituindo feição típica da literatura portuguesa e o traço definidor da «alma portuguesa».

⁷²³ Denominação que em 1914 seria alterada para *Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos*.

⁷²⁴ TORGAL, Luís Reis *et alii*, 1998, *Ob. Cit.*, p.259.

Dos movimentos que influenciaram ideologicamente o Estado Novo, o Integralismo Lusitano teve um papel importante no século XX. Surgido em 1913, teve como mentores António Sardinha e a sua teoria de “revisionismo historiográfico”. Herdeiro do tradicionalismo contrarrevolucionário, este movimento será uma contribuição para o intensificar do interesse histórico pelo período restauracionista, considerado pelo regime um marco histórico na História nacional.

Foi um movimento político-social de orientação nacionalista, antiliberal, anti parlamentar e monárquico. Opunha-se ao ideal republicano, sendo que a sua linha orientadora assentava na regeneração portuguesa através da retoma das suas antigas tradições. Segundo as suas linhas de pensamento, era necessário recuperar o antigo pensamento político português que se baseava nos princípios orientadores da monarquia. Estes eram condição essencial para “reaportuguesar” o país e reeducar integralmente o povo português.

É o Integralismo Lusitano, a corrente filosófica que orienta a política de reabilitação da História que o regime instaura. O nacionalismo, o corporativismo, o antiparlamentarismo, o tradicionalismo e o positivismo enformavam o corpo doutrinário da concepção integralista liderada por António Sardinha. Segundo a teoria integralista, «(o homem é um ser essencialmente mau por natureza e bom pela salvação), pois é no horizonte gnóstico que se afirmará uma escatologia cristã, onde intencionalmente ecoava um difuso sebastianismo»⁷²⁵.

O sentido patriótico da memória nacional que prevaleceu no Estado Novo, seguiu esta tendência, sobretudo após a institucionalização do regime que impôs, a partir de 1936, uma visão oficial da História nacional. Até então, com o regime ditatorial tinha imperado uma orientação liberal republicana. A questão do heroísmo ocupava neste período (...) «um lugar central não apenas na revisão do passado a que procedeu a historiografia liberal, mas igualmente nas projecções políticas sobre o presente e o futuro da nação. Múltiplas problemáticas lhe estão associadas, quer no campo historiográfico (em termos teóricos e em termos de interpretação concreta), nomeadamente a da fundamentação da independência do Estado português e da sua permanência histórica no campo diretamente político, por exemplo a das vias diversas de transformação da sociedade portuguesa e a função dos dirigentes políticos»⁷²⁶. Embora a ideologia republicana se possa fazer remontar a 1820, à fase da Monarquia Constitucional, foi só em meados do século XIX que o Republicanismo se

⁷²⁵ TORGAL, Luís Reis *et alii*, 1998, *Ob. Cit.*, p.88.

⁷²⁶ Idem., p.70.

assumiu como doutrina claramente expressa, mostrando, todavia poucas diferenças relativamente ao ideário do período anterior.

O século XIX foi o século do surgimento da História tal como a conhecemos, isto é, como conhecimento científico e como disciplina erudita dotada de rigor científico. É na Alemanha com L. Von Ranke e August Comte que o esforço por elevar a História ao estatuto de ciência ganhou forma e necessidade de afirmação no âmbito do conhecimento histórico, graças às teorias que surgiram naquele período e que foram sendo divulgadas progressivamente, sobretudo pela Europa e Estados Unidos da América. Dessas teorias que constituem correntes históricas do pensamento contemporâneo e que explicam uma determinada concepção de mundo, de sociedade e de homem, destacam-se o Positivismo e a Escola dos Annales, surgida em 1929.

O Positivismo pressupunha uma dualidade entre ideais políticos e filosóficos explicativos do sistema universal, em suma, das leis do mundo. A sua ideia fundamental é a organização e a união social contrariamente à desordem e à anarquia baseadas na crítica e na subversão que se encontravam no ideal filosófico do Iluminismo, Liberalismo e Socialismo. August Comte defendia que a sociedade enquanto estrutura harmónica dirigida pelo progresso e pela ordem constituía a meta das etapas de evolução da humanidade. Em Portugal, é Alexandre Herculano que, considerando estes princípios, dá prioridade à construção do conhecimento histórico baseado na crítica das fontes documentais.

O estudo do passado nacional foi a partir do século XIX, com a influência do Romantismo, considerado fundamental no ensino. O conceito de História como lição moral foi adotado por positivistas e idealistas. Alguns autores mostraram a importância que era atribuída à História e ao seu ensino. Almeida Garrett considerava que o (...) «mais essencial à educação é o estudo da História, nenhum tão necessário, nenhum mais útil; a história geral antiga e moderna, mas principalmente a do próprio país, é certamente indispensável»⁷²⁷. Este autor considerava também que o ensino da História se prestava à formação moral, já que na sua opinião, a História (...) «tanto ilustra o entendimento, como forma o coração»⁷²⁸.

Na mesma linha de pensamento também se inscreveu Alexandre Herculano que considerava que (...) «a história não é um passatempo vão, se, como toda a ciência humana, deve ter uma causa final objectiva, ao contrário da arte que por si mesma é causa, meio, e fim da sua existência (...) no estudo da história pátria cada povo vai buscar a razão dos seus costumes, a santidade das suas instituições, os títulos dos seus direitos (...) vai buscar o

⁷²⁷ GARRETT, Almeida, s.d., *Obras de Almeida Garrett*, 2ª ed., Vol. I, Porto, Lello & Irmão- Editores, p.698.

⁷²⁸ Idem, *Ibidem*.

conhecimento dos progressos da civilização nacional, as experiências lentas e custosas, que seus avós fizeram e com as quais a sociedade se educou para chegar de frágil infância a virilidade robusta (...) dessas experiências e dos exemplos domésticos, desejamos tirar ensino e sabedoria para o presente e futuro»⁷²⁹.

Já no século XX é o contributo de Karl Marx e Max Weber que proporciona à História mais um passo na sua evolução e afirmação no meio académico. No entanto, o tipo de historiografia que predominava nas escolas era aquela que se baseava tradicionalmente na narrativa dos acontecimentos e, sobretudo, na sobrevalorização dos aspetos políticos. Porém, a Escola dos Annales propunha a divulgação de um novo tipo de abordagem histórica, uma história problema que explorava o âmbito económico e social e que seguia um percurso diferente daquela que então dominava. Em Portugal, o movimento dos Annales não teve expressão nas primeiras décadas da sua existência, pois a historiografia nacional incidia basicamente na importância atribuída às figuras e aos acontecimentos nacionais de relevo.

Durante a I República procurou-se (...) «desenvolver uma nova educação histórica para a nova sociedade que se afirmava querer construir, isto sem, no entanto, pôr em causa uma certa tradição histórica, considerada conveniente para a afirmação da consciência nacional»⁷³⁰ e para a afirmação do novo regime.

A História tinha uma função eminentemente formadora e moralizadora em conformidade com os valores defendidos pela República. A função moralizadora aludia aos exemplos das figuras e, consequentemente à transmissão de um quadro de valores éticos e morais conducentes à formação que a República idealizava; a função socializadora estava relacionada com o desenvolvimento de uma consciência da evolução social e, consequentemente com a construção de uma determinada memória histórica que se relacionava com a preservação da consciência coletiva.

A I República foi também um período marcante em termos de construção da identidade coletiva, onde a mitologia ocupava um papel importante na memória nacional, e onde a escola tinha uma função privilegiada neste processo. O culto da pátria era difundido nos conteúdos programáticos e, em termos práticos, nos manuais. A pátria identifica-se com a sua História, e a República (...) «aspira à sua legitimação por via da identificação com a

⁷²⁹ HERCULANO, Alexandre, 1986, “Carta V sobre a História de Portugal” in: *Opúsculos*, Tomo V, 5ª ed, Lisboa, Ed. Presença, p.93.

⁷³⁰ PINTASSILGO, Joaquim, 2001, “A República e o ensino da História: inovações e permanências” in: PROENÇA, Maria Cândida (org.), *Um século de Ensino de História*, Lisboa, Ed. Colibri, p.53.

imagem histórica da Pátria»⁷³¹, sublinhando-se também o seu carácter messiânico dadas as circunstâncias políticas e sociais do momento, depositavam-se esperanças e a República encarnava as soluções possíveis para os problemas então existentes.

Jaime Cortesão defendia uma historiografia de carácter nacional com implicações na renovação dos conteúdos programáticos, para que as (...) «escolas dêem à mocidade portuguesa o conhecimento mais completo da alma da sua raça é antes de mais nada necessária uma nova orientação no ensino da História Pátria»⁷³². Este autor defendia também um ensino da História centrado na educação das mentalidades, privilegiando a vertente educativa e formativa desta disciplina. No seu entender, o ensino da História (...) «deveria ser sim, narrativo, de uma forma viva e artística e semeado de rápidas biografias das individualidades mais representativas do “espírito da raça”, tais como: D. Nuno Álvares Pereira, infante D. Henrique, Camões, Gil Vicente, o infante D. Pedro, Bartolomeu Dias, Pedro Nunes»⁷³³. Segundo este autor, as figuras ligadas aos domínios da cultura e da ciência e a acontecimentos históricos relevantes deviam ter uma maior importância na História, cujo ensino não devia (...) «ser feito pelo processo biográfico, resumido de figuras políticas, rosários de monarcas, na maior parte dos casos de importância insignificante na história»⁷³⁴.

Relativamente ao ensino primário, Cortesão defendia também as premissas do que deveria ser o ensino da História neste grau de ensino. Este deveria (...) «revelar aos alunos repetidas vezes a importância que tem o esforço individual, ainda o dos mais humildes, para o bem da nossa querida pátria. E para que eles melhor compreendam quanto vale o seu esforço de patriotas, para melhor exaltar neles o amor da pátria, bom é cultivar a admiração das nossas empresas heróicas, mas não os devemos furtar também ao conhecimento das nossas desgraças, fraquezas e aviltamentos. Deve-se mesmo estabelecer uma comparação entre o Portugal heroico, próspero e glorioso e o Portugal da decadência»⁷³⁵. Para além da ação individual, o autor salientava também a acção coletiva do povo português.

A nova orientação do ensino da História implicava entre outros aspetos (...) «conhecer as biografias das grandes figuras da História, representativas do espírito da raça, citando, todavia, apenas os “heróis” do passado mais afastado, como Nun`Álvares Pereira, “o símbolo do heroísmo e do amor pátrio, altíssima flor de virtude”, ou o Infante D. Henrique, “o génio

⁷³¹ PINTASSILGO, Joaquim, 2001, “A República e o ensino da História: inovações e permanências” in: PROENÇA, Maria Cândida (org.), *Ob. Cit.*, p.71.

⁷³² CORTESÃO, Jaime, 1912, “A Renascença Portuguesa e o ensino da História” in: *A Águia*, nº 9, II série, II Vol., pp.73.

⁷³³ Idem, p.p.75-76.

⁷³⁴ Idem, *Ibidem*.

⁷³⁵ CORTESÃO, Jaime, 1930, “Os factores democráticos na formação de Portugal” in MONTALVOR, Luís *et.alii.*, *História do Regímen Republicano em Portugal*, Vol. I, Lisboa, Ática, p.83.

das descobertas, duma vontade tão abrasada em amor pátrio, que não hesita em sacrificar a família à pátria”, ou Camões, “a estátua épica da raça, cantando genialmente e combatendo com heroísmo”»⁷³⁶.

A abordagem de novas temáticas no âmbito da História Económica e Social desenvolveu consequentemente uma consciência histórica que se pretendia renovada e que se manteve também no início da ditadura. Progressivamente esta conceção foi dando lugar a uma história muito dirigista com sentido inculcador de valores morais e nacionalistas bem definidos. As representações ideológicas nas quais o Estado Novo se apoiou, foram construídas numa época anterior à República, vindo, no entanto, a ganhar algum relevo em termos de ideais que posteriormente foram “aproveitados” pelo regime como bases da sua política ideológica.

Nos primórdios do regime, notou-se uma nítida inflexão no sentido de um acertamento com o quadro ideológico dominante no período republicano, mantendo-se, por outro lado, o carácter formativo do ensino, na perspetiva do ideário humanista da reforma de Jaime Moniz. A partir da década de trinta, a vertente formativa do ensino afirma-se especialmente em contraposição ao conceito de instrução, lançado com as reformas da República. O próprio Salazar definira os benefícios de uma escola doutrinadora, em prol do Estado Novo e o princípio da escola “neutra” seria então definitivamente banido porque o regime salazarista não se compadecia com as liberdades doutrinárias que pudessem pôr em causa a divulgação da sua ideologia⁷³⁷. Neste sentido, a escola deveria, mais do que nunca, assumir uma missão de vigilância e de exaltação patriótica.

A faceta fortemente ideológica que então assumiu a pedagogia manifestou-se claramente. (...) «À História, muito especialmente às biografias, caberia um papel essencial, a partir do estudo histórico de ciências. (...) A leitura das biografias de grandes sábios, além do seu alto valor moral, teria igualmente enorme alcance para o desenvolvimento do espírito científico e para o conhecimento da vontade...humana, exemplos de “coragem moral e tenacidade”»⁷³⁸.

Vários estudiosos e personalidades ligadas à educação e ao ensino opinaram sobre o que deveria ser o ensino da História a partir de então. Olinda Tavares dos Santos considerava que a História ensinada no ensino primário (...) «porque é a que mais interessa e mais

⁷³⁶ TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, p.253 citando Jaime Cortesão, 1912, *Ob. Cit.*, p.73 e ss.

⁷³⁷ C.f. CARVALHO, Rómulo de, 2001, *História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.724.

⁷³⁸ SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e, 1993, *A História e o Liceu no Estado Novo*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado (texto policopiado), p.76.

facilmente se grava no espírito, é a história anedótica pela qual, sem ser preciso falsear a História, se pode dar ideias claras e precisas das épocas e da vida histórica. Começar-se-á portanto o estudo dos fenómenos históricos, partindo daqueles que, por serem mais concretos, podem despertar o interesse da criança, para os mais abstractos e complexos, que só na adolescência podem constituir centros de interesse, como são, por exemplo, as instituições artísticas, científicas, morais, políticas, etc. (...) E, de facto, os erros e defeitos dos nossos antepassados podem servir para excelentes lições de moral, do mesmo modo que as virtudes e qualidades do povo darão esplêndidos exemplos dignos de serem imitados»⁷³⁹.

Cândida Florinda Ferreira, no artigo publicado na *Revista Escolar* defende que o ensino da História no ensino primário deveria dar destaque à (...) «descrição das vidas dos grandes homens, que constituem os verdadeiros índices de nacionalidade»⁷⁴⁰. Quanto aos auxiliares do ensino, os manuais escolares, refere que (...) «não deve, porém, este ensino ser ministrado por compêndios hirtos e frios, embora o professor, para seu uso e preparação conveniente, recorra às monografias (...). O ensino primário da história deve realizar-se por exposições simples, pitorescas, quase infantis, como contos infantis, que excitam a curiosidade da criança e sirvam de cibo mais proveitoso à sua imaginação ansiosa de se enriquecer, do que os velhos contos de fadas, que tantas vezes excitam perniciosamente essa imaginação, convertendo-a em função mórbida de espírito»⁷⁴¹.

Também Oliveira Martins se enquadra no perfil de defesa do ensino de uma história ética, ao afirmar que «a História é sobretudo uma lição moral: eis a conclusão que, a nosso ver, sai de todos os eminentes progressos ultimamente realizados no foro das ciências sociais. A realidade é a melhor mestra dos costumes, acrítica a melhor bússola da inteligência (...) Nos vícios e nas virtudes, nos erros e nos acentos, na perversidade e na nobreza dos indivíduos que foram, há um exemplo excelente. Na sabedoria ou na loucura dos actos políticos e administrativos passados há um meio de prevenir e encaminhar a direção dos atos futuros. A história é, nesse sentido, a grande mestra da vida»⁷⁴². Esta conceção foi progressivamente dando lugar a outra, porém mais relacionada com a explicação do passado e do presente com vista à preparação do futuro. Jaime Cortesão⁷⁴³, António Sérgio⁷⁴⁴ e Vitorino

⁷³⁹ SANTOS, Olinda Tavares dos, 1930, *O ensino da Geografia e da História na Escola Primária*, Lisboa, Tipografia da Emp. do Anuário Comercial, p.5.

⁷⁴⁰ FERREIRA, Cândida Florinda, 1934, “Como ensinar história?” in *Revista Escolar*, nº10, Ano XIV/Dezembro, p.521.

⁷⁴¹ Idem, *Ibidem*.

⁷⁴² MARTINS, J.P.Oliveira, 1942, *História de Portugal*, Lisboa, Parceria Ant.º Maria Pereira, Livraria Editora, pp.7 e 12.

⁷⁴³ CORTESÃO, Jaime, 1964, *Os factores democráticos na formação de Portugal*, Lisboa, Parceria Ant.º Maria Pereira, Livraria Editora, pp.7 e 12.

Magalhães Godinho⁷⁴⁵ deixam de ver a história como lição moral ou exemplar passando a encará-la como história ciência, concebendo-a segundo uma dimensão explicativa com vista a formar consciências críticas.

Numa perspetiva um pouco contrária às teorias referidas anteriormente situava-se J. Serras e Silva que alertava, no entanto, para o perigo de o aluno do ensino primário ter dificuldade em apreender os conceitos transmitidos pelo ensino da História. Este autor defendia que (...) «a criança tem espírito concreto, objectivo, guia-se pelos sentidos, impressiona-se com o que vê, apalpa, ouve e sente: não entende abstracções. A noção de pátria é certamente grande demais para lhe caber na pequenina cabeça. (...) Tudo isto lhes é acessível, mas o que se passa para além da freguesia e do município é, para o seu entendimento, uma pesada abstracção. Para quê falar da alma nacional, representada num homem que foi guerreiro audaz mas que ela não conseguirá descobrir nas pessoas que conhece? Não se parece com o Professor, nem com o Presidente da Câmara e ainda menos com o Regedor, que não costuma ser um homem de armas. Não terá maneira de imaginar este personagem, tão distante de tudo o que lhe é familiar. Ou não fará ideia nenhuma ou corre o risco de fazer uma ideia extravagante»⁷⁴⁶. Este autor criticava a abstracção a que o ensino da História estava sujeito. Esta abstracção levava a que as figuras históricas por estarem tão afastadas da consciência do aluno entrassem mais facilmente na esfera do mito.

Com as diretrizes ideológicas mais politizadas e ideologicamente mais orientadas no sentido de um exacerbamento nacionalista, o Estado Novo foi conseguindo impor o seu novo modelo através de um processo gradual, já que os manuais escolares utilizados durante a República continuavam a ser utilizados⁷⁴⁷.

O regime pretendia assegurar o cunho ideológico que a instrução, na sua generalidade, devia comportar. É claramente intencional a atribuição de finalidades de natureza ideológica à educação desde que esta começou a sofrer remodelações. Todavia, a natureza da educação foi sempre afirmada pelo regime como formadora de consciências⁷⁴⁸. O passado histórico colocou-se ao serviço da História, procurando legitimar o próprio regime

⁷⁴⁴ SÉRGIO, António, 1976, *Introdução geográfico-sociológica à História de Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa.

⁷⁴⁵ GODINHO, Vitorino Magalhães, 1968, *Ensaio II (sobre História de Portugal)*, Lisboa, Sá da Costa.

⁷⁴⁶ SILVA, J. Serras e, 1938, *Educação Nacional*, Coimbra, Coimbra Editora, p.9.

⁷⁴⁷ Este assunto foi contestado no I Congresso da União Nacional em 1934 pelo Médico Nuno Vasconcelos Porto. Vide União Nacional, 1935, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*, Lisboa, Vol. II, pp.239-260.

⁷⁴⁸ Conceitos tais como doutrinação, educação política e propaganda surgem nos diplomas legais inúmeras vezes como linguagem corrente dos ideólogos do regime.

que se assumia e se auto proclamava como uma etapa grandiosa da História, um Estado unido e robustecido pelos valores religiosos, nacionalistas e imperialistas.

Para além de se ter institucionalizado uma historiografia oficial, a História estava fora do contexto de debate, tal como a religião, a fé ou as ideias políticas. A pátria representava a unidade e a integridade moral e territorial; a autoridade e a ordem social opunham-se à indisciplina e ao caos; a família representava a escola de virtudes e o trabalho representava a necessidade e o dever social. Este conjunto de certezas formava os pilares ideológicos do regime e constituía simultaneamente um retorno ao tradicionalismo nacional e um progresso baseado na fidelidade a estes princípios.

A retoma da memória histórica estava na mira do regime. Este pretendia retomar as glórias do passado, interrompidas pelos períodos de crise, colocando a História ao seu dispor, através de uma estratégia propagandística bem definida. A História (...) «teria, pois, de ser, durante o Estado Novo, sobretudo na imagética da política e da Escola, entendida como um passado glorioso, retomado e superado por um presente e por um futuro ainda mais glorioso, em que sobressaem novos heróis, à frente dos quais está Salazar»⁷⁴⁹.

A posição firme do regime perante o passado histórico glorioso da pátria, impunha a sua interpretação à luz dos interesses de legitimação e afirmação do regime como sendo igualmente um período de renovação, a esperança quanto ao futuro, contrariando o período republicano entendido como uma fase negativa da História. O Estado Novo recorreu (...) «de uma forma apurada e eficiente à história como autoridade legitimadora»⁷⁵⁰, colocando-a ao serviço da sua ideologia.

O ensino da disciplina e a propaganda desenvolvida pelo regime eram dominados pelos seus pressupostos ideológicos. A História era tida como a «mestra da vida» definição proposta por Cícero, e realçada por Salazar (muito antes de entrar no governo) que via na História a solução para enfrentar o futuro. (...) «Por ela se prevêem as grandes catástrofes; por ela se vaticina a queda dos povos; por ela se emendam os actos dos governantes; por ela se orientam as ideias dos governados, por ela se dirige a vida»⁷⁵¹.

As bases do ensino ideológico e político seriam traçadas segundo as intenções do regime através do decreto 21:103 de 15 de abril de 1932. Este documento justificava aquilo

⁷⁴⁹ TORGAL, Luís Reis, 1998, *Ob. Cit.*, Vol. I, p.275.

⁷⁵⁰ SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e, 1993, *Ob. Cit.*, p.71.

⁷⁵¹ SALAZAR, António de Oliveira, 1909, *Folha de Viseu*, n.º 2139 a 2141, de 8, 12 e 16 de dezembro citado por MEDINA, João, 2000, *Salazar, Hitler e Franco: estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, 272.

que o regime pretendia que fosse a educação histórica nacional enquanto promotora da disciplina das consciências ao longo do percurso escolar.

O Ministério da Instrução Pública promulgava as diretrizes que dariam o mote a uma História “ideologicamente funcional” ou como esclarece o referido decreto (...) «a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora»⁷⁵². Foram desenvolvidos esforços no sentido de combater o negativismo histórico, propondo uma visão idílica dos acontecimentos e arroga-se o regime de poder ditar os pressupostos sobre os quais seria ensinada a História às futuras gerações. «Até o presente, mercê de circunstâncias conhecidas, o ensino da História de Portugal tem sido negativista e derrotista. Péssima foi a semente que lançou no espírito da nossa mocidade escolar a obra histórica de alguns escritores, mais artistas e filósofos do que críticos e historiadores, nada mais fazendo que desgostar os portugueses de serem portugueses. A Ditadura Nacional (...) entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História. (...) O Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional – quer dizer, a verdade que convém à nação»⁷⁵³.

A verdade conveniente à nação explicitada no decreto era a sentença dura que ditava o pressuposto que serviu de base ao ensino da História a partir de então. Impunha-se à História um processo de revisionismo histórico⁷⁵⁴. O passado histórico seria alvo de um cuidadoso processo que combinaria o mito com a intenção propositada de glorificar Portugal e de nacionalizar as consciências. Neste sentido, prossegue ainda o referido decreto: «**Art. 1º** Os acontecimentos, as instituições e os homens do passado devem ser julgados dentro da sua época e dos seus objectivos e nunca transportados para os sentimentos particulares de hoje; **Art. 2º** Todo o feito que significa esforço da Nação desde o início da História Pátria até o presente, deve ser exaltado, como bom e digno; **Art. 3º** Deve ser objecto de justificação e glorificação tudo quanto se tem feito, através dos oito séculos da História de Portugal, no sentido de fortalecer os seguintes factores fundamentais da vida social: a família, como célula social, a fé, como estímulo da expansão portuguesa por mares e continentes e elemento da unidade e solidariedade nacional; o princípio da autoridade, como elemento indispensável do progresso geral; a firmeza do governo, espinha dorsal da vida política do país; o respeito da

⁷⁵² Decreto nº 21 :103 de 15 de abril de 1932, p.625.

⁷⁵³ Idem, *Ibidem*.

⁷⁵⁴ O revisionismo histórico é o estudo e reinterpretação da História. Segundo August Comte, a História é uma disciplina fundamentalmente ambígua, logo passível de várias interpretações. O processo de revisão histórica envolve interesses políticos e promove a submissão da sociedade, pois se ignorar o método científico pode levar a que a História seja considerada uma *pseudo ciência* para ser utilizada para fins políticos e serve como uma arma eficaz na doutrinação das mentalidades.

hierarquia, condição básica da cooperação dos valores; e a cultura literária e científica; **Art. 4º** Tudo quanto, pelo contrário, tem sido elemento de dissolução nacional, de enfraquecimento da confiança no futuro, falta de gratidão para com os esforços dos antepassados, deve ser objecto de censura»⁷⁵⁵.

O regime empenhou-se em transformar a historiografia nacional e apresentar a História segundo uma perspectiva baseada na tradição. No que toca à História e ao modo como ela era tratada, o regime procedeu a um processo de depuração fundamentado no método de Auguste Comte que se inscrevia na corrente historiográfica positivista, denominada *politique d'abord*, subvertida por Maurras. Esta teoria advogava que os vivos são governados pelos mortos, ou seja, a memória do passado prevalece, domina e orienta o presente. Esta conceção integralista adotada pelo Estado Novo estabelece uma ponte entre o passado e o futuro e defende um regresso à tradição. Os conceitos são apresentados segundo a antítese ordem *versus* desordem que explica a evolução histórica.

O regime aproveita-se do passado nacional e do poder de regeneração que Portugal sempre demonstrou após períodos de crise para servir de motor para a manipulação da sociedade. No entanto, Salazar rejeitava a perspectiva maurassiana desta corrente historiográfica que dava primazia à “política acima de tudo”. O seu projeto de ação do Estado postulava a existência de metas de carácter moral e espiritual que transcendiam o plano da política⁷⁵⁶.

O Estado Novo considerava que nos períodos anteriores imperava uma crise de valores de âmbito intelectual e moral, por isso o novo regime apontava como estratégia a revisão das ideias e dos conceitos para a formação de uma sociedade renovada que se consubstanciava na mudança da mentalidade enquadrada na mística do interesse nacional. Essa mudança de mentalidade fundamentava-se num ideal que o regime considerava condição necessária para orientar a nova sociedade: «Um povo sem ideal é um povo sem alma, adormecido nas sombras do ataúde. Tudo o que é humano só existe e vale pela alma»⁷⁵⁷.

A História sofreu um processo de revisão e reescrita, tendo em conta a sua conceção de “verdade histórica”. Para os ideólogos do Estado Novo era necessário expurgar a História de Portugal e purificá-la das interpretações negativistas que a versão republicana tinha transmitido. Enquanto teoria de moralidade, a História era um recurso inesgotável de patriotismo e de ensinamentos cívicos e morais, por isso, a referência, a comemoração de uma

⁷⁵⁵ Decreto nº 21 :103 de 15 de abril de 1932, p. 625.

⁷⁵⁶ MENESES, Filipe Ribeiro de, 2010, *Salazar - biografia política*, Lisboa, Dom Quixote, p.107.

⁷⁵⁷ BRAGA, Luís de Almeida, 1943, *Posição de António Sardinha*, Lisboa, Ed. Gama, p.98.

data ou de uma figura histórica tinha como objetivo colocar em destaque ações no âmbito do aluno e sugerir um exemplo a imitar ou a repudiar.

A estreita relação do ensino com os ideais do Estado Novo constituía a *praxis* educativa do regime, levando progressivamente à ideologização da História, uma vez que esta era um instrumento de poder. Colocada ao serviço do regime, a História sofreu um processo de “purificação” ou “filtração” do qual resultou a “verdade histórica” que mais convinha ao regime numa fase que corresponde à sua legitimação enquanto forma de poder e de governo. Esta forma de controlo do passado como forma de reforçar a tradição e o conservadorismo levaram à institucionalização e oficialização da História e do discurso histórico justificados pelos valores nacionalistas materializados na glorificação da memória nacional.

A nação era apresentada como um todo organizado, reintegrada na sua linha histórica restituída às suas firmes hierarquias. Impunha-se a necessária reinterpretação do passado e a prioridade dada à implantação do nacionalismo na escola, por meio de uma intenção formativa veiculada pela nova conceção do ensino. Esta visava a promoção da unidade nacional em torno do amor à pátria, baseada nos modelos de comportamento.

Segundo esta perspetiva, o ensino da História deveria exaltar os grandes acontecimentos e as figuras históricas de relevo que contribuíram para o engrandecimento da nação. Os mitos que exerciam uma profunda ação na memória coletiva e no subconsciente social são criados pela História. Durante o regime criou-se uma visão histórica baseada numa conceção lendária, tradicional e mitológica. A História era considerada uma das áreas mais importantes para a cultura do espírito e para o desenvolvimento do patriotismo, coluna sólida para suporte das nacionalidades.

A influência do ensino da História é demonstrada por Marc Ferro relativamente à formação da consciência das novas gerações. Segundo este autor (...) «a imagem que temos dos outros povos ou de nós próprios está associada à História que nos contaram quando éramos pequenos, a qual nos marca para toda a vida»⁷⁵⁸. Esta problemática levanta a questão da dimensão ideológica que a História pode adquirir e que se reflete no discurso histórico do poder político. Este poder aproveita-se da História para transmitir valores, explorando a sua função educadora para se legitimar.

O ensino da História durante o período em estudo foi uma estrutura de deformação alienatória da consciência histórica do povo português. Pretendia-se criar na sociedade portuguesa uma falsa imagem do passado nacional com o objetivo do seu engrandecimento.

⁷⁵⁸ FERRO, Marc, 1981, *Comment on raconte l'Histoire aux enfants à travers le monde entier*, Paris, Payot, p.7.

Para cumprir a sua finalidade, o ensino da disciplina dirigia-se à imaginação e ao domínio emocional do aluno e contribuía, em parte, para atingir as finalidades do ensino em geral.

A perspectiva histórica “cerrada” que o regime apresentava afastada da realidade contemporânea que servia sobretudo os interesses políticos, tendia a mitificar a História, tornando-a um instrumento de propaganda ao serviço dos seus ideais. A disciplina de História formava cidadãos passivos, máquinas manipuladas com uma mentalidade “construída” pelo poder político que controlava a sociedade, descurando a dimensão humana e pedagógica que a História deveria ter. Procurava-se inculcar, no plano social, valores, tais como, a obediência, a resignação, a caridade entre outras virtudes da tradição cristã que vinham sendo ensinadas ao longo dos séculos; no plano educativo e em contexto escolar, destacam-se os valores do nacionalismo e o culto das virtudes ligadas às personagens exemplares.

A História era o produto da ação individual dos heróis providenciais e não da ação de grupos sociais. O século XVI representava o término da História gloriosa do passado e o novo regime seria a nova era de esplendor e o regresso aos grandes feitos. Neste processo de renascimento pátrio regressam as figuras históricas de realce para dominar e disciplinar a mentalidade coletiva. A concretização deste ensino, além de ser feito dentro do âmbito de outras disciplinas, como a Educação Moral e Cívica e Língua Materna, potenciou a criação de outros mecanismos que concorreram para o mesmo fim. Era fundamental o conhecimento da nossa civilização para enraizar os conceitos de patriotismo e a História ensinava a venerar e a honrar a memória dos heróis.

O regime entendia que o desconhecimento da origem histórica formava uma sociedade abastardada, sem coesão, fragmentada, divergente, sem vontade própria e suscetível a ideias e comportamentos desviantes. Para que a pátria fosse sentida na escola, o ensino da História deveria ser fortemente objetivo e fazer reviver os factos históricos mais importantes como uma apoteose consoladora para a alma nacional.

O regime defendia que «a Pátria não pode existir sem alma colectiva»⁷⁵⁹, por isso opera, então, uma mudança radical na estrutura da nação e aos professores é solicitado o acompanhamento do ritmo dessa evolução, para despertar a consciência cívica adormecida durante um período de decadente predomínio histórico. Os professores são encarados como modeladores das novas gerações a quem o regime confiava a nobre tarefa de verdadeiros apóstolos de um “puro ideal”. Estes deviam formar o sentimento e moldar o carácter,

⁷⁵⁹ Revista *Labor* nº23, Jan./1930, p.5.

insuflando de brio nacionalista as consciências, incutindo-lhes este espírito promotor da unidade, e evitar as ideias confusas e dissolentes.

Cabia ao professor levar a cabo a longa preparação moral do educando que só a escola podia ministrar, integrada nos princípios de uma moral legada pelos exemplos e ensinamentos dos heróis do passado. Os professores eram os fiéis depositários de uma herança que contemplava as tradições e os exemplos que definiam a pátria portuguesa. Eram, por isso, vistos também como os continuadores desses heróis da cruzada de formação das gerações do futuro, os obreiros da “sementeira de luz” que projetava Portugal no futuro.

O ensino era superiormente orientado dentro de um forte sentimento nacionalista para bem realizar a formação do *Homem Novo* como elemento vivo e fundamental da nacionalidade. A escola era um grande “laboratório” onde se fundiam e se moldavam os caracteres dos futuros cidadãos conscientes dos seus deveres perante a pátria. Era uma história de proezas que se apregoava, uma epopeia de heróis que norteava as gerações vindouras, garante da continuidade do esforço histórico para engrandecer a pátria.

Os objetivos gerais do ensino da História durante o regime mantiveram-se desde que esta disciplina foi integrada nos programas escolares no século XVIII, segundo o projeto pedagógico de Luís António Verney⁷⁶⁰. A História enquanto disciplina era entendida como (...) «meio de promover o amor da pátria, o sentimento de gratidão para com os homens que trabalham na sua criação, independência e progresso»⁷⁶¹. Foi sempre destacada a sua vertente moral enquanto formadora das consciências. Esta característica (...) «servirá para se formarem juízos de valor, para se constituir a consciência social e servirá ainda para exercícios de análise psicológica e discriminatória dos motivos que guiam os homens, na luta uns contra os outros»⁷⁶².

Na escolaridade primária, o ensino da História privilegiava a via do sentimentalismo, por isso, neste nível de escolaridade, o ensino desta disciplina apelava fundamentalmente ao sentimento. João Serras e Silva defendia que «nos primeiros anos, convém falar mais à sensibilidade que à inteligência, mais à afectividade que à razão. Os quadros históricos, as lendas, os contos servem admiravelmente neste caso»⁷⁶³. Defendia também que se deveria ter (...) «em conta a qualidade do heroísmo, da valentia e do esforço dos personagens que fizemos passar diante dos seus olhos atónitos ou embevecidos. As

⁷⁶⁰ Sobre este assunto vide CARVALHO, Rómulo de, 2001, *História do ensino em Portugal*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp.413-421.

⁷⁶¹ SILVA, J. Serras e, 1939, *A moralidade da História*, in: *Labor*, nº 101/Junho, Ano XIII, Aveiro, p.613.

⁷⁶² Idem, p.613.

⁷⁶³ Idem, *Ibidem*.

crianças gostam de tudo que exprime força, tanto de corpo como de alma: o braço forte que abate o inimigo, que domina a fera, bem como a coragem diante dos perigos, são formas de valentia que elas estimam acima de tudo»⁷⁶⁴. Este autor defendia ainda que a História deveria ser seletiva nos conteúdos que abordava neste nível de ensino. «A História de todos os povos contém actos de heroísmo, de audácia bem sucedidos, que no fundo estão inquinados de maus germes e, por vezes de indiscutível imoralidade. Estes quadros devem ser cuidadosamente afastados. Não se trata de falsear a História, trata-se de esconder provisoriamente certos painéis da História»⁷⁶⁵.

No ensino secundário, por sua vez, J. Serras e Silva privilegiava uma concepção causal da História, a compreensão dos factos sociais e uma visão “alargada” da História (...) «com todas as suas grandezas e misérias, com as virtudes e vícios tantas vezes abraçados no mesmo herói (...) Se fecharmos os olhos à injustiça dos meios empregados, se, por exaltação patriótica absolvemos a violência desnecessária e a crueldade, somente porque as vítimas estavam do outro lado da barricada, então, cuida mocidade, porque na sua alma ficaram obliterados os sentimentos de justiça e de caridade; a direitura, a lealdade e a imparcialidade ficarão feridos de morte. Deformado o juízo, deformada a consciência, a criança ficará aleijada, moralmente aleijada para toda a vida. (...) Não há necessidade de deformar o homem para fazer o cidadão, mesmo porque o homem deformado nunca dará o bom cidadão. O amor da glória é perigoso, como tantos outros amores se não lhe pusermos o contrapeso da prudência e do respeito pelos direitos alheios. Nas modernas concepções totalitárias, a violência e a crueldade são virtudes, desde que sejam postas eficazmente ao serviço do Estado. O interesse do Estado absolve tudo, santifica tudo»⁷⁶⁶.

A formação da consciência do aluno era um objectivo prioritário que o regime atribuía à escolaridade primária. O poder político considerava que (...) «uma das mais formosas obras da escola primária» (...) era «o disciplinar consciências»⁷⁶⁷ e para atingir esse objectivo, o regime defendia a transformação da escola e do sistema de ensino. Segundo António Ferrão, o regime pretendia (...) «modificar a escola portuguesa de alto a baixo – a primária, a secundária, a superior, - onde o ensino é essencialmente mnemónico, onde, em geral, os alunos adquirem passivamente os conhecimentos que lhes transmitem os

⁷⁶⁴ SILVA, J. Serras e, 1939, *Ob. Cit.*, p.613.

⁷⁶⁵ Idem, p.614.

⁷⁶⁶ Idem, p.616.

⁷⁶⁷ Decreto-lei nº16:077 de 26 de outubro de 1928.

professores...»⁷⁶⁸. Defendia o regime o recurso aos exercícios de abstração, comparação, generalização e indução para treinar a inteligência. Na teoria declarava-se guerra à ignorância, ao analfabetismo e ao ensino livresco verbal. Entendia-se que o ensino e a educação deveriam transcender essa perspectiva, uma vez que estes seriam os principais motores do desenvolvimento da sociedade e da salvação da pátria.

Quanto às finalidades do sistema de ensino, o regime mostrou grande empenho em definir o que pretendia. Este perspectivava-se em duas vertentes. Por um lado, era valorizada a instrução do aluno para que este fosse útil à sociedade e, por outro, era dada ênfase à formação ideológica da sua consciência com base nos valores defendidos. O ensino primário tinha como finalidade (...) «uma instrução sóbria mas sólida, útil e despretensiosa, protectora das virtudes que através dos séculos têm salvaguardado os interesses sociais da nação portuguesa, orientada no sentimento e no conceito da família e da pátria, desenvolvimento progressivo e integral das faculdades, e correlativa aquisição dos conhecimentos indispensáveis para o futuro exercício de todas as profissões, ou para o prosseguimento de estudos subsequentes por parte daqueles que se lhe destinem; tornar-se a grande massa dos indivíduos normais, ou quase normais, em unidades úteis ao convívio social, e evitar que degenerem em pesos mortos, causas de entorpecimento ou embaraço para o progresso geral; orientação das inteligências, em termos de conduzir os indivíduos à consciência dos interesses gerais: da nação, da religião, do município ou a da freguesia...Eis, em súplica, o que o país tem o direito de esperar da sua escola primária, renovada nos seus métodos e criteriosamente difundida a todas as populações»⁷⁶⁹. A instrução deveria ser também (...) «protectora das virtudes que através dos séculos têm salvaguardado os interesses sociais da nação portuguesa, orientada no sentimento e no conceito da família e da pátria»⁷⁷⁰.

Esta definição de escola primária continha as indicações sobre o que devia ser a vertente instrutiva deste nível de ensino. O regime destacava a sua dimensão utilitária e pretendia que esta fosse a “rampa de lançamento” para o mundo do trabalho, base do progresso da nação.

O periódico *Escola Portuguesa*, no seu primeiro número, publicado em 1934, também padronizava aquilo que a escolaridade primária deveria ser (...) «afirmativa, e não céptica, activa, e não verbalista, educadora da vontade e propulsora do esforço ao serviço do interesse pelo bem comum, colectivista, e não individualista, verdadeira, isto é, ligada às

⁷⁶⁸ FERRÃO, António, 1931, *A perda da Independência e a restauração de 1640. As lições de História*, Lisboa, Escola Tipográfica das Oficinas de S. José, p.44.

⁷⁶⁹ Decreto nº 22:369 de 30 de março de 1933.

⁷⁷⁰ Idem, *Ibidem*.

realidades»⁷⁷¹. Devia ainda (...) «enformar as tendências nacionalistas, dentro dos novos princípios políticos e sociais que presidem ao Estado Novo. Deve sobretudo formar homens portugueses, cultivar o amor de Portugal, o orgulho das glórias do passado, a confiança do sacrifício e no esforço do presente e a fé nos altos desígnios da nação»⁷⁷². A escola primária seria como que (...) «o viveiro de que uma sociedade dispõe para cultivar os valores éticos e profissionais de que precisa e ensaiar o homem que lhe convém»⁷⁷³.

A União Nacional, no seu primeiro congresso em 1934, define também os objectivos do ensino primário. Da enumeração de conclusões que este organismo apresenta destacamos as mais representativas: «**1-** O ensino primário não é um simples grau de ensino. A Escola Primária tem uma finalidade própria, independente dos estudos subsequentes: educação daqueles que, saindo dela, ingressam directamente na vida prática; **2-** A Escola tem de ser ativa e não verbalista; **3-** Tem que ser afirmativa e não cética. Deve afirmar a pátria em todas as suas possibilidades, o valor do esforço, e da confiança do homem em si mesmo; (...) **6-** Tem de educar a vontade na obediência ao bem comum e na adesão aos novos princípios políticos e sociais; **7-** Não pode esquecer-se do carácter universalista e colonizador do povo português. Deve ter presente o império e as virtudes heróicas que lhe acompanharam a génese e a conservação; (...) **15-** É preciso prosseguir-se na acção orientadora nacionalista, pedagógica e didáctica do ensino primário, e na remodelação, sob os mesmos aspectos, das Escolas do Magistério»⁷⁷⁴.

Ao ensino primário reservava-se um objetivo próprio com vista a atribuir «o fornecimento daquele mínimo de educação necessário às condições de vida do nosso tempo e do todo nacional. Este mínimo de educação, indispensável a todo o cidadão abrangerá: **a)** Um certo número de conhecimentos de ordem intelectual; **b)** Iniciação de técnicas motoras, especialmente manuais; **c)** Formação do carácter; **d)** Formação da consciência nacional»⁷⁷⁵. Este nível de ensino visava a preparação do aluno em termos de aquisição de conhecimentos fundamentais, ou seja, a sua formação em termos intelectuais, práticos e cívicos. A simplificação dos programas foi uma realidade neste nível de ensino que representava a escolaridade efetuada pela maioria dos alunos. Era preferido o aprofundamento das matérias à sua extensão.

⁷⁷¹ *Escola Portuguesa*, nº1 de 11 de Outubro de 1934, p.1.

⁷⁷² *Idem, Ibidem*.

⁷⁷³ *Idem*, p.2.

⁷⁷⁴ UNIÃO NACIONAL, 1935, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*, Lisboa, Ed. da União Nacional, p.214-215.

⁷⁷⁵ *Idem*, p.211.

A justificação para a redução dos conteúdos programáticos no ensino liceal residia no facto de o regime considerar que (...) «as exigências da vida não impõem programas tão vastos, e se existissem, tornar-se-ia imprescindível o alargamento da escolaridade, porque acima de todas as condições prevalece o limite que é inexoravelmente imposto pela capacidade receptiva dos alunos normalmente dotados. Com estes programas, é opinião quase geral, aprende-se para esquecer; pior ainda, aprende-se para confundir; (...) aprende-se para ignorar, porque é corrente um aluno apetrechado para exame com o vasto material do seu programa falhar a uma pergunta a que responderia de pronto um rapaz da mesma idade apenas informado pelo empirismo da vida corrente»⁷⁷⁶.

A política de redução dos conteúdos programáticos atinge também o ensino primário. Os programas eram considerados (...) «incomportáveis para as possibilidades físicas e mentais das crianças de 10 ou 11 anos»⁷⁷⁷. Desta forma, entendia o regime estar a prestar «um bom serviço à nação»⁷⁷⁸ eliminando «(...) o supérfluo para se ser exigente no essencial, sendo o lema desta urgentíssima reforma: programas reduzidos, mas também sabidos»⁷⁷⁹.

Relativamente à educação nacionalista, que constituía o alvo de especial atenção por parte do regime, as conclusões da União Nacional eram claras e inequívocas «A educação moral e nacional já nesta espécie de ensino é importante, devendo o professor aproveitar todos os ensejos para o fazer. Prestam-se especialmente, para este fim, as disciplinas de História e Língua Materna, cujos livros apresentam uma importância capital na formação dos alunos. Entendemos que deve ser negada aprovação a todo o compêndio que se não apresente absolutamente dentro duma concepção nacionalista e anti-liberal e a todo o livro de leituras constituído à luz dos critérios pedagógicos individualistas e românticos. A disciplina de Moral e Educação Cívica deveria desaparecer, para estes assuntos serem versados oportunamente nas de Língua Materna e História em conversações e exercícios. Assim o programa de Moral, embora obrigatório, não teria tempos próprios, a fim do seu ensino não se tornar forçado, director e dedutivo. O programa de História estender-se-ia até à revolução do 28 de maio; às suas causas e à obra realizada pela Ditadura Nacional»⁷⁸⁰.

A politização do ensino e, conseqüentemente da disciplina de História, tornou-se mais evidente a partir dos meados da década de trinta. O alvo não era apenas o currículo mas

⁷⁷⁶ MACHADO, Augusto Reis, 1930, “Considerações sobre o que deve ser o ensino secundário português” in *Labor*, nº 25/Maio, Ano V, Aveiro, p.201.

⁷⁷⁷ *Idem*, p.203.

⁷⁷⁸ *Idem, Ibidem*.

⁷⁷⁹ *Idem, Ibidem*.

⁷⁸⁰ UNIÃO NACIONAL, 1935, *Ob. Cit.*, p.212-213.

também os compêndios de História que a partir daí passaram a conter a “verdade histórica” definida pelo regime e que convinha à sua política.

Os programas de ensino e as estratégias pedagógicas promoviam a adesão a normas e a valores coerentes com a política ideológica do regime. É destacada a importância da educação moral e nacionalista como elemento constante no ensino relegada para o campo da História e Língua Materna, bem como o domínio da Moral e Educação Cívica que deveriam constar igualmente das finalidades das disciplinas mencionadas.

O ensino de várias disciplinas relacionadas com a formação da consciência nacional e do carácter deveria ter também em conta o cunho imperialista, valor tão caro ao regime como a trilogia *Deus, Pátria e Família* que constituía a base axiológica do Estado Novo. Também nesta matéria, as conclusões do I Congresso da União Nacional são explícitas: «Também não deve estar ausente do ensino a função universalista e colonizadora da pátria portuguesa. É preciso que a cor colonial, frequentemente apareça na escola através das leituras, das lições de história, de corografia, de ciências e dos múltiplos trabalhos escolares»⁷⁸¹.

Em 1932, com a definição do estatuto do ensino secundário era aprovado o regime de classes e definidos os objetivos deste nível de ensino. O regime entendia que os seus objetivos se prendiam com a aquisição de conceitos de cultura geral que preparavam o aluno para o mundo do trabalho ou para o prosseguimento dos estudos. Esta (...) «cultura geral realiza-se pelo desenvolvimento normal do corpo e do espírito tendente à formação da personalidade»⁷⁸². Esta tinha uma finalidade prática e outra de natureza formativa direcionada para a formação da personalidade do aluno assente numa base tripartida: moral, intelectual e física e todo o sistema educativo estava subordinado a este alto desígnio.

Posteriormente, o regime reforça os pressupostos educativos que apontavam os objetivos do ensino liceal: «O ensino liceal integra-se na missão educativa da família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos portugueses, nos termos da Constituição, e tem por finalidade específica dotá-los de uma cultura geral útil para a vida»⁷⁸³. Estes objetivos estavam de acordo com os princípios expressos na Constituição de 1933 que definia as finalidades gerais do ensino: **Art. 43º- §3º** «O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoramento físico e do aperfeiçoamento das faculdades

⁷⁸¹ UNIÃO NACIONAL, 1935, *Ob. Cit*, p.213.

⁷⁸² Decreto nº 20:741 de 11 de janeiro de 1932.

⁷⁸³ Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936.

intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais»⁷⁸⁴.

O I Congresso da União Nacional definira também os objetivos do ensino secundário: «**a)** Educação Nacionalista: formar homens portugueses, cultivar o amor de Portugal, o orgulho nas glórias do passado, a confiança no sacrifício e esforço do presente e a fé nos altos destinos da Pátria; **b)** Educação do Carácter: cultura da iniciativa, da actividade, da perseverança, dos hábitos do trabalho individual ordenado e metódico; culto da probidade, do dever, do sentimento da responsabilidade e da justiça, da disciplina interior, da subordinação do interesse particular ao da nação; **c)** Educação Intelectual; **d)** Instrução: a aquisição de conhecimentos úteis para a vida prática, limitada, porém, pelo objectivo característico da escola secundária – a formação intelectual; **e)** Educação Física. Com a educação assim orientada nas escolas secundárias, procura formar-se um escol intelectual e moral para desempenhar, a bem da Nação, funções essenciais à sua existência e ao seu progresso e assegurar a continuidade e perpetuidade da pátria portuguesa»⁷⁸⁵.

O Estado Novo confiava ao escol intelectual formado pelo ensino secundário o progresso da nação e a sua continuidade que era também sinónimo da perpetuidade do regime. Este escol seria a futura geração formada dentro dos altos desígnios do regime. Os conteúdos programáticos foram também objeto de reflexão por parte da União Nacional. Neste sentido, são classificados como fatores de rendimento do ensino vários condicionalismos: (...) «**b)** Redução do ensino em superfície e aumento em profundidade suprimindo as matérias dos programas, especialmente nas disciplinas não fundamentais, que sobrecarregam a memória dos alunos ou ultrapassam a sua capacidade mental, e suprimindo até algumas destas disciplinas, que passariam a estabelecimentos congêneres ou seriam estudadas apenas nos preparatórios já existentes nas escolas superiores. Deste modo, os programas de Desenho, Ciências Histórico-Naturais, Geografia-História, Química e Filosofia, devem sofrer grandes reduções; (...); **c)** O programa da História de Portugal deve, nos liceus como em todas as escolas, abranger os factos até ao presente, referindo-se designadamente às causas da revolução de 28 de maio e à obra do Estado Novo. Importa ainda rever e retificar, de harmonia com a moral e com a verdade histórica, os compêndios de História de Portugal; (...) **f)** Introdução da Língua e Literatura Nacional e a História de Portugal no curso complementar de Ciências e do ensino experimental e duma disciplina científica no de Letras. Com esta medida visa-se a cultura harmónica e integral das faculdades, que ainda não estão

⁷⁸⁴ Decreto-lei nº 22:241 de 22 de fevereiro de 1933.

⁷⁸⁵ UNIÃO NACIONAL, 1935, *Ob. Cit.*, p. 227-228.

suficientemente desenvolvidas quando o aluno sai do curso geral. Além disso, o estudo do Português e da História Pátria no curso complementar de Ciências é exigido por uma boa cultura humanista e nacionalista; e o estudo duma ciência experimental no curso complementar de Letras tem ainda por fim a iniciação nos métodos científicos que devem penetrar todas as actividades, mesmo as literárias»⁷⁸⁶.

Em termos de medidas estruturais, os vários níveis de ensino sofreram alterações idênticas, merecendo o ensino secundário uma especial atenção por parte do regime, embora cada um dos níveis de ensino tivesse no quadro educativo, funcionalidades específicas. O Estado Novo atribuía-lhe como objetivo fundamental a formação da personalidade do aluno, finalidade esta que estava associada a um pendor humanista, reservada à formação das elites do regime, o denominado “escol da nação”.

O conceito de educação significava formar cidadãos de acordo com os valores morais, sociais e políticos do regime no plano da inteligência e da vontade, sendo esta a componente predominante no ensino que se revelava a dois níveis. No aspeto moral, com a formação do carácter e da vontade nos valores espirituais e éticos do regime identificados com os da civilização cristã, e no plano cívico-político, com o conhecimento e assimilação dos valores pátrios nacionalistas e tradicionalistas.

Para Luiz Terry, o ensino secundário deveria servir (...) «o grave encargo de preparar a nação, levando-a a encarar com segurança os seus problemas vitais. Logicamente a finalidade deste ensino deve ser a de preparar o homem-tipo, representativo de cada nação (...) deve tomar a seu cargo preparar cidadãos com uma cultura geral, não exclusivamente científica, mas principalmente social, que os torne uma base sólida da nacionalidade»⁷⁸⁷. No mesmo sentido, Riley da Mota definia a essência do que deveria ser a formação da consciência nacional no ensino liceal. «Concordam todos em que é mais importante ainda o modo porque se ensina do que aquilo que é ensinado. Vale mais a educação intelectual do que a instrução. Os liceus devem antes ser *formativos* que *informativos*»⁷⁸⁸. (...) «O espírito torna o homem verdadeiramente imortal pela continuidade das ideias e dos ideais»⁷⁸⁹.

O ressurgimento nacional estava confiado a este nível de ensino e à construção de uma futura sociedade renovada. O mesmo autor defendia para além da relevante intervenção da escola, o fator família na condução deste mesmo processo. «Destes dois factores conjugados saem os dirigentes capazes de impelir as sociedades para superiores destinos:

⁷⁸⁶ UNIÃO NACIONAL, 1935, *Ob. Cit.*, pp.228-229.

⁷⁸⁷ TERRY, Luiz, 1935, “Finalidade do Ensino Secundário” in *Labor*, Março/1935, nº62, p.381.

⁷⁸⁸ MOTA, Riley da, 1933, “Sábios e Educadores” in *Labor*, Nov./Ano VIII, Aveiro, p.107.

⁷⁸⁹ Idem, p.110.

dirigentes no campo económico, no campo científico, no campo artístico, no campo político, no campo religioso. Mas o papel da escola é importantíssimo, e é exactamente à escola secundária que compete preparar os futuros dirigentes, e o seu fim último (...) é contribuir para que o estudante venha a formar em si uma personalidade, se torne num ser que saiba conhecer-se, possuir-se, dirigir-se em relação com um ideal, seja um ser moral, um homem»⁷⁹⁰.

O regime considerava fundamental este grau de ensino porque entendia que (...) «no seu decurso é que se afirmam no aluno as qualidades de carácter e que se revela a sua personalidade. E o aluno, no que tem que vir representar como homem e como português, é, e será sempre, a grande realidade. O enquadramento do seu psiquismo e das suas faculdades intelectuais e morais num inteligente plano de formação nacionalista e cristã tem que constituir, e constitui por certo, um escopo primacial na política do Estado Novo»⁷⁹¹.

A formação da personalidade do aluno, era pois, o objetivo último do ensino liceal, finalidade para a qual a prática do professor se considerava também de máxima importância. «Ao professor (ajudado pela família) compete proporcionar-lhe as condições, orientá-lo, auxiliá-lo, criar-lhe sobretudo a necessidade de realizar o fim em vista, para o que tem de recorrer a técnicas intimamente ligadas a aptidões naturais ou adquiridas, sempre variáveis consoante o modo de ser próprio do educando e em conformidade com o modo de ser português»⁷⁹².

A. Reis Machado defendia que os professores (...) «devem ter uma preparação mais técnica que erudita, mais filosófica do que científica ou literária. Assim o professor não deverá preocupar-se em saber muito e ministrar muitos conhecimentos, mas sim em poder manejar inteligentemente os conhecimentos que possui, considerá-los mais como meios do que como fins, sentir e compreender o fim do ensino secundário; educar»⁷⁹³.

O ensino liceal estava incumbido de, no seu conjunto, fomentar o patriotismo através de um trabalho cruzadístico em prol da modelação das consciências, do qual se salienta aqui a designação nominal dos liceus. «Cada liceu será designado pela denominação educativa de

⁷⁹⁰ MACHADO, Augusto Reis, 1930, “Considerações sobre o que deve ser o ensino secundário português” in *Ob. Cit.*, p.203.

⁷⁹¹ CARVALHO, Marques, 1935, “Novo plano de estudos para o ensino secundário” in *Labor*, Março/1935, n.º62, p.423.

⁷⁹² MACHADO, Augusto Reis, 1930, “Considerações sobre o que deve ser o ensino secundário português” in *Ob. Cit.*, p.183.

⁷⁹³ Idem, p.185.

um grande vulto da história pátria e todos os anos celebrará em dia certo a festa do respetivo patrono, para conhecimento e exemplo da sua vida»⁷⁹⁴.

Para além de constituir um período transitório para o ensino superior, o ensino liceal promovia a aquisição de cultura geral, contribuindo para a formação de elites⁷⁹⁵, conceito que seria reforçado, mais tarde, pelo então ministro Francisco Leite Pinto no VI Congresso do Ensino Liceal. «Qual é actualmente o objectivo do ensino liceal? Quanto a mim é o mesmo que sempre foi (...) devem adquirir-se nele métodos de rigor intelectual (...) com o fervor de quem chamou a si a pesada responsabilidade de vir formar grande parte do escol dos quadros da nação»⁷⁹⁶. A tarefa das elites residia na governação do país e, consequentemente no garante da continuidade do regime. Para isso era necessário saber controlar e conduzir os futuros cidadãos e as suas mentalidades nos trilhos da obediência e da submissão.

Disciplinas como a História e a Geografia tinham uma função primordial na aquisição dos valores que a educação nacional pretendia transmitir, embora não tivessem um papel exclusivo nesse processo. A. Saraiva de Carvalho entendia que (...) «acima do conhecimento do passado está a sua continuidade no presente e porque mais importa operar como português do que saber o que é ser português»⁷⁹⁷. Na perspetiva do autor no que respeita ao conhecimento histórico e do seu ensino, o teórico era menos valioso que o prático. As ações que advinham do conhecimento do passado eram mais significativas para a formação do aluno. Neste sentido, o autor defendia ainda que «Não haverá professor algum que não tenha ouvido aos seus pequenos rapazes a confissão de quererem ser como Nun`Álvares, ou encontrado uma aluna com desejos de imitar a rainha santa: tal é o prestígio da virtude, vigor físico e moral ao serviço da pátria. Logo é evidente incutir-lhes a necessidade da preparação que de viabilidade a tal sonho de grandeza, realizando um aturado estágio de actos repetidos semelhantes aos do modelo. E, porque, quando homens feitos, serão regulados pelos ditames morais e prescrever o Bem e a proibir o mal, os pequenos de agora começam a orientar a conduta em relação ao próximo pela que requerem deste, quer cultivando a amizade, a camaradagem, a disciplina e obediência, incluídas na justiça e presas à honestidade, quer apontando a diferença entre quem manda e obedece, entre o velho e o novo, entre o cidadão e o estrangeiro, como diz Cícero»⁷⁹⁸.

⁷⁹⁴ Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936 (Art.14).

⁷⁹⁵ Em 1967 é criado o ciclo preparatório do ensino secundário com o objetivo de selecionar desde cedo os alunos que apresentassem capacidades para ascender a patamares mais elevados da educação.

⁷⁹⁶ PINTO, Francisco de Paula Leite, 1971, “Objectivo e posição do ensino liceal na estrutura educativa portuguesa” in *VI Congresso do Ensino Liceal*, Aveiro, Ministério da Educação Nacional, p.44.

⁷⁹⁷ CARVALHO, A. Saraiva, 1951, *Os princípios fundamentais da educação*, Aveiro, Imprensa Universal, p.19.

⁷⁹⁸ Idem, pp.19 e 20.

A História era também o reflexo dos valores ideológicos defendidos pelo regime: abnegação, determinação, fé, coragem, espírito de sacrifício à pátria, iniciativa, mas também a ordem, a hierarquia e o poder do Estado consubstanciados no chefe.

A relação entre a memória histórica e a ideologia era, neste contexto, muito estreita. Esta caracterizou o ensino da História durante o regime e prevaleceu no ensino durante décadas. A problematização do conhecimento histórico afigurasse-nos interessante, para aferir o percurso da historiografia escolar. Este percurso estava relacionado com o contexto político e as mentalidades que o influenciaram, bem como as funções que lhe imprimiram esses contextos.

As várias fases pelas quais passou o regime tiveram repercussões no plano educativo. A aprovação da lei fundamental do país em 1933, o final da II guerra mundial em 1945, a deflagração do conflito no ultramar que se iniciou em 1961 e a ascensão de Marcelo Caetano ao poder em 1968 marcaram etapas fundamentais no decurso do regime levando obrigatoriamente a mudanças no seio da sua configuração política.

A fase inicial do regime que corresponde à ditadura militar é a fase em que o novo regime luta sobretudo contra a instabilidade governativa herdada do período republicano. A construção do Estado Novo cujo enquadramento legal se processa após a aprovação da Constituição de 1933 caracteriza-se por uma marcada “fascização” do regime. A utilização dos mecanismos de repressão a par de um acentuado dirigismo político e de uma intensificação da propaganda oficial nacionalista são as principais coordenadas que guiaram o regime num percurso que durou várias décadas.

O fim da II guerra mundial trouxe a necessidade de mudanças, sobretudo de adaptação ao novo quadro político internacional. Neste sentido, assiste-se a um “atenuar” do nacionalismo pelo menos nos moldes em que este vinha a ser praticado até então e o desenvolvimento de iniciativas, embora tímidas, para minorar o “atraso” no qual Portugal se encontrava relativamente aos outros países. Com a entrada de Marcelo Caetano para a Presidência de Conselho continuaram asseguradas as bases estruturais e ideológicas do regime embora com a pretensão de o tornar um pouco mais liberal.

Foi adotado um modelo interpretativo da História consonante com o retrato identitário da nação que o regime pretendia instituir e divulgar: um país de grandes homens admirados pelo mundo, criadores de um vasto império. Resumia-se, deste modo, a civilização portuguesa a um grupo restrito de figuras, cujo papel fundamental teria contribuído para o destino grandioso de Portugal. Esta redefinição da identidade portuguesa legitimava o regime e todas

as suas ações realizadas “a bem da Nação”⁷⁹⁹. Os objetivos pedagógicos e formativos da História enquanto contributo para a construção da identidade nacional centravam-se numa estratégia de personalização da História, isto é, as figuras de relevo personificam os grandes acontecimentos históricos e os exemplos de moralidade que a História transmite à sociedade.

A escola, veículo privilegiado de transmissão da mensagem de grandeza da pátria depositava todas as suas esperanças nos períodos bem sucedidos do percurso histórico nacional, bem como nas figuras que os proporcionaram, transformando-os nos paradigmas da nação nos quais o regime também se apresenta como garante da retoma e continuidade dos valores da tradição histórica da nação.

As grandes finalidades da educação escolar em todos os níveis de escolaridade assentavam num ideário ideológico doutrinário aplicado às várias disciplinas do currículo, onde o ensino da História assumia um papel fundamental enquanto disciplina formadora e instrutora da consciência das novas gerações.

⁷⁹⁹ Este foi um slogan bastante divulgado no período do Estado Novo.

IV. 5.1 As reformas programáticas

A História foi introduzida no currículo escolar devido à instituição dos sistemas nacionais de ensino proclamada pelo Liberalismo que via a disciplina como um contributo fundamental na educação nacional. A História enquanto veículo de educação nacional era considerada uma disciplina indispensável à formação do aluno.

Almeida Garrett destacou a relevância do ensino da História nacional, embora defendesse uma vertente conservadora, dentro de uma conceção na qual prevaleciam os valores de ordem moral. A História era um instrumento de formação moral e patriótica desde que fora introduzida no currículo do ensino superior em 1772 e nos estudos menores, em 1805. No entanto, só após a vitória do Liberalismo é que a disciplina adquire um estatuto mais definido, tornando-se o seu ensino obrigatório nos níveis de ensino primário e secundário.

O projeto de reforma da instrução pública de Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque de 1823 defendia que o ensino da História devia contemplar a abordagem das grandes figuras com o objetivo de estimular os sentimentos de patriotismo e a construção da identidade nacional⁸⁰⁰.

Na reforma de Passos Manuel (1836) a História apresentava uma vertente cívica e política no ensino primário e uma ligação estreita com a Geografia, características que também se observam ao nível do ensino secundário. A relação interdisciplinar entre a História e a Geografia apresentava uma tendência para se manter ao longo do ensino da História. Esta relação era entendida como necessária para firmar os seus objetivos nacionalistas e perdurou até 1888, data em que, Luciano de Castro apresenta uma reforma do ensino. Com esta reforma, a História apresentava-se no currículo como disciplina autónoma, relacionava-se com o culto da pátria e dos heróis dos descobrimentos, assumindo uma vertente nacionalista. Esta tendência vai manter-se na reforma de 1894/95 levada a cabo por Jaime Moniz, que vigorou até 1905 e que manteve as suas diretrizes até ao início da década de 30 do século XX, com a introdução de novos programas. Nesta reforma que foi considerada um marco no ensino liceal moderno, o ensino da História destacava sobretudo as figuras ligadas à epopeia marítima.

Na mesma linha orientadora, a República aprova em 1919 os seus primeiros programas cujos objetivos eram muito ambiciosos, pela sua extensão, facto que motivou a

⁸⁰⁰ Sobre este assunto *vide* TORGAL, Luís Reis e, Vargues, Isabel, 1984, *A Revolução de 1820 e a Instrução Pública*, Porto, Paisagem Editora, pp.340-345.

aprovação de um novo programa em 1921 com vista à simplificação dos anteriores, o qual apresentava alguns traços inovadores.

Logo após a revolução nacional de 1926 é promulgada uma reforma programática ao nível do ensino secundário⁸⁰¹. Este nível de ensino sofre uma reorganização geral no que respeita à sua estrutura⁸⁰². A tendência pedagógica é a de redução, evitando a sobrecarga quer de conteúdos programáticos quer de horários, tendências estas que se repercutiam a nível da extensão dos programas.

A disciplina de *História* fazia parte do curso geral no 4º e 5º anos. No 4º ano os conteúdos ministrados abordavam a História Universal, programa este que se prolonga até ao primeiro período do 5º ano. Os dois períodos restantes deste ano de escolaridade são consagrados à História de Portugal, aconselhando-se o seu estudo de forma coordenada e integrada com a História Universal antes estudada⁸⁰³. No ensino secundário o programa aprovado em 1926 contemplava um número reduzido de figuras⁸⁰⁴.

O ensino do *Português*⁸⁰⁵ surge na I, II e III classes. Os conteúdos desta disciplina interligavam-se com o ensino da *Moral* e da *História*. Nesta perspetiva, o decreto que aprovou este programa explicita que os conteúdos se devem pautar pela: «Leitura de trechos muito simples em prosa e verso: narrativas, contos e fábulas que possam contribuir para a educação moral dos alunos; pequenas descrições de paisagens do continente e das colónias portuguesas; pequenas descrições de usos, costumes, instituições e monumentos nacionais; contos e poesias populares; lendas e narrativas relacionadas com a História da nacionalidade; exemplos de virtudes cívicas e domésticas, tirados da história pátria; poesia narrativa e lírica (...)»⁸⁰⁶.

Nas observações ao referido programa, o decreto referia que «O professor não deverá esquecer que a aula de português é uma das aulas do liceu em que melhor se pode desenvolver o sentimento nacional e a formação moral do aluno: o comentário breve, que é sempre o mais profícuo, feito na presença dos alunos, é semente que cai em terreno próprio e que a todo o tempo é produtiva. O conhecimento, ainda que fragmentário, da nossa terra e da nossa história, deve ser ministrado através da leitura, por forma, a gerar no espírito dos alunos o

⁸⁰¹ Decreto nº12:594 de 2 de Novembro de 1926.

⁸⁰² O curso liceal é encurtado em um ano (passando de 7 para 6 anos) e o curso complementar de letras que passa a denominar-se curso preparatório de letras tendo apenas a duração de um ano.

⁸⁰³ As figuras que surgem nos conteúdos programáticos da disciplina são: o mestre de Avis, Nun`Álvares Pereira, D. João II e o marquês de Pombal.

⁸⁰⁴ São destacadas figuras ligadas ao período da reconquista e da expansão e o estadista marquês de Pombal.

⁸⁰⁵ Em 1948, com a aprovação dos novos programas para o ensino liceal, a disciplina passa a denominar-se *Língua e História Pátria*.

⁸⁰⁶ Decreto nº12:594 de 2 de novembro de 1926, p.1774.

amor pátrio e orgulho de ser português»⁸⁰⁷. Na generalidade, o programa desta disciplina não sofreu alterações nas reformas programáticas que se seguiram até 1974, mantendo um traço comum na sua estrutura concetual. No ensino primário elementar vigorava o programa aprovado em 1921⁸⁰⁸ que contemplava a disciplina de *História Pátria* na 3^a, 4^a e 5^a classes.

Em, 1927, um ano após a instauração da ditadura militar, aprovou-se a divisão do ensino primário⁸⁰⁹ em infantil, elementar (de carácter obrigatório, incluindo a 1^a, 2^a, 3^a e 4^a classes) e complementar⁸¹⁰.

Para o ensino primário elementar foi também aprovado um novo plano de estudos⁸¹¹. O programa de *Corografia de Portugal e Colónias, História de Portugal e Educação Cívica* concentrava-se apenas na 4^a classe. Caraterizava-se pela sua extensão, facto que terá conduzido a comissão que o elaborou a autojustificar-se nos seguintes termos: «A matéria dos programas novos não é exorbitante, não transpõe aquele limite do saber mínimo que, nestes tempos, cumpre dar aos filhos das camadas populares, das classes mais humildes»⁸¹². O estatuto desta disciplina compósita era valorizado, bem como a prática pedagógica dos docentes, os quais deviam fazer: «uma hábil apresentação aos alunos de um ligeiro quadro geral da evolução da humanidade, fornecer-lhes o meio de formarem uma ideia suficientemente aproximada da história nacional. O conhecimento desta, visa a instruir e educar os alunos, cumprindo, portanto, aos professores aproveitá-la para afervorar-lhes o amor pátrio, mostrar-lhes o dever de contribuir para o bem da humanidade e iniciá-los na maneira de bem conduzir-se em relação a si mesmo, aos seus semelhantes e à coletividade»⁸¹³.

Esperava-se que o ensino da História, através do recurso a acontecimentos e figuras de relevo engrandecedoras da pátria, desenvolvesse no aluno uma formação cívica e patriótica (...) «porque a história presta-se melhor do que qualquer outra disciplina, a cultivar lições de moral a desenvolver o espírito cívico.(...) O ensino será agradável e despertará interesse se for bem contada a história, sem que seja preciso falseá-la. Até mesmo os erros e os defeitos dos nossos antepassados podem servir para o professor dar lições morais»⁸¹⁴. Propunha-se

⁸⁰⁷ Decreto nº12:594 de 2 de novembro de 1926, p.1775.

⁸⁰⁸ Decreto-lei nº 7:311 de 15 de fevereiro de 1921.

⁸⁰⁹ Decreto-lei nº13: 619 de 17 de maio de 1927.

⁸¹⁰ Incluía a 1^a e 2^a classes.

⁸¹¹ Decreto nº14:417 de 12 de outubro de 1927.

⁸¹² Programa do ensino primário de 1927, pp.1967 e 1968.

⁸¹³ Idem, p. 2047.

⁸¹⁴ Portaria nº5:060 de 21 de outubro de 1927. As figuras históricas que surgem nos conteúdos programáticos são: Viriato, D. Raimundo e D. Henrique; D. Teresa, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, Mem Ramires, Geraldo sem Pavor, Gonçalo Mendes da Maia, D. Sancho I, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Fernando, D.

uma mudança no ensino da disciplina. Sugeria-se que (...) «O ensino da história deve mudar de orientação. Quadros largos, traços fisionómicos característicos da época e da vida. Para explicar o ambiente de cada momento histórico, poucas ideias, mas claras, firmes, precisas. (...) Não servirá a figura de Viriato como síntese do esforço lusitano na defesa da sua terra? (...) Não podemos arrancar da nossa história figuras ou acontecimentos que nos dêem o *facies* da sociedade? O óbice está na quantidade. Um claro-escuro: “Gonçalo Mendes da Maia, o Lidador; o Marquês de Pombal”. Mas sem ir buscar mesmo contrastes tão violentos, a cada passo nos fornece a vida da nação elementos que não esquecem mais. Figuras que mais perto viveram e todavia atestam a profunda mudança do meio: o “guerreiro Afonso Henriques que, por necessidade de alargar o território, viveu no fragor das batalhas, e o poeta D. Dinis, culto, fundando a Universidade de Lisboa”. Tipos bem diferentes, reflexos de duas épocas e que viveram a par: “Dr. João das Regras, D. Nuno Álvares Pereira”»⁸¹⁵.

A portaria nº 5:060 fornecia as orientações pedagógicas para a execução do programa e responsabilizava o docente pelo seu cumprimento e pela sua gestão: «O cumprimento exacto dos programas estabelecidos para o ensino primário elementar depende em primeiro lugar da dedicação e competência dos professores, solicitamente esclarecidos e acompanhados pela inspecção escolar»⁸¹⁶.

O professor era orientado no sentido de adequar a sua prática pedagógica de modo a tornar mais motivador o ensino da História, podendo enriquecê-la com a utilização de materiais didáticos (filmes, slides), com visitas de estudo ou com base em trabalhos manuais. Impunha-se, ainda, a estratégia metodológica de orientar as crianças para procederem a localizações espaciais em mapas. O docente não devia exigir que o aluno memorizasse as matérias sem as compreender, evitando a existência de hiatos na aprendizagem das noções. (...) «O professor a cada passo, terá ocasião de salientar e de vincar as virtudes e qualidades do povo, que, enquadrado e guiado, em todos os lances da vida nacional provou o seu valor, um extraordinário poder de assimilação e o seu nunca desmentido amor à Pátria. Algumas

Leonor Teles o Conde Andeiro, Mestre de Avis, Dr. João das Regras, D. Nuno Álvares Pereira, D. Filipa de Lencastre, D. João I e a Ínclita Geração, o Infante D. Henrique, D. Duarte e D. Fernando, D. Pedro, conde de Avranches, Duarte de Almeida, D. João II, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, D. Francisco de Almeida, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Mascarenhas, D. João III, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Dinastia Filipina, D. João IV, D. Afonso VI, D. João V, D. José, marquês de Pombal, Gomes Freire, D. Pedro, D. Miguel, duque de Palmela, duque da Terceira, duque de Saldanha e Mouzinho da Silveira.

⁸¹⁵ Portaria nº 5:060 de 21 de outubro de 1927.

⁸¹⁶ Idem.

datas são tão úteis para guiar o aluno para que não haja um único plano, para que exista, como escreve Lavis, “perspectiva histórica”⁸¹⁷.

Em 1927 o curso dos liceus passou a ter dois ciclos (1º e 2º ciclos) de três e dois anos respetivamente, e os cursos complementares de Letras e Ciências com a duração de um ano cada, alargada para dois anos⁸¹⁸. Neste mesmo ano é também criado o ciclo complementar do ensino primário⁸¹⁹, sendo os programas deste nível de ensino aprovados posteriormente, em 1928⁸²⁰. A sua estrutura curricular dividia-se em 1ª e 2ª classes⁸²¹. O programa da 1ª classe versava sobre a História universal (desde a pré-história à grande guerra) sem referência específica a figuras históricas. Sobre a História nacional é abordada a época dos descobrimentos marítimos; na 2ª classe, os períodos históricos abordados são os mesmos mas o programa reporta-se exclusivamente à História nacional. À exceção da ínclita geração e da dinastia filipina, não há referência direta às figuras históricas.

Em 1928 era aprovado um novo programa para o ensino primário elementar⁸²². Este incluía a *História* na 3ª e 4ª classes, enquanto disciplina autónoma. A alteração curricular verificada justificou-se pela necessidade de simplificar o programa face ao anterior, preferindo-se uma menor quantidade de conteúdos, a bem da aquisição de conhecimentos. O seu lema era «Pouco e bem»⁸²³. A comissão organizadora dos programas considerava que (...) «seria muito desejável que pudéssemos ampliar os conhecimentos mínimos a adquirir nas escolas primárias, mas quer-nos parecer que é um defeito lamentável, num intuito, aliás nobre querer exigir mais do que é compatível com os recursos e condições delas»⁸²⁴.

No programa de 1928, a tendência para incluir maior número de figuras históricas exemplares é notória. O programa da 3ª classe refere apenas os monarcas e as figuras

⁸¹⁷ Portaria nº5:060 de 21 de outubro de 1927, *Ibidem*.

⁸¹⁸ Decreto-lei nº 13:056 de 22 de janeiro de 1927. Esta estrutura durará até 1930, altura em que é reposta a duração de dois anos para o 1º ciclo do curso geral e de três anos para o 2º ciclo (Decreto nº 18: 779 de 20 de agosto de 1930).

⁸¹⁹ Decreto nº 13:791 de 17 de junho de 1927.

⁸²⁰ Decreto nº 14:900 de 16 de janeiro de 1928.

⁸²¹ A referência a figuras históricas surge apenas na 2ª classe na disciplina de *História* que destaca apenas a Ínclita Geração (filhos de D. João I) e a Dinastia Filipina.

⁸²² Decreto nº16:077 de 26 de outubro de 1928. As figuras históricas referidas nos conteúdos programáticos dos dois anos de escolaridade são: Viriato, conde D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, Mem Ramires, Geraldo sem Pavor, Gonçalo Mendes da Maia, D. Sancho I, D. Afonso III, D. Dinis, Santa Isabel, D. Pedro e D. Inês de Castro e D. Fernando; D. Leonor Teles e o Conde Andeiro, o Mestre de Avis, Dr. João das Regras, D. Nuno Álvares Pereira. D. João I, D. Filipa de Lencastre e a Ínclita Geração, Infante D. Henrique, D. Duarte, D. Fernando, D. Pedro, D. Afonso V, Duarte de Almeida, D. João II, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, D. Francisco de Almeida, Duarte Pacheco Pereira, D. João III, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Filipe II, Prior do Crato, D. Filipa de Vilhena, D. João IV, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José, marquês de Pombal, D. Maria I, Gomes Freire, D. Miguel, D. Pedro, duque de Palmela, duque da Terceira e Mouzinho da Silveira.

⁸²³ Idem, p. 2211.

⁸²⁴ Decreto nº16:077 de 26 de outubro de 1928, p.2211.

exemplares que intervieram no período da fundação, dando-lhe grande destaque. Além das figuras que já constavam no programa anterior, este programa contemplava também as figuras de Viriato, Santa Isabel e de Inês de Castro. O programa da 4ª classe destacava as figuras do período da reconquista até ao século XIX. Além das personagens já referenciadas no programa de 1927, são incluídas figuras como o Prior do Crato, D. Filipa de Vilhena, D. Pedro II e D. Maria I.

O ensino da *Moral e Educação Cívica* era considerado neste programa (...) «o factor basilar para a obra da educação, e nem mesmo se compreende o ensino sem estas duas disciplinas. Essa doutrinação, a que será dedicada uma hora especial, deve instrumentar a vida escolar a propósito de todas as matérias, e principalmente da leitura e da história. Disciplinar consciências, formando o carácter, é uma das mais formosas obras da escola primária»⁸²⁵.

À disciplina de *História* era atribuída uma função formativa e moralizadora, procurando despertar nos alunos o sentimento patriótico; para tanto, convocava-se o exemplo de figuras que personalizavam esse sentimento: «No estudo da História o professor dará sempre em traços gerais da vida nacional o desenho das grandes figuras que melhor representam o sentimento dos portugueses. E fará por aliar o ensino da História ao da Corografia, ao da Moral e ao da Educação Cívica»⁸²⁶.

A aprendizagem da sequência histórica e a associação dos acontecimentos visavam evidenciar a importância de Portugal no mundo. Ao professor cabia enfatizar as datas mais relevantes da vida nacional, enaltecendo o papel dos portugueses na difusão da civilização ocidental. É o que se constata pela leitura das instruções pedagógicas dos programas: «(...) pela associação dos acontecimentos históricos às suas determinantes e às suas consequências e pela sequência histórica que, sem esforço de memória, se podem adquirir os conhecimentos desta disciplina, preparação indispensável para se ter a consciência da importância de Portugal na marcha da civilização»⁸²⁷. Concedia-se ao docente autonomia para adotar o método de ensino que julgasse mais adequado, devendo privilegiar, no entanto, «a compreensão do valor dos factos pelo estabelecimento da relação entre as causas e os efeitos»⁸²⁸. Valorizava-se a utilização do método coletivo (pergunta/resposta) através da colocação de questões sobre as principais figuras e datas; estimulavam-se os exercícios escolares de composição sobre as principais personagens e datas. Aconselhava-se, como ajuda para a prática letiva do docente,

⁸²⁵ Decreto nº16:077 de 26 de outubro de 1928, *Ibidem*.

⁸²⁶ Idem, p.2211.

⁸²⁷ Idem, *Ibidem*.

⁸²⁸ Idem, p.2223.

o uso de materiais didáticos como álbuns históricos, projeções, cinematógrafo e quadros de monumentos nacionais.

O programa do ensino primário aprovado em 1929⁸²⁹ incluía a *História* apenas na 4ª classe, também como disciplina autónoma⁸³⁰. A História continuava a assumir uma função formativa e moralista, tendo por objetivo desenvolver no aluno o amor à pátria, através da relação entre as gerações passadas e as gerações vindouras, criando (...) «no ânimo do aluno o conceito espiritual de pátria patenteando-lhe os laços que prendem os portugueses de hoje aos do passado e aos vindouros»⁸³¹.

As instruções pedagógicas que acompanhavam o novo programa repetiam, basicamente, as de 1928. Foi, contudo, introduzido um parágrafo no texto que incumbia o docente de promover a divulgação de uma mensagem: os portugueses eram os «maiores difundidores da civilização ocidental»⁸³² no passado e no presente. O aluno seria, assim, preparado para ter consciência da importância de Portugal na marcha da civilização e da responsabilidade que a todos os portugueses cabia como herdeiros dessa tradição secular.

O ensino da *Moral* constava na 1ª, 2ª e 3ª classes e os seus conteúdos versavam fundamentalmente sobre narrativas morais, deveres e virtudes individuais; na 4ª classe a disciplina de *Moral e Educação Cívica* focava sobretudo temas que se prendiam com a consciência moral, o carácter, noções de organização política, direitos e deveres, o culto da bandeira nacional e o valor moral do império colonial.

As instruções que acompanhavam o programa referiam a importância primacial da educação moral no ensino. Esta devia ter uma relação de interdisciplinaridade com o restante currículo para que atingisse a sua finalidade. Nesta perspetiva, era também fundamental o

⁸²⁹ Decreto nº 16:730 de 13 de abril de 1929.

⁸³⁰ Nos programas de 1928 e 1929 o ensino da História está intimamente ligado ao ensino da Corografia, da Moral, da Educação Cívica e do Canto Coral (apenas no de 1928) embora ela surja como disciplina autónoma. O programa respeitava a mesma linha de simplificação já enunciada no programa anterior: «Com a organização destes programas não se pretende fazer uma reforma no sentido já gasto e desacreditado da palavra: deu-se um passo mais no caminho das simplificações, cuja necessidade todos reconheciam.» Decreto nº16:730 de 13 de abril de 1929, p. 896. Os conteúdos programáticos destacam as seguintes figuras históricas: D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, Santo António de Lisboa, D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso III, Mem Ramires, Geraldo sem Pavor, Gonçalo Mendes da Maia, D. Sancho I, D. Dinis, D. Fernando, D. João I de Castela, D. Leonor Teles e o Conde Andeiro, Mestre de Avis, D. Nuno Álvares Pereira, D. João I, Dr. João das Regras, D. Filipa de Lencastre e Ínclita Geração, Infante D. Henrique, D. Duarte, D. Fernando, D. Pedro, D. Afonso V, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, S. Francisco Xavier, Padre Anchieta, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Pedro Nunes, Garcia de Orta, Luís de Camões, Cardeal D. Henrique, Prior do Crato, Dinastia Filipina, D. João IV, D. Afonso VI, Padre António Vieira, Conde de Castelo Melhor, D. Pedro II, marquês das Minas, D. João V, D. José, marquês de Pombal, D. Maria I, D. Pedro IV, D. Miguel, duque de Palmela, duque da Terceira, duque de Saldanha, Mouzinho da Silveira.

⁸³¹ Decreto nº 16:730 de 13 de abril, p. 903.

⁸³² Idem, *Ibidem*.

papel do professor para (...) «fazer compreender às crianças a beleza dos preceitos morais, despertando-lhes um vivo sentimento de admiração pelas acções nobres e uma natural recusa pelos actos condenáveis. (...) Na alma delicada das crianças gravam-se indelevelmente as impressões recebidas. É por isso que aos espíritos infantis devem ser poupadas, o mais possível, as visões do mal, as cenas de horror, os quadros de miséria e degradação. Nobres exemplos de amor pátrio, de abnegação heróica, de perseverança e de fé, de caridade e de amor, do triunfo da verdade e da justiça, devem ser o assunto das palestras e leituras. (...) Evocando os feitos portugueses, o professor deve despertar na alma dos alunos o culto profundo da bandeira nacional, símbolo de uma pátria aureolada pela mais refulgente glória. (...) Por isso impõe-se ao professor, com o mais patriótico dos deveres, avivar na alma das crianças o mais fervoroso amor pela Terra Portuguesa, (...) Se a moral é a ciência que dirige o homem na prática do dever, a educação cívica é a parte da moral que prepara o cidadão para bem cumprir os seus deveres para com a Pátria»⁸³³.

No ensino secundário, o decreto nº 16:362 de 14 de janeiro de 1929 fixava a parte do programa que correspondia à 6ª e 7ª classes em todos os liceus e considerava urgente a necessidade de (...) «uma revisão geral dos programas de todo o curso dos liceus (...) sem esquecer o desiderato da amizade e mútua cooperação dos povos, deve predominar (...) a ideia de garantir e realizar uma educação nacional». O programa de *História Pátria e História Geral da Civilização* incluía na 6ª classe os conteúdos temáticos relativos ao período da fundação e consolidação da nacionalidade portuguesa, a história dos descobrimentos, as conquistas dos portugueses e o seu reflexo na história geral da civilização; na 7ª classe, os conteúdos versavam sobre a história moderna de Portugal desde o século XVI e a história da colonização portuguesa.

No programa do ensino primário aprovado em 1929, a disciplina de *História* (que passa a concentrar-se apenas na 4ª classe), mantém o número de figuras históricas destacadas. Excluem-se as figuras de Viriato e de Gomes Freire e incluem-se figuras ligadas à causa religiosa como Santo António de Lisboa, S. Francisco Xavier, Padre Anchieta e o Padre António Vieira, figuras ligadas à cultura como Pedro Nunes, Garcia da Orta e Camões, e figuras de Estado como o conde de Castelo Melhor e o marquês das Minas.

Em 1929 são promulgadas em decreto as considerações sobre a execução dos programas dos cursos complementares. A dimensão utilitária do ensino liceal era secundarizada em favor do carácter formativo que este deveria assumir. «Dos liceus sai a maior

⁸³³ Decreto nº 16:730 de 13 de abril de 1929, p.903.

parte dos indivíduos que hão-de constituir mais tarde o escol nacional; e além disso, o ensino secundário abrange um período muito perigoso e muito importante da existência, o período em que se criam os hábitos mentais e se desenvolvem as qualidades de carácter, que hão-de ter influência decisiva no resto da vida, por isso em todos os graus desse ensino, as faculdades intelectuais, sensitivas e volitivas dos alunos devem ser exercitadas de uma forma bem equilibrada e harmónica, de modo que leve à formação do homem verdadeiramente digno desse nome, do homem de vontade disciplinada e forte, habituado a procurar e amar a verdade e a sentir o que é grande e belo (...) Não basta ministrar aos alunos um certo número de conhecimentos; é indispensável cultivar-lhes o gosto e disciplinar-lhes a vontade, obrigá-los à política do bem e à compreensão dos seus deveres individuais e sociais, preparando-os para virem a ser cidadãos úteis à sua pátria (...)»⁸³⁴.

Em 1930 ocorre uma reformulação no ensino que começou a desenhar aquilo que seria a introdução de uma concepção política na História, na qual (...) «o nacionalismo não é apresentado como um simples imperativo educacional, mas sim como um imperativo político»⁸³⁵. Com a implementação desta reforma foram estabelecidos dois graus no ensino primário elementar: o primeiro grau compreendia a 1ª, 2ª e 3ª classes de frequência obrigatória e o segundo grau compreendia apenas a 4ª classe, de frequência opcional⁸³⁶, mantendo-se, no entanto, o seu desenho curricular. No mesmo ano, o decreto nº18:883 de 27 de setembro promulga aquilo que será apelidado de «profunda remodelação» do ensino secundário. Pode dizer-se que tal remodelação é feita sob o signo da uniformização e normalização das matérias e do seu ensino. Pretendiam-se programas que fossem «guias seguros do ensino», «programas taxativos, na medida do possível», «programas exequíveis» e «programas coordenados» de tal modo que «se mantenha a respectiva sequência de uma classe para a outra». Apesar do esforço demonstrado pelo regime para tornar possível a uniformização e a normalização do ensino, não é possível determinar se tal fora ditado por imperativos ideológicos ou políticos, provavelmente foram critérios pedagógicos que estiveram na base desta remodelação educativa.

É introduzida na estrutura curricular do ensino secundário constituído por cinco classes (curso geral) a disciplina de *Instrução Moral e Cívica* que é lecionada na 1ª e

⁸³⁴ Decreto nº 16:362 de 14 de janeiro de 1929.

⁸³⁵ TORGAL, Luís Reis, 2000, “Ensino da História e ideologia” in: Proença, Maria Cândida (org.), *Um século de Ensino da História*, Lisboa, Ed. Colibri/ IHC-FCSH Universidade Nova de Lisboa, p.35.

⁸³⁶ Decreto-lei nº18:140 de 28 de março de 1930.

2^a classes⁸³⁷. Os seus conteúdos programáticos dão prioridade aos exemplos morais e patrióticos sobretudo do período da fundação e expansão e não destacam qualquer figura régia. Nas observações à disciplina exorta-se o professor a explicar (...) «a vida de algumas personagens nacionais e estrangeiras que se distinguiram pela sua acção benéfica à humanidade, procurará incutir nos alunos o amor ao ideal e aos sacrifícios que este impõe. A grandeza da alma, a tenacidade, a modéstia desses homens podem influir poderosamente para elevar a mentalidade e os sentimentos das crianças, para lhes ensinar bons modos e corrigir a rudeza no trato social e doméstico. (...) A linguagem do professor deve ser simples. A narração deve mostrar a imitabilidade fácil das virtudes, desenvolver o espírito de iniciativa e o amor ao ideal»⁸³⁸.

Os conteúdos programáticos da disciplina compósita de *Geografia e História* distribuíam-se pelos diferentes anos de escolaridade da seguinte forma: na 3^a classe é iniciado o estudo da rubrica História Universal, começando pela Pré-História até à queda do império romano do ocidente; a 4^a classe estuda a Idade Média/Moderna até à revolução industrial; na parte inicial do programa da 5^a classe estuda-se a Idade Contemporânea até à revolução socialista. O estudo da rubrica História de Portugal ocupa no programa da 5^a classe uma parte considerável. Encontra-se dividida em cinco períodos (desde a Pré-História até à I Guerra Mundial)⁸³⁹; no curso complementar (constituído por dois anos, 6^a e 7^a classes) estuda-se a *História da Civilização* cujo programa pretendia ser uma recapitulação e um complemento do estudo feito nos anos anteriores apresentando os assuntos «com um carácter mais sintético, mais filosófico e mais coordenado».

O programa de *História de Portugal* dava grande relevo às figuras régias dos períodos da fundação e conquista do território e destacava também figuras ligadas à expansão ultramarina, domínio filipino, restauração da independência, dinastia de Bragança, as figuras ligadas à monarquia constitucional e à ocupação dos territórios ultramarinos, bem como aos heróis contemporâneos Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

⁸³⁷ Esta disciplina destaca exemplos de moralidade: Egas Moniz, Nuno Álvares, Infante D. Henrique, Infante D. Fernando, D. João de Castro, D. Filipa de Lencastre e D. Filipa de Vilhena.

⁸³⁸ Decreto nº 18:885 de 27 de setembro, p.2022.

⁸³⁹ As figuras históricas destacadas nos conteúdos programáticos são: D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, Nuno Álvares Pereira, João das Regras, D. Filipa de Lencastre, Infante D. Henrique, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel I, Pedro Álvares Cabral, Pedro Nunes, Duarte Pacheco, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Dias Solis, Fernão de Magalhães, D. João III, D. João de Castro, D. Sebastião, D. Catarina, Cardeal D. Henrique, Filipe II, Cristóvão de Moura, Febo Moniz, D. António, Camões, Filipe I, Filipe II, Filipe III, D. João IV, D. Afonso VI, Luísa de Gusmão, conde de Castelo Melhor, D. Pedro II, D. João V, D. José I, marquês de Pombal, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro IV, Mouzinho da Silveira, duque de Saldanha, duque da Terceira, D. Maria II, Costa Cabral, D. Pedro V, D. Luís I, D. Carlos I, António Enes, Mouzinho de Albuquerque, D. Manuel II, Gago Coutinho e Sacadura Cabral.

No ano seguinte, em 1931, o decreto 20:369 de 8 de outubro propõe-se realizar uma nova «profunda remodelação» dos conteúdos do ensino secundário. Esta marca a afirmação deste nível de ensino que perdurou ao longo do regime. As suas premissas pretendiam conciliar os princípios políticos do Estado Novo com o sistema educativo dentro das finalidades reformistas instituídas. As considerações e as observações aos programas são transcritas dos anteriores e, no que respeita ao ensino da História, as indicações de caráter metodológico, pedagógico e didático são idênticas. O programa da disciplina de *Instrução Moral e Cívica* mantém-se inalterado, pelo que se mantêm também as figuras históricas destacadas no programa de 1930.

A inovação introduzida prende-se com a forma de conseguir uma maior coordenação entre o estudo da História universal e o da História de Portugal, relação essa que sempre fora objeto de recomendação nos programas anteriores, mas que não era alcançada nas proporções pretendidas. Os conteúdos programáticos distribuíam-se da seguinte forma: na 3ª classe, no curso geral, estuda-se na rubrica História Geral, a Antiguidade Oriental e a Antiguidade Clássica; na 4ª classe, o estudo da disciplina de *História* divide-se entre o estudo da Idade Média e a História Medieval de Portugal, a Idade Moderna e História Moderna de Portugal⁸⁴⁰; na 5ª classe, estuda-se a Idade Contemporânea, a História Contemporânea e a História Contemporânea de Portugal⁸⁴¹; na 6ª e 7ª classes, a *História* centra-se nos períodos de “ouro” da História da Civilização. O ensino desta disciplina é basicamente uma recapitulação dos conteúdos programáticos dos anos anteriores, embora com um caráter mais sintético, mais coordenado e orientado para uma «reflexão crítica dos conhecimentos adquiridos» procurando-se a integração da História Pátria com a História Geral.

No programa aprovado em 1931, o destaque atribuído às figuras diminui significativamente. Os conteúdos programáticos da disciplina obedecem a uma estrutura tripartida. Esta periodização contempla a Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Comparativamente com o programa anterior é excluído um grande número de figuras com particular incidência para o período da História Moderna e Contemporânea. No período medieval mantêm-se as figuras mais relevantes ligadas à génese da nação e ao período da reconquista; Na abordagem ao período moderno excluem-se sobretudo as figuras ligadas ao império, a dinastia filipina e as figuras associadas à guerra da restauração, no

⁸⁴⁰As figuras históricas destacadas nos conteúdos programáticos da História da 4ª classe são: D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. Fernando, Mestre de Avis, João das Regras, Nun`Álvares; Infante D. Henrique, D. João II, D. Manuel, Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, D. Sebastião, D. António, D. João V, e o marquês de Pombal.

⁸⁴¹As figuras destacadas no programa desta disciplina são: D. Maria I, D. João VI, Gomes Freire, D. Pedro IV, D. Miguel, Mouzinho da Silveira, duque de Saldanha, duque da Terceira, D. Pedro V.

entanto, onde é mais notória a diminuição da quantidade de figuras é no período contemporâneo. Incluía-se, no entanto, a figura de Gomes Freire de Andrade e excluem-se todas as outras personagens destacadas deste período pelo programa anterior. O programa da disciplina de *Instrução Moral e Cívica* manteve-se inalterado, relativamente ao anterior.

A importância do ensino da História era corroborada frequentemente pelo regime. Ela era entendida como a “mestra da vida” e ocupava um papel fundamental na modelagem da consciência das futuras gerações com vista a (...) «levantar a força moral da raça representada nas gerações em via de formação, para que, confiante e destemida, saiba conservar e desenvolver o muito que há-de herdar. Isto tem de ser feito e assim, sem dúvida, todos cremos que se há-de fazer»⁸⁴².

Para o regime, a História nacional representava uma fonte de lições e de estímulos, experiências e modelos. No entanto, ela deveria também conter (...) «um escrupuloso rigor científico, um propósito constante de objectividade e lealdade – o desejo cabal de narrar os factos tais quais foram e não tais quais os deformam ou mutilam, interesses de partido e preconceitos de escola. Mas, acima do seu carácter de ciência – o que avulta na História é o seu valor de ética, ética social, ética de orientação e formação. Porque nos absorve tanto a vontade de conhecer o nosso passado, sob todos os momentos? Porque a biografia de Portugal é a de cada um de nós. Porque revivem, nos portugueses dos nossos dias, as mesmas razões superiores, os mesmos imperativos étnicos e geográficos, os mesmos princípios supremos, as mesmas forças condutoras. Aprendemos, no culto das nobres tradições pátrias, não apenas o caminho andado – mas o caminho a seguir! Assim a História desempenhava a sua função máxima – aquela função que a eleva acima de tantas outras formas de saber humano»⁸⁴³.

O discurso historiográfico do regime era simultaneamente um discurso ideológico e um discurso político. Tinha um objetivo de carácter formativo, servindo diretamente os interesses político-ideológicos do poder governativo. O discurso historiográfico colocava-se sob determinada visão dos acontecimentos e transmitia um quadro axiológico que funcionava como referência identitária de atitudes e mentalidades da sociedade. Uma característica fundamental deste tipo de discurso era a intenção deliberada para orientar a visão histórica do indivíduo, apelando sobretudo aos sentimentos de patriotismo. Esta forma de dirigir o sentimento nacional cruzava-se com os fins propagandísticos também divulgados pelo regime: comemorações, discursos/palestras entre outras manifestações que constituíam um tipo de comunicação privilegiada e definida pelo governo.

⁸⁴² NOBRE, José de Barros, 1937, “Origem do Império Colonial Português” in *Labor*, nº79, Fev., p.422.

⁸⁴³ AMEAL, João, 1940, “Valor e sentido da História” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV/Agosto, p.2.

Aliado ao ensino da História, a Educação Moral e Cívica evidenciava os valores morais essenciais que a escola pretendia divulgar: a obediência, a disciplina e o respeito pelos ideais. As reformas programáticas ocorridas durante o regime tiveram em linha de conta as características que o regime pretendia que o ensino tivesse. Considerava-se que (...) «a parte essencial da nossa teoria escolar, está dito e não oferece dúvidas, tem de assentar sólida, lealmente em nossa história e na nossa riquíssima tradição lusíada»⁸⁴⁴. A História seria o pilar de toda a educação nacionalista.

Salazar definira um plano pedagógico que institucionalizou progressivamente a escola nacionalista. No âmbito do ensino da História este investimento foi produzindo os seus frutos. Em 1931 tinha sido promulgado um decreto⁸⁴⁵ que estabelecia as novas bases para o concurso dos manuais a adotar nos cursos geral e complementar dos liceus. Neste diploma é referida a necessidade de proceder à apreciação dos manuais tendo em conta vários aspetos (...) «art.11º. O relatório referente a cada obra deverá considerá-la em primeiro lugar sobre a conformidade dos programas relativamente à matéria, em segundo lugar sobre a exatidão da doutrina e a correção da linguagem, e finalmente sobre a sua conformação didáctica; e concluirá sempre pela proposta de aprovação ou de rejeição». Mais adiante, no art.13º pode ler-se: «Só podem ser aprovadas as obras que obedeçam inteiramente aos programas de ensino, quanto ao seu conteúdo, que respeitem a exactidão nas doutrinas e a correcção na linguagem e que se conformem com as observações dos programas e o carácter do ensino secundário».

A insistente referência nos aspetos salientados nestes artigos levou os professores a solicitar ao Ministério da Instrução Pública esclarecimento sobre o seu alcance. Assim, esta polémica foi explicada pelo ministério, por meio do decreto nº 21:103 de 15 de abril de 1932⁸⁴⁶ aprovado por Gustavo Cordeiro Ramos, no qual se pretende clarificar o significado da expressão «exatidão nas doutrinas» que constava no art.13º do decreto referido anteriormente, no que respeita à sua aplicação aos manuais de História Pátria para o ensino secundário e ensino técnico profissional.

A explicação dada tocava já as fronteiras da nova conceção educacional que pretendia instrumentalizar o ensino e, sobretudo a disciplina de História porque esta se prestava a essa função. Nesse diploma legal todo o discurso utilizado é marcadamente ideológico como se pode constatar pelos excertos que passamos a transcrever: (...) «Estes livros, como didácticos

⁸⁴⁴ GASPAR, José Maria, 1942, *Ob.Cit.*, p.51.

⁸⁴⁵ Decreto nº 19:605 de 16 de abril de 1931.

⁸⁴⁶ Decreto nº 21:103 de 15 de abril de 1932.

que são, têm por fim ensinar, formar os espíritos - e espíritos ainda naturalmente vibráteis, com capacidade receptiva superior às possibilidades criadoras e sem recursos críticos eficientes e legítimos. A História visa, além dos conhecimentos gerais que ministra, dentro da sua categoria, a formar portugueses; por isso a sua acção tem de ser eminentemente nacionalizadora. (...) A Ditadura Nacional, inspirada em princípios opostos aos que, até o seu advento, determinaram os governantes, entende que ao Estado compete fixar as normas a que deve obedecer o ensino da História. Nesta há uma parte meramente expositiva, em que são indicados os factos, as datas, os nomes, e portanto inalterável, mas há também no ensino uma parte crítica- essa é a função do historiador. Tal historiador tal atitude. Na falta de um juiz infalível dessas atitudes que são meramente subjectivas, o Estado, sem se arrogar a posse exclusiva duma verdade absoluta, pode e deve definir a verdade nacional- quer dizer, a verdade que convém à Nação. (...) Nestas condições, os compêndios de História de Portugal procurarão, para poderem ser aprovados pelo estado, fazer passar através dos princípios expostos neste decreto os conhecimentos históricos sobre o que tiveram de se pronunciar. Tudo neles deve contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das Pátrias, que os portugueses não podem ter outro sentimento, que não seja o de Portugal acima de tudo».

A marca ideológica do discurso apresentado neste diploma inseria-se no âmbito da reforma da educação encarada como garantia da consolidação do regime e da estabilidade da nova sociedade criada no período de “ressurgimento nacional”. A perspectiva do Estado em relação ao ensino da História evidenciava as transformações que, a partir daí, foram ocorrendo. A História seria colocada ao serviço da ideologia nacionalista e a “verdade que convém à nação” era, logicamente a “verdade” que servia os interesses ideológicos do regime.

Na fase inicial do Estado Novo era ainda a imagética construída durante a República que sustentava as diretrizes da educação. As advertências dadas no referido diploma pretendiam cortar com as orientações republicanas até então estabelecidas no ensino e, de exaltar tudo o que glorificasse a História nacional, com a preocupação de enquadrar os factos e as figuras históricas no contexto em que estes aconteceram e atuaram, o que justifica a mitificação de determinadas personagens da história e a sua passagem à categoria de mitos, pelos quais, o aluno deveria desenvolver sentimentos de gratidão, reconhecimento e orgulho.

Também em 1932 é extinto o ensino primário complementar e as respectivas escolas⁸⁴⁷.

⁸⁴⁷ Decreto nº 21:712 de 19 de setembro de 1932.

Em 1934, o regime decidiu-se por mais uma remodelação no ensino secundário. Através da circular nº 249 L.º 16⁸⁴⁸ o então ministro da Instrução Pública Sousa Pinto incumbiu uma comissão de professores de apresentar um projeto de revisão dos programas do ensino liceal. Face aos pareceres desfavoráveis recebidos da parte dos professores quanto à exequibilidade dos programas aprovados em 1931, ainda considerados extensos e vagos⁸⁴⁹ é aprovado o decreto nº 24:526 de 6 de outubro com o objetivo de redução e redistribuição dos conteúdos.

Na reformulação dos programas de 1934, a disciplina de *Instrução Moral e Cívica* continuava a figurar na estrutura curricular da 1ª e 2ª classes do curso geral. As figuras destacadas nos conteúdos programáticos mantêm-se relativamente aos conteúdos do programa de 1930 e 1931, respectivamente, registando-se apenas a introdução da figura de Afonso de Albuquerque.

A conceção geral do ensino da História mantém-se idêntica, havendo a registar a drástica redução do estudo da Antiguidade Oriental, o que permitia que se iniciasse a primeira parte do estudo da Idade Média logo na 3ª classe; na 4ª classe há uma continuidade do programa. Os conteúdos programáticos retomam o estudo do período da Idade Média, seguindo-se a História Medieval de Portugal, a Idade Moderna e a História Moderna de Portugal⁸⁵⁰; na 5ª classe estuda-se a Idade Contemporânea e a História Contemporânea de Portugal⁸⁵¹. Os conteúdos da 6ª e 7ª classes permanecem idênticos.

O programa de *História* aprovado em 1934 manteve a estrutura do anterior programa. Continua a dar-se destaque às figuras do período medieval; no período moderno são excluídas apenas as figuras de Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque que transitam para o conjunto de figuras abordadas no programa da disciplina de *Instrução Moral e Cívica* também aprovado em 1934.

No ano seguinte, em 1935, no decreto nº 25:414 de 28 de maio reconhece-se mais uma vez a «necessidade de reorganizar profundamente o ensino secundário». Este diploma legal pretendia também produzir a remodelação de que necessitava este nível de ensino, sustentando para tal que essa remodelação deveria atingir toda a sua estrutura. No que respeita às disciplinas de *Instrução Moral e Cívica* e *História*, esta reforma introduziu poucas

⁸⁴⁸ Vide anexo XXV.

⁸⁴⁹ Vide anexo XXVI.

⁸⁵⁰ As figuras destacadas no programa da 4ª classe são: D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. Fernando, Mestre de Avis, João das Regras, Nun'Álvares; Infante D. Henrique, D. João II, D. Manuel I, D. João de Castro, D. Sebastião, D. António, D. João V e o marquês de Pombal.

⁸⁵¹ As figuras históricas destacadas neste programa são: D. Maria I, D. João VI, Gomes Freire, D. Pedro IV, D. Miguel, Mouzinho da Silveira, duque de Saldanha, duque da Terceira, D. Pedro V.

alterações relativamente ao programa anterior. As figuras históricas destacadas mantiveram-se, havendo somente a registar a introdução da figura de Francisco de Almeida e suprimida a figura de D. António (Prior do Crato).

Na sequência das disposições que o regime pretendia introduzir na educação destaca-se a reforma educativa de 1936⁸⁵². No programa aprovado para o ensino liceal decorrente desta reforma, os conteúdos do 5º ano contemplavam as figuras ligadas às viagens de descoberta que se inseriam no período da Idade Moderna e os conteúdos do 6º ano contemplavam pela primeira vez a figura de Sidónio Pais enquanto figura de Estado⁸⁵³. Este programa dá um grande destaque às figuras da fundação e conquista, especialmente às figuras régias e às figuras do período expansionista, bem como às figuras associadas à restauração. Foi abolida a estrutura programática por períodos históricos e o número de figuras destacadas no programa aumenta consideravelmente (quase para o dobro em relação ao programa anterior) o que evidencia uma clara intenção de valorizar a figura histórica. Aumenta sobretudo o número de figuras do período expansionista, o que demonstra a importância que o regime consagrava ao império e mantiveram-se as figuras ligadas ao período da fundação. Outro aspeto a considerar neste programa é a introdução de um conjunto significativo de figuras ligadas ao período restauracionista e consolidação da independência nacional. Este programa volta a introduzir, à semelhança do programa aprovado em 1930 as figuras ligadas à ocupação territorial ultramarina e exclui as figuras do período liberal que eram defensores dos governos constitucionalistas, às quais aludiam todos os programas que vigoraram até então. Introduz também figuras ligadas à defesa do império, tais como Sá da Bandeira, Costa Cabral, António Enes, Mouzinho de Albuquerque, e dos monarcas D. Carlos e D. Manuel II.

Esta reestruturação educativa emblemática surge num contexto político e social que marcou significativamente o período do Estado Novo. Aprovada também com base nos ideais da nova Constituição da República, documento que continha as bases sobre as quais assentava a nova conceção de sociedade, esta reforma ficou conotada com o controle do governo no ensino e a sua alienação aos princípios da doutrina e moral cristãs⁸⁵⁴, definidos pela nova lei geral do país. Nesta fase, o regime trava uma autêntica batalha pela educação nacional e esta reveste-se de um carácter generalizado e permanente.

As mudanças introduzidas no ensino tiveram como imagem de marca a figura de António Carneiro Pacheco, ideólogo do regime e defensor do ideal “educar para instruir”. A

⁸⁵² Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936.

⁸⁵³ Também em 1936 é introduzida no 7ºano (3º ciclo do ensino liceal) a disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação que fazia referência aos órgãos de soberania.

⁸⁵⁴ Lei nº 1:910 de 23 de maio de 1935.

educação seria protagonizada no «(...) amor da pátria e na dignidade das acções; no fortalecimento do carácter e na nobreza dos sentimentos»⁸⁵⁵. A instrução passava a dar lugar à educação.

Será esta reforma que marca definitivamente a educação estadonovista nos seus aspetos mais significativos porque coloca em prática o projecto de doutrinação do regime. A reforma educativa de 1936 pretendia “restaurar e fortalecer” o espírito da nação, dentro do quadro da tradição histórica portuguesa, do conservadorismo e do nacionalismo.

Esta reforma veio revolucionar o ensino da História porque este passa a ser orientado segundo objetivos estabelecidos pelo poder político. «Com a reforma e com a economia do ensino, dirigida, passa a não haver paredes-meias de duvidosa comunicação entre nação e antinação, porque a antinação elimina-se e só a nação ensina. Para isso vai a reforma travar uma autêntica ofensiva, desembaraçando-se de todos os factores adversos aos ideais nacionalistas e cristãos, quer no campo dos agentes, quer no campo dos meios de doutrinação»⁸⁵⁶ (...) «Vistas as coisas a esta luz, resulta que só o Estado deve ser o protector no ensino da História. Há no estudo da História duas coisas diferentes a considerar: uma, é a crítica; outra, a emoção. Só a emoção interessa ao espírito das populações escolares infantil e média, visto que os processos intelectuais de crítica não se adaptam às suas idades. Sendo assim, e porque a emoção é a principal fonte de impressão na sensibilidade, e esta uma das fontes principais de orientação na vida, impõem-se que o ensino da História às crianças deva ser rodeado de carinhos e de cuidados muito especiais. Os exemplos de sacrifício, de abnegação e de bravura física e moral, devem ser tratadas de molde a iluminarem-nas pela vida inteira, e impressionarem-nas e mandarem nelas como imperativos da raça e do meio a que pertencem»⁸⁵⁷.

A barreira ténue que existia no ensino entre a vertente instrutiva e educativa dava origem a alguma dificuldade na sua distinção. Nesta alteração verificou-se também a redução do número de disciplinas de cada classe e introduziram-se outras que se consideravam necessárias, como a *Instrução Moral e Cívica*, no 1º ciclo. Entre outros aspetos esta reforma realçava a importância de determinadas figuras heroicas, em especial na disciplina de *Instrução Moral e Cívica*⁸⁵⁸.

⁸⁵⁵ AMÂNDIO, Bernardino, 1959, *O Prof. Doutor António Maria Carneiro Pacheco e a Mocidade Portuguesa* (palestra lida aos alunos do Liceu Nacional da Póvoa de Varzim), Esposende, Tipografia João Amândio, p.12.

⁸⁵⁶ SOUSA, Manuel Cristiano de, 1936, *Discurso proferido na sessão inaugural da Escola Primária de Arcozelo*, Vila Nova de Gaia, Ed. da Câmara Municipal de Gaia, p.10.

⁸⁵⁷ Idem, pp. 10 e 11.

⁸⁵⁸ É acrescentada a figura de Afonso de Albuquerque à galeria de “sábios e heróis contemporâneos” da humanidade e o estudo de “infâncias célebres” supostamente suscetíveis de imitação por parte dos alunos.

A Lei nº 1:941 de 11 de abril de 1936 constitui também um marco importante na estratégia do regime para colocar em marcha a “escola nacionalista”. É reformado o Ministério da Instrução que passa a designar-se Ministério da Educação Nacional, numa estratégia que ultrapassa largamente o objetivo de uma operação de cosmética. Esta iniciativa educativa corresponde a uma nova tendência no quadro dos objetivos formativos com vista a «(...) criar nas gerações novas a vontade entusiástica de continuarem o seu esforço de salvação nacional»⁸⁵⁹.

Esta reforma rompia com o “estéril enciclopedismo racionalista” e com os conteúdos programáticos “demasiados extensos” que vinham a sofrer simplificações sucessivas desde 1926. Foi imposta uma conceção educativa que visava a educação de gerações formadas sob os auspícios dos conceitos fundamentais para a sua utilidade cívica, possuidoras das virtudes patrióticas e morais a quem era confiado o futuro da nação. Desta forma preparava-se o terreno para se colocar em marcha a tão necessária reforma do ensino liceal e do ensino primário que se tornaria uma realidade através dos Decretos-lei nºs 27:084/ 27:085 de 14 de outubro de 1936 e Decretos-lei 27:279 de 24 de novembro de 1936 e 27:603 de 29 de março de 1937, respetivamente.

As inovações que os diplomas introduzem refletem-se sobretudo no pendor ideológico que caracterizava toda a conceção do ensino e que era particularmente visível no aproveitamento que era feito da disciplina de História. O espírito ideológico que dominava esta reforma no ensino era, na sua generalidade, declaradamente nacionalista e corporativista. Para atestar esta afirmação basta analisar o conteúdo dos diplomas legais acima referidos.

O decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936 demonstra uma vinculação expressa à Constituição de 1933 (art.º 1). O art.º 3 atesta uma vinculação, com caráter obrigatório para professores e alunos, às atividades e espírito da «organização nacional denominada Mocidade Portuguesa, no que respeita ao desenvolvimento da capacidade física, à formação do caráter e à devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar».

O recurso à História de Portugal para desenvolver o sentimento nacionalista e corporativista ultrapassava de longe o âmbito do ensino da História enquanto disciplina curricular, era todo o ensino que estava imbuído desse intuito: a disciplina de Português no 1º ciclo (art.6.º, § 1), as visitas de estudo e excursões (art.º 10.º, § 2), as sessões culturais (art.º 11.º), a disciplina de *Canto Coral* (art.º 13.º), e a denominação dos Liceus (art.º 14.º).

⁸⁵⁹ DANTAS, Júlio, 1940, *O Estado Novo: princípios e realizações*, Lisboa, SPN, p.55-56.

Quanto ao desenho curricular, no ensino liceal, a História surge no 1º ciclo integrada na disciplina de *Português*, contemplando esta «além do estudo da língua, o conhecimento da história pátria, em forma de narrativas»⁸⁶⁰; no 2º Ciclo a *História* surge como disciplina autónoma, devendo ser o seu ensino «objetivo», visando «a par do conhecimento dos factos, a formação do espírito crítico e a educação cívica» (art.º 7.º). No 4º ano estuda-se a Antiguidade Oriental e Clássica e a Idade Média; no 5.º ano, a Idade Moderna e Contemporânea, terminando o programa deste ano com dois temas caros ao regime: «Reacção contra o parlamentarismo. Movimentos nacionalistas»⁸⁶¹; o 6.º ano é dedicado ao estudo da História de Portugal. O programa deste ano encerra com um conjunto de rubricas de onde se depreende um juízo sobre o passado recente dentro da ótica do novo regime: «Sidónio Pais, precursor dos governos de autoridade. O descrédito do parlamentarismo e a anarquia social: a reacção nacionalista da revolução de 28 de maio. A restauração das finanças e o ressurgimento económico, político e social da Nação. O Acto Colonial e o Império Português. A Constituição Política de 1933 e os seus princípios fundamentais; exemplificação da obra corporativa já realizada. A nova renascença pátria e o prestígio de Portugal no mundo». O estudo destes itens programáticos tinha como função justificar e legitimar política e historicamente o Estado Novo, apresentando-o simultaneamente como o regime necessário, eficaz e adequado à feição e destino histórico da nação portuguesa⁸⁶².

No 3.º ciclo a História não constava no tronco geral do programa, mas era específica de algumas alíneas. É introduzida a disciplina de *Organização Política e Administrativa da Nação*, na qual a figura do Chefe de Estado merece um especial destaque como símbolo da independência nacional e da unidade política. Nas observações que acompanham o programa refere-se também que a disciplina de História (...) «tem como função especial dar a conhecer as transformações sofridas pela sociedade e pelo homem, com o intuito de provocar uma compreensão dos aspectos da sociedade contemporânea e dos valores que dominam a sua

⁸⁶⁰ No Programa de Português é clarificado o conteúdo destas narrativas. Trata-se de «pequenas descrições de usos, costumes, instituições e monumentos nacionais; ... lendas e narrativas ligadas com a história da nacionalidade; exemplos das virtudes cívicas e domésticas tiradas da história pátria». (Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936).

⁸⁶¹ As figuras históricas destacadas são: D. João II, Vasco da Gama, Cristóvão Colombo e Fernão de Magalhães.

⁸⁶² As figuras históricas que se destacam neste programa são: D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Fernando, o Mestre de Avis, Nuno Álvares, Dr. João das Regras, D. João I, D. Pedro, D. João II, Infante D. Henrique, Bartolomeu Dias, Pero da Covilhã, Afonso de Paiva, Vasco da Gama, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Garcia de Orta, D. João III, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Dinastia Filipina, D. João IV, D. Catarina, conde de Castelo Melhor, Afonso VI, conde da Ericeira, D. Pedro II, D. João V, marquês de Pombal, D. Maria I, D. Pedro IV, D. Miguel, Sá da Bandeira, Costa Cabral, António Enes, Mouzinho de Albuquerque, D. Carlos, D. Manuel e Sidónio Pais.

estrutura, com particular referência à missão histórica da Nação Portuguesa, dentro do ideal cristão»⁸⁶³.

As observações tinham ainda em conta questões relacionadas com a metodologia e a didática da História e sobre as características dos compêndios, dentro do espírito do anteriormente citado decreto nº 21:103 de 7 de abril de 1932, no que respeita à «correcta» interpretação da «excelência das doutrinas e da exactidão dos factos». As recomendações de teor didático apontam para um tipo de ensino menos dirigido à memória dos alunos, menos realizado à custa da «transmissão de ideias feitas e observações críticas consagradas sobre um determinado número de épocas e de movimentos históricos».

Com esta reforma, o ensino da História abandona a sua objetividade positivista que tinha dominado a historiografia do anterior regime, manifestando uma tendência para adquirir a crítica subjetiva definida segundo os moldes nacionalistas caros ao poder político. Com a influência da crítica subjetiva, a história adquire, um cariz apologético e legitimador da ação dos heróis na condução dos destinos da nação. São as pressões políticas do regime que tiveram uma influência negativa no ensino da História na medida em que esta se tornou veículo de divulgação ideológica, suportando as interpretações convenientes ao regime. O conhecimento histórico era considerado um conhecimento útil porque se colocava ao serviço da nação e favorecia a renovação moral da pátria ao fomentar nas futuras gerações a consciência patriótica.

Carneiro Pacheco aprovou algumas medidas reformadoras. A redução das finalidades do ensino liceal provocou também uma simplificação do currículo escolar quer a nível estrutural quer a nível programático. O sistema de ensino instituído visava sobretudo (...) «o culto dos heróis, a exaltação patriótica, a prática das virtudes cristãs, objectivos fundamentais e quase exclusivos da sua doutrina pedagógica assinalados em toda a sua exaltação, desde a mudança do nome do ministério, que geria, até à simplificação exagerada dos currículos escolares, pois, no seu ideário, toda a instrução era objectivo de pouca valia em confronto com a educação que às escolas competia praticar. Na escola primária bastava aprender a ler, escrever e contar; nos liceus bastava saber umas coisas, desarticulados os conhecimentos entre si pela escolha do ensino por disciplinas, que permitissem satisfazer a um exame com poucas exigências e obter com facilidade uma carta de aprovação»⁸⁶⁴.

⁸⁶³ Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936.

⁸⁶⁴ CARVALHO, Rómulo de, 2001, *História do ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar - Caetano*, 3ª ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p.775-776. É dentro deste espírito e, com o objetivo de facilitar o processo escolar que foram abolidas as provas orais, simplificando os exames no ensino liceal.

A reforma do ensino liceal de 1936 procurava colocar este nível de ensino «ao serviço da unidade moral da Nação integrado na missão educativa da família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos portugueses»⁸⁶⁵. O ensino liceal tenderia (...) «à formação da mentalidade corporativa em que há-de desenvolver-se a actividade dos portugueses»⁸⁶⁶ além de dirigir as mentalidades «na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos portugueses, nos termos da Constituição»⁸⁶⁷. O objetivo essencial deste nível de ensino seria agora o de conceder aos alunos aprendizagens baseadas numa «cultura geral útil para a vida»⁸⁶⁸.

A institucionalização do livro único para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Educação Moral e Cívica que representavam os campos de ação ideológica que o regime pretendia explorar, a orientação ideológica dos conteúdos programáticos escolares, a vigilância sobre a prática docente dos professores e a atividade da inspeção, a criação da MP que pretendia reforçar nos jovens os conceitos ideológicos que o regime defendia e outros órgãos ligados ao regime que direta ou indiretamente atuavam junto da população estudantil, foram medidas implementadas através da reforma educativa de 1936.

É também em 1936 que é instituído o livro único de Leitura, de Educação Moral e Cívica e de História⁸⁶⁹. Esta medida constituía a garantia da unidade que o regime pretendia a nível dos conteúdos que influenciavam diretamente a formação moral da juventude. Carneiro Pacheco pretendia moldar as mentalidades de forma a enquadrá-las no modelo nacionalista que idealizara, por isso concentrou os esforços para uma mudança efetiva no sistema de ensino.

Decorrente da reforma de 1936 é aprovado no ano seguinte o novo programa para o 1º grau do ensino primário elementar⁸⁷⁰, tendo em vista, uma vez mais, a simplificação dos conteúdos⁸⁷¹. Este programa⁸⁷² estabelece várias premissas orientadoras deste nível de ensino: «o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril

⁸⁶⁵ Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936.

⁸⁶⁶ Idem.

⁸⁶⁷ Idem.

⁸⁶⁸ Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936, Art. 1º.

⁸⁶⁹ No ensino primário não existiam livros únicos de História. Os manuais desta disciplina eram submetidos a aprovação oficial. Sobre este assunto vide PINTO, Olga Maria Martins, 2004, *A História na Escola: evolução dos conteúdos programáticos e análise de manuais escolares do Ensino Primário*, Lisboa, Universidade Aberta, (texto policopiado), pp.92-99.

⁸⁷⁰ Decreto nº 27:603 de 29 de março de 1937. O programa da 4ª classe mantém-se inalterado.

⁸⁷¹ «Serão revistos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus de ensino, por forma que, no início do ano letivo de 1936-1937 se encontre posto no lugar próprio o que se verificar estar deslocado, e suprimindo tudo o que seria inútil ou pedagogicamente dispensável» (Base IX da Lei nº1:941 de 11/04/ 1936).

⁸⁷² Aprovado tendo em conta o estabelecido no Decreto-lei nº 27:279 de 24 de novembro de 1936.

enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal»⁸⁷³. A escola primária «visa a formar a personalidade moral dos alunos e a subministrar-lhes um grau elementar de cultura»⁸⁷⁴. Este programa aposta também numa forte componente moral para colmatar a necessidade de formação cultural do aluno. «Os exemplos de virtude moral e cívica, de patriotismo e de trabalho, colhidos nas narrativas da história pátria, nos monumentos ou instituições regionais, bem como as noções de geografia local e os fenómenos naturais que mais influem na vida quotidiana, permitirão intensificar, gradualmente, a formação dos alunos e elevar ao mesmo tempo o ambiente cultural da escola»⁸⁷⁵. No novo programa, a História não aparece como disciplina independente mas interliga-se com a Língua Materna, Educação Moral e Canto Coral.

À História era atribuída a função de educar os sentimentos, com base nos «exemplos de virtude moral e cívica, de patriotismo e de trabalho, colhidos nas narrativas da história pátria, nos monumentos ou instituições regionais, bem como as noções de geografia local e os fenómenos naturais que mais influem na vida quotidiana, permitirão intensificar, gradualmente, a formação dos alunos e elevar ao mesmo tempo o ambiente cultural da escola»⁸⁷⁶. Por sua vez, o *Canto Coral* traduzir-se-ia na prática de cânticos regionais e patrióticos (...) «tendentes à formação da unidade moral portuguesa, pois é no canto que a alma colectiva encontra a sua expressão mais alta e vibrante»⁸⁷⁷. Os conteúdos da disciplina de *Educação Moral* incluíam a História com o objetivo de incutir no aluno o respeito e a veneração pelo património histórico edificado, pela simbologia nacional e pela figura virtuosa de Nuno Álvares Pereira.

Em 1938 ocorre uma nova reforma no ensino primário⁸⁷⁸. É alterada a estrutura curricular deste nível de ensino e criam-se dois escalões: o elementar, de carácter obrigatório, (incluindo as 1ª, 2ª e 3ª classes) e o complementar de carácter facultativo (integrando a 4ª e 5ª classes)⁸⁷⁹, mantendo-se os programas que estavam em vigor aprovados em 1929.

O início do conflito mundial em 1939 deixara os governos expectantes quanto ao desenrolar dos acontecimentos, fazendo com que mantenham um compasso de espera relativamente à tomada de medidas de fundo nos sistemas e nas instituições. Em 1940 é

⁸⁷³ Decreto-lei nº 27:279 de 24 de novembro de 1936.

⁸⁷⁴ Decreto-lei nº 27:603 de 29 de março de 1937, p.286.

⁸⁷⁵ Idem, *Ibidem*.

⁸⁷⁶ Idem, p.286.

⁸⁷⁷ Idem, p.290.

⁸⁷⁸ Lei nº 1:969 de 20 de maio de 1938.

⁸⁷⁹ Segundo a Lei nº 1:969 de 20 de maio de 1938 a 5ª classe é «de índole regional, utilitária e de sentido económico-social», facto que justifica a sua ausência nos programas.

assinada a Concordata entre a Santa Sé e o governo português com o objetivo de estreitar as relações entre a igreja e o Estado. É também nesse mesmo ano que é promulgada a criação da disciplina de *Educação Moral e Cívica* no ensino técnico⁸⁸⁰. Esta disciplina criada «em harmonia com o disposto no artigo 43.º, § 3.º, da Constituição e em execução do artigo 21.º da Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa»⁸⁸¹ seria ministrada nos estabelecimentos de ensino técnico, elementar e médio abrangendo o ensino da religião e moral católica. Relativamente ao ensino da História mantém-se a visão desta disciplina como essencial no ensino.

Américo Pires de Lima numa conferência realizada na universidade do Porto em 1940, defendia a primazia atribuída à História no contexto educativo: «Uma nação não pode deixar de ter consciência da sua unidade e da sua continuidade. Uma nação sem história é comparável, no campo psicológico, a um pobre demente, que não sabe quem foi, não tem consciência de quem é, e, por isso, não faz a menor ideia para onde vai. A História é a memória das nações»⁸⁸². Na mesma perspetiva A. Martins Afonso também afirmou: (...) «a formação da nossa Mocidade não pode ser confiada a qualquer História, como tantas que em Portugal se publicaram com o deliberado propósito de demolir tudo o que era nacional e português»⁸⁸³.

Em 1947 é uma vez mais reconhecida a necessidade de uma reforma no ensino liceal. As premissas desta reforma tiveram como objetivo a sua inserção na continuidade histórica da experiência portuguesa do ensino secundário, pelo que este diploma descreve o percurso evolutivo do ensino liceal ao longo dos tempos: (...) «o melhor método, por se tratar de um regime de ensino para portugueses, será o que for mais consentâneo com a nossa índole, as nossas tradições e a nossa vida própria, e que importa por isso menos o estudo e o conhecimento do que têm feito as outras nações do que o exame e a observação dos resultados das experiências que nós próprios temos feito».

Na linha de recuperação da experiência nacional do passado, esta reforma demonstra a importância que é atribuída à exaltação da História nacional. Introduce modificações na estrutura do sistema e apresenta novos planos de estudo mas, no geral, o enquadramento conceptual do sistema de ensino mantém-se. Assim, quanto à disciplina de História observa-se que esta continua acoplada ao ensino da Língua Portuguesa, no 1º ciclo (inclui o 1º e o 2º

⁸⁸⁰ Decreto-lei nº 30:665 de 22 de agosto de 1940.

⁸⁸¹ Idem.

⁸⁸² LIMA, Américo Pires de, 1940, “Assim era ensinada a História” – Conferência realizada no Salão Nobre da Universidade do Porto in: *Ocidente*, Vol. X, nº17, p.257.

⁸⁸³ AFONSO, A. Martins, 1941, “As últimas reformas e o ensino da História” in: *Liceus de Portugal*- Boletim da Acção Educativa do Ensino Liceal, nº9/Junho, p.21.

ano), denominando-se *Língua e História Pátria*; no 2º ciclo o programa de *História* distribui-se pelo 3º, 4º e 5º ano; no 3º ano estuda-se a Pré-História, a Antiguidade Oriental e a Antiguidade Clássica; no 4º ano, além dos tópicos iniciados no ano anterior, acrescenta-se a abordagem da Idade Média; no 5º ano estuda-se a Idade Moderna, a Idade Contemporânea e a História de Portugal (que acompanhava a História Geral). A História constava também no programa do 3º ciclo que inclui o 6º e o 7º ano.

Posteriormente, a reforma de 1947-48 conhecida por reforma Pires de Lima⁸⁸⁴, ocorrida num contexto político-social diferente terá tido também as suas consequências a nível educacional. Surge na fase do pós guerra que trouxe mudanças significativas ao panorama europeu. A legislação que corporiza esta reforma é o decreto-lei nº36:507 de 17 de setembro que apresenta um novo plano de estudos e uma nova estrutura curricular. Com esta reforma tem lugar a revisão dos programas em 1948⁸⁸⁵. É aumentada a obrigatoriedade do ensino até aos 12 anos de idade e é reposta a estrutura do ensino liceal, tal como vigorava antes da reforma de Carneiro Pacheco, ou seja, a duração de 5 anos para o curso geral (em regime de classes) e o curso complementar de dois anos (em regime de disciplinas)⁸⁸⁶.

Em termos de currículo, com a introdução da disciplina de *Religião e Moral* consagrada por esta reforma, pretendia-se a divulgação dos valores morais e religiosos que ultrapassava o âmbito desta disciplina e se alargava a outras como a *História*, o *Português* e a *Filosofia* que convergiam entre si no que se refere a veicular a mesma tipologia de valores⁸⁸⁷.

Quanto ao ensino da História, a transmissão da ideologia nacionalista que marcava fortemente o período iniciado em 1936 com a reforma de Carneiro Pacheco, é um pouco atenuada. De um discurso marcadamente nacionalista e ideológico bastante claro do ponto de vista dos objetivos que o regime pretendia fazer transmitir, passa-se para um discurso mais complexo em termos epistemológico, psicopedagógico e didático. Pretendia-se com esta reforma, um tipo de ensino inovador, senão pelo menos, mais ativo inserido numa nova perspetiva pedagógica.

⁸⁸⁴ Decreto-lei nº 36:507 de 17 de setembro de 1947 e Decreto-lei nº 37:112 de 22 de outubro de 1948.

⁸⁸⁵ Decreto nº 37:112 de 22 de outubro de 1948.

⁸⁸⁶ «Esse ensino será distribuído por três ciclos. No 1º, com a duração de dois anos, e no 2º, com a duração de três, tem por objetivo preparar para a sequência de estudos e ministrar a cultura mais conveniente para a satisfação das necessidades comuns da vida social, a par dos fins de revigoração físico, de aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, de formação do caráter e do valor profissional e de fortalecimento das virtudes morais e cívicas. No 3º ciclo, o ensino, com a duração de dois anos, e mantendo os mesmos objetivos, é especialmente destinado a preparar os alunos para o ingresso em escolas superiores». Decreto-lei nº36:507 de 17 de setembro de 1947, Art. 2º.

⁸⁸⁷ NÓVOA, António, 1992, *Educação Nacional*” in “*A Nova História de Portugal*, vol. XII, Lisboa, Editorial Presença, p.512.

Os conteúdos programáticos das disciplinas de *História, Geografia e Ciências Naturais* do curso geral foram reduzidos ao que se considerava ser (...) «útil e necessário, como saber, como exercício mental e como elemento de formação»⁸⁸⁸. Segundo o regime, estas alterações visavam (...) «o aperfeiçoamento deste ramo do ensino e exercerá considerável influência sobre a educação da juventude (...) revestirá carácter simultaneamente humanista, educativo e de preparação para a vida, pela determinação, disposição e conteúdo das disciplinas, pela selecção dos métodos e pela utilização de outros meios adequados»⁸⁸⁹.

Esta reforma instituiu também o ensino técnico e criou o ciclo preparatório com a duração de dois anos. Esta surge como complemento da reforma de 1936 e, apesar das alterações introduzidas, procura consolidar o manancial ideológico da anterior reforma através da exaltação dos ideais nacionalistas. Os programas são definidos dentro de uma orgânica estrutural, de onde eram extraídas figuras exemplo que funcionariam como incentivo para construir o desenho de uma mentalidade robustecida pelos princípios nacionalistas e cristãos, suportes da ideologia professada pelo regime e para onde devia convergir toda a ação pedagógica. Pretendia-se com esta estratégia cultivar o imaginário histórico no espírito das futuras gerações.

A História surgia como área de domínio propícia à moldagem dos espíritos, por isso a tónica dos programas era colocada sobre os factos e as figuras que dominam cada período da História, ou seja, a exaltação patriótica e o culto dos heróis norteavam a política educativa que esteve na base das reformas programáticas que ocorreram durante este período. Relativamente ao programa em vigor no ensino liceal, este mantém um grande número de figuras destacadas no programa de 1936, sobretudo figuras ligadas ao período da fundação e ao período expansionista. Destaca-se no programa do ciclo preparatório a introdução de figuras tais como Viriato, Santo António, D. Leonor e o Padre António Vieira que nunca tinham constado nos programas deste nível de ensino. O conjunto de figuras ligado à ocupação do território ultramarino é significativo quando comparado com o programa do ensino liceal.

Em 1948, na sequência da reforma do ensino liceal, é levada a efeito uma remodelação dos conteúdos programáticos deste nível de ensino, através do Decreto-lei nº 37:112 de 22 de outubro. Esta reforma teve na sua base, pressupostos de ordem pedagógica e também de ordem ideológica. Observa-se um esforço para sistematizar os tópicos programáticos e para coordenar o ensino da História Geral com o da História de Portugal. As observações anexas

⁸⁸⁸ Decreto-lei nº36:507 de 17 de setembro de 1947.

⁸⁸⁹ Idem, Art. 1º.

ao programa continham o tipo de conceção que presidia ao ensino da História bem como indicações de natureza didática. O ensino da História, neste nível de escolaridade, devia (...) «assentar, de um modo geral, no estudo das transmutações sofridas pela sociedade e pelo homem, que dêem a conhecer ao aluno a génese e as características do mundo contemporâneo e os valores que dominam o seu espírito e a sua estrutura (...). O conhecimento do passado deve, em suma, ser encarado como lição e estímulo para o futuro: evitar erros cometidos, imitar os acertos praticados, crer no poder criador do homem. (...) Nesse estudo salientar-se-á o ideal que, esboçado nalguns aspectos das sociedades antigas, veio encontrar no Cristianismo a sua mais alta e nobre expressão: o respeito e a dignidade da pessoa humana». A conceção pedagógica que estava subjacente ao ensino da História neste programa privilegiava uma dimensão evolutiva, pragmática, dinâmica e compreensiva que se afastava da conceção acentuadamente nacionalista que presidiu à reforma programática de 1936.

São inseridos no programa novos conteúdos e os objetivos da disciplina de História passam a orientar-se numa perspetiva um pouco diferente da que até então vigorava no seu ensino, no entanto, a história política e documentalista continua a ter um papel relevante nos conteúdos programáticos. A disciplina de *História* surge por um lado ligada ao estudo da Língua, denominando-se *Língua e História Pátria*⁸⁹⁰. A disciplina de História surge também isoladamente neste programa no 4º, 5º e 7ºano, atestando a importância que esta assumia na educação e no ensino⁸⁹¹.

Esta disciplina constituída por uma dupla vertente divulgava um conjunto de homens de ação que se destacaram na cultura, evolução das mentalidades e do pensamento. A disciplina de História que também fazia parte do currículo deste programa retoma a estrutura programática por períodos ou épocas históricas. A História nacional surge aliada à História Geral. O programa do 4º ano dá ênfase a figuras régias não guerreiras que se destacaram pelo

⁸⁹⁰ A partir do 3ºano até ao 7º constam no programa as obras das seguintes figuras do pensamento e da cultura: Fernão Lopes, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Gil Vicente, Luís de Camões, Bernardim Ribeiro, Frei Agostinho da Cruz, Heitor Pinto, Amador Arrais, Samuel Usque, Frei Tomé de Jesus, Rodrigues Lobo, D. Francisco Manuel de Melo, Padre António Vieira, Padre Manuel Bernardes, Correia Garção, Francisco José Freire, D. Francisco Alexandre Lobo, Cardeal Saraiva, António Dinis, Bocage, José Anastácio, Frei Luís de Sousa, D. Dinis, D. Duarte, Fernão Lopes, Zurara, Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Sá de Miranda, Camões, António Ferreira, Diogo Bernardes, Damião de Góis, João de Barros, Castilho, João de Lemos, Soares de Passos, Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis, João de Deus, Antero de Quental, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Gonçalves Crespo, Cesário Verde, Eugénio de Castro, António Nobre, Guerra Junqueiro, Gomes Leal.

⁸⁹¹ As figuras que se destacam neste programa são: D. Dinis, D. Fernando, D. Pedro, D. João II; Infante D. Henrique, D. Afonso V, D. João II, Cristóvão Colombo, Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Fernão de Magalhães, D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Filipe II, D. António Prior do Crato; D. João IV, D. Luísa de Gusmão, conde de Castelo Melhor, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. Luís da Cunha, D. José, D. Pedro II, D. João V, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro IV, Mouzinho da Silveira, Costa Cabral, Fontes Pereira de Melo, Passos Manuel, D. Pedro V, Sá da Bandeira, D. Maria II, D. Luís, D. Carlos I, D. Manuel II; D. João V, marquês de Pombal, D. Maria I, D. João VI e Mouzinho da Silveira.

bom serviço que prestaram na administração do reino na Idade Média; na Idade Moderna são destacadas sobretudo figuras ligadas aos descobrimentos. O programa do 5º ano dá continuidade ao programa do 4º ano. Destaca figuras do período moderno ligadas à restauração nacional e à defesa do território. Do período contemporâneo destaca figuras régias do período liberal que desencadearam a reforma no Estado e outras figuras de estadistas do mesmo período, o que demonstra o cunho político que adquiriu o ensino da História. No 7º ano a disciplina de *História da Civilização Portuguesa* apenas alude a um pequeno número de figuras de Estado da Idade Moderna e Contemporânea.

As observações do novo programa revelam uma orientação epistemológica de cariz positivista e uma adequação do discurso às novas circunstâncias, à evolução dos tempos e às novas tendências da historiografia. O objetivo desta mudança era mudar um pouco o sentido do ensino da História e renovar as metodologias de ensino para que a sua aprendizagem fosse mais atrativa e, mais produtiva. No entanto, mantiveram-se as finalidades gerais do ensino desta disciplina, bem como a imposição do livro único que vigorará no ensino até à década de setenta, altura em que acontecem mudanças significativas no ensino, entre elas o aparecimento de novos manuais escolares para o ensino secundário que colocou em causa a vigência do livro oficial.

A reforma do ensino aprovada em 1947 perdurou até 1954, data em que são revistos novamente os programas pelo decreto nº39:807 de 7 de setembro. A nova remodelação programática no ensino liceal não introduziu alterações ao programa anterior aprovado em 1948. As observações ao programa também são reproduzidas na íntegra do programa anterior, havendo apenas a registar-se algumas variantes de expressão. Esta reforma introduziu apenas algumas modificações ao curso geral. Foi apenas uma reforma de “ajuste” uma vez que se continuam a observar os mesmos modelos interpretativos da História nacional, ou para citar Marc Ferro, uma mesma «legitimidade histórica»⁸⁹² na qual se louvam os feitos e as personagens engrandecedoras da pátria.

A formação das várias categorias de professores também se revelou um campo de intervenção ativa do Estado Novo numa clara estratégia de controlo a nível ideológico, político e moral⁸⁹³. Com a promulgação desta reforma do ensino são estipuladas as “obrigações gerais dos professores” que definiam os seus deveres e enquadravam a sua ação pedagógica. Destacamos apenas alguns que considerámos mais ilustrativos segundo os

⁸⁹² FERRO, Marc, 1983, *Falsificações da História*, Tradução de Cascais Franco, Mem-Martins, Europa-América, p.85.

⁸⁹³ Sobre este assunto vide ROSAS, Fernando, 1992, *Ob. Cit.*, pp. 504-509.

objetivos do poder político: «a) Exercer acção permanente sobre os alunos, com o duplo objectivo de lhes ministrar a cultura a que visa o ensino liceal e de lhes formar o carácter e o espírito nacionalista; b) Dar sempre exemplo, dentro e fora do liceu, de perfeita correcção de porte, de sã moralidade e de devoção cívica; c) Respeitar a consciência católica da Nação e a índole cristã que preside ao ensino liceal segundo os preceitos constitucionais; d) Dar garantia de colaborar na realização dos fins superiores do Estado e de defender os princípios de ordem política e social, estabelecidos na Constituição (...) j) Orientar-se no ensino pelos compêndios que forem adaptados, indicando diariamente no livro próprio a parte versada do programa; l) Não reduzir o âmbito do ensino estabelecido nos programas nem alterar a ordem por que as matérias se encontram distribuídas»⁸⁹⁴.

A docência no ensino liceal tinha em vista a orientação do aluno para que este (...) «se habitue a julgar (...) as ideias feitas, as convenções, os postulados sobre que assenta a arquitectura das sociedades. Guiá-la nestas indagações, esclarecê-la sobre o mecanismo dos factos, e habilitá-la a formular juízos, tal é o papel do mestre no ensino da história. Repetir o que está nos compêndios não serve de nada, nem está de harmonia com a dignidade do corpo. Os compêndios lêem-nos os pequenos em sua casa»⁸⁹⁵. Desta forma, o regime instaura um novo modelo de educação e um novo modelo de professor baseados na hegemonização de atitudes e comportamentos que se traduziam numa dimensão totalizante das representações sociais.

O programa aprovado em 1954 para o ensino liceal contemplava o ensino da História a partir do 3º ano. Embora neste ano de escolaridade e no 6º não haja referência a figuras da História nacional, no 4º, 5º e 7º anos de escolaridade, os conteúdos complementam-se. O programa do 4º ano destaca as figuras régias dos fins do século XIII ao início do século XVII, atribuindo especial importância às figuras ligadas aos descobrimentos e conquistas ultramarinas que já vinham sendo destacadas nos programas anteriores; o programa do 5º ano destaca dentro do mesmo período as figuras ligadas à restauração nacional e à defesa do território e as figuras que se destacam na difusão dos ideais liberais em Portugal, nomeadamente, as que contribuíram para os progressos da ciência e da técnica até ao século XX, salientando sobretudo figuras de Estado; o 7º ano volta a focar as figuras de Estado do período de reorganização nacional que já tinham sido referidos no programa anterior (no 5º ano de escolaridade).

⁸⁹⁴ Decreto 36:508 de 17 de setembro de 1947, p.902.

⁸⁹⁵ SILVA, Serras e, 1939, “A moralidade da História” in: *Labor*, nº 101, Junho, Aveiro, Ano XIII, p.617.

Em 1955 entra em funções no Ministério da Educação Nacional Francisco Leite Pinto que reconhece o atraso em que o país se encontrava relativamente aos outros países europeus. Este ministro instituiu uma nova reforma no ensino que promoveu o aumento da escolaridade obrigatória até à 4ª classe para o ensino primário⁸⁹⁶ e para o ensino dos adultos, para além de outras medidas que empreendeu para a modernização do ensino.

Em 1960 é aprovado para o ensino primário um novo programa. Os conteúdos programáticos da disciplina de *História* da 3ª classe atribuíam particular destaque às figuras exemplo da História nacional. À exceção das figuras régias da ínclita geração, o programa apenas refere figuras já destacadas no programa anterior. Inclui as figuras exemplo de Deuladeu Martins e de D. Leonor, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, D. Aleixo Corte-Real e Aniceto do Rosário, ligados à defesa dos territórios nacionais da Índia e de Timor. Este programa continua a destacar os heróis da fundação e do império numa fase de conjuntura internacional desfavorável em que era iminente o conflito e urgente a defesa do império. O programa da 4ª classe incluía a figura de Álvaro Pais no conjunto de figuras que destaca no período da fundação e conquista. Atribui uma especial importância às figuras ligadas ao império. Nota-se uma tendência para o aumento do número de figuras relacionadas com o período histórico da expansão e da ocupação. Este programa sofre um grande desenvolvimento em termos do número de figuras que são salientadas, havendo como que uma retoma do programa de 1929. Incluem-se, para além das figuras exemplo, outras ligadas à literatura, arte, ciência e à sabedoria sagrada e profana e também à política. As bases em que se apoia este programa asseguravam uma continuidade da ideologia do regime na educação. A História continua a ser encarada como «mestra do futuro».

A nível do ensino primário só em 1960 é que se torna obrigatória a frequência das quatro classes e é também aprovado um novo plano de estudos⁸⁹⁷, que não sofria alterações de fundo desde 1929. O novo programa denominado *História Pátria*, lecionava-se na 3ª e 4ª classes. A sua homologação deveu-se à necessidade de colmatar a desarticulação existente nos conteúdos ao tempo ministrados «resultante da diversidade de concepções a que obedeceram»⁸⁹⁸. Pretendia-se com ele promover a renovação, de acordo com a mudança

⁸⁹⁶ Para os alunos do sexo masculino em 1956 e em 1960 para o sexo feminino.

⁸⁹⁷ Decreto nº42:994 de 28 de maio de 1960.

⁸⁹⁸ Decreto-lei nº42:994 de 28 de maio de 1960, p. 1271.

social e as metodologias pedagógicas que começavam a registar-se noutros países da Europa⁸⁹⁹.

Os conteúdos programáticos da 3ª classe remetiam para os textos incluídos no Livro de Leitura, mantendo-se a ligação entre a Língua Materna e a História que segundo a legislação «destina-se a consolidar o natural sentimento de patriotismo, dando-lhe forma consciente e esclarecida (...) aprofunda o conhecimento do presente e, nos nossos antepassados mostra-nos quem somos»⁹⁰⁰. Pretende-se que o ensino da História desenvolva no aluno o sentimento do amor pátrio mas que «não pode ser considerado como uma consequência lógica do conhecimento do passado (...) mas sim como uma relação natural do indivíduo ao meio em que pertence»⁹⁰¹. O ensino da História definiria as grandes linhas da presença portuguesa intercontinental e multirracial no mundo contemporâneo; esta mensagem despoletaria no aluno o sentimento do amor pátrio, permitindo-lhe apreender a pluralidade das nações e a nutrir respeito por elas.

A História, apelidada de «mestra do futuro» levaria a criança «a compreender melhor a sua própria missão neste mundo»⁹⁰². Contudo não se tratava (...) «de dizer aos alunos que a história de Portugal é uma série ininterrupta de acções gloriosas, que tudo no passado português foi exemplar. Mas é perfeitamente lícito escolher, para objecto de um ensino eminentemente formativo (como é o caso do ensino primário), alguns dos momentos mais belos e dignificantes da nossa história»; «mostra-se patente no programa a intenção de começar pelo estudo de figuras históricas, mais acessíveis, na sua humanidade, a crianças de nove anos que qualquer série muito bem ordenada de acontecimentos. É aí, na 3ª classe, que tem plena vigência a concepção da história como *exemplo*. Dentro do maior respeito pela verdade não se tem a fazer o elogio franco de grandes homens ou grandes mulheres que bem serviram a Pátria»⁹⁰³. O professor devia servir-se do estudo das figuras históricas (...) «para dar aos seus pequenos alunos uma primeira ideia da evolução histórica, nos usos, nas formas de vestir, na construção de edifícios, na navegação, nas indústrias, valorizando os costumes, os monumentos e tradições locais»⁹⁰⁴.

⁸⁹⁹ Encontram-se inúmeros pontos de contacto entre o novo programa e os anteriores, dos quais foram consideradas as suas bases, embora se reconheça ter «grandes inconvenientes pedagógicos» a sobrecarga de matéria transmitida aos alunos que não continuarão a escolaridade (Idem, *Ibidem*).

⁹⁰⁰ Decreto-lei nº42:994 de 28 de maio de 1960, p.1280.

⁹⁰¹ Idem, *Ibidem*.

⁹⁰² Idem, *Ibidem*.

⁹⁰³ Idem, *Ibidem*.

⁹⁰⁴ Decreto-lei nº42:994 de 28 de maio de 1960, *Ibidem*. As figuras históricas a que o programa faz referência são: Egas Moniz, Santo António de Lisboa, Rainha Santa Isabel, Deuladeu Martins, Nuno Álvares Pereira, D. Filipa de Lencastre e a Ínclita Geração, Infante D. Henrique, D. Leonor, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral,

A homologação deste programa implicou a revisão dos cursos do Magistério Primário⁹⁰⁵, com vista à formação dos docentes dentro de novas diretrizes. A acomodação gerada em décadas propiciou um certo sentimento de resistência à mudança que urgia combater. Pretendia-se criar no professorado uma mentalidade que permitisse interpretar o programa com inteligência, abandonando um ensino cómodo, substituindo-o por um ensino baseado no progresso mas que pretendia manter inalteradas as bases ideológicas inerentes ao ensino da História.

As instruções pedagógicas do programa veiculavam sugestões sobre a melhor orientação a seguir, tentando ultrapassar o ensino rotineiro que não tinha em conta os progressos da psicologia e da didática, considerando que a aprendizagem se obtinha através da repetição das matérias que o aluno se limitava a reproduzir. Para concretizar este objetivo, tornava-se necessário selecionar os métodos de ensino adequados, tendo em conta a utilização de materiais didáticos, realização de visitas de estudo e a exploração do passado histórico local.

Na 4ª classe, para além do ensino da História ser mais sistematizado, este relacionava-se com a Geografia e estava presente nos temas dos textos dos manuais de Língua Portuguesa. Argumentava o decreto: «Não se pode exigir de crianças da escola primária a memorização fatigante de inúmeras datas. Algumas são, no entanto indispensáveis, (...). O que é absolutamente indispensável é a correlação cronológica dos principais factos e personagens (por exemplo: Viriato, Pelágio, Conde D. Henrique; em história a ordem das coisas no tempo não se pode considerar secundária. Na 4ª classe entendeu-se indispensável, por um lado, dar à história um desenvolvimento bastante significativo, porventura demasiado se não fosse a necessidade de atender aos que nessa classe dão por terminados os seus estudos; por outro lado, sistematizar, ordenar por períodos e assuntos, para que o aluno possa sair da escola

Afonso de Albuquerque, Luís de Camões, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, D. Aleixo Corte Real e Aniceto do Rosário; D. Afonso Henriques, Santo António, Álvaro Pais, D. Dinis, D. Fernando, Mestre de Avis, D. Nuno Álvares Pereira, João das Regras, Infante D. Henrique, Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, Cristóvão Colombo, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, D. João III, Fernão Lopes, Gil Vicente, Fernão Mendes Pinto, Camões, Nuno Gonçalves, Grão Vasco, Afonso Domingues, Duarte Pacheco Pereira, Francisco Sanches, Garcia de Orta, Pedro Nunes, D. Duarte, Infante D. Pedro, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, D. Sebastião, D. Henrique, D. Catarina de Bragança, D. António (o príncipe de Parma), Filipe II, Conde de Castelo Melhor, D. Pedro II, marquês das Minas, D. João V, D. José, Marquês de Pombal, D. Maria I, D. João VI, Sá da Bandeira, Serpa Pinto, Brito Capelo, Roberto Ivens, António Maria Cardoso, Paiva Couceiro, João de Almeida, Alves Roçadas, Mouzinho de Albuquerque, Caldas Xavier, António Enes, Azevedo Coutinho, D. Carlos, Padre António Vieira, D. Francisco Manuel de Melo, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Camilo Castelo Branco, João de Deus, Eça de Queirós, Domingos Sequeira, Machado de Castro, Luísa Todí, Columbano, Brotero, Manuel da Maia, Ferreira da Silva, Manuel Bernardes, Antero de Quental, Oliveira Martins, Sidónio Pais, Chefe de Estado.

⁹⁰⁵ Decreto-lei nº 43:369 de 2 de dezembro de 1960.

primária com uma ideia completa (embora elementar) do que foi o passado do Povo Português»⁹⁰⁶.

Ao professor cabia escolher as metodologias mais adequadas para «(...) determinar em cada caso a melhor utilização das datas históricas e levar a criança a reflectir sobre os acontecimentos, a extrair de uma personagem a ideia diretriz ou de um período histórico o significado mais alto; a compreender que as atitudes ou as maneiras de pensar dos homens tem consequências muitas vezes não imaginadas e que se podem prolongar muito ao longe»⁹⁰⁷.

O objetivo do ensino da História, na escola primária continuava a ser o de afervorar e consolidar uma consciência nacional, bem fundamentada e estruturada. Era necessário que as crianças, olhando para o passado que lhes foi legado, aprendessem a venerá-lo e desejassem honrá-lo, tal como os heróis que lhe são apresentados.

Não se pretendia que fossem apresentadas ao aluno séries infundáveis de nomes e de datas célebres, sem que ele compreendesse o significado, antes se desejava racionalizar o amor pátrio através da compreensão da grandeza dos atos que notabilizaram os homens que os realizaram, através do conhecimento, compreensão e admiração das causas e efeitos dos mesmos atos da sua repercussão social dentro e fora do país. Nesta tarefa o professor desempenhava uma tarefa de extrema importância, já que este deveria levar o aluno a reviver esses factos, fazendo-o raciocinar sobre estes e compreendê-los.

Em 1964, é criado o ciclo complementar do ensino primário⁹⁰⁸ (5ª e 6ª classes), ampliando o período de escolaridade obrigatória para seis anos, mas será apenas em 1967 que são aprovados, a título experimental, os programas deste novo nível de ensino. A disciplina de *História de Portugal* é lecionada nas duas classes. Os conteúdos programáticos da 5ª e 6ª classes apresentam uma complementaridade⁹⁰⁹.

⁹⁰⁶ Decreto-lei nº42:994 de 28 de maio de 1960, p. 1280.

⁹⁰⁷ Decreto-lei nº42:994 de 28 de maio de 1960, p. 1280.

⁹⁰⁸ Decreto-lei nº 45:810 de 9 de julho de 1964.

⁹⁰⁹ As figuras históricas destacadas na sua estrutura curricular são: Viriato, Sertório, D. Henrique, D. Teresa, D. Afonso Henriques, Santo António de Lisboa, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, Rainha Santa, D. Afonso IV, D. Pedro, D. Fernando, Nuno Álvares (crise de 1383-85), Álvaro Pais, Mestre de Avis, João das Regras, D. João I, Filipa de Lencastre, Ínclita Geração, Nuno Álvares (conquista de Ceuta), Infante D. Henrique, D. Duarte, Infante Santo, Infante D. Henrique, D. Pedro, D. Afonso V, D. João II, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Pero da Covilhã, Afonso de Paiva, Cristóvão Colombo, D. Leonor, D. Manuel, vice-reis da Índia (D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque), Fernão Mendes Pinto, S. Francisco Xavier, Fernão de Magalhães, D. João III, Pedro Nunes, D. João de Casto, Garcia de Orta; D. Sebastião, Cardeal D. Henrique, Febo Moniz, D. António, Prior do Crato, Filipes de Espanha, D. João IV, conde de Castelo Melhor, Padre António Vieira, Salvador Correia de Sá, D. Afonso VI, D. Pedro II, D. João V, D. José I, Eugénio dos Santos, Manuel da maia, marquês de Pombal, D. Maria I, D. João VI, D. Pedro IV, D. Miguel, D. Maria II, D. Pedro V, figuras relacionadas com a política ultramarina (Angola e Moçambique) no século XIX, D. Luís, D. Carlos, D. Amélia, D. Manuel II, Sidónio Pais, Sacadura Cabral, Gago Coutinho.

A importância do ensino da História é evidenciada nesta altura por, J. E. Moreirinhas Pinheiro⁹¹⁰ na sua obra, *Introdução ao Estudo da Didática Especial*, onde lhe reconhece um triplo valor: «*Como conhecimento* - Põe a criança em condições de conhecer as circunstâncias que influíram no desenvolvimento nacional. Faculta-lhe os meios para uma melhor compreensão de livros e revistas que tratam assuntos históricos; desperta-lhe o interesse por museus e monumentos; *Como valor moral* – Conduz à análise de factos e acontecimentos históricos; e pelo estudo das vidas de heróis, santos, intelectuais, guerreiros, etc., excitam-se-lhe as mais altas emoções e estimula-se a uma vida de nobreza; *Como valor intelectual* – Desperta o interesse; desenvolve a imaginação e os hábitos de concentração mental; aperfeiçoa as faculdades da memória, do juízo e do raciocínio»⁹¹¹.

Em 1967, é também criado o ciclo preparatório do ensino secundário através do Decreto-Lei nº 47:480 de 2 de janeiro, que unifica o 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico. Este novo ciclo de estudos compreendia dois anos letivos, estrutura que se manterá até 1974. Em 1968 é aprovado o estatuto deste novo ciclo do ensino secundário onde consta o seu plano de estudos⁹¹². Deste plano faz parte a disciplina de *História e Geografia de Portugal* lecionada no 1º e 2º anos. Os seus conteúdos eram abordados por épocas, estabelecendo-se entre si uma complementaridade⁹¹³.

Em 1967 foram também aprovados, a título experimental, os programas do ciclo complementar do ensino primário⁹¹⁴ que tinha sido criado em 1964⁹¹⁵. A disciplina de História de Portugal atribui destaque à maior parte das figuras contempladas pelo programa do ensino primário elementar aprovado em 1960. Há um reforço das figuras históricas ligadas ao período da fundação da nacionalidade: Viriato, Sertório, D. Henrique e D. Teresa e das figuras relacionadas com a política ultramarina: Angola e Moçambique no século XIX, numa clara intenção de dar ênfase aos heróis da ocupação. Este programa aprovado para ser aplicado na 5ª e 6ª classes teria como objetivos reforçar os conhecimentos do programa do ensino elementar e estabelecer uma ligação entre o ensino primário e o ensino secundário.

⁹¹⁰ Professor (aposentado) de Didática Especial na Escola do Magistério Primário de Lisboa.

⁹¹¹ J.E. Moreirinhas Pinheiro, 1965, *Introdução ao Estudo da Didática Especial: Língua Portuguesa -História Pátria- Desenho*, 3ª edição, Lisboa, ESELX, p.63.

⁹¹² Decreto nº 48: 572 de 9 de setembro de 1968.

⁹¹³ As figuras históricas que se destacam neste programa são: reis da 1ª Dinastia, D. Dinis, D. Fernando, Mestre de Avis, Nuno Álvares Pereira, João das Regras, Filhos de D. João I; Infante D. Henrique, Vice-reis da Índia (D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque), S. Francisco Xavier, José de Anchieta, Manuel da Nóbrega, Dinastia dos Filipes, João Pinto Ribeiro, D. João IV, D. Luísa de Gusmão, Conde de Castelo Melhor, D. Pedro II, D. João V, D. José, marquês de Pombal, missionários, pioneiros e heróis da ocupação.

⁹¹⁴ Portaria nº 22:966 de 17 de outubro de 1967.

⁹¹⁵ Decreto-lei nº 45:810 de 9 de julho de 1964.

O programa de 1968⁹¹⁶ decorre da necessidade de adequação do ensino primário às mudanças decorrentes da criação do ciclo complementar⁹¹⁷. A *História de Portugal* lecionava-se, apenas, na 4ª classe. Esta disciplina relaciona-se com a *Língua Materna* (através dos textos que estes contêm sobre as figuras e os factos relevantes), com a *Geografia*, com as *Ciências Naturais* e, também, com o *Canto Coral*. Este programa apelava, igualmente, ao valor formativo e educativo do ensino da História⁹¹⁸. A História tinha por um lado, um fim prático e era, por outro lado, um meio de formação moral. O seu estudo incutiria no aluno a consciência de pertença a uma sociedade e desenvolveria atitudes e valores relacionados com a honra, lealdade, humildade, dever, justiça, progresso, tradição, etc. O exemplo das figuras históricas constituía um estímulo subordinado aos conceitos morais, cívicos e religiosos que garantiam a formação da consciência histórica⁹¹⁹.

Embora se promovesse uma estratégia baseada no estudo do meio local e nas vivências do aluno, a História ensinada continuava a ter um pendor ideológico, moralizador, tendente a incutir o sentimento de amor pátrio. O propósito do ensino desta disciplina tinha em vista o culto dos sentimentos de amor à pátria através do relevo dado às grandes figuras nacionais, guardando as grandes lições como exemplos construtivos e a formação da consciência histórico-nacional através da compreensão do sentido nacional da evolução dos acontecimentos do passado.

A exploração da vivência da criança constituía a base para a aquisição das noções temporais sobre o passado recente que deviam ser abordadas em classes anteriores, nas lições de Língua Portuguesa e Ciências Geográfico-Naturais. Estudavam-se, inicialmente, as gerações mais próximas para, *a posteriori*, se analisarem aspetos remotos da História nacional partindo do conhecimento concreto para o abstrato.

Em termos metodológicos, as observações constantes no programa de 1968 sugeriam que se fizesse preceder «o estudo sistemático da história de Portugal de uma fase preparatória pela qual se procura desenvolver, de forma acessível e progressiva, a ideia do passado nas

⁹¹⁶ Portaria nº 23:485 de 16 de julho de 1968.

⁹¹⁷ Idem, p. 1019.

⁹¹⁸ Esta «constitui uma das formas pelas quais o homem procura conhecer-se a si próprio ao buscar nas raízes do passado a sua integração nas realidades do presente e nas virtualidades do futuro», permitindo «melhor conhecer o que têm sido os portugueses no transcurso do tempo (...). Ao mesmo tempo que estudamos o passado adquirimos a consciência de pertencermos a um corpo social vivo e evolutivo». Portaria nº23:485 de 16 de julho de 1968, p.1026.

⁹¹⁹ As figuras históricas que se destacam neste programa são: Egas Moniz, Rainha Santa Isabel, D. Dinis, Nuno Álvares Pereira, D. Filipa de Lencastre e Ínclita Geração, D. Duarte, D. Pedro, D. Henrique, D. Fernando, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Luís de Camões, Heróis da Restauração, D. Filipa de Vilhena, Serpa Pinto, Brito Capelo, Roberto Ivens, Sacadura Cabral e Gago Coutinho e os “Heróis de Portugal de Hoje”.

suas múltiplas indicações, bem como a capacidade de abstrair, relacionar e concluir sobre as condições de vida características das épocas precedentes. A verificação das sucessivas realizações coletivas quanto aos meios de sobrevivência, de conforto e de valorização humana e a apresentação de episódios que se associem à vida do passado oferecem também, nesta fase de aprendizagem, inúmeras oportunidades formativas, através da evidenciação das qualidades e virtudes que condicionam todo o autêntico progresso e da criteriosa reflexão sobre os elementos objetivos»⁹²⁰. As visitas de estudo e a utilização de materiais didáticos constituíam estratégias para tornar o ensino da História mais motivador (material improvisado pelo professor e recolhido pelos alunos).

A aquisição da noção temporal por parte do aluno era um aspeto fundamental e, para isso, era necessário que o professor organizasse cronologicamente os conteúdos. O desenvolvimento de relações lógicas temporais e a ampliação de conceitos de evolução e progresso eram competências basilares a fomentar no aluno bem como a iniciação à localização cronológica de factos. O docente era aconselhado a meditar sobre os conteúdos que o programa de História propunha e o nível etário a que este se destinava.

Nesta época começavam a surgir as teorias da psicologia do desenvolvimento que defendiam que os alunos de faixas etárias mais baixas apenas compreendiam os factos históricos através de relações analógicas. As teorias do desenvolvimento cognitivo em voga na Europa e América do Norte a partir dos meados da década de sessenta corroboravam a conceção que o regime tinha do ensino e a razão pela qual considerava importante descer ao real e apresentar o concreto. Além de a criança se apresentar num estágio de progressão intelectual onde a fantasia e o fantástico imperam no seu mundo, ela necessitava de padrões de símbolos que lhe apresentassem a vida na sua realidade. Considerava o regime que o seu crescimento espiritual se fazia através da apresentação destes padrões ideológicos que lhe iam sendo propostos através dos modelos exemplares. Desta forma, a criança encontrava o modelo que lhe serviria de inspiração para exprimir a realidade psicológica, e que se revelava altamente eficaz na estimulação para um elevado padrão de conduta. Nesta matéria, a História mostrou-se o veículo mais adequado para apresentar os modelos educadores da consciência.

O programa valorizava, também, o desenvolvimento no aluno de capacidades de observação e de comunicação, fazendo-o compreender a importância do trabalho coletivo. Assim, a participação do aluno na pesquisa e recolha de informações no estudo do meio local correspondia a uma das competências a desenvolver na aprendizagem da História.

⁹²⁰ Portaria n.º 23:485 de 16 de julho de 1968, p.1026.

Posteriormente seguiu-se a reforma programática do ensino primário de 1968⁹²¹, a instituição do ciclo preparatório do ensino secundário⁹²² e a aprovação dos programas do ciclo complementar do ensino primário⁹²³. É alargada a escolaridade obrigatória para ambos os sexos⁹²⁴ e são aprovados os programas para este novo ciclo⁹²⁵. Basicamente, a criação do ciclo preparatório representou a fusão entre o 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico, a fase intermédia entre o ensino primário e o ensino liceal.

As alterações curriculares decorrentes da reforma afetaram em parte o ensino da História. A disciplina passa a denominar-se *História e Geografia de Portugal* e os conteúdos programáticos que se ministravam no âmbito da disciplina de História do ensino primário são transferidos para este novo ciclo preparatório. Este programa além de seguir uma tendência que se baseava numa perspetiva mais social de abordagem dos conteúdos, mais direcionada para o estudo da realidade do aluno, continuava a privilegiar a história-exemplo que consagrava as figuras históricas como modelos a seguir.

O programa aprovado em 1968 para o ensino primário elementar contempla a disciplina de *História* na quarta classe. Relativamente ao programa aprovado em 1960, este sofre uma redução significativa a nível da quantidade de figuras destacadas. Em termos de seleção de figuras este programa adota a mesma conceção do anterior. Dá prioridade aos exemplos morais e patrióticos, bem como às figuras ligadas ao império, nomeadamente à ínclita geração e à fase da expansão e da ocupação do território ultramarino. À semelhança do programa de 1960 destaca os “Heróis de Portugal de Hoje”, rubrica incluída no programa num período em que decorria a guerra no ultramar.

Também em 1968 foi aprovado para o ciclo preparatório do ensino secundário um novo programa. Este contemplava a disciplina de *História* nos dois anos que constituíam este nível de ensino. O programa do 1º e 2º anos complementava-se e estruturava-se por períodos: a formação de Portugal, a expansão, a união com Espanha, a restauração, o reformismo e o constitucionalismo monárquico. O programa do 1º ano privilegiava a época da formação da nacionalidade e destacava sobretudo os reis da primeira dinastia que intervieram no povoamento e organização política, social e económica e nas transformações do século XIV à semelhança do programa do ensino liceal em vigor a partir de 1954; na segunda época destaca as figuras que intervieram nos descobrimentos e conquistas, na organização política e a ação

⁹²¹ Portaria nº23:485 de 16 de julho de 1968, p.1026.

⁹²² Decreto-lei nº47:480 de 2 de janeiro de 1967.

⁹²³ Portaria nº 22:966 de 17 de outubro de 1967.

⁹²⁴ Decreto-lei nº 45:810 de 9 de julho de 1964.

⁹²⁵ Portaria nº 23:601 de 9 de setembro de 1968.

da Igreja nos territórios do Ultramar; na terceira época salienta a ação individual do conjurado João Pinto Ribeiro que surge pela primeira vez referido nos conteúdos programáticos; na quarta época são contempladas figuras régias e figuras de Estado ligadas à restauração e ao progresso conseguido com as reformas implementadas em Portugal; na quinta época o programa destaca as figuras contemporâneas ligadas ao império: missionários, expedicionários pioneiros os heróis da ocupação à semelhança das figuras que já teriam sido referidas no programa do ciclo preparatório no ensino liceal em 1947.

Esta remodelação na estrutura do ensino liceal demonstrava novamente uma preocupação por conceder à História e Geografia nacionais um papel de relevo que era justificado da seguinte forma: «Num mundo em que tendem a multiplicar-se os factores de materialismo, asfixiando o salutar desenvolvimento das expressões de grandeza humana nas novas gerações, parece necessário que na escola se cultivem intensamente os necessários estímulos, tanto intelectuais como emotivos, de resistência às causas de diminuição. A nossa história é neste aspecto um factor de maior utilidade em relação às exigências psicoescolares das crianças nestas idades, conduzindo, pelas lições de vida e dos ideais dos seus homens valorosos e dos seus determinantes de acção, à consciência do valor e do lugar que a pátria deve ter na vida e no coração de cada um. (...) A sensibilidade, a imaginação e a emoção patriótica devem ser chamadas a lugar de revelo nas actividades escolares nestas idades, através do conhecimento dos homens e das instituições que definiram perspectivas à Nação ou exaltaram os valores da civilização e cultura em que se define uma tradição portuguesa. Neste período do seu desenvolvimento, a criança deve, portanto, ser educada nas virtudes cívicas e patrióticas e na admiração dos actos de grandeza humana marcados pela heroicidade, pela abnegação, pela dedicação, pelo esforço persistente e pelo sacrifício; da mesma admiração devem ser objecto os que puseram o seu valor e a sua inteligência ao serviço de Deus, da Pátria ou do seu semelhante e procuraram dessa maneira servir os ideais e os empreendimentos colectivos da grei portuguesa. (...) Temperar a alma e o coração nestes horizontes, abrir neles campo de objectivação para os factores de personalidade que nestas idades mais se acentuam e fixá-los na inteligência e nos sentimentos constitui finalidade específica do ensino da história pátria no ciclo. A História e a Geografia são disciplinas consideradas fundamentais no plano de estudos do ciclo. A formação nacional, que era dada em todas as actividades de cada escola, sê-lo-á especificamente nesta disciplina. A consciência de cada pequeno português deverá despertar e fortalecer-se ao conhecer

exaltadamente a história da sua pátria e ao ver esclarecidamente a largueza e a promessa do vastíssimo território que ela abrange»⁹²⁶.

Com esta justificação é demonstrado o objetivo deste programa e a estratégia utilizada pelo poder político que necessitava de se legitimar ideológica e politicamente perante as camadas sociais mais jovens, uma vez que o conflito armado nas colónias tendia a agravar-se, sensibilizando-as para os sacrifícios⁹²⁷ “que a pátria exigia” delas no futuro. Este programa, bem como o que fora aprovado em 1936, são os que mais denotam um pendor ideológico marcante e onde o aproveitamento político da História é mais evidente. Há uma forte tendência para dar relevo à História nacional, segundo uma conceção patriótica, com o objetivo de a tornar um instrumento de unidade nacional.

⁹²⁶ Portaria nº 23:601 de 9 de setembro de 1968 (aprova os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo Decreto-lei nº 47:480 de 2 de janeiro de 1967).

⁹²⁷ Os sacrifícios exigidos eram o serviço militar e a participação na guerra colonial para defender o império.

IV.5.2. *Análise de resultados*

A análise dos programas e das orientações que os acompanham mostram que a sua fundamentação epistemológica é muito pouco expressiva, sendo em alguns casos quase inexistente, dominando por completo a fundamentação ideológica. Como já aludimos, o ensino da História presta-se à influência da ideologia, por isso ela comporta sempre uma carga ideológica. Esta relação faz com que a História sofra diretamente a tendência da mentalidade que prevalece em cada período e, conseqüentemente, do mundo das ideias. Durante o período que compreende a ditadura militar e o Estado Novo, o ensino da História foi orientado para divulgar uma imagem do passado nacional e universal que apontava o sentido da grandeza e da prosperidade - o rumo que o regime pretendia retomar e, desta forma legitimar-se como única via de progresso para o futuro. A análise deste corpus permite observar um objetivo prático, nomeadamente, uma maior eficácia e melhoria da educação na sua generalidade que prevalece no espírito das reformas praticadas no ensino.

Conceptualmente, os programas de todos os níveis de ensino seguem uma mesma orientação ideológica durante o período em estudo, sendo esta uma característica comum do ensino da História, no entanto, com algumas variantes que podem ser agrupadas, *grosso modo*, em nosso entender em quatro períodos.

Para melhor sistematizar as alterações que o ensino foi sofrendo ao longo do regime apresentamos, de seguida, quatro fases que as resumem. O período que medeia entre 1926 e 1929 corresponde a uma primeira fase ainda herdada do período republicano, embora esta denote uma clara intenção de mudança. Nesta fase foi o ensino primário o principal alvo de reformulações. Neste nível de ensino foram aprovadas três reformas durante o referido período. Em 1927, 1928 e 1929 sucederam-se alterações curriculares que visavam sobretudo a simplificação dos conteúdos. Quanto ao ensino da História essa simplificação também foi notória mas, no que respeita à referência de figuras históricas, a tendência redutora não se verificou neste nível de ensino.

Comparando o programa de 1921 aprovado durante o período republicano com o programa de 1927 é notória a referência a um maior número de figuras neste último. O programa de 1921 apenas destacava figuras régias ligadas aos principais acontecimentos desde a fundação ao século XIX e a figura do estadista marquês de Pombal. Além da referência a figuras régias, a grande diferença que introduz o programa de 1927 é a inclusão de um número considerável de figuras históricas que constituíam exemplos cívicos e patrióticos ligados sobretudo à fundação, reconquista, descobrimentos e monarquia

constitucional e de figuras que constituem anti exemplos, como é o caso de Leonor Teles e do Conde Andeiro.

A partir de 1926 regista-se uma tendência para reforçar a componente nacionalista do ensino. Os programas seguem uma linha de reinterpretação da História, uma renovação “espiritual”, por assim dizer, o que implica um tratamento diferente dos conteúdos. A conceção de História que prevalece durante este período deve-se à permanência do paradigma romântico de pendor nacionalista que caracterizou o modelo historiográfico republicano positivista assumido e adotado posteriormente pelo Estado Novo. Este paradigma tinha subjacente um projeto de sociedade, em que o Estado assume um papel unificador, controlador e formador da mentalidade dos cidadãos, sob os auspícios da nação.

A segunda fase situa-se entre 1930 e 1935 e é caracterizada pela continuidade da simplificação dos conteúdos e pelo intuito de implantar um novo projeto educativo, tendo como principal objetivo o derrube da conceção histórica e das representações simbólicas associadas à escola republicana. A implantação do Estado Novo dita o começo da delineação dos contornos daquilo que viria a ser a ideologia educativa do regime com Gustavo Cordeiro Ramos, Alexandre Sousa Pinto e Eusébio Tamagnini. Esta fase corresponde ao início do processo de legitimação e consolidação política do regime.

A conceção de História que prevalece durante este período está intimamente relacionada com as tendências políticas dominantes, tornando-se, por isso permeável ao discurso ideológico. A História adquire no currículo uma função prática de veículo de transmissão e reprodução desse discurso. Nesta fase, foi o ensino secundário o principal alvo de reformulações (1931, 1934, 1935). As reformas ocorridas tinham em vista uma simplificação dos conteúdos programáticos baseada na sua redução e procuravam um desenho curricular adequado à política educativa do regime e ao que se considerava serem as necessidades nacionais nesta matéria.

Em suma, pode afirmar-se que entre 1930 e 1935 há uma tendência nítida para dar relevo à história política, não se verificam alterações significativas nos programas e mantém-se a tendência para a simplificação (sobretudo no programa de 1934). No entanto, a reforma ocorrida em 1935 teria uma duração efémera. Nos últimos programas era detetável a tentativa por parte do regime de controlo e uniformização do ensino, limitando quase em absoluto a liberdade de tratamento dos conteúdos. A conceção do ensino estava relacionada com intenções pedagógicas e não ideológicas, pelo menos nunca assumidas explicitamente nas diretrizes dos programas mas que constavam na legislação promulgada ao tempo.

A terceira fase situa-se entre 1936 e meados da década de quarenta (1946). Neste período o ensino sofre alterações de ajuste a nível programático: no ensino secundário em 1936 e em 1937, no ensino primário. A nível educativo define-se pela iniciativa de criar e desenvolver a chamada *Escola Nacionalista*. A reforma de 1936 representa o auge da implementação da componente nacionalista do ensino e o culminar de uma tentativa de reorganização e reorientação ideológica e pedagógica do sistema já tentada em outras reformas anteriores. A leitura do passado era feita numa linha patriótica de inculcação ideológica, dentro dos princípios de doutrinação moral do regime, por isso, o discurso histórico interliga-se com a doutrinação ideológica e radicaliza-se, com o objetivo de disciplinar as consciências.

Esta reforma nuclearizou-se na esfera da ideologia dominante caracterizada por uma forte politização e radicalização do discurso histórico subordinada à estrutura ideológica do poder político vigente que obedecia à primazia concedida à função formativa da educação com o objetivo de moldar os cidadãos.

Esta fase caracteriza-se como sendo o período em que o Estado Novo afirma superestruturas dentro e fora de fronteiras. É durante este período que a estratégia de propaganda atua mais intensamente na tentativa de difundir a ideologia do regime.

A quarta fase situa-se entre meados da década de quarenta e prolonga-se até 1974. Esta fase é marcada pela reforma do ensino liceal (1947) e do ensino técnico (1948), reformas que tiveram como fundamento a necessidade de preparar cidadãos e técnicos especializados⁹²⁸. Observa-se uma tendência para adaptar o ensino às novas exigências e realidades sociais e económicas, marcando uma rutura significativa com as lógicas anteriores.

Esta fase é também marcada por uma dupla tendência: por um lado observa-se na educação o início de um processo de acomodação do sistema às realidades decorrentes do pós-guerra, facto que desencadeou um abrandamento do carácter nacionalista imprimido aos programas⁹²⁹, que poderá ser explicado através da modernização ideológica resultante da inovação económica, social e política. Por outro lado, há uma continuidade destes valores⁹³⁰, onde é patente o apelo ao patriotismo e uma tónica especial exortativa ao discurso imperial e à unidade nacional, voltando à conceção da História dominante no período anterior, facto que se

⁹²⁸O país encontrava-se numa fase de forte crescimento económico e de industrialização que levou à necessidade de formar recursos humanos qualificados. Deste modo, o sistema de inculcação ideológica fica, neste nível de ensino, colocada numa vertente secundária.

⁹²⁹Damos como exemplo o programa do ensino primário aprovado em 1968.

⁹³⁰Damos como exemplo o programa do ensino liceal aprovado em 1968.

explica pelo facto de o regime tentar, nesta fase, manter a sua política ultramarina face à urgência do presente e às indefinições do futuro.

No início da década de sessenta o regime salazarista sofre um abalo com a oposição a tornar-se cada vez mais interventiva, a agitação instalada no seio de alguns setores estruturais da sociedade e, para coroar a conjuntura política e social desfavorável, a eclosão da guerrilha nas colónias africanas. Este rol de acontecimentos viria a revelar-se nefasto para a tranquilidade do regime instalado já havia três décadas.

Após 1961 começam a observar-se algumas alterações na estrutura do sistema educativo. Começa a desenhar-se um novo projeto a partir da década de 60, no qual se pretende incentivar a educação escolar como motor da sua mobilidade. Relativamente à História e ao seu ensino, mantém-se o seu carácter formativo e educador. Prevalece a conceção de História exemplo e a sua função enquanto promotora do sentimento nacionalista. Volta a observar-se uma insistência nas temáticas que versam sobre tópicos de ideologia nacionalista, com a tradicional exaltação da pátria e da missão histórica providencial, não faltando também a alusão ao corporativismo. No entanto, o que é mais explícito é a tónica colocada num discurso imperial que é veiculado ao longo da abordagem dos conteúdos e que faz da História uma disciplina ao serviço do recrutamento (militar), com uma função claramente definida e uma dimensão essencialmente pragmática, visando a «criação do sentimento de solidariedade nacional»⁹³¹, com vista a perpetuar o regime e o império.

O período de transição entre a década de 60 e 70 trouxe alterações conjunturais, sobretudo a nível político no nosso país que contribuíram para começar a desenhar uma nova panorâmica no ensino. As reformas do ensino primário sucedem-se às do ensino liceal numa clara tentativa de adequar os dois níveis de ensino, integrando-os numa mesma conceção. O regime demonstra desde cedo vontade política para controlar o ensino liceal através da redefinição da sua função social, pedagógica e formativa. O ensino conheceu muitas reformas programáticas que visaram preferencialmente o ensino liceal, o que demonstra uma maior preocupação com este nível de ensino, facto que corrobora a importância que lhe era dada.

A estratégia utilizada pelo regime é facilmente observável pelas diversas medidas tomadas após o 28 de maio de 1926 com particular destaque para os planos de estudo nos programas de ensino, na estrutura curricular e outros aspetos que se prendem com a organização pedagógica. Este conjunto de medidas inscreve-se nas várias reformas ocorridas neste grau de ensino e que se subjugam a uma matriz ideológica comum de onde se destaca a

⁹³¹ Portaria n.º 23:601 de 9 de setembro de 1968.

importância atribuída à educação enquanto fator essencial na formação de um novo imaginário nacionalista.

As várias remodelações ocorridas no ensino tiveram repercussões no ensino da disciplina de História e no seu currículo. A tendência para a sua redução foi um facto. Durante este período opera-se um processo de reescrita da historiografia nacional com base no quadro ideológico definido pelo poder político. O ensino da História sofre uma mudança de orientação, é simplificado e passa a centrar-se naquilo que é considerado fundamental para a aprendizagem dos alunos.

As sucessivas reformas no ensino ocorridas nos vários níveis de escolaridade durante as décadas que durou o regime, tiveram como denominador comum o culto do nacionalismo e o tão apregoado “amor à Pátria”, característica já herdada dos períodos anteriores que preconizavam os mesmos ideais. Pode definir-se também uma linha de continuidade na ideologia que enforma o ensino na sua generalidade, no entanto, esta atinge um pico no período que medeia entre 1936 e meados da década de quarenta, fase durante a qual o regime utiliza o ensino da História para se legitimar e auto validar perante a sociedade.

Na abordagem dos programas incluímos também um estudo quantitativo do número de figuras históricas que surgem nos programas de História aprovados durante o período em estudo⁹³². Este tem como objetivo aferir a frequência das figuras nos programas. Para tal, construímos dois gráficos de barras que mostram para cada nível de ensino (primário e secundário) a frequência das figuras referenciadas nos programas. Foi construído ainda um terceiro gráfico que mostra o cruzamento dos dados, correspondendo ao somatório da frequência das figuras nos programas.

O gráfico 1 mostra a frequência das figuras históricas nos programas do ensino primário. Destacam-se sobretudo as figuras ligadas à fundação e ao período da crise de 1383-85, bem como as figuras relacionadas com o período da restauração, mas particularmente o conjunto de figuras ligadas à expansão. D. Teresa, Afonso Henriques, Egas Moniz, D. Fernando e o Dr. João das Regras surgem como as figuras mais referenciadas, destacando-se, no entanto, a figura de D. Dinis e no topo, Nun'Álvares Pereira. Destacam-se também as figuras de D. João I e da ínclita geração, bem como as figuras de Bartolomeu Dias, Pedro Álvares Cabral, Fernão de Magalhães, D. João de Castro, D. João III e D. Sebastião com particular destaque para a figura de Vasco da Gama e de Afonso de Albuquerque. Do período da restauração destacam-se as figuras do cardeal D. Henrique, Filipe II e D. João IV, D.

⁹³²Vide anexo XXVII.

Afonso VI e D. Pedro II. Dos períodos posteriores destacam-se as figuras de D. José e de D. João V mas também do marquês de Pombal, D. Maria I, D. Pedro IV e D. Miguel.

O gráfico 2 mostra a frequência das figuras históricas nos programas do ensino secundário. Na generalidade, o destaque atribuído às figuras nos programas segue tendencialmente o mesmo sentido comparativamente com o gráfico 1. Relativamente ao gráfico 1, observa-se uma diminuição da frequência das figuras ligadas à fundação, no entanto mantém-se o particular destaque dado às figuras de D. Dinis e Nun'Álvares Pereira e às figuras da expansão com ênfase para a figura do infante D. Henrique, embora também se evidenciem as figuras de D. João II, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Francisco de Almeida e D. Sebastião. Do período restauracionista destacam-se as figuras de Filipe II, Prior do Crato e D. João IV. Dos períodos posteriores destacam-se D. João V, o marquês de Pombal, D. Maria I, D. Pedro IV e Mouzinho da Silveira.

O gráfico 3 representa o somatório da frequência das figuras do ensino primário e secundário. Observa-se o reforço da tendência que surge nos dois gráficos anteriores. Assim, surgem D. Afonso Henriques e D. Dinis como as figuras mais destacadas do período da fundação com incidência especial para a figura de Nun'Álvares Pereira que forma com as duas figuras anteriores as três peças chave daquele período histórico. Das figuras ligadas à expansão assume, no entanto, um papel de particular relevo a ínclita geração, D. João II, Afonso de Albuquerque, Francisco de Almeida, D. João de Castro e D. Sebastião, figuras que tiveram um papel preponderante na condução do destino imperial da nação portuguesa. Da restauração destaca-se particularmente a figura de D. João IV que representa o retorno à independência e à soberania. Dos períodos posteriores destacam-se com particular incidência as figuras de D. João V, o marquês de Pombal e D. Maria I.

O conceito de consciência histórica foi uma noção cuidadosamente explorada pelo regime. O passado histórico nacional foi, a partir da instauração do Estado Novo, mais concretamente com a implantação da escola nacionalista, objeto de manipulação e utilizado como veículo de transmissão de modelos comportamentais desejáveis e de valores ideológicos que formavam as consciências, personificados em figuras históricas heroicas selecionadas criteriosamente para transmitir essas mensagens com o intuito de formar os alunos nos ideais nacionalistas, transformando-os em patriotas devotos.

A História que se ensinava era uma interpretação simplista, idealista e manipuladora do passado, uma história apologética, na qual os heróis serviam enquanto modelos de virtude e transmitiam ao aluno o dever de contribuir, por um lado para o bem da humanidade e, por outro, da coletividade.

No que respeita aos conteúdos programáticos de História, ao longo da escolaridade, o aluno contactava com um conjunto de figuras que se manteve praticamente inalterável, com especial incidência para algumas delas que constituíam marcos históricos do processo de ensino e aprendizagem da disciplina.

IV.6. Manuais escolares

IV.6.1. Introdução

O manual escolar sempre foi e será uma forma de representação e reprodução social. No ensino ele é utilizado como ferramenta importante no processo ensino-aprendizagem, mas também como orientador do *curriculum* e, conseqüentemente, da prática pedagógica do professor.

O manual constrói a memória das gerações que o utilizam como meio educativo. Defende determinadas perspectivas do mundo e valoriza determinados contextos em detrimento de outros, em suma, apresenta diferentes formas de educar. Segundo Sérgio Campos Matos (...) «o livro escolar é o suporte básico dos conteúdos educativos, a súpula dos conhecimentos devidamente hierarquizados e esquematizados, cuja assimilação é considerada necessária. Deste ponto de vista, pode dizer-se que condensa um determinado capital cultural no estado objectivado. Isto é, constitui um bem cultural que, de algum modo, exprime ou realiza teorias, problemáticas, etc.»⁹³³.

A nível de funcionalidade, o manual cumpre uma função enciclopédica mas também uma função formativa intensa porque o aluno mantém com ele uma relação próxima. Além de conter uma determinada visão sobre a realidade e o mundo, o manual mediatiza a interpretação da realidade, transmite o conceito de hierarquia social, ajuda a moldar memórias e construir identidades, para além de impor o conhecimento segundo as pretensões de uma autoridade. São estas as principais razões pelas quais a análise de manuais se reveste de particular importância. Este exercício permite obter uma imagem concreta do passado coletivo e uma noção da dimensão que os compêndios pretendiam alcançar no ensino. A análise dos manuais permite também verificar se este auxiliar educativo se encontra distante dos enunciados dos programas oficiais.

O manual contém e veicula informações fundamentais. Enquanto recurso educativo reveste-se de especial relevância porque reflete a realidade escolar em termos de valorizações vs omissões e depreciações, formas de abordagem, conteúdo ideológico, etc. Além dos conteúdos, os textos de apoio e as gravuras funcionam como diretrizes dos princípios, valores, modelos comportamentais e metodologias de trabalho utilizados na escola.

⁹³³MATOS, Sérgio Campos, 1990, *Ob. Cit.*, p.48.

Segundo a perspectiva de Alain Choppin, o livro escolar é (...) «um *instrumento pedagógico* com uma longa tradição e é inseparável, tanto na sua elaboração como no uso que dele se faz, das estruturas, dos métodos e das condições de ensino do seu tempo»⁹³⁴. Na realidade, durante muito tempo, o manual foi o instrumento privilegiado para ter acesso ao conhecimento, facto que o transformou num objeto de culto. Ao longo das sucessivas gerações, o manual apresentou os códigos sociais que o poder político pretendia ver transmitidos. O manual era a única forma de o aluno “ver” o mundo, era a referência fundamental do saber. O desconhecido torna-se conhecido aos seus olhos através desse instrumento, por isso, o modelo de mundo que o aluno construía era o resultado da mensagem veiculada pelo manual. Ele constituía um lugar de memória que contribuiu para a formação das consciências das gerações, num período em que a prática pedagógica do professor assentava basicamente no compêndio, assumindo o manual praticamente a exclusividade total no ensino.

O manual é um meio didático essencial na instituição da cultura escolar. No século XIX o manual escolar era a principal base do trabalho para a generalidade da população escolar dos primeiros níveis de escolaridade. Estes manuais eram de natureza enciclopédica porque continham textos sobre todas as matérias que faziam parte dos conteúdos programáticos.

O manual expressa simultaneamente a mentalidade ideológica do autor e do poder político que autoriza a sua divulgação pública sendo, por isso, representativo do governo no poder. Os manuais são o produto da mentalidade das instituições responsáveis pela sua produção. Estes revelam também as opções ideológicas dos seus autores e permitem conhecer o tipo de ensino que se pretendia ministrar na escola, uma vez que o manual era o recurso fundamental na prática pedagógica. Desde o seu aparecimento no século XVIII que o manual era encarado como um meio fundamental no sistema educativo e como objeto de cultura. Este papel que o manual assume no sistema educativo vigora até ao século XIX.

Após a implantação da República, o manual passa a constituir um instrumento de iniciação à aprendizagem dos conteúdos curriculares. O regulamento da instrução secundária aprovado em 1921⁹³⁵ continha as disposições relativas à adoção dos manuais deste nível de ensino. Segundo essas orientações, os manuais seriam aprovados se respeitassem a (...) «exatidão da doutrina, clareza e método de exposição» e desde que estivessem em harmonia

⁹³⁴ CHOPPIN, Alain, 1980, *L'histoire des manueles scolaires: une approche globale*. Histoire de l'Éducation, (9), Dezembro de 1980 (a expressão em itálico é do autor).

⁹³⁵ Decreto n°7:558 de 18 de junho.

com (...) «as disposições legais, os programas e o carácter do ensino secundário»⁹³⁶. Os manuais eram submetidos à apreciação de uma comissão constituída por doze vogais nomeados pelo governo e presidida pelo Diretor Geral do Ensino Secundário.

Mais tarde, em 1926⁹³⁷, o Ministério da Instrução Pública promulgava o Estatuto da Instrução Secundária. Com o lema da redução e simplificação dos programas em vista, procede a uma reestruturação no ensino. Uma das suas preocupações patentes neste documento era o ensino da Língua Portuguesa: «Ao português e a tudo quanto diz respeito a coisas portuguesas deu-se lugar primacial; antes de tudo e acima de tudo, o conhecimento da nossa língua, do nosso povo, da nossa Pátria»⁹³⁸. Os manuais a utilizar no ensino seriam escolhidos pelos conselhos escolares dentro do conjunto daqueles que tivessem merecido a aprovação do governo e a sua aprovação válida por cinco anos. Podiam ser aprovados compêndios portugueses ou estrangeiros, traduções ou adaptações.

Em 1927, o governo decidiu revogar a legislação em vigor. Restabelece e põe em vigor as disposições relativas à adoção de manuais aprovadas em 1921 pelo Decreto nº 7:558 de 18 de junho.

Os manuais utilizados no ensino até à década de 30 eram, na generalidade, os manuais utilizados durante o período republicano. A sua utilização é autorizada pelos conselhos e juntas escolares que seleccionam os compêndios a utilizar dentro do conjunto de manuais que eram utilizados no período republicano. Com a aprovação do regulamento para a apreciação e adoção dos livros e compêndios para o Ensino Primário Elementar⁹³⁹, a escolha dos manuais passa a ser da competência da Secção do Ensino Primário e Normal do Conselho Superior de Instrução Pública realizada anualmente e a adoção vigorava por períodos de quatro anos letivos. Da apreciação dos manuais podia resultar a apreciação definitiva, apreciação condicional ou reprovação. Os critérios que presidiam a esta seleção prendiam-se sobretudo com o plano e com o contexto que o manual apresentava.

Em 1931⁹⁴⁰, no ensino secundário, foi reconhecida a necessidade de estabelecer novas bases para o concurso dos manuais a adotar nos cursos geral e complementar. Esta tarefa cabia ao conselho escolar e a sua adoção vigorava por períodos de cinco anos. A aprovação dos manuais dependia da sua obediência aos programas de ensino, o seu conteúdo devia respeitar, (...) «a exactidão nas doutrinas e a correcção na linguagem (...)». Deviam também

⁹³⁶ Decreto nº7:558 de 18 de junho, p.849.

⁹³⁷ Decreto nº12:425 de 2 de outubro.

⁹³⁸ Idem, p.1458.

⁹³⁹ Decreto nº18:379 de 23 de maio.

⁹⁴⁰ Decreto nº19:605 de 15 de abril.

estar em conformidade (...) «com as observações do programa e o carácter do ensino secundário»⁹⁴¹.

De 1928 até 1932 os manuais utilizados no ensino foram os mesmos que tinham sido utilizados durante a I República, dado que não existiam condições para a sua alteração em tão curto intervalo de tempo. Com a ascensão de Gustavo Cordeiro Ramos ao cargo de ministro da Educação, foram decretadas várias disposições que visavam a aplicação de uma reforma significativa ao nível educativo, das quais se destaca a introdução do compêndio oficial, mais vulgarmente designado livro único, em 1936.

A partir de 1936 é o livro único ou “*corpus* de endoutrinação”, como o designou Noémia Félix⁹⁴², e os livros aprovados oficialmente que passam a vigorar no ensino. Em termos educativos, são estes e a de mais manobra de propaganda, em termos gerais, que procuram proteger a continuidade dos modelos educativos até então dominantes.

O manual escolar impunha-se no ensino pela importante função que exercia mas também porque veiculava tendencialmente a ideologia dominante. A sua mensagem implícita era assimilada e divulgada na escola, onde esta ganhava corpo e se desenvolvia. O manual era o instrumento que comandava a prática letiva, conduzindo o ensino e os modos de aprendizagem dos alunos e, o seu conteúdo era assumido como “verdade única”. Esta perspetiva foi assumida pelo Estado Novo que decretou o livro único como recurso exclusivo do ensino, transmissor de conhecimentos e promotor de capacidades, atitudes e valores. Enquanto objeto de cultura e de ideologia, o manual representava e continha as opções culturais e ideológicas assumidas pelo poder político declarando como verdade determinados conhecimentos, omitindo e ou desvalorizando outros. A conceção que estava subjacente à elaboração e posterior aprovação dos manuais, continha um objetivo ideológico e político e instituíu um conjunto de verdades inquestionáveis e dogmáticas.

Os manuais escolares eram alvo de uma apertada vigilância, a nível oficial. A informação contida nos manuais era “joeirada” por uma comissão examinadora. Este procedimento constituía um processo centralizador de escolha que obedecia às imposições ideológicas do regime. Para além desta seleção rigorosa, os manuais eram obrigatoriamente rubricados pelo autor para lhe ser reconhecida autenticidade⁹⁴³. Embora o percurso do manual fosse observado de perto pelas entidades competentes, proliferavam nas escolas manuais

⁹⁴¹ Decreto nº19:605 de 15 de abril, p.632.

⁹⁴² Félix, Noémia, 1998, *A História na Educação Básica*, Lisboa, M.E./DEB, p.51.

⁹⁴³ Em alguns manuais consta a indicação de que os exemplares não rubricados pelo autor seriam apreendidos.

publicados à margem destas diretrizes, mesmo com a sua proibição legislada e previsão de sanções para os infratores⁹⁴⁴.

Com o início da década de sessenta, o domínio do livro único começa a dar sinais de enfraquecimento, fruto da perceção de que o seu uso estaria descontextualizado face à evolução dos conteúdos programáticos e do ensino, na sua generalidade. Cabia ao professor a tarefa de seleccionar os manuais escolares, dentro do restrito leque disponível⁹⁴⁵.

O Estado Novo introduz alterações no processo de aprovação e adoção de manuais escolares. O valor da formação era constantemente enaltecido em detrimento da instrução e, neste sentido, o objetivo principal dessa formação era fomentar no aluno as atitudes e comportamentos tipificados pelo regime: respeito e veneração pela pátria e pelo chefe; valores morais tais como o patriotismo e a obediência que asseguravam a unidade moral da nação. Em 1932, Gustavo Cordeiro Ramos define o enquadramento legal das diretrizes que norteavam a aprovação dos manuais de História para que fosse respeitada a «exactidão das doutrinas»⁹⁴⁶. Segundo as novas orientações, a matéria que constasse nos manuais devia (...) «contribuir para que os estudantes aprendam nas suas páginas a sentir que Portugal é a mais bela, a mais nobre e a mais valiosa das pátrias que os portugueses não podem ter outro sentimento que não seja o de Portugal acima de tudo». Com Gustavo Cordeiro Ramos consolidou-se a orientação ideológica e autoritária do ensino reiterada com a imposição do livro único aprovado sob a perspetiva e as tendências do regime.

Os manuais escolares utilizados durante o século XIX evidenciavam um carácter patriótico que estava na base dos objetivos educativos que o sistema de ensino consignava e que vieram a ter continuidade durante a I República e posteriormente, no período da ditadura militar e início do Estado Novo⁹⁴⁷.

Já em pleno Estado Novo, o discurso subjacente nos manuais caracterizou-se por evidenciar estes mesmos valores que tinham em vista o fomento do patriotismo enquanto sentimento nacional. Nota-se um reforço do aproveitamento da vertente formativa da educação, no sentido do exacerbar o patriotismo e da doutrinação propagandística. A visão da pátria como “mãe” mantém-se durante o período da ditadura militar, notando-se uma

⁹⁴⁴ Decreto nº22:369 de 30 de abril de 1933 e Circular nº 738 de 16 de novembro de 1933. Sobre este assunto vide PINTO, Olga Maria Martins, 2004, *Ob.Cit.*, pp.96-97.

⁹⁴⁵ O sistema de aprovação oficial de manuais vigorou até 1974. Só mais tarde as sucessivas reformas dos programas deram lugar a novos conceitos de adoção de compêndios escolares.

⁹⁴⁶ Decreto nº21:103 de 15 de abril de 1932.

⁹⁴⁷ Um dos vários exemplos de manuais utilizados durante a I República e no Estado Novo é o manual de Fortunato de Almeida que usufruiu do beneplácito ministerial no âmbito da política do livro único. Este manual teve várias edições e estabeleceu uma continuidade graças às novas temáticas que foram sendo introduzidas no manual como resposta às alterações programáticas propostas pela reforma de 1936.

alteração da forma como esta vai sendo apresentada à medida que o novo regime se impõe e consolida. Este conceito passa a evidenciar uma tendência mais autoritária e dogmática que colocava a tónica numa (...) «imagem de uma pátria grandiosa, identificada com homens superiores que em todas as épocas tinham colocado o interesse da nação acima dos interesses individuais, era importante para servir os objectivos do regime que procurava apresentar-se como legítimo herdeiro dos antepassados ilustres. Para que o discurso pedagógico alcançasse os efeitos pretendidos justificava-se que a “verdade nacional” se sobrepusesse à verdade científica, num discurso pedagógico que omitia e escamoteava tudo o que não interessasse à evolução linear e finalista que se pretendia impor»⁹⁴⁸.

Foi instituída uma verdadeira historiografia do regime que se encarregou de divulgar a sua perspetiva histórica Segundo Joaquim V. Serrão, «os governos da ditadura nunca deixaram de apoiar a publicação de livros destinados ao ensino e de manuais com reconhecido interesse para a cultura popular»⁹⁴⁹. Mas se esse apoio foi uma realidade, o regime tinha em vista objetivos precisos. É durante o regime que surgem as obras de Damião Peres⁹⁵⁰ publicada a partir de 1928, Albino Forjaz de Sampaio⁹⁵¹ publicada em 1929 e João Lopes Soares e Chagas Franco⁹⁵² em 1932, obras que contribuíram para a divulgação histórica que o regime pretendia que penetrasse na sociedade.

A criação das bibliotecas escolares e o controlo dos manuais utilizados nos vários graus de ensino foram estratégias implementadas pelo Estado Novo. No ensino primário, o livro de leitura vigorou como livro único durante vinte anos. Este manual revestia-se de grande importância para o nível etário dos alunos aos quais se destinava, não só pelo valor pedagógico e afetivo que continha, mas pelo facto de constituir a primeira e, na maioria dos casos, a única leitura importante das suas vivências.

É a Junta Nacional de Educação que determina pela primeira vez a adoção do mesmo livro de leitura em cada classe que se manteve por décadas (Base X). Assim, em 1941 esta deliberação entra em vigor para a 1ª classe, em 1944 para a 2ª classe e em 1951 para a 3ª classe. A assinatura da Concordata entre o governo e a Santa Sé em 1940 atribuiu ao ensino um cunho religioso que se repercutiu nos manuais de leitura. Estes livros eram autênticas

⁹⁴⁸ PROENÇA, Maria Cândida *et alii.*, 2000, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil* (1850-1950), Lisboa, Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.57.

⁹⁴⁹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 2000, *História de Portugal*, Vol.XIII- do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935), 2ª ed., Lisboa, Editora Verbo, p.638.

⁹⁵⁰ *História de Portugal*, Barcelos, Editora Monumental.

⁹⁵¹ *História da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editora Bertrand.

⁹⁵² *Quadros da História de Portugal* que veio posteriormente a ser utilizado pelos professores nas escolas e bibliotecas.

cartilhas da ideologia política dominante. O seu conteúdo focava temáticas como a religião, o respeito pela família, noções de geografia, agronomia, fauna e flora, noções de higiene e de economia. A apologia da vida campesina, da pobreza, da caridade e humildade, o reforço dos valores do dever (tributário, cívico e patriótico), o elogio do trabalho por oposição ao ócio, são os temas mais frequentes que os manuais divulgavam.

Desde a publicação do decreto-lei nº 36:507 de 17 de setembro de 1947 que aprovou o Estatuto do Ensino Liceal só puderam ser adotados neste nível de ensino, tanto oficial como particular, os livros aprovados pelo Ministério da Educação Nacional. O art. 9.º deste documento referia ainda que (...) «os compêndios escolares deverão circunscrever-se rigorosamente às matérias dos programas e só poderão ser adotados depois da aprovação obtida em concurso aberto pelo Ministério da Educação Nacional. Para o ensino de cada disciplina nos diferentes anos de um ciclo será adotado em todos os liceus o mesmo livro, que poderá ser dividido em tomos, um para cada ano». Nesta data ainda não existia uma lista completa de todos os livros únicos, porque alguns não tinham recebido aprovação por parte da Junta Nacional da Educação que era a entidade que procedia à seleção de manuais. A lista dos livros únicos em vigor no ensino liceal foi divulgada por ofício da Direção Geral do Ensino Liceal de 27 de outubro de 1953⁹⁵³. Segundo o Estatuto do Ensino Liceal aprovado em 1947, os livros únicos vigoravam por cinco anos, ao fim dos quais deixavam de ter aprovação oficial. No entanto, estes podiam continuar a ser utilizados pelos professores bem como outros compêndios já usados em anos anteriores, decisão essa que ficaria ao critério dos conselhos escolares.

No ensino primário a modificação dos manuais usados em regime de exclusividade só foi consumada em 1961⁹⁵⁴. Foi legislada a sua remodelação devido à aprovação dos novos programas escolares que exigiam atualização⁹⁵⁵. Assim surge o novo livro único da 1ª classe em 1967, o da 2ª classe em 1972 e o da 3ª classe em 1973. Ao nível do ensino primário, nunca existiram livros únicos para o ensino da disciplina de História. Existia um conjunto restrito de manuais com aprovação oficial do qual o professor poderia adotar aquele que pretendesse utilizar no ensino da disciplina⁹⁵⁶. No entanto, a nível do ensino secundário existiam livros únicos para serem utilizados no ensino da disciplina.

⁹⁵³ *Vide anexo XXVIII.*

⁹⁵⁴ Decreto-lei nº 43:618 de 22 de abril de 1961.

⁹⁵⁵ Constituíam infração disciplinar para o professor o uso ou o consentimento de livros e cadernos escolares de ensino primário que não tivessem aprovação ministerial ou que a aprovação tivesse caducado, bem como de material didático que tivesse sido proibido pela entidade competente.

⁹⁵⁶ Sobre este assunto *vide* PINTO, Olga Maria Martins, 2004, *Ob. Cit.*, p.p. 92-101.

O Estado Novo detinha o monopólio dos livros oficiais, não só do livro único mas de todos aqueles que tinham aprovação oficial para serem utilizados nas escolas, por isso foi convertido em instrumento poderoso de transmissão da ideologia política do regime. O compêndio refletia um papel fundamental no imaginário dos alunos e assumia-se como uma “espécie de verdade absoluta”⁹⁵⁷ e imutável que perdurava no tempo, formando as consciências. Estes traduziam uma visão unívoca e fabricada da sociedade e do mundo, segundo diretrizes ideológicas pré-estabelecidas.

A maioria dos manuais utilizados durante o Estado Novo consegue uma grande difusão junto do professorado, constituindo, em diversos períodos, os livros mais utilizados no ensino. Neste sentido, a sua influência foi enorme junto dos alunos. Relativamente aos autores dos manuais que selecionámos, alguns deles são professores de profissão e autores de vasta obra. Em comum têm os valores que professavam e as causas que defendiam, eram apelidados de doutrinadores da *portugalidade*⁹⁵⁸ porque se dedicaram à transmissão da cultura do país e do ideal português.

Os manuais dos vários níveis de ensino são diferentes sobretudo pelas características que apresentam relativamente ao público-alvo a que se dirigem. Atendendo ao facto que se destinam a faixas etárias diferentes, os manuais utilizam um tipo de discurso simples ou mais elaborado. Os manuais do ensino liceal/secundário destinavam-se a uma população escolar restrita, ao escol, à elite da sociedade e a faixas etárias mais avançadas, logo a sua apresentação tinha em vista exigências que não se colocavam relativamente ao ensino primário.

Os manuais e os programas assumiram-se como um instrumento indispensável para a construção e sedimentação da imagem de Portugal como nação, de Salazar e do próprio regime. O discurso que se apresenta é uma epopeia de vencedores e do triunfo do bem contra o mal.

No contexto do imaginário coletivo da nação, os manuais surgiam como um importante instrumento de legitimação do poder político e de divulgação de uma determinada memória histórica e de um determinado universo cultural. O manual era também um bom referencial para aferir das relações entre política, cultura, ideologia e ensino através da análise da construção das representações e do imaginário.

⁹⁵⁷ TORMENTA, José Rafael, 1996, *Manuais Escolares - Inovação ou Tradição*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, p.3.

⁹⁵⁸ A portugalidade abrange tudo o que é especificamente português, as ideias e as instituições que são fruto do génio nacional, a civilização que os portugueses criaram e espalharam pelo mundo. O nacionalismo e a tradição são os elementos que compõem política e socialmente este conceito.

Analisar a mensagem que os manuais pretenderam transmitir e o seu impacto nos sistemas ideativos dos grupos sociais (alunos e professores) que os utilizaram durante décadas é desmontar a ficcionalidade que estes retratavam.

A iconografia adquiria igualmente uma importância significativa nos manuais do período em estudo. O espaço que o manual reservava às figuras encerrava um especial significado. A legenda desempenhava um papel relevante no que concerne à delimitação do sentido da imagem. Esta tinha um carácter informativo, elaborado e complexo. Por vezes, continha comentários valorativos e adquiria um conteúdo com um marcado pendor ideológico que servia as finalidades da ideologia do regime, cumprindo, desta forma, uma função propagandística. As imagens utilizadas raramente eram gravuras. Nos manuais predominavam impressões a rigor, tal qual existem (na estatuária ou documentos históricos). Estas são cuidadosamente selecionadas e tinham como objetivo principal auxiliar a memorização das lições dos heróis. Colocavam na frente do aluno o exemplo, os monumentos e chamavam a atenção para os costumes tradicionais.

As imagens constituíam um suporte importante na estrutura do manual. Normalmente, as ilustrações que retratavam as personagens históricas são legendadas. Há manuais que apresentavam mais do que uma imagem da mesma figura histórica e de outras figuras não apresentam qualquer imagem.

A imagem e a legenda tinham um papel de relevo no manual do Estado Novo. A cor, as dimensões, a legenda e o carácter ideológico que a imagem comporta, constituíam características que desempenham uma função essencial na manipulação da interpretação da mesma e assumia um lugar de relevo na pedagogia nacionalista do ensino.

IV. 6.2. *Análise dos resultados*

A análise de manuais no presente trabalho tem como objetivo sistematizar a informação sobre as figuras históricas que foi recolhida através desta fonte. A metodologia utilizada na análise dos manuais centra-se na exploração de conteúdos, pois estes refletem os valores que este pretende transmitir. Esta análise é feita através de uma interpretação qualitativa dos discursos. Esta técnica é suscetível de subjetividade pela natureza do próprio discurso e porque em alguns dos manuais utilizados não era explícita a atribuição de virtudes às figuras históricas.

A investigação desenvolvida incidiu, numa fase inicial, na leitura dos manuais selecionados⁹⁵⁹. Após esta fase construímos uma base de dados que nos permitiu, posteriormente, elaborar uma apresentação esquemática em forma de quadros resumo que possibilita ter uma perceção clara e precisa dessa informação, e que constitui um importante indicador qualitativo⁹⁶⁰. Para melhor organizar a apresentação dos manuais, estes foram ordenados cronologicamente e divididos em níveis de ensino: primário, secundário e técnico e por áreas: História, Leitura e Educação Moral. Repartimos os conteúdos em dois blocos temáticos: os períodos históricos sobre os quais os manuais versam (origens/formação, reconquista (1383-1385), descobrimentos, união dinástica, restauração, reformismo do século XVIII, liberalismo, parlamentarismo, I República e Estado Novo) e as figuras históricas.

Na abordagem das figuras históricas optámos pela sua divisão nas categorias: heróis, heroínas e anti-heróis. Complementarmente à análise de manuais e, numa tentativa de sistematização mais específica sobre as figuras históricas, apresentamos um conjunto de gráficos circulares (um para cada manual analisado) que constitui um indicador quantitativo⁹⁶¹. Estes gráficos circulares apresentam (em percentagem) as virtudes das figuras históricas organizadas em três tipologias: modelo de virtudes, aptidão militar e genialidade.

É também apresentado um conjunto de imagens que selecionámos da iconografia, organizadas por ordem cronológica, que constitui, em nosso entender, uma vertente fundamental do estudo dos compêndios escolares.

A análise dos quadros resumo tem como objetivo sistematizar a informação contida nos manuais sobre as figuras históricas e compará-la. Para tal, considerámos em primeiro lugar as figuras heróicas geradoras de consensos, ou seja, as figuras cuja abordagem é

⁹⁵⁹Vide anexo XXIX.

⁹⁶⁰Vide anexo XXX.

⁹⁶¹Vide anexo XXXI.

consensual nos manuais. Esse conjunto de heróis masculinos é encetado por Viriato, a figura inicial dos manuais e primordial da nossa História, caracterizado segundo uma dupla faceta. Na maioria dos manuais é descrito como o chefe, o primeiro a defender o território das investidas absorcionistas, o primeiro a lutar pela independência com valentia, persistência e determinação. Ele é também o pastor dos Montes Hermínios habituado à vida agreste que resiste corajosamente ao invasor romano. No mesmo contexto, surgem Sertório e Pelágio referenciados igualmente pelas virtudes de chefia, atitude de resistência e luta pela defesa da independência do seu território, dos seus costumes e tradições.

A caracterização do conde D. Henrique aponta para um homem inteligente, de espírito visionário, empreendedor e ambicioso que desejava alargar o seu território e fundar um Estado independente. D. Afonso Henriques, seu filho, sendo o continuador desta política é caracterizado em primeiro plano como o fundador da nacionalidade portuguesa mas também enquanto dinamizador de uma importante ação civilizadora, graças ao seu espírito guerreiro e ambição pela conquista dos territórios; o perfil de Egas Moniz traçado nos manuais é o de um exemplo de lealdade, integridade e honra pelo cumprimento da palavra, o homem de grande prestígio moral e nobreza de caráter imortalizado na História pelo episódio da entrega da sua família e de si próprio a Afonso VII, em resgate da sua palavra. As características que definem este perfil são partilhadas por Martim de Freitas imortalizado na História pelo episódio da deposição das chaves da cidade de Coimbra nas mãos do cadáver de D. Sancho II em cumprimento do seu dever e da sua palavra; Santo António também partilha este perfil enquanto figura pioneira da civilização portuguesa pelo papel importante que assumiu na dilatação da fé cristã e na renovação religiosa do século XIII. É destacado nos manuais sobretudo pela inteligência e virtude moral; Gonçalo Mendes da Maia, Mem Ramires, Geraldo Sem Pavor, D. Fuas Roupinho e Martim Moniz surgem no contexto das conquistas aos mouros, feitas por D. Afonso Henriques e são referenciados pela importância da sua ação no auxílio prestado ao rei e pela bravura guerreira que demonstraram no processo de reconquista e valorização da nação; D. Sancho I e D. Afonso III são os continuadores das conquistas e os povoadores dos territórios, cuja boa ação governativa desenvolvida por ambos contribuiu para a consolidação do poder real e para a organização política e administrativa do Estado.

Os manuais atribuem a D. Dinis o perfil de homem culto, inteligente e bom governante pela notável obra que executou ao proporcionar o desenvolvimento da nação a nível cultural e económico. Ele é o fundador da universidade em Portugal e a figura ligada à valorização da língua portuguesa; o perfil de D. Afonso IV surge associado sobretudo às

virtudes guerreiras pela bravura que demonstrou na batalha do Salado, acontecimento que permitiu ao país reforçar a sua independência, mas também às virtudes morais, pela humildade que o fez renunciar às riquezas e glórias.

A maioria dos manuais explora o perfil de D. Pedro I com base na exemplaridade como exercia a justiça no reino, mas também enquanto governante hábil pelo importante papel que teve no progresso da nação; o perfil de D. Fernando I aponta para um rei com habilidade governativa votado à defesa do interesse nacional. As virtudes do caráter apresentam um monarca generoso e humilde. Por outro lado, todos os manuais que fazem referência a esta figura são unânimes em considerá-lo precipitado, inconstante, incoerente e inconsequente por ter sustentado guerras com Castela, situação que teve repercussões economicamente desastrosas para o reino e pelo casamento com Leonor Teles que, para além de fragilizar, fazia perigar a independência nacional. No entanto, António Mattoso no seu *Compêndio de História de Portugal* (1938) tenta fazer a apologia de D. Fernando tentando corrigir o falso juízo que caracterizava o monarca e resgatá-lo do rótulo que a História lhe atribuiu que o considerava de ânimo fraco e coração sensível, rendido às seduções da oportunista Leonor Teles, a qual fez rainha.

As figuras de João das Regras, Fernão Vasques, Afonso Eanes Penedo, Álvaro Pais e D. Lourenço Vicente são caracterizados enquanto exemplos de patriotismo e defensores da causa nacional e da independência pela habilidade que demonstraram na defesa dos interesses nacionais no contexto da revolta de 1383-1385; o perfil de Nun`Álvares Pereira nos manuais analisados apresenta um duplo heroísmo. Ele é o cavaleiro invencível, o modelo exemplar de chefe militar e o símbolo máximo do amor pátrio, qualidades que o distinguem no plano pessoal, mas também o exemplo acabado de dedicação à causa religiosa pela generosidade e humildade que demonstrou no auxílio aos desfavorecidos e, sobretudo pela opção da vida espiritual; A caracterização de D. João I assenta essencialmente no facto de ser o fundador da dinastia de Avis e o pai da “Ínclita geração” mas também pelo papel crucial na defesa do reino contra as tentativas de invasão e perda de independência.

Da época expansionista, os manuais fazem referência a um conjunto considerável de figuras. Encetam este conjunto D. Duarte e D. Pedro. Estas figuras apresentam perfis baseados na sua sabedoria e cultura, espírito aventureiro e virtudes morais, qualidades que lhes permitiram promover o progresso da pátria; D. Fernando, o *Infante Santo* apresenta um perfil que assenta em qualidades do espírito. Ele é destacado pelo seu martírio, resignação e sacrifício em prol da causa nacional; o infante D. Henrique é uma figura que apresenta várias valências no contexto pedagógico. Relativamente a esta figura, os manuais são unânimes em

considerá-lo uma personagem notável pela sabedoria, genialidade e espírito visionário que demonstrou e pelas virtudes de caráter que fizeram dele o pioneiro da navegação e o iniciador do ciclo da expansão. Mas ele é também o modelo exemplar de cavaleiro medieval pelo seu misticismo e pelos ideais morais que representa, dos quais também se destaca o desinteresse material. Simboliza o ideal religioso da missão apostólica e da dedicação à pátria. Alguns manuais atribuem-lhe a fundação da “Escola Náutica de Sagres” mito que simbolizava a divulgação da fé cristã e o alargamento dos domínios de Portugal além-mar; Gil Eanes, Afonso Paiva, Diogo de Azambuja, Gaspar Côrte-real, Cristovão Colombo, António de Nola, João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, Bartolomeu Perestrelo, Gonçalo Velho Cabral, Pêro da Covilhã, Fernando Noronha e Diogo Cão fazem parte de um conjunto de figuras ligadas às descobertas marítimas e caracterizam-nos um conjunto de virtudes, das quais se destacam a coragem, a audácia e a intrepidez que orientaram os seus feitos e engrandeceram a pátria;

O conde de Avranches e Duarte de Almeida destacaram-se enquanto figuras que representam modelos de virtude, de lealdade e sacrifício em defesa dos interesses nacionais; D. João II é, segundo os manuais, uma figura enérgica dotada de espírito visionário e inteligência. Defensor da causa nacional, ele é o continuador da empresa dos descobrimentos e modelo de caráter moral. Alguns manuais também lhe reconhecem humildade por demonstrar desinteresse material; O perfil de D. Manuel I traçado nos manuais apresenta-o como o continuador da obra de D. João II. É-lhe atribuída a máxima grandeza da nação por promover a fama e a honra de Portugal no mundo e a consolidação do poderio português. Simboliza também a afirmação plena do génio português porque o seu reinado é marcado pelas grandes viagens de descoberta e engrandecimento da nação;

A Vasco da Gama, os manuais analisados reconhecem qualidades de chefia e virtudes de comando. Simboliza a realização do sonho do infante, mas também a modernidade, o progresso da civilização cristã e a soberania imperial de Portugal. Pedro Álvares Cabral é caracterizado enquanto exemplo de iniciativa e fé, um navegador intrépido e a figura principal de uma descoberta planeada e organizada que teve como consequência o desenvolvimento da civilização; Francisco de Almeida além de ter menos preponderância nos manuais do que Afonso de Albuquerque, apresenta um perfil que aponta para uma figura com qualidades de bom governante, cuja ação contribuiu para o engrandecimento imperial porque lança as bases do império oriental. Afonso de Albuquerque é a grande figura de Estado e exemplo de dedicação à pátria. Os manuais reconhecem-lhe qualidades militares e de chefia que lhe permitiram conquistar glória e poderio no oriente. É também considerado um espírito

visionário porque consegue fundar e consolidar o império oriental e tornar respeitado o nome de Portugal;

A Duarte Pacheco Pereira, figura emblemática da expansão, é reconhecida virtude moral pela sua ação de defesa dos interesses nacionais além-mar como roteirista e navegador; O perfil de D. João de Castro aponta para uma figura de elevado caráter moral do qual se destaca o sacrifício, a fidelidade, honestidade e humildade pela renúncia às riquezas e sobretudo devido ao seu ato de honra demonstrado no episódio da promessa dos ossos do filho e das suas próprias barbas em resgate do pagamento de um empréstimo para o serviço do rei, sendo por isso, considerado um modelo exemplar de dedicação à causa nacional;

S. Francisco Xavier, Pe. Manuel da Nóbrega e o Pe. Anchieta são caracterizados nos manuais como exemplos de virtude moral e zelo apostólico pela notável obra evangelizadora de dilatação da civilização cristã no oriente e por promoverem a glória de Portugal numa cruzada gloriosa como país missionário, contribuindo desta forma para o engrandecimento nacional.

A maioria dos manuais identifica na figura de Camões características de genialidade. Ele é o poeta universal e o cantor imortal dos feitos pátrios. Alguns manuais completam a sua caracterização acrescentando ao seu perfil o valor militar; Febo Moniz é caracterizado nos manuais como patriota, o defensor da liberdade e da independência nacional; o perfil de D. António (Prior do Crato) aponta para uma figura que simboliza a oposição e a tentativa de salvação da pátria perante o invasor castelhano. Embora derrotado, esta figura representa a defesa da independência e da soberania nacional. No mesmo contexto histórico, os manuais reconhecem a D. Miguel de Almeida e D. João Telo de Menezes, D. Antão de Almada, João Pinto Ribeiro, Jorge de Melo e ao Pe. Nicolau da Maia, o empenho na restituição da honra à pátria e qualidades que os tornam também símbolos da resistência a Castela e da lealdade à soberania portuguesa. Para além destas qualidades, os manuais traçam a D. João IV um perfil que o identifica como o símbolo do corte com a dependência de Espanha. São-lhe reconhecidas virtudes de caráter moral que lhe permitiram fazer face à situação desfavorável. É também caracterizado como o salvador da revolução e o reorganizador da nação porque recupera a soberania do Estado e protege o futuro da monarquia;

O Pe. António Vieira é apresentado nos manuais sobretudo como símbolo de patriotismo. Notável orador de espírito eloquente, foi na qualidade de diplomata que defendeu os interesses nacionais porque abraçou o ideal da pátria independente e contribuiu para a consolidação da independência. É também referenciado pela sua ação missionária, em segundo plano; a figura do conde de Castelo Melhor é referenciada nos manuais enquanto

homem de Estado e defensor dos interesses nacionais sobretudo por ter conseguido obter vitórias militares que puseram termo às guerras de restauração conseguindo a libertação da pátria e o consequente prestígio da nação; Salvador Correia de Sá figura nos manuais enquanto defensor dos interesses do império porque revelou coragem e valentia na libertação de Angola e restituiu territórios ultramarinos ao domínio português; D. Pedro II também é referenciado por revelar qualidades de chefia e de caráter moral na condução da política nacional.

Do século XVIII e XIX, os manuais destacam um conjunto restrito de figuras que evidenciam características que os permitem definir enquanto defensores da pátria. Neste contexto, a exaltação do perfil de D. Miguel assenta essencialmente na ação que desenvolveu enquanto defensor da tradição nacional e do absolutismo. Este monarca representa o retorno à tradição e a recusa pelos valores do Liberalismo embora tivesse ficado associado à derrota de Évora Monte e à má gestão dos recursos da nação.

Os perfis do duque de Palmela, duque da Terceira, Mouzinho da Silveira e do marquês Sá da Bandeira explorados pelos manuais convergem no mesmo sentido apontando para figuras que embora estejam associadas ao período liberal, se debateram pelos interesses nacionais porque tiveram um papel relevante no âmbito diplomático, político e militar e pelos serviços prestados à nação que promoveram o seu prestígio;

A D. Pedro V rendem-lhe homenagem os manuais sobretudo pelas virtudes morais que demonstrou. Para além de estar associado ao progresso da nação e à defesa dos interesses nacionais, são as qualidades do espírito que caracterizam o seu perfil. Inteligência, bondade e humildade, compaixão e benevolência tipificam esta figura que a História imortalizou pelo auxílio que prestou aos doentes de cólera que assolou o país durante o seu reinado;

Alexandre Herculano, Almeida Garrett, António Feliciano de Castilho, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós são figuras caracterizadas pela genialidade, sabedoria e talento que contribuíram para o progresso cultural da nação e para a renovação da tradição popular e da intelectualidade nacional; A D. Luís, os manuais reconhecem qualidades de generosidade, bondade e desprendimento material que lhe permitiram alcançar progresso;

Os perfis de Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens baseiam-se essencialmente em virtudes como ousadia, audácia e sacrifício. Estas duas figuras simbolizam a grande aventura de Portugal em terras de África. São considerados defensores dos interesses nacionais porque exploraram e promoveram o conhecimento científico e geográfico e o interesse pelo império até então praticamente desconhecido para os portugueses e para os europeus, despertando o patriotismo e as energias da raça. O seu feito, considerado notável, permitiu preencher os

espaços em branco do mapa africano e redesenhá-lo, denominando-o mapa cor de rosa e promover a ligação entre o Atlântico e o Índico por via terrestre que se refletiu em termos económicos devido ao desenvolvimento comercial entre o oriente e o ocidente;

O perfil de D. Carlos I é baseado essencialmente nas virtudes morais das quais se destacam a bondade, diplomacia e cultura, consciência do dever de chefe e a prontidão de atitude, atributos que lhe permitiram conquistar o respeito nacional. Esta figura é também exemplo de patriotismo e sacrifício da própria vida em prol da causa pública e um defensor dos interesses nacionais; João de Azevedo Coutinho, Caldas Xavier, António Enes, Alves Roçadas e Paiva Couceiro fazem parte de um grupo de figuras que os manuais consideram estratégias militares e figuras cruciais na consolidação do domínio colonial. Simbolizam a submissão dos outros povos e culturas ao domínio da soberania portuguesa, sendo por isso exemplos de sacrifício em prol do interesse nacional.

No mesmo contexto, Mouzinho de Albuquerque é exaltado nos manuais sobretudo pelas virtudes militares que culminaram com o ato da prisão do Gungunhana e a consequente pacificação de Moçambique. Ele é também a personificação do heroísmo militar e do patriotismo, o exemplo de sacrifício pela pátria que promoveu o restabelecimento da ordem e castigou a desordem, mantendo o domínio do ultramar. É o símbolo da alma nacional revivificada e de esperança num futuro próspero após um longo período de ausência de valores morais;

O perfil de D. Manuel II aponta para um exemplo de patriotismo, um espírito pacificador e prudente, no contexto da desordem que marcou o seu reinado. É também exemplo de dedicação à causa patriótica porque se debateu pela união da pátria. A humildade, a honra e a generosidade completam a sua caracterização;

Sidónio Pais é, nos manuais, o exemplo de homem de Estado e de virtudes morais das quais se destacam a coragem, a bondade e a bravura. Simboliza a retoma da ordem e da autoridade, do prestígio da nação após um período conturbado. É a figura que faz renascer a esperança no povo através do retorno à tradição e às virtudes puras da raça;

Gago Coutinho e Sacadura Cabral são as duas figuras que a História imortalizou pela autoria do admirável feito da travessia do Atlântico Sul a bordo do hidroavião *Lusitânia*. O perfil destas duas figuras baseia-se essencialmente nas suas características morais de audácia e tenacidade que fazem de ambos defensores dos interesses nacionais pela conquista de honra e glória para a nação, tal como os seus antepassados navegadores;

D. Aleixo Côrte-real e Aniceto do Rosário constituem uma dupla de heróis que os manuais consideram chefes exemplares e exemplos máximos de sacrifício, de defesa do interesse nacional e de dever patriótico porque sacrificaram a própria vida em defesa da pátria.

O perfil do general Gomes da Costa enquanto figura do poder político do regime é traçado com base na imagem de homem de Estado que simboliza a honra da nação porque conseguiu implantar a ditadura militar em Portugal e restabelecer a estabilidade nacional sendo, por isso, o intérprete da vontade nacional. Também aponta no mesmo sentido o perfil traçado nos manuais da figura do general Óscar Carmona. Homem de Estado, é a figura que consolida a revolução nacional. São-lhe reconhecidas qualidades de caráter, tais como o patriotismo que lhe permitiram conquistar o respeito nacional. Também o perfil de Américo Tomás converge no mesmo sentido do das duas figuras anteriores. Notável figura política, é ele o servidor da pátria pelo alto e honroso cargo que ocupa como chefe de Estado. Mas de todos os homens de Estado destaca-se Salazar pelas qualidades excepcionais que apresenta. Além de qualidades de chefia que o distinguem e o permitem governar bem o país, destacam-se outras virtudes, tais como a despretensão material, o gosto pela organização e pelo trabalho e a firmeza de caráter. Com estas qualidades devolveu o prestígio e a prosperidade à nação. É sobretudo a sua obra de saneamento financeiro e de orientação da vida pública os dois aspetos importantes que constroem o seu perfil. Salazar é também o defensor dos interesses da nação porque conquistou o prestígio nacional além-fronteiras e promoveu o ressurgimento da pátria.

Do conjunto das heroínas que figuram nos manuais, destaca-se um grupo restrito. É D. Teresa a figura feminina que primeiramente se evidencia nos manuais. O seu perfil aponta para uma mulher de espírito empreendedor, astuta, hábil e ambiciosa. É ela a continuadora das pretensões independentistas do marido e simboliza a criação do conceito de independência nacional; a rainha D. Isabel ou *Rainha Santa*, como ficou conhecida na História pelos milagres que lhe atribuem, é o modelo exemplar de esposa, mãe e educadora. É também o símbolo da virtude moral feminina consubstanciado na caridade, humildade e simplicidade. O perfil traçado nos manuais apresenta uma mulher que faz da ajuda ao próximo a sua bandeira, o seu modo de estar na vida. Alguns manuais também referem a sua ação enquanto mediadora da pacificação de conflitos nacionais;

Deuladeu Martins é caracterizada enquanto exemplo de bravura, generosidade e resistência ao invasor em defesa dos interesses nacionais. A valentia, o espírito guerreiro e a atitude destemida completam o perfil desta figura;

D. Leonor é apresentada nos manuais como exemplo de virtudes morais. Piedade, generosidade, dedicação aos mais desfavorecidos, benemerência e sensibilidade para a cultura

constituem a base da sua caracterização. A renúncia às riquezas e a vida simples completam o perfil desta figura a quem se atribuiu a fundação da obra das misericórdias;

A D. Filipa de Lencastre, os manuais também reconhecem grandes virtudes morais. O recato, a simplicidade, a bondade e a caridade caracterizam o seu perfil. É também o modelo exemplar de esposa, mãe e rainha que delega os seus exemplos aos filhos;

Mariana de Lencastre e D. Filipa de Vilhena partilham o perfil de boas educadoras. Caracterizam-nas a firmeza de caráter, a coragem e o espírito patriótico pela iniciativa que demonstraram ao armar seus filhos cavaleiros para defender a pátria do invasor estrangeiro; D. Luísa de Gusmão apresenta também um perfil baseado no seu exemplo de patriotismo e defesa dos interesses nacionais; Bárbara Fernandes, Isabel da Veiga, Ana Fernandes e Isabel Fernandes destacam-se nos manuais pela força do seu caráter demonstrado no auxílio que prestaram aos exércitos na defesa de Diu;

Os perfis de D. Maria I e D. Maria II apresentam duas cultas mulheres de Estado que deram um incremento considerável à cultura nacional. Completam os seus perfis a clemência e a beneficência, qualidades do espírito que lhes permitiram ser consideradas boas governantes e merecedoras do respeito nacional.

Temos vindo a referir desde o início deste trabalho que é a figura histórica que corporiza o ideal nacionalista. Exemplos morais e cívicos para a formação do caráter das futuras gerações robustecidas nos valores patrióticos, os agentes do passado fazem a ponte entre o que se pretendia que fosse o futuro em íntima relação com o passado, essa herança grandiosa e superior. A importância concedida às figuras e a exploração de determinadas vertentes em detrimento de outras dependem das posições filosóficas e ideológicas dos autores dos manuais. Estes concebem as suas obras sob perspectivas diferentes, não havendo unanimidade no que respeita aos interpretativos da historiografia. Enquanto os legisladores apenas apontam como referência as figuras, os autores dos manuais dão relevo ou desvalorizam a sua atuação na História, acentuam ou diminuem qualidades e desenham perfis.

Os manuais utilizam um tipo de discurso apologético das grandes virtudes e feitos heroicos apontando-os como dois fatores que congregam esforços para o engrandecimento da nação. Os heróis são criadores do passado, do presente e do futuro. Estes surgem associados a uma aura de predestinação atribuída pela divina providência. Esta instância determina o destino e a(s) valência(s) do herói guiado pela bandeira que dentro do espaço nacional ou transpondo as suas fronteiras fazem o engrandecimento da pátria e a tornam respeitada e invejada pelo mundo.

O apelo ao heroísmo e às qualidades do povo português é constante nos manuais. Os portugueses além de heróis, detêm a verdade, a razão, a moral cristã e os altos desígnios da nação. Os livros escolares legitimam toda a sua ação, sobretudo a ação civilizadora de construção do império e a sua ação de defesa da nação. O sentimento de nacionalismo e do dever patriótico são constantemente elogiados e levados ao extremo.

A mentalidade nacionalista favoreceu o culto dos heróis que apadrinhava a veneração a determinadas figuras históricas. A essa plêiade de figuras superiores que fizeram a glória de Portugal, a denominada “raça portuguesa” confiava-se a preservação e a continuação da memória nacional baseada no orgulho da identidade nacional.

É a ação individual dos heróis míticos que corporiza a conceção da História de Portugal. A renovação que o ensino desta disciplina sofreu insere-se no âmbito de um conceito onde predomina a ideia de que são os heróis que fazem o percurso histórico de Portugal. Estas figuras importantes surgem com uma psicologia própria associadas aos momentos de glória e de crise, numa perspetiva de supremacia e ultrapassagem de fases de decadência. Ao seu caráter estão frequentemente associadas virtudes como o amor pátrio e a devoção à fé cristã.

Os heróis presentes são significativos porque encerram em si um simbolismo, mas as omissões ou o caráter negativista com os quais são conotados contêm também uma significação. Atitudes como a imprudência são toleradas porque esta característica é também entendida como um fator de criação de heróis, santos, mártires e homens geniais.

A análise dos manuais também nos permitiu verificar que existe unanimidade quanto à caracterização de algumas figuras que pelas atitudes ou ações não se enquadram no quadro ideológico do regime. São os anti-heróis. O anti-herói é, sobretudo, o anti patriota que governa sem amor à causa nacional, colocando-se em causa o seu ser e a sua ação. O anti-herói representava uma figura complementar do heroísmo que pode apresentar simultaneamente características do heroísmo e outras que não se enquadram na ideologia que o regime defendia e que acabaram por fazer parte de um conjunto de figuras que degeneravam no padrão da personalidade coletiva nacional.

A figura que enceta este grupo é Fernão Peres de Trava. Nos manuais, ele é o estrangeiro que cobiça a soberania portuguesa e o usurpador do poder real. Num contexto semelhante surgem também Leonor Teles e o Conde Andeiro, considerados conspiradores e intriguistas cuja ação fez perigar a independência, no entanto, os manuais constroem um perfil mais completo de Leonor Teles. Ela é a adúltera que revela uma conduta imprópria porque ofende a memória do rei e contrasta com as virtudes morais e com o ideal da pureza e virtude

associado ao ideal feminino. Ela congrega um conjunto de defeitos de personalidade e revela ser oportunista, dissimulada e hipócrita porque prejudica os interesses da nação e defende os de Castela; Leonor Teles representa o protótipo da anti heroína que agiu por ambição e com falsidade. É também a traidora da pátria que «desenvolvia uma actividade notável, de manha e aliciamento, por todo o país, incitando os nobres e o povo à obediência ao rei estrangeiro»⁹⁶².

Os perfis de Álvaro da Veiga, Cristovão de Moura, conde de Olivares, marquês de Vila Real, duque de Caminha, conde de Armamar, Miguel de Vasconcelos e a duquesa de Mântua também se enquadram numa tipologia de anti-heroísmo porque embora em contextos diferentes, apresentam uma característica comum, a aliança com o inimigo. Cometeram traição à pátria e defenderam os seus próprios interesses ou interesses alheios a ela, negligenciando-a, por isso são considerados degenerados e renegados. Simbolizam também a corrupção pela sua má conduta e influência negativa no sentimento nacional, contribuindo para colocar em perigo a soberania portuguesa; a caracterização do cardeal D. Henrique nos manuais não aponta no sentido da traição à pátria mas a sua condição de incapacidade para inverter o rumo desfavorável conduziu a nação à perda da independência. Ele é apresentado como um homem idoso, incapaz de continuar a defender os interesses nacionais, por isso, os manuais atribuem-lhe qualidades depreciativas como a falta de ânimo e coragem, a indecisão e a cobardia.

Também a dinastia filipina é caracterizada depreciativamente nos manuais analisados por representar um período crítico da História nacional: a perda da independência e a desonra da pátria. Este período da História nacional simboliza o retrocesso da prosperidade da nação pela sua má administração e a anulação dos esforços levados a cabo durante séculos para construir um Estado independente e próspero. O perfil de Filipe I aponta para um rei com falta de caráter pelo não cumprimento da palavra dada. Filipe II e Filipe III são considerados maus governantes pela opressão que exerceram sobre o povo português. Miguel de Vasconcelos é o protótipo de falso patriota, o traidor da pátria em favor do inimigo castelhano. Esta figura ficou célebre pela sua colaboração com o governo espanhol durante o período filipino, não só no sentido de ser retirada a Portugal a autonomia que havia sido garantida nas cortes como também na sobrecarga do povo português com mais e pesados impostos; o perfil de D. Afonso VI é pouco explorado nos manuais, no entanto, a fraqueza de espírito não elogia a sua ação e caracteriza-o depreciativamente; D. Pedro IV é a figura que encerra o ciclo dos maus portugueses. Ele é o defensor das ideias e dos valores liberais contrários à ideologia do regime. Simboliza a defesa dos interesses alheios à nação. É acusado

⁹⁶² LANÇA, Joaquim, 1960, *Ob. Cit.*, p.24.

de cometer o crime de lesa-pátria e lesa-majestade por se ter revoltado contra o rei e contra a pátria e de não ter trato político. É um anti-herói por usurpar o poder e por renunciar à sua identidade nacional. A figura de D. Pedro IV é também associada à perseguição à Igreja, bem como às lutas liberais e à guerra civil que dilacerou o país. Esta crise assinalou o choque de duas culturas, um conflito de ideologias políticas para além de ter promovido a desorganização política e moral da nação. A ação deste monarca ficou associada à influência da maçonaria e do liberalismo burguês em Portugal que advogavam valores contrários aos que o regime protagonizava. Personalidade controversa, cuja ação refletiu as vicissitudes do seu tempo, a sua figura ficou associada à luta pela instauração do regime monárquico constitucional em Portugal.

A análise de manuais também nos permitiu verificar a existência de figuras que não são objeto de consenso nos manuais, ou seja, que a sua caracterização apresenta divergências. D. Sancho II é uma dessas figuras. Os manuais reconhecem-lhe valentia porque consideram que desenvolveu uma obra importante enquanto continuador das conquistas e povoador dos territórios, contribuindo também para a consolidação do poder real e para a organização política e administrativa do Estado. No entanto, alguns manuais destacam a sua fraqueza de espírito porque se deixava dominar pela rainha, a nobreza e o clero;

D. Afonso V é referenciado em alguns manuais pela bravura que demonstrou nas lutas e pelas vitórias que alcançou em África, contribuindo para o progresso e engrandecimento da pátria e do império, no entanto, outros manuais destacam a sua faceta de leviano e perdulário que levou ao empobrecimento da nação devido à má gerência do governo e falta de pulso;

A maioria dos manuais considera Fernão de Magalhães o autor de um feito admirável. A sua viagem de circum-navegação prova a esfericidade da Terra e contribuiu para o progresso científico da nação. No entanto, outros manuais fazem uma caracterização depreciativa e acusam-no de desamor e afronta à pátria por se colocar ao serviço do rei de Espanha.

O perfil de D. João de Mascarenhas é também contraditório. Alguns consideram-no um herói da epopeia ultramarina pelas suas virtudes guerreiras, tais como firmeza de caráter e poder de decisão e por outros, é considerado exemplo de desonra, usurário e traidor porque vendeu a pátria a Castela.

D. João III é apresentado como uma figura preponderante na colonização do Brasil e no seu desenvolvimento assim como no incremento da cultura e no progresso nacional pela obra que realizou. Mas o seu perfil aponta também para uma personagem que simboliza a inquisição em Portugal e a expulsão dos judeus. Além desta figura ter sofrido um processo de depuração a nível historiográfico, não apresenta consensos nos manuais. Alguns deles consideram que

lhe faltou genialidade e virtudes de chefia pelo facto de ter abandonado fortalezas africanas, comprometendo com isso o desenvolvimento económico do país.

Na maioria dos manuais, D. Sebastião interpreta o sentimento português pelas qualidades de cavaleiro medieval herdadas dos seus antepassados que ele próprio ressuscita. Exemplo de virtudes e defensor dos interesses políticos nacionais, D. Sebastião simboliza o sonho do V império cristão (já anteriormente projetado por D. João I e Afonso V). Noutros manuais, D. Sebastião é encarado como o causador do enfraquecimento do reino e da perda da independência devido ao fracasso da batalha de Alcácer Quibir.

O perfil de D. João V também oscila entre a exaltação e a censura. A magnificência e a riqueza são características que o distinguem positiva e negativamente. Alguns manuais reconhecem-lhe sensibilidade estética, dignidade e a autoria de uma obra notável pelo desenvolvimento e prestígio nacional alcançados, outros manuais consideram que foi perdulário e pródigo por se ter envolvido em obras dispendiosas e por não ter ponderação nas despesas do Estado. A riqueza e a ostentação que marcaram o seu reinado não se coadunavam com os valores da modéstia e da humildade que o regime advogava.

O perfil do marquês de Pombal é um dos mais díspares encontrados nos manuais. A consagração da figura de Pombal teve a sua apoteose durante o período liberal e republicano cuja comemoração motivou a sua entrada para a esfera hagiográfica da esquerda portuguesa, empenhando-se na construção de uma memória de Pombal que assentava nos valores da modernidade e do anticlericalismo⁹⁶³.

A imagem de credibilidade e heroísmo atestada pelos regimes anteriores foi como que desfeita ou repudiada pelo Estado Novo que o considerava um anti-herói embora lhe reconhecesse as virtudes da sua ação empreendedora. Considerado pela historiografia liberal, um protótipo de herói estadista, a sua imagem foi substituída nos anos 30 por uma nova dimensão e uma nova imagem mítica, o “reverso da medalha” que a historiografia liberal tinha divulgado como herói estadista. Esta nova dimensão destacava a sua faceta psicológica menos positiva e a sua ação governativa é igualmente vista nesta perspetiva. Esta posição antipombalista foi assumida pela ala neo tradicionalista⁹⁶⁴, tendência que se continuou a manifestar durante o regime e que teve um papel fundamental na sua construção ideológica.

⁹⁶³ É, no entanto, já no Estado Novo que é inaugurada a estátua de Pombal (13 de maio de 1934). Sem a presença das figuras mais emblemáticas do então novo regime, a inauguração da estátua do marquês foi realizada porque fazia parte das intenções do governo republicano.

⁹⁶⁴ Do setor neo tradicionalista fazem parte entre outros Alfredo Pimenta, António Sardinha, Caetano Beirão e João Ameal.

Considerado um político déspota e cruel, a sua ação ficou manchada pela desordem e pelo caos.

Figura de indiscutível grandeza e mediatização, a sua caracterização aponta, em alguns manuais, para um homem enérgico, inteligente e de vontade férrea votado aos interesses da nação, autor de uma obra reformadora extraordinária que beneficiou a nação mas sobretudo, pela sua intervenção rápida e eficaz em Lisboa após o terramoto de 1755. No entanto, a maioria dos manuais analisados, apresenta uma perspetiva diferente que assume preponderância na definição do seu perfil. É acusado de exercer uma política violenta e de ter um caráter ditador e autoritário. É associado ao liberalismo e à perseguição à Igreja e conotado com os valores republicanos. Estes defeitos morais inviabilizaram a entrada desta figura histórica na galeria dos heróis do Estado Novo.

Do conjunto de figuras que personificam o anti-heroísmo segundo a conceção do regime é o marquês de Pombal, a figura que mais controvérsia apresenta. Se por um lado é valorizada a sua atuação enquanto homem de ação, figura decisiva na reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto de 1755 e benfeitor da nação devido às reformas que implementou, por outro, a sua figura ficou ensombrada devido sobretudo, ao caráter despótico com que governava, a sua ligação ao suplício do Padre Malagrida, à execução dos Távara e ainda à extinção da Companhia de Jesus que faz dele um inimigo da Igreja, logo figura *non grata* para o regime que herdara do Integralismo Lusitano a perspetiva anti-heroica de Pombal.

No Estado Novo a imagética do marquês de Pombal insere-se numa perspetiva de anti heroísmo. O seu perfil oscila entre o inovador da sociedade da época, o grande reformador da cidade após o terramoto e o déspota sanguinário que não olhava a meios para atingir os seus fins, uma figura de caráter inflexível cujo governo ficou caracterizado pelo ódio ao jesuitismo e à Companhia de Jesus⁹⁶⁵, aspetos que macularam toda a sua ação praticada em prol do desenvolvimento nacional.

Para o regime, o marquês era o protótipo do contra exemplo. Ele não se enquadrava dentro dos seus valores morais embora se lhe reconheça um contributo fundamental para o progresso da nação. A dupla vertente que caracterizava a figura de Pombal foi descrita por Estela Brandão (...) «O próprio Pombal é o Desejado? Não. Fez-se temer não se fez amar. Cabeça de bronze, coração de pedra. Moralmente ignóbil. Rancoroso, ferino, alheio à graça, indiferente à dor. Inteligência vigorosa, material e mecânica, sem voo e sem asas. Um

⁹⁶⁵ É a luta antijesuítica que tornou Pombal um herói para os republicanos que amplamente se exprimiu com o centenário da sua morte.

brutamontes raciocinando claro. Falta-lhe o génio, o dom de sentir, nobreza heróica, vida profunda, - humanidade, em suma. Máquina apenas. Não criou, produziu. A criação vem do amor, a génese é divina. Criar é amar. Por isso a obra lhe foi a terra. Pulverizou-a. Só dura o que vive. Uma raiz esteia mais que um alicerce. Pombal em três dias, num deserto, quis tornar um bosque»⁹⁶⁶.

Na realidade, a tendência que se manifesta no ensino da História é a apologia do passado histórico nacional e não o inverso, o que ditou a integração progressiva do marquês na historiografia do regime como uma personagem com facetas suscetíveis de aproveitamento ideológico. Obviamente que nunca seria considerado um herói à luz da conceção mítica do regime, mas a sua obra de reconstrução da cidade de Lisboa após o terramoto poderia ter alguma “colagem” com as obras públicas realizadas durante o salazarismo e o seu caráter autoritário poderia, de alguma forma, fundamentar e legitimar a doutrina de poder de Salazar.

O Estado Novo pretendia glorificar o passado nacional e as figuras a ele associadas, os exemplos da História, por isso embora o marquês não preenchesse todos os requisitos idiossincráticos que faziam o herói, era uma figura conciliadora de algumas características que interessavam ao regime e que se inseriam dentro dos padrões da sua ideologia.

O marquês torna-se o mentor despótico que arrasta com as suas ações a desordem e a decadência e, surge, tal como D. João III como pólo oposto de dois períodos históricos: o liberal e o tradicionalista que aproveitam e exploram as facetas das figuras da forma que lhes é mais conveniente. Este processo conduz a sucessivas deformações do mito e do sentido inicial que teve a sua construção.

O antipombalismo é bem visível no discurso histórico dos manuais escolares do Estado Novo, embora a tendência para atenuar esse estigma começasse a ser uma realidade, como já foi dito anteriormente, o que possibilitou ao marquês integrar-se progressivamente na esfera das figuras importantes da História nacional. Nota-se que a partir da década de 40 nos manuais escolares utilizados no ensino da História é atenuada a intenção de hostilizar a figura do marquês. A sua ação é até louvada em diversos campos, como é o caso da obra de António G. Mattoso que para além de destacar igualmente as características negativas do marquês de Pombal, não lhe traça um perfil psicológico negativo como os outros autores fizeram mas deforma o seu mito, pela desvalorização da sua ação governativa. É o seu “fazer” que passa a ser colocado em questão.

⁹⁶⁶ BRANDÃO, Estela, 1951, *Pensamentos de Guerra Junqueiro*, Porto, Ed. Domingos Barreira, p.135.

Começa-se a assistir a uma mudança da imagética desta figura histórica, verificando-se uma tentativa de destaque de alguns aspetos abonatórios da sua obra, atenuando a imagem negativista construída até então. Contudo, o marquês não deixa de ser uma figura polémica e contrastante. A tentativa de fazer ressurgir a sua imagem como tendência não era unânime, uma vez que o antipombalismo foi uma característica constante durante o salazarismo e manteve-se devido à importância do movimento tradicionalista na política ideológica do regime. Embora o marquês não fosse considerado uma figura modelar do regime, este concedeu-lhe algum estatuto.

A Gomes Freire de Andrade os manuais reconhecem essencialmente dotes militares. No entanto, alguns consideram-no um defensor dos interesses da nação e outros, um espírito desnacionalizado. Esta figura surge ligada aos ideais liberais e à construção da monarquia constitucional. É visto como um conspirador, uma vez que as diretrizes do regime orientavam-se para uma crítica deste período histórico assim como da república, embora não sejam destruídas completamente todas as imagens “positivas” consideradas pelo regime⁹⁶⁷.

O perfil do duque de Saldanha em alguns manuais aponta para um homem de virtudes militares que lhe possibilitaram conquistar prestígio e a figura que chefia o processo denominado regeneração; noutros manuais é considerado imponderado porque a sua audácia colocava em perigo a estabilidade nacional.

A análise estatística que a seguir se apresenta foi construída a partir dos quadros de síntese dos manuais. Os gráficos elaborados resultam da análise dos manuais e, representam, em percentagem, as qualidades das figuras históricas que os seus autores, em conformidade com as orientações do regime, pretendiam evidenciar. Para complementar a análise qualitativa, optámos por um tipo de representação gráfica que constitui uma perspetiva quantitativa das tipologias de heroísmo que figuram nos manuais analisados. Procurámos sistematizar o estudo das figuras na tentativa de estabelecer regularidades ou padrões entre os manuais. Para tanto, organizámos as tipologias em três categorias distintas mas abrangentes, a saber: *Modelo de virtudes*, *Genialidade* e *Aptidão militar*. Delimitámos também o período em estudo no nosso trabalho em três fases, que constituem, *grosso modo*, as etapas que correspondem a alterações no ensino e, consequentemente, nos manuais. A primeira etapa

⁹⁶⁷ Outras figuras do mesmo período foram toleradas pelo regime, tais como Fontes Pereira de Melo e Mouzinho da Silveira, marechal Saldanha ou Costa Cabral (ambos líderes maçónicos) que representaram figuras militares e os intelectuais Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Oliveira Martins, especialmente pelas obras de carácter nacionalista que, aliás surgiam referidas nos programas como passíveis de constituírem leituras complementares ao ensino da História. Também Sidónio Pais, o símbolo da autoridade e do nacionalismo, os mitos históricos de Gago Coutinho e Sacadura Cabral, vistos pelo regime como os continuadores da empresa marítima de Pedro Álvares Cabral e, António José de Almeida.

corresponde ao período entre 1926 e 1935, não tendo sido contemplado, contudo, nenhum manual anterior a 1930; a segunda etapa corresponde ao período entre 1936 e termina no início da década de 50; a terceira etapa corresponde ao período que medeia entre a década de cinquenta e 1974.

A categoria *Modelo de virtudes* engloba qualidades de espírito, tais como o sacrifício, a lealdade, a honra, a fé, a generosidade, a honestidade e a fidelidade; a categoria *Genialidade* engloba a inteligência, a iniciativa própria, o espírito visionário e empreendedor e a erudição; a *Aptidão militar* congrega a coragem, a audácia, a valentia, a ousadia e os dotes de chefia. O enquadramento das figuras em cada uma das tipologias foi feito segundo o perfil que cada manual traça, excluindo, naturalmente, os anti-heróis.

A análise dos gráficos circulares mostra que a tipologia *Modelo de virtudes* destaca-se um pouco das outras. A dimensão da moralidade e as qualidades do espírito prevalecem sobre as restantes. Nos manuais anteriores a 1936, *História de Portugal* (1932) para o ensino primário e *Elementos de História de Portugal* (1934) para o ensino secundário destaca-se um conjunto considerável de figuras ligadas ao progresso científico e cultural da nação.

Após 1936, ano que marca decisivamente o ensino nacional em termos ideológicos, os manuais analisados apresentam uma tendência notória para a desvalorização da tipologia *Genialidade* e sobrevalorização das tipologias *Modelo de virtudes* e *Aptidão militar*. No entanto, também em dois manuais publicados em pleno Estado Novo, *História de Portugal* (s/d) e *Livro de Leitura para a 4ª classe* (1961) predomina a tipologia *Genialidade*.

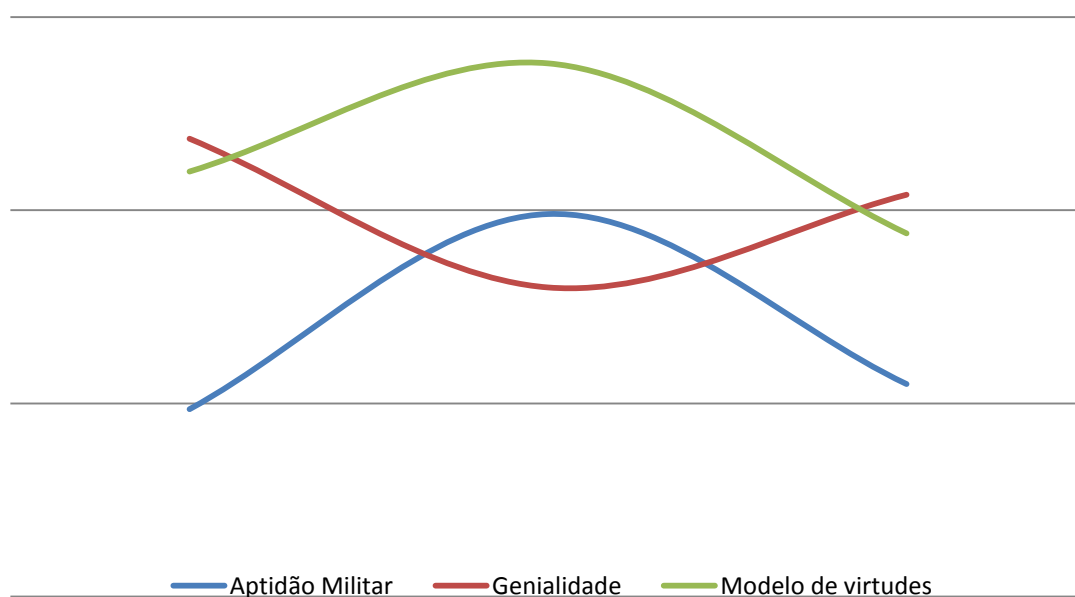
Na maioria dos manuais de História do ensino primário e secundário há uma tendência notória para uma abordagem mais equilibrada das tipologias de heroísmo. Nos compêndios de Educação Moral e Cívica para ambos os níveis de escolaridade destaca-se maioritariamente a tipologia *Modelo de virtudes*, no entanto, enquanto no manual do ensino primário, *Moral e Educação Cívica* (1933) prevalece a tipologia *Aptidão militar*, no manual do ensino secundário *Compêndio de Educação Moral e Cívica* (1940) a tipologia *Genialidade* é preponderante.

Nos manuais de Leitura, a tendência dominante apresentada é também a sobrevalorização da tipologia *Modelo de virtudes*. No seu quotidiano, o aluno contactava maioritariamente com personalidades que se enquadravam na tipologia *Modelo de virtudes*, em parte, através dos manuais escolares de História, mas sobretudo de Leitura e Educação Moral e Cívica. Estes notáveis perfis morais povoavam o imaginário do aluno e serviam de referência à construção da sua identidade nacional.

Na tentativa de resumir a informação fornecida, apresentamos um gráfico síntese que apresenta a compilação dos dados referentes a todos os gráficos anteriormente apresentados⁹⁶⁸. A análise deste gráfico permite concluir que as várias tipologias se concentram aproximadamente dentro dos mesmos valores, destacando-se, no entanto, os manuais de Educação Moral e Cívica por valorizarem tendencialmente a tipologia *Modelo de virtudes*.

A análise estatística propriamente dita também mostra que não há diferenças significativas comparativamente com as três etapas definidas⁹⁶⁹.

| Épocas | N | % | Aptidão Militar | | Genialidade | | Modelo de virtudes | |
|----------------------------------|---|-------|-----------------|---------------|-------------|---------------|--------------------|---------------|
| | | | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão | Média | Desvio padrão |
| 1930-1935 | 3 | 21,4% | 9,7 | 7,8 | 23,7 | 22,2 | 22,0 | 7,8 |
| 1936-até inícios da década de 50 | 5 | 35,7% | 19,8 | 15,6 | 16,0 | 13,5 | 27,6 | 17,4 |
| 1954-1974 | 6 | 42,9% | 11,0 | 10,4 | 20,8 | 18,4 | 18,8 | 13,6 |
| Global | | | 13,9 | 12,1 | 19,7 | 16,5 | 22,6 | 13,8 |



⁹⁶⁸Vide Anexo XXXII.

⁹⁶⁹Vide Anexo XXXII a).

Consideremos, agora, a análise das tipologias *Aptidão Militar*, *Genialidade* e *Modelo de virtudes* por época de edição do livro. Para o efeito, a **tabela 1** apresenta a mediana e a síntese dos resultados do teste estatístico de Kruskal Wallis, como recomenda Maroco (2007)⁹⁷⁰.

| Época | Aptidão Militar | | Genialidade | | Modelo de virtudes | |
|----------------------------------|-----------------|-------------------------|-------------|-------------------------|--------------------|-------------------------|
| | Mediana | Teste de Kruskal Wallis | Mediana | Teste de Kruskal Wallis | Mediana | Teste de Kruskal Wallis |
| 1930-1935 | 12,0 | H=1,009 p=0,604 | 27,0 | H=0,112 | 18,0 | H=1,124 |
| 1936-até inícios da década de 50 | 20,0 | | 13,0 | p=0,945 | 33,0 | p=0,570 |
| 1954-1974 | 7,5 | | 14,5 | | 14,0 | |

Tabela 1 -Análise das tipologias Aptidão Militar, Genialidade e Modelo de virtudes por época de edição do livro

Constata-se que para os três índices em análise *Aptidão Militar*, *Genialidade* e *Modelo de virtudes* não se pode afirmar a existência de diferenças estatisticamente significativas em função da época da edição do livro.

Consideremos, nesta fase, a existência de correlações entre as tipologias *Aptidão Militar*, *Genialidade* e *Modelo de virtudes*. Para o efeito, a **tabela 2** apresenta o coeficiente de correlação de Pearson⁹⁷¹ e respetiva significância, como recomenda Maroco (2007)⁹⁷².

| | | Genialidade | Modelo de virtudes |
|-----------------|--------------------------------------|-------------|--------------------|
| Aptidão militar | Coeficiente de correlação de Pearson | 0,667 | 0,683 |
| | Sig. (bilateral) | 0,009 | 0,007 |
| Genialidade | Coeficiente de correlação de Pearson | | 0,600 |
| | Sig. (bilateral) | | 0,023 |

Tabela 2 - Análise da correlação entre as tipologias Aptidão Militar, Genialidade e Modelo de virtudes

⁹⁷⁰Vide anexo XXXII b).

⁹⁷¹O coeficiente de correlação de Pearson varia entre -1 e 1, sendo que um coeficiente igual a 1 significa que as duas variáveis têm uma correlação perfeita positiva, um coeficiente igual a -1 significa que existe uma relação negativa entre ambas e um coeficiente igual a zero significa que não existe relação linear entre as variáveis. Por convenção, em ciências exactas sugere-se que um coeficiente menor a 0,2 indica uma associação linear muito baixa, entre 0,2 e 0,39 baixa, entre 0,4 e 0,69 moderada, entre 0,7 e 0,89 alta e por fim entre 0,9 e 1 uma associação muito alta seguindo-se uma lógica semelhante para as correlações negativas (Pestana e Gageiro, 2008). Por outro, o teste indutivo permite-nos inferir sobre a possibilidade de o erro associado à amostra ser tão grande que, no universo, a correlação entre quaisquer dois factores em análise seja igual a zero (Hill e Hill, 2005).

⁹⁷²Vide anexo XXXII c).

Desta análise podemos concluir que entre cada par das tipologias *Aptidão Militar*, *Genialidade* e *Modelo de virtudes* existe uma associação linear positiva moderada.

De seguida, analisamos a iconografia presente nos manuais. O conjunto de imagens apresentadas faz parte de uma seleção que tem como objetivo constituir uma amostragem relevante da análise da iconografia dos manuais analisados⁹⁷³. Embora o conjunto das imagens seja significativo, a seleção realizada não é exaustiva. As imagens foram agrupadas por ordem cronológica, segundo as figuras históricas que maior representatividade têm nos manuais e organizadas, a saber: Viriato, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, D. Dinis e a Rainha Santa, Nun'Álvares Pereira, D. João I, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Camões, D. Sebastião, D. João IV, P.e António Vieira, marquês de Pombal, D. Pedro V, Mouzinho de Albuquerque e os exploradores de África, Gago Coutinho e Sacadura Cabral e as figuras do Estado Novo. Cada uma das imagens está identificada com uma legenda e com a indicação bibliográfica da sua proveniência.

A primeira figura mais retratada nos manuais, sobretudo nos do ensino primário, é Viriato. A imagem de pastor *versus* guerreiro interliga-se através dos símbolos do cajado e da lança de ponta de bronze, espada ou punhal e o capacete que constituem uma simbiose perfeita. Esta pretende representar o condutor dos rebanhos e dos lusitanos, habituado a situações agrestes como a vida nas montanhas e a lutar pela disputa dos territórios que o tornaram forte e um guerreiro invencível. Segue-se D. Afonso Henriques. A imagem dominante nos manuais do ensino primário é a de guerreiro, certificada pela indumentária própria desta condição. De espada em riste, surge, por vezes, associado ao castelo de Mumadona, no berço da nacionalidade. Os manuais do ensino liceal embora explorem a vertente guerreira dão também ênfase à imagem de monarca que enceta a monarquia em Portugal, o primeiro rei dos portugueses.

Em terceiro lugar destaca-se Egas Moniz. Toda a iconografia associada a esta figura se reporta a uma imagem de submissão de uma família, evidenciada pela posição de acurvamento ou prostração de joelhos perante um rei sentado no seu trono rodeado pela corte nos manuais *Moral e Educação Cívica* (1933) e *História de Portugal* (1932).

D. Dinis e D. Isabel seguem-se no elenco das figuras. Na sua representação iconográfica, estas duas figuras tanto surgem individualmente como a par, formando uma dualidade. No manual *História para a 4ª classe* de António Figueirinhas (1939), D. Dinis

⁹⁷³Vide anexo XXXIII.

surge associado à cultura e à institucionalização da Universidade de Coimbra e no *Livro de Leitura para a 4ª classe* (1961) do mesmo autor, surge uma imagem da sua estatuária em Coimbra da autoria de Francisco Franco e uma ilustração da Rainha Santa Isabel com flores no regaço, que remete o imaginário para o milagre das rosas. No manual de Augusto Pires de Lima, *Portugal* (1937), há também uma ilustração da Rainha Santa com auréola e coroa e no *Compêndio de História de Portugal* (1938) surgem também as figuras do rei e da rainha individualmente: D. Dinis retratado segundo a obra de Pedro de Mariz de 1594 e a *Rainha Santa* representada segundo a estatuária (cabeça da estátua jacente do antigo túmulo de Santa Isabel no mosteiro de Santa Clara, em Coimbra). O manual *História de Portugal* (1968) de Albano Chaves, apresenta uma imagem tripartida de D. Dinis: o monarca surge a uma secretária e escrever rodeado de livros; elementos das ordens religiosas no seu exercício de leitura e escrita remetendo para a sua obra de desenvolvimento da instrução e um lavrador a trabalhar a terra, simbolizando a sua obra de desenvolvimento da agricultura. Em todos os outros manuais analisados, as representações destas duas figuras surgem a par, sugerindo uma complementaridade. A imagem dominante nos manuais retrata o milagre das rosas perante o espanto do rei e dos desprotegidos (crianças e velhos).

O manual *Heróis de Portugal* (1960) retrata, em grande plano, a imagem do conflito de Alvalade entre os exércitos de D. Dinis e o príncipe Afonso IV que a rainha conseguiu apaziguar. Outra representação interessante é a que surge no *Livro da Terceira Classe* (1951). Surgem ambas as figuras numa representação que inclui símbolos associados a aspetos da sua obra. A rainha retratada no milagre com o pão e as flores caídos do seu regaço e um mendigo ajoelhado com os braços estendidos em sinal do agradecimento. Junto da rainha surge o rei sentado a uma escrivaninha. Em seu redor, livros, manuscritos e aprestos da escrita medieval, simbolizando a proteção e o incremento dado à cultura nacional. Junto a estes surgem também utensílios agrícolas, como a enxada, o arado e produtos resultantes do cultivo da terra, como as espigas de trigo e as pinhas, alusivas ao pinhal de Leiria. Na imagem pode ainda visualizar-se a simbólica espada. Esta representa as conquistas do território levadas a cabo pelos seus antecessores e que possibilitaram a D. Dinis a realização de uma notável obra de organização e de desenvolvimento nacional.

A figura de Nun`Álvares Pereira surge abundantemente nos manuais analisados. Na sua maioria, o Condestável surge individualmente de traje e porte cavaleiresco simbolizando o ideal cristão em prol da causa nacional. Esta representação apresenta um indivíduo vigoroso, crente na fé de Cristo e disposto a lutar pela independência da pátria. A cota de malha, a espada, a cruz e o estandarte constituem o conjunto simbólico que caracteriza o

Condestável e sugerem esta interpretação os manuais *O Livro da Terceira Classe* (1951); *Casa Lusitana* (1956); *História para a 4ª classe* (1939); *Compêndio de História de Portugal* (1938); *Elementos de História de Portugal* (1934); *História de Portugal* (1932). Pontualmente, Nun`Álvares surge acompanhado de D. João I ou João das Regras, duas figuras que complementam ao mesmo tempo que realçam a importância do Condestável no processo da reconquista cristã. Há também manuais em que a imagem de herói guerreiro é complementada com outra que retrata o semblante sereno de religioso com o tradicional hábito da Ordem do Carmelo. Uma figura de semblante austero que se interliga com o de penitente e piedoso, vocacionada para a espiritualidade. Esta imagem baseada num quadro antigo pertencente à coleção particular de Ricardo Castelo Branco⁹⁷⁴ representa um Nun`Álvares mais maduro que contrasta com a de guerreiro invencível, viril e audaz que chefia os exércitos nos campos de batalha tal como consta nos manuais *Elementos de História de Portugal* (1934) e *Casa Lusitana* (1956).

D. João I surge nos manuais com menor projeção do que Nun`Álvares Pereira. O monarca que foi pai da “Ínclita Geração” surge retratado enquanto guerreiro da batalha de Aljubarrota e defensor da independência nos manuais *História para a 4ª classe* (1939); *História de Portugal* (s/d); *História de Portugal* (1968); *Compêndio de História de Portugal* (1938); *Casa Lusitana* (1956) mas também como chefe máximo da nação e fundador da dinastia de Avis acompanhado pela sua esposa, D. Filipa de Lencastre no manual *Elementos de História de Portugal* (1934).

Quanto às figuras associadas ao período expansionista, destaca-se o infante D. Henrique. A iconografia desta figura histórica exibida nos manuais apresenta um homem seguro de si com traços da passagem do tempo, postura serena, amável, melancólico e ponderado. A sua aparência revela um homem de vestes compridas e um chapéu preto de aba larga tipicamente borgonhês de onde pende uma espécie de véu também da mesma cor. Além da indumentária, um dos aspetos físicos que mais o caracteriza é o seu bigode, elemento identitário comum em toda a iconografia desta figura histórica. A sua imagem surge com frequência associada a paisagens marítimas onde figuram caravelas e indivíduos que o rodeiam, remetendo a memória do aluno para o mito da Escola Náutica de Sagres.

As obras *As Crónicas dos Feitos da Guiné* de Zurara e os *Painéis de São Vicente de Fora* da autoria de Nuno Gonçalves, ambas do século XV influenciaram a historiografia nacionalista do regime que extraiu as virtudes morais que Zurara atribuíra ao Infante.

⁹⁷⁴ Sobre este assunto vide www.arautos.org.br.

Atributos como a inteligência, persistência, ponderação e cuidado no trabalho a executar, constituíam virtudes aliadas ao saber fazer. A castidade e a caridade faziam parte das virtudes aliadas à sua vertente mística e religiosa, que se conciliavam com os interesses ideológicos do regime. Esta conceção da personalidade do Infante aceite pelos artistas do Estado Novo foi interpretada através da figuração dos painéis de Nuno Gonçalves.

A historiografia e a arte conciliavam-se na forma interpretativa que explicava o compromisso ideológico do regime salazarista. Por um lado, a Crónica da autoria de Gomes Eanes de Zurara foi explorada pelo regime numa perspetiva de mitificação da sua ação enquanto mentor dos descobrimentos e da expansão portuguesa além-mar, conciliando esta conceção com os fins propagandísticos do mito imperial. O tríptico de Nuno Gonçalves, enquanto obra artística, foi apresentada pelo regime como um paradigma artístico por conter um protótipo do Infante que viria a influenciar quer a pintura quer a escultura. Serviu igualmente para corroborar o discurso político-ideológico do regime relativamente a esta figura enquanto modelo de grandeza artística nacional da época imperial e também como imagem da nação que projetou e executou a diáspora. O regime opta pela imagem do Infante dos painéis que revela ser um modelo iconográfico de grande importância e projecção no campo ideológico e artístico, pelo elevado potencial de propaganda ideológica que representava⁹⁷⁵.

A iconografia do infante D. Henrique retratada nos manuais analisados baseia-se na imagem que consta no painel do infante do políptico de Nuno Gonçalves. Nos manuais de Alfredo Pimenta, *Elementos de História de Portugal* (1934) e A. Mattoso, *Compêndio de História de Portugal* (1938) surgem representações propriamente ditas desse painel.

⁹⁷⁵ Mas o “homem do chapeirão” como é conhecido o Infante D. Henrique na iconografia está envolto em controversa no que toca à sua identificação. Várias têm sido as discussões em torno da representação iconográfica do infante porque segundo a interpretação do políptico de Nuno Gonçalves feita por António Salvador Marques, o homem do chapeirão corresponde a D. Duarte. Esta interpretação é focalizada na caracterização moral da figura histórica e não na sua identidade original. A. Salvador Marques defende que o autor do tríptico que data do século XV utiliza uma representação dissimulada e oculta e que a imagem do políptico está concebida como um reflexo ou espelho, passível de decifração pela aura de mistério que comporta. Segundo ele, o infante D. Henrique figura no painel dos cavaleiros junto aos irmãos e a sua representação tem um forte pendor moral. O infante é a figura que está ajoelhada com as mãos erguidas junto a outros três cavaleiros que pertencem a ordens de cavalaria. D. Henrique apresenta um conjunto de símbolos acusatórios que o caracterizam depreciativamente e parecem sugerir culpa, traição ou máfé. Esta perspetiva é contrariada pela iluminura do códice manuscrito da Crónica dos feitos da Guiné de Gomes Eanes de Zurara também do século XV, existente na Biblioteca Nacional de Paris. Na iluminura, o infante surge numa representação invertida porque reflete um reflexo, facto que bloqueia a correta identificação das figuras no painel. O documento da qual a iluminura faz parte constitui uma exaltação global do papel do infante nos descobrimentos e promove a sua glorificação. É um documento que congrega excertos de obras precedentes que, pela sua natureza, não é consensual nem objetiva. Este embarga a imagem negativa do infante no políptico e visa a sua mitificação (<http://paineis.org/INDICE.htm>).

Vasco da Gama é outra das figuras que a iconografia privilegia. A maioria das imagens que surgem nos manuais baseia-se no quadro da escola de Gregório Lopes, pintado a óleo existente no museu de arte antiga e que se supõe ser de século XVI⁹⁷⁶. As imagens apresentam um homem de porte nobre e altivo de barbas brancas a evidenciar um homem experiente e maduro. Compõe a sua imagem um conjunto de indumentária do qual fazem parte um boné de seda na cabeça, umas lunetas e manuscritos na mão que sugerem intelectualidade. A juntar a estes símbolos, a cruz da ordem de Cristo instituída por D. Dinis, usada nas navegações portuguesas e outorgada aos navegadores portugueses em reconhecimento dos seus feitos gloriosos usada ao peito completa a caracterização física desta figura histórica. Dos manuais analisados, apenas o *Compêndio de História de Portugal* de A. Mattoso (1938) apresenta uma imagem de Vasco da Gama baseada no quadro existente na Sociedade de Geografia de Lisboa, de autor desconhecido. Outras representações desta figura histórica surgem também associadas a mapas com o percurso marítimo descoberto pelo herói representado nos manuais *História de Portugal* (s/d) e *História de Portugal* (1968), ao mosteiro dos Jerónimos no manual *História para a 4ª classe* (1939) ou à sua chegada a Calecute no manual *Heróis de Portugal* (1960).

Pedro Álvares Cabral é a figura que se segue no rol das figuras ligadas ao império. A maioria das imagens desta figura histórica baseia-se no seu retrato publicado na obra *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustram a nação portuguesa*⁹⁷⁷. Nesta obra, Pedro Álvares Cabral surge com indumentária nobre, com semblante altivo e responsável. Apenas no manual *Heróis de Portugal* (1960), Pedro Álvares Cabral surge como um comandante de armada firme e decidido a orientar os seus navegadores.

Com menor destaque na iconografia dos manuais comparativamente com as outras figuras associadas à expansão, surge o monarca D. Manuel I. Embora não tenha sido uma figura de ação, D. Manuel I é o monarca ligado à época de ouro da História nacional e caracteriza-o uma presença serena e firme.

Uma das principais figuras ligada aos descobrimentos é Afonso de Albuquerque pela sua inteligente e eficaz estratégia de expansão. Impulsionador do império, é ele que consolida o domínio português no oriente. A maioria das imagens apresentadas nos manuais é inspirada na sua estátua inaugurada em 1901 da autoria de António da Costa Motta (escultor) e Silva Pinto (arquiteto), que retrata um homem maduro, de longas barbas, chapéu e ricas vestes de

⁹⁷⁶Alfredo Pinheiro Marques defende que a mesma obra terá sido pintada no século XIX, já no período comemoracionista (www.iptshome.org.)

⁹⁷⁷Pedro José Figueiredo, 1817, *Retratos e elogios dos varões e donas que ilustram a nação portuguesa*, Lisboa, Oficina de Simões Tadeu Ferreira.

onde se destaca uma espada que empunha na mão esquerda. Com a mão direita aponta com um gesto firme a conquista de Goa e aos seus pés figura um amontoado de armas jacentes que simboliza a rendição dos povos.

Nos manuais, *Heróis de Portugal* (1960) e no *Livro de leitura para a 4ª classe* (1961), Afonso de Albuquerque surge também retratado com um manuscrito na mão, imagem que remete para a importância do cargo administrativo que desempenhava na Índia. Nos manuais *História de Portugal* (1932) e *História de Portugal* (1968) a representação de Afonso de Albuquerque surge associada a Francisco de Almeida e ao mapa do continente asiático de onde se observam as praças de Goa, Ormuz e Malaca, respetivamente. Apenas o *Compêndio de História de Portugal* (1938) apresenta a imagem de Afonso de Albuquerque baseada no retrato do palácio dos governadores da Índia, em Goa, obra do século XVI existente em Lisboa, no museu de arte antiga, de autor desconhecido.

D. João de Castro enquadra-se também no conjunto das figuras de proa da expansão. A iconografia referente a este herói é pouco significativa comparativamente com as figuras que já enumerámos. Esta figura histórica é destacada enquanto governador, mas também enquanto militar, pela valentia que demonstrou em Tânger no manual *Portugal* (1937). Com uma postura determinada e uma pena na mão, o retrato atesta o seu contributo fundamental em prol do conhecimento da cartografia, astronomia e geografia apresentado nos manuais *Compêndio de História de Portugal* (1938) e *História para a 4ª classe* (1939).

A iconografia relativa à figura de Camões é abundante. A maioria das imagens é baseada num dos seus mais famosos retratos pintado em Goa e datado de 1581, de autor desconhecido e considerado como o protótipo de todas as imagens de Camões. Esta iluminura contemporânea representa a figura de Camões em meio corpo. Nobremente vestido de acordo com o estilo e padrão nobre da época, surge Camões numa pose serena, já cego de uma vista e galardoado com a coroa de louro que representa o escritor e o poeta na sua plenitude, imagem que é explorada pela maioria dos manuais analisados. Destaca-se também um conjunto de elementos comuns identitários que surgem com frequência: o livro que representa a sua obra, *Os Lusíadas* e a pena que remetem para o dom da erudição e da genialidade. Com menor incidência, figura nos manuais *História de Portugal* (1968), *Heróis de Portugal* (1960) e *História de Portugal* (s/d), a espada em algumas representações do poeta a simbolizar a sua virtude militar. Apenas o *Compêndio de História de Portugal* (1938) exhibe a imagem de Camões segundo a gravura de Fernando Gomes, provavelmente datado de 1570, retrato que se supõe ter sido tirado do natural. Destaca-se ainda o manual a *História de Portugal* de Chagas Franco (1932) porque atribui grande importância à figura de Camões como nenhum

outro. Este manual dedica à representação iconográfica do poeta uma página colorida completa, onde o poeta surge em pose erudita e nobre a ler a sua monumental obra a D. Sebastião e à sua corte.

D. Sebastião segue-se à figura de Camões, figurando com muita frequência nos manuais do período analisado. Na iconografia escolar, este monarca surge sobretudo na qualidade de chefe da nação. A sua representação iconográfica baseia-se sobretudo na obra de Cristóvão de Morais existente no museu de arte antiga e na de Vieira Lusitano, nomeadamente na gravura de Debrie da coleção de Vitorino Ribeiro, onde D. Sebastião surge vestido com a indumentária de cavaleiro, acompanhado por um galgo, imagem que retoma simbolicamente a imagem imperial de D. Manuel.

O grupo de figuras históricas que se segue está ligado ao acontecimento da restauração da independência de 1640. A sua representação iconográfica é bastante significativa no conjunto de manuais analisados. Os conjurados, denominação pela qual ficaram imortalizados na História têm como chefe supremo D. João IV. Os manuais atribuem protagonismo a esta figura, e na maioria dos manuais figuram a seu lado os outros conjurados que tiveram um papel importante no planeamento e execução da restauração da independência e aclamação do novo rei. O *Compêndio de História de Portugal* (1938) e o manual *Elementos de História de Portugal* (1934) apresentam as figuras individualmente, atribuindo-lhe maior importância no contexto revolucionário. A figura de Miguel de Vasconcelos é, por vezes, evocada neste contexto e retratado sob o mesmo registo: um homem completamente subjugado, prestes a ver o fim da sua vida, nos manuais *Elementos de História de Portugal* (1934); *Compêndio de História de Portugal* (1938); Casa Lusitana (1956); *História de Portugal* (1968) ou jazente no chão, sem vida, situação que decorre do castigo por traição à pátria no manual *História de Portugal* (s/d). Outra das figuras associadas à restauração que figura com frequência nos manuais é o Pe. António Vieira. A iconografia desta figura baseia-se na gravura de Arnold Van Westlerhout, onde surge com indumentária religiosa e manuscritos que atesta a sua dupla vertente religiosa e diplomática.

Segue-se o marquês de Pombal, figura controversa e geradora de poucos consensos, que consta na maioria dos manuais analisados. Figura cimeira da reconstrução de Lisboa, é nessa qualidade que surge em grande plano, numa imagem colorida, rodeado de outras figuras, no manual de Chagas Franco, *História de Portugal* (1932). A imagem que predomina em todos os outros manuais é inspirada no retrato de meio corpo existente na casa dos marqueses de Pombal. Este apresenta um homem maduro de semblante grave e sério. A

cabeleira longa, branca e encaracolada e os folhos que caem sobre o peito são próprios do traje nobre do século XVIII.

A iconografia relativa a D. Pedro V centra-se sobretudo na sua dimensão moral e humana. A imagem predominante nos manuais é a de um homem bondoso e caritativo que se desloca ao hospital em visita aos enfermos, numa atitude de consolação e de humanidade nos manuais *História de Portugal* (1932); *Moral e Educação Cívica* (1933); *História de Portugal* (s/d). Apenas o manual de A. Mattoso, *Compêndio de História de Portugal* (1930) apresenta o monarca segundo a gravura publicada na Revista Contemporânea de Portugal e Brasil.

Mouzinho de Albuquerque e os exploradores de África constituem outro conjunto de figuras destacadas pelos manuais. Estes atribuem protagonismo a esta figura que se apresenta na maioria das vezes em pose militar nos manuais *História de Portugal* (1932); *Compêndio de História de Portugal* (1938) ou a executar a prisão do Gungunhana nos manuais *Casa Lusitana* (1956); *História de Portugal* (s/d). Figuras, tais como Serpa Pinto, Brito Capelo e Roberto Ivens associadas à exploração do continente africano e ao mapa cor de rosa surgem, na maioria, em trio nos manuais *História de Portugal* (s/d); *História de Portugal* (1938); *Casa Lusitana* (1956); *História de Portugal* (1968).

Gago Coutinho e Sacadura Cabral são os heróis da navegação aérea. Representam o progresso da técnica aliada à tradição aventureira característica do povo português. A iconografia apresenta dois homens maduros e de postura decidida, que surgem sempre a par. Na maioria dos manuais, ambas as personagens figuram junto do hidroavião *Lusitânia* e/ou do mapa do percurso realizado entre Portugal e o Brasil nos manuais *História para a 4ª classe* (1939); *Heróis de Portugal* (1960) e *História de Portugal* (1968).

Por fim, a fechar a galeria dos grandes heróis, surgem as figuras ligadas ao poder político. Na maioria dos manuais analisados figura a representação de Salazar, mas também de Américo Tomás, Carmona e Marcelo Caetano. Estes constituem o conjunto de personagens que encerram as páginas de alguns manuais. As representações iconográficas são essencialmente fotografias dos governantes nos manuais *História de Portugal* (s/d); *Livro de leitura para a 4ª classe* (1961), mas também baseadas em obras de artistas, como é o caso do quadro pintado a óleo da autoria de Eduardo Malta que representa Salazar junto à Serra do Caramulo no manual *Compêndio de História de Portugal* (1938) ou uma imagem do rosto de Salazar inspirada num medalhão da autoria de Alberto do Vale⁹⁷⁸, datado de 1937, que

⁹⁷⁸ C.f. SAIAL, Joaquim, 1991, *Ob. Cit.*, p.156.

atestava a sua importância enquanto personalidade oficial no manual *O Livro da Terceira Classe* (1951).

IV.7. Literatura Infantojuvenil

IV.7.1. Breve enquadramento da sua evolução

A génese da literatura para crianças é remota. As suas origens derivam da literatura popular e tradicional. A literatura era, pois, considerada única e servia a generalidade dos interesses. Esta assumia, regra geral, um cariz exemplar de transmissão de valores moralizantes. A denominação que especifica a que grupo etário se destina é um conceito mais atual.

Com a evolução da literatura vieram a lume temáticas relacionadas com o imaginário que depressa cativaram o público infantojuvenil. As fábulas, as histórias lendárias, os contos recheados de mitos oriundos do oriente, pelas suas características constituíram o que poderíamos designar de “primeiros laivos” do que habitualmente é designado por literatura infantojuvenil.

Na idade média surge no ocidente europeu uma literatura oral com cariz popular que, posteriormente, levará ao surgimento dos textos medievais, da qual se destaca a novela de cavalaria. É com o Renascimento e com a evolução da técnica que começa a surgir na Europa um tipo de literatura culta que se generaliza ao espaço nacional e que leva ao aparecimento da literatura popular e folclórica.

O século XVII⁹⁷⁹ foi uma época extremamente importante no que toca ao papel que começa a atribuir-se à criança e à necessidade de lhe conceder importância no contexto social. Em Portugal, foram publicadas várias obras destinadas a esta faixa etária, nomeadamente traduções e adaptações das fábulas de Esopo, de Fedro e da La Fontaine.

A narrativa popular continha um caráter didático e formativo, aspetos que a literatura infantil viria a adquirir no século XVIII, sendo os *exemplários* um género desta narrativa. Caracterizaram-se por ter um caráter moralizante, tal como os provérbios, adágios ou os ditos populares. Tinham uma função edificante, destinando-se a estimular no leitor/ouvinte o fascínio pelo exemplo e, consequentemente, a intenção de imitá-lo chegando ao desejo de perfeição.

No início do século XIX as obras de literatura infantil começam a revelar uma tendência vincadamente educativa. Esta tendência revelou-se na seleção das temáticas e na forma com que estas eram abordadas. Com a implantação da República e do seu ideário

⁹⁷⁹ Nomeadamente em França, no reinado de Luís XIV.

começa a ser notório um aumento do interesse pela literatura que se começara a desenhar nos finais do século anterior. Nesta época, em vários países da Europa vários educadores, que eram sobretudo mulheres, publicam obras destinadas à infância, tendência que viria também a verificar-se em Portugal. Estas mulheres que tinham uma missão pedagógica selecionavam temáticas relacionadas com a História pátria. Neste período também se destacaram alguns escritores que iniciaram a sua atividade literária ainda nos últimos anos da monarquia, que prosseguirá durante o período republicano. Durante este período são os autores que dedicam as suas obras aos heróis: J. M. Latino Coelho⁹⁸⁰, Pinheiro Chagas⁹⁸¹ e Oliveira Martins⁹⁸² publicam obras de evocação às figuras heroicas nacionais.

A divulgação histórica ganha relevo durante o período republicano, à qual vai dar continuidade o Estado Novo. A celebração das figuras históricas de relevo inseria-se dentro da ideologia republicana e positivista que privilegiava a relação entre o passado e o futuro. O passado era entendido como uma necessidade para a renovação do futuro, e os heróis surgem para rememorar o pretérito e perspetivar o futuro, no entanto, a memória nacionalista republicana seria, com o advento da ditadura militar e, posteriormente do Estado Novo, substituída por uma memória assente nos valores integralistas com uma forte componente religiosa que constituía a base da política ideológica do regime.

Ana de Castro Osório insere-se no período republicano. A sua obra norteava-se pelo ideal da educação cívica e patriótica e a sua prestação literária inscreve-se dentro de um serviço público. São desta autora os títulos *A minha pátria* de 1906, *Uma lição de História* de 1909, *De como Portugal foi chamado à Guerra e História para Crianças*, ambas de 1919.

Além desta autora também Afonso Lopes Vieira é outra das personagens literárias deste período. Este autor recorre à História nacional na sua obra *Canto Infantil* de 1912, temática que lhe merece uma especial atenção. As suas obras são panegíricas da História pátria, das suas grandezas e dos seus heróis que, pelas suas características, cativavam o público a quem se destinavam. Também Maria Paula de Azevedo publica, em 1913, a obra *A História de Jesus contada às crianças e Portugal para os pequeninos*. Maria Sofia de Santo Tirso e Maria da Luz Sobral também se inscrevem nesta tendência literária. Maria da Luz Sobral

⁹⁸⁰ COELHO, J.M. Latino, 1892, *Galeria de Varões Ilustres de Portugal*. Este autor escreve biografias de Camões, Vasco da Gama e Marquês de Pombal.

⁹⁸¹ CHAGAS, Pinheiro, 1869, *Portugueses Ilustres*. Este autor escreve sobre D. Afonso Henriques, Egas Moniz, D. João I, Nuno Álvares Pereira, João das Regras, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, João Pinto Ribeiro, Marquês de Pombal, L. A. Verney, Freire de Andrade, Manuel Fernandes Tomás, Teófilo Braga.

⁹⁸² MARTINS, Oliveira, 1891, *Os filhos de D. João I*, e 1893, *Nun'Álvares*. Este autor também escreveu biografias sobre figuras ligadas aos descobrimentos.

publica em 1924, a obra *Contos e lendas na nossa terra* e destaca figuras históricas, tais como a rainha Santa Isabel e D. Sebastião.

Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, surgiram novos nomes de autores, mantendo-se a atividade literária que vigorava no período anterior. Nos anos trinta, a consolidação do regime proporciona a criação da Mocidade Portuguesa, organização por meio da qual e ao serviço do regime, promove-se a edição ou difusão de obras que teriam como objetivo primordial a defesa da legitimidade do regime, apresentando-o como único detentor das virtudes da raça e o continuador das glórias do passado. São estas condicionantes de índole política que suscitam um aumento da publicação de obras de caráter histórico e apologético, o reforço das tendências moralizantes colocado em primeiro plano, secundarizando o lúdico e principalmente o retraimento do original perante as adaptações e versões, tanto de contos tradicionais como de extratos de obras consideradas como satisfatórias face aos objetivos do regime político vigente. As obras publicadas durante esse período continham um espírito que lhes era comum, o ideal formativo do caráter e da personalidade.

Maria Paula de Azevedo publica a obra *Terra Portuguesa* em 1926 e *Portugueses de Outrora*, em 1929. Emília de Sousa Costa publica, em 1935, a obra *Lendas de Portugal* e, em 1941, a obra *Vida de Jesus para os pequeninos*. Estas obras exaltavam sobretudo as virtudes religiosas, cívicas e patrióticas. Na apresentação desta obra, a autora clarifica as suas intenções: «Ao condensar nestas curtas páginas pequeníssimo número de lendas portuguesas...só me anima o desejo patriótico de fortalecer, entre as almas dos portugueses que alvorecem para o amor da nossa pátria bem querida e algumas almas antigas que têm direito a ser lembradas, fora do árido didactismo dos compêndios escolares, a cadeia de afectos, de aspirações, de orgulho e de fé nacionalistas, que deve enlaçar, num abraço infinito, os filhos de Portugal»⁹⁸³. Este excerto retirado da “apresentação” da referida obra de Emília de Sousa Costa ilustra a tendência educativa fundamentada em ideais políticos que se irá acentuar nas décadas de 30 e 40 e que se prolongará durante toda a vigência do regime, dedicando grande parte da sua obra à educação ideológica das futuras gerações e à promoção de ideais de humildade e resignação.

Aos pequenos leitores oferecem-se grandes exemplos educativos. As obras características deste período recorrem a figuras importantes da História de Portugal, fazendo desta temática fonte de inspiração para a escrita das suas obras que se integravam dentro do

⁹⁸³ COSTA, Emília de Sousa, 1935, *Lendas de Portugal*, Lisboa, Emp. Nacional de Publicidade, p.2.

espírito nacionalista do regime. Segundo a pesquisa que fizemos sobre esta temática, conseguimos reunir um conjunto de coleções e obras que, de seguida, passamos a apresentar.

A obra de compilação composta por sessenta episódios publicados no jornal *Diário de Lisboa* da autoria de Miguel Garcia versa sobre factos e figuras da História nacional⁹⁸⁴. Esta obra é dada à estampa em 1930, após a publicação dos episódios no referido periódico, com o título *História da Pátria: episódios históricos/ Elementos de Instrução Cívica a propósito do concurso patriótico do jornal “Diário de Lisboa”*. Quanto aos destinatários da obra, o autor considerou a publicação do conjunto dos episódios (...) «do maior interesse e proficuidade sob o ponto de vista instrutivo e de educação cívica, não só para os leitores menos cultos, mas especialmente para as crianças em idade escolar (...)». Quanto aos objetivos que o levaram à publicação da obra, o autor acrescenta (...) «A delicadeza da escolha dos episódios proporcionou-se admiravelmente à descrição dos factos de maior sentimento nacional, pela heroicidade dos actos, pelas virtudes guerreiras dos protagonistas, pelos exemplos dados por nossos antepassados, de tudo, quanto no passado representa glória, sacrifício e martiriológio. Recordando os trechos comoventes da nossa história e que mais devem prender o espírito popular, pomos em destaque a obra valorosa de nossos ascendentes, cujas acções, memoráveis pela sua grandiosidade, tanto têm feito admirar os demais povos e devem servir de exemplo aos vindouros. (...) A narração dos episódios que vamos descrever são um grande ensinamento de virtudes, de feitos e de glórias. (...) Lições sublimes da história pátria, que a inteligente orientação de um autorizado órgão da Imprensa veio facilitar para instrução nas escolas»⁹⁸⁵.

Com o mesmo ideal e interesse por abordar as temáticas relacionadas com a História Pátria destaca-se Rocha Martins que entre 1928 e 1930 dá à estampa a coleção *História:*

⁹⁸⁴ Desta obra fazem parte os episódios: Batalha de São Mamede, Batalha de Ourique, Conquista de Santarém/Tomada de Lisboa, Geraldo Sem Pavor, Tomada de Silves, Batalha das Navas de Tolosa, Martim de Freitas, D. Diniz o lavrador, Ordem Militar de Cristo, Pazes de Alvalade, Batalha do Salado, D. Inês de Castro, Assassinato de Maria Teles, Morte do Conde de Andeiro/Cerco de Lisboa, Batalha de Aljubarrota, Tratado de Aliança com Inglaterra, Conquista de Ceuta, Descoberta de Porto Santo, D. Nuno Álvares Pereira, Descoberta do cabo Bojador, O infante D. Pedro (o Santo), Batalha de Alfarrobeira, Rainha D. Leonor, Morte do Duque de Bragança, O príncipe D. Afonso, sua morte, D. João II, Vasco da Gama. Descoberta da Índia, Descoberta do Brasil, Matança dos Cristãos Novos, Afonso de Albuquerque, D. Francisco de Almeida, Morte do Grande Afonso de Albuquerque, D. João de Castro, Batalha de Alcácer Quibir, Luís de Camões, D. Filipa de Vilhena, Revolução de 1640, Batalha do Ameixial, Batalha de Montes Claros, Cativo de Afonso VI, O Marquês de Pombal, O terramoto de Lisboa, O atentado contra D. José, Diogo Inácio de Pina Manique, Fuga de D. João VI para o Brasil, Termo da Guerra Peninsular, O General Gomes Freire de Andrade, A Revolução Liberal de 1820, D. Miguel Rei Absoluto, A Usurpação do Trono, Os Bravos do Mindelo, A Revolução da Maria da Fonte, D. Pedro V, O Ultimatum, A Revolta de 31 de janeiro, Coolela e Mouzinho de Albuquerque, Assassinato do rei D. Carlos e do Príncipe Real, o último rei. Proclamação da República, O combate de 9 de abril a luta da África, Luta de Heróis. O caça - minas Augusto de Castilho, Viagem Aérea ao Brasil.

⁹⁸⁵ GARCIA, Miguel, 1930, *História da Pátria: episódios históricos/ Elementos de Instrução Cívica a propósito do concurso patriótico do jornal “Diário de Lisboa”*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, prefácio.

Heróis, Santos e Mártires da Pátria com vinte e quatro obras no total, dividida em duas séries. Cada obra era dedicada a uma figura ou facto da História nacional e concebida ainda dentro dos ideais ideológicos liberais e republicanos⁹⁸⁶. Deste período também referimos a coleção *Nacional* de J. A. de Oliveira Mascarenhas⁹⁸⁷.

Virgínia de Castro e Almeida publica durante o regime uma vasta obra, da qual se destacam obras como a *História de Dona Redonda e da sua gente* e *Aventuras de Dona Redonda* (nºs 6/7), da coleção “Os Melhores Livros para Crianças”. Também aqui surgem figuras históricas nacionais nos contos com o objetivo de inculcar uma ideologia. Da autoria desta autora são também a coleção “Pátria”⁹⁸⁸ publicada entre 1936 e 1946, e “Grandes Portugueses”⁹⁸⁹ iniciada pela escritora em 1943.

⁹⁸⁶ Da 1ª série fazem parte os títulos: Rainha Santa, O Condestável, Os doze de Inglaterra, O vedor de Sagres, Infante Santo, Cavaleiro da morte, O Decechado, A princesa Santa Joana, Vasco da Gama, O Grã-capitão, Camões e, O fantasma de D. Sebastião; da 2ª série fazem parte os títulos: Santo António de Lisboa, D. Francisco de Almeida, Os jesuítas martirizados, 1640, Cadafalso do Duque de Caminha, O suplício de D. Duarte de Bragança, Matias de Albuquerque, O Conde de Vila Flor, D. Manuel de Portugal, Os fuzilados de Campo de Ourique, o Marechal Saldanha e, O Duque da Terceira. Esta coleção é apresentada sob o formato de “livro de bolso”, sem gravuras, enquadrado na tipologia de literatura infantojuvenil da época. O texto é dividido em capítulos e dá uma panorâmica geral do percurso das figuras importantes da História, suas façanhas e os factos que os “imortalizaram” no percurso histórico nacional, bem como das dificuldades que enfrentaram e ultrapassaram, as suas virtudes morais e cívicas, sobretudo.

⁹⁸⁷ Desta coleção são do nosso conhecimento cerca de catorze títulos: História da Branca-flor, História de D. Inês de Castro, Rainha Santa Isabel, A padeira de Aljubarrota, Cartas de Amor de Soror Mariana, O milagre de Fátima, História de João de Calais, História do Touro Azul, Aventuras de Bertoldo, História da Princesa Magalona, Verdadeira História da Donzela Teodora, Marquês de Pombal, Vasco da Gama e, Vida de Cassaceno.

⁹⁸⁸ Desta coleção fazem parte os seguintes títulos: História do Rei Afonso e da moira Zaida, História do Cavaleiro Sem Medo, Segunda História do Cavaleiro Sem Medo, História do Grande Fuas Roupinho e outras maravilhas, História dos três amigos e da milagrosa batalha de Alcácer, História dos três amigos e dos cinco frades, História do rei Capelo e da linda feiticeira, História da Rainha Santa e do Rei Lavrador, História do Príncipe Bravo e do Príncipe Manso, História da Triste Inês de castro que depois de morta foi rainha, História da Rainha Flor de Altura, História de Flor de Altura e do Conde espanhol, História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis, História dos embaixadores manhosos, História da grande rainha D. Filipa de Lencastre e dos preparativos da guerra, História da maravilhosa tomada da cidade de Ceuta aos moiros, História da triste e gloriosa empresa de Tânger, História da paixão e morte do Infante Santo D. Fernando, História do Infante D. Henrique e dos seus capitães, História da façanha de Aires Tinoco e da triste morte de Nuno Tristão, Histórias das viagens, vida e morte do grande Infante Dom Pedro, História do rei Africano e das suas proezas; História do grande marinheiro que o mar enfeitou, A triste história do Príncipe Dom Afonso e da Infanta Dona Isabel, História dos dois homens que foram à procura do Preste João, História do Preste João rei cristão da Etiópia, História maravilhosa do grande capitão do mar, Aventuras do grande capitão do mar em terras desconhecidas, Trágica história do fidalgo Dom Francisco e do seu filho único, História de espantar do grande governador chamado: o Terrível, História do grande D. João capitão e sábio, História do grande Vice-rei que empenhou as barbas, História do soldado raso que era o príncipe dos poetas, História do Rei Encoberto, A história mais triste de todas, A linda e gloriosa história das correntes quebradas, História do grande sonho do Encoberto, História da boa gente que sabia o que queria, A História do Marquês de Pombal, A linda história duma família no tempo de D. Maria I, História maravilhosa de como o grande imperador Napoleão I foi vencido em Portugal, A História triste do diabo à solta e, História do rei D. Miguel I.

⁹⁸⁹ Desta coleção fazem parte os seguintes títulos: D. Fuas Roupinho, Fernão Lopes, D. Gualdim Pais, Gil Vicente, Duarte Pacheco Pereira, Luís de Camões, Infante D. Henrique, Heróis da tomada de Lisboa, Afonso de Albuquerque, Marquês de Pombal, S. António de Lisboa, Santo Condestável, S. João de Deus, D. João de Castro, D. Francisco de Almeida, Vasco da Gama, Paulo Dias de Novais, Salvador Correia de Sá e Benevides, D. Miguel I, Bartolomeu Lourenço de Gusmão e, Pedro Álvares Cabral.

Virgínia de Castro e Almeida era, além de escritora de literatura infantojuvenil, uma ideóloga do regime. Considerava que os livros deveriam ter um carácter formativo e dedicou a sua obra essencialmente a temas históricos e científicos. Defensora dos valores propagandeados pelo regime como condição essencial e primordial acima de qualquer outro objetivo que a educação pudesse ter, afirmava perentoriamente no jornal *O século* (...) «sabendo ler e escrever, nascem-lhe ambições: querem ir para as cidades ser marçanos, caixeiros, senhores; querem ir para o Brasil. Aprenderam a ler! Que lêem? Relações de crimes; noções erradas de política; livros maus; folhetos de propaganda subversiva. Largaram a enxada, desinteressaram-se da terra e só têm uma ambição: serem empregados públicos. Que vantagens foram buscar à escola? Nenhumas. Nada ganharam. Perderam tudo. Felizes os que esqueceram as letras e voltaram à enxada. A parte mais linda, mais forte, e mais saudável da alma portuguesa, reside nesses 75% de analfabetos»⁹⁹⁰.

A partir de 1936, enquanto desempenhava, em Genebra, as funções de delegada do governo de Salazar na Sociedade das Nações, iniciou a publicação de uma coleção de pequenas obras de divulgação histórica e doutrinária, baseada nos valores que o regime preconizava sobre o passado nacional, dirigido a crianças e a jovens, em colaboração com o SPN. Assim surge a Coleção *Pátria* direccionada para o público infantojuvenil, obras de divulgação da História “oficial” do regime que terá mais tarde, em 1949, o acompanhamento de uma coleção dirigida para o mesmo público intitulada *Grandes Portugueses* e *Grandes Portuguesas* com a intenção de glorificar a História de Portugal e apelar à causa nacional, trabalhando as mentalidades juvenis.

A principal coleção da autoria de Virgínia de Castro e Almeida intitulada *Pátria* conheceu uma grande difusão na época, talvez porque além de cada uma das obras ser pequena e, portanto, de leitura fácil, a sua assinatura era grátis e chegava através do correio, quando solicitado. No âmbito escolar esta coleção também teve grande aceitação, chegando a constar como leitura de carácter obrigatório em algumas delas⁹⁹¹, facto que atesta a dimensão que pode ter atingido a doutrinação dos valores do regime junto do público infantojuvenil e, logo, a sua eficácia pedagógica⁹⁹².

Na sua obra, a autora expõe a sua visão antiliberal e conservadora, apelando às tradições, ao amor da pátria e ao heroísmo. Destinada aos leitores mais novos, pretendia

⁹⁹⁰ ALMEIDA, Virgínia de Castro e, 1927 in Jornal *O Século* de 5 de fevereiro.

⁹⁹¹ Cf. NÓVOA, António, (coord.), 2003, *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Asa, p.76.

⁹⁹² A sua publicação que se efetuou durante aproximadamente dez anos não teve um ritmo linear de publicações anuais, sendo que no ano de 1941 foi atingido o seu pico, com oito títulos, abrandando nos anos posteriores.

divulgar a vida e obra de figuras históricas nacionais, sendo um claro instrumento pedagógico e doutrinário, colocado ao alcance dos jovens leitores da época. Foi o sucesso da coleção *Pátria* que despoletou o aparecimento das coleções *Grandes Portugueses*, pequenas obras constituídas por trinta e duas páginas. Esta coleção iniciada em 1943 foi assinada por Virgínia de Castro e Almeida, Teresa Leitão de Barros e José Estêvão Pinto, tendo, no entanto, muito menor impacto, partindo do princípio de que, até 1949, a publicação da referida obra não chegou a perfazer na totalidade duas dezenas de títulos, facto que atesta o seu fraco êxito. Após a publicação da coleção *Grandes Portugueses* surge, já nos finais da década de quarenta, a coleção *Grandes Portuguesas*⁹⁹³ que teve um impacto ainda menos significativo relativamente à anterior.

As referidas coleções apresentavam uma determinada representação, quer da História nacional, quer dos seus governantes e também da ideologia vigente na época. Os primeiros quatro volumes da coleção *Grandes Portugueses* publicada entre 1943 e 1945 pelo SPN e pelo SNI foram assinados por Virgínia de Castro e Almeida e ilustrados por Pamela Boden.

O SPN estava direccionado para «integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a nação»⁹⁹⁴ e difundir o «espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Novo»⁹⁹⁵. Enquanto instrumento propagandístico do regime, a sua ação faz-se representar em várias vertentes, no entanto, a que nos interessa explorar é a que este organismo cumpre enquanto «complemento da indispensável obra de ressurgimento»⁹⁹⁶ relacionando a ação do regime e a prática do nacionalismo levado ao extremo.

Após a morte da escritora, os restantes volumes da coleção foram quase todos assinados por José Estêvão Pinto. Destas coleções que constituem narrativas de fundo histórico e doutrinário destacam-se os seus objetivos comuns e a sua função educativa que encerrava evidentes propósitos doutrinários. Estas coleções inserem-se dentro de uma conceção literária de cariz nacionalista, por vezes, com um pendor moralizante e historicista, onde se faz a apologia de determinados valores que estavam de acordo com os princípios ideológicos deste período, como o culto dos heróis, a exaltação da pátria, o princípio da autoridade ou a crença nas virtudes cristãs.

Embora a coleção *Grandes Portugueses* não tenha tido tanto impacto como a coleção *Pátria*, como anteriormente referimos, facto é que nos anos cinquenta alguns volumes desta

⁹⁹³ Fazem parte desta coleção os títulos: Infanta D. Maria, Rainha D. Leonor, D. Filipa de Vilhena e as Heroínas de 1640, As Heroínas de Diu.

⁹⁹⁴ Idem, (preâmbulo).

⁹⁹⁵ Decreto-lei n.º 23:054 de 25 de setembro, Art. 2.º.

⁹⁹⁶ Idem, (preâmbulo).

coleção foram reeditados. Esta realidade também pode significar que, estando fora do âmbito escolar, os livros de História para crianças exerciam sobre eles uma influência significativa no âmbito da formação da sua consciência histórica e da garantia da continuidade dos valores do regime junto das futuras gerações.

Deste período destaca-se também Olavo d'Eça Leal, cuja escrita não se enquadrava no cariz moralista que caracterizava a literatura desta época, por recorrer à imaginação. Em 1943 publica a obra *História de Portugal para meninos preguiçosos*, uma obra que pautava pela originalidade, por fazer uma abordagem diferente da História nacional relativamente aos outros autores seus contemporâneos.

Adolfo Simões Müller publica entre outras obras *Meu Portugal, meu gigante* em 1931 e, posteriormente, entre 1956 e 1975 a coleção biográfica *Gente Grande para Gente Pequena*⁹⁹⁷. A primeira inseria-se dentro da tipologia literária com características nacionalistas de feição educativa que prestava um serviço ideológico ao regime; na coleção *Gente Grande para Gente Pequena*, o autor fez algo diferente do que até então se fazia em matéria de literatura infantojuvenil e com melhores resultados, mas também é importante referir que a coleção foi publicada num período posterior, em que se visionavam outros objetivos para a literatura em Portugal. O escritor utilizou um tipo de escrita lúdica, colocando um enfoque na diversão, não descurando a formação integral do público a quem se destinava.

Embora se tivesse evidenciado noutras áreas da escrita, Adolfo Simões Müller é um dos mais produtivos autores de literatura para a infância, explorando temas históricos e biografias de figuras que se distinguiram no panorama cultural mundial contribuindo para a formação cultural e histórica das gerações mais novas.

A literatura infantojuvenil publicada durante o regime continha uma intencionalidade política. A ideologia assumia uma importância determinante neste tipo de publicações, porque, para além desta vertente que preconizava um determinado tipo de poder político, atuava sobre a nação com o objetivo de a moldar à imagem do seu chefe. Estas publicações apresentavam também uma vertente lúdica e de entretenimento para uma faixa etária que abrangia um público especialmente suscetível de identificação com as personagens das histórias. A integração do ego e a formação da consciência são o principal objetivo destas

⁹⁹⁷ Desta coleção são do nosso conhecimento os seguintes títulos: A Pedra Mágica e a Princesinha Doente, O Capitão da Morte, Aventuras do Trinca-fortes, O Homem das Mil Invenções, O Grande Almirante das Estrelas, O Piloto do Navio Fantasma, O Exército Imortal, A Lâmpada que não se apaga, O Príncipe do Mar, O Fidalgo Engenhoso, Através do Continente Misterioso, O Mercador da Aventura, A Primeira Volta ao Mundo, O Batedor da Pista do Tesouro.

obras. Durante o Estado Novo outros autores, tais como Damião Peres⁹⁹⁸ e Henrique Barrilaro Ruas⁹⁹⁹, publicam igualmente obras dentro da mesma conceção.

As coleções publicadas durante o Estado Novo continham um ideário que se posicionava entre dois pólos. Por um lado, a promoção de determinadas atitudes e comportamentos e, por outro, o impedimento para praticar outros. O regime empenhou-se em montar uma estrutura complexa com o objetivo de exaltar a fase mais engrandecedora da História nacional, o ponto alto do “ego nacional”: a expansão marítima portuguesa. Esta fase da evolução histórica começou a ser exaltada com a construção de uma identidade nacional renovada pelo Estado oitocentista e novecentista e contribuiu para a construção de uma nova conceção da imagem de Portugal.

Além do papel fundamental atribuído à cultura escolar e de outros mecanismos diretamente relacionados com ela, destaca-se também o papel ativo da literatura infantojuvenil que acompanhou o processo de alfabetização, por um lado, e, por outro, enquanto elemento de doutrinação, de imposição e de exaltação nacionalista da cultura letrada ao aluno e à restante sociedade com o objetivo de estimular o orgulho de pertença nacional.

Este veículo de doutrinação surge nos finais do século XIX com Virgínia de Castro e Almeida e Ana de Castro Osório já referidas anteriormente, (...) «como uma das principais fontes de informação, porque “fixam modelos e paradigmas ideológico/comportamentais que se pretendem dominantes – a “norma”, portanto»¹⁰⁰⁰. Estas autoras publicam várias obras de divulgação histórica que destacam figuras da História nacional que forneciam a imagem do passado histórico e do povo português que o Estado Novo definiu como verdade histórica oficial sobre a identidade nacional.

A coleção *Grandes Portugueses* tem uma função diferente da coleção *Pátria* que, basicamente, expõe os acontecimentos históricos. Na coleção *Grandes Portugueses* a propaganda ideológica é marcadamente presente, sendo totalmente assumida, versa sobretudo sobre as biografias das grandes figuras da História. Nesta obra, a autora apresenta a História sob uma conceção tradicionalista, patriótica e antiliberal que ia ao encontro dos objetivos do regime em matéria de formação da consciência histórica dos alunos.

Estas coleções, bem como todas as realizações estratégicas dos organismos incumbidas pelo regime da propaganda estadonovista, destinavam-se à construção de uma

⁹⁹⁸ PERES, Damião, 1949, *Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil*, Porto, Livros de Portugal.

⁹⁹⁹ RUAS, Henrique Barrilaro, 1973, *Camões*, Educativa Série R., Lisboa, Direção Geral da Educação Permanente.

¹⁰⁰⁰ VIDIGAL, Luís, 2000, “A Expansão contada às crianças: a intervenção da memória colonial na literatura infantojuvenil” in PROENÇA, Maria Cândida, *Os Descobrimentos no imaginário juvenil: 1850-1950*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p.86.

consciência histórica, tendo como objetivo principal a imagem-referência do “ser-português”, elaborada de acordo com o quadro ideológico definido pelo regime. Esta imagem da alma lusa, coadunava-se com os ideais nacionais de *lusitanismo* retratado pela galeria de heróis nacionais e também se compunha por outras imagens ligadas ao ruralismo, tradicionalismo e à colonização.

Nas obras *Grandes Portugueses* e *Grandes Portuguesas* há a registar a ausência de heróis contemporâneos e o destaque para os heróis do período da fundação, expansão e restauração, período bastante valorizado pelo regime, o que constituía uma das vitórias históricas mais aproveitadas e exploradas. Estas obras caracterizaram as leituras dos anos 40 e marcaram os leitores, crianças, jovens e adultos que as leram à luz da vertente ideológica que continham. Os autores das obras que marcaram este período são pessoas de certa forma ligadas ao regime e que comungavam das suas ideologias. Nas suas obras o que perpassa é a vontade do regime e o rigor científico da História é secundarizado. Interessava apresentá-la segundo a visão do regime e, desta forma, contribuir para a construção de uma mitologia nacional em parceria com a escola e outras instituições de peso na sociedade.

As obras de literatura infantil abordadas anteriormente enquadravam-se nos modelos sócio-culturais e estéticos do regime, pela veiculação de temáticas nacionalistas com valores ideológicos, tendo como ponto de partida a História de Portugal, conforme se explicita nas *Instruções sobre Literatura Infantil*, publicada pela Direção dos Serviços de Censura em 1950 e cujas diretrizes viriam a materializar-se em várias obras das décadas seguintes. Estas obras eram sobretudo reedições de obras das décadas anteriores¹⁰⁰¹ que seguiam uma orientação conservadora recorrendo a temáticas de recorte histórico e/ou lendário, às quais o regime recorria com frequência. Estas coleções representavam a íntima relação entre a divulgação da História e a ficção, cuja orientação seguiu o objetivo do regime, a exaltação nacionalista.

A preocupação do regime em matéria de literatura infantil e juvenil prendia-se com o conteúdo das mesmas. Neste sentido, as publicações infantojuvenis teriam de receber o parecer prévio favorável da comissão de censura. No articulado que precede as normas, entre outras orientações, pode ler-se: «Parece desejável que as crianças portuguesas sejam cultivadas, não como cidadãos do Mundo, em preparação, mas como crianças portuguesas que mais tarde já não serão crianças, mas continuarão a ser portuguesas». Nas instruções propriamente ditas pode ler-se: «As publicações quer nacionais quer estrangeiras, lançadas no mercado português e destinadas a leitores jovens, enfermam, muitas vezes, de vícios que as

¹⁰⁰¹ Por exemplo a coleção *Gente grande para gente pequena* de Adolfo Simões Muller, publicada entre 1956 e 1965 ou a obra *Contos para Crianças* de Jaime Cortesão publicada em 1967.

tornam inadequadas à missão que se propõem desempenhar (...). Lembra-se que existem contos, lendas de heróis e fábulas amplamente aproveitáveis para a leitura das crianças. Lembra-se que existe um género poético infantil precioso para cultivar na criança, a sensibilidade ao ritmo, e à medida, que, desempenha esta função estética, responde à emotividade, ao colorido, à plasticidade e à riqueza do mundo sensorial infantil, e projecta-se na esfera dos hábitos e na esfera moral como princípio de ordem e de disciplina. (...) Lembra-se que, sem transformar a História de Portugal em apologia perpétua, é possível, em narrativas infantis, e sem trair a verdade, abandoná-la com espírito de simpatia, procurando nela o que é de natureza a unir os portugueses e não a dividi-los, sendo nós suficientemente ditosos porque é fácil nela encontrar episódios edificantes. (...) Lembra-se que na fase da discordância, da insatisfação, da ânsia de aventuras, do sacrifício generoso pelo semelhante, da desconfiança pela palavra dos “mais velhos”, na fase de interesses filosóficos, religiosos e sociais, na fase dos problemas de consciência (...) podem ser úteis e eficazmente canalizados e disciplinados com a ajuda de episódios biográficos de sábios, de heróis e de santos com a narrativa tão viva, tão concreta, tão humana quanto possível de descobrimentos, invenções e aventuras onde não escasseie a generosidade. (...) Não se pretende coartar a iniciativa da escolha de materiais a publicar, nem obter uniformização, que não seria desejável. O governo, porém, por consideração de simples bom senso, não pode desonerar-se da obrigação de impor princípios gerais orientadores, éticos, psicológicos e estéticos, além de um mínimo de condições técnicas que salvaguardem a higiene visual do leitor»¹⁰⁰². Mas, para além das limitações impostas, era impossível não sofrer as influências do exterior. O surgimento de novas formas de cultura começavam agora também a surgir ou a desenvolver-se.

É também a partir da década de cinquenta que começaram a aparecer outras formas lúdicas como a banda desenhada ou o cinema. Do nosso conhecimento são também algumas iniciativas do regime direccionadas para o público infantojuvenil e, que de certa forma, iam ao encontro do mesmo objetivo. Trata-se de uma coleção de cromos coloridos intitulada “História de Portugal” de 1965 (1ª ed.) descrita como sendo uma publicação de “interesse pedagógico”, da editora Mundo de Aventuras e distribuída pela Agência Portuguesa de Revistas, com supervisão de Oliveira Cosme. Compilada por António Feio e ilustrada por Carlos Coelho, esta caderneta de cromos estava escrita e concebida de acordo com os manuais escolares de História vigentes dos autores António G. Mattoso, Chagas Franco e Janeiro Acabado.

¹⁰⁰² DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA, 1950, *Instruções sobre Literatura Infantil*, Lisboa, Tip. Empresa Nacional de Publicidade, p.3.

A caderneta, composta por trinta e cinco páginas, continha duzentos e quatro espaços destinados aos cromos e um breve excerto narrativo elucidativo referente a cada imagem. Cada página continha ainda na vertical, ao centro, imagens ilustrativas das figuras históricas, monumentos, símbolos e feitos históricos que se destacavam em cada época abordada. A intenção era que, de uma forma lúdica e interessante, fosse divulgado e/ou reforçado o conhecimento da História nacional ao público a quem se destinava esta coleção.

Outra das iniciativas do regime em parceria com a edição periódica *O Século*, na segunda metade da década de cinquenta, foi uma série de concursos publicados com os títulos “Heróis de Portugal” e “Heróis de Portugal- Caderneta Infantil”, “Grandes de Portugal” e “Grandes de Portugal- Caderneta Infantil”, “Mulheres de Portugal” e “Mulheres de Portugal- Caderneta Infantil” e, já no início da década de sessenta, “Lendas de Portugal”¹⁰⁰³,

Na série “Heróis de Portugal”- Caderneta Infantil surge, em jeito de justificação, um texto de apresentação, com o título “Explicação necessária sobre a razão deste concurso”. «No decorrer do grande concurso Heróis de Portugal várias foram as sugestões vindas até nós, anotando algumas pessoas que na vida portuguesa não se distinguiram, apenas, e por molde a concitar admiração, reis, guerreiros e navegadores, mas também muitas outras figuras das ciências, das artes e das letras. Se o concurso “Heróis de Portugal” representava a par de uma evolução histórica e educativa, uma homenagem a muitos dos que com o seu génio e o seu ardor patriótico, souberam contribuir para a grandeza do país e para firmar o nome de Portugal em todos os continentes, aos escritores, aos historiadores, aos artistas, aos homens da ciência e de várias artes coube, também, - acrescentaram os nossos leitores - uma gloriosa tarefa não menos credora de respeito e largo apreço. Justo era, portanto, que os seus nomes não fossem esquecidos. Em verdade, naquele nosso concurso, na escolha dos nomes que nele iam figurar, não abrangemos muitos vultos de extraordinário relevo cuja acção esmalta algumas das páginas da vida nacional, em vários aspectos. As sugestões que nos fizeram têm ampla justificação, e é satisfazendo os desejos manifestados pelos nossos leitores que abrimos, agora, o concurso “Grandes de Portugal” que será como que o prolongamento dos “Heróis de Portugal”. Homens de ciência, médicos, jurisconsultos, santos, jornalistas, historiadores e outros, escolhidos entre os maiores de Portugal, vão, assim, desfilar pelas

¹⁰⁰³ O concurso consistia em adquirir um pequeno álbum, recortar e colar as imagens a preto e branco que constavam do referido jornal nos espaços destinados a esse efeito. De salientar é o facto de as cadernetas infantis conterem um espaço menor para a colagem das miniaturas das imagens relativamente às outras cadernetas e eram acompanhadas na sua parte inferior, por um texto elucidativo que exaltava os feitos e as virtudes das figuras. Esta particularidade das cadernetas infantis estava relacionada com o objetivo de estimular/reforçar o conhecimento e o apreço pelas figuras por parte do público a quem se destinava. Depois os álbuns devidamente preenchidos com as imagens seriam enviados para a edição de *O Século* e, posteriormente sorteados os números das cadernetas contempladas com prémios. **Vide anexo XXXIV.**

páginas de *O Século* num concurso igualmente educativo e do maior interesse». A série “Heróis de Portugal” destacava essencialmente figuras históricas exemplares que constavam nos programas de ensino¹⁰⁰⁴; a série “Grandes de Portugal” evocava essencialmente figuras ligadas à cultura científica, literária e artística, figuras religiosas e figuras de Estado¹⁰⁰⁵; a série “Mulheres de Portugal” exaltava um conjunto de figuras femininas desde o período medieval até ao contemporâneo que se destacaram em vários domínios: religioso/benemérito, cultural e artístico, administrativo/militar e moral (honra e dignidade), essencialmente¹⁰⁰⁶. A

¹⁰⁰⁴ Desta série faziam parte as figuras de Viriato, D. Afonso Henriques, Egas Moniz, D. Gonçalo Hermingues, Mem Ramires, Martim Moniz, D. Lourenço Viegas «o espadeiro», Geraldo Geraldês «o sem pavor», Gonçalo Mendes da Maia, D. Fuas Roupinho, D. Sancho I, D. Gualdim Pais, João Peres da Maia, D. Sancho II, D. Paio Peres Correia, Afonso Peres Farinha, D. Afonso III, Fernão Rodrigues Pacheco, Martim de Freitas, D. Afonso IV, Nuno Gonçalves, Deuladeu Martins, D. João I, D. Nuno Álvares Pereira, Brites de Almeida, Antão Vasques, Álvaro Gonçalves Coutinho, Infante D. Henrique, D. Fernando «o infante santo», João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, Gonçalo Velho Cabral, Gil Eanes, Nuno Tristão, D. Afonso V, D. Álvaro Vaz de Almada, Diogo Gomes e António Nola, João de Santarém e Pedro Escobar, Duarte de Almeida, D. Gonçalo Pires, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Gaspar Corte-Real, João da Nova, Fernão de Magalhães, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, Duarte Pacheco Pereira, Lopo Soares de Albergaria, António da Silveira, D. João de Castro, D. João de Mascarenhas, D. Sebastião, Luís de Camões, D. Leoniz Pereira, D. António Prior do Crato, D. Filipa de Vilhena, D. Antão Vaz de Almada e João Pinto Ribeiro, D. João IV, General Matias de Albuquerque, João Fernandes Vieira, Salvador Correia de Sá, D. António Luís de Meneses, D. Sancho Manuel, D. Luís da Câmara, Gomes Freire de Andrade, Capelo e Ivens, Serpa Pinto, Mouzinho de Albuquerque, João de Azevedo Coutinho, Henrique Paiva Couceiro, General Alves Roçadas, Aires de Ornelas, General Eduardo Galhardo, Neutel de Abreu, Viriato de Lacerda, Tenente-Coronel Ribeiro Carvalho, Francisco Curado, Francisco de Aragão, Coronel Bento Roma, José Maria Vale de Andrade, Aníbal de Azevedo, Afonso de Cerqueira, Carvalho Araújo, Marechal Gomes da Costa, Aníbal Augusto Milhães, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, Régulo D. Aleixo, Aniceto do Rosário.

¹⁰⁰⁵ Desta série constavam as figuras do Chanceler Julião, Santo António, S. Gonçalo de Amarante, Papa, João XXI, Rei D. Dinis, João das Regras, Afonso Domingues, Fernão Lopes, Nuno Gonçalves, Bernardim Ribeiro, Damião de Góis, Pedro Nunes, João de Barros, Afonso Álvares, Garcia da Orta, Frei Bartolomeu dos Mártires, Febo Moniz, Manuel Pereira, Pe. Duarte Lobo, Amatus Lusitano, Manuel R. Coelho, Fr. Rodrigues Lobo, Infante D. Duarte, Pe. António Vieira, Conde de Castelo Melhor, S. João de Brito, Domingos Vieira, D. João V, Carlos Seixas, Bartolomeu de Gusmão, Marquês de Pombal, Machado de Castro, Manuel da Maia, Avelar Brotero, Vieira Portuense, Bocage, Marcos Portugal, Domingos Sequeira, Fernando Tomás, Domingos Bontempo, Almeida Garrett, José E. C. de Magalhães, António F. de Castilho, Alexandre Herculano, D. Pedro V, Tomás da Anunciação, João de Deus, Rodrigues Sampaio, Júlio Dinis, Miguel Lupi, Camilo Castelo Branco, Sousa Martins, Antero de Quental, Silva Porto, António Pedro, Henrique Pousão, Fontes Pereira de Melo, Soares dos Reis, Eça de Queirós, Câmara Pestana, Taborda, Ramalho Ortigão, António Enes, Oliveira Martins, Maurício de Carvalho, Fialho de Almeida, Emídio Navarro, António Cândido, Augusto Rosa, Guerra Junqueiro, Moreira de Sá, Malhoa, Silva Graça, Ventura Terra, Manuel de Arriaga, Simões de Almeida, Teófilo Braga, Columbano, Fernando Pessoa, Teixeira Lopes, Chaby Pinheiro, Viana da Mota, Sousa Lopes, Egas Moniz.

¹⁰⁰⁶ Desta série constavam as seguintes figuras: D. Mafalda, Beata D. Sancha, D. Maria Pais Ribeiro, Beata D. Teresa, Santa Mafalda, Infanta D. Branca, Rainha Santa Isabel, D. Inês de Castro, D. Maria (filha de D. Afonso IV), D. Maria Teles de Menezes, D. Filipa de Lencastre, Infanta D. Isabel (filha de D. João I), D. Leonor (esposa de D. Duarte), D. Isabel (esposa de D. Afonso V), Princesa Santa Joana, Infanta D. Catarina, Infanta D. Filipa, Rainha D. Leonor de Lencastre (esposa de D. João I), D. Isabel (1ª esposa de D. Manuel I), Infanta D. Beatriz, Paula Vicente, Infanta D. Maria de Portugal, Infanta D. Isabel (filha de D. Manuel I e Imperatriz da Alemanha), Infanta D. Guiomar Coutinho, Bárbara Fernandes, Ana Fernandes, D. Leonor de Noronha, Isabel Fernandes, D. Maria Abranches, D. Isabel da Veiga, D. Isabel Castro e Andrade, Publia Hortênsia de Castro, Freira D. Joana da Gama, D. Bernarda Ferreira de Lacerda, D. Luísa dos Anjos, Soror Violante do Céu, Margarida de Abreu, Mariana de Lencastre, D. Luísa de Gusmão, Infanta D. Maria, Infanta D. Catarina, Josefa de Óbidos, Francisca de Paula Possolo da Costa, Luísa Todi, Princesa D. Isabel, D. Joana Josefa de Menezes, Soror Maria do Céu, D. Maria Úrsula de Abreu Lencastre, Soror Mariana Alcoforado, D. Leonor Thomázia de Távora, D. Maria Francisca Benedita, D. Leonor da Fonseca Pimentel, Rainha D. Maria I, D. Catarina Michaela César Lencastre, Marquesa de Alorna, Princesa D. Maria Amélia, Rainha D. Maria II, Delfina Perpétua do Espírito Santo, Maria

respetiva caderneta das miniaturas, ao contrário das outras séries, não refere as mesmas figuras em tamanho reduzido. Evocava os monumentos associados a cada uma das figuras femininas, acompanhados de uma legenda descritiva; a série “Lendas de Portugal” é apresentada sob a mesma perspetiva que as outras séries. A imagem surge aliada à descrição da lenda. São lendas nacionais que evocam figuras, feitos históricos e contos populares de carácter religioso, essencialmente.

A influência da literatura infantojuvenil conhece no período salazarista uma fase de auge, através da publicação de diversas obras e coleções dirigidas a este público em fase de desenvolvimento da sua consciência. A partir de 1950, a influência deste tipo de literatura que tem como alvo a exaltação do “modelo” decresce, devido ao surgimento de tendências literárias renovadas e do audiovisual que relega o livro para um plano secundário.

A MP intensifica neste período a sua ação cultural juvenil caracterizada pela edição de jornais e revistas, banda desenhada, livros e também teatro infantil. António Manuel Couto Viana, além de autor de várias obras, estava também ligado ao teatro. É ele quem funda o teatro da MP em 1948 e, no ano seguinte, surge ligado ao jornal *O Camarada* juntamente com Marcelo de Moraes, publicado a partir de 1949, e que prossegue durante vários anos, até 1965, ano em que finda. Deste periódico fazia parte integrante uma rubrica relacionada com a História de Portugal, que continha factos, figuras e lendas nacionais, dados à estampa pela mão de diversos escritores e ilustradores¹⁰⁰⁷.

A Organização Nacional da MP publica também, além de outros periódicos dirigidos ao público do sexo feminino que já lançara à estampa, tais como o jornal *Lusitas*¹⁰⁰⁸ (1943-1957), o *Fagulha* (1957-1974) que surge em substituição do anterior, sob a direção de Maria Alice Andrade Santos, e também a revista *Menina e Moça* publicada entre 1947-1974¹⁰⁰⁹. Estas e outras publicações assumiram um lugar de destaque na totalidade do trabalho desenvolvido pela MP enquanto instrumentos importantes aliados à literatura infantojuvenil para divulgar as ideias norteadoras da sua ação, assim como a ideologia subjacente. Durante

da Fonte, Josefa Soler, Maria José da Silva Carnuto, Infanta D. Antónia, Emília das Neves, Rainha D. Estefânia, D. Maria Rosa da Silva Araújo, Rainha D. Maria Pia de Saboia, D. Guiomar Delfina de Noronha Torrezão, Bárbara Volkart, Ana Plácido, Rosa Damasceno, Angelina Vidal, D. Maria Luísa de Sousa Holstein, Virgínia Dias da Silva, Rainha D. Amélia de Orleans, D. Inácia Ludovina Baganha Leal, Lucinda do Carmo, Carolina de Michaelis de Vasconcelos, D. Maria Isabel Meneses de Saint Léger, Ângela Pinto, Dra. Amélia Cardia Santos Costa, Lucinda Simões, Regina Pacine Avelar, Maria Amália Vaz de Carvalho, Ana de Castro Osório, Guilhermina Suggia, Florbela Espanca, Sílvia Cardoso, Adelina Abranches, Elisa Batista de Sousa Pedroso, Maria Matos.

¹⁰⁰⁷ Vide anexo XXXV.

¹⁰⁰⁸ O *Lusitas* era um folheto que era parte integrante do *Boletim da Mocidade Portuguesa* antes de se tornar independente em 1943.

¹⁰⁰⁹ Vide anexo XXXVI.

este período, a banda desenhada de origem americana, espanhola e francesa ocupou um lugar importante nas leituras dos nossos jovens, firmando e alargando o lugar já conquistado nos finais dos anos trinta; no entanto, a estrutura destes periódicos altera-se profundamente desde essa altura. Os anos cinquenta em Portugal promoveram uma interligação de modelos na literatura para crianças, muito graças à penetração, cada vez mais profunda, das obras estrangeiras que tinham ganho já nos anos quarenta uma grande projeção numa época que correspondia ao período posterior à segunda grande guerra e também graças às alterações ocorridas na pedagogia em Portugal. Nesta fase, além dos autores estrangeiros que começavam a invadir o mercado nacional, também Ilse Losa, Ricardo Alberty, Matilde Rosa Araújo, Sophia de Mello Breyner Andersen editam obras que contrastam com as dos períodos anteriores.

Dos países mais afetados pelos traumas da guerra surge uma literatura diferente daquela que até então tinha sido publicada. Os dramas da violência e do medo que também tinham fustigado as crianças não permitiam agora oferecer-lhes os modelos característicos dos anos trinta e quarenta com cenários idílicos de calma e tranquilidade porque a guerra tinha alterado para sempre esses cenários de vida e também de heroísmo.

A importância da literatura infantojuvenil não é descurada após a revolução de 1974, nem a temática do heroísmo completamente afastada. Prova disso são as várias coleções publicadas posteriormente, nos anos 80¹⁰¹⁰, mas também na atualidade¹⁰¹¹, escritas dentro de uma conceção orientada para o conhecimento da História tendo sempre em vista a valorização dos perfis das figuras históricas.

¹⁰¹⁰ A coleção *História Júnior* de António do Carmo Reis e outros autores, publicada pela editora Asa pela primeira vez em 1986, teve posteriormente várias edições na década de noventa. É composta por 25 volumes e apresentava várias figuras de proa bem como factos históricos que marcaram a evolução da História nacional e internacional.

¹⁰¹¹ A coleção *Era uma vez um rei...* com texto de Ana Oom e revisão científica da Associação de Professores de História foi publicada em 2006. É constituída por 12 volumes com CD incluído e pretende dar a conhecer aos mais novos episódios da vida de reis portugueses, sensibilizá-los para a importância do estudo da História e despertar o entusiasmo e vontade de aprender sobre o passado; a coleção *Nomes com História* também com texto de Ana Oom e revisão técnica de Associação de Professores de História é constituída 24 volumes e foi publicada em 2008. Esta coleção surge com o objetivo de dar a conhecer aos leitores mais novos as muitas personalidades que se destacaram na História e que contribuíram para o desenvolvimento e reconhecimento do nosso país. As narrativas destas coleções concentravam os acontecimentos históricos mais marcantes considerados fidedignos pela Associação de Professores de História (APH) assim como muitos factos fantásticos, fruto da imaginação da autora. Mais recentemente, temos conhecimento da coleção *Eu chamo-me ...* da autoria de Zacarias Nascimento, editada em 2010. Esta coleção dedicada a crianças a partir dos 9 anos trata de personalidades históricas nacionais e internacionais ligadas e dos seus feitos. Figuras como Vasco da Gama, Pedro Nunes e Camões são abordadas nesta coleção. Também de 2010, temos conhecimento da coleção *Filhos da Nação* da editora QuidNovi (textos de Alexandre Gil). Esta apresenta dezoito volumes sobre figuras nacionais remotas, contemporâneas e do presente que se destacaram nas mais variadas áreas. Surgem nesta coleção figuras históricas, tais como D. Afonso Henriques, Nun'Álvares Pereira, Inês de Castro e a rainha Santa Isabel, mas também figuras de destaque no campo literário, artístico e desportivo.

IV.7.2. A biblioteca escolar como instrumento educativo

As bibliotecas escolares foram criadas em 1947¹⁰¹² com o objetivo de funcionarem em complementaridade com as escolas primárias. O seu propósito visava a melhoria da qualidade da educação e do ensino das futuras gerações no âmbito do Plano de Educação Popular¹⁰¹³, no qual «procurou o governo criar o condicionalismo indispensável à difusão das mais elementares luzes da instrução e da educação, não só entre as crianças em idade escolar, como entre os adolescentes e adultos iletrados ou semi-iletrados»¹⁰¹⁴.

As bibliotecas escolares funcionavam como «um instrumento didático ao serviço do professor. No ensino da leitura, da escrita, da história, da geografia, das ciências naturais e da moral podem e devem as bibliotecas prestar inestimáveis serviços»¹⁰¹⁵. Entendia-se que a exclusividade do uso dos livros únicos e dos manuais aprovados oficialmente (...) «não possam, por si, e por mais perfeitos que sejam, servir de base exclusiva a um ensino prático continuado»¹⁰¹⁶.

Os ideais que enformaram esta iniciativa prendiam-se com a função que é eminentemente atribuída à escola, uma função de formação moral e, neste sentido, afirma-se (...) «não se pretende diminuir ou apoucar a preparação intelectual que à escola incumbe realizar, mas insistir na ideia de que, antes de mais, importa educar a criança no respeito da tradição, no culto da nossa história, no sentimento da honra e no cumprimento do dever, fortalecer-lhe a vontade, formar-lhe o carácter, criar-lhe o espírito de iniciativa e a noção da responsabilidade e incutir-lhe na alma e na carne o amor do próximo, da Pátria e de Deus. Assim (...) logo se compreenderá que os livros a escolher para recheio das bibliotecas hajam de ser, pela apresentação e pela doutrina, instrumentos activos ao serviço de tão altas finalidades e tão fecundos ideais»¹⁰¹⁷.

No diploma legal que cria as bibliotecas pode ler-se ainda: «A criação das bibliotecas primárias junto das escolas dará satisfação a esta necessidade: as crianças terão ao seu alcance o meio de se exercitarem na leitura e de adquirirem noções e conhecimentos que as formarão para a vida e lhes criarão o gosto pelos livros. Nessa leitura saciarão as crianças a sua curiosidade, a princípio em obras de imaginação, em contos e pequenas histórias, depois em

¹⁰¹² Decreto-lei nº 36:147 de 5 de fevereiro de 1947.

¹⁰¹³ Decreto nº 38: 968 de 27 de outubro de 1952.

¹⁰¹⁴ MACEDO, Henrique Veiga de, 1953, *A Missão do Livro na Educação Popular* (discurso pronunciado no ato de posse do Director e Adjuntos do Serviço das Bibliotecas das Escolas Primárias, realizado no Ministério da Educação Nacional), Lisboa, Edição da Campanha Nacional de Educação de Adultos, p.11.

¹⁰¹⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁰¹⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁰¹⁷ Idem, p.13.

narrativas de aventuras heróicas, em que é tão abundante a história nacional; por fim no conhecimento da natureza, das coisas materiais, já como desejo de saber, já como preparação para a vida»¹⁰¹⁸.

No conteúdo deste diploma levantava-se também a questão da literatura infantil, campo onde se pretendia fazer um forte investimento e onde a ação da MP, MPF e a Comissão de Literatura para Menores desde 1949 se fez sentir com empenho no desenvolvimento da sua atividade de divulgação de literatura, com o propósito de desenvolver a leitura para as faixas etárias mais jovens.

A literatura infantil, considerada como complemento para a educação, tinha como objetivo (...) «cooperar com a família, com a escola e com a Igreja»¹⁰¹⁹, as peças basilares da sociedade do Estado Novo, com o propósito de desenvolver a sensibilidade, a moralidade e a psicologia do sentimento, embora se divulgasse que a intenção era (...) «criar hábitos de cultura no nosso povo, convencendo-o da vantagem de ler e ler muito, e fornecendo-lhe livros que distraiam, ensinem e eduquem»¹⁰²⁰.

A cultura nacional e a consciência histórica coletiva foram construções do regime. Constituíam formas de o regime transmitir a sua ideologia na sociedade. Dentro desta cultura popular inseriam-se as bibliotecas que começavam a surgir um pouco por todos os organismos ligados ao regime, incluindo nas escolas, veículo de divulgação cultural por excelência.

A história que era contada às crianças estava ligada à ideologia. O poder das ideologias e das memórias numa sociedade pode revelar-se de uma extrema eficácia e resistência, dependendo de uma forma geral da complexidade e do entrosamento entre os vários sistemas de reprodução dessa ideologia e das estratégias utilizadas para atingir as finalidades delineadas.

Esta “História” contada às crianças e aos jovens promovia a construção das mentalidades dentro da visão histórica que convinha ao regime divulgar. Escritas por personalidades ligadas à literatura, estas obras seguiam as orientações ideológicas do regime e ajudaram a construir a mitologia histórica, mitificando feitos e personalidades porque continham uma enorme capacidade de sugestão. A literatura era outra estratégia aliada à educação que serviu para construir consciências dentro dos valores defendidos pelo regime.

¹⁰¹⁸ MACEDO, Henrique Veiga de, 1953, *Ob. Cit.*, p.16.

¹⁰¹⁹ Idem, p.18.

¹⁰²⁰ Idem, p.23.

A investigação desta temática é, quanto a nós, importante porque permite a análise da relação entre memória histórica e ideologia e porque constitui um complemento à análise dos programas e dos manuais escolares que enformam o *corpus* deste trabalho. Permite também avaliar o grau de penetração do fenómeno ideológico no âmbito do ensino da História.

O objetivo deste capítulo é demonstrar essa ligação analisando as coleções de literatura infantojuvenil *Pátria*, *Grandes Portugueses* e *Grandes Portuguesas* publicadas durante o regime e que, no nosso entender, constituem o conjunto de obras deste tipo sendo, por isso, as mais representativas da ideologia que se pretendia veicular. Pretendemos com esta análise descodificar ideologicamente estas obras e a tipologia das mesmas.

IV.7.3. Análise das Coleções “Pátria”, “Grandes Portugueses” e “Grandes Portuguesas”

As coleções analisadas inserem-se dentro da literatura recreativa. Esta tipologia literária contém componentes literárias, mas o seu objetivo principal era transmitir informações, instruções, sistemas de conduta ou valores, facto que faz com que estas obras sejam alheias às categorias estéticas da literatura. No entanto, tentámos concentrar a análise das referidas coleções em dois grandes blocos temáticos que pretendem desmontar, por um lado os códigos ideológicos e, por outro, os códigos técnico-literários utilizados no discurso das obras. Cada um destes blocos faz referência a itens selecionados de acordo com os objetivos que vão ao encontro da temática sobre a qual versa o nosso trabalho.

Com a análise dos códigos ideológicos pretende-se estudar as marcas da ideologia presente, que se encontra de forma mais ou menos explícita na mensagem literária e que corresponde a aferir o surgimento de certos conceitos e valores ao nível textual e a explicar tal processo em função de um espaço intertextual em que a mensagem literária existe e pelo qual esta se deixa contagiar.

O espaço intertextual das coleções analisadas é o conjunto de textos nos quais existe a mensagem literária e pelo qual ela se deixa influenciar, é o texto geral que compõe a obra literária, a cultura e a ideologia refletidas pelas diferentes atualizações textuais. Consubstancia os valores patrióticos, por isso, a mensagem contida, para além de ser a da recuperação da pátria tem como motivação principal os feitos dos heróis do passado que não deveriam cair no esquecimento para impedir ou evitar a repetição de episódios de decadência nacional.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou/ nº23 | «Ceuta, Argel, Tânger, Safi, Alcácer-Seguer, Arzila, Mazagão e outras praças fortes e cidades que hoje pertencem a franceses e espanhóis, eram então muito nossas, e defendidas com tal bravura e teimosia de coragem que nenhum bom português de agora o deve esquecer» | 3 |

É também notória ao longo do discurso a apologia das tradições e modos de vida do passado encarados como a chave do bem-estar e da felicidade do povo português, estabilidade só perturbada pela tentativa de penetração dos ideais liberais da revolução francesa e do comunismo.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|---|--------|
| História de espantar do grande governador chamado: o terrível/ nº30 | «E provam também como noutros tempos – tempos felizes em que não havia máquinas, nem fábricas, nem democracias, - o homem mais desgraçado, cumprindo o seu dever, podia facilmente chegar a falar com o rei e até com o Papa e a obter a sua amizade e estima» | 10 |
| História do grande Dom João, capitão sábio/ nº31 | «Tal era a boa educação e a cortesia da gente daqueles tempos» | 10 |
| História do soldado raso que era príncipe dos poetas/ nº33 | «Ninguém tinha as pressas que hoje tem; havia vagar para tudo, graças a Deus. Os conventos tinham hospedarias onde os caminhantes descansavam quanto queriam e os pobres comiam de graça. Havia aventuras pelo caminho e tudo era mais divertido do que agora. (...) Havia poucos livros naquele tempo, mas o que havia eram bons; e quem chamasse seus a dois ou três já ia bem servido. Aprendia-se e gozava-se mais então com dois ou três livros do que se goza e se aprende agora com cem» | 4 |
| História maravilhosa de como o grande imperador Napoleão I foi vencido em Portugal/ nº41 | « (...) _ bem pior que as tropas francesas, são as ideias francesas que se estão espalhando na nossa terra. Mas mesmo essas ideias seriam facilmente destruídas por nós, se não fosse a maçonaria. (...) Mas o pior de tudo foi agora, há poucos anos, a quando da Revolução francesa. Esta sociedade da maçonaria foi apanhada pelas cabeças que querem governar o mundo. Ali não há Deus, nem pátria, nem família» | 6 e 7 |

As virtudes do povo português são elevadas ao máximo e em situações de conflito a desvantagem numérica perante o inimigo é frequentemente referida funcionando como uma mais-valia quando, na esmagadora maioria dos casos, o desfecho é a vitória, assim como

também a adversidade das condições em que se desenvolvem as façanhas são descritas com frequência.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|---------|
| História do cavaleiro sem medo/ nº2 | «O sol estava muito quente e a poeira era tanta que os guerreiros mal se viam uns aos outros. Mas nada disso parecia cansar os portugueses. Poucos como eram moviam-se com tal rapidez que pareciam estar em toda a parte ao mesmo tempo. Um porém entre todos dava nas vistas; era D. Afonso Henriques. Grande de corpo e de rara valentia e engenho, cortador de espada como aquele nunca os moiros tinham visto igual» | 13 |
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «O grito de guerra português ressoava por aquelas ruas, batia contra as paredes das casas e contra as muralhas da vila. E não valeu aos moiros nem a sua valentia, nem a raiva que tinham aos portugueses, nem as boas armas que traziam, nem o seu número que era dez vezes maior que o dos portugueses» | 9 |
| História da triste e gloriosa empresa de Tânger/ nº 17 | «Mas aí se mostrou o valor dos portugueses que, sendo tão poucos contra tais multidões de moiros, nunca perderam ânimo e batalharam com tal valentia que o inimigo, espantado, abalou deixando em volta do acampamento o chão coberto de mortos. Bem poucos eram os portugueses!» | 11 |
| Aventuras do grande capitão do mar em terras desconhecidas/nº28 | «Recomeçou a viagem sob um calor terrível; e andaram muitas horas até chegarem à beira de um grande rio; aí embarcaram-nos em duas almadias que navegaram pelo rio durante muito tempo» | 9 |
| Idem | «Assim continuaram a sua viagem: bom tempo, mau tempo... Os homens iam cansados e doentes e muitos tinham morrido e iam morrendo pelo caminho. Os navios iam desconjuntados e sujos e metiam tanta água que o trabalho das bombas não parava» | 12 e 13 |

O recurso ao lendário e à ficção é uma característica bastante frequente do discurso. A lenda é conotada com o milagre ou com o transcendente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|---|--------|
| Segunda história do cavaleiro sem medo/ nº3 | «A dois côvados de fundura deram com o corpo do santo. Com muito jeito e cuidado foram tirando a terra. San Vicente estava ali enterrado havia um ror de anos, mas quando o descobriram e o tiraram para fora, viram que se conservava inteirinho e perfeito. E logo se espalhou um cheiro muito bom como se o corpo fosse feito de rosas e jasmims. Os moiros largaram a fugir assustados com aquele milagre; e os três cristãos caíram de joelhos em adoração e dando graças a Deus» | 13 |
| História dos três amigos e dos cinco frades/ nº6 | «Os frades foram então açoitados até o sangue lhes escorrer das feridas; e atados de pés e mãos e arrastados pelas calçadas até as tripas lhes saírem dos corpos; e nas chagas abertas deitaram-lhes vinagre e azeite a ferver. E isto durou a noite inteira; mas ao alvorecer, desceu de repente do céu um grande clarão; os mouros assombrados fecharam os olhos e quando tornaram a abri-los, os frades tinham desaparecido. Depois de muito os procurarem, foram dar com eles na prisão, sem sinal de feridas, e rezando, muito sossegados da sua vida. Quando o Emir soube de mais este milagre (...)» | 11 |
| História da Rainha Santa e do rei lavrador/ nº8 | «D. Dinis reparou naquele movimento e ficou desconfiado; apontou-lhe para o regaço e perguntou de repente: _Que tendes aí tão bem guardado? Mas a rainha sossegara. Descera sobre ela uma certeza; pareceu-lhe que um anjo de Deus estava ao seu lado e lhe ensinara o que devia fazer e dizer. Respondeu sorrindo: - Só rosas, meu Senhor. Afastando as pregas da saia, mostrou a el-rei o que levava no regaço; e ele viu rosas e só rosas. (...) E em volta da rainha espalhou-se um tal perfume, tão doce e tão forte como se ela estivesse num jardim do paraíso» | 9 |

| | | |
|---|---|----|
| História da linda Inês de Castro que depois de morta foi rainha/ nº10 | «No trono viram el-rei de pé em traje de grande aparato, e à sua direita, vestida de brocado de oiro, coberta de joias, e de coroa real na cabeça, estava D. Inês de Castro morta e desenterrada. O corpo não tinha apodrecido. Estava mirrado e enxuto. A pele escurecida e engelhada colava-se-lhe aos ossos» | 10 |
| História do Preste João, rei cristão da Etiópia/ nº26 | «Quando o bispo, com as mãos a tremer de comoção, abriu esta caixinha de oiro fino, viu lá dentro um pedacinho de madeira enegrecida pelo tempo mas irradiando um tal clarão que até a luz do sol escureceu, e um tão suave perfume como se as portas do paraíso se tivessem de repente aberto diante das pessoas que ali se encontravam» | 3 |

A mensagem literária pressupõe também a transmissão de estereótipos femininos que funcionavam como modelos exemplares.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| História do grande Fuas Roupinho e outras maravilhas/ nº4 | «D. Fuas tinha uma irmã que estimava como à luz dos seus olhos; e com razão, que não havia outra, por aquelas redondezas, mais linda e perfeita nem mais bem comportada» | 4 |
| História da Rainha Santa e do rei lavrador/ nº8 | «o lugar de uma mulher não é entre cavaleiros reunidos em conselho com o seu rei. Nem eu aqui estou por minha determinação, mas sim pela vontade de Deus e pela divina ordem que recebi de vir curar-vos das paixões que, por obra do Maldito, nesta hora vos cegam» | 13 |
| História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou/ nº23 | «Encontrava-a sentada no poial da janela, a bordar ou a ler o seu livro de orações, a maior parte das vezes com a mão parada em cima do bastidor, ou com o livro aberto e esquecido no regaço» | 6 |

| | | |
|--|---|---|
| A história do Marquês de Pombal/ nº39 | «A pobre Maria, que era boa dona de casa e tinha sempre tudo muito asseado e arrumadinho, não se consolava da desgraça em que se via agora depois da partida das tropas» | 7 |
| História triste do diabo à solta/ nº42 | «A mãe de Ana, Dona Maria Domingas, era uma santa criatura. Desde a morte do marido vivia muito retirada, saindo da quinta só para ir à igreja e entretendo-se muito com o seu jardim. Não se metia em política;» | 8 |

A literatura infantojuvenil apresenta as personagens históricas segundo duas vertentes. Uma reúne a unanimidade de imagens positivas como Nuno Álvares Pereira e o Infante D. Henrique. Na vertente que apresenta uma diversidade relativamente à mesma figura, inscreve-se a figura de D. Pedro I.

Na coleção *Pátria* a forma como a autora descreve os acontecimentos é pedagogicamente transmitida, explicando ao público-alvo a evolução temporal da nação, a sua grandeza e a do povo português abrangendo a fase do nascimento da nação até à queda do governo de D. Miguel, descrevendo a trajetória da nacionalidade em termos de grandeza de carácter e virtuosidade das grandes personalidades da pátria.

O período dos descobrimentos é bastante significativo e evocado sobretudo a partir das figuras que tornaram possível esta epopeia, destacando-se o carácter missionário da expansão. Esta obra refere também épocas menos abonatórias da História que servem como exemplo a não seguir ou a evitar, como o domínio filipino, o governo do marquês de Pombal ou a época das invasões napoleónicas.

A glorificação da imagem de D. Miguel representa a oposição aos ideais maçónicos considerados influência estrangeira, logo negativos para o regime e, portanto, alvo de combate. As qualidades atribuídas a esta figura colocam-no num pedestal na História como o seu último grande chefe no século XIX. Tudo o que surgiu após o governo deste monarca foi considerado nefasto para o país até ao aparecimento do redentor, Salazar.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------------------|--|--------|
| História do rei Dom Miguel I/ nº43 | «Assim pela mão branca da jovem rainha, o povo de Portugal, confiante e inocente como ela, entrou num túnel sombrio de política vergonhosa de partidos, de humilhações, de desordem, de abusos, de sofrimentos. Guiando-o nesse caminho escuro e triste, lá iam os maçons e os estrangeiros, fazendo os seus negócios e enchendo-se, intrujando-o (...) levando a Carta como bandeira, através da agonia da monarquia, através do regabofe da democracia, sempre de mal a pior, ignorado e desprezado pelo estrangeiro, a morrer e sem perceber que morria...até que Deus lhe mandou <i>Salazar!</i> » | 14 |

O conjunto dos contos que constituem a coleção *Pátria* utiliza uma estratégia de transmissão de mensagem que se pode considerar ficção histórica.

A função intertextual também designada “ideologema” por Julia Kristeva¹⁰²¹ é o que define as coordenadas históricas e sociais nos diferentes níveis da estrutura de cada texto. Um texto literário pode ser lido como um ideologema e ser enquadrado na tipologia do texto da sociedade e da História¹⁰²². As coordenadas históricas desta coleção balizam-se sobretudo no período que medeia entre os séculos XII e XVI, correspondendo à fase da reconquista até à expansão. Do século XIV até ao XIX a abordagem que a autora faz é pouco representativa, correspondendo a uma minoria, o que remete obviamente para uma interpretação que se prende com a valorização dos períodos áureos da História engrandecedores da nação e a omissão e/ou a desvalorização dos períodos que a abalaram.

A interpretação histórica transmitida nesta coleção marcou as várias gerações que se formaram durante o regime. A abordagem de temas que iam ao encontro da ideologia política defendida pelo regime evidencia o aproveitamento ideológico da História.

É feita uma caracterização típica e simplista das personagens que é um elemento indicador da função pedagógica e ideológica que a autora pretendia imprimir à obra e também das suas próprias convicções ideológicas que eram transportadas para as suas obras. O discurso utilizado pela autora serve-se fundamentalmente do diálogo, do monólogo e da descrição de atitudes que fazem parte do domínio da ficção. Uma das características

¹⁰²¹ KRISTEVA, Julia, 1969, *Recherches pour une sémanalyse*, Paris, Seuil, p.115.

¹⁰²² Idem, p.114.

importantes da sua narrativa é que as figuras históricas, os protagonistas não fazem parte da ficção, mas existiram na realidade.

O princípio da autoridade *versus* obediência está exposto frequentemente no discurso da autora. Surgem sugestões de atitudes e comportamentos sociais que devem ser imitados como a subordinação aos superiores, a obediência ao chefe, por vezes também aliada à defesa dos interesses religiosos e nacionais como o amor à pátria.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|--------|
| História do infante Dom Henrique e dos seus capitães/ nº19 | «Homens que são valentes mas que não sabem obedecer. Saber obedecer, Gil Eanes, é coisa tão difícil e tão preciosa como saber comandar» | 9 |
| História da façanha de Aires Tinoco e da triste morte de Nuno Tristão/ nº20 | «E o que peço a Deus é que não me deixe morrer de doença mas com armas na mão contra infiéis, como tu morreste, na defesa da nossa santa Fé, e em serviço do senhor Infante e de El-Rei, nossos senhores» | 8 |
| História dos dois homens que foram à procura do Preste João/ nº25 | «_Vossa Alteza não tem nada que me pedir, -respondeu Pero, - Vossa Alteza manda e eu obedeco; e ainda que me mande deitar a um poço, eu deito-me e não faço mais do que a minha obrigação. A minha vida pertence ao meu rei, que já de pequeno lha dei para sempre. (...)_A maior fortuna está no coração de quem obedece - disse ele. _ A maior fortuna de quem obedece está na amizade e na confiança de quem manda. Mandar e obedecer são ofícios iguais aos olhos de Deus. Quem manda mal vale menos do que quem obedece bem» | 4 |

| | | |
|--|--|---|
| História de espantar do grande governador chamado: o terrível/ nº30 | «Afonso de Albuquerque não ficou lá muito contente de se ver assim colocado às ordens de um capitão mais novo do que ele e que, no seu entender, era de menos categoria; mas sabia muito bem que o seu principal dever era, antes de mais nada, obedecer a el-rei. Este espírito de obediência é uma grande virtude e uma grande força; é com ele que se fazem as nações poderosas e os impérios que governam o mundo. Quando os homens começam a pensar que são todos iguais e a querer governar por suas cabeças, a discutir as ordens dos seus chefes e a esquecer a grande e nobre virtude da obediência, as nações enfraquecem, enchem-se de desordem e confusão, e morrem» | 3 |
| História maravilhosa de como o grande imperador Napoleão I foi vencido em Portugal/ nº41 | «E todo aquele povo desvairado que berrava e uivava como lobos dizendo que não queria saber de Deus nem de rei, passou a obedecer a Napoleão como um rebanho obedece ao pastor, e a adorá-lo tanto que acabou por fazê-lo Imperador! E isto vem provar-nos mais uma vez que, assim como um corpo não pode viver sem cabeça, assim um povo não pode existir sem um chefe» | 3 |

Os traidores da pátria e os anti-heróis são objeto de depreciação por parte da autora. São exemplos de anti heroísmo a vilã D. Leonor Teles que colocou em causa a independência nacional com a sua atitude e caráter¹⁰²³. Também se inserem neste conjunto as figuras ligadas à perda da independência nacional.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---------------------------------------|--|--------|
| A história mais triste de todas/ nº35 | «Houve traidores entre a gente apodrecida de uma corte morta, mas Deus não quis que o negro e medonho crime de Judas sujasse com a sua nódoa nojenta a alma imortal de um povo que tantas provas dera da sua limpeza e das suas nobres virtudes» | 10 |

¹⁰²³ História da rainha Flor de Altura, nº11.

| | | |
|--|---|----|
| A linda e gloriosa história das correntes quebradas/ nº36 | «O duque de Olivares confiara este cargo importante ao pior dos portugueses, um tratante chamado Miguel de Vasconcelos, todo cosido com os espanhóis, um vendido, um traidor, um ladrão, sem escrúpulos, nem honra, nem coração» | 10 |
| História da boa gente que sabia o que queria/ nº38 | «Francisco de Melo e o seu nome e a sua ação é uma mancha de vergonha para nós na história dos acontecimentos daquele tempo. Aquele indigno português, abaixando-se a servir o monarca espanhol contra a nobre figura de um príncipe português, empenhou tal força e tais manhas que conseguiu afinal a prisão do infante Dom Duarte» | 7 |

O marquês de Pombal insere-se também dentro da perspetiva anti-heroística da autora, se bem que com uma dupla vertente. Por um lado, esta figura é alvo de um ataque constante no que se refere ao seu caráter. Tido como tirano, autoritário, defensor dos seus próprios interesses e prepotente, esta figura é o protótipo de anti-herói que Virgínia de Castro e Almeida deprecia e subestima, optando por valorizar, dentro da mesma época, o reinado de D. João V, atribuindo a este monarca os louros do progresso do país. Por outro lado, a autora destaca uma faceta positiva do seu caráter, a competência que demonstrou na rápida reconstrução da cidade de Lisboa após a devastação do terramoto de 1755.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---------------------------------------|---|--------|
| A história do Marquês de Pombal/ nº39 | «Muitas das obras e desenvolvimento de indústrias, comércio, agricultura, artes, que geralmente se atribuem ao Marquês de Pombal, são devidas aos esforços de el-rei Dom João V. Muito mais ele fez por bem da nação, do que o marquês de Pombal. Muiíssimo mais se lhe deve» | 4 |
| Idem | «Onde o Marquês de Pombal fez bom trabalho foi na firmeza com que castigou os comerciantes que quiseram abusar das circunstâncias para aumentar os preços de todas as coisas, e também no cuidado que teve de mandar vir os géneros para a alimentação da cidade, e na severidade com que mandou enforcar | 9 |

| | | |
|------|---|----|
| | rapidamente todos os patifes que andavam a roubar as igrejas e outras casas depois do terramoto. Sobretudo deve-se à sua boa cabeça a pressa e competência com que mandou reconstruir toda a parte baixa da cidade conforme agora está com as ruas mais largas e todas alinhadas e as casas com as melhores condições higiénicas que então se conheciam» | |
| Idem | «O povo de Portugal nunca se deixou governar por tiranos. O que o Marquês quer é dar cabo da Igreja e dos fidalgos para ficar só ele a mandar» | 11 |
| Idem | «É este o homem que alguns historiadores quiseram levantar como um grande ministro e um grande homem de Estado digno do respeito e da gratidão do povo português!! Fez coisas bem feitas? Fez algumas. Mas bem melhores coisas fizeram Dom João V e outros reis de Portugal. Das coisas boas que fez, a maior parte tinham sido começadas por Dom João V. (...) Quando ele desapareceu, pouco se aproveitou da sua obra. Como se havia de aproveitar. As coisas feitas sem amor, sem coração, só ditadas pelo orgulho e pelo ódio, são sempre plantas cujos frutos não prestam» | 13 |

A imagem de D. Pedro IV divulgada por Virgínia de Castro e Almeida, embora não possa ser considerada enquanto protótipo de anti-heroísmo, é uma imagem depreciativa, na medida em que vai contra os ideais estabelecidos pelo regime. O perfil de D. Pedro IV traçado pela autora representa a defesa dos ideais liberais que se distanciavam dos padrões ideológicos defendidos pelo regime.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|---|--------|
| História do rei Dom Miguel/ nº43 | «Dom Pedro era um estrangeiro; nem o conheciam, nem se importavam com ele. Como haviam de se importar com um príncipe português que vivera sempre lá no Brasil, que se embrulhara com os pedreiros livres, que assinava de cruz tudo o que os estrangeiros queriam, que se sujeitava a jurar a Carta e que não tinha respeito pela religião?» | 3 |

A defesa do imperialismo é outra das temáticas exploradas nos contos. Este conceito surge associado à missão civilizadora que caracterizou o processo de expansão imperial e colonização. A autora destaca particularmente o espírito de cruzada, o trabalho, o esforço e o martírio.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|--------|
| História do infante Dom Henrique e dos seus capitães/ nº19 | «Montado no seu grande cavalo negro, firme e imóvel, o infante assistia à repartição dos cativos. Bem sabia que toda aquela aflição dos pobres selvagens vinha de não conhecerem a sorte que os esperava. (...) Mas o infante sabia muito bem que a sorte daquela pobre gente africana ia melhorar e que, dentro de pouco tempo, todas as suas lágrimas e tormentos se mudariam em alegria. E o infante não se enganava. Com efeito todos os cativos a pouco aprenderam a língua portuguesa, foram baptizados e seguiram de muito boa vontade a religião de Cristo. (...) Daqueles cativos que vieram nas caravelas de Lançarote, nenhum quis voltar para as suas terras e todos viveram contentes em Portugal. E daí por diante vieram muitos mais daquela terra de África que se iam descobrindo; mas nunca em Portugal os negros escravos foram maltratados» | 13 |
| História do rei africano e das suas proezas/ nº22 | «Quem hoje percorrer essa terra de África do Norte, por onde se estendeu a ocupação portuguesa, ainda lá verá restos de muralhas, de fortalezas, de igrejas, que os nossos construíram ao preço de muito trabalho, de muitos esforços, de muitas vidas» | 14 |
| História de espantar do grande governador chamado: o terrível/ nº30 | «Dom Francisco de Almeida começou essa obra imensa, mas restava ainda muito que fazer. A Índia é uma terra enorme e estava dividida em muitos reinos, alguns muito ricos e poderosos. Era preciso sujeitá-los à soberania de Portugal por bons modos podendo ser; senão, pela força da guerra. Para esse fim era indispensável que Portugal fosse senhor absoluto daqueles mares; e foi. (...) O que Afonso de Albuquerque fez durante os nove anos que passou na Índia a trabalhar pela sua pátria e pelo seu rei, é coisa tão espantosa que mais parece milagre» | 5 |

| | | |
|--|---|----|
| História do grande D. João, capitão e sábio/ nº31 | «Ali (praças de África) correu muito sangue precioso dos nossos avós para glória da pátria, para serviço do rei, para defesa da santa fé de Cristo; ali morreram muitos mártires por amor da nossa terra e se formaram muitos heróis numa rude e áspera escola de capitães e soldados portugueses cuja fama, depois nas descobertas e guerras do Oriente, encheram o mundo de espanto» | 5 |
| História do grande vice-rei que empenhou as barbas/ nº32 | «Muita gente hoje em dia, julgando os homens daquele tempo com as ideias de agora, atrevem-se a chamar barbaria e crueldade ao que era necessidade, bravura e heroísmo. Estas coisas não se faziam sem grandes perigos. Os portugueses na Índia eram só algumas centenas e tinham que lutar contra milhões de inimigos bem armados. Se de tempos a tempos, quando se viam ameaçados, não empregassem meios violentos ditados pela coragem, nenhum teria sobrevivido e o grande império português do Oriente não se teria criado e crescido até fazer de Portugal um dos reinos mais poderosos e gloriosos do mundo» | 10 |

Outro tema que surge frequentemente no discurso literário é a conceção xenófoba relativamente aos árabes e aos espanhóis, considerados os mais prováveis invasores da pátria.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|--------|
| História do grande Fuas Roupinho e outras maravilhas/ nº4 | «D. Afonso Henriques alegrou-se muito das boas novas da vitória e logo disse que era da sua vontade que D. Fuas fosse a limpar a costa desses cães moiros» | 7 |
| História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou/ nº23 | «(...) e por todas aquelas terras de África não tinham ainda sido encontrados senão moiros infiéis ou gentios, quer dizer, gente que tinha religiões esquisitas de ídolos e feitiços, como bárbaros que eram» | 3 |

| | | |
|---|---|---|
| História dos dois homens que foram à procura do Preste João/ nº25 | «(...) Aqueles infiéis malditos, quer turcos quer moiros, querem muito mal aos cristãos e são desconfiados» | 6 |
|---|---|---|

Os códigos ideológicos comportam também a informação temática. Esta pode revelar-se um elemento constitutivo de fundamental importância neste contexto. O conceito de “tema” significa uma categoria semântica que pode estar presente ao longo de um texto ou de uma obra completa e que se caracteriza por um significativo grau de abstração. O tema ou temas existentes assumem um valor absoluto e não relativo em virtude do seu significado arquétipo. Neste sentido, a análise dos códigos ideológicos orienta-se no sentido de explicar a relação de aceitação, transformação ou de rejeição que se estabelece entre o conjunto de ideias e os valores subjacentes à mensagem literária e aqueles que o texto geral comporta.

Toda a mensagem literária é passível de ser analisada com vista à deteção do código ideológico que mais ou menos explicitamente nela projeta os seus signos. São de diversa ordem os signos que na mensagem literária podem funcionar como marcas dos códigos ideológicos, assim como é variável o seu grau de evidência significativa. Tanto a fidelidade a determinados valores como a sua não-aceitação pode exprimir-se no discurso de forma clara. Contudo, há que ter em conta que é vasto o número de signos que podem de forma conotativa funcionar como entidades significativas constituintes dos códigos ideológicos.

Outro aspeto que caracteriza os códigos ideológicos é o simbolismo. O símbolo é uma forma representativa comum na literatura destinada às crianças, assim como a alegoria e outras recorrências linguísticas. Goethe que se debruçou sobre estes dois conceitos demonstra na sua obra *Théories du symbole* as diferenças entre a alegoria e o símbolo. Segundo a sua teoria, o significante na alegoria é instantaneamente atravessado com vista ao conhecimento do significado, e no símbolo o significante guarda o seu valor próprio. Goethe demonstrou também a natureza da relação significante que o símbolo pressupõe: trata-se de uma passagem do particular ao geral, do objeto ao ideal¹⁰²⁴.

O símbolo constitui um modo de comunicação que exige da parte do recetor uma tarefa de decodificação, processo que nem sempre é fácil, prestando-se, por isso, a uma

¹⁰²⁴ TZETAN, Todorov, 1979, *Teorias do símbolo*, Trad. de Maria de Santa Cruz, Lisboa, Edições 70, pp.237-238.

multiplicidade de interpretações, o que contribui para acentuar no recetor a sensação de estar perante uma expressão ambígua e hermética. Esta característica é reforçada pela possibilidade de se poderem concentrar num mesmo elemento a representação alegórica e a representação simbólica, o que torna o discurso compacto.

As personagens da História nacional dividem-se em duas categorias: os heróis e os vilões ou anti-heróis. Os símbolos de virtude, os heróis, são figuras iluminadas pelo divino, pois as suas capacidades revelam-se precocemente, como é o caso de D. Afonso Henriques¹⁰²⁵, D. Dinis¹⁰²⁶, D. Miguel¹⁰²⁷ ou a ínclita geração. Destas figuras, a autora destaca os valores morais que deviam ser objeto de imitação por parte do leitor, como a lealdade, a honra, a coragem, a valentia, etc.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História do rei Afonso e da moira Zaida/ nº1 | «Durante a batalha que foi terrível, o infante Sancho portou-se sempre com muita coragem» | 12 |
| História do rei capelo e da linda feiticeira/ nº7 | « _ Amigos, nunca Deus queira que, obedecendo a esse vosso conselho, eu lance tal mancha na minha honra e vós na vossa. (...) Não penseis nas dores e aflições que agora estamos sofrendo, mas sim na satisfação que virá depois, de termos cumprido o nosso dever de lealdade. (...) Não nos renderemos. As chaves deste castelo só serão entregues a quem mas entregou. De um lado morrer, de outro atraiçoar; amigos, mais vale morrer honrados» | 12 |
| História das viagens, vida e morte do grande infante Dom Pedro/ nº21 | «Estes cinco príncipes, filhos de Dom João I. são como cinco estrelas a brilhar na história de Portugal e todos os bons portugueses devem pensar neles com grande admiração e respeito porque em nenhuma história do mundo há príncipes tão perfeitos nem que melhor memória deixassem do bom emprego que deram às suas vidas» | 3 |

¹⁰²⁵ História do grande cavaleiro sem medo, nº2.

¹⁰²⁶ História da Rainha Santa e do rei lavrador, nº8.

¹⁰²⁷ História do rei D. Miguel, nº43.

Dentro do simbolismo que representa cada figura, destaca-se enquanto característica bastante comum no discurso, a definição do seu retrato físico e psicológico que apresenta os modelos de heroísmo suscetíveis de serem imitados.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| História do grande cavaleiro sem medo/ nº2 | «D. Afonso Henriques tinha três anos, mas fazia o pasmo de quantos o viam; grande, perfeito, lindo que nem um anjo; e uma espada bem temperada não era mais rija do que ele. Mas tão assomado de génio e tão senhor da sua vontade que ainda antes dos sete anos D. Teresa, sua mãe, logo viu que não era capaz de o criar como devia ser» | 4 |
| História da Rainha Santa e do rei lavrador/ nº8 | «D. Dinis era um rapazinho que metia toda a gente no coração. Parecia que Deus lhe tinha dado todas as perfeições. Bem feito e rijo de corpo, bem parecido de rosto, desembaraçado para montar a cavalo e manejar as armas, amigo de estudar e de aprender, jeitoso, esperto, cheio de juízo, toda a gente se maravilhava de o ver e de o ouvir; e o povo tinha tanta presunção que nem podia ouvir dizer que houvesse outro príncipe igual em toda a cristandade» | 3 |
| História do príncipe bravo e do príncipe Manso/ nº9 | «(...) rapaz mais lindo e perfeito de corpo e de alma não havia em Portugal, nem em terras de Espanha, nem em qualquer outro reino. Era tão obediente, amigo de fazer vontades e tão bom de génio, que lhe chamavam o <i>Manso</i> . Ninguém lhe conhecia ambição ou soberba. (...) Não se importava com riquezas nem poder; o que ele queria era ler, estudar e fazer versos e cantigas. Não havia maldade no seu coração e andava sempre contente» | 3 |
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «Era de altura regular, muito bem feito e airoso de corpo e tão lindo de rosto que lhe chamavam D. Fernando, o <i>formoso</i> . Mas tinha génio brando, deixava-se levar para onde quer que fosse, porque não tinha a vontade firme que convém a um rei» | 4 |

| | | |
|---|---|---|
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «Era o Mestre de Avis, D. João. Sisudo e de poucas falas, tinha tão bom e seguro pensar, que ninguém cuidava, ao ouvi-lo, na sua pouca idade. Muito a peito guardava ele todas as coisas da honra e o seu coração era grande e forte e a sua vontade firme. De altura regular, era delgado, rijo, bem feito e bem parecido. Cavaleiro de mão cheia, grande Monteiro, ninguém melhor do que ele manjava a espada e a lança. E na sua alma serena não havia lugar para o medo nem para a mentira. (...) Cheio de juízo, abrasado em amor pela terra de Portugal, a sua vida era limpa e clara como água nascente» | 6 |
| Idem | «Apesar de Nun`Álvares nem sequer ter ainda vinte anos, não havia em terras de Portugal nem em toda a cristandade, coração maior do que o dele; nem alma que fosse mais leal e forte. (...) Pequeno de corpo e delgado, era rijo como aço, e todo cheio da graça de Deus que tudo em que se metia lhe saía certo nem que fosse por milagre. E bom e justo, e tão abrasado de fé, que todos se fiavam nele como num grande capitão» | 8 |
| Histórias dos embaixadores manhosos,/nº14 | «(...) em toda a Cristandade não havia princesa mais perfeita de corpo, rosto e sobretudo de alma e de coração do que a rainha Dona Felipa de Lencastre. Cheia de juízo e de sabedoria, temente a Deus e corajosa, foi sempre boa e fiel companheira para o seu marido e a melhor das mães para os filhos que Deus lhe deu» | 5 |
| História da triste e gloriosa empresa de Tânger/ nº17 | «Nunca ninguém lhe ouviu uma má palavra e a sua caridade era tão grande e tão santo o seu pensar que fazia a admiração de todos. (infante D. Fernando) Era delgado e alto; era loiro e tinha os olhos azuis e a pele branca; e quem o via e o ouvia maravilhava-se e dizia que ele mais parecia um anjo que um homem. Tinha grande devoção a Deus e a Nossa Senhora; não há memória de ter faltado uma vez que fosse aos seus deveres de bom filho, de bom irmão, de bom vassalo. Era valente (...) e leal, e nunca mentiu em dias de sua vida» | 3 |

| | | |
|---|---|---|
| História de espantar do grande governador chamado: o terrível/ nº30 | «Afonso de Albuquerque que merecia o respeito de todos pela sua honradez, valentia e grande juízo e saber. (...) Era homem alto, seco, de presença majestosa e modos compassados, e o seu corpo era forte e rijo que nem aço da melhor qualidade» | 3 |
| A história mais triste de todas/ nº35 | «Alguns se deixaram tentar, infelizmente, por alto preço em dinheiro ou por promessas de bons lugares; tal é a ânsia de certos homens em lograrem dinheiro e honrarias, que, por tais coisas, vendem a alma ao diabo. Outros, muitos outros, louvado seja Deus, preferiram perder tudo a arriscar a própria vida e a dos que mais estimavam, negando-se a ver a sua terra sujeita a rei estrangeiro. Entre estes últimos, um fidalgo brioso e prezando acima de tudo a sua honra e a dignidade da pátria, Febo Moniz (e este nome nunca deve ser esquecido por nenhum bom português), atrevia-se a dizer alto e bom som o que pensava, e atirava à cabeça, fosse de quem fosse, com as duras verdades que lhe saíam do coração» | 5 |

Outro exemplo de simbolismo existente no discurso e que surge com muita frequência é a referência a objetos que funcionam como símbolos: a espada e a cruz.

A cruz é o amparo e o guia do Portugal cristão, por isso, ela é um objeto de crença; a espada é o símbolo do poder militar e do espírito guerreiro do povo português. A cruz está contida na espada porque esta fez a nação por amor da cruz e para a servir. Estes dois símbolos traduzem a dupla tradição religiosa e política e partilham um mesmo ideal: a cruzada que legitima a nacionalidade e o império.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|---|--------|
| História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis/nº13 | «(...) lá estavam o Condestável D. Nun`Álvares Pereira para o defender com a sua espada e o seu grande coração» | 4 |

| | | |
|--|--|----|
| História do rei africano e das suas proezas/ nº22 | «Parecia estar em toda a parte ao mesmo tempo e aquela espada onde quer que aparecesse era como um flagelo de Deus» | 12 |
| A linda e gloriosa história das correntes quebradas/ nº36 | «O Arcebispo saiu da Sé a pé acompanhado por grande parte do seu clero e precedido pela cruz alçada, com grande acompanhamento de fidalgos e de povo» | 14 |
| História triste do diabo à solta/ nº42 | «Havia sete séculos que o povo português nascera à sombra da cruz e sob a forte e segura proteção de um rei-herói que com mão de ferro traçara as fronteiras da pátria. (...) O povo português tinha as suas raízes na cruz e no poder real. Bem sabia, se lhas cortassem, morria» | 12 |
| História do rei Dom Miguel I/ nº43 | «O povo de Portugal não entendia nem queria saber dessas lérias. Obedecendo aos seus reis e sempre à luz da cruz alçada, caminhara através da sua história que é das mais lindas que há no mundo» | 7 |

A evocação do divino e do sagrado é muito frequente no discurso e constitui a conceção providencialista que o caracteriza e que está associado ao bem. No discurso utilizado ao longo da sua obra, Virgínia de Castro e Almeida utiliza o providencialismo como característica dominante para explicar a origem da nação e de todo o seu percurso glorioso. A fé é também uma condicionante dessa origem e desse desenvolvimento que intervém decisivamente na explicação do devir histórico.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| História do grande cavaleiro sem medo/ nº2 | «Quem manda nas batalhas é o esforço dos corações e acima disso é Deus. (...) Ainda que fossem tantos como as estrelas do céu, pela vontade de Deus os venceríamos. Matando, ganharemos terras, honras e riquezas; morrendo, ganharemos o céu e a glória eterna» | 11 |

| | | |
|---|---|----|
| Idem | «D. Afonso Henriques até chorava de alegria; parecia-lhe que aquele milagre era sinal de Deus a dizer que protegia e abençoava o reino de Portugal e o trabalho de toda a sua vida a combater os mouros e a estabelecer um grande reino cristão» | 14 |
| História da Rainha Flor de Alture/ nº11 | «O cerco de Lisboa durou muito tempo; e por fim acabou porque Deus espalhou uma grande peste sobre as tropas espanholas» | 10 |
| História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis/ nº13 | «E, seguindo seu caminho, continuaram a sua conversa a respeito da batalha. Nem um nem outro esmoreciam. Ambos sabiam, no fundo dos seus corações, que Deus lhes daria a vitória, se a merecessem, nem que o inimigo fosse dez vezes mais numeroso e poderoso do que era» | 9 |
| Idem | «Antes da batalha de Aljubarrota tinha el-rei feito uma promessa a Nossa Senhora: que no lugar mesmo da batalha, se Deus lhe desse a vitória, havia de mandar construir o mosteiro mais rico e mais lindo da Cristandade» | 14 |
| História do infante D. Henrique e dos seus capitães/ nº19 | «Aprontaram a caravela e navegaram para aquela ilha, encomendando-se a Deus, porque não sabiam o que iriam encontrar, nem se a ilha era habitada ou não» | 7 |
| História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou/ nº23 | «Agora já sabemos, graças a ti e a Deus que te guiou, onde a África acaba» | 10 |

| | | |
|---|--|-------|
| História maravilhosa do grande capitão do mar/ nº27 | «Quanto a mim, não preciso mais de pilotos nem de contramestres nem de instrumentos de navegação; porque estas naus entrego-as eu a Deus e só Ele será o meu piloto e o meu contramestre e Ele nos levará a bom porto, pela sua divina misericórdia, se de tal formos dignos; e, se não o formos, que a sua vontade seja feita» | 8 |
| História de espantar do grande governador chamado: o terrível/ nº30 | «Eram tão poucos os portugueses e tantos os inimigos que só a nossa fé em termos Deus por nós nos podia levar a empreender tal guerra» | 4 |
| História do grande vice-rei que empenhou as barbas/ nº32 | «Quem visse a vontade firme com que fazia os seus preparativos e o ouvisse falar à sua gente, não duvidaria um instante da sua vitória. Com essa fé teimosa e forte dos valentes ganham-se mais batalhas do que se ganham com grandes exércitos bem armados se a esses falta a confiança e a certeza de vencer» | 5 |
| História da boa gente que sabia o que queria/ nº38 | «Vinte e sete anos! Um povo, que saiu meio morto da sua longa servidão em 1640, pôde lutar sem desânimo durante vinte e sete anos, vencendo sempre um inimigo muito superior em força e em número, até alcançar finalmente e de modo definitivo a sua liberdade. Que todos aqueles que só acreditam na força material, ponham os olhos neste exemplo do que pode a vontade e a fé de um povo que um bom chefe sabe conduzir» | 4 e 5 |
| Idem | «Pouco se fala de D. João IV; e no entanto Dom João IV foi um grande rei. Tomou conta de um reino moribundo e nunca perdeu a fé de o levantar e de o salvar» | 4 |

Por vezes, surge também a evocação do demónio e do profano, simbolizando o mal.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| História do príncipe bravo e do príncipe manso/ nº9 | «Tinha grande amor à Rainha Santa, sua mãe, e às vezes vinha ter com ela: _ Ó mãe! Ó mãe! Tira-me o demónio do corpo!» | 3 |

| | | |
|---|--|-------|
| Idem | «E o diabo arreganhou a dentuça por ver como tinha as unhas bem cravadas naquela alma» | 9 |
| História da linda Inês de Castro que depois de morta foi rainha/ nº10 | «Raça danada! Lacaio do diabo! Não descansareis senão quando virdes a minha alma no inferno! Fazei a vossa vontade e que Satanás vos lance no fogo eterno! (...) Pois ide, fazei, fazei vosso ofício de carnicheiros, e que o diabo vos leve!» | 8 e 9 |
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «Chamava-se ela Dona Leonor Teles e era uma destas mulheres de quem se costuma dizer que têm o diabo no corpo» | 5 |
| Idem | «Para mais, o diabo, aproveitando aquele desespero, dava-lhe muito feios pensamentos: que matasse Dona Maria, pois se vingaria assim da sua traição (...)» | 12 |

Encontra-se também no discurso, com alguma frequência a dicotomia entre recompensa dos inocentes/bons *versus* castigo dos culpados/maus, evidenciando uma conceção maniqueísta da história.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou/ nº23 | «Há quem diga que ele (Diogo Pacheco) não foi culpado da morte de Dona Inês e que se achou embrulhado com Pero Coelho e Álvaro Gonçalves por má sorte, e que fugira com eles por medo e cobardia mas não que as suas mãos estivessem manchadas daquele sangue inocente. Se assim foi, melhor para ele. Mas, se escapou à vingança de D. Pedro, de todo o modo muitos trabalhos e cuidados passou até ao fim da sua vida» | 15 |
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «E durante vinte anos foi mandada e teve de obedecer; e todos se esqueceram dela e morreu sem deixar saudades a ninguém. Para quem tinha tamanha soberba, não podia haver melhor castigo» | 15 |

| | | |
|---|---|----|
| História de espantar do grande governador chamado: o terrível/ nº30 | «Vencidos os mouros, ordenou Afonso de Albuquerque a Roçalkan que lhe entregasse todos os desertores e renegados portugueses que andavam com ele. Eram uns dezoito, gente má sem consciência, que fizera pouco da sua pátria e da sua religião, crime que Afonso de Albuquerque não perdoava. Como castigo, mandou-lhes cortar os narizes, as orelhas e um braço a cada um» | 9 |
| História da boa gente que sabia o que queria/ nº38 | «O marquês de Vila Real e seu filho, o conde de Caminha, o conde de Armamar e Dom Agostinho Manuel foram degolados no Rossio. Depois foram enforcados o tal Baeça e uns poucos de outros tão bons como ele. O arcebispo de Braga foi encarcerado na torre de Belém onde acabou seus dias» | 6 |
| A história do marquês de Pombal/ nº39 | «Estava velho e doente. A rainha, atendendo à sua idade avançada perdoou-lhe as penas corporais, mas desterrou-o para longe da corte e obrigou-o a pagar o que devia ao Estado e a particulares. Estava quebrado o marquês e o seu orgulho. Pouco depois morreu em Portugal com oitenta e três anos e foi prestar contas a Deus» | 15 |

Os códigos técnico-literários constituem o outro bloco temático de análise das coleções de literatura infantojuvenil. A desmontagem destes códigos supõe a explicação da importância significativa das relações entre o emissor, o enunciado e o destinatário. Esta relação tripartida implica a abordagem de três aspetos da codificação narrativa: o código temporal, o código representativo e o código de narração que explicam o seu funcionamento comunicativo bem como a seleção de determinados códigos técnico-narrativos em função de solicitações semânticas e de efeitos significativos específicos.

Os códigos técnico-literários que respeitam ao tipo de comunicação que é estabelecida entre o emissor, o enunciado e o destinatário variam entre a narrativa “objetiva” e os diálogos entre as personagens históricas que entusiasticamente narravam os seus feitos. A autora utiliza linguagem do quotidiano para facilitar a comunicação. Ao utilizar este tipo de linguagem a autora pretende promover uma maior aproximação entre o leitor e o discurso histórico/literário. Esta estratégia servia ainda como uma motivação para a transmissão e identificação da mensagem ideológica.

O código temporal explica na narrativa as relações entre o tempo da História e o tempo do discurso. Estas relações estão associadas à ordenação discursiva da História, (que

respeita, regra geral, a ordem cronológica), à duração e também à frequência. Estes planos embora distintos podem convergir no texto narrativo. Esta convergência prende-se com a simetria de atitudes e comportamentos e com a criação de um ritmo paralelístico que caracteriza o discurso literário usado nas coleções analisadas e os esquemas de pensamento da autora. O tempo da História privilegia a época da reconquista e da expansão e é notória uma preocupação por parte da autora por situar o leitor no plano temporal em que se passa a ação do discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História do rei Afonso e da moira Zaida/ nº 1 | «O que vou contar é a História de um príncipe que foi o avô do primeiro rei de Portugal. E isto passou-se há uns novecentos anos» | 3 |
| História do rei Capelo e da linda feiticeira/ nº7 | «E a triste história que se vai contar aconteceu entre 1230 e 1250, isto é, há uns setecentos anos» | 3 |
| História do grande marinheiro que o mar enfeitiçou/ nº23 | «Foi no ano de 1486 que um desses valentes marinheiros, chamado João Afonso de Aveiro, indo naquela faina de achar terras novas ao longo da costa de África, descobriu o reino de Benin (...)» | 3 |
| História dos dois homens que foram à procura do Preste João/ nº 25 | «A história que vou contar começa no ano de 1487» | 3 |

O código temporal utilizado exprime-se também pela interação de diversos tempos verbais. O imperfeito, que por ser um tempo pretérito indeterminado e com uma certa duração, se adequa à sugestão das ideias de passado nebuloso em que o tempo parecia suspenso, de vaga e prolongada espera, de indeterminação; o pretérito perfeito que assinala os

momentos cruciais e os acontecimentos pontuais que marcaram o passado, e as construções perifrásticas, muitas vezes associadas à ideia de esperança no futuro. A existência destes tempos verbais colocam em relevo o núcleo semântico da história e fazem alterar o ritmo da narrativa. Também a utilização frequente do gerúndio imprime ao discurso uma certa noção de continuidade.

O código representativo está associado a três tipos de focalização: interna, onisciente e externa. Nos contos da coleção em análise, o tipo de focalização predominante é a onisciente e corresponde a uma total manipulação da História que se justifica em função da intenção exemplar dos contos.

A utilização da focalização onisciente permite apresentar ao leitor o texto narrativo como um exemplo moralizante. O narrador onisciente “lê” os sentimentos e os desejos mais íntimos da personagem. Ele “vê” o que ninguém mais tem condições de ver: o mundo interior da personagem e sabe qual será a repercussão desse ato no futuro. A narradora detém o controlo absoluto do texto porque nele se esconde o escritor.

A focalização onisciente está intimamente associada a solicitações temáticas: a preocupação de realizar a convergência passado/presente e passado/futuro e, de um modo geral, o carácter alegórico e exemplar das diferentes histórias pede a adoção de um tipo de perspectiva onisciente.

No tipo de focalização utilizado pela narradora, esta coloca-se numa posição de transcendência em relação à História e nota-se, por vezes, uma tendência para sobrevalorizar as virtudes e ocultar as fraquezas do espírito dos heróis nacionais do passado.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História do rei Afonso e da moira Zaida/ nº1 | «Quando Afonso se viu ali sozinho e com os lobos a crescerem para ele de goelas abertas, não teve medo, porque medo era coisa que não conhecia» (...) «Olhavam um para o outro; parecia-lhes que não havia mais nada que ver em toda a redondeza da terra. Estavam ali tolhidos de amor nem que um raio os tivesse assombrado» | 3 |
| Idem | «Mas Henrique não esquecia a sua querida noiva, nem a sua terra e moía-se de saudades. Ai, como ele trocava aquelas riquezas e vida folgada, pela sua casa de Porto de Mós e pela companhia da sua Joana!» | 10 |

| | | |
|--|---|----|
| História da Rainha Santa e do rei lavrador/ nº 8 | «À medida que se aproximavam, D. Dinis pode ver que o que vinha na frente, pelo vestuário e lindo cavalo que montava, parecia fidalgo, e o que o seguia devia ser seu escudeiro; e cismou quem seria aquele viajante. E sem saber porquê e só porque o coração lhe adivinhava um grande acontecimento, entrou em grande alvoroço» | 6 |
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «Até perdeu a vontade de comer e não pregava olho de noite, sempre a cismar nas voltas que havia de dar à sua vida para se ver livre do infante D. João e de Dona Maria Teles» | 11 |
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «Nunca recebera dele uma má palavra nem ele tivera para a rainha senão acções de cortesia e respeito. Mas a rainha, sem saber bem porquê, não se sentia à vontade diante dele, nem lhe aguentava o olhar sério» | 6 |
| História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis/ nº 13 | «O Condestável andava muito enfadado com todas estas discussões e amofinado com tantas demoras. Fervia-lhe o sangue nas veias ao saber que, entretanto, os espanhóis avançavam sem que ninguém lhes tolhesse o caminho» | 5 |
| História da façanha de Aires Tinoco e da triste morte de Nuno Tristão/ nº20 | «E Aires voltou às suas obrigações com o coração apertado de tristeza. Mas não o mostrou (...) De joelhos ao seu lado e com a cabeça encostada àquele peito onde o coração já não batia, ali ficou muito tempo, chorando a fartar porque ninguém estava ali perto que visse ou ouvisse o seu grande desespero» | 7 |

| | | |
|--|---|----|
| História do rei africano e das suas proezas/ nº22 | «Era para os nossos capitães e para a sua gente uma existência de sobressalto, sem sossego nem de dia nem de noite, com a vida em perigo, a cada hora. Mas nunca os nossos fraquejaram» | 14 |
| História do Preste João, rei cristão da Etiópia/ nº26 | «Partiam a fazer o que tinham a fazer o melhor que podiam; o resto entregavam nas mãos de Deus. Eram homens de uma cana, os portugueses daquele tempo! Não sabiam o que era medo; só pensavam em descobrir terras novas e novos povos e em espalhar por toda a parte a fé de Cristo e o bom nome e glória de Portugal!» | 8 |
| História do rei encoberto/ nº34 | «Dom Sebastião não esmorecia. A sua fé era a mesma. Corria o seu exército, sem mostrar cansaço nem desconfiança, animando todos, alegrando os seus homens com a firmeza da sua fé na vitória» | 12 |

O código de narração diz respeito às condições de existência de duas entidades que intervêm no processo de comunicação, o narrador e o destinatário da mensagem. Quanto aos códigos de narração nos contos analisados, a mensagem assume um papel relevante decorrente da finalidade exemplar destes e da sua intervenção moralizadora, constituindo um género de mediador entre o autor e o leitor, a quem se destinam os exemplos.

O discurso literário assume também determinadas características de onde podem distinguir-se duas funções essenciais da linguagem: emotiva e poética. A função emotiva manifesta-se ao nível de recursos como a transfiguração do universo real num universo irreal operada pela imaginação, a apreensão do real através das sensações; a função poética consiste no relevo atribuído à materialidade do significante e manifesta-se particularmente ao nível das figuras de estilo e da escrita polissémica que possibilita diversas leituras interpretativas do discurso, efeito estético que é largamente utilizado e lhe confere um significado original.

O recurso a processos estilísticos converge no sentido de estabelecer um ritmo poético. A análise das narrativas literárias mostra a existência de um conjunto de ideias e valores contidos no espaço intertextual de que a obra faz parte e pelo qual se deixa influenciar. É possível verificar o cruzamento, no texto literário, de uma variedade de enunciados ideológicos. Os autores pactuam com uma linha de pensamento totalizante que demonstra uma manifestação explícita de um código ideológico que domina as bases do sistema político.

A interpretação estilística analisa a direção que o autor pretende dar ao discurso literário, conduzindo o leitor através dos recursos, possibilitando descortinar as funções que estes assumem em cada caso. O discurso figurado é um dos registos importantes do discurso. Este consoma-se ao nível da mensagem, por meio de uma elaboração retórica. Entendidas como signos literários, as figuras de retórica, patenteadas pelo discurso figurado constituem uma atitude metodológica regida fundamentalmente pela noção de que a estrutura interna do código retórico permite que a sua utilização se processe tendo por base uma postura particular assumida pelo emissor, a qual condiciona a constituição da mensagem.

As figuras de retórica são valorizáveis no contexto da análise da literatura infantojuvenil tendo em vista o funcionamento retórico que preside à sua enunciação, partindo daí para a evidenciação de significados temáticos, servindo o propósito da ideologia subjacente ao regime.

Quanto às figuras estilísticas mais frequentemente utilizadas no discurso, a sua variedade reparte-se pelos dois domínios: semântico e sintático. Das figuras semânticas destacam-se a metáfora e a comparação, a personificação e a hipérbole, a antítese, a gradação, a ironia, a metonímia, o disfemismo, que introduzem alterações sémicas no discurso e contribuem para lhe conferir um tom poético, ou para evidenciar subjetividade, analogia e contiguidade. Das figuras sintáticas destacam-se sobretudo a apóstrofe. Estas evidenciam o discurso porque se baseiam na repetição, na enumeração de elementos frásicos e na disposição da ordem normal das palavras.

Quanto às características do discurso literário é muito frequente o recurso a processos estilísticos que convergem no sentido de estabelecer um ritmo poético. As figuras de linguagem que predominam no discurso são de carácter semântico e sintático e, por vezes, a autora faz uso de várias figuras em simultâneo, criando um verdadeiro “festival” de linguagem.

As figuras de retórica servem também para dar ênfase a uma ideia ou sentimento. Esta ênfase deriva do desvio consciente que faz o narrador relativamente ao sentido literal de uma palavra ou à ordem habitual dessa palavra ou grupo de palavras no discurso. Na sua classificação nem sempre são rígidos os limites entre umas e outras figuras.

No campo semântico, a metáfora, largamente utilizada no discurso, é a figura mais poética do discurso figurado.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História do rei Afonso e da moira Zaida/ nº1 | «A notícia da morte do filho tão querido foi no coração do rei Afonso uma ferida que nunca mais sarou» | 13 |
| História do rei capelo e da linda feiticeira/ nº7 | «Os seus olhos são de veludo; a sua boca é um favo de mel (...)» | 7 |
| História da Rainha Santa e do rei lavrador, nº8 | «(...) a sua alma era um grande lago sereno que nenhuma tempestade de paixões humanas podia agitar» | 11 |
| História das viagens, da vida e morte do infante Dom Pedro/ nº21 | «Parecia que um anjo lhe guiava o braço e protegia (Dom Pedro), porque o seu braço semeava a morte e nenhum dos inimigos que o rodeavam lograva feri-lo» | 14 |

Além da metáfora, também a comparação é um recurso muito frequente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|--------|
| História dos dois homens que foram à procura do Preste João/ nº25 | (...) «o perfume do seu cabelo embebeda como um vinho forte (...) El-rei, doido de amor, abraçava-a e beijava-a e subia a escadaria a correr com ela ao colo como se levasse nos braços rijos, um feixe de plumas» | 15 |
| Segunda história do cavaleiro sem medo/ nº3 | «Levados por D. Afonso Henriques como um vendaval, os portugueses iam passando aquela gente ao fio das espadas e à ponta das lanças; e o sangue corria pelas ruas como se ali se estivesse fazendo grande matança de gado grosso» | 6 |

| | | |
|--|--|---|
| História dos embaixadores manhosos/ nº14 | «Desta vez retiraram-se os infantes mais satisfeitos porque viam que a sua ideia começava a germinar no espírito de el-rei como um grão de trigo em boa terra» | 7 |
| A história mais triste de todas/ nº35 | «Portugal, como um velho guerreiro cujos feitos tinham espantado o mundo, quebrado agora e cansado caíra sem forças e, <i>porque estava meio morto</i> , o estrangeiro viera e fizera seu escravo daquele vencedor glorioso de tantos povos» | 9 |

Para além destas, contam-se muitas outras figuras que habitam o universo do discurso literário desta obra, das quais se destacam a antítese;

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|---|--------|
| História da Rainha Santa e do rei lavrador, nº8 | «(...) e muitas vezes ausente em guerras e batalhas passavam-se dias e semanas que não via a rainha; e com tantos <i>trabalhos da terra</i> , acontecia esquecer-se dos <i>trabalhos do céu</i> » | 10 |
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «Costumou-se a vê-la a toda a hora em casa da infanta Dona Beatriz, a conversar com ela, a rir das suas graças e travessuras e a perder a cabeça cada vez que os seus olhos encontravam aquele olhar que ora parecia vir do céu ora do inferno. Por fim, dia em que não a visse, era para ele noite escura» | 6 |
| História do rei africano e das suas proezas/ nº22 | «Naquele inferno se formavam os portugueses que depois foram para a Índia e por esse mundo fora, à conquista de terras e mares desconhecidos, abrindo caminhos por onde nenhum cristão tinha passado antes deles, jogando a vida como quem joga dados e rindo-se da morte» | 14 |
| História do soldado raso que era príncipe dos poetas/ nº33 | «De novo pôs (Luís de Camões) o saco às costas e lá foi de caminho para fora de Lisboa, tão pobre de dinheiro como chegara, porém mais rico de experiências e de sofrimentos» | 7 |

a gradação ou enumeração surge também com frequência no discurso;

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| Segunda História do cavaleiro sem medo/ nº3 | «Naquela correria foi ter com os seus e ainda arrancou a vida a alguns inimigos; mas a dor tirava-lhe as forças; não podia servir-se da perna; o cavalo mal governado embrulhou-se numa reviravolta e foi-se abaixo. Com a perna entalada debaixo do cavalo e a rebentar com a dor, D. Afonso Henriques desmaiou» | 11 |
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «El-rei D. Fernando, que nunca soubera governar o seu reino, agora cada vez mais doente, mal tinha força para viver» | 13 |
| História dos embaixadores manhosos/ nº14 | «Tão bem criados, obedientes e respeitosos, que nenhum desgosto ou enfado tinham jamais dado a seus pais e não havia, em todo o reino, quer entre grandes, quer entre pequenos, quem não lhes quisesse bem» | 5 |
| História do rei africano e das suas proezas/ nº22 | «De tal maneira que confundidos e emaranhados uns nos outros, cristãos e infiéis naquele ardor do combate corpo a corpo, escorregavam e rolavam pelas escadas das muralhas e vinham cair cá em baixo no pátio do castelo. Aí a carnificina foi tal, de parte a parte, que o chão estava juncado de mortos e feridos» | 12 |

a prolepse é outro recurso narrativo bastante recorrente no discurso,

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|--|--------|
| História da Rainha Santa e do rei lavrador/ nº8 | «(...) envolveu-se (D. Dinis) em amores passageiros de onde nasceram filhos ilegítimos. E sobretudo a dois destes muito prendeu o seu coração, mormente o primeiro, chamado D. Afonso Sanches, que veio a ser mais tarde Senhor de Albuquerque e muito gentil, valente e honrado cavaleiro. E o segundo chamava-se D. Pedro e veio mais tarde a ser conde e homem de grande saber, muito amigo das letras e de estudos e escreveu um livro das linhagens de Espanha, que ainda hoje é conhecido. Mas no tempo de que estamos falando, estes infantes eram ainda criancinhas» | 10 |

| | | |
|---|---|----|
| História do infante D. Henrique e dos seus capitães/ nº19 | «Deste modo, por obra do infante Dom Henrique, se começaram as grandes e gloriosas navegações e descobertas dos portugueses. Em vida do infante descobriu-se toda a costa de África desde o Cabo Bojador até à Guiné, até Serra Leoa. E depois da sua morte estas navegações e descobertas portuguesas continuaram e estenderam-se pelo mundo todo» | 14 |
| História das viagens, vida e morte do grande infante Dom Pedro/ nº21 | «Ali foram os portugueses recebidos com grandes honras e festejos, e aí conheceu Dom Pedro a infanta Dona Leonor de Aragão que veio depois a casar com el-rei Dom Duarte e a ser rainha de Portugal. Mal sabia então Dom Pedro os trabalhos e desgostos que aquela futura cunhada lhe havia de causar!» | 4 |
| A triste história do príncipe Dom Afonso e da infanta Dona Isabel/ nº24 | «Estava por esse tempo na corte Dom Manuel, duque de Beja, irmão mais novo da rainha e primo direito de el-rei. Pelas voltas que o mundo dá veio este príncipe mais tarde a ser rei de Portugal e o seu reinado foi um dos mais felizes e brilhantes que houve» | 5 |

assim como a personificação é também um recurso estilístico bastante utilizado.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «Mas <i>Flor de Altura</i> , que tinha o coração frio e não gostava de ninguém, furtava-se às falas de el-rei. Ladina, bem sabia que quanto mais ela se furtasse, mais bravo se tornaria aquele fogo em que D. Fernando ardia» | 6 |
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «E assim esta terra sagrada de Portugal que tanto e tão bom sangue custara a ganhar, passaria a pertencer à Espanha» | 10 |
| História dos embaixadores manhosos/ nº14 | «Custava-lhe a crer que palavras de tanto juízo e de tanta força saíssem de corações tão novos ainda» | 6 |

| | | |
|--|--|----|
| História do grande sonho do encoberto/ nº37 | «Mas privados de dinheiro, de homens e de navios, porque os espanhóis só nos sangravam a mais e mais e nos bebiam o sangue, a nossa fraqueza aumentava e com ela aumentava o atrevimento dos ingleses (...)» | 10 |
|--|--|----|

A hipérbole surge no discurso como uma figura frequente da linguagem familiar.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|--------|
| História do rei africano e das suas proezas/ nº22 | «Assim, jogando mil vezes a vida foram entrando na cidade por aquelas estreitas e perigosas aberturas; e atrás deles as suas tropas, não sem grandes perdas de vidas e muitíssimo sangue derramado» | 10 |
| Idem | «Mas a tomada da grande mesquita de Arzila tinha custado aos portugueses um preço alto» | 11 |
| História maravilhosa do grande capitão do mar/ nº26 | «E Vasco da Gama respondia aos clamores dos seus com palavras ásperas: que já lhes tinha dito que não recuariam nem de um só palmo, porque tal fora a promessa que fizera a Nosso Senhor, ainda que visse a morte cem vezes defronte de si» | 6 |
| A linda história de uma família no tempo de D. Maria I/ nº40 | «Gil arriscara a vida vezes sem conta. Diziam os seus camaradas que até parecia que andava à procura da morte» | 14 |

A metonímia constitui um recurso estilístico igualmente recorrente no discurso,

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---|---|--------|
| História da paixão e morte do Infante Santo Dom Fernando/ nº18 | «Seis anos durou o martírio do infante santo até que morreu em terras da Moirama» | 14 |

| | | |
|--|---|----|
| História do grande D. João, capitão e sábio/ nº31 | «De volta a Portugal, depois desta brilhante campanha na qual as armas portuguesas tanto se distinguiram, (...)» | 10 |
| Trágica história do fidalgo Dom Francisco e do seu filho único/ nº29 | «Portugal era pequeno mas tinha uma alma tamanha que não lhe cabia no corpo e nada o contentava senão ir assim, por mares e terras desconhecidas de todos os europeus daquele tempo, à procura do resto do mundo» | 3 |
| A linda e gloriosa história das correntes quebradas/ nº36 | «Portugal quebrara de vez as correntes que o prendiam. Durara sessenta anos o seu calvário» | 14 |

bem como o disfemismo.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História do cavaleiro sem medo/ nº2 | «D. Afonso Henriques não quis saber de mais nada e abalou a rebenta cavalos para a cidade» | 7 |
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «Quando este rei soube da traição de D. Fernando, foi aos ares» | 5 |
| Idem | «Os quatro irmãos ficaram todos contentes de vir em tão boa hora, e logo meteram esporas aos cavalos. (...) Estes, (espanhóis) costumados a não encontrar quem lhes tolhesse os passos, andavam descuidados; quando viram aquele troço de gente armada e resoluta (...) perderam a cabeça e só cuidaram em se pôr ao fresco» | 7 |

| | | |
|---|---|----|
| História do grande D. João, capitão e sábio/ nº31 | «Mas saiu-lhe o gado mosqueiro porque logo desde o princípio da batalha ele (Barbarroxa) sabia que os cristãos não lhe tinham medo» | 11 |
|---|---|----|

A ironia constitui também um recurso estilístico frequentemente utilizado.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|---|--------|
| História da Rainha Flor de Altura/ nº11 | «Fez de conta que nada sabia do casamento da irmã e encarregou o irmão, João Afonso Telo (que era tão bom como ela) de dizer ao infante, com muito fingida amizade, que ela, rainha, o queria para genro» | 11 |
| História de Flor de Altura e do conde espanhol/ nº12 | «Vendo que os espanhóis continuavam ainda a vir a terra fazer seus roubos, Nun'Álvares (...) resolveu dar bom ensino àqueles atrevidos ladrões» | 8 |
| História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis/nº13 | «Vinde, vinde agora, que eu vos darei bom farnel...e o diabo vos carregue!» | 13 |

No campo sintático, a apóstrofe, enquanto recurso literário surge com abundância na obra.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| História da rainha santa e do rei lavrador/nº8 | «Ai, minha rainha! Perdoai a cegueira de quem anda tão longe do céu!...» | 13 |

| | | |
|--|---|----|
| História da grande batalha de Aljubarrota e da padeira que matou sete espanhóis/nº13 | «Portugueses, avante! Filhos e senhores, por vosso rei e por vossa terra» | 11 |
| História da triste e gloriosa empresa de Tânger/ nº 17 | «Ai, irmão! Que loucura a minha de não ter obedecido às ordens de el-rei Dom Duarte!» | 11 |
| História das viagens, vida e morte do infante Dom Pedro/ nº21 | «Ó meu corpo, já sinto que não podes mais! E tu, minha alma, já tardas onde és esperada!» | 15 |

A coleção *Grandes Portugueses* versa sobre figuras nacionais que se destacaram no plano moral, religioso, cultural e patriótico, sobretudo da época da fundação e expansão. Esta coleção constitui a obra conjunta de três autores: Virgínia de Castro e Almeida, José Estêvão Pinto e Teresa Leitão de Barros. Esta coleção apresenta algumas particularidades relativamente à coleção *Pátria*, que nos parece interessante destacar¹⁰²⁸. Virgínia de Castro e Almeida inicia a publicação da coleção com quatro volumes, seguindo um pouco o que já tinha sido, em termos de linhas orientadoras, a coleção *Pátria*, também da sua autoria. A temática geral e a modalidade literária mantêm-se, embora se note uma maior tendência para a politização dos conteúdos. Em termos de estrutura de texto, a autora utiliza menos o discurso direto e mais o indireto, relativamente à coleção anterior.

Em termos de códigos ideológicos presentes na obra, destaca-se a preocupação da autora por fazer uma introdução à coleção para situar e explicitar ao leitor o tema, a modalidade literária e o público-alvo. Nesta introdução, a autora retoma a temática da História de Portugal, nomeadamente, as figuras históricas que ficaram gravadas na memória nacional e

¹⁰²⁸ Inicialmente Virgínia de Castro e Almeida seria a única autora dos contos mas a sua morte ditou outro rumo para a coleção.

tenta fazer uma espécie de biografia destas personagens, destacando os aspetos que mais se coadunavam com os seus objetivos ideológicos.

A autora pretendia explorar a galeria das grandes figuras que estavam ligadas a acontecimentos históricos de grande relevância mas também outras figuras que, não estando relacionados com factos históricos cruciais, tinham contribuído para o engrandecimento da cultura nacional, representavam exemplos de moralidade, outras ligadas à causa religiosa, ou outras ainda ligadas ao império. As figuras da coleção *Grandes Portugueses* são sobretudo personagens que se destacaram no período da fundação da nacionalidade e das descobertas.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|--------|
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «Ora a História de Portugal, que é a mais linda de todas as histórias, é toda feita de ponta a ponta por grandes homens, génios na guerra, nas altas ciências de mandar e de obedecer, na sabedoria de governar, na ânsia de descobrir, no poder de criar e na rara e esplêndida capacidade de adorar. Entre tantos génios que levaram a nossa Pátria pequenina até aos confins do mundo e espalharam o nome português sobre toda a face da terra, há uns que são conhecidos de todos nós, há outros ainda ignorados ou que o vendaval dos nossos infortúnios envolveu na poeirada do esquecimento. Falaremos em primeiro lugar destes últimos» | 5 |

A intenção da autora foi conseguida nas quatro obras que escreveu e que constituem as primeiras narrativas da coleção, tendência que também foi seguida por Teresa Leitão de Barros. Na sua obra *Heróis da tomada de Lisboa*, a autora adverte para o valor das figuras que, não tendo um papel de destaque nos grandes feitos históricos, tiveram uma importância fundamental na sua consumação.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|---|--------|
| Heróis da tomada de Lisboa/ nº10 | «Heróis anónimos como tantos que sempre se encontram no segundo plano das grandes telas épicas, merecem eles, como símbolo da sólida argamassa humana com que se edificaram impérios, a gratidão dos que não folheiam a nossa História sem desculpável orgulho» | 22 |

A modalidade literária adotada pela autora tem por base uma posição de negligência pelo rigor científico que a História exige e, neste sentido, adquire uma perspectiva direcionada para o imaginário. As histórias que a autora pretendia contar aos jovens interligavam a fantasia e a realidade, tocando o domínio da ficção.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|---|--------|
| Heróis da tomada de Lisboa/ nº10 | «Somos contadores de histórias (...). As minhas histórias não são oficiais; têm os pés cravados na terra sã e fecunda de Portugal, e a cabeça lá muito no alto entre as névoas resplandcentes do sonho» | 10 |

O leitor alvo da coleção fazia parte do público juvenil, a quem se destinava a coleção, a MP, constituída por rapazes e raparigas em idade escolar.

O conjunto das narrativas da coleção insere-se, tal como na coleção *Pátria*, dentro das narrativas recreativas que têm como objetivo fundamental recrear o leitor ao mesmo tempo que lhe transmite mensagens ou instruções sobre variados aspetos da História nacional, interligando simultaneamente aspetos que podem ter um carácter rigoroso e científico e outros que se inserem no domínio da ficção. Para além desta característica, o conjunto destas narrativas apresenta também considerações de cariz ideológico que se relacionam e reforçam a abordagem de temas históricos, imprimindo ao discurso uma finalidade doutrinária que servia a ideologia do regime.

Os títulos desta coleção focalizam uma personagem da História de Portugal remetendo-se à sua biografia, como é o caso das obras *Dom Fuas Roupinho*, *Gualdim Pais* e *Gil Vicente* ou, para além da biografia da figura que dá o título à obra, são referidas informações precisas sobre outras figuras que se destacaram no mesmo panorama, como é o caso da obra de *Fernão Lopes*. Nestas narrativas, a História de Portugal é apresentada aos jovens leitores como uma história fértil em notáveis acontecimentos onde se notabilizaram as figuras que personalizaram o engrandecimento da pátria, sendo, por isso, consideradas geniais.

À semelhança da coleção *Pátria*, também Portugal é apresentado como uma nação pequena que conseguiu impor-se na cena internacional à custa do esforço dos feitos dos seus maiores. Esta inferioridade serve sempre o propósito de colocar em evidência a superioridade numérica do inimigo face aos portugueses que são, na esmagadora maioria das vezes, os

vencedores graças à fé na ajuda divina, o que evidencia a presença de uma conceção providencialista enquanto linha de orientação destas narrativas.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|---|---------|
| Heróis da tomada de Lisboa/ nº10 | «A nossa história está cheia de milagres. Sempre o nosso número é inferior ao dos nossos inimigos. Guerras contra o poder dos Moiros, guerras contra os grandes exércitos espanhóis, guerras contra milhões de gentios e infiéis no Oriente...Por toda a parte umas centenas de Portugueses resolutos, seguros de si e da proteção do Céu, venceram inimigos mais numerosos e fortes do que eles. Assim conquistámos o território de Portugal e o conservámos; e assim descobrimos o mundo e estendemos o nosso domínio a tantas terras e tantos mares» | 19 e 20 |
| Idem | «Porque os exércitos do Emir de Mérida pareciam um mar a crescer direito a Porto de Mós; e por detrás daquelas muralhas só estava uma mão cheia de homens para as defender» | 19 |
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «(...) Quem se importava com tal desproporção? Dom Fuas e os seus homens tinham a certeza de vencer; e um homem certo da sua razão e resolutos na sua fé vale mais do que dez homens bem armados. A história está cheia de exemplos claros desta verdade» | 24 |

Nas narrativas da autoria de Virgínia de Castro e Almeida as figuras históricas reúnem um conjunto de virtudes considerável, onde a inspiração divina, a juventude e a precocidade do heroísmo das figuras são constantemente referidas, uma vez que se destinavam a um público jovem.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|-----------|
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «(...) Dom Fuas, criança ainda, andava a brincar com a garotagem da sua terra que capitaneava em fingimento de guerras e perigosas aventuras. (...) Aos catorze anos manejava armas com o saber e a habilidade de um homem e não havia cavalo que desse com ele em terra, por mais bravo ou manhoso que fosse. (...) Já se contavam tais histórias da sua bravura, que chegaram a parecer milagres. (...) E Dom Fuas respondia que estivesse ela descansada pois tinha no seu destino vencer tantos infiéis, que Nossa Senhora o não deixaria morrer antes de cumprir o seu fado» | 7, 9 e 10 |

Também a apologia das tradições do passado face ao presente constitui uma temática comum entre a coleção *Pátria* e os quatro primeiros volumes da coleção *Grandes Portugueses*. Surge bem patente o princípio da autoridade arreigado ao respeito pela hierarquia e a virtude da obediência. Por vezes, a abordagem deste tema associa-se à exaltação das realizações do Estado Novo e à consagração de Salazar enquanto governante onnipotente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------|--|----------|
| Gil Vicente/ nº 4 | «Que o equilíbrio do mundo só pode ser atingido pelo bom governo e exemplo de verdadeiras elites cultas, pela obediência inteligente do povo e pelo cuidado de cada um em conservar e defender com dignidade o seu lugar respetivo; (...) Não há elites; e o povo, sem elites que o guiem e lhe deem exemplos e modelos, perde coragem e fé, declara que não precisa de mestres e cai, desamparado, na adoração de bezerro de ouro, única e miserável esperança que lhe resta» | 8,9 e 10 |

A valorização do passado e tudo o que lhe está inerente está relacionada com a exaltação das épocas de ouro que deveriam servir como exemplo para os jovens leitores de então que integrariam as gerações futuras. O apelo às tradições do passado serviria também para combater atitudes e princípios, como a democracia ou os ideais liberais, caraterísticos da época moderna que não existiam no passado, supostamente responsáveis pela crise de valores

daquela época, porque colocavam em causa princípios como a fé religiosa ou o dever da obediência defendidos pela ideologia do regime.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--------------------------|--|--------|
| Gil Vicente/ nº 4 | «Agora as notícias espalham-se com rapidez incrível; e a estupidez e ignorância dos homens, que se julgam espertos e instruídos, são tamanhas que todos dão mais importância aos aparelhos que transmitem as notícias do que às próprias notícias. Assim as notícias, pelo caminho, em vez de ganharem beleza e verdade, retorcem-se em mentiras e fealdades porque os corações dos homens se complicaram com absurdas presunções, perderam o respeito, a fé, o espírito de união, e já ninguém pensa em transmitir aos filhos os tesouros preciosos: culto da honra, orgulho da raça e amor da glória, que tornam os povos invencíveis» | 8 |
| Dom Gualdim Pais/ nº3 | «(...) cujo desenvolvimento extraordinário dos últimos anos têm tornado Portugal um modelo de bom governo que se impõe ao respeito do mundo. (...) Há oitocentos anos esta abençoada terra portuguesa onde habitamos em paz no meio da tormenta que vai destroçando o mundo inteiro, esta abençoada terra que um homem inspirado por Deus governa, encontrava-se ainda na posse dos moiros (...)» | 5 e 7 |
| Idem | «Há oitocentos anos esta abençoada terra portuguesa onde habitamos em paz no meio da tormenta que vai destroçando o mundo inteiro, esta abençoada terra que um homem inspirado por Deus governa» | 7 |

As “idades de ouro” nacional era a idade média e a idade moderna onde se enquadrava a expansão, época rica em factos e figuras históricas que engrandeceram a pátria, que “deu à luz” os mais virtuosos heróis. O regime pretendia ressuscitar o quadro axiológico medieval no século XX e moldar a sociedade através dele. Por oposição, os ideais liberais representavam a descrença e abandono das virtudes que fizeram Portugal maior e, que por isso, deviam ser combatidos. Esta “idade de ouro” do passado só tem colagem com a “idade de ouro” do presente, o Estado Novo.

A prosperidade da época medieval só é comparada com os progressos que o regime de Salazar, o seu bom governo e a sua inspiração divina trouxeram à nação. Esta mensagem surge numa altura estratégica, em que o mundo se digladiava, que eram destruídos impérios gloriosos e Portugal parecia estar protegido contra toda esta catástrofe imparável, graças ao governo de um homem que orientado superiormente olhava pela nação tal como um pai zela pela tranquilidade da sua prole.

O recurso ao lendário e à ficção é também uma constante nestas narrativas.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|---------|
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «Mas uma coisa era repetida por todos da mesma maneira: que na véspera da batalha, no silêncio e sossego da noite, estando Dom Afonso Henriques a cismar, duvidoso, ao comparar as suas poucas tropas com a multidão dos exércitos inimigos que à sua volta cobriam a terra, Jesus Cristo crucificado lhe aparecera num grande clarão de milagre e lhe anunciara a vitória» | 8 e 9 |
| Idem | «Então o cavalo, cujas patas se erguiam já sobre o abismo, empinou-se de súbito e ficou imóvel, suspenso por milagre sobre o mar que rugia lá em baixo e se despedaçava contra os rochedos (...) Então D. Fuas Roupinho viu uma nuvem branca de neve e toda bordada de oiro, que se formou à sua frente. Sentada nessa nuvem que era um trono, apareceu Nossa Senhora com seu manto de céu azul, com sua coroa de estrelas, com seu divino Filho nos braços. (...) O cavalo rodou sobre as pernas, devagar, e, poisando as patas em terra firme, ficou-se a tremer, de cabeça erguida para a visão como se, por milagre, naquela hora a sua brutalidade se tivesse apagado e um entendimento superior lhe iluminasse como um relâmpago o cérebro obscuro» | 15 |
| Dom Gualdim Pais/ nº3 | «(...) e, Dom Gualdim e os seus cavaleiros, espalhando o terror e a morte, pareciam invulneráveis. Nenhum caía, nenhum manto branco se tingia de sangue. Assombrados, alguns moiros afirmavam ter visto durante os combates, verdadeiros anjos descenderem das nuvens (...) Alguns infieis aterrados perante o resplendor da figura do mestre que julgavam sobrenatural, segredavam a medo entre si contando que em certas horas, sob o | 21 e 22 |

| | | |
|--|--|--|
| | fulgor encandeante do sol ou à claridade misteriosa da lua, bem tinham visto duas grandes asas de imaculada alvura, abrindo-se e estenderem-se por detrás de Dom Gualdim Pais» | |
|--|--|--|

A obediência ao chefe aliada à defesa dos interesses religiosos e nacionais encontra-se frequentemente referida nestes contos. Por vezes, surge também a referência a esta temática em oposição aos valores liberais que tentavam penetrar na sociedade.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------------|---|--------|
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «Lá na igreja da sua terra havia uma imagem de Nossa Senhora com o Menino, à qual ele ia todos os dias rezar, oferecer o seu coração, pedir-lhe força e valor para dar a vida inteira ao serviço de Deus e do rei contra os Moiros infiéis» | 9 |
| Idem | «Muitos saíam das suas casas com um chuço nas unhas e (...) voltavam feitos cavaleiros e começavam uma linhagem de fidalgos. E para isto não era preciso democracias nem «direitos do homem» e outras coisas absurdas e grotescas que se inventaram depois e ainda hoje enganam muitos tolos. Bastava ter-se um coração valente, uma palavra firme, o culto ardente da honra e o desejo de bem servir a Deus e ao rei. A vida era simples; quem merecia a liberdade tinha-a; e cada um pensava mais nos seus deveres do que nos seus direitos. Nascia-se com deveres, mas conquistavam-se direitos» | 23 |
| Vasco da Gama/ nº18 | «Não deixava (Vasco da Gama), porém de estar em contacto com as coisas da Índia, de saber os desregramentos que lá se praticavam em que os homens esquecidos dos seus deveres mais se preocupavam com os seus interesses materiais do que com os interesses da Pátria e da Religião para honrar a memória gloriosa dos construtores do Império» | 43 |
| Pedro Álvares Cabral/ nº23 | «Pertencia a família Cabral à mais alta estirpe fidalga da Beira. Senhorial nos haveres e nos feitos, afeiçoada ao seu soberano e dedicada à pátria, durante gerações sucessivas distinguiu-se na luta que o espírito português de Cruzada levou ao norte de África e contra Castela defendeu a independência nacional» | 8 |

O retrato físico e psicológico não assume muita relevância nas quatro narrativas da autoria da autora. No entanto, são apresentadas figuras históricas com características de genialidade.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------------------|--|---------|
| Dom Gualdim Pais/ nº3 | «Os moiros diziam que o Mestre não era uma figura deste mundo. A sua estatura e a imponência do seu porte faziam-no parecer maior que qualquer comum dos mortais» | 21 e 22 |
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «O seu nome (D. Fuas Roupinho) atravessou a história de Portugal e ainda hoje se conserva cheio de vida nas nossas memórias e nos nossos corações: Dom Fuas Roupinho, o primeiro almirante português, o primeiro na gloriosa e grande lista dos marinheiros de Portugal» | 28 |
| Gil Vicente/ nº4 | «Gil Vicente era um grande poeta e um grande artista. Qualquer destes dons eleva o homem acima do nível humano, mas quando num só homem os dois se encontram, aquele que os possui fica marcado para a imortalidade. E passa a ser uma estrela que, lá do alto dos Céus, vai brilhando sempre, alumando os difíceis caminhos da perfeição» | 26 |
| Bartolomeu Lourenço de Gusmão/ nº22 | «Era um espírito curioso, amigo de saber, procurando a explicação dos factos pela observação direta e tentando resolver, pela aplicação dos conhecimentos científicos, os problemas que se lhes apresentavam» | 6 |

A evocação do divino e do sagrado é muito frequente no discurso e constitui a conceção providencialista que o caracteriza e que está associado ao bem. No discurso utilizado ao longo da sua obra, Virgínia de Castro e Almeida utiliza o providencialismo como apanágio para explicar a origem da nação e de todo o seu percurso glorioso.

A fé é uma condicionante dessa origem e desse desenvolvimento que intervém decisivamente na explicação do devir histórico.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| Bartolomeu Lourenço de Gusmão/ nº22 | «Mas o primeiro cuidado de Dom Fuas Roupinho depois da batalha foi ir à sua ermida da Nazaré agradecer a Nossa Senhora a grande vitória que ela lhe dera sobre os infiéis» | 22 |
| Idem | «Tudo estava no acerto e na rapidez do comando, na força dos remadores, na valentia dos guerreiros. Tudo estava nas mãos de Deus» | 25 |
| Dom Gualdim Pais/ nº3 | «Nas guerras decisivas ao anoitecer de um povo, ao alvorecer de outro, a vitória destes firma-se na fé: <i>a fé que transporta montanhas</i> e sem a qual os exércitos mais numerosos e mais fortemente armados, estão votados à derrota. Foi essa Arma invisível e suprema que deu aos nossos primeiros reis e aos seus admiráveis companheiros o poder de conquistar aos moiros, tanto mais numerosos e fortes do que eles, a terra que é hoje a nossa pátria» | 23 |

Por vezes surge também a evocação do demónio e do profano.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---------------------------|--|--------|
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «E a queda em tal abismo era a morte certa do seu corpo e a perda da sua alma abrasada de cólera e de ódio que são pecados mortais. Naquele instante que lhe restava de vida, entendeu tudo: entendeu que o veado era o diabo que andara a tentá-lo e tramara a sua perdição para livrar dele os inimigos de Jesus Cristo a quem tanto mal fazia e havia de fazer» | 14 |
| Idem | «Falar de Dom Fuas a marinheiros moiros, era o mesmo que falar-lhes do demónio porque todos eles o temiam como a um ser com poderes de outro mundo» | 27 |

Dentro dos códigos técnico-literários utilizados destaca-se o código temporal que também assume importância no contexto do discurso, pois pretende situar o leitor no tempo.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|--------|
| Fernão Lopes/ nº2 | «Fernão Lopes foi o primeiro cronista de Portugal. No ano de 1418 el-rei Dom João I nomeou-o guardião da Torre do Tombo, onde se conservam os arquivos do reino, diplomas, (...)» | 5 |
| Dom Fuas Roupinho/ nº1 | «Isto foi no ano de 1182 ao raiar da nacionalidade portuguesa: há oito séculos» | 28 |
| Dom Gualdim Pais/ nº3 | «Em 1128 Dona Teresa, mãe de Dom Afonso Henriques, deu aos templários o castelo de Soure e os descampados que se estendiam entre Leiria e Coimbra» | 12 |

O código representativo utilizado é a focalização omnisciente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------|---|--------|
| Dom Fuas Roupinho/nº1 | «Dom Fuas largou as rédeas, largou a lança. Bem sabia ele que nem cavalo, nem armas, nem a própria valentia do seu coração o poderiam salvar» | 15 |

Quanto às figuras estilísticas mais utilizadas no discurso, destaca-se a comparação.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------|---|--------|
| Dom Fuas Roupinho/nº1 | «Este animal espantoso passou como um raio; mas, ao passar, virou a cabeça para trás e fitou Dom Fuas com olhos de maldade, como dois luzeiros do inferno» | 11 |
| Idem | «(...) e o vendaval era tamanho que ameaçava varrer as embarcações como se fossem grãos de areia» | 27 |
| Dom Gualdim Pais/ nº3 | «Tão poucos! Mas as suas lanças e espadas refulgiam como labaredas; os moiros caíam à sua passagem como se um tufão os tombasse» | 21 |
| Idem | «Muitas vezes ainda se ouviu nos campos de batalha a voz de Gualdim Pais dando a ordem de combate, e as dos seus cavaleiros entoando o hino de David antes de se precipitarem <i>como a tempestade</i> contra as hordas inimigas» | 29 |

As restantes obras que constituíam a coleção *Grandes Portugueses* foram assinadas maioritariamente por José Estêvão Pinto, mas também se contam obras da autoria de Teresa Leitão de Barros, autora da coleção *Grandes Portuguesas*, publicada posteriormente àquela.

Relativamente ao discurso utilizado nas obras escritas por estes dois autores, é evidente uma tendência para dar continuidade ao modelo utilizado por Virgínia de Castro e Almeida. Na sua primeira obra desta coleção, José Esteves Pinto especifica aquilo que se pode entender como o propósito do seu trabalho.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|--|--------|
| Duarte Pacheco Pereira/nº5 | «Ao percorrermos as páginas da nossa História secular, alicerçada nos feitos mais gloriosos da humanidade e nos maiores cometimentos mundiais não deixemos de sentir um orgulho bem português pelo nosso passado, pelos homens que souberam elevar o nome de Portugal à consideração e à admiração de todas as nações. Mas não basta decorar esses feitos e ter presentes esses nomes para os enumerar como prova de cultura; necessário se torna acordar na nossa alma as virtudes que os fizeram grandes, cultivá-las e predispor o espírito para seguir os exemplos que a História nos apresenta tão eloquentemente. Todos esses homens foram grandes porque dentro deles vivia um amor sagrado à pátria, à qual sacrificavam tudo: bens e saúde, honras e vidas, para adquirir outros bens e outras honras e outra vida; bens espirituais de dever que se cumpre e que a tudo sobreleva, honras supremas de servir um ideal de Nação, animado pela lei moral da Fé de Cristo, vida imortal que a posteridade mais aviva no reconhecimento e no exemplo, na admiração de tudo quanto é nobre e digno» | 26-27 |

Nas restantes obras, José Estêvão Pinto utiliza uma estrutura capitular. Este tipo de estrutura, para além de tornar o texto visualmente menos denso, tornava a leitura mais atrativa. O autor destacava em cada capítulo os aspetos que considerava mais relevantes para a exaltação da figura histórica: a ascendência, o percurso de vida até ao culminar dos grandes feitos, morte e implicação das suas ações. É utilizado um discurso próximo daquele que fora utilizado nas primeiras quatro obras.

Na descrição dos factos, os autores empregam os mesmos códigos ideológicos. A mensagem literária, o sistema de valores implícito no discurso, as principais linhas temáticas desenham-se em torno da mesma base ideológica das anteriores obras: as virtudes da raça, o destaque para a exaltação dos valores religiosos e a consciência do dever patriótico que deviam ser imitados, a situação de desvantagem numérica face ao inimigo em acontecimentos históricos determinantes, a referência ao providencialismo que orienta o destino da pátria no sentido da ascensão e a utilização de recursos estilísticos dentro dos códigos técnico-literários que enriquecem o discurso e apelam à emotividade, constituíam um conjunto de características que o aproximam dos propósitos que Virgínia de Castro e Almeida pretendia seguir.

No discurso utilizado nestas obras o interesse religioso e patriótico surge intimamente relacionado com o reconhecimento do valor dos heróis do passado. Por vezes, é também demonstrada a precocidade do heroísmo nas figuras, facto que lhes atribui características de genialidade transformando-os em seres superiores, excluindo-os dos comuns mortais.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------------|--|---------|
| Duarte Pacheco Pereira/ nº5 | «Duarte Pacheco toma aos olhos dos orientais as proporções de um ente fantástico, protegido pelo seu Deus, ao serviço do seu rei, de uma poderosa e forte Nação que soube lutar e soube vencer a despeito do número dos inimigos e das suas manhas» | 18 |
| Luís de Camões/nº6 | «Como poeta épico legou-nos e à Humanidade os <i>Lusíadas</i> e nele se afirmou o primeiro entre todos. É a Bíblia portuguesa, como já se afirmou com toda a verdade, o livro sagrado que todo o português deve saber ler na escola do patriotismo que ele encerra» | 30 e 31 |
| Infante D. Henrique/nº7 | «(...) D. Fernando ia sofrendo com resignação evangélica o cativo. Sujeito aos mais duros trabalhos, humildes e propositadamente árduos, a tudo foi resistindo sem um queixume. Sacrificava-se pela sua Pátria e pela sua Religião» | 22 |
| S. João de Brito/ nº8 | «Foi sujeito a tratos de polé (S. João de Brito) atirado para a prisão durante bastante tempo, ofereceram-lhe também honras e proveitos para que dissesse o fim da sua visita, mas preferiu antes sofrer a faltar à sua promessa de guardar um segredo que, desvendado, poderia pôr em risco a vida dos pequenos Braganças e da própria Duquesa» | 6 |

| | | |
|--|---|---------|
| D. Afonso Henriques/nº 9 | «Esta batalha (S. Mamede) assinala o primeiro dia da nossa independência de facto, agrupada toda a Nação em volta do seu chefe, desde os mais nobres aos mais plebeus. Não malsinemos, porém, D. Teresa. A sua memória merece-nos respeito pela ação desenvolvida no movimento de independência e engrandecimento do nosso território; criou entre os portugueses de então o sentimento de nacionalidade que tornou possível a luta pela independência, conseguida pelo filho e sucessor» | 10 e 11 |
| S. António de Lisboa/ nº13 | «Chegara aos 15 anos, completara a sua educação na escola-catedral. Até então a sua vida passara-a entre a casa paterna e o templo fronteiro com a maior simpleza de costumes; aborrecia a vaidade, os murmúrios, os juízos temerários, o fausto e as grandezas materiais desta vida. Condenava os ódios e as vinganças; abominava a mentira. O seu espírito era absorvido pela vida de Jesus, pelo amor do próximo. Amava a pureza e a humildade, a caridade e a temperança, praticava jejuns» | 7 |
| Santo Condestável/ nº14 | «Nela embarcara também o Condestável D. Nuno Álvares Pereira que, apesar da idade, se apressara a acompanhar o amigo de sempre e os filhos que foram e são um dos maiores motivos de orgulho da Nação Portuguesa. Não o levava ali apenas o amor do seu rei, nem o da Pátria; o seu espírito ansiava por um cometimento que lhe desse ensejo de morrer pela fé, pela sua religião» | 33 |
| Bartolomeu Lourenço de Gusmão/ nº22 | «Desde muito novo deu provas de uma extraordinária memória e de uma grande aplicação ao estudo» | 6 |

Por vezes, também surge a referência ao dever patriótico enquanto imperativo nacional.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--|--|--------|
| D. Afonso Henriques/ nº9 | «Era obrigação de todos tomar parte activa na luta contra os infiéis para defender a terra comum, para combater os inimigos da Fé de Cristo. Desta obrigação resultava a força do exército, levado ao campo de batalha, não por imposição do seu Senhor, mas por um imperativo moral que a todos irmanava» | 30 |
| Salvador Correia de Sá e Benevides/ nº 20 | «No dia 2 de abril de 1648 reuniu a Câmara do Rio e expôs-lhe as vantagens e o dever patriótico de todos auxiliarem a expedição» | 35 |
| Santo Condestável/ nº14 | «O povo era outro, tinha outra força, outra noção do seu dever, da honra nacional; servia o rei, servindo a Nação» | 24 |

A subvalorização dos outros povos e cultura é também uma temática recorrente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------------|---|--------|
| Santo Condestável/ nº14 | «Parte das conquistas realizadas anteriormente tinha sido anulada pela acção dos infiéis» | 5 |
| Infante D. Henrique /nº7 | «A 23 de agosto o templo dos infiéis foi purificado e, poucos dias depois, nele se celebrou missa (...)» | 12 |
| D. João de Castro/ nº16 | «Os portugueses desfaziam as casas para tapar as brechas abertas e lutavam, lutavam sempre. Parte da fortaleza estava já ocupada pelos infiéis» | 27 |

A desvantagem numérica dos portugueses face ao inimigo é outra das temáticas exploradas.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--------------------------------|--|--------|
| Duarte Pacheco Pereira/ nº5 | «Começa, então, uma série de ataques em que as reduzidas forças portuguesas, auxiliadas, nem sempre eficazmente, pelos naturais, defrontam um inimigo muito mais numeroso e bem apetrechado. É | 13 |

| | | |
|----------------------------------|---|----|
| | nesta luta que mais se ilustra o engenho de Duarte Pacheco, em que o valor guerreiro se torna notável, raras vezes igualado na história da humanidade» | |
| Idem | «Soubera evitar as manhas do inimigo, que, verificando não poder vencer pela força das armas, envenenara as águas do rio, mandara vender mercadoria envenenada, enviara emissários secretos para que matassem os portugueses e incendiassem Cochim. Tudo, porém, foi conjurado a tempo e parece milagre que um tão reduzido número de portugueses tivesse conseguido desbaratar forças tão numerosas em sua própria casa, na sua própria terra» | 17 |
| D. João de Castro/ nº16 | «D. João de Mascarenhas, em face do ataque que sofria e vendo os preparativos bélicos do inimigo guarnece a fortaleza com os 180 homens de que dispunha para a defesa. Era tão pouca gente para inimigo tão numeroso e experimentado» | 24 |
| D. Francisco de Almeida/ nº17 | «Com 11 navios e duzentos portugueses, parte imediatamente para aquele porto. No caminho, encontra a armada dos Mouros, composta por 158 naus. A desproporção de forças não intimidou o ousado português, que derrota os mouros, aprisionando-lhes nove naus de carga» | 16 |

A exaltação dos feitos e dos valores simbolizados pelos heróis, dos quais se destaca frequentemente o sacrifício, o amor pela pátria, o desinteresse material, o respeito, o dever e a obediência ao chefe, são apresentados como valores imprescindíveis para alcançar o progresso e o prestígio de uma nação com o objetivo de promover um sentimento de gratidão e reconhecimento para com estas figuras.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------------|--|--------|
| Duarte Pacheco Pereira/ nº5 | «Duarte Pacheco, porém, nada aceita, mostrando sempre a maior isenção. É que a sua bravura não era filha do interesse que tantas vezes macula a glória de grandes feitos. (...) Duarte Pacheco Pereira voltava a Portugal na armada de Lopo Soares; vinha rico de honras e de glória, pobre de bens materiais» | 21 |
| Idem | «O facto não é singular; outros heróis nacionais têm encontrado ingrata recompensa dos seus feitos. Há, no entanto, alguma coisa | 24 |

| | | |
|--------------------------------|--|----|
| | de superior e de sublime em todos aqueles que sofrem essas injustiças e ingratidões: é a consciência do dever que se cumpre, a contribuição desinteressada de cada um, no seu âmbito de acção, para o progresso, para o bom nome de Portugal, que sofre a injustiça dos homens sem desmerecer da Pátria que lhe foi berço» | |
| Infante D. Henrique/ nº7 | «D. Afonso Henriques amava a terra que herdara e a que conquistara, amava o povo que o auxiliou no trabalho hercúleo de formar uma nacionalidade e desse amor nasceu aquele afecto que o eleva, que faz dele herói incontestado e lhe atribui a auréola de santidade. Este sentimento perdurou e perdurará como gratidão das gerações a quem legou uma Pátria robusta e homogénea, alicerçada no favor da Igreja, na acção da Nobreza, no vigor do espírito municipal que se liga à terra com entranhado apego. D. Afonso Henriques tornou-se objecto de um bem merecido culto nacional. (...) Veneremos e glorifiquemos a memória do Homem que pela sua acção soube conquistar e organizar uma Nação que, nascida na luta contra os infiéis, se pode identificar, através dos séculos, entre todas, por dois elementos simbólicos: a Cruz e a Espada» | 30 |
| Afonso de Albuquerque/ nº11 | «Os Portugueses, inteiramente obedientes ao seu chefe, cumprindo sem hesitações o seu plano, praticando os maiores actos de temeridade e de bravura, arrancaram a mais retumbante vitória que nunca as terras orientais tinham presenciado» | 15 |
| Santo Condestável/ nº14 | «Algumas terras de Castela só se rendem ao Condestável. Este facto levanta reparos e desperta invejas entre os portugueses. D. Nuno mantém-se acima dessas questões. Não lhe interessava a sua glória pessoal mas a vitória da causa que defendia» | 29 |
| D. João de Castro/nº16 | «D. João de Castro não é só um valor moral que se impõe, não é apenas o militar brioso que honrou a Pátria no campo da batalha (...); é também um sábio, um dos maiores matemáticos do seu tempo, discípulo do grande sábio Pedro Nunes. (...) Foi D. João de Castro, portanto, varão insigne na Ciência e na arte da guerra, cujo vulto se sobrepõe aos do seu tempo pela nobreza do seu carácter, | 40 |

| | | |
|--|--|----|
| | pela sua probidade, pelo valor guerreiro e notável cultura, cujo nome deve ser pronunciado com respeito e admiração, cuja vida deve ser o exemplo sempre presente e o espelho das nossas vidas» | |
| Vasco da Gama/ nº18 | «A intrepidez, o heroísmo e a tenacidade do capitão-mor eram postos em relevo no comando daquele pequeno grupo de portugueses que levados pela Fé e pelo amor da Pátria acabavam de realizar um dos mais extraordinários feitos da história da Humanidade» | 28 |
| Idem | «Ao evocar Vasco da Gama não o encaremos como valor contemplativo do Passado. Procuremos na sua vida e na sua acção a lição dinâmica do Presente para que o seu exemplo resulte fecundo na actuação contemporânea. Não há novos mundos para descobrir, nem novos mares para devassar, nem lendas terroristas para desfazer; mas há uma história gloriosa para continuar na lição das suas virtudes, no exemplo do seu amor pátrio» | 57 |
| Bartolomeu Lourenço de Gusmão/ nº22 | «O exemplo, contudo deve apresentar-se aos nossos olhos para nos indicar a responsabilidade que pesa sobre todos aqueles que menosprezam ou ridicularizam as coisas nacionais, aquelas que podem dar a Portugal fama e glória (...)» | 40 |
| Salvador Correia de Sá e Benevides/ nº20 | «A História presta-lhe a homenagem devida aos heróis nacionais e os feitos que praticou são anualmente celebrados, particularmente em Angola, (...) onde foi colocada (...) uma estátua de mármore em que a sua figura lembra às gerações o patriotismo do homem em cuja acção podem colher o exemplo que deve guiar os seus pensamentos e os seus actos» | 57 |

A referência ao retrato físico e psicológico das figuras surge com muita frequência no discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|--------------------------|---|--------|
| Infante D. Henrique/ nº7 | «D. Henrique era de boa estatura, de membros fortes, olhar duro e gesto sereno, cabelos levantados, cor tostada; espírito austero, inteligente e tenaz, corajoso e dominado por uma vontade de ferro, | 29 |

| | | |
|--------------------------------|---|---------|
| | sóbrio, generoso e prudente, impondo-se à consideração de todos. Era dotado de uma resistência física assombrosa, o que lhe permitia fazer longas vigílias debruçado sobre os seus trabalhos» | |
| D. Afonso Henriques/ nº9 | «D. Sancho, que sucedeu ao pai no governo do reino, desde cedo manifestou ser valente, audaz, e o fiel continuador da obra paterna» | 18 |
| Afonso de Albuquerque/ nº11 | «Afonso de Albuquerque não se impunha pela sua estatura; era de altura mediana, de rosto comprido e corado. Imperava pela sua fé, pela sua convicção, pela grande força de vontade e pelo conhecimento das coisas e dos homens» | 8 |
| Marquês de Pombal/ nº12 | «Sebastião José era uma figura atlética, enérgico e decidido, brioso e simpático» | 7 |
| D. João de Castro/ nº16 | «Ao tomar contacto com o Governo, ao assumir, no dia 25, a sua direcção, procurou reparar injustiças, mantendo-se num plano superior às intrigas e ambições, quer dos nacionais, quer dos inimigos. Impõe-se pela lealdade do seu trato, pela justeza das suas resoluções. (...) O novo Governador agia com espírito da mais estrita justiça, não desculpando nem perdoando qualquer desregramento» | 21 |
| Vasco da Gama/ nº18 | «Para um tal cometimento não importava apenas ser um bom marinheiro (...), era preciso ser também um bom soldado e um bom chefe, ser ousado e tenaz, obstinado, ser sereno e cruel se preciso fosse para fazer vingar uma ideia, para conseguir a realização de um objectivo. Vasco da Gama era o homem que reunia estes requisitos» | 17 |
| Idem | «Tinha prestígio que lhe advinha, em grande parte, de ter sido ele o descobridor do caminho marítimo, era ousado e empreendedor, intransigente (...), era escravo do cumprimento do dever que sabia pôr acima dos interesses materiais, era a figura nacional que se oferecia para o desempenho de tão difícil e patriótica missão» | 44 e 45 |

| | | |
|------|---|---------|
| Idem | «Homem estudioso e sabedor, dotado de ânimo varonil, de espírito empreendedor, enérgico, audaz e intrépido, mantendo com tenacidade as suas resoluções, pondo, superior a tudo, o espírito de justiça (...), não se deixando vencer nem pelo desespero nem pelo desânimo, tornou-se digno de ser respeitado pelos contemporâneos e de ser admirado pelos vindouros» | 57 e 58 |
|------|---|---------|

Contrariamente à coleção anterior que faz referência a alguns modelos de anti-heroísmo, a coleção *Grandes Portugueses* reporta-se apenas a figuras de importância histórica que reúnem consenso relativamente a esta designação. São figuras de incontestável valor nacional e simbolizam a honra e a glória que a pátria conquistou. Convém aqui destacar, porém, a obra de José Estêvão Pinto intitulada *Marquês de Pombal* que não sendo uma figura consensual no seio ideológico do regime estadonovista, ocupa nesta coleção o mesmo destaque relativamente às outras figuras históricas que constituem a obra.

J. Estêvão Pinto elogia o marquês de Pombal enquanto estadista, considera-o um exemplo de patriotismo e de bom servidor do interesse nacional. Nota-se uma tendência por parte do autor para desculpabilizar os atos menos abonatórios da sua obra e um certo sentimento de pesar pela forma como terminaram os seus dias.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|---|---------|
| Marquês de Pombal/ nº12 | «Queria um Portugal livre e rico, independente que se bastasse a si mesmo, que não visse o seu oiro escoar-se para os mercados estrangeiros, em paga do que não se produzia mas se podia produzir pelo desenvolvimento da indústria nacional e do comércio português. Na luta que travou, combateu conspirações e desfez-se de inimigos de forma violenta e até sanguinária, com o pensamento posto nas ideias que abraçara e que ia levando à prática; destruía todos os obstáculos, viessem donde viessem, usando da força, como faziam os monarcas da Europa que mantinham nos seus Estados uma autoridade absoluta» | 10 |
| Idem | «Entre as medidas tomadas no reinado de D. José I, tendentes a nivelar as classes sociais, colocando-as em pé de igualdade perante o poder real, avultam a da liberdade dos Índios do Brasil, a da abolição da escravatura no Reino, a de acabar com a distinção entre | 17 e 18 |

| | | |
|------|---|----|
| | cristãos novos e cristãos velhos e a de dar aos naturais das colónias portuguesas os mesmos direitos que tinham os portugueses nascidos na Metrópole. Estas medidas revelam não só uma acção patriótica mas ainda um intuito humanitário» | |
| Idem | «Algumas destas reformas, postas em vigor com uma vontade férrea, com uma energia sem igual, revelando um trabalho árduo e contínuo, ao serviço do pensamento dominante de bem servir a Nação, não tiveram os resultados esperados; logo que Pombal abandona o Governo muitas coisas voltaram ao estado anterior. O Marquês não teve um continuador que lhe herdasse a doutrina e o vigor, a energia e aquele pensamento que em tudo queria elevar o poder do rei, levar o País à categoria das outras nações, libertá-lo comercialmente do estrangeiro e dar-lhe a cultura necessária à sua defesa e ao seu prestígio» | 26 |
| Idem | «A Pombal fazem-se todas as acusações; este defende-se mostrando ainda vigor e energia. É-lhe movido um processo, é interrogado demoradamente com sacrifício da sua saúde» | 31 |

O recurso ao lendário e ao maravilhoso é também uma característica frequente do discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------------|--|--------|
| Infante D. Henrique/ nº7 | «Sagres foi, durante a vida do Infante, a única escola de navegação onde a ciência estava, dia a dia, ao serviço das realidades que se iam efetuando na descoberta de novas terras, de novos processos de navegação, de novos instrumentos da arte de navegar, num aperfeiçoamento constante que é título de glória dos portugueses» | 17 |
| S. João de Brito/ nº8 | «Por sua iniciativa (S. João de Brito) foi invocado S. Francisco Xavier e a epidemia terminou. A breve trecho se levantou o vento que impeliu as naus na sua rota até ao Cabo da Boa Esperança. Ali, violenta tempestade as açoitou durante dias. Novamente foi invocado o Apóstolo das Índias e as naus ultrapassaram o Cabo e velejaram nas águas serenas de Moçambique» | 14 |

| | | |
|--------------------------------|--|---------|
| D. Afonso Henriques/ nº9 | «Uma hora antes de amanhecer o dia 25 de julho, D. Afonso Henriques sai da sua tenda de campanha e vê no céu, no lado oriental, um clarão resplandecente. A luz aumenta de intensidade como se fossem raios do Sol. No meio desse clarão aparece-lhe Jesus Cristo, na cruz, acompanhado, de um e outro lado, por uma multidão de anjos. É o milagre de Ourique» | 13 e 14 |
| S. João de Deus/ nº15 | «O nascimento daquele Santo português foi assinalado por dois prodígios: na ocasião em que veio ao Mundo, levantou-se sobre a casa paterna, (...) uma coluna do fogo, ao mesmo tempo que os sinos repicavam festivamente, sem que mão humana os impelisse. Estes factos alvoraçaram a população que viu nos acontecimentos os sinais do céu anunciando que a criança que acabava de nascer era predestinada» | 6 |

A evocação do sagrado ou ajuda da divina providência também surge nos códigos ideológicos utilizados pelos autores no discurso. A fé surge também como motor dos destinos nacionais. A evocação do divino e do sagrado é muito frequente no discurso e constitui a conceção providencialista que o caracteriza e que está associado ao bem. O providencialismo surge como característica dominante para explicar a origem da nação e de todo o seu percurso glorioso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|---|--------|
| S. António de Lisboa/ nº13 | «Quando em Gemonia se construía um convento de Franciscanos, o Santo pediu a um carreteiro que por ali passou que lhe transportasse, por amor de Deus, alguns tijolos para a construção. Este, para evitar o trabalho, desculpou-se dizendo que não o podia fazer porque levava um morto na carroça. Ao chegar ao termo da viagem, verificou que o filho que trazia consigo, deitado e adormecido no veículo, estava morto. Arrependeu-se da recusa, tomou o facto como castigo de Deus e correu a procurar Santo António, pedindo-lhe perdão e rogando-lhe que fizesse voltar à vida o ente que estremecia. O Santo fez sobre o corpo inanimado do rapaz o sinal da cruz e este ressuscitou» | 23 |

| | | |
|-------------------------------|--|-------|
| Santo Condestável/ nº14 | «Era o Destino que assim aproximava o mestre e D. Nuno, vestindo-lhes os mesmos atributos de guerra, pondo no caminho de ambos uma Pátria enfraquecida e cobiçada para que esses jovens se unissem pelos mesmos juramentos, pela mesma fé e pela mesma amizade e se esforçassem por salvá-la, por mantê-la livre e independente» | 8 e 9 |
| S. João de Deus/ nº15 | «Parecia milagre como um só homem podia realizar tamanho trabalho; e nunca deixou de mostrar alegria, sem o menor temor pela morte perante as necessidades que o dia seguinte reclamava. Amparado por uma força estranha, quase não descansava» | 22 |
| Paulo Dias de Novais/ nº19 | «As memoráveis vitórias alcançadas por Paulo Dias de Novais sobre os exércitos de Angola Bandi (...) atribuiu-as o herói à intervenção da Virgem» | 39 |

À semelhança da coleção anterior, a referência a objetos que funcionam como símbolos também é notória.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------------------|--|--------|
| Infante D. Henrique/ nº7 | «Os mouros, pela noite, abandonaram a cidade; sobre a torre mais alta da fortaleza, João Vaz de Almada içara a bandeira portuguesa» | 12 |
| D. Afonso Henriques/ nº9 | «Enquanto D. Afonso Henriques em luzido cortejo, acompanhado pelo Arcebispo de Braga, entrava na cidade e se hasteava na torre mais alta do castelo uma cruz a anunciar que Lisboa era cristã, (...)» | 23 |
| Heróis da tomada de Lisboa/ nº10 | «Os normandos e ingleses, bem como os portugueses, com um prelado à frente, de cruz alçada, cercado por alta clerezia e seguido pelo rei e chefes nacionais e estrangeiros, entraram ordeiramente e entregaram-se ao pacífico deleite de ver hastear a bandeira do Portugal cristão na <i>Lissibona</i> mourisca, (...)» | 24 |
| Idem | «À frente da sua diminuta hoste erguia-se altivo o estandarte de Nun'Álvares, símbolo da alma do herói: - sobre um fundo branco, uma cruz vermelha que o dividia em quatro quartos» | 18 |

A apresentação da causa religiosa enquanto fundamento principal da iniciativa expansionista está patente no discurso.

Em termos de códigos técnico-literários, as obras dos outros dois autores divergem um pouco das de Virgínia de Castro e Almeida. É notória uma preocupação por situar o leitor no plano temporal.

O tempo verbal mais utilizado é o pretérito (perfeito e imperfeito) que se presta a descrições e narrações de acontecimentos passados, mas também, por vezes, o presente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------------|--|--------|
| Duarte Pacheco Pereira/ nº5 | «Este insigne português (Afonso de Albuquerque) parte de Lisboa a 6 de abril de 1503 com uma armada de três caravelas: a 14 do mesmo mês parte Francisco de Albuquerque» | 8 |
| Idem | «Praticado este feito, faz o cruzeiro da costa. Estava-se em setembro de 1504» | 19 |
| D. Afonso Henriques/ nº9 | «Decorria o ano de 1146. O monarca deu tréguas ao ardor combativo para celebrar o casamento com D. Matilde ou Mafalda, filha do Conde de Saboia e Mauriana, Amadeu III» | 18 |

Em termos de código representativo utilizado, os autores adotam com mais frequência a focalização externa com recurso ao discurso indireto, embora também a focalização onnisciente esteja presente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|---|--------|
| S. João de Brito/ nº8 | «Tinha para si (S. João de Brito) que S. Francisco Xavier o chamava, e era justo que lhe obedecesse, porque o Santo lhe acudira quando o invocara» | 10 |
| Santo Condestável/ nº14 | «E em toda a sua vida estas palavras dominaram o seu pensamento e a sua acção; nem um só momento se esqueceu desse juramento sagrado, feito naquele momento de comoção e de alegria em que via realizada uma das suas mais íntimas aspirações: ser cavaleiro» | 9 |

| | | |
|------|---|----|
| Idem | «D. Nuno tinha para si que devia repartir com os seus companheiros de armas as terras e as rendas que tão generosamente recebera» | 31 |
| Idem | «Quando se comete a conquista de Ceuta acorre ao chamamento, dá conselhos e nela toma parte com o mesmo ardor e com a mesma fé com que anos antes pelejava nos campos de batalha» | 33 |

Relativamente ao código de narração, o autor utiliza parágrafos de grandes dimensões e frases extensas. É também frequente o recurso a um conjunto de figuras estilísticas, sendo a personificação um dos recursos que surge com frequência no discurso;

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------------|---|--------|
| Duarte Pacheco Pereira/ nº5 | «Crescera ao contacto das coisas do mar, das arrojadas viagens dos portugueses que iam desbravando o oceano, despindo-o das suas lendas, trazendo à civilização novas terras e novos povos» | 9 |
| D.Afonso Henriques/ nº9 | «A torre de madeira, revestida de peles de boi, é aproximada da fortaleza; toda ela vomita metralha arremessada dos seus vários andares e se aproxima até quatro pés da muralha» | 22 |
| Heróis da tomada de Lisboa/ nº10 | «Mostrou-se a Espanha ferida por um Deus vingador, que permitia as incursões de mouros e moabitais com seu cortejo de servidão e saque» | 10 |
| Santo Condestável/nº14 | «Mesmo assim, no seu (Nuno Álvares) coração de patriota vivia bem ardente o amor da Pátria e do seu rei» | 33 |

a metonímia é também uma figura estilística bastante utilizada no discurso,

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-----------------------------|--|--------|
| Afonso de Albuquerque/ nº11 | «Ormuz esperava os Portugueses; a notícia das suas façanhas, praticadas ao longo da costa do Sul da Arábia, já ali tinha chegado e o rei estava preparado para se defender» | 14 |
| Santo Condestável/ nº14 | «Portugal tinha, desde então, nas mãos, a chave do mediterrâneo; dominava a expansão dos inimigos da fé, colhia através dos prisioneiros preciosas informações das terras e das gentes, (...)» | 34 |

| | | |
|------------------------------|---|----|
| Idem | «Faziam -se peregrinações e festas, todas com o caráter de festas religiosas e patrióticas. Todo o Portugal o santificava (Nuno Álvares)» | 39 |
| D. Francisco de Almeida/nº17 | «As naus portuguesas e as fortalezas mantinham-se alerta, dando aos Mouros combate sem tréguas» | 20 |

assim como a metáfora.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------------|---|--------|
| Luís de Camões/ nº6 | «Os Lusíadas são a Epopeia Nacional onde se canta uma ação mundial, onde se apresenta a gloriosa história da Nação portuguesa descobrindo novas terras, espalhando a Fé de Cristo, dando ao Mundo novos mundos» | 31 |
| S. António de Lisboa/ nº13 | «Levava (S. António) para essa luta o poder da sua cultura e da sua Fé, tinha como armas a sua palavra e o seu exemplo edificante» | 15 |
| Santo Condestável/ nº14 | «Uma das ocupações que mais prazer davam a Frei Nuno de Santa Maria era a de distribuir à portaria do Convento as esmolas e o caldo aos pobres, dando a cada um bons conselhos e tendo palavras que eram bálsamo para muitos infelizes» | 38 |
| D. João de Castro/nº16 | «O monarca considera e escolhe D. João para governador da Índia. (...) O nosso império do Oriente ia ter como timoneiro a figura moral de maior relevo de toda a sua história» | 20 |

A gradação é também um recurso estilístico recorrente no discurso,

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|--------|
| D. João de Castro/nº16 | «Destruíra as lendas terroristas do mar Tenebroso, aperfeiçoara a navegação, criara marinheiros ousados e experimentados, desenvolvera o espírito da aventura e consolidara a missão de Portugal na expansão da Fé de Cristo» | 32 |

| | | |
|-------------------------------|--|----|
| S. António de Lisboa/ nº13 | «Percorre então as cidades e as praças de armas, as aldeias e os casais, vai de terra em terra espalhando a Fé de Cristo, condenando os erros, conquistando almas para Deus e estabelecendo a harmonia entre os homens; (...)» | 15 |
|-------------------------------|--|----|

assim como a antítese.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|--|---------|
| S. João de Brito/ nº8 | «A notícia da execução (S. João de Brito) foi rapidamente conhecida. De toda a parte correu gente cristã e inimiga. Uns rezavam, outros blasfemavam, uns estavam tristes, compungidos, outros alegres, radiantes» | 28 |
| D. João de Castro/ nº16 | «Os Portugueses não dormiam, não descansavam; de dia combatiam, de noite refaziam os estragos e preparavam melhor defesa. (...) No mar, as embarcações esperavam o sinal combinado. Em terra, todos a postos, esperavam a hora da vitória» | 27 e 28 |

A coleção *Grandes Portuguesas* da autoria de Teresa Leitão de Barros é constituída por quatro obras apenas e versa sobre quatro vultos femininos que se destacaram no panorama nacional devido à ação que desenvolveram no plano cultural e social enquanto figuras reais, como retratam as obras *Infanta D. Maria* e *A Rainha D. Leonor* e também, como figuras importantes que intervieram em factos históricos que marcaram a História nacional, como as obras *D. Filipa de Vilhena e as heroínas de 1640* e *As heroínas de Diu*. Estas mulheres são vultos que estão por detrás de acontecimentos decisivos mas marcam uma presença secundária. As características que marcam o seu perfil estão relacionadas com os seu espírito educador e sábio, determinado e moralmente exemplar.

Relativamente ao discurso utilizado nas obras desta coleção, é evidente uma tendência para dar continuidade ao modelo utilizado na coleção *Grandes Portugueses*. Na primeira obra desta pequena coleção, *Infanta D. Maria*, a autora valoriza o papel da mulher na História nacional fazendo referência à sua emancipação económica e cultural que tentava no nosso país os primeiros passos, mas que estava longe de ser uma realidade para a maioria das mulheres portuguesas. Com esta valorização pretendia a autora enquadrar o motivo que a levava a seleccionar a figura de D. Maria no conjunto de vultos femininos que engrandeceram a História nacional.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|----------------------|---|--------|
| Infanta D. Maria/nº1 | «Numa época em que é já tão frequente ver-se a mulher conquistar a sua emancipação económica, utilizando como arma de defesa dos seus direitos – cuja legitimidade já ninguém ousa discutir – o amor ao estudo e uma longa e paciente preparação cultural, a figura da Infanta D. Maria reveste-se de singular relevo entre o pequeno mundo de vultos femininos que mais nobremente valorizaram a nossa História» | 5 |

Para além da questão da emancipação, a autora destaca também a iniciativa e a coragem de alguns vultos femininos por oposição à imagem de passividade característica do ideal de mulher do regime.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|---|--------|
| As heroínas de Diu/ nº4 | «Nem sempre <i>elas</i> se resignaram a aguardar passivamente o resultado das tremendas cartadas onde <i>eles</i> jogavam os destinos da Pátria; nem sempre rezaram ou bordaram guiões e estandartes, enquanto os seus homens escreviam, a sangue, o rascunho de altissonantes estrofes épicas» | 5 |

Na descrição dos factos, a autora emprega os mesmos códigos ideológicos. A mensagem literária, o sistema de valores implícito no discurso, as principais linhas temáticas desenham-se em torno da mesma base ideológica das anteriores obras: as virtudes da raça, o destaque para a exaltação dos valores religiosos e a consciência do dever patriótico que deviam ser imitados, a referência ao providencialismo que orienta o destino da pátria no sentido da ascensão e a utilização de recursos estilísticos dentro dos códigos técnico-literários que conferem riqueza ao discurso e apelam à emotividade, constituíam um conjunto de características que o aproximam dos propósitos da coleção anterior.

Surgem como temáticas exploradas a exaltação dos feitos e dos valores simbolizados pelas figuras, dos quais se destaca frequentemente a coragem e a perseverança, o sacrifício, a defesa dos valores religiosos e o amor pela pátria, o respeito e o dever, a obediência ao chefe, com o objetivo de promover um sentimento de gratidão e/ou de admiração para com estas figuras.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|--|--------|
| Infanta D. Maria/ nº1 | «(...) venceu fortemente a sua personalidade e procurou consolação e amparo moral não somente em manifestações de sincera religiosidade, mas também na lição de mestres de pensamento, no convívio íntimo com as páginas de ouro das literaturas antigas e modernas. Abraçada à Cruz e aos livros, não se ocultou, porém, em inviolável gineceu e antes deu franca hospitalidade, em seus sumptuosos paços, à flor do renascimento português, aos mais representativos vultos da era camoniana que, junto dela, sabiam encontrar sempre um sorriso, um estímulo, (...). Sem a Infanta D. Maria e as suas damas eruditas, ao sector literário do Portugal quinhentista faltaria um complemento gracioso, com seu quê de pitoresco, com seu muito de distinto e de encantador» | 6 e 7 |
| A Rainha D. Leonor/ nº2 | «Foi mulher de boa vontade na maneira como aproveitou o seu providencial esplendor moral, que iria iluminar novos trilhos de bem-fazer, novos gestos de caridade e de interesse pela valorização cultural e artística do cenário da grei onde o seu vulto tão nobremente se integra» | 5 |
| Idem | «De como empregou os seis lustros de vida que Deus lhe concedeu, falam bem alto as obras de piedade que fundou, as preciosidades artísticas que encomendou e custeou, a memória abençoada que deixou de si (...) Todas estas realizações, com excepção da primeira, atestam as virtudes dominantes na alma da rainha: sincera piedade religiosa e incansável espírito de caridade» | 28 |
| As heroínas de Diu/ nº4 | «O amor da Pátria, o anseio de evangelização, a noção exata do próprio mérito como estímulo da temeridade varonil bastaram para chamar alguns admiráveis vultos femininos às páginas compactas dos cronistas e à brenha heróica onde fulguram lanças» | 5 |
| Idem | «A par de tão nobre exemplo de amor conjugal fica muito bem o de um amor maternal estoicamente submisso à vontade de Deus e à glória da Pátria, dado por Bárbara Fernandes, a quem a artilharia dos turcos matou, em dias sucessivos, seus dois filhos» | 17 |

| | | |
|---------------------------|--|----|
| Idem | «As heroínas de Diu não seriam integralmente mulheres, se elas próprias não preferissem olvidar as horas rubras em que tiveram de matar «por amor de Deus» e por imposição da sua consciência de boas portuguesas. Não as esqueçamos nós e louvemo-las não apenas pelas assombrosas façanhas de guerra que os acontecimentos e o seu valoroso ânimo lhes permitiram praticar, mas também porque, quando um alto e penoso dever se lhes impôs, não hesitaram em pegar em armas e, vencendo a natural repugnância, ensanguentar as mãos numa das mais gloriosas carnificinas de que reza a História» | 29 |
| D. Filipa de Vilhena/ nº3 | «Como outras nobres matronas de 1640, que tudo fizeram para não desanimar as gentes e encorajar os pais, os maridos e os filhos, na perigosa tentativa de libertar a Pátria (...)» | 12 |

A referência ao retrato físico e psicológico das figuras enquanto temática explorada surge também no discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---------------------------|--|--------|
| Infanta D. Maria/ nº1 | «É que a memória desta infanta, muito sábia e muito linda, muito caridosa e muito graciosa, muito ouvida e apreciada pelos grandes humanistas mas também muito querida pelo povo e cantada pelos maiores poetas, responde eloquentemente a quantos ainda julgam incompatível a feminilidade integral e a mais séria erudição ou fervoroso culto das letras e das ciências» | 7 |
| D. Filipa de Vilhena/ nº3 | «A sua muito elevada concepção dos deveres cívicos, a responsabilidade de orientadora moral de seus filhos, o seu legítimo orgulho de mãe (...)» | 6 |

A referência a objetos que funcionam como símbolos também é notória.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|---|--------|
| As heroínas de Diu/ nº4 | «Não contente com tão dura represália, logo começa a amadurecer planos para conseguir, diplomaticamente ou pela força das armas, que o rei de Cambaia não possa impedir a construção, em Diu, de uma fortaleza onde tremule a bandeira das quinas» | 9 |
| Idem | «No meio da peleja, subidas ao baluarte, esforçavam os combatentes com palavras de «fervor cristianíssimo». Ana Fernandes ergueu bem alto um Crucifixo (...)» | 19 |
| Idem | «O primeiro cerco de Diu, que se prolongara por mais de três meses, terminara, sem que a armada do novo vice-rei, D. Garcia de Noronha, (...) cujos feitos deram brado em toda a Cristandade e mereceram a comovida gratidão de quantos já tinham desembainhado a espada em defesa da mesma fé» | 20 |

A subvalorização ou depreciação de outros povos e culturas é também um tema comum.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|---------------------------|---|--------|
| As heroínas de Diu/ nº4 | «Com a ajuda de tão poderoso aliado e de Coje Sófar, um não menos célebre e nada escrupuloso aventureiro albanês (...) os infieis preparavam formidável defesa» | 9 |
| D. Filipa de Vilhena/ nº3 | «Com Filipe IV, tudo passou de mal a pior. O rei não era mais que indolente pupilo do mui poderoso Conde-Duque de Olivares» | 8 |

A desvantagem numérica dos portugueses face ao inimigo é também uma temática recorrente no discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|--------|
| As heroínas de Diu/nº4 | «Ia ter o seu início o primeiro cerco de Diu, sustentado por António da Silveira e seiscentos portugueses contra dezasseis mil muçulmanos, janízaros e guzerates, socorridos de uma esquadra de cem galés e galeotas turcas com sete mil soldados, (...)» | 12 |

A evocação do sagrado ou ajuda da divina providência também surge nos códigos ideológicos utilizados pelos autores no discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|--------|
| As heroínas de Diu/nº4 | «Mas o milagre deu-se...Quando nasceu a manhã, viram que os Turcos tinham, durante a noite, embarcado a artilharia nas naus que, silenciosamente, seguiam, já longe, a caminho do mar vermelho» | 20 |

Em termos de código representativo utilizado, a autora adota com mais frequência a focalização externa com recurso ao discurso indireto, embora também a focalização omnisciente esteja presente.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|--|--------|
| As heroínas de Diu/nº4 | «Só em novembro de 1535 é que Nuno da Cunha acharia bem empregada uma nova viagem a Diu. (...) Grande deve ter sido o orgulho e o regozijo de Nuno da Cunha, quando, finalmente, assinou os capítulos de pazes com o sultão Badur (...)» | 10 |

Das figuras estilísticas existentes no discurso, destaca-se, sobretudo a personificação, no entanto, também são utilizados outros recursos linguísticos que enriquecem o discurso.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|---|--------|
| A Infanta D. Maria/nº1 | «Abraçada à Cruz e aos livros, não se ocultou, porém, em inviolável gineceu e antes deu franca hospitalidade, em seus sumptuosos paços, à flor do Renascimento português, aos mais representativos vultos da era camoniana que, junto dela, sabiam encontrar sempre um sorriso, um estímulo, um olhar de compreensão e de interesse». | 6-7 |
| As heroínas de Diu/nº4 | «A velha de Diu, verdadeira figura de tragédia que se ergue, como sobre-humana visão, entre as brumas do nosso mais glorioso passado: (...) a Velha que combatia pela Vida e pela honra da Pátria contra a Morte que também rondava os muros da fortaleza, (...)» | 15-16 |

| | | |
|------------------------|--|---|
| A Rainha D. Leonor/nº2 | «Não lhe poupou o Destino tremendos golpes, durante os seus sessenta anos de vida. Muito deve ter penado, -embora fosse menina amimada num lar onde não escasseava amor e riqueza, (...)». | 6 |
|------------------------|--|---|

O disfemismo é outras das figuras que a autora utiliza no discurso,

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|--|--------|
| Infanta D. Maria/ nº1 | «No seu paço de a par de Santos-o-Velho, no outono da vida e num princípio de outono – precisamente a 10 de outubro de 1577 – a infanta entregou a Deus a sua alma cansada de esperanças, pesada de desilusões, (...)» | 18 |
| A Rainha D. Leonor/ nº2 | «Depois de ter vivido muitos anos sem afastar os olhos da miséria que passava ao alcance da sua generosidade, quis, coerentemente, dormir o sono da morte» | 30 |

assim como a metáfora que constitui também um recurso bastante utilizado;

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|------------------------|--|--------|
| Infanta D. Maria/ nº1 | «Foi antes uma planta de radiosa floração que, no mistério da sua força subterrânea, estendeu raízes potentes, capazes de, através dos séculos, virem alentar, com a seiva de honrosa tradição, morosos gestos libertadores» | 28 |
| As heroínas de Diu/nº4 | «Não se descrevem, em breves linhas, as façanhas de que Diu foi teatro nesses sete meses de lutas incessantes, de assaltos quase ininterruptos, em que pedras de baluartes e corpos despedaçados se confundem em montões de ruínas, onde parecia que só funéreas cruces poderiam cravar-se, mas donde, maravilhosamente, reflorescia, sempre altaneira e linda, a flor da heroicidade, do sacrifício e do brio patriótico» | 22 |

a metonímia é outra das figuras de estilo à qual a autora recorre,

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|--|--------|
| As heroínas de Diu/ nº4 | « <i>O Primeiro Cerco de Diu</i> , não esqueceu as expressões altamente elogiosas com que, na sua crónica de D. João III, alude ao auxílio prestado pelos braços femininos durante o angustioso sítio» | 14 |

tal como a gradação.

| Obra/Nº | Excerto | Página |
|-------------------------|--|--------|
| As heroínas de Diu/ nº4 | «O ataque à fortaleza foi sendo cada vez mais aguerrido e dia houve em que três assaltos do inimigo não bastaram para vencer a maravilhosa resistência dos nossos, os quais, no extremo do cansaço, feridos, esfarrapados, mal alimentados e doentes, conseguiam fazer grande mortandade nos atacantes, (...)» | 17 |

Em síntese, podemos concluir que a conceção a que obedece a elaboração das coleções analisadas segue uma mesma linha de orientação ideológica. As temáticas abordadas são comuns e perspectivam-se segundo o quadro ideológico do regime. O discurso utilizado estabelece um paralelismo entre o ensino da História nacional e o lendário. Esta correspondência alimenta o imaginário do aluno/leitor, caracteriza as crenças e reflete mensagens de valores transmitidas ao longo das gerações. A realidade histórica não era um pressuposto que servisse de base à escrita destas obras porque o rigor histórico era relegado para um plano secundário.

A formação da consciência histórica dos leitores era a sua função primordial. A mensagem literária continha intrinsecamente os valores que se pretendiam veicular com a sua leitura. Na mensagem dos contos analisados domina a história epopeia que narra os factos históricos grandiosos de interesse nacional e social e a história heroica que narra factos menos importantes do ponto de vista histórico, mas devido à possibilidade de aproveitamento que o regime retirava destes acontecimentos em termos ideológicos, eram considerados de igual interesse nacional.

CONCLUSÕES

É inegável a influência da cultura escolar na formação da memória nacional. Vimos que foi com o Liberalismo que a educação passou a exercer essa influência na construção de uma imagética que acompanhou as vicissitudes da organização educativa nacional e que se foi transformando e adaptando ao longo das décadas às exigências e conveniências dos regimes políticos através das várias revisões que tiveram como objetivos adequações curriculares. Este processo tem sempre como pano de fundo concepções e opções de política educativa. São adequações efetuadas em função dos objetivos que o Estado tem para o sistema educativo que o padronizam demasiadamente, tornando-o pouco autónomo.

No processo de revisão curricular foi-se notando sobretudo a partir da implantação do Estado Novo um reforço do caráter nacionalista e patriótico quer nos programas, quer nos manuais e na interdisciplinaridade entre as disciplinas do *curriculum*. Aliado ao caráter propagandístico da educação, esta tendência culminou no exacerbamento patriótico que teve repercussões nos programas. A revisão histórica dos heróis nacionais e a glorificação do espírito missionário da nação, bem como a divulgação de uma imagem de grandeza imperial que dignificava Portugal ao extremo eram ilustrativas das características do ensino da História.

Após a II guerra mundial, perspectivaram-se novos ventos de mudança para o ensino da História. Estas transformações seguiam uma orientação no sentido de esta deixar de promover o sentimento nacionalista excessivo considerado perigoso para a manutenção das boas relações entre os países. Os progressos realizados nas didáticas e nas metodologias também permitiram alterar o olhar relativamente ao aluno como simples agente passivo no processo ensino/aprendizagem. Contudo, estas mudanças que aconteciam um pouco por toda a Europa tardavam a chegar a Portugal que insistia em manter no ensino um pendor acentuadamente individualista e nacionalista. A história exemplo e a exaltação da figura histórica assumiam total preponderância no ensino da disciplina porque o exemplo estruturava a psicologia da nação, logo, a sua memória social e a criação de diversos mitos¹⁰²⁹.

A redução gradual dos conteúdos deu lugar à valorização da pedagogia e da didática. No entanto, a preocupação nacionalista do regime imprimia ao ensino a obrigatoriedade de levar o aluno a conhecer de forma acrítica e parcial os feitos e as figuras históricas, enaltecidas das virtudes da raça e das qualidades dos governantes.

¹⁰²⁹ O mito imperial que engloba outros, tais como, o mito henriquino ou o da Escola de Sagres.

A cultura escolar divulgada através do discurso historiográfico consagrava e sacralizava as biografias dos monarcas, heróis e mártires que constituíam o tecido moral da sociedade. Aos períodos de decadência estavam normalmente associados os anti-heróis que eram os traidores da pátria ou aqueles que não defendiam os seus interesses. Estas figuras representavam o erro humano por oposição aos heróis (míticos ou não) que não erram e a quem tudo é desculpado e justificado. A face negra da sua gesta é omissa em favor dos aspetos positivos da sua ação.

A personalidade coletiva nacional apresentava, nesta perspetiva, uma dualidade: o heroísmo e o anti-heroísmo, estruturas complementares que coabitam no mesmo espaço e no mesmo tempo. A cada figura exaltada pelo regime correspondiam determinados atributos éticos e existenciais, morais, cívicos e patrióticos e, sobretudo religiosos. Os heróis faziam parte da construção do imaginário positivo que a cultura escolar do regime apresentava aos alunos. Era na relação entre o herói e a reorientação do traçado do percurso nacional que se confirmava de novo a aliança entre a História e a mitologia. No extremo oposto encontram-se os anti-heróis que paradoxalmente detinham atributos negativistas, contrários àqueles que eram apresentados como exemplos a seguir, ou seja, atributos morais e éticos pouco recomendáveis enquanto comportamentos modelares.

O Estado Novo pretendia recuperar o orgulho de “ser português”, sanar o enfraquecimento da pátria e o rebaixamento dos caracteres, a desqualificação do mérito, o descomedimento das ambições, o espírito de insubordinação, a escassez dos homens exemplares, a inconsciência da nação e a corrupção, por isso, encetou uma nova era de prestígio e de glória para o país que pretendia “eternizar” nas futuras gerações.

Os períodos marcantes para a notabilização das figuras eram épocas que intrinsecamente estavam ligadas ao instinto da defesa e conservação do território como a génese da nacionalidade e a fundação da dinastia de Avis, entendida como uma primeira restauração da nação, tendo como figuras cimeiras D. João I, pai da Casa de Bragança e o Condestável Nuno Álvares Pereira que se notabilizou pela vitória em Aljubarrota, um dos factos históricos principais da afirmação da nacionalidade portuguesa; a construção do império onde se destacam as figuras do infante D. Henrique, Vasco da Gama e Afonso de Albuquerque, precursores da empresa coletiva; a restauração do reino em 1640 com a valorização da figura de D. João IV, considerado o libertador da independência nacional e, por fim, como que a coroar de glória toda a História, surge o Estado Novo que se assume como um período de restauração e Salazar com o qual se abre uma nova etapa gloriosa.

A História entendida como um percurso de avanços e recuos, foi interrompida por momentos breves que colocaram em causa a independência, mas as virtudes da raça nunca morreram na alma da nação, continuando a expandir-se assim que as influências estranhas deixaram de exercer a sua influência e, depois disso, retomou a sua marcha gloriosa contra a corrupção, o desalento e a descrença com o Estado Novo que proporcionou ao país uma época de prosperidade e de grandeza, comparável às épocas áureas da História.

O heroísmo estava associado à exemplaridade, sendo essa pelo menos, a função primordial que lhe pode ser reconhecida, *a priori*. O herói era o chefe que dominava as situações e demonstrava bravura e sacrifício. Homens de nobre ascendência ou simplesmente homens do povo, são eles e os monarcas que compõem o quadro histórico glorioso. Transladados do seu tempo, do passado, para o presente, estas figuras gravitavam simultaneamente entre a distância do seu tempo (o tempo em que realmente existiram) e o tempo para o qual se pretendia transportá-los, sofrendo, desta forma um processo de desumanização porque transcendiam o comum mortal, e não sendo palpáveis, ficavam desadequados dos padrões humanos entendidos pelo aluno. No entanto, era possível estabelecer uma ligação entre os dois intervenientes. Entre o herói e o aluno havia uma estrutura de identificação, uma ligação tão forte e robusta quanto maior fosse o grau de sucesso dessa identificação que tendia a existir porque a historiografia escolar impelia o aluno a uma certa convivência, intimidade e comunicação com o herói.

A força e a virilidade do corpo e da alma eram características dominantes dos nossos antepassados que tinham fé na pátria e se batiam por ela. Representavam o sacrifício da inteligência, do esforço e do próprio sangue. Os obreiros dessa epopeia formavam um painel que deixou um legado moral, uma lição de esforço que as novas gerações deviam aprender para amar e servir a pátria, à sua semelhança.

A historiografia oficial do regime era reduzida a uma sinopse de atitudes comportamentais e virtudes pátrias que se resumiam num quadro dado pelo estudo das figuras históricas e das imagens que estas representam, abordadas no ensino. A seleção destas figuras não era inócua, pelo contrário, ela obedecia a uma escolha criteriosa dentro de uma panóplia complexa de personagens que transcendiam o plano educativo e se projectavam também em outros domínios.

O herói de ação, o dirigente de massas, de ideal e de missão constituía o paradigma de heroísmo do Estado Novo. O seu saber técnico e fazer prático davam lições de vida. A sua experiência, conhecimento e aventuras ensinavam os mais novos como agir e transmitiam às futuras gerações os conhecimentos necessários para dar continuidade à grandeza da nação. O

herói estadista que se empenha pela pátria constituía também uma tipologia importante no paradigma de heroísmo do regime. Aliado a este conceito, associam-se as qualidades de dever patriótico e sacrifício que se sobrepunham aos valores individuais, como é o caso das figuras do infante D. Henrique, Nuno Álvares e de Salazar, que detinham os atributos do messianismo e do culto do chefe, conceitos caraterísticos das ideologias tradicionalistas e autoritárias que se espalharam pela Europa.

Algumas figuras são sujeitas a uma revisão historiográfica quase total nos manuais do Estado Novo, tais como o marquês de Pombal, figura dominante do período liberal que adquire um perfil desprestigiante, outras figuras são mitificadas, sendo objeto de um mero desenvolvimento mítico que não entrava em choque com as anteriores variantes liberais como foi o caso do perfil de Nuno Álvares Pereira. A ideologia de caráter nacionalista também manteve inalterado o perfil de Camões, embora transfigurado.

Era visível um intencional transfigurar de valores em várias personalidades destacadas pelo regime. Por vezes, as figuras surgiam com mutilações ideológicas e anacronismos religiosos, tratando-se em alguns casos de heróis já dominantes na tradição liberal que foram alvo de uma nova apresentação passando a gozar de um estatuto privilegiado como é o caso de figuras tais como: Afonso Henriques, o infante D. Henrique, Vasco da Gama, D. João II, D. João III e D. Sebastião. Também se verificava uma particular tónica dada ao espírito de tenacidade, temeridade e sacrifício da grande parte das figuras, tais como Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, Mouzinho de Albuquerque, os heróis da ação colonial portuguesa em África nos finais do século XIX, como Serpa Pinto, Hermenegildo Capelo e Roberto Ivens, mas também Gago Coutinho e Sacadura Cabral, como continuadores do esforço dos heróis navegadores.

A conceção historiográfica que prevaleceu durante o regime defendia uma história solução que se apresentava como uma resolução para a crise e, consequentemente, como motor para o progresso que o regime prometia. O Estado Novo foi marcado por algumas descontinuidades no processo da política educativa, no entanto, mantiveram-se as mesmas tendências que dominavam a ideologia do seu quadro concetual. Foi sofrendo influências de aspetos conjunturais que foram sucedendo ao longo das décadas e que levaram o sistema de ensino a moldar-se a eles.

Além das referências míticas que acompanhavam as figuras de maior relevo do regime, impunha-se a imagem pública que Salazar pretendia construir de si próprio, em grande parte retirada dos atributos destes vultos históricos ligados ao ciclo do progresso nacional, no topo surgia a sua figura como exemplo dos exemplos: o protótipo paradigmático de dedicação à

causa nacional: o último e simultaneamente o primeiro entre todos os heróis, continuador da tradição interrompida pelos períodos anteriores destinado a recuperar a prosperidade nacional.

Com o advento da ditadura salazarista, a partir sobretudo dos anos 30 e com o início da guerra civil em Espanha, em 1936, o discurso historiográfico radicaliza-se. Este período constituiu um ponto de viragem na sociedade portuguesa e, principalmente no sistema de ensino.

No que respeita aos conteúdos programáticos, intensificaram-se as temáticas de cunho patriótico e político dos programas, sobretudo nas disciplinas de História, Língua Materna e Educação Moral e Cívica, desenvolvendo-se uma intensa campanha extraescolar de inculcação nacionalista. Os programas revelavam um carácter enciclopédico e um predomínio da história factológica de cariz político e militar, sendo que o aspeto social, económico ou cultural ocupava uma minoria e em que, para além dos grandes factos, são as grandes figuras da História que ocupam uma posição de destaque no devir histórico, bem como os grandes movimentos coletivos como a reconquista, a expansão marítima e colonial.

A “verdade” histórica que o regime apresentou e impôs era uma “verdade” seletiva porque realçava ou omitia, e por isso era deturpada. A ficção envolvia, por vezes, as figuras históricas que se tornavam mais fortes no contexto histórico ficcional do que propriamente tinham assumido na realidade dos factos históricos.

O ensino da História sofreu um processo de “purificação” durante o regime. Esta é “filtrada” e legitimada nas “verdades históricas” que serviam para justificar e consolidar o regime. O ensino da História assentava numa vertente científica e metódica de cariz positivista à qual se aliava uma componente doutrinária. A História era apresentada sob uma unidade de conceção tripartida baseada na fé, na ação e no patriotismo. O seu ensino tinha como objetivo estimular a consciência patriótica e reforçá-la, bem como a criação de uma força anímica resistente contra a influência dos fatores desfavoráveis. Para além de se servir da História para os seus fins, o regime encetou um verdadeiro “culto da História”, pela importância que lhe atribuía no quadro social e das mentalidades.

A exaltação nacionalista constituía um dos princípios fundamentais da estrutura ideológica e da mentalidade nacionalista dos anos 30 e 40, por essa razão, os autores dos compêndios definiam a imagem de Portugal como uma nação una e indivisível, com uma herança civilizacional superior representada por um conjunto de figuras históricas que serviam como modelos morais e cívicos do regime e constituíam a “raça portuguesa”.

Os manuais eram, basicamente e de uma forma geral, a história das figuras heróicas e dos grandes homens que davam voz à vontade inconsciente das massas. Ligada a esta ideia

estava a conceção providencialista da História, isto é, a ideia de que a nação evoluía segundo determinadas leis imanes, por obra da providência divina.

Na perspetiva da História das mentalidades, o ensino da História ou o conhecimento histórico no Estado Novo pautou-se por uma matriz historiográfica positiva, evolutiva e orgânica. Este ensino, além de uma dimensão formativa, tinha uma dimensão prática, com um propósito utilitário e ideológico, cuja finalidade era fomentar o ressurgimento e a elevação moral da nação ao construir na memória dos alunos a noção de patriotismo através da exaltação dos exemplos da História nacional.

A exemplaridade das figuras espelhava a moralidade social da época. Era oferecido um modelo de comportamento maniqueísta em que o “certo” devia ser copiado e o “errado”, evitado. A abordagem de algumas delas não variou muito mantendo uma permanência praticamente contínua ao longo de todo o regime ao contrário de outras figuras cuja abordagem era esporádica, os chamados heróis de circunstância que oportunamente se destacavam no panorama nacional. Vimos que a permanente exaltação dos heróis e das grandes figuras históricas esteve sempre e, de acordo com as várias épocas, relacionada com uma operação ideológica realizada pelo regime, o que permitiu não só a imortalização e a entrada para a esfera do mito de muitas figuras nacionais como a justificação da imagem do tempo presente vista à luz da imagem do passado.

Todo o processo era cuidadosamente estudado pelo regime. A cada figura associava-se uma carga ideológica que se pretendia divulgar e que muitas vezes era excessiva, tendo na realidade, pouca relação com a personagem mas que era conveniente ao regime para favorecer a identificação do sujeito com o herói. Desta forma, a mitologia apoderava-se destas figuras e o personagem simplesmente desumanizava-se e tornava-se um mito.

A referência às figuras históricas e à sua ação no contexto nacional era muito abundante nos programas e nos manuais escolares utilizados no ensino, sendo este tema preponderante no ensino da História. A importância atribuída a esta temática era bastante significativa no quadro de conteúdos abordados ao nível da História nos vários graus de ensino.

Os programas continham as recomendações dos legisladores para que a cultura escolar se povoasse de heróis e para que os modelos de comportamento preenchessem a atmosfera escolar, em suma, que a escola fosse a “fábrica” da virtude e da hagiografia nacional. O regime não renovou por completo os mitos criados em épocas anteriores, porque estavam enraizados na memória social, mas procede a alguns ajustes, podendo falar-se em nova “mitologização” porque se reformulam os conceitos de mito, elevando algumas figuras a este desiderato e secundarizando outras. A ideologia do Estado Novo condicionou decisivamente

as concepções, e, sobretudo a memória coletiva de várias gerações, contribuindo para a construção de novos retalhos de imaginários. Apesar de decorridas várias décadas e de todas as transformações ocorridas, é ainda significativa a herança ideológica do regime salazarista nas gerações mais antigas.

As memórias individuais e sociais foram castradas porque o regime reelaborou e reescreveu a História à luz dos seus ideais e da forma mais “conveniente” à sua legitimação e condicionamento das consciências. As vertentes ideológica e emotiva eram decisivas na construção das memórias individuais e coletivas e eram portadoras de representações estereotipadas e unívocas dos acontecimentos históricos.

A noção de tempo era relativizada porque o passado interagiu com o presente e o futuro num único sentido: a eternização temporal de factos e figuras históricas. Esta representação vulgar da História supunha a identificação com os aspetos positivos e abonatórios e a construção de uma memória histórica baseada na exaltação desses aspetos.

Da dimensão imaginária à realidade no que se refere à construção historiográfica vai uma distância complexa e paradoxal que envolve dimensões mitológicas, científicas e discursivas. No entanto, durante o regime esta distância e complexidade de percursos e de construções relativizava-se em contexto escolar, ou seja, muitas vezes o imaginário era apresentado enquanto realidade. A dimensão real e o imaginário confundiam-se num só e influenciavam a apropriação do conhecimento por parte dos alunos. O Estado Novo criou a sua própria hagiografia e galeria de heróis que vigorou durante quase meio século, enquadrada numa cultura nacional de reverência relativamente a figuras simultaneamente reais e imaginárias.

O regime apresentava os programas e os manuais segundo uma lógica de relação pedagógico-didática que visava uma personificação e uma relação entre o imaginário e o real, pretendendo-se com isso a consolidação da estatalização e da regimentação da nação materializando, dessa forma os conceitos de cidadania e de nacionalismo.

A recorrência ao estudo e à exaltação do passado pátrio permitiu rememorar determinados acontecimentos e personalidades históricas que compunham o ideal nacionalista. O regime esperava que do recurso à memória nacional resultasse a formação das gerações psicologicamente robustecidas nos valores morais e patrióticos, facto que explica a confiança que o regime atribuía ao passado mitificado para que este funcionasse como a chave do tão almejado progresso do presente e do futuro.

Embora o discurso histórico colocasse a tónica dominante na representação simbólica de personalidades individuais, a noção de um coletivo heroico nos momentos cruciais do

percurso nacional era continuamente afirmado e (re) valorizado pelo regime. A imagem de nós (portugueses) foi alvo de uma projeção sem precedentes que mitificava a história e a própria visão dos portugueses enquanto detentores das virtudes características dos heróis intérpretes da grandeza nacional e criadores de uma civilização universalista.

O Estado Novo utilizava vários tipos de discurso para atestar e demonstrar essa característica - a grandeza - que enobrecia o povo português, nomeadamente o discurso pedagógico, o discurso político e também o discurso comemorativo. Estes apresentavam várias semelhanças quer ao nível das suas estruturas, quer ao nível dos objetivos que se propunham atingir. São discursos orientados no sentido da identificação do próprio regime com o passado histórico glorioso que constituía o principal fator para a sua legitimidade enquanto regime político. A grandeza estava associada sobretudo ao acontecimento como manifestação dessa grandeza e ao herói enquanto representante do facto histórico.

O reposicionamento de Portugal no caminho da glória e da fama era outra característica desta tipologia de discursos que pretendia quebrar ou desvalorizar os valores republicanos e recuperar a pujança dos acontecimentos imemoriais que coroaram a história da nação, bem como a valorização dos factos históricos relacionados com a asseveração nacionalista e imperialista.

Os factos e as figuras históricas adquiriam especial relevo nos discursos pedagógico e comemorativo. O etnocentrismo que caracterizava estes discursos destacava o domínio que Portugal assumia no quadro mundial graças ao pioneirismo das navegações portuguesas e à grandeza do povo português – a lusitanidade e a afirmação da identidade cultural da nação, decorrentes da época da expansão e da demonstração por parte do povo para alcançar fama, poderio e autonomia. Estas tipologias discursivas definiam por assim dizer, a nossa identidade histórica e cultural, demarcando a imagem e a memória que fomos construindo de nós próprios. Embora todos estes discursos se tenham revelado relevantes pela importância indiscutível em todos os contextos da sociedade portuguesa, foi no campo educativo que mais se revelaram os objetivos de promover e projetar a nação no sentido do progresso e da ascensão do próprio regime.

A memória histórica trabalhada e ensinada no período do Estado Novo sofre uma redefinição e, ao mesmo tempo, um refinamento marcadamente ideológico com o intuito nacionalista de colocar aquelas figuras às quais se atribuíam realce ao serviço da criação de um sentimento patriótico de cariz mitológico. A memória que os heróis representavam, os valores pelos quais regiam o seu modo de vida e, por conseguinte, a sua importância na história encontraram no período do Estado Novo total receptividade. Os heróis criados pela fantasia e

pelo mito e os que, na realidade, existiam na recordação dos homens, envoltos numa auréola de imortalidade dos quais as proezas sem igual eram revividas por meio da escrita e da imagem.

As figuras que animavam o imaginário histórico do regime reuniam várias características em comum: a iniciativa guerreira, o sacrifício do mártir, a demonstração da autoridade e o culto do mito imperial como se fizessem parte de um desenvolvimento orgânico. Portugal surgia como uma nação religiosa por natureza e devoção “escolhida” por Deus, com grandes figuras predestinadas para marcar o percurso glorioso da história. A sobrevalorização das figuras históricas constituía uma estratégia para fazer face às conjunturas da História com o objetivo de omitir as causas da decadência.

A figura histórica tinha uma função essencialmente simbólica. Cada uma representava um símbolo, uma imagem que conduzia a uma generalização de conceitos. Estas figuras de primeiro plano funcionavam como modelos sociais que as futuras gerações deviam admirar e seguir, no sentido de preservar e dar continuidade à unidade nacional.

A coesão social representava a chave para a continuidade e longevidade do regime. Era no contexto escolar que a divulgação das figuras revelava um maior impacto. Conteúdos programáticos, manuais escolares assumiam a primazia e o expoente máximo no processo de transmissão dos exemplos históricos, no entanto, este universo de simbolismo expandia-se a outras áreas que concorriam para a formação das consciências, tais como a literatura infanto-juvenil, tal como vimos.

A educação durante o regime subordinou-se à vontade de Salazar e à imagem que este idealizou de sociedade e de nação, por isso, foi utilizada como veículo de transmissão de valores e como instrumento de doutrinação e de subordinação social. A escola foi o repositório de um conjunto de valores nacionalistas e religiosos com o objetivo de integrar ideologicamente os alunos nos ideais que o regime preconizava pretendendo incutir um arreigado espírito nacionalista.

A educação não promovia a formação da autonomia do aluno no plano intelectual ou moral, visava a doutrinação e a subordinação da sua consciência intelectual, política e moral aos valores do regime. A formação da personalidade tinha em vista a criação dos valores caros à ideologia de Salazar, desprezando o respeito pela criação de uma personalidade individual do aluno. A prioridade do ensino era a formação do caráter e da personalidade do aluno. A estratégia de redução dos conteúdos académicos, além de ter como objetivo simplificar o ensino com vista a nivelar por baixo as capacidades intelectuais do aluno, tinha em vista a atribuição de tempos letivos mais alargados destinados à formação religiosa, moral

e cívica porque o recorte mental do seu quadro ideológico apresentava determinadas virtudes cívicas que era necessário desenvolver.

Relativamente aos valores pátrios, o regime fez do culto da pátria o corolário dos conteúdos programáticos dos vários níveis de ensino. A escola enquanto veículo de propaganda subordinada ao regime, escondia duras realidades e sobrevalorizava a formação das mentalidades de acordo com os princípios defendidos. A elementaridade dos conhecimentos promovia a celebração da ignorância em prol de uma escola nacionalista, vocacionada para a defesa dos “interesses da nação”.

A propaganda era outra das apostas do regime em matéria educacional. Para Salazar esta estratégia era a garantia da sobrevivência do regime e a possível realização deste. Esta tinha em vista a aceitação da “verdade” do regime, a “sua verdade” traduzida na sua forma de ver o mundo que se dirigia à vontade e à emoção dos cidadãos e não ao desenvolvimento da sua opinião ou visão crítica.

A memória coletiva era transmitida através de uma atividade de propaganda que foi claramente assumida pelo regime e que foi adquirindo um valor doutrinário. A História era, por isso, uma história apologética e uma história do inconsciente. Ao longo de todo o regime os vários tipos de discurso, as representações iconográficas, as efemérides, as comemorações oficiais e as festividades cívicas foram definindo e expondo no imaginário coletivo um universo de heróis, figuras elevadas à categoria de mito, datas históricas e feitos gloriosos que inconscientemente, ou não, foram sendo interiorizados e assimilados. O domínio filipino era visto como uma fase ultrajante do percurso histórico nacional assim como o Liberalismo caracterizado como uma sequência de lutas fratricidas. A República era igualmente vista como uma fase negra da História pela instabilidade política e económica que este período desencadeara e por ter colocado em causa “o trono e o altar”¹⁰³⁰. A revolução nacional de 1926 veio pôr termo à desorganização nacional e prosseguir o caminho das glórias onde Salazar assumia o comando do destino conduzindo (...) «a nação rumo à felicidade e à prosperidade»¹⁰³¹.

A História reproduzida através do discurso histórico era uma história reflexiva, porque continha juízos de valor, sendo também uma história estratégica porque apresentava uma estrutura de discurso que reproduzia as opções do poder político vigente. Era neste contexto uma história sancionada e simultaneamente consensual em termos ideológicos. No entanto, esta estrutura estava longe de ser simples, porque se encaixava numa trama complexa se

¹⁰³⁰ Decreto nº16:077 de 26 de outubro de 1928.

¹⁰³¹ *Rev. Escola Portuguesa*, nº 264 de 16 de Novembro de 1939, p.14.

pensarmos que o discurso histórico nos manuais oscilava entre a metáfora (onde assumia particular significado o lírico e o simbólico) e a metonímia (que alterava o sentido natural dos termos, pelo emprego da causa em vez do efeito, do todo pela parte) e, por esta razão, o discurso utilizado apresentava características de um discurso épico.

O Estado Novo procurou estratégias para colocar a História ao serviço dos seus interesses. Criou uma memória legitimadora, cuja função reprodutora tinha como missão principal a apologia e a fortificação do regime sociopolítico. Assim foi criada uma história oficial, ou seja a “História do regime” que funcionava como “verdade histórica” transmitida durante décadas, formando gerações dentro dos seus valores e ideais.

A conceção histórica que estava subjacente ao valor que é atribuído às figuras é uma noção individualista, isto é, sobrevalorizava-se a ação da própria personagem dentro do contexto da época e minimizava-se a ação colectiva do percurso histórico nacional. O Estado Novo exaltava um rol de figuras históricas engrandecedoras da nação, mas o estatuto de herói não era concedido a todas elas. A seleção obedecia a critérios que sustentavam as opções ideológicas do regime e a sua importância prendia-se com a sua ação no devir histórico nacional.

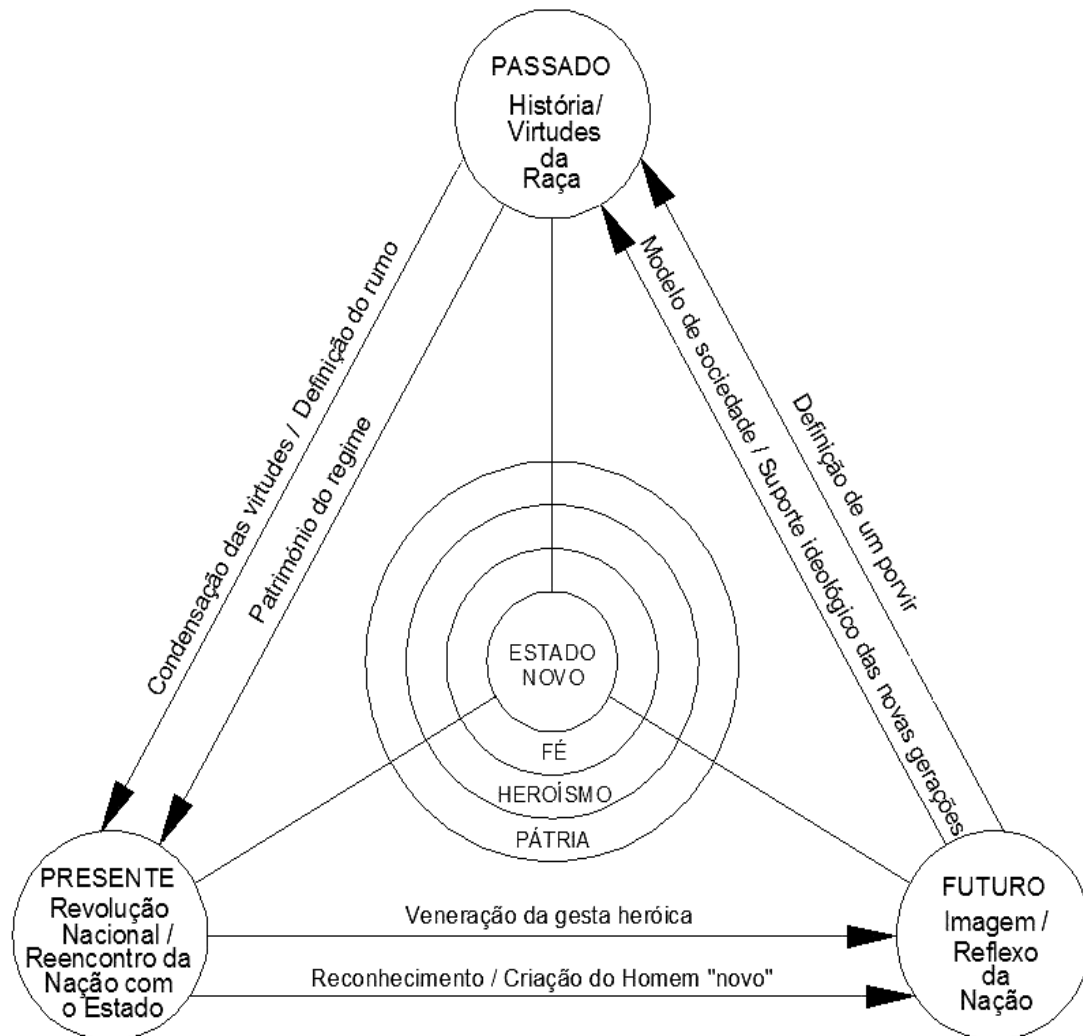
O padrão de julgamento que pautava o perfil destas figuras apresentava a sua imagem associada à diferença, ao extraordinário, face às leis da sociedade e às normas morais de julgamento dos homens, à entrega absoluta a um ideal. Essa abdicação incondicional endeusava o seu agente, mitificava-o omitindo atitudes e/ou posturas que, sem o heroísmo podiam vir a ser vistas com alguma desconfiança mas com o halo sagrado que caracteriza o herói tudo lhe era permitido. Como defendia Sebastião Rego «os heróis são seres privilegiados, grandiosos, que penetram pela História adentro para a moldarem à semelhança das suas qualidades sobre-humanas e dos seus defeitos bem humanos (...) a importância desmesurada dos heróis é mais mítica que real, mais do domínio da lenda que do da História, mais do âmbito do dever ser que do dos factos - uma vez que falham quase sempre, parcial ou totalmente, os seus grandiosos objectivos»¹⁰³².

A valorização dos heróis tinha em vista a imposição de modelos de conduta e de comportamento e promovia o desenvolvimento da personalidade do próprio indivíduo. O regime fomentava uma mentalidade “domesticante” em que a liberdade das consciências e das personalidades era limitada, condicionada e moldada pelos modelos dos grandes vultos que contribuíram para o engrandecimento patriótico. A continuidade deste engrandecimento

¹⁰³² REGO, Sebastião Lima, 1984, “Oliveira Martins: cronista de heróis sobretudo doidos” in *História*, nº 70/Agosto, p.52.

residia nas futuras gerações e nas suas mentalidades influenciadas e construídas com base nos valores nacionalistas defendidos pelo regime.

Seguidamente, apresentamos um esquema que sintetiza o projeto do regime em termos ideológicos e, no nosso entender, resume a problemática que pretendemos abordar no nosso trabalho:



O passado não era apenas a experiência gloriosa dos nossos antepassados que marcava e influenciava o presente. O passado histórico constituía uma força centrada na experiência do pretérito como força disciplinada e dinâmica que projetava o futuro, sendo acima de tudo, um projeto do futuro que orientava o quotidiano da nação. O regime apropriou-se dele, tornando-se seu herdeiro legítimo e guardião da permanência da identidade nacional. Apresentava-se como evidente a interpenetração dos elementos que formavam este esquema. Estes constituíam um todo coerente e harmónico, uma estrutura ordenada que o regime geria, de forma a definir um rumo para nação.

O regime pretendia criar uma sociedade cujas bases assentassem em valores e num conjunto de significações dogmáticas apresentadas como certezas imutáveis que sustentavam o seu projeto. As certezas incontestadas eram apresentadas pelo regime sobretudo através da História nacional e a memória apresentava-se como o primado da sua legitimação enquanto transmissora de atitudes e justificação da individualidade da nação.

A História, para além do estudo do passado era o elo entre o passado, o presente e o futuro. O presente e o futuro reconhecem-se no passado. A História era apresentada como uma certeza condicionada apenas pelo concreto. Entre o que o discurso histórico preconizava e a veracidade dos factos ficava a extensão entre o que ia contra tudo o que pudesse sensibilizar as certezas imutáveis e a verdade que convinha ao regime. Entendida nesta perspectiva, a História articulava-se com a intenção política de proceder à reescrita do passado nacional numa lógica de dialética entre supressão *versus* valorização que lhe redefina os seus contornos.

A História era tida como uma doutrinação moral que devia fornecer exemplos morais, cívicos e patrióticos, modelos de conduta e de comportamento ao aluno. As transformações que ocorreram em termos de conteúdos programáticos e o tipo de figuras que foram exploradas pelo regime constituem aspetos importantes que o presente trabalho pretende explicar.

A História reescrita pelo regime encontrava campos de legitimação e de apoio quer na persistência e concordância com que é veiculada, quer no reconhecimento e apropriação que sobre a mensagem a sociedade faz, por isso procurava ser o argumento de convicção de que o rumo que o regime pretendia seguir estaria correto. A identificação do indivíduo implicava o seu reconhecimento com o projeto político e esta questão sugere de novo, a eficiência da penetração da mensagem.

Como pretendemos explicar através deste esquema, o projeto político do regime organizava-se e apresentava-se como uma teia que o poder teceu em torno de si sustentada por representações simbólicas que revalorizavam ideais e valores, o que permitia ao regime com base no seu projeto, almejar por uma sociedade renovada.

O passado surge claramente como uma ponte entre o presente e a definição do futuro. O futuro vai-se construindo pela reconstrução do passado e a dinâmica do presente, reiterada pelo projeto político do regime. Esse projeto tinha como fator de garantia de sucesso a educação e a afirmação de convicções concretas que definiam o caminho a seguir. Neste contexto, educação e atitude política surgiam profundamente interligadas.

Este esquema representa um conjunto de elementos que coexistiam em simultâneo, criando a ideia de perfeita simbiose. Cada um dos eixos temporais comportava uma dimensão pragmática, o que significava que através desses pólos se legitimava o projeto político apresentado pelo regime, dirigindo-se no sentido da redescoberta do rumo outrora trilhado pelos nossos antepassados “exemplares”. Esta noção patente no centro, esquematizada através da organização concêntrica de círculos traduz a estreita relação de interdependência que existe entre as entidades *Fé*, *Heroísmo* e *Pátria* e a sua importância na arquitetura do programa político do regime.

O regime via cada uma delas como uma dimensão moral inquestionável, logo indiscutível que importava recuperar fazendo do seu conjunto, a referência da nação. A solidez e a força do regime dependiam da anuência e receção do conjunto das várias dimensões que constituíam um núcleo confluyente e indivisível. O regime apelava à fé e ao heroísmo para que no presente a pátria fosse merecedora do seu passado e continuasse a valorizar estas dimensões no futuro.

A questão do heroísmo apresentava um alcance que ultrapassava o âmbito escolar, projetando-se no espaço social, o que revela que este tema era de extrema importância na política do espírito do regime e que, por isso, o seu estudo assume um papel importante na História Cultural e das Mentalidades.

Atualmente, coloca-se a questão das identidades em novos termos mas com renovada insistência. Este facto leva-nos a constatar que no contexto do nosso passado histórico mais distante e atual não deixam de ter destaque as comemorações que mais ou menos insistentemente do ponto de vista ideológico nos foram trazendo à memória os mitos históricos mais perenes do imaginário coletivo português, embora a partir da década de oitenta se observe uma tendência para subverter e desmistificar uma mitologia nacional que fora oficialmente instituída durante o regime, numa tentativa de construir um novo olhar sobre o passado mas também sobre o presente.

Com este trabalho não pretendemos apresentar soluções, apenas colocar novos problemas em curso, uma vez que vivemos hoje tempos de desafio e de claro apelo à compreensão da participação da sociedade civil. Presenciamos um tempo de crise global que tem origem num vazio de valores a vários níveis.

O regime democrático implantado após a revolução de 25 de abril de 1974 não diligenciou esforços para elaborar um conceito de nação. Aquele que atualmente existe baseia-se na ideia de nação explorado pelo regime político anterior que é essencialmente diacrónico e produzido pela história enquanto ideia padrão. Este conceito muito abrangente

geograficamente pretendia essencialmente congregar interesses e apelar à unidade. Com o fim da II guerra mundial este conceito foi sofrendo alterações, foi-se desagregando até ao desfecho do 25 de abril de 1974, podendo afirmar-se que atualmente estamos desprovidos de um conceito de nação democrática. Este problema levanta a questão da indagação do futuro da identidade portuguesa que atualmente ganha novos contornos, uma vez que a sociedade se tornou mais complexa e porque os desafios de identidade são atualmente mais dramáticos. Discute-se hoje, mais do que nunca, no contexto atual de conjuntura desfavorável, a crise de princípios que norteiam o sentimento nacional e, naturalmente de patriotismo ou da falta deste.

É inegável que o herói individual deu progressivamente lugar ao herói coletivo, tendência que foi notória desde a reformulação drástica dos programas escolares após o 25 de Abril de 1974 e que se agudizou com a introdução de novos conceitos culturais e sociais, fruto da globalização das sociedades.

A panóplia identitária do imaginário nacional imposto pelo regime está atualmente, na sua maioria, colocado em segundo plano. Este elenco nacionalista deixou de ser o motor de inspiração de atitudes ou comportamentos porque o fenómeno da globalização alastra e impõe novos paradigmas, novas figuras destacadas de um novo imaginário globalizante. No entanto, o referencial totémico do nosso país continua ligado a mitos, tais como D. Afonso Henriques, o Infante D. Henrique, Nun`Álvares Pereira, D. João II e Salazar que insistem em permanecer no imaginário coletivo como guias e como responsáveis pelo progresso da nação.

Atualmente a aquisição de referências míticas por parte das gerações mais jovens é considerada uma tarefa difícil mas necessária, pois que implica a apropriação destes por aqueles. A mesma dificuldade não se colocava durante o regime que apresentava mitos vindos de todas as direções e cuja influência no aluno era exclusiva. Neste contexto, a evocação dos heróis pode constituir hoje uma iniciativa de construção de uma vivência coletiva e uma força de mudança em favor da justiça e da fraternidade, da promoção de estilos de vida mais sóbrios e solidários e de iniciativas de partilha. Poderá ser ainda um apelo à construção de uma dimensão de cidadania plena, exemplarmente vivida como expressão do melhor humanismo ao serviço do bem comum.

A procura de exemplos modelares é fundamental na sociedade em que vivemos e na qual educamos as gerações vindouras, que procuram um sistema referencial para formar a sua personalidade e caráter. Ensiná-las a distinguir as qualidades e a ponderar as suas atitudes e comportamentos pode conduzi-las à confiança e à coesão da sua personalidade e, sobretudo, a acreditar nas suas próprias convicções.

BIBLIOGRAFIA

A bibliografia que a seguir se apresenta foi organizada em três itens:

- obras do período cronológico em análise,
- obras de consulta,
- obras relativas à educação.

Entendemos conveniente esta forma de organizar as obras compulsadas e lidas, pois que cada item assume uma função dentro do vasto conjunto de obras consultadas.

As obras publicadas durante a ditadura militar e o Estado Novo servem como fontes para o estudo e permitem fazer uma análise de conteúdo bem como entender qual o tratamento do herói; as obras de consulta servem para ver como tem sido tratado a temática mais recentemente. As obras sobre a educação dão uma visão global sobre as finalidades do ensino e dos objetivos que se pretendiam atingir com a educação durante o período em estudo.

Obras do período cronológico em análise

AFONSO, João, 1967, *Antero de Quental e o pensamento da revolução nacional*, Lisboa, Coleção Cadernos do Quadragésimo Ano.

AGUIAR, Fernando de, 1942, *Em redor de Alcácer*, Porto, Oficinas da Imprensa Portuguesa.

AGUIAR, Fernando de, 1958, “Camões, Arauto da Lusitanidade” in: *Gil Vicente*, Vol. IX, II Série, nº7/8, pp.110-114.

ALMEIDA, António Corrêa da Costa e, 1931, *Marinheiros Portugueses* (conferência inaugural do 3º período das palestras históricas proferida no dia 15 de novembro de 1930, no Salão Nobre do Centro Comercial do Porto), Porto, Litografia Nacional.

ALMEIDA, António José de, 1925, Dois Protectores, in: *Revista Nacional*, nº1, Lisboa, pp.16-21.

ALMEIDA, Fortunato de, 1921, *Esboço da História de Portugal*, Coimbra, Fortunato de Almeida Editor.

ALMEIDA, João de, 1931, *O Espírito da Raça Portuguesa na sua Expansão Além-Mar*, Lisboa, Coleção “Ao Serviço do Império”, Parceria António Maria Pereira.

ALMEIDA, Vieira de, 1960, “Simbolismo e História” in *Ocidente*, nº267/Julho, Vol. LIX, pp.3-36.

ALVES, F. Elmano, s/d, *Regressemos valentemente à preocupação doutrinária*, Lisboa, Edições Facho.

AMEAL, João, 1934, *Decálogo do Estado Novo*, Lisboa, S.P.N.

AMEAL, João, 1940, “Vida e Missão de Portugal” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Portuguesa, Julho/40, Lisboa, Neogravura, p.2.

AMEAL, João, 1940, “ Passado, Presente e Futuro” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Portuguesa, Novembro/1940, Lisboa, Neogravura, p.2.

AMEAL, João, 1940, “Valor e Sentido da História” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Portuguesa, Agosto/1940, Lisboa, Neogravura, p.2.

AMEAL, João, s/d, “O verdadeiro perfil de El-Rei D. Miguel” in: *Nação Portuguesa*, V, T.II, nº8, pp.130-144.

AMEAL, João, 1940, “A Lição de Nun`Álvares” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Portuguesa, Junho/1940, Lisboa, Neogravura, p.2.

AMEAL, João, 1967, *Defendemos os valores espirituais no governo e na vida*, Coimbra, Separata de “Pontos de Doutrina”, Coimbra, Comunidade Distrital.

AMEAL, João, 1968, *História de Portugal. Das origens até 1940*, Porto, Livraria Tavares Martins.

AMEAL, João, 1974, *História de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins.

AMORIM, José Alves, 1954, *Saudação à Bandeira Portuguesa e a Salazar*, Angra do Heroísmo, Tip. Andrade.

ANDRADE, Jacinto Freire de, 1940, *Vida de D. João de Castro*, Lisboa, A.G.C.

ANDRADE, José Miguel Garcia d`, 1938, *O Culto da Pátria*, Luanda, Companhia Geral de Construção.

ARRUDA, Virgílio, 1961, *Nun`Álvares e o poder do espírito* (conferência realizada em Santarém a 2 de Fevereiro), Coimbra, Atlântida.

ÁVILA, Armanda, 1954, *Salazar perante o Mundo*, Lisboa, Ed. da Grafitécnica.

AZEVEDO, Alves de, 1938, “Serpa Pinto, explorador invencível”, in: *Primeiro Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Publicações da 4ª Secção I, Ministério das Colónias, pp. 381-387.

BAIÃO, António et. alii, 1937, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Vol. I, Lisboa, Editorial Ática.

BARBOSA, Rui, 1951, *O Marquês de Pombal*, Rio de Janeiro, Edição da “Organização Simões”.

BARCELOS, Tobias Ferraz de, 1946, “O que São João de Brito deu e dá ao Império Português” in: *O Mundo Português* - Revista de Actualidades do Império, Ano XIII, II série, nº5/6, pp.287-289.

BARROS, Teresa Leitão de, 1937, *Benditas entre as Mulheres: vidas de santas*, Lisboa, Ed. Europa.

BARTHES, Roland, 1956, *Mitologias*, Colecção Signos 2, Lisboa, Edições 70.

BASTOS, A. de Magalhães, 1938, *Homens e casos de uma geração notável*, Porto, Livraria Progredior, Editora.

BOSCO, Gabriel, 1962, *Heróis e Heroínas*, Porto, Edições da «Milícia da Imaculada».

BROCHADO, I. Costa, 1937, *Salazar e «A Verdade»*, Porto, Tip.Sequeira.

BROCHADO, I. Costa, 1941, *D. Sebastião, o Desejado*, Lisboa, Editorial Império Limitada.

BROCHADO, I. Costa, 1942, *Infante D. Henrique*, Lisboa, Editorial Império, Limitada.

BROCHADO, I. da Costa, 1947, *D. Afonso Henriques*, Lisboa, Portugália Editora.

BROCHADO, I. da Costa, 1958, *Tentativas de canonização de El-Rei D. Afonso Henriques*, Separata dos «Anais», II Série, Vol.8/ Lisboa, Academia Portuguesa da História.

CABREIRA, António, 1925, *D. Afonso Henriques, intérprete ideológico da raça*, (comunicação comemorativa do 8º Centenário de Portugal à classe de Letras da A.C.L.), Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

CABREIRA, António, 1934, “Significado heróico e alcance da passagem do Cabo Bojador”, in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº11/12, Nov./Dez., pp.448-455.

CABREIRA, António, 1940, *Cinco heróis da Restauração*, Lisboa.

CABREIRA, António, 1941, *Celebração centenária dos heróis*, Lisboa, Separata da obra “A nobreza na Restauração de Portugal”.

CAETANO, Marcelo, 1944, *Por amor da Juventude*, Lisboa, Oficinas gráficas Casa Portuguesa.

CAETANO, Marcelo, 1966, *A missão dos dirigentes*, Lisboa, Ed. da Mocidade Portuguesa.

CAETANO, Marcelo, 1973, *Factos e Figuras do Ultramar*, Lisboa, Figuras e Feitos de Além-Mar nº17, Agência Geral do Ultramar.

CAMPBELL, Joseph, 1956, *The Hero with a thousand faces*, New York, Meridian Books.

CAMPOS, Agostinho de, 1932, *1640-1930*. (Discurso proferido a convite da Sociedade Histórica da Independência de Portugal), Lisboa, Separata da Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

CÂNDIDO, Zeferino, 1898, *A honra de Vasco da Gama*, Rio de Janeiro, Ed. Casa Mont`Alverne.

CÂNDIDO, Zeferino, 1899, *Navegações e Conquistas*, Rio de Janeiro, Tipografia Federal.

CARACO, Alberto, 1941, *Inês de Castro*, Rio de Janeiro, Livraria Geral Franco Brasileira.

CARNEIRO, A., 1961, *Heróis do Ultramar*, Lisboa, Tipografia Lusitana.

CARVALHO, Henrique Martins de, 1972, *Camões e Santo António: dois portugueses universais*, Lisboa, Separata de Garcia de Orta /Revista da Junta de Investigação do Ultramar.

CASIMIRO, Augusto, 1960, “A lição de Nun`Álvares” in *Ocidente*, nº269/Setembro, Vol. LIX, pp. 136-139.

CASSIRER, Ernest, 1961, *O Mito do Estado*, Lisboa, Col. Biblioteca Universitária, Publicações Europa-América.

CASTRO, Augusto de, 1940, *A Exposição do Mundo Português e a sua finalidade nacional*, Lisboa, Ed. da Empresa Nacional de Publicidade.

CASTRO, José de, 1942, *D. Sebastião e D. Henrique*, Lisboa, União Gráfica.

CAVALHEIRO, António Rodrigues e Macedo, Luiz Pastor de, 1944, “Figuras e Episódios da Restauração” in *Separata dos Anais da Academia Portuguesa de História*, Vol. VIII, Lisboa, Academia Portuguesa de História.

CAVALHEIRO, António Rodrigues, 1939, “ O Significado de Aljubarrota” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Portuguesa, Agosto/39, Lisboa, Neogravura, p.3.

CAVALHEIRO, António Rodrigues, 1939, “História parcial e História verdadeira” in: *Revista dos Centenários*, nº9, Ano I, pp.3-9.

CAVALHEIRO, António Rodrigues, 1960, *Política e História*, Lisboa, Livraria San Carlos.

CAYOLLA, Lourenço, 1926, “A obra da Colonização Portuguesa” in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, nº7, pp. 6-29.

CAYOLLA, Lourenço, 1969, *Sá da Bandeira*, Figuras e Feitos de Além – Mar, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, nº2.

CÉRTIMA, António de, 1927, *O Ditador*, Lisboa, Rodrigues & C.^a.

CHAGAS, Pinheiro, 1869, *Portugueses Illustres*, Lisboa, Livraria Ferin. (Reed. Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1983).

CHEKE, Marcus, 1946, *O ditador de Portugal: Marquês de Pombal*, Lisboa, Livraria Civilização Editora.

CHESNELONG, Charles, 1939, *Salazar*, Paris, Editions Baudiniere.

CIDADE, Hernâni, 196?, *Os Grandes Portugueses*, (2 volumes), Lisboa, Arcádia.

CIDADE, Hernâni, 1963, *O Marquês de Pombal: o homem e a obra na Metrópole e no Ultramar*, Lisboa, Agência – Geral do Ultramar.

COELHO, José A. Bettencourt, 1971, *Planos de Educação Popular*, Lisboa.

COELHO, J. M., Latino, 1882, *Galeria de Varões Illustres de Portugal- Vasco da Gama*, Lisboa, Empresa Horas Românticas.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES, 1960, *V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*- Programa Geral das Comemorações, Lisboa, Neogravura, LDA.

COMISSÃO EXECUTIVA DAS COMEMORAÇÕES DO V CENTENÁRIO DA MORTE DO INFANTE D. HENRIQUE, 1961-1963, *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, 4 Vols, Lisboa.

CONDE DE TOVAR, 1959, *D. Afonso Henriques: Infante, Príncipe, Duque e Rei*, Lisboa, Separata dos «Anais», II Série, Vol.9.

CONCEIÇÃO, Alfredo Pereira da, 1954, *Viriato: capitão da Lusitânia*, Lisboa, Edição do Estado-Maior do Exército.

CONCEIÇÃO, Dulce Maria de Carvalho Perestrelo, 1941, “Ala de Santa Maria” in: *Liceus de Portugal*- Boletim da Ação Educativa de Ensino Liceal, nº9, junho, pp.700-707.

CORDEIRO, Adelino, 1937, *Joana d'Arc, Nun'Álvares Pereira e Salazar* (palestra feita aos alunos do Liceu Nun'Álvares, de Castelo Branco em Junho de 1937), Castelo Branco, Tipografia «A Aurora do Lima».

CORDEIRO, VALÉRIO A., 1921, *Vida do Beato Nuno Álvares Pereira: santo condestável*, Lisboa, Ed. da Livraria Católica.

CORRÊA, Dom F. de Aquino, 1940, *O Padre António Vieira: elo simbólico da cultura entre Portugal e o Brasil da Restauração* (Conferência pronunciada no Liceu Literário Português, dentro do seu programa das Comemorações Centenárias de Portugal em 24/10/1940), Rio de Janeiro, Liceu Literário Português.

CORREIA, Araújo, 1933, *O Génio da Raça*, Lisboa, Livraria Bertrand.

CORREIA, A. A. Mendes, 1938, *Raízes de Portugal «ex-nihilo»!... Terra e independência. A raça*, Col. Cultura Histórica, Lisboa, Ocidente.

Cortejo Histórico de Lisboa: VIII Centenário da tomada de Lisboa, 1947, Lisboa, Sociedade Astória, Ld.

CORTE-REAL, João Afonso, 1941, *O rei D. João IV na Restauração de Portugal*, Lisboa, Separata da Obra “A Nobreza na Restauração de Portugal”, Tomo II, Tipografia Inglesa.

CORTESÃO, Jaime, 1965, *Vida de Nuno Álvares Pereira: crónica para os pequenos portugueses*, Col. Contos para Crianças, 1ª ed., Lisboa, Portugália.

COSTA, António Domingues de Sousa, 1960, “A Expansão Portuguesa segundo o pensamento do Infante D. Henrique” in: *Brotéria*, Vol.LXXI, nº5/Nov., Lisboa, pp.409-421.

COSTA, Gomes de (General), 1927, *Descobrimientos e Conquistas*, 3 vols., Lisboa, Serviços Gráficos de Exército.

COSTA, O. F. M. de Sousa, 1962, “A Expansão Portuguesa à luz do Direito”, in: *Revista da Universidade de Coimbra*, Vol. XI, pp.165-166.

COURTOIS, G. 1956, *A arte de ser chefe*, Lisboa, Livraria Sampedro.

COUTINHO, Alm. Gago, 1934, “Passagem do Cabo Bojador” in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 52ª série, nº11/12, Nov./Dez., pp.384-412.

COUTO, João Xavier do Carmo, 1940, *O Homem que reabilitou Portugal*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial.

CRUZ, António, 1940, *Génese de Portugal Restaurado*, Porto, Ed. Fernando Machado & C.^a L.da.

CRUZ, Francisco Manso Preto, 1945, *O exemplo político de Paiva Couceiro*, Lisboa, Edição do Autor.

Cruzada Nacional Nun`Álvares, (periódico), nº1, Nov.1922, Lisboa.

CUNHA, Amadeu, 1936, *Mousinho*, nº35, Vol.V., Coleção “Pelo Império”, A.G.C.

CUNHA, Silva, 1966, *Fidelidade aos Princípios* (Discurso proferido pelo ministro do Ultramar em 14 de Novembro de 1966), Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

CZARNOWSKI, S., 1919, *Le culte des héros et ses conditions sociales*, Paris, Félix Alcan.

DANTAS, Júlio, 1940, *O Estado Novo: princípios e realizações*, 2ª edição, Lisboa, SPN.

Diário de Lisboa de 18 de maio de 1960.

Diário de Notícias de 03/03/1960 (transcrito pelo Novidades de 04/03/1960).

Diário de Notícias (números de 1930 a 1970).

DIAS, Carlos Malheiro, 1925, *O Piedoso e o Desejado*, Lisboa, Sociedade Editora Portugal Brasil, Artur Brandão & C.^a

DIAS, Carlos Malheiro, 1925, *Exortação à Mocidade*, Lisboa, Portugal – Brasil Sociedade Editora.

DIAS, Gastão de Sousa, 1937, “Ocupação Militar” in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano XIII, nº150, pp.82-86.

DIAS, Gastão Sousa, 1971, *Pioneiros de Angola: explorações portuguesas no sul de Angola*, Figuras e Feitos de Além-Mar, nº15, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.

DIAS, Jaime Lopes, 1953, *Viriato: herói e pioneiro da independência*, Lisboa, Editorial Império, Limitada.

DIAS, Jorge, 1971, *Estudos do Carácter Nacional Português*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA, 1950, *Instruções sobre Literatura Infantil*, Lisboa, Tip. Emp. Nacional de Publicidade.

DOMINGUES, Mário, 1955, *O Marquês de Pombal: o homem e a sua obra*, Lisboa, Edição Romana Torres.

DÓRIA, António Álvaro, 19--?, *A Cavalaria Medieval: ensaios sobre a significação histórica e influência civilizadora do ideal cavaleiresco*, Porto, Ed. Civilização.

DÓRIA, António Álvaro, 1940, “A Batalha de S. Mamede” in: *Revista dos Centenários*, fasc.8 e 9, p.11 e 18.

EÇA, Vicente Almeida d', 1921 “O feito de Fernão de Magalhães” in: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, nº5-6, Maio-Junho, 39.^a série, pp.131-147.

EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE, 1954, *Salazar uma vida ao serviço da nação*, Lisboa, ENP.

ESCOLA DO EXÉRCITO, 1958, *Duarte Pacheco Pereira, o “Aquiles Lusitano”*, Lisboa.

Escola Portuguesa- Boletim do Ensino Primário Oficial (de outubro de 1934 até outubro de 1974).

FARIA, Américo, 1954, *Dez heróis patriotas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

FÉRIA, Alonso, 1961, *Tempo de heróis*, Coleção Poesia e Verdade, Guimarães, Guimarães Editores.

FERRÃO, António, 1931, “A perda da Independência e a Restauração de 1640. As lições de História”, in: *Anais da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Vol. I, Lisboa, pp.7-51.

FERRÃO, António, 1940, *Reinado de D. Miguel*, Vol. I, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar (III).

FERREIRA, Carlos Alberto, 1943, *Francisco Rodrigues Lobo*, Coimbra, Separata de «Biblos», Vol. XIX, Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra.

FERRO, António, s.d., *Homens e Multidões*, Lisboa, Livraria Bertrand.

FERRO, António, 1934, *Salazar. Le Portugal et son chef*, Paris, Editions Bernard Grasset.

FERRO, António, 1935, *Salazar: o homem e a sua obra*, Lisboa, Imprensa Nacional de Publicidade.

FERRO, António, 1937, “Discurso Inaugural” in: *Portugal- Exposition Internationale de Paris*, Lisboa, Editorial Ática.

FERRO, António, 1939, *Revista dos Centenários 1939-1940*, Ed. da Comissão Nacional dos Centenários, Lisboa, SPN, Ano I, nº 13/janeiro de 1939.

FERRO, António, 1943, *Dez anos de política do espírito*, Lisboa, SPN.

FERRO, António, 1949, *Panorama dos Centenários (1140-1640-1940)*, Lisboa, SNI.

FILHO, Zuzarte de Mendonça, 1937, *Avé Salazar*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda.

FIGUEIREDO, Fidelino de, 1911, “Sociedade Nacional de História” in: *Boletim da Sociedade de Geografia*, nº7, 29ª série, pp.120-125.

FIGUEIREDO, Fidelino de, 1925, “Nun`Álvares”, in: *Revista Nacional*, nº1, Lisboa, pp.5-9.

FIGUEIREDO, Fidelino, 1929, *Notas para um idearium português*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

FONSECA, Tomaz da, 1949, *D. Afonso Henriques e a fundação da nacionalidade portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda.

FORTE, Hélder, 1970, *Temas de Meditação*, Lisboa, Publicações da Mocidade Portuguesa.

GALVÃO, Henrique, 1934, *Álbum Comemorativo da Primeira Exposição Colonial Portuguesa*, Porto, Litografia Nacional.

GARCEZ, Costa, 1960, *Salazar e a juventude*, Colecção Páginas Portuguesas, Lisboa, SNI.

GARCIA, Ápio, 1968, *Um homem chamado Salazar*, Lisboa, António Francisco Barata Editor.

GARNIER, Christine, 1952, *Férias com Salazar*, (7ªed.), Lisboa, Companhia Nacional Editora.

GASPAR, José Maria, 1942, *Deus, Pátria e Família*, Porto, Domingos Barreira.

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1947, *Comemorações e História*, Lisboa, Cadernos da «Seara Nova».

GODINHO, Vitorino Magalhães, 1968, *Ensaio II: sobre História de Portugal*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

GOMES, A. Sousa, 1932, *O simbolismo no políptico de Nuno Gonçalves*, Lisboa, Imprensa Moderna.

GONÇALVES, Alberto, 1940, *Os maus servidores da pátria*, Porto, Livraria Civilização Editora.

GONÇALVES, António, 1959, *O Espírito de Salazar*, Coimbra, Coimbra Editora.

GONÇALVES, Luiz da Cunha, 1934, *O Problema da Educação nas suas relações com a Família, o Estado e a Igreja*, Coimbra, Coimbra Editora.

GUERREIRO, Amaro D., 1961, *Panorama Económico dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Guia da Exposição do Mundo Português, 1940, Lisboa, Neogravura.

HABSBURG, Otto von e Marjay, F.P., 1970, *Navegadores Portugueses – heróis do mar*, Lisboa, Livraria Bertrand, S.A.R.L.

IRIA, Alberto, 1970, *Gil Eanes, o Herói do Bojador no prefácio da Cosmonáutica* (Conferência feita em Lagos no dia 10 de maio, por ocasião da inauguração da estátua do grande navegador, na presença do venerando Chefe de Estado e de outras entidades oficiais), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Separata de *STVDIA*, Revista Quadrimestral, nº29/ abril.

JESUS, Quirino de, 1921, *Lusa Epopeia: poema heróico* (Tomo I), Lisboa, Tipografia da «Gazeta dos Caminhos de Ferro».

JESUS, Quirino de, 1932, *Nacionalismo Português*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto.

JOBIM, José, 1934, *A verdade sobre Salazar*, Rio de Janeiro, Calvino e Filho Editor.

Jornal Português, 1940, “O Cortejo Histórico do Mundo Português”, nº20/setembro.

LANÇA, Joaquim, 1960, *A lição e o exemplo de D. Nuno Álvares Pereira*, Braga, Livraria Cruz.

LEÃO, Cunha F. da, 1962, *O Enigma Português*, Coleção Filosofia e Ensaios, Lisboa, Guimarães e C.^a Editores.

LEGIÃO PORTUGUESA, 1939, “Viriatos e Legionários” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Nacional, Junho/39, Lisboa, Neogravura, p.6.

LEGIÃO PORTUGUESA, 1940, “Oito Séculos de História” in: *Boletim da Legião Portuguesa*, Ano XV da Revolução Nacional, Junho/40, Lisboa, Neogravura, 12-13.

LEITE, Duarte, 1963, *História dos Descobrimentos: colectânea de esparsos*, Vol.II, Lisboa, Ed. Cosmos.

LEITE, Serafim, 1943, *Camões, poeta de expansão da Fé*, Rio de Janeiro, Separata do “Arquivo Camoniano” da Academia Brasileira de Letras.

LEMOS, João de, *Religião e Pátria*, Lisboa, Livraria de M.A. de Campos Júnior.

LEONE, Metzner, 1938, *A Ideia Nova*, Lisboa, Tip. Da Empresa Nacioanl de Publicidade.

LIGA DOS ANTIGOS GRADUADOS DA MOCIDADE PORTUGUESA, 1970, *Salazar e Nós*, Lisboa, Edições Facho.

LIMA, Fernando de Castro Pires de, 1940, *Salazar, no Vértice de Oito Séculos de História*, (Conferência pronunciada no Palácio de Cristal em 26 de Abril de 1936), Porto, Ed. Domingos Barreira.

Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque: 1855-1955, 1955, Lisboa, Emp. Tip. Casa Portuguesa.

LIZARDO, Armando, 1940, *A História Nacional* (em comemoração do Duplo Centenário 1940/1640), Lisboa.

LOPES, António dos Mártires, 1960, *Camões: poeta da Expansão e da Fé* (palestra proferida na sala dos Vice-Reis pelo Dia de Portugal 10 de Junho de 1959), Goa, Imprensa Nacional.

LOUREIRO, Francisco de Sales de Mascarenhas, 1970, “ O sentido ideológico do Sebastianismo” in: *Revista das Ciências do Homem*, Vol. II, nº1, Série A/ Junho, Lourenço Marques, Universidade de Lourenço Marques, pp. 255-276.

LOUREIRO, Júlio Leal de, 1945, “Os heróis da Ocupação das Colónias Africanas” in: *Liceus de Portugal*- Boletim da Acção Educativa do Ensino Liceal, Ano VI, Maio, nº44, pp.592-603.

MACHADO, Fernando Falcão, 1959, “A Raça” in: *Labor*, nº181/janeiro, Ano XXIII, pp.226-232.

MACHADO, José Barbosa, 1996, *O mito de Viriato na Literatura Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho/ Instituto de Educação, Tese de Mestrado (texto policopiado).

MAIA, F. de Assis F. da, 1960, “O Infante e o Santo Condestável” in: *Labor*, nº197/Novembro, Ano XXV, Aveiro, pp.83-98.

MALPIQUE, Cruz, 1946, *Bilhete de Identidade de António de Oliveira Salazar*, Colecção Portugal Maior/ Cadernos de Propaganda e Informação, Luanda, Edição da “Casa de Metrópole”.

MARTHA, Cardoso, 1936, *Rainha Santa: vida e milagres de D. Isabel de Aragão, Rainha de Portugal*, Lisboa, Livraria Renascença.

MARTINHO, José Simões, 1974, *D. Aleixo Corte – Real, português de Timor*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, nº20.

MARTINS, Ferreira, s.d, *Mouzinho*, 2ª edição, Série Estadistas e Guerreiros/ Grandes Vultos da História da Humanidade, Lisboa, Edições Excelsior.

MARTINS, J. P. Oliveira, 1936, *Os filhos de D. João I*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira Livraria Editora.

MARTINS, J.P. Oliveira, 1953, *Sistema dos Mitos Religiosos*, 3ª edição, Guimarães, Obras Completas de Oliveira Martins,

MARTINS, J. P. Oliveira, 1968, *A vida de Nun'Álvares*, Lisboa, Guimarães Editores.

MARTINS, Marília Carneiro e Martins, Augusto, 1922, *Alma Portuguesa: Nação de Heróis, Portugal, Ditosa Pátria* (Homenagem aos gloriosos aviadores Gago Coutinho e Sacadura Cabral), Lisboa, Henrique Torres, Empreza Editora e Tipographica.

MARTINS, Rocha, 1940, *Os Grandes Vultos da Restauração de Portugal*, Número “Specimen”, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

MATOS, Armando de, 1936, *As «Armas – Novas» de Duarte Pacheco Pereira*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda.

MATOS, Ludovina Fria de, 1951, *Paixão, morte e glória de Inês de Castro* (Conferência proferida na Assembleia de Campanha aos 18 dias do mês de Dezembro de 1951), Porto, Tipografia da Livraria Simões Lopes.

MATOS, Norton de, 1953, *A Nação una: organização política e administrativa dos territórios do Ultramar português*, Lisboa, Paulino Ferreira Filhos.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS, 1940, “Valor Moral” (discurso proferido no teatro angrense em 18/08/40), in: *Revista dos Centenários*, fasc. XVI/ Junho, pp.23-33.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, s/d, “Peças de Teatro” in: *Plano de Educação Nacional*, Lisboa, M.E.N.

MOCIDADE PORTUGUESA (Revista Mensal), Lisboa, Tipografia Inglesa (de 1932 a 1945).

MOCIDADE PORTUGUESA, 1955, *Mocidade Portuguesa. Objectivos e Actividades*, Mocidade Portuguesa.

MOCIDADE PORTUGUESA, 1967/68, *Boletim para dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina: Centros Primários*, nº3, (3º período-trimestral).

MOCIDADE PORTUGUESA, 1968/69, *Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina. Ensino Primário Elementar*, 1º/2º período, nºs 1 e 2.

MOCIDADE PORTUGUESA, *Boletim Mensal do Comissariado Nacional* (1941-1950).

MOCIDADE PORTUGUESA, s/d, *Cancioneiro para a Mocidade*, 2ª edição.

MONCADA, Luís Cabral de, 1928, *1640...Restauração do Pensamento Político Português* (Conferência lida na noite do 1º de Dezembro de 1927 na Associação Académica de Coimbra), Coimbra, Coimbra Editora.

MONCADA, Luís Cabral de, *et alii*, 194?, *Um grande Português e um grande Europeu: Salazar*, Lisboa, União Nacional.

MONTALVÃO, Bruno de, 1942, *Perfil de Sidónio Pais*, Montemor-o-Novo, Empresa Gráfica de Montemor-o-Novo.

MOREIRA, Adriano, 1960, “O pensamento do Infante D. Henrique e a actual política ultramarina de Portugal” in: *Boletim Geral do Ultramar*, nº422-423, Lisboa.

MORENO, Humberto Baquero, 1973, *Franciscanismo, descobrimentos e missionação*, Braga, Separata de *Itinerarium*, Ano XIX, nº82, pp. 427-439.

MÜLLER, Adolfo Simões, 1931, *Meu Portugal, Meu Gigante...*Biblioteca dos Pequenos, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

MÜLLER, Adolfo Simões, 1970, *Historiazinha de Portugal*, Porto, Livraria Tavares Martins.

MÚRIAS, Manuel, 1925, *A política de África de El-Rei D. Sebastião*, Lisboa, Ed. da Nação Portuguesa.

NETTO, A. Lino, 1938, “A Restauração de 1640, a Mocidade Portuguesa e o renascimento da Pátria (Alocução feita no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em I de Dezembro de 1938), in: *Separata do Boletim do ISCEF*, Vol.VI, pp.3-45.

NEVES, Pe. Moreira das, 1940, “Uma cruz basta para dizer, na História, quem é Portugal” in: *Revista dos Centenários*, nº14, Ano II, pp.10-13.

NEVINS, Albert, J., 1960, *S. Francisco Xavier*, Porto, Livraria Civilização.

NOBRE, José de Barros, 1937, “Origem do Império Colonial Português” in: *Labor*, nº79/Fevereiro, pp.415-422.

NOGUEIRA, Franco, 1973, *Salazar. A Mocidade e os Princípios*, Coimbra, Atlântida Editores.

NORONHA, Eduardo, 1938, *O Missionário: S. Francisco Xavier*, Colecção Civilização, Vol. II, nº74, Porto, Livraria Civilização Editora.

Notícias Ilustradas, de 25/12/1933, Ano V, nº265.

NUNES, A. Sedas, 1960, *Introdução ao Estudo das Ideologias*, Lisboa, Editorial Império.

NUNES, Leopoldo, 1930, *O Ditador das Finanças*, Lisboa, Ottosgráfica.

NUNES, Natália, 1952, *Missão do Livro na Educação Popular*, Lisboa, Didáctica.

OLIVEIRA, Luís amaro de, 1960, “A história e a lenda na interpretação da personalidade do Infante” in: *Revista Municipal de Lisboa*, Ano XXI, Lisboa, Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, nº84, pp. 59-65.

OMEN, 1938, *Obra da Mães pela Educação Nacional: orientações e fins*, Lisboa, Tipografia Imp. Lucas.

ORTIGÃO, Ramalho, 1924, *Quatro grandes figuras literárias: Camões, Garrett, Camilo e Eça*, Lisboa, Empresa Literária Fluminense.

OSÓRIO, João de Castro, 1945, *Ínclita Geração. D. Duarte e D. Pedro*, Antologia do Pensamento Português, Lisboa, SNI.

PACHECO, Carneiro, 1935, *O retrato do chefe*, Lisboa, Edição da União Nacional.

PACHECO, Carneiro, 1936, *A formação da mocidade e a defesa da Pátria* (Discurso proferido pelo ministro da Educação Nacional em 24 de Maio de 1936), Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

PACHECO, Carneiro, 1940, *Portugal Renovado* (Discursos), Lisboa, Livraria Bertrand.

PACHECO, Duarte, 1940, “Discurso proferido no encerramento da Exposição a 2 de Dezembro de 1940 in: *Revista dos Centenários*, 1939-1940, Edição da Comissão Nacional dos Centenários, SPN, Ano II, Lisboa, nº 24 de 31 de Dezembro de 1940.

PAVÃO, Almeida, 1960, “Aspetos da personalidade do Infante” in *Ocidente*, nº270/outubro, Vol.LIX, pp. 207-214.

PIMENTA, Alfredo, 1936, *O Império colonial, fator de civilização*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

PIMENTA, Alfredo, 1935, *Novos Estudos Filosóficos e Críticos*, Lisboa, Imprensa Nacional.

PINA, Luiz de, 1940, *Lusitanidade*, Lisboa, Propaganda da União Nacional.

PINTO, Correia Cónego, 1937, “Exposição Histórica da Ocupação” in: *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano XIII, nº150, pp.27-50.

PINTO, Francisco de Paula Leite, 1966, *Celebrar o Passado, Construir o Futuro* (da Instrução Pública à Instrução Nacional), Lisboa, Ed. Panorama.

PINTO, Francisco de Paula Leite, 1960, *A lição de Camões à juventude de hoje*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.

PIRES, Teotónio Machado, 1940, *Em Louvor de Portugal*, Angra do Heroísmo, Livraria Editora Andrade.

Porto (O) nos Centenários 1940, Porto, Câmara Municipal do Porto.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, 1961, *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, Vol.I, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

PRESTAGE, Edgar, 1928, *Chivalry*, London, Trubnon.

PRETO, Rolão, 1933, *Salazar e a sua época*, Lisboa, Imp. Moderna.

RAMOS, Gustavo Cordeiro, 1971, *O Marechal António Óscar de Fragoso Carmona*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.

RANK, Otto, 1961, *The myth of the birth of the hero* (trad. Castelhana El mito del nacimiento del hero), Buenos Aires, Ed. Paidós.

RAPOSO, Hipólito, 1940, *Amar e Servir – História e Doutrina*, Porto, Livraria Civilização Editora.

REGO, A. da Silva, 1960, “A personalidade do Infante D. Henrique” in: *Ultramar* (Revista da Comunidade Portuguesa e da atualidade ultramarina internacional), nº1-Julho/Setembro, pp.5-15.

REIS, André, 1940, *Pátria de Heróis*, Aveiro, Gráfica Aveirense, Lda.

REIS, Mons. Dr. Pereira dos, 1940, “Cerimónia da Evocação da figura do Padre António Vieira” in: *Revista dos Centenários*, nº22, Ano II, pp.20-25.

REMÉDIOS, Mendes dos, 1924, “Camões e o ideal da sua obra” in: *Lúmen*, Lisboa, Empresa Nacional Editora.

RENDEIRO, D. Frei Francisco, 1961, “Nun`Álvares Pereira, Hoje” in *Revista de Cultura Lusíada da Sociedade Histórica da Independência de Portugal*, Ano XXI/ Junho, nº24, pp.3-13.

Revista dos Centenários, 1940/Dezembro (fasc.24) e 1939/Agosto.

RIBEIRO, Aquilino, 1942, *Os avós de nossos avós*, Lisboa, Bertrand.

RIBEIRO, Aquilino, 1952, *Príncipes de Portugal. Suas grandezas e misérias*, Lisboa, Livros do Brasil.

RIBEIRO, Ilídio de Sousa, 1953, *Sob o signo de Álvaro Pais*, Braga, Separata da «Colectânea de Estudos», 2ª série, Ano IV, nº2.

RIJO, Eufrásia de Almeida, 1938, *Geraldo Sem Pavor*, Lisboa, Papelaria Fernandes.

ROCHA, Thelma, 1958, *Eu falei com Salazar*, Lisboa.

RODRIGUES, António dos Reis, 1961, *Nun`Álvares Condestável e Santo*, Lisboa, Grifo.

RODRIGUES, Castro, 1973, *Cancioneiro para a Mocidade* (documento musical).

RODRIGUES, Sarmiento, 1962, *Caminhos do futuro nos horizontes da Nação*, Lourenço Marques.

SALAZAR, António de Oliveira, 1935, *Discursos (1928-1934)*, 2 Vols., Coimbra, Coimbra Editora, Limitada.

SALAZAR, António de Oliveira, 1938, *VIII Centenário da Fundação de Portugal e terceiro da Restauração da Independência* (Nota oficiosa da Presidência do Conselho de Ministros de Portugal em 26-III-38), Rio de Janeiro, Comissão Executiva da Colónia do Rio de Janeiro.

SALAZAR, António de Oliveira, 1940, “Cerimónia Comemorativa da Fundação” in: *Revista dos Centenários* nº17, Ano II, pp.23-26.

SALAZAR, António de Oliveira, 1940, *Independência de Portugal. 1139, 1640 e 1940*, Lisboa, SPN.

SALAZAR, António de Oliveira, 1950, *Governar dirigindo a consciência nacional* (discurso de S. Ex.^a o Presidente do Conselho às Comissões de União Nacional), Lisboa, Ed. do SNI.

SALAZAR, António de Oliveira, 1965, *Erros e Fracassos da Era Política*, Lisboa, SNI.

SAMPAYO, Nuno de, 1963, “Infante D. Henrique - a sua figura e a sua obra” in: *Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique*, Vol. IV, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

SANTOS, Carlos Machado F., s.d., *D. João II: o Príncipe Perfeito, Patrono dos Cursos de Entrada de 1965/66 na Academia Militar*, Lisboa.

SANTOS, João dos, 1971, *Ensaio sobre Educação*, Lisboa, Livros Horizonte.

SANTOS, Luís Reis, 1940, *O retrato do Infante D. Henrique*, Porto, Empresa Industrial Gráfica do Porto.

SANTOS, Luís Reis, 1960, *Iconografia Henriquina*, Lisboa, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

SARDINHA, António, 1924, “Os nossos reis” in: *Ao Princípio era o Verbo. Ensaio & Estudos*, Portugal, pp.233-252.

SARDINHA, António, 1926, *Na Feira dos Mitos*, Lisboa, Livraria Universal de Armando J. Tavares.

SECRETARIADO NACIONAL DE INFORMAÇÃO, 1958, *S.N.I – um instrumento do governo: 25 anos de ação*, Lisboa, SNI.

Século (O) de 1926 a 1970.

SELVAGEM, Carlos, 1940, “Alocução proferida no «Dia do Exército»”, in: *Separata da Revista «Defesa Nacional»*, Lisboa, Tip. da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, pp.3-20.

SELVAGEM, Carlos, 1956, *Leonor Teles, o Grão Doutor e o Santo Condestável*, Coleção História de Portugal, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.

SERRANO, Alice Pereira de Lima, 1966, *A Ordem Militar Portuguesa da Torre e Espada: subsídios para a sua história*, Lisboa, Papelaria Fernandes.

SERRANO, Luís-Martin, 1952, *Salazar sans masques*, Paris, Le temps Moderns.

SERVIÇO RELIGIOSO DO GOVERNO MILITAR DE LISBOA, 1960, *Deus e Pátria: D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa.

SILVA, João Serras e, 1939, “A moralidade da História” in: *Labor*, nº101/Junho, Ano XIII, Aveiro, pp.613-622.

SILVA, J. Pinheiro da, 1970, *Directrizes e realidades*, Luanda, Serviços de Educação.

SILVA, Marinho, 1945, *João de Azevedo Coutinho*, Coleção “Pelo Império”, Lisboa, Agência Geral das Colónias/Ministério das Colónias.

SNI, 1948, *Catorze anos de política do espírito*, Lisboa, SNI.

SNI, s/d, *Cadernos do Ressurgimento Nacional. Portugal Missionário*, Lisboa, SNI.

SOARES, Freitas, 1938, *Templo da Pátria*, Porto, Tip. Thomaz Batalha & Irmã.

SOLEDADE, Maria da, 1959, *Nun`Álvares, o Santo Condestável*, Braga.

SOUSA, D. António Caetano de, 1932, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, Publicações do Arquivo Histórico de Portugal.

SOUSA, Baltasar Rebelo de, 1961, *Nuno Álvares Pereira: o herói e o santo*, Lisboa, Subsecretariado de Estado da Educação Nacional.

SOUSA, Cristiano de, 1935, *O Caso Português*, Lisboa, Ed. da União Nacional.

SOUSA, Henrique de, 1950, *O Caminho dos Heróis*, Lisboa, Edições do Autor.

SOUSA, Ilhéu de, 1959, *D. Leonor Teles: mulher e rainha*, Sintra, António Medina Júnior Editora.

SOUSA, J. M. Cordeiro de, 1952, *Álvaro Gonçalves de Cáceres, leitor d`-Rei D. Afonso V de Portugal*, Guimarães, Separata do Vol. LXII da «Revista de Guimarães».

SOUSA, Manuel Cristiano de, 1936, *Discurso Proferido na Sessão Inaugural da Escola Primária de Arcozelo*, Gaia, Ed. da Câmara Municipal de Gaia.

SPN, 1940, *Comemorações Centenárias: programa oficial*, Lisboa, S.P.N.

SPN, 1943, *Passado, Presente e Futuro*, Lisboa, Ed. do S.P.N.

SPN, 1946, *Os grandes Portugueses: grandes cristãos*, Lisboa, Tipografia Inglesa.

UNIÃO NACIONAL, 1934, *I Congresso da União Nacional. Discursos, Teses e Comunicações*, Vol. II, Lisboa, pp.239-260.

UNIÃO NACIONAL, 1949, *II Conferência da União Nacional: discurso inaugural e Comunicações*, Lisboa, União Nacional.

- TAVARES, Silva, 1936, *Diogo Cão*, Coleção “Pelo Império», n°27, Lisboa, A.G.C.
- TAVARES, Silva, 1940, *Ronda da Glória*, Lisboa, Ed. do Cortejo do Mundo Português.
- TEIXEIRA, Luíz, 1938, *Perfil de Salazar: elementos para a história da sua vida e da sua época*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial.
- TEIXEIRA, Luíz, 1943, *Heróis da Ocupação* (Discurso pronunciado na Praça do Império em 28/05/1943 durante as cerimónias oficiais da homenagem nacional aos heróis das campanhas de ocupação militar dos territórios de África), Lisboa, A.G.C.
- TEIXEIRA, Luiz, 1949, *Alvorada em agosto*, Lisboa, Clássica Editora.
- TELLES, Inocêncio Galvão, 1966, *Por uma Política do Espírito*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa.
- TORGA, Miguel (pseud.), 1952, *Poemas Ibéricos*, Coimbra, Coimbra Editora.
- TUCKER, John Taylor, 1957, *Heróis da Cruz*, Lisboa, Publicação da Junta Presbiteriana de Cooperação em Portugal.
- UNIÃO NACIONAL (I Congresso da), 1935, *Discursos, Teses e Comunicações*, Lisboa, Ed. da União Nacional.
- UNIÃO NACIONAL, 1936, *Guia da Exposição da Revolução Nacional*, Lisboa, União Nacional.
- VALE, Alexandre de Lucena e, 1961, *Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique*, Vol. II, Lisboa, Comissão Executiva do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.
- VALENTE, João Mendes, 1945, *Peito Lusitano*, Coimbra, Coimbra Editora Limitada.

VASCONCELOS, José de Figueiredo, 1960, “«Os Lusíadas» e o sentido imperial da nossa História” in: *Labor*, nº193/Abril, Ano XXIV, Aveiro, pp.487-507.

VÁRIOS AUTORES, s.d., *Grandes Portugueses*, 2 Vols., Edição da Revista Camarada.

VENTURA, Augusta Faria Gersão, 1941, *Pedro Nunes: vida e obras*, Lisboa, Separata dos «Liceus de Lisboa», União Gráfica.

VIANA, Abel, 1940, “Como o povo defende a Independência” in: *Revista dos Centenários*, nº21, Ano II, pp.15-19.

VIANA, Mário Gonçalves, 1964, *Nuno Álvares Pereira: arquétipo perene*, 1964, Lisboa (Lição proferida no Castelo de Leiria), Separata do Boletim do Instituto Nacional de Educação Física nºs 3 e 4.

VICENTE, Alípio da Silva, 1932, *Heróis de Portugal, heróis de ontem*, Braga, Edições do Autor.

WERMERS, Manuel M. 1960, *O Santo Condestável. Santidade e Culto*, Fátima, Edições Carmelitas.

ZORRO, António Maria, 1966, *Carneiro Pacheco, um homem de fé, e o pensamento da revolução*, Col. Cadernos do 40º ano, Lisboa, Panorama.

Obras de consulta

ACADEMIA PORTUGUESA DA HISTÓRIA, 2004, *O Sebastianismo: política, doutrina e mito (sécs. XVI-XIX)*, Lisboa, Edições Colibri.

AFONSO, Aniceto e Gomes, Carlos Matos, 2009, *Os anos da guerra colonial: 1962- Optar pela guerra*, Vol.3, Lisboa, Quidnovi.

AGUIAR, Alda M. Vaz Martins *et alii*, 1984, “A lição de Salazar” in: *História*, nº73/Novembro, pp.3-15.

ANDRADE, Luís Oliveira, 2001, *História e memória - a Restauração de 1640: do Liberalismo às comemorações centenárias de 1940*, Coleção Minerva - História, Coimbra, Edições Minerva Coimbra.

ARAÚJO, Alberto Filipe, e, Batista, Fernando Paulo, 2003, *Variações sobre o Imaginário. Domínios, teorizações, Práticas Hermenêuticas*, Braga, Instituto Piaget.

ARAÚJO, Manuel António Teixeira, 1994, *A obra de Virgínia de Castro Almeida e a emancipação da Literatura Infantil*, Braga, Universidade do Minho, Tese de Mestrado.

ARNAUT, Salvador Manuel Dias dos Santos, 1972, *O episódio de Inês de Castro à luz da História*, Lisboa, Comissão Executiva do IV Centenário da Publicação de «Os Lusíadas».

ARRIAGA, Lopes, 1976, *Mocidade Portuguesa: breve história de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre.

BASTOS, Glória Maria Lourenço, 1991, *Fantasia e Realidade em Virgínia de Castro e Almeida*, Lisboa, Universidade Nova, Dissertação de Mestrado (Texto policopiado).

BÉNICHOU, Paul, 1977, *Le temps des prophètes. Doutrines de l'âge romantique*, Paris, Gallimard.

BESSELAAR, José Van Den, 1987, *O Sebastianismo – História sumária*, Lisboa, Biblioteca Breve, ICLP.

BETHENCOURT, Francisco e Curto, Diogo Ramada (org.), 1991, *A Memória da Nação: Colóquio do Gabinete de Estudos de Simbologia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 1975, *300 Anos do Cartaz em Portugal*, Lisboa, B.N.L.

BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, 1988, *Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933 – 1949)*, Lisboa, B.N.L.

Boletim do Liceu Normal de Lisboa - Pedro Nunes (de 1932 a 1937 e de 1950 a 1960).

BOORSTIN, Daniel J., 1993, *Os Criadores. Uma história dos heróis da imaginação*, Lisboa, Gradiva.

BOURDIEU, Pierre, 2001, *O poder simbólico*, Colecção Memória e Sociedade, Lisboa, Difel.

BUESCU, Ana Isabel C., 1987, *O milagre de Ourique e a História de Portugal de Alexandre Herculano*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica.

BURKET, Walter, 1986, *O Mito*, Coimbra, Faculdade de Letras.

BRUNEL, 1994, *Dictionnaire des Mythes Litteraires*, Paris, Éditions du Rocher.

CABRAL, Alexandre, 1980, *Luís de Camões: poeta do povo e da Pátria*, Lisboa, Livros Horizonte.

CAILLOIS, Roger, 1980, *O Mito e o Homem* (Tradução de José Calisto dos Santos), Lisboa, Edições 70.

CALDEIRA, Arlindo Manuel, 1983, “ A propósito de um livro de Marc Ferro: contar a História, usar a História” in: *Boletim da Associação de Professores de História*, nº7, Novembro, pp.13-20.

CAMPINOS, Jorge, 1975, *Ideologia Política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugalíia Editora.

CARLYLE, Thomas, 2002 (1ª edição de 1956), *Os Heróis*, Colecção Filosofia e Ensaios, In Folio, Guimarães, Guimarães Editores.

CARVALHO, A. Saraiva de, 1982, *Como Alfredo Pimenta viu o pensamento político e a oratória de Salazar*, Guimarães, Separata Boletim de Trabalhos Históricos.

CARVALHO, Otelio Saraiva de, 1977, *Alvorada em Abril*, Livraria Bertrand.

CARVALHO, Paulo Archer de, 1993, *Nação e Nacionalismo: mitemas do Integralismo Lusitano*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Tese de Mestrado em História Contemporânea de Portugal.

CARVALHO, Paulo Archer de, 1994, “Memória Mítica da Nação- o caso do Integralismo Lusitano” in: *Vértice* 61/ Julho-Agosto, pp.51-66.

CARVALHO, Paulo Archer de, 1995, “De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranóia” in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.79-123.

CASPISTEGUI, Francisco Javier e, Olábarri, Ignacio (dir.), 1996. *La “nueva” historia cultural: la influencia del postestruturalismo y el auge de la interdisciplinaridad*.Madrid, Universidad Complutense.

CATROGA, Fernando de Almeida, 1977, *Os inícios do positivismo em Portugal: o seu significado político-social*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias.

CATROGA, Fernando de Almeida, 1977, A importância do positivismo na consolidação da ideologia republicana em Portugal, Coimbra, Faculdade de Letras.

CATROGA, Fernando e Carvalho, Paulo A. M. Archer de, 1996, *Sociedade e Cultura Portuguesas III*, Lisboa, Universidade Aberta.

CATROGA, Fernando, 2001, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto.

CAVERIVIÈRE, Nicole Ferrier, 1988, “Figures historiques et figures mytiques” in : *Dictionnaire des mythes littéraires*, Éditions du Rocher, pp.603-611.

CENTENO, Yvette Kace, 1993, *Portugal: mitos revisitados*, Lisboa, Edições Salamandra.

CHALAS, Yves (dir.), 1990, *Mythe et Révolutions*, Grenoble, PUG.

CIDRAES, Maria de Lourdes, 2002, “Dos mitos, dos poetas e dos tempos (Literatura, Memória Histórica e Imaginário Nacional)”, in: *Revista da Faculdade de Letras*, nº5, 5ª série, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.63-70.

COELHO, Teresa, Pinto, 1998, “ A estrutura apocalíptica da História de Portugal” in: *História*, Ano XX, nº1/Abril, pp.10-18.

CORRAL, Luís Díez del, 1974, *La función del mito clásico en la literatura contemporánea*, Madrid, Gredos.

CORREIA, Luís Grosso, 1998, “«Portugal pode ser, se nós quisermos, uma grande e próspera nação». O sistema educativo no Estado Novo ” in: *Revista Ler História*, 35 (1998), pp.71-107.

COSTA, Dalila Pereira da, 1978, *A Nau e o Graal*, Porto, Lello e Irmão.

COSTA, Fernando Marques da, 1983, “Sociedade e Grupos Sociais no Período Constitucional” in: *História de Portugal*, Vol.VI, Lisboa, Publicações Alfa.

CRISTOVÃO, Fernando *et.alii.*, (Coord.), 1997, *Nacionalismo e regionalismo nas literaturas lusófonas*, Lisboa, Ed. Cosmos.

CRUZ, Manuel Braga da, 1980, *As origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença.

CRUZ, Manuel Braga da, 1986, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Vol. I, Lisboa, Dissertação de Doutoramento em Sociologia Política (texto policopiado), Universidade Técnica de Lisboa.

CRUZ, Manuel Braga da, 1999, *O Estado Novo e a Igreja Católica*, Coleção Torre de Babel, Lisboa, Ed. Bizâncio

CUNHA, Hélder de Mendonça e, 1976, *Regras do cerimonial português*, Amadora, Bertrand.

DACOSTA, Fernando, 2000, *Salazar*, Lisboa, Notícias Editorial.

DACOSTA, Fernando, 2006, *Máscaras de Salazar*, Lisboa, Casa das Letras.

DUMÉZIL, Georges, 1974, *Mythe et Epopée*, Vol. I, Paris, Gallimard.

DURAND, Gilbert, 1982, *Mito, símbolo e mitologia*, Lisboa, Editorial Presença.

DURAND, Gilbert, 1983, *Mito e Sociedade. A mitanálise e a sociologia das profundezas*, Lisboa, Ed. A Regra do Jogo.

DURAND, Gilbert, 1989, *As estruturas antropológicas do imaginário*, Lisboa, Editorial Presença.

DURAND, Gilbert, 1996, *Introduction à la mytologie: mythes et sociétés*, Paris, Albin Michel.

DURAND, Gilbert, 1997, *Imagens e reflexos do imaginário português*, Col. Biblioteca Hermética, Hugin.

ELIADE, Mircea, 1963, *Images et symboles*, Paris, Galimard.

ELIADE, Mircea, 1984, *Aspectos do Mito*, Lisboa, Perspectivas do Homem, Edições 70.

ELIADE, Mircea, 1990, *O Mito do Eterno Retorno: arquétipos e repetição*, Lisboa, Círculo de Leitores.

EMERSON, Ralph Waldo, 1913, *Os Super-homens*, Porto, Magalhães e Moniz.

Enciclopaedia Universalis, 1980, Vol.8, Paris, Enciclopaedia Universalis France, Editeur à Paris.

FABIÃO, Carlos e Guerra, Amílcar, 1992, “Viriato: genealogia de um Mito” in: *Revista Penélope* (Dir. de António Manuel Hespanha), nº8 (publicação quadrimestral), pp.9-11.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 1996, *História, Memória, Nação*, Revista História das Ideias, vol.18, I.H.T.I./ F.L.U.C.

FERREIRA, Virgílio, 1983, *Camões e a Identidade Nacional*, Lisboa, Temas Portugueses, INCM.

FERRO, António, 1978, *Salazar*, Lisboa, Edições do Templo.

FERRO, Marc, 1983, *Falsificações da História*, Tradução de Cascais Franco, Mem-Martins, Europa-América.

FERRO, Marc, 1996, *História das Civilizações: das conquistas às independências*, sécs. XII - XX, Editorial Presença.

FERRO, António, 2003, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira.

FIDALGO, Marta Véstia, 2002, *Menina e Moça: um ideal de formação feminina (1960-1970)*, Lisboa, Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

GARCIA, Barreto, 1998, *Literatura para crianças e jovens em Portugal*, Porto, Campo das Letras.

GARCIA, José Luís Lima, 1992, “A ideia de império na propaganda do Estado Novo” in *Revista de História das Ideias*, vol.14, p.p. 411-424.

GASPAR, José Martinho, 2001, *Os discursos e o discurso de Salazar*, Lisboa, Ed. Prefácio.

GEORGEL, Jaques, 1985, *O Salazarismo*, Lisboa, Publicações D. Quixote.

GIL, José, 1995, *Salazar. A retórica da invisibilidade*, Lisboa, Relógio d'Água.

GIRARDET, Raoul, 1986, *Mythes et mythologies politiques*, Paris, Éditions du Seuil.

GOMES, Ana Calapez, 1989, “Aspectos da Ideologia Colonial na Época das Descolonizações- a questão colonial na identidade nacional portuguesa” in: *Vértice* nº13/Abril de 1989.

HENRIQUES, Mendo Castro e, Melo, Gonçalo de Sampaio e, 1989, *Salazar: pensamento e doutrina política - Textos Antológicos*, Lisboa, Verbo.

HILL, M. & A. Hill, 2005, *Investigação por Questionário*, 2ª ed., Lisboa, Edições Sílabo.

HOMEM, Amadeu Carvalho, 1991, *Identidade Nacional e Contemporaneidade*, Revista de História das Ideias, Vol. XVII, pp.587-596.

HUNT, Lynn, 1989, *The new Cultural History*, Berkeley, University of California Press.

JABOUILLE, Victor, 1986, *Iniciação à Ciência dos Mitos*, Colecção Cadernos Culturais, Lisboa, Editorial Inquérito.

JANEIRO, Helena Pinto e Silva, Isabel Alarcão, 1987, “ Cartazes de Propaganda Política do Estado Novo (1933-1949): um discurso da negação – a utilização sincrónica da memória histórica in: *Atas do Encontro: A Construção Social do Passado*, Nov.87, Lisboa, Associação de Professores de História, pp.239-261.

JANEIRO, Helena Pinto e Silva, Isabel Alarcão, 1989, “A imagem de Salazar nos cartazes de propaganda política oficial (1933-1949) ”, in: *Vértice* nº13/Abril, pp.63-69.

JESI, Furio, 1977, *O Mito* (Tradução de Lemos de Azevedo), Biblioteca de Ciências Humanas, Lisboa, Editorial Presença.

KAYSER, Wolfgang, 1985, *Análise e interpretação da obra literária*, trad. de Paulo Quintela, Coimbra, Ed. Arménio Amado.

KUIN, Simon, 1993, “A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojectos e instauração de uma organização paramilitar da juventude” in: *Análise Social*, Vol.XXVIII (122), 3.º, pp.555-588.

LAMAS, Maria, 1991, *Mitologia Geral: o mundo dos deuses e dos heróis*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa/ Imprensa Universitária.

LEAL, Ernesto Castro, 1999, *Nação e nacionalismos: a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo (1918- 1938)*, Lisboa, Edições Cosmos.

LEAL, Ernesto Castro, 1993, “Projecção pública do símbolo Nun`Álvares (1918-1931)” in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, nº15, 5ª série, FLUL, pp.67-80.

LE GOFF, Jacques e Chartier, Roger (dir.), 1990, *A nova História*, trad. de Helena Arinto e Rosa Esteves, Coimbra, Almedina.

LEONARD, Yves, 1998, *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito.

LÉVI-STRAUSS, Claude, 1978, *Mito e Significado*, Colecção Perspectivas do Homem, Lisboa, Edições 70.

LIMA, Sérgio Augusto Cabral Martins, 1992, *Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa (texto policopiado).

LOBO, A. de Sousa Silva Costa, 1982, *Origens do sebastianismo: história e perfiguração dramática*, Lisboa, Edições Rolim.

LOPES, António, 1995, *Heróis da missão em 500 anos da evangelização portuguesa*, Lisboa, Editora Missões Consolata.

LOUREIRO, Francisco de Salles, 1989, *D. Sebastião e Alcácer- Quibir*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, 28, Lisboa, Alfa.

LOUREIRO, Francisco de Salles, 1989, “Uma mitogenia nacional” in: *Revista da Faculdade de Letras*, nº12, 5ª série, pp.47-58.

LOURENÇO, Eduardo, 1991, *O Labirinto da Saudade: psicanálise do destino português*, Lisboa, Biblioteca D. Quixote.

LOURENÇO, Eduardo, 1999, *Portugal como destino seguido da mitologia da saudade*, Lisboa, Gradiva.

MACEDO, Jorge Borges de, 1983, “Significado e evolução das polémicas de António Sérgio: a ideologia da razão (1912-1930) in: *Revista História das Ideias*, Vol.V, pp. 471-531.

MANNHEIM, Karl, 1982, *Ideologia e Utopia*, Rio de Janeiro.

MAROCO, J., 2007, *Análise estatística com a utilização do SPSS*, 3ª ed., Lisboa, Ed. Sílabo.

MARTINS, Moisés de Lemos, 1990, *O Olho de Deus no discurso salazarista*, Lisboa, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento.

MARTINS, Moisés de Lemos, 1991, *Para uma Imersa Navegação: o discurso da identidade*, Porto, Edições Afrontamento.

MATOS, Helena, 2003, *Salazar: A Construção do Mito*, Vol.1, Lisboa, Temas e Debates.

MATOS, Helena, 2004, *Salazar: A propaganda*, Vol.2, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATOS, Sérgio Campos, 1988, “Heróis e anti-heróis de uma memória história” in: *Clio*, Vol.6, pp.39-77.

MATOS, Sérgio Campos, 1990, *História, Mitologia, Imaginário Nacional: a História no curso dos liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte.

MATOS, Sérgio Campos, 1992, *História, Positivismo e Função dos Grandes Homens no Último Quartel do Séc. XIX*, Lisboa, Separata de Penélope, nº8.

MATOS, Sérgio Campos, 1993, *Na génese da teoria do herói em Oliveira Martins*, Lisboa, INIC.

MATTOSO, José, 1988, *A Escrita da História. Teoria e método*, Lisboa, Editorial Estampa.

MATTOSO, José, 1992, “As três faces de Afonso Henriques” in: *Pénelope*, nº8, pp.25-35.

MATTOSO, José, 1993, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Fundação Mário Soares/ Gradiva.

MATTOSO, José (org.), 1994, *História de Portugal - O Estado Novo, 1926-1974*, Vol. VII, Lisboa, Editorial Estampa.

MEDINA, João, 1995, *História de Portugal*, Vol. XII, Lisboa, Clube Internacional do Livro.

MEDINA, João, 2002, *Salazar, Hitler e Franco. Estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte.

MEDINA, João, 2006, *Portuguesismo(s)*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

MOLES, Abraham A., 1985, “A função dos mitos dinâmicos na construção do imaginário social” in: *Logos*, nº4/Dezembro, pp.33-49.

MÓNICA, Maria Filomena e Barreto, António (coord.), 1999, *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, Editora Figueirinhas.

NOGUEIRA, Franco, 1977, *Salazar. Os tempos áureos (1928-1936)*, Vol. II, Coimbra, Atlântida Editora.

NOGUEIRA, Franco, 1981, *O Estado Novo*, Porto, Civilização.

NORA, Pierre, 1990, “Memória Colectiva” in: *A Nova História*, Coimbra, Almedina.

NÓVOA, António, 2003, *Dicionário de educadores portugueses*, Porto, Asa.

NUNES, João Paulo Avelãs, 1995, “As organizações de juventude do Estado Novo (1934-1949) in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.167-210.

Ó, Jorge Ramos do, 1987, “Modernidade e Tradição. Algumas Reflexões em torno da Exposição do Mundo Português” in: *O Estado Novo: das origens ao fim da Autarcia (1926-1959)*, Vol. II, Lisboa, Fragmentos.

Ó, Jorge Ramos do, 1990, *O Lugar de Salazar*, Lisboa, Publicações Alfa.

Ó, Jorge Ramos do, 1999, *Os Anos de Ferro - o dispositivo cultural durante a «política do espírito» 1939-1949*, Lisboa, Ed. Estampa.

PAIS, José Machado, 1989, “Raízes Ideológicas do Estado Novo” in: *Vértice* nº13/Abril de 1989.

PARASKEVA, João M., 2001, *A dinâmica dos conflitos ideológicos e culturais na fundamentação do currículo*, Porto, Edições Asa.

PAULO, Heloísa, 1994, *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*, Lisboa, Minerva História.

PESSOA, Fernando, 1986, *Portugal, Sebastianismo e Quinto Império*, Lisboa, Publicações Europa-América.

PESTANA, M. & J. Gageiro, 2008, *Análise de dados para ciências sociais – A complementaridade do SPSS*, 5ª ed., Lisboa, Edições Sílabo.

PIMENTEL, Irene Flunser, 1996, *Contributos para a história das mulheres no Estado Novo*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Texto Policopiado).

PIMENTEL, Irene Flunser, 2001, *Histórias das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates.

PINHEIRO, J.E.M., 2000, *Notas sobre as Personalidades e Instituições do Ensino e da Cultura em Portugal*, Lisboa, ESELX.

PINTO, Jaime Nogueira, (org.), 1993, *Salazar visto pelos seus próximos*, Venda Nova, Bertrand.

PIRES, Maria Laura Bettencourt, 1981, *História da Literatura Infantil Portuguesa*, Vega.

PORTELA, Artur, 1982, *Salazarismo e artes plásticas*, Lisboa, Ministério da Educação e das Universidades.

PROENÇA, Maria Cândida *et alii.*, 2000, *Os Descobrimentos no Imaginário Juvenil (1850-1950)*, Lisboa, Ed. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

QUADROS, António, 1982, *Introdução à filosofia da História: mito, História e teoria da História*, Lisboa, Editorial Verbo.

QUADROS, António (org.), 1986, *Páginas de Pensamento Político 1925 - 1935* (2), Lisboa, Publicações Europa América.

QUADROS, António, 1988, *Portugal, Razão e Mistério*, (2 vols.), Lisboa, Guimarães Editores.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso, 1993, *História da Propaganda*, Lisboa, Planeta Editora.

RADICH, Maria Carlos, 1979, *Temas de História em livros escolares*, Lisboa, Ed. Afrontamento.

RAMOS, Paulo Oliveira, 1998, “Pequenas Pátrias (o património cultural em alguns manuais escolares do Estado Novo)”, in: *Poder e Sociedade - Actas das Jornadas Interdisciplinares*, Vol. II, Universidade Aberta.

REGO, Sebastião Lima, 1984, “Oliveira Martins cronista de heróis sobretudo doidos” in: *História* nº70/Agosto, pp.41-53.

REIS, António (dir.), 1990, *Portugal contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Alfa.

REIS, Carlos, 1981, *Técnicas de análise textual: introdução à literatura crítica do texto literário*, 3ª ed., Coimbra, Almedina.

RIBEIRO, António Manuel, 1994, *Ficção Histórica Infanto-Juvenil no Estado Novo. Colecção «Pátria» de Virgínia de Castro e Almeida (1936-1946)*, Coimbra, Separata da Revista de História das Ideias, Vol. 16, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, Maria Conceição, 2002, “Projecto de Constituição de Salazar: grandes opções do Estado Novo” in: Revista *História* nº44, Ano XXIV (III série).

ROCHA, Clara Crabbé, 1988, *Os contos exemplares de Sophia de Mello Breyner*, Coimbra Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra.

ROCHA, Natércia, 2001, *Breve história da literatura para crianças em Portugal* (nova edição actualizada até ao ano 2000), Lisboa, Caminho.

RODRIGUES, César Urbino, 1992, *Coordenadas fundamentais do pensamento educacional do Estado Novo*, Braga, Universidade do Minho/Instituto das Ciências da Educação, Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Elisabete Correia, 2005, *Heróis em Revista (1916-1926): leitura de uma época através dos periódicos de interesse literário*, Lisboa, Edições Colibri/Instituto de Estudos de Literatura Tradicional/FCSH/UNL.

ROSA, Joaquim Coelho, 1996, “O fantasma do livro único na concepção dos manuais escolares” in *O Ensino da História*, nº 6/7 Outubro/ Fevereiro 96/97, A.P.H., pp.6-13.

ROSAS, Fernando, 1991, *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Nova História de Portugal (dir. Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques), Vol. XII, Lisboa, Ed. Presença.

ROSAS, Fernando, 1994, “O Estado Novo (1926-1974)” in: José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

ROSAS, Fernando, 1995, “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”, in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.19-32.

ROSAS, Fernando e Brito, J.M. Brandão de, 1996/97, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vols. I e II, Lisboa, Ed. Bertrand.

ROSAS, Fernando, 1998, “As Aljubarrotas do Estado Novo” in *Revista História*, Ano XX, nº3/ Junho, Lisboa, pp.46-53.

ROSAS, Fernando, 2001, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo” in: *Análise Social*, Vol.XXXV (157), pp.1031-1054.

ROSAS, Fernando, 2003, “Um chefe, um regime, um povo” (prefácio) in: *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Ed. Parceria A. M. Pereira, pp. XI-XXXII.

RUAS, Henrique Barrilaro, s/d, *Ideologia: ensaio de análise histórica e crítica*, Lisboa, Edição da Junta de Ação Social.

SACRISTÁN, J. Gimeno, 1988, *El curriculum: una reflexión sobre la pratica*, Madrid, Morata.

SAIAL, Joaquim, 1991, *Estatuária Portuguesa dos anos 30 (1926-1940)*, Lisboa Bertrand Editora.

SALAZAR, A. Oliveira, 1991, *Como se levanta um Estado*, Lisboa, Mobilis in Mobile.

SARAIVA, António José, 1982, *A cultura em Portugal: teoria e História*, Lisboa, Livraria Bertrand.

SARAIVA, António José, 1990, *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*, Lisboa, Gradiva.

SARAIVA, José Hermano (dir.), 1977, *Fernão Lopes: história de uma revolução. Primeira parte da “Crónica de El-Rei D. João I de Boa Memória”*, Lisboa, Publicações Europa-América.

SEABRA, Jorge, 1995, “O Império e as memórias do Estado Novo - Os Heróis de Chaimite”, in: *Revista História das Ideias*, Vol.17, pp.33-78.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL, 1978, *O Sebastianismo: breve panorama de um mito português*, Lisboa, Terra Livre.

SELLIER, Philippe, 1979, *Le mythe du héros*, Univers de Lettres, Paris, Bordas.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 1990, *História de Portugal*, Vol. XII- A 1ª República (1910-1926), Lisboa, Ed.Verbo, pp.198-295.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, 2000 (2ªed.), *História de Portugal*, Vol. XIII- do 28 de Maio ao Estado Novo (1926-1935), Lisboa, Ed.Verbo.

SILVA, António Luís Cerdeira Coelho e, 1993, *Imagens de D. Sebastião no Portugal Contemporâneo*, Coimbra, Tese de Mestrado (texto policopiado).

SILVA, Joaquim Candeias, 1996, *O Fundador do «Estado Português da Índia» D. Francisco de Almeida 1457(?) - 1510*, Coleção *Mare-Liberum*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional- Casa da Moeda.

SIRONNEAU, Jean-Pierre, 1980, *Le Retour du Mythe*, Grenoble, PUG.

SIRONNEAU, Jean-Pierre, 1988, L'Ideologie entre le mythe, la science et la gnose in : *Cahiers de L'Imaginaire*, nº2.

SMITH, Anthony D., 1997, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.

SOARES, Torquato de Sousa, 1987, *A Tradição Histórica Portuguesa no pensamento político de Salazar*, Solivros de Portugal.

SOCIEDADE HISTÓRICA DA INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL, 1990, *Em defesa da Identidade Nacional*, Lisboa, Ed. da S.H.I.P.

SOUSA, Maria Leonor Machado de, 1996, *Pedro e Inês: um tema de sempre*, Alcobça, Hotel Quinta das Lágrimas.

TAVARES, Maria José Ferro (org.), 1998, *Poder e Sociedade – Actas das Jornadas Interdisciplinares*, Coleção de Estudos Pós Graduados, Vol. II, Lisboa, Universidade Aberta.

TORGAL, Luís Reis, 1976, *A Restauração: reflexões sobre a sua historiografia*, (Separata da Revista História das Ideias), Coimbra, Universidade de Coimbra, IHTI.

TORGAL, Luís Reis, 1982, “ Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas” in: *Pombal Revisitado*, Vol. I, Lisboa, Ed. Estampa, pp.133-157.

TORGAL, Luís Reis, 1989, *História e Ideologia*, Coimbra, Coleção Minerva-História 3, Livraria Minerva.

TORRES, António Maria M. Pinheiro, 2005, *Nun`Álvares Pereira. Herói e monge: catolicidade e portugalidade*, Lisboa, Prefácio.

TROUSSON, Raymond, 1992, *Prometeu na literatura*, (trad. Evaristo Santos *et. alii.*), Biblioteca Mitológica, Porto, Rés Editora.

TZETAN, Todorov, 1979, *Teorias do símbolo*, Trad. de Maria de Santa Cruz, Lisboa, Edições 70.

VIDIGAL, Luís, 1992, *Imaginários Portugueses*, Viseu, Centro de Estudos de Aquilino Ribeiro/ Câmara Municipal de Viseu.

WHITE, Hayden, 1987, *The content of the form. Narrative. Discourse and Historical Representation*. Baltimore and London, Jonhs Hopkins University Press.

WUNENBURGER, Jean-Jacques e, Araújo, Alberto Filipe, 2006, *Educação e Imaginário. Introdução a uma filosofia do imaginário educacional*. S. Paulo, Cortez Editora.

Obras relativas à educação

AFONSO, A. Martins, 1941, “As últimas Reformas e o Ensino da História” in: *Liceus de Portugal*- Boletim da Acção Educativa do Ensino Liceal, nº9, Junho, pp.677-684.

AMARO, António Rafael, *et.alii.*, 1989, “Ensino da História: que conhecimento e que memória(s)?” in: *Revista de História das Ideias*, Vol.11.

ARAÚJO, Alberto Filipe, e, Dias, José Ribeiro, 1998, *Filosofia da Educação. Temas e Problemas* – Actas do I Encontro Nacional de Filosofia da Educação, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Centro de Estudos em Educação, Universidade do Minho.

ARAÚJO, Alberto Filipe e, Magalhães, Justino (org.), 1999, *História, Educação e Imaginário* - Actas do III Encontro de História, Educação e Imaginário, Braga, Departamento de Pedagogia, Universidade do Minho.

ARAÚJO, Alberto Filipe e, Magalhães, Justino (org.), 2000, *História, Educação e Imaginário* - Actas do IV Colóquio de História, Educação e Imaginário, Braga, Departamento de Pedagogia, Universidade do Minho.

ARAÚJO, Alberto Filipe e, Araújo, Joaquim Machado de, (org.), 2001, *História, Educação e Imaginário* - Atas do V Colóquio de História, Educação e Imaginário, Braga, Centro de Investigação em Educação, Universidade do Minho.

ARAÚJO, Alberto Filipe e, Araújo, Joaquim Machado de, (org.), 2003, *História, Educação e Imaginário* - Actas do VI Colóquio, Braga, Centro de Investigação em Educação, Departamento de Pedagogia, Universidade do Minho.

ARAÚJO, Alberto Filipe e, Araújo, Joaquim Machado de, (org.), 2004, *História, Educação e Imaginário* - Actas do VII Colóquio, Braga, Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

ARAÚJO, Alberto Filipe, 2004, *Educação e Imaginário: da Criança Mítica às Imagens da Infância*, Maia, ISMAI.

ARNAY, J., 1991, *La Construcción del Conocimiento Escolar*, Barcelona, Piados.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, *O Ensino da História*- Boletins da Associação de Professores de História, n.ºs 1/2, 3, 4/5, 13/14, 16/17, 21/22.

ASSOCIAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA, *O Estudo da História*- Boletim da Associação de Professores de História n.ºs 12, 13, 14 e 15 (II série/1990-1993)

BASTOS, Maria Cristina Fernandes Soares, 1998, *O Ensino da História no Portugal de Salazar*, Braga, Universidade do Minho, Tese de Mestrado.

BIVAR, M^a de Fátima, 1975, *Ensino Primário e Ideologia*, 2^a edição Lisboa, Seara Nova.

CAMPOS, Agostinho de, 1922, *Educar – na família, na escola e na vida*, Ensaios sobre Educação, Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand.

CAMPOS, Agostinho de, 1934, *O Império e a Educação*, Porto, Edição do Autor.

CARDOSO JÚNIOR, Francisco José, 1960, *Em Prol da Educação Popular*, Porto, Marânus.

CARVALHO, Albino de, 1993, *Pela Pátria! Pela Escola!* (Escritos), Coimbra, Ediliber.

CARVALHO, Alfredo Pereira de, 1934, *A Escola ao Serviço do Império*, Porto.

CARVALHO, Alfredo Pereira de, 1934, *Os Fundamentos Éticos da Escola no Estado Novo*, Lisboa, Seara Nova.

CARVALHO, A. Saraiva de, 1951, *Os Princípios Fundamentais da Educação*, Lisboa, Almedina.

CARVALHO, Maria Manuela da Cruz, 2000, *O ensino da História nos liceus do Estado Novo (1926/1940): o processo de construção e inculcação de um paradigma de sociedade*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado.

CARVALHO, Marques, 1935, "Novo Plano de Estudos para o Ensino Secundário" in *Labor*, Março, p.423.

CARVALHO, Rómulo de, 2001, *História do Ensino em Portugal*, 3ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTRO, Rui Vieira de, et. al.(org.), 1999, *Manuais Escolares: estatuto, funções, história* (1º encontro internacional sobre manuais escolares), Braga, Universidade do Minho.

CHOPPIN, Alain, 1992, *Les Manueles Scolaires: Histoire et Actualité*, Paris, Hachette.

CHOPPIN, Alain, 1980, *L'histoire des manuels scolaires. Une approche globale*. Histoire de L'Éducation (9), Dezembro.

COHEN, Sol, 1999, *Challenging Orthoxies. Toward a New Cultural History of Education*. New York, Peter Lang Publishing.

COLTHAN, Jeanette B. e Fines, J., 1971, *Educational Objectives for the study of History*, Historical Association, TH 35.

CORTESÃO, Jaime, 1912, "A Renascença Portuguesa e o ensino da História Pátria" in: *A Águia*, nº9, II série, 2º Vol., pp.73-75.

COSTA, José da, 1935, *O Espírito Colonial na Escola Primária Portuguesa*, Ponta Delgada.

FERREIRA, António Gomes, 2004, *Escolas, Culturas e Identidades* (Comunicações), Vol. II, Coimbra, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

FERREIRA, Cândida Florinda, 1934, "A função educadora da História" in *Revista Escolar*, nº8 de Outubro, pp.479-491.

FERREIRA, Cândida Florinda, 1934, “Como ensinar História” in: *Revista Escolar*, nº10, Dezembro, pp.514-525.

FERREIRA, Cândida Florinda, 1934, “A função educadora da História” in *Revista Escolar*, nº8 de Outubro, pp.479-491.

FERREIRA, Carmina de Santa Clara Pinto, 1935, *O Ensino da História*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a

FERREIRA, Dias, 1939, “O Professorado” in: *Labor*, Ano XIII, nº 96, pp.274-276.

FERREIRA, Manuel Rosa, 1953, *Indicações Didáticas*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco.

FERREIRA, Vicente, 1964, *A História de Portugal – livro do professor*, Coimbra, Atlântida Editora.

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1989, *Primeiro Encontro sobre o Ensino da História*- Comunicações, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GASPAR, José Maria, 1959, *Escola e Formação Humana*, Coimbra, Coimbra Editora.

GUEDES, Lília Alexandra Xavier Afonso, 1998, *Escola Portuguesa (1934-1957): sobre a política do Estado Novo*, Braga, Universidade do Minho, Tese de Mestrado.

JÚNIOR, António Salgado, 1936, “Reforma dos Estudos do Ensino Liceal” in: *Labor*-Revista de Ensino Liceal, Aveiro, Ano XI, nº77, pp.265-280.

LEÇA, Riba, 1936, “A reforma do Ensino Liceal”, in: *Brotéria*, Vol. XXIII, fasc.6/Dezembro, pp.429-438.

LEÇA, Riba, 1938, “A reforma do Ensino Primário” in: *Brotéria*, Vol. XXVI, fasc.3/Março, pp. 320-327; fasc.4/Abril, pp.403-421.

LEITÃO, Carlos Adolfo Marques, 1934, *Educação Primária*, Lisboa, Ed. Apontamentos Pedagógicos.

LÉON, Antoine, 1983, *Introdução à História da Educação*, Lisboa, Biblioteca da Pedagogia e Psicanálise, Publicações D. Quixote.

LIMA, Américo Pires de, 1932, “O Perigo Social dos Maus Livros Escolares” in: *Separata da Revista de Cultura Pátria*, nºs1-2, Gaia, Edição Pátria, pp.3-12.

LIMA, A. Pires de, 1936, “O ensino da História de Portugal” in *Boletim do Liceu Normal de Lisboa*, nº11, Ano VI, pp.283-299.

LIMA, Américo Pires de, 1940, “Assim era ensinada a História” (Conferência realizada no salão nobre da Universidade de Porto, a 11 de Junho de 1940), in: *Ocidente*, Vol.X, pp.257-276.

LIMA, António Pires de, 1937, “Os deveres do Professor” in: *Labor*, Junho, nº83, pp.710-711.

LIMA, Augusto César Pires de, 1942, *O Papel do Professor da Instrução Primária*, Porto, Tipografia Sequeira.

LINO, José, 1938, *Educação Primária*, Lisboa, Empresa do Anuário Comercial de Lisboa.

LOPES, Arriaga, 1971, *A Escola na Sociedade Portuguesa* (breve história de uma organização salazarista), Lisboa, Ed. Terra Livre.

LORENZO, Manuel Ferraz, 2005, *Repensar la historia de la educación. Nuevos desafíos, nuevas propuestas*. Madrid, Biblioteca Nueva.

MACEDO, António Augusto Ferreira de, 1945, *A Educação do Povo*, Lisboa, Seara Nova.

MACEDO, Henrique Veiga de, 1953, *A Missão do Livro na Educação Popular* (discurso pronunciada no acto de posse do Director e Adjuntos do Serviço das Bibliotecas das Escolas

Primárias, realizado no Ministério da Educação Nacional), Lisboa, Edição da Campanha Nacional de Educação de Adultos.

MAGALHÃES, Justino (org.), 1996, *Fazer e Ensinar Historia da Educação* - Actas do 2º Encontro de História da Educação, Braga, Universidade do Minho.

MAGALHÃES, Justino e Escolano, Agustin (org.), 1999, *Os professores na História*, Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.

MAGALHÃES, Olga Maria Santos de, 2000, *Concepções de professores sobre História e ensino da História*, Évora, Universidade de Évora, Tese de Doutoramento.

MAIA, Fernando A., 1996, *A problemática do tempo no Ensino Secundário: perspectiva histórica (Portugal 1947-1986)*, Porto, Universidade Portucalense, Dissertação de Mestrado.

MAIOR, Alexina Silva Meneses Vila, 1994, “A História nos Liceus (1836-1888)”, in: *Vértice*, 61/Julho - Agosto, pp.7-15.

MARÇAL, 1950, *Educação: ao serviço de Portugal e da juventude*, Tomar, Tip. Hav. de Thomar, Lda.

MARQUES, Fernando, 2003, *Os liceus do Estado Novo: arquitectura, currículo e poder*, Lisboa, Educa.

MINEIRO, Adélia Carvalho, 2007, *Valores e ensino no Estado Novo: análise dos livros únicos*, Lisboa, Ed. Sílabo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1964, *Proposta de Programa das Escolas do Magistério Primário*, DGEP.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, 1960, *Novos Programas e Horários do Ensino Primário – Instruções e sugestões complementares para a execução do Decreto-Lei nº 42:994 de 28 de Maio de 1960*, Edição da Escola Portuguesa.

MÓNICA, Maria Filomena, 1973, “Notas para a análise do ensino primário durante os primeiros anos do salazarismo” in: *Análise Social* nº39, Vol.X (3º), (2ªsérie), Instituto Superior de Economia.

MONIOT, Henri, 1984, *Enseigner L'Histoire : des manuels à la mémoire* (textes réunis et présents par Henri Moniot), Berne, Peter Lang.

MOTA, Riley da, 1933, “Sábios e Educadores” in: *Labor*, nº49/Novembro, Ano VIII, Aveiro, pp.107-110.

MÓNICA, Maria Filomena, 1978, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar*, Lisboa, Ed. Presença/Gabinete de Investigações Sociais.

NÓVOA, António, 1989, *Reformas do Ensino em Portugal*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

NÓVOA, António, 1992, “A Educação Nacional” in: *Nova História de Portugal*, vol. XII, Editorial Presença.

NÓVOA, António (dir.), 1993, *A Imprensa de Educação e Ensino: repertório analítico (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

NÓVOA, António, 1997, “A Educação Nacional (1930-1974): análise histórica e historiográfica” in: A. Escolano e R. Fernandes, *Los caminos hacia la modernidad educativa en España y Portugal (1800-1975)*, Zamora, SEHE/SPCE, pp.185-203.

PAIXÃO, Vítor Manuel Braga, 1947, *Educação Política e Política da Educação*, Lisboa.

PAIXÃO, Vítor Manuel Braga, 1946, *A Escola - instrumento de missão*, Lisboa.

PEREIRA, Celestino Marques, 1946, *Por bem. Alguns aspectos da Educação Nacional*, Lisboa, Tip. Oficinas de S. José.

PEREIRA, Sara Marques (coord.), 2002, *Memórias da Escola Primária Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

PINHEIRO, J.E.M., 1999, *Notas para a História do Ensino em Portugal*, Lisboa, ESELX.

PINTO, António Costa e Ribeiro, Nuno Afonso, 1980, *A Acção Escolar Vanguarda (1933-1936): a juventude nacionalista nos primórdios de Estado Novo*, Lisboa, História Crítica.

POPKEWITZ, Thomas S. *et. alii.*, 2001, *Cultural History and Education. Critical Essays on Knowledge and Schooling*, New York-London, Routledge Falmer.

PROENÇA, Maria Cândida, 1995, “Cem anos de ensino da História” in: *Revista de História*, Ano XVII, nº11/12, Agosto/Setembro.

PROENÇA, Maria Cândida (coord.), 1999, *Um Século de Ensino da História*, Lisboa Edições Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

RADICH, Maria Carlos, 1981, *Temas de História em livros escolares*, Lisboa, Edições Afrontamento.

RAMOS, Feliciano, 1938, “A educação nacionalista e os homens e mulheres de amanhã” in: *Labor*, nº88/Fevereiro, Ano XII, Aveiro, pp. 343-349.

RAMOS, Gustavo Cordeiro, s/d, *Os fundamentos Éticos da Escola no Estado Novo*, Lisboa, Ed. União Nacional.

RAMOS, Gustavo Cordeiro, 1951, *Objectivos da Criação da Junta de Educação Nacional: aspectos do seu labor*, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura.

RIAS, Ana Paula, 1995, “Uma Sagrada Oficina de Almas” in *Revista de História*, Ano XVII, nº11/12, Agosto/Setembro.

RICHAUDEAU, François, 1979, *Conception et Production des Manuels Scolaires*, Guide Pratique, Belgique, UNESCO.

RODRIGUES, Abel Martins, 2006, *Salazar e a educação*, Aveiro, s/n.

RODRIGUES, Carlos Manuel Santos Assunção, 1994, *Sócio-história e reformas educativas em Portugal (1936-1986)*, Braga, Universidade do Minho, Tese de Mestrado.

SÁ, Mário de Vasconcelos e, 1962, *Problemas do nosso Ensino*, Porto, Livraria Progredior.

SAMPAIO, J. Salvado, 1967, *O Ensino Primário-1911/1969* (volumes I e II), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SAMPAIO, J. Salvado, 1973, *Evolução do Ensino em Portugal* (Metrópole 1940/41 a 1967), Lisboa, Instituto Gulbenkian da Ciência.

SANTOS, Olinda Tavares dos, 1930, *O ensino da Geografia e da História na Escola Primária*, Lisboa, Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.

SANTOS, Teobaldo Miranda, 1956, *Manual do Professor Primário*, São Paulo, Companhia Editora Nacional.

SCHUEDDEKOPF, Oho-Ernst, 1966, *L'Enseignement de l'Histoire et de la revision des manuels d'Histoire*, Strasbourg, Conseil de la Cooperation Culturelle du Conseil de L'Europe.

SÉRGIO, António, 1934, *Aspectos do Problema Pedagógico em Portugal*, Lisboa, Seara Nova.

SILVA, João Serras, 1938, *Educação Nacional*, Coimbra, Coimbra Editora.

SILVA, Maria de Jesus de Oliveira e, 1993, *A História e o Liceu no Estado Novo*, Coimbra, Dissertação de Mestrado (texto policopiado), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

SILVA, Manuela e Tamem, Maria Isabel, 1981, *Sistema de Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

SIMÕES, João Formosinho, 1987, *Educating for Passivity: A Study of Portuguese Education (1920-1968)*, London, Institute of Education.

SOUSA, Baltasar Rebelo de, 1960, *Escola Portuguesa* (Ensino Primário), Lisboa.

STOER, Stephen e Araújo, Helena Costa G., 1987, “Contribuição da Educação para a Formação do Estado Novo: continuidades e rupturas- 1926/1933” in: *O Estado Novo- Das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Vol. II, Lisboa, Editora Fragmentos.

TAVARES, Galiano, 1936, “A Escola deverá ter uma finalidade nacional?” in: *Labor*, nº69/ Janeiro, pp.279-286.

TELLES, Inocêncio Galvão, 1966, *Temas de Educação*, Lisboa, M.E.N.

TERRY, Luiz, 1935, “Finalidade do Ensino Secundário” in: *Labor*, Março, nº62, pp.378-386.

TORGAL, Luís Reis, 1998, “Ensino da História”. in: L.R.Torgal, J.A.Mendes & F. Catroga, *História da História em Portugal (sécs. XIX-XX)*, Vol.I, Lisboa, Círculo de Leitores.

TORGAL, Luís Reis, 1992, “Livros de História e de Histórias no Estado Novo” in: *Biblos*, Vol. LXVIII, pp.385-404.

TORMENTA, J.R., 1997, *Manuais Escolares: inovação ou tradição?*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

VIANA, Luís, 2001, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu. Lá vamos cantando...(1936-1974)*, Lisboa, Educa.

Legislação significativa

(por ordem cronológica da publicação)

Decreto nº5:029 de 5 de dezembro de 1918– Organização do Ensino Industrial e Comercial
Reforma do Ensino Industrial e Comercial.

Decreto-lei nº 7:311 de 15 de fevereiro de 1921– Aprova os programas para o ensino primário elementar.

Decreto nº 7:558 de 18 de junho de 1921– Aprova o regulamento da instrução secundária.

Decreto nº 7:317 de 16 de fevereiro de 1921– Aprova o curso para os inspetores escolares.

Decreto-lei nº 10:597 de 13 de outubro de 1924– Declara que nas escolas normais primárias continuam os cursos de habilitação do Magistério Primário.

Decreto-lei nº 10:597 de 5 de março de 1925– Cria a comissão de aprovação dos programas escolares.

Decreto-lei nº 11:981 de 28 de julho de 1926– Extingue o Conselho Superior de Instrução Pública e cria outra organização com o mesmo título que funciona nos termos do referido decreto.

Decreto nº 12:156 de 20 de agosto de 1926– Promulga a escolha livre dos livros escolares para o ano letivo 1926-1927.

Decreto nº 12:425 de 2 de outubro de 1926– Promulga o estatuto da instrução secundária.

Decreto nº 12:594 de 2 de novembro de 1926– Aprova os programas dos cursos de instrução secundária.

Decreto nº 13:056 de 22 de janeiro de 1927– Adota as normas constantes no Decreto nº 12:425 de 2 de outubro de 1926, à exceção das disposições de caráter transitório.

Decreto nº 13:239 de 7 de março de 1927– Altera o regime de adoção dos livros escolares para o ensino secundário. Segundo o disposto neste decreto é nomeada (*Diário de Governo II Série de 23 de março de 1927*) uma comissão de professores para proceder à escolha dos livros para este nível de ensino.

Decreto-lei nº 13:619 de 17 de maio de 1927– Promulga várias disposições sobre o ensino primário, nomeadamente a divisão do ensino primário em três categorias: infantil, elementar e complementar. (Reforma do ensino primário).

Decreto-lei nº 13:791 de 17 de junho de 1927– Cria o ensino primário complementar.

Decreto-lei nº 14:417 de 12 de outubro de 1927– Aprova os programas para o ensino primário elementar e estipula os conteúdos programáticos.

Portaria nº 5:060 de 21 de outubro de 1927– Aprova as instruções pedagógicas para a execução dos programas do ensino primário elementar posto em vigor pelo Decreto-lei nº 14:417 de 12 de outubro de 1927.

Decreto nº 14:900 de 16 de janeiro de 1928– Promulga os programas do ensino primário complementar.

Decreto-lei nº 14:989 de 6 de fevereiro de 1928– Esclarece e modifica algumas disposições do Decreto-lei 13:791 sobre o ensino primário infantil, elementar e complementar.

Decreto nº 15:032 de 15 de fevereiro de 1928– Aprova o regime de separação dos sexos nas escolas do ensino primário.

Decreto nº 15:088 de 23 de fevereiro de 1928– Aprova o desenvolvimento da propaganda do império colonial português.

Decreto-lei nº 16:077 de 26 de outubro de 1928– Aprova os programas para o ensino primário elementar.

Decreto nº 16:362 de 14 de janeiro de 1929– Autoriza os Conselhos Escolares a dividir pelas 6ª e 7ª Classes a matéria dos programas dos cursos complementares de letras e ciências.

Decreto-lei nº 16:381 de 16 de janeiro de 1929– Cria a Junta Nacional de Educação.

Decreto-lei nº 16:730 de 13 de abril de 1929– Aprova os programas para o ensino primário elementar.

Retificações de 2 de maio de 1929– para o ensino primário elementar aprovados pelo Decreto nº 16:730.

Decreto-lei nº 18:140 de 28 de março de 1930– Estabelece dois graus no ensino primário elementar/ Redução da escolaridade obrigatória para três anos.

Decreto-lei nº 18:141 de 28 de março de 1930– Concede prémios remuneratórios aos professores cujos alunos demonstrem o melhor êxito nas provas.

Decreto nº 18:779 de 20 de agosto de 1930– Promulga a organização dos cursos liceais.

Decreto-lei nº 18:379 de 23 de maio de 1930– Aprova o regulamento para a apreciação e adoção dos livros e compêndios para o ensino primário elementar.

Decreto nº 18:885 de 27 de setembro de 1930– Aprova os programas para o ensino secundário.

Decreto nº 19:605 de 16 de abril de 1931– Estabelece novas bases para o concurso dos livros a adotar nos cursos geral e complementar dos liceus.

Decreto nº 19:860 de 8 de junho de 1931– Instaura a comemoração do VII centenário da morte de Sto. António a 13 de junho.

Decreto nº 20:369 de 8 de outubro de 1931– Aprova os programas para todas as classes do ensino secundário.

Decreto nº 20:604 de 9 de dezembro de 1931– Aprova a criação dos postos de ensino.

Decreto nº 20:741 de 11 de janeiro de 1932– Promulga o estatuto do ensino secundário.

Decreto nº 21:014 de 21 de março de 1932– Aprova a obrigatoriedade da inserção de máximas e pensamentos nos livros de leitura da 4ª classe do ensino primário elementar.

Decreto nº 21:103 de 15 de abril de 1932– Esclarece o conceito de «exatidão nas doutrinas» aplicado ao ensino da História Pátria no ensino liceal.

Decreto nº 21:712 de 19 de setembro de 1932– Extingue o ensino primário complementar e as respetivas escolas.

Decreto nº 22:040 de 28 de dezembro de 1932–Aprova a obrigatoriedade em todos os estabelecimentos de ensino a afixação de pensamentos nas paredes das salas de aulas e noutros lugares adjacentes aos edifícios escolares.

Decreto nº 22:241 de 22 de fevereiro de 1933–Promulga o Projeto de Constituição da República Portuguesa.

Decreto nº22:369 de 30 de março de 1933– Reorganiza os serviços de direção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino e inspeção e disciplinares dependentes da Direção-geral do Ensino Primário.

Decreto-lei nº 23:054 de 25 de setembro de 1933– Cria o Secretariado de Propaganda Nacional.

Circular nº738 de 16 de outubro de 1933– Reforça a proibição do uso de compêndios não aprovados oficialmente por parte de alunos e professores (mesmo quando adquiridos voluntariamente pelo aluno).

Circular nº22 de 15 de outubro de 1933– Delibera que a escolha de livros e compêndios cabe individualmente ao professor.

Decreto nº 24:526 de 6 de outubro de 1934– Coloca em vigor em todas as classes do liceus os programas do ensino secundário.

Decreto-lei nº24:706 de 30 de novembro de 1934– Promulga a comemoração de datas relacionadas com o “ressurgimento da consciência nacional”.

Lei nº1:910 de 23 de maio de 1935–Introduz alteração ao § 3º do artigo 43º da Constituição Política (o ensino passa a ser orientado pelos princípios tradicionais do país).

Lei nº 1:904 de 21 de maio de 1935–Aprova a reforma do ensino secundário.

Decreto nº 25:414 de 28 de maio de 1935–Aprova os programas para o ensino secundário.

Decreto nº 25:447 de 1 de junho de 1935–Regula a aprovação dos livros que devem ser adotados nos liceus.

Lei nº 1:941 de 11 de abril de 1936–Promulga a remodelação do Ministério da Instrução Pública que passa a designar-se Ministério da Educação Nacional.

Decreto-lei nº 26:611 de 19 de maio de 1936–Aprova o regimento da Junta Nacional de Educação.

Decreto nº 26:893 de 15 de agosto de 1936–Aprova os estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN).

Decreto-lei nº 27:084 de 14 de outubro de 1936–Promulga a reforma do ensino liceal.

Decreto nº 27:085 de 14 de outubro de 1936–Aprova, para vigorarem desde o início do ano letivo de 1936-1937, os programas das disciplinas do ensino liceal.

Decreto nº 27:087 de 15 de outubro de 1936—Promulga o regulamento da Legião Portuguesa.

Decreto nº 27:058 de 30 de setembro de 1936—Aprova as bases da Legião Portuguesa.

Decreto nº 27:269 de 24 de novembro de 1936—Manda organizar em Lisboa em 1937 uma demonstração documental de caráter iconográfico, militar e bibliográfico denominada Exposição Histórica da Ocupação, para mostrar os trabalhos e ação dos portugueses para assimilação dos indígenas e para a defesa do Ultramar Português.

Decreto-lei nº 27:279 de 24 de novembro de 1936—Promulga algumas medidas com vista à preparação da reforma do ensino primário (adoção do livro único).

Diploma de 28 de novembro de 1936—Promulga as normas para a aplicação dos programas de Ciências Geográfico - Naturais e de História para o ano letivo de 1936-1937, para o ensino oficial e particular.

Decreto nº 27:301 de 4 de dezembro de 1936—Regulamenta a organização da Mocidade Portuguesa.

Decreto nº 27:346 de 18 de dezembro de 1936—Fixa as atribuições das comissões orientadora e executiva da Exposição Histórica da Ocupação e designa a data oficial da inauguração.

Decreto-lei nº 27:603 de 29 de março de 1937—Aprova os programas para o ensino primário elementar (continua em vigor o programa da 4ª classe que pertencia ao ensino primário complementar, o qual não sofreu nenhuma alteração).

Decreto-lei nº 27:684 de 14 de outubro de 1937—Aprova a designação de cada Liceu pela denominação educativa de um grande vulto da história Pátria.

Decreto nº 27:913 de 31 de julho de 1937—Aprova os Estatutos da Academia Portuguesa da História.

Decreto-lei nº 27:882 de 21 de julho de 1937—Promulga o concurso público para a elaboração de manuais que funcionariam como livro único para o ensino primário.

Decreto nº 28:262 de 8 de dezembro de 1937—Aprova o Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina (MPF)

Lei nº 1:969 de 20 de maio de 1938—Estabelece as bases dos dois graus do ensino primário (elementar: 1ª, 2ª e 3ª classes/complementar: 4ª e 5ª classes).

Decreto nº 29:453 de 17 de fevereiro de 1939—Cria a Mocidade Portuguesa nas “Colónias”.

Diário do Governo nº158 de 10 de julho de 1940— Carta de confirmação e ratificação da Concordata e do Acordo Missionário entre Portugal e o Vaticano.

Decreto-lei nº 30:660 de 20 de agosto de 1940—Estabelece as condições para a elaboração do livro único do ensino primário elementar (bases da edição do livro único).

Decreto-lei nº30:665 de 22 de agosto—Cria nos estabelecimentos de ensino técnico, elementar e médio a disciplina de Educação Moral e Cívica, na qual se abrange o ensino da religião e moral católica.

Decreto-lei nº 30:951 de 10 de dezembro de 1940— Promulga várias disposições relativas à habilitação para o exercício do Magistério Oficial Primário.

Decreto nº 32:629 de 16 de janeiro de 1943— Aprova os programas das Escolas do Magistério Primário.

Decreto-lei nº 36:147 de 5 de fevereiro de 1947— Cria, junto das Escolas de Ensino Primário as bibliotecas primárias.

Decreto nº 36:356 de 18 de junho de 1947— Aprova os programas das disciplinas do ciclo preparatório ministradas nas Escolas Alfredo da Silva e Pedro de Santarém e dos cursos complementares de aprendizagem ministrados na primeira.

Decreto-lei nº 36:507 de 17 de setembro de 1947– Promulga a reforma do ensino liceal.

Decreto nº 36:508 de 17 de setembro de 1947– Aprova o Estatuto do ensino liceal.

Decreto-lei nº 37:028 de 25 de agosto de 1948– Determina que a Direção-Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio passe a denominar-se Direção-Geral do Ensino Técnico profissional e insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial.

Decreto nº 37:112 de 22 de outubro de 1948– Aprova os programas das disciplinas do ensino liceal.

Decreto nº 38: 964 de 27 de janeiro de 1952– Cria a Comissão de Literatura e Espetáculos para menores e define as suas atribuições.

Decreto-lei nº 38: 968 de 27 de janeiro de 1952– Reforça o princípio da obrigatoriedade de ensino primário elementar e reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo.

Decreto-lei nº 38:969 de 27 de janeiro de 1952– Regula a execução do Decreto-lei 38:968 que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar.

Decreto-lei nº 39:713 de 1 de julho de 1954– Constitui a Comissão Nacional que promove as Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Decreto nº 39: 807 de 7 de setembro de 1954– Aprova, para entrarem em vigor no próximo ano escolar, os programas das disciplinas do ensino liceal.

Decreto-lei nº 40:329 de 8 de outubro de 1955– Institui as comissões que organizam as comemorações nacionais do 1º Centenário de Joaquim Mouzinho de Albuquerque.

Decreto-lei nº 40:362 de 20 de outubro de 1955–Estabelece algumas condições quanto ao livro único.

Decreto-lei nº 40:964 de 31 de dezembro de 1956—Amplia e reforça o regime da obrigatoriedade do ensino primário elementar (quatro anos para rapazes e três anos para raparigas).

Decreto-lei nº 41:170 de 1 de julho de 1957—Declara que o número e o prazo de validade dos exemplares dos livros únicos a atribuir aos livreiros será fixado por despacho.

Decreto-lei nº 41:700 de 28 de junho de 1958—Promulga algumas medidas sobre o concurso do livro único.

Decreto-lei nº 42:994 de 28 de maio de 1960—Aprova os programas para o ensino elementar primário/ Aumenta a escolaridade obrigatória para quatro anos para ambos os sexos).

Decreto-lei nº 43:369 de 2 de dezembro de 1960—Aprova novo plano de estudos para as Escolas do Magistério Primário.

Decreto-lei nº 43:618 de 22 de abril de 1961—Promulga a aquisição de novos textos e ilustrações para os livros únicos do ensino primário. Reforça a proibição do uso de livros e cadernos escolares não aprovados pelo Ministério da Educação Nacional.

Portaria nº 18:518 de 7 de junho de 1961—Promulga a adoção dos livros únicos para o ensino primário.

Portaria nº 20:380 de 19 de fevereiro de 1964/Portaria nº 24:044 de 25 de Abril de 1969 - Aprovam os programas do ciclo primário elementar para aplicação nas províncias ultramarinas.

Decreto-lei nº 45:810 de 9 de julho de 1964—Aprova a ampliação do ensino primário para dois ciclos, um elementar e outro complementar/ Amplia o período de escolaridade obrigatória para seis anos.

Decreto-lei nº 46:156 de 16 de janeiro de 1965—Cria o Gabinete de Estudos e Planeamento da Ação Educativa (GEPAE) que foi mais tarde remodelado pelo Decreto-lei nº485/72 passando a designar-se Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP).

Decreto-lei nº 47:480 de 2 de janeiro de 1967—Institui o ciclo preparatório do ensino secundário que substitui tanto o 1ºciclo do ensino liceal como o ciclo preparatório do ensino técnico profissional.

Decreto-lei nº 47:587 de 10 de março de 1967—Aprova, a título experimental experiências pedagógicas com os programas do ensino básico.

Portaria nº 22:966 de 17 de outubro de 1967—Aprova, a título experimental, os programas do ciclo complementar do ensino primário.

Portaria nº 23:485 de 16 de julho de 1968—Aprova os programas do ensino primário elementar.

Decreto nº48: 572 de 9 de setembro de 1968—Aprova o Estatuto do ciclo preparatório do ensino secundário.

Portaria nº23:601 de 9 de setembro de 1968—Aprova os programas do ciclo preparatório do ensino secundário, instituído pelo Decreto-lei nº 47:480.

Lei nº 5/73 de 25 de julho de 1973—Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo (Reforma Veiga Simão).

Portaria nº 781/73 de 10 de novembro de 1973—Aprova os programas dos cursos de educação básica para adultos do ensino primário supletivo.

Lista de Anexos

Anexo I

Título: “Arquitectos da Mentalidade Portuguesa”

Data: 1937

Fundo: Rev. *Defesa Nacional*/ Casa Portuguesa

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Iconografia)

Anexo II

Título: II Marcha de Camaradagem da Mocidade Portuguesa

Data: Setembro de 1950

Fundo: Arquivo da Mocidade Portuguesa

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo III

Título: Iniciativas realizadas no âmbito das comemorações do 1º dezembro

Data: 1958;1962;1968; 1972

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo IV

Título: Festa da 1ª Semana das Mães no Teatro Nacional

Data: 1938

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo V

Título: D. Leonor

Data: maio/1958

Fundo: Rev. *Menina e Moça* (MPF), nº128

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa

Anexo VI

Título: I Emissão Comemorativa da Independência de Portugal

Data: 1926

Fonte: Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Anexo VII

Título: O ex-líbris do ano X da Revolução Nacional

Data: 1936

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo VIII

Título: Iniciativas realizadas no âmbito das comemorações do 28 de maio

Data: 1938; 1962; 1966

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo IX

Título: Várias iniciativas realizadas no âmbito das comemorações do duplo centenário

Data: 1940

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo X

Título: Cem bustos

Data: 13/08/1938

Fundo: *Diário do Governo*

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Microfilmagem)

Anexo XI

Título: A lição de Salazar

Data: 1938

Fundo: *Escola Portuguesa*, nº181, Ano IV

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Microfilmagem)

Anexo XII

Título: Cartazes de propaganda do Estado Novo

Data: s/d

Fundo: Arquivo do Secretariado Nacional de Informação (SNI)

Fonte: Fototeca do Palácio Foz

Anexo XIII

Título: Comemorações do Dia da Mocidade Portuguesa

Data: 1937;1962;1966

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XIV

Título: Cortejo Histórico de Lisboa

Data: 1947

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XV

Título: Consagração do professorado primário (10 de junho)

Data: 1960

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XVI

Título: Consagração dos militares das forças armadas (10 de junho)

Data: 1965, 1973

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XVII

Título: Iniciativas de homenagem no âmbito das comemorações centenárias da morte do infante D. Henrique

Data: 1960

Fundo: Arquivo da Mocidade Portuguesa/*O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XVIII

Título: Iniciativas de homenagem a D. Nuno Álvares Pereira

Data: 1940;1960

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XIX

Título: Homenagem a Mouzinho de Albuquerque

Data: 1936

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XX

Título: Carta Corográfica de Portugal - Salazar/ Dr. Casanova Pinto

Data: 1946

Fundo: MALPIQUE, Cruz, *Bilhete de Identidade de António de Oliveira Salazar*, Luanda, Edição da “Casa da Metrópole”, Coleção Portugal Maior/ Cadernos Gerais de Propaganda e Informação

Anexo XXI

Título: Postal anónimo comparando Salazar a Afonso Henriques

Data: 1935

Fonte: MEDINA, João, 2000, *Salazar, Hitler e Franco: estudos sobre Salazar e a Ditadura*, Lisboa, Livros Horizonte, p.135

Anexo XXII

Título: A expressão de Salazar nos Painéis de Nuno Gonçalves
Data: 24 de dezembro de 1932
Fundo: *Notícias Ilustrado*
Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Microfilmagem)

Anexo XXIII

Título: Consagração de Salazar
Data: 1941
Fundo: *O Século*
Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XXIV

Título: Cartaz de propaganda das festas da Rainha Santa, em Coimbra, que obteve o 1º prémio num concurso realizado na Sociedade Nacional de Belas-Artes
Data: 1936
Fundo: *O Século*
Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – DGARQ/MC

Anexo XXV

Título: Circular L.º16 n.º 249
Data: 1934
Fundo: Direção Geral do Ensino Liceal/Secção Pedagógica
Fonte: ME- Secretaria Geral Arquivo Histórico

Anexo XXVI

Título: Relatórios com pareceres sobre os programas vigentes em 1934
Data: 1934
Fundo: Direção Geral do Ensino Liceal/Secção Pedagógica
Fonte: ME- Secretaria Geral Arquivo Histórico

Anexo XXVII

Título: Gráfico de barras dos programas

Anexo XXVIII

Título: Lista dos livros únicos em vigor no ensino liceal
Data: 1953
Fundo: Direção Geral do Ensino Liceal/Secção Pedagógica
Fonte: ME- Secretaria Geral Arquivo Histórico

Anexo XXIX

Título: Lista dos manuais analisados

Anexo XXX

Título: Tabelas de análise dos programas

Anexo XXXI

Título: Gráficos circulares

Anexo XXXII

Título: Dados estatísticos

Anexo XXXIII

Título: Iconografia

Anexo XXXIV

Título: Concursos «Heróis de Portugal»; «Grandes de Portugal»; «Mulheres de Portugal»; «Lendas de Portugal»

Data: s/d (segunda metade da década de 50)

Fundo: *O Século*

Fonte: Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Anexo XXXV

Título: Factos e figuras da História de Portugal

Data: s/d (segunda metade da década de 50)

Fundo: *O Camarada*

Fonte: Arquivo da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Anexo XXXVI

Título: Lista de artigos sobre figuras da História

Data: 1947-1974

Fundo: *Menina e Moça*

Fonte: Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Periódicos)